

# Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar



# Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 11 n. 1 • Janeiro-Abril de 2021 •

**Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

**Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

**Comitê e Equipe Editorial:** Jorge Leite Júnior, Priscila Martins Medeiros, Svetlana Ruseishvili, Beatriz Patriota (editora assistente) e João Pedro Volante (editor assistente).

**Conselho Editorial:**

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalón (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

*Dados Internacionais de Catalogação da Publicação*

---

*Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 11, n. 1, janeiro - abril (2021) -, São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2021.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

---

*Versão eletrônica disponível em [www.contemporanea.ufscar.br](http://www.contemporanea.ufscar.br)*

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BI-BLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

**Endereço:**

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676  
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil  
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673  
e-mail: [revcontemporanea@gmail.com](mailto:revcontemporanea@gmail.com)

# Sumário

## Dossiê Objetos e sujeitos em contextos de mobilidade

ORGANIZADO POR BRUNO MIRANDA E SVETLANA RUSEISHVILI	
Documentos dos apátridas: a materialidade de jornadas migratórias entre mobilidade regulada e subversões dos sujeitos móveis .....	11
SVETLANA RUSEISHVILI	
Installing a Biography: The Intertwined Pathway of a <i>Last Address</i>	
Memorial Plaque in Post-Soviet Russia.....	43
ELIZA FRENKEL	
Circulação transnacional de objetos e reprodução social envolvendo migrantes senegaleses .....	67
KASSOUM DIEME	
LEONARDO CAVALCANTI	
<i>Made in Yiwu</i> : rotas comerciais e agenciamentos migratórios.....	95
CARLOS FREIRE DA SILVA	
Máquinas de costura na bagagem: a materialidade das mobilidades migratórias Bolívia-Brasil .....	125
BRUNO MIRANDA	

## Artigos

Os “estranhos” e “nós”: movimentos migratórios sob as lentes de Zygmunt Bauman .....	153
ELISIANE DONDÉ DAL MOLIN	
ANGELO RICARDO CHRISTOFFOLI	
YASMIN LENZ PICCOLI CASTELLI	
O Rio de Janeiro segundo a crítica paulista: 50 anos em 5 relatos.....	177
ELISKA ALTMANN	
O nascimento de uma produção sociológica: os estudos de Hiroshi Saito sobre a imigração japonesa no Brasil (1947-1953) .....	201
ALINE DE SÁ COTRIM	
MARCOS CHOR MAIO	
Em busca de uma sociologia da ciência brasileira: um debate sobre as ideias de Florestan Fernandes.....	229
MARCELO FETZ	
FABRÍCIO F. DEFACCI	

PCC <i>versus</i> Estado? A expansão do grupo pelo Brasil.....	263
THAIS LEMOS DUARTE	
A Polícia Militar e seus dilemas identitários.....	287
ARTHUR TRINDADE M. COSTA	
Esboço de uma abordagem tópica das políticas públicas de segurança e dos projetos de prevenção à violência.....	313
RAFAEL LOSADA MARTINS	
A imagem da raça: negro pode ser “autoridade”?.....	343
RENATO RIBEIRO MARTINS CAL	
LUIS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO	
Tensões cosmopolíticas na regularização territorial de uma comunidade quilombola no sul do Brasil.....	365
MILENA SILVESTER QUADROS	
JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS	
JOSÉ DANIEL GÓMEZ LOPEZ	
Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015): o caso dos jovens do Território do Mato Grande .....	387
MARCOS AURÉLIO FREIRE DA SILVA JÚNIOR	
JOANA TEREZA VAZ DE MOURA	
Ecologia política da soja: grande propriedade e conflitos socioambientais .....	407
ROBERTO DE SOUSA MIRANDA	
“A vereadora antropófaga”, de Pedro Almodóvar: pensando gênero, corpo e desejo.....	435
PALOMA COELHO	
JULIANA GONZAGA JAYME	

## Resenhas

A crise da esquerda como crise estrutural do moderno sistema produtor de mercadorias.....	457
THIAGO CANETTIERI	
O Antropoceno e as humanidades.....	463
NATANAEL DE ALENCAR SANTOS	
Participação em transição no Brasil: uma releitura .....	469
MARIO LUIS GRANGEIA RAMOS	

# Contents

## Dossier Objects and subjects in contexts of mobility

DOSSIER ORGANIZED BY BRUNO MIRANDA E SVETLANA RUSEISHVILI

Documents of the stateless: the materiality of migration journeys between regulated mobility and subversions of mobile subjects ..... 11  
SVETLANA RUSEISHVILI

Installing a Biography: The Intertwined Pathway of a *Last Address* Memorial Plaque in Post-Soviet Russia.....43  
ELIZA FRENKEL

Transnacional objects circulation and social reproduction involving senegalese migrants.....67  
KASSOUM DIEME  
LEONARDO CAVALCANTI

Made in Yiwu: commercial routes and migratory assemblages .....95  
CARLOS FREIRE DA SILVA

Sewing machines in one’s luggage: the materiality of Bolivia-Brazil migratory mobilities..... 125  
BRUNO MIRANDA

## Articles

“Strangers” and “us”: migratory movements under the lenses of Zygmunt Bauman ..... 153  
ELISIANE DONDÉ DAL MOLIN

ANGELO RICARDO CHRISTOFFOLI.....  
YASMIN LENZ PICCOLI CASTELLI

Rio de Janeiro according to São Paulo’s criticism: 50 years in 5 reports.... 177  
ELISKA ALTMANN

The birth of a sociological production: Hiroshi Saito’s studies on Japanese immigration in Brazil (1947-1953) ..... 201  
ALINE DE SÁ COTRIM

MARCOS CHOR MAIO  
Searching for a Brazilian Sociology of Science: a debate about Florestan Fernandes ideas .....229

MARCELO FETZ  
FABRÍCIO F. DEFACCI

PCC versus State? Expansion of the group by Brazil .....	263
THAIS LEMOS DUARTE	
The Military Police and its identity dilemmas .....	287
ARTHUR TRINDADE M. COSTA	
Outline of a topical approach to public security policies and violence prevention projects .....	313
RAFAEL LOSADA MARTINS	
The race image: black can be “authority”? .....	343
RENATO RIBEIRO MARTINS CAL LUIS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO	
Cosmopolitical tensions in the territorial regularization of a quilombola community in the south of Brazil .....	365
MILENA SILVESTER QUADROS JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS JOSÉ DANIEL GÓMEZ LOPEZ	
Rural youth dynamics in the participatory processes of Youth Conferences (2015): the case of the youth of Mato Grande Territory .....	387
MARCOS AURÉLIO FREIRE DA SILVA JÚNIOR JOANA TEREZA VAZ DE MOURA	
Political ecology of soybeans: great property and socio-environmental conflicts .....	407
ROBERTO DE SOUSA MIRANDA	
“The cannibalistic councillor” of Pedro Almodovar: thinking gender, body and desire .....	435
PALOMA COELHO JULIANA GONZAGA JAYME	

## **Book reviews**

The crisis of the left as the structural crisis of the modern commodity production system .....	457
THIAGO CANETTIERI	
The Anthropocene and the humanities .....	463
NATANAEL DE ALENCAR SANTOS	
Participation in transition in Brazil: a reinterpretation .....	469
MARIO LUIS GRANGEIA RAMOS	

# Dossiê Objetos e sujeitos em contextos de mobilidade

BRUNO MIRANDA E SVETLANA RUSEISHVILI





## Documentos dos apátridas: a materialidade de jornadas migratórias entre mobilidade regulada e subversões dos sujeitos móveis

Svetlana Ruseishvili<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto propõe investigar os documentos de identificação e de viagem (passaportes) como objetos materiais que acompanham, definem e moldam as jornadas dos sujeitos-em-movimento. Para tanto, são mobilizadas as considerações produzidas no âmbito das viradas da mobilidade e materialista nas Ciências Sociais, que (re)integram a materialidade à pesquisa social. Por meio de um encontro etnográfico com os “papéis” de refugiados apátridas russos, preservados no arquivo de uma instituição de longa permanência para idosos em São Paulo, busca-se inserir os documentos na rede de atores para refletir sobre o papel que eles assumem na produção de cidadania e mobilidade reguladas.

**Palavras-chave:** documento; apátridas; refúgio; carteira modelo 19; passaporte.

**Documents of the stateless: the materiality of migration journeys between regulated mobility and subversions of mobile subjects**

**Abstract:** *This text proposes to investigate identification and travel documents (passports) as material objects that accompany, define, and shape the journeys of subjects-on-the-move, in the light of the mobility and the materialist turns.*

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – [svetlana@ufscar.br](mailto:svetlana@ufscar.br) – <https://orcid.org/0000-0001-8170-9692>

*Through an ethnographic encounter with the “papers” of stateless Russian refugees, preserved in the archives of an institution for the elderly in São Paulo, the text intends to insert the documents into the network of actors to discuss its role in the production of the regulated citizenship and mobility.*

**Keywords** *documents; stateless; refugee; “carteira modelo 19”; passport.*

### **Documentos de los apátridas: la materialidad de las jornadas migratorias entre la movilidad regulada y las subversiones de sujetos móviles**

**Resumen:** Este texto propone investigar los documentos de identificación y de viaje (pasaportes) como objetos materiales que acompañan, definen y dan forma a las jornadas de los sujetos en movimiento, a la luz de los giros de la movilidad y materialista. A través de un encuentro etnográfico con los “papeles” de refugiados rusos apátridas, conservados en los archivos de una institución para ancianos en São Paulo, el texto pretende insertar los documentos en la red de actores para discutir su rol en la producción de la ciudadanía y movilidad reguladas

**Palabras-clave:** apátridas; refugio; tarjeta modelo 19; pasaporte.

## **INTRODUÇÃO**

Há um objeto que tem assumido um significado singular no regime global dos Estados nacionais – o documento. Assim como Marx assinala a propósito da mercadoria, o documento, “à primeira vista, parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-[o], vê-se que el[e] é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (Marx, 1985 [1890]: 70). No mundo onde o controle da mobilidade dos indivíduos molda os modos de governo das populações, o documento adquiriu um caráter de fetiche. Com isso, o fetichismo do documento tende a maquiá um conjunto de relações sociais complexas que se edificam em torno da capacidade e da tendência humana de circular e fazer circular (Cortes e Faret, 2009).

No âmbito dos estudos migratórios, as pesquisas tendem a privilegiar a ausência do documento, já que ela provoca a condição de exclusão normativa e dá origem a uma categoria social de indocumentados, irregulares, *sans-papiers*, “ilegais”, “clandestinos” (De Genova, 2002; Khosravi, 2010; Noiriel, 2012). Nos estudos críticos da fronteira, o documento de viagem, o passaporte, integra o

debate não tanto em sua forma física, mas enquanto um dispositivo fundamental de hierarquização, seleção e inclusão diferencial de sujeitos em movimento (Mezzadra e Neilson, 2013; Bigo, 2010; Domenech e Dias, 2020)<sup>2</sup>.

É necessário estabelecer a relação, em termos analíticos, entre documento e passaporte. No uso cotidiano, os sentidos dos dois se confundem por terem uma função comum: de documentar um “estado civil” do portador, ou, nas palavras de Bourdieu (1986: 70), de “instituir uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele se apresenta como agente”. Do ponto de vista lógico, o passaporte é uma espécie de documento, cujo objetivo é identificar o portador no campo de mobilidade internacional. Porém, numa relação genealógica, o documento de identidade descende do passaporte, como bem demonstram Torpey (2000) e Noiriel (2012). Ao investigar a história social de passaportes na França, Noiriel (2012) constata que estes não eram originalmente artefatos para a identificação dos indivíduos, mas sim para o controle de seus deslocamentos dentro e através das fronteiras. A expedição do passaporte era descentralizada e sua forma era heterogênea, pois consistia em salvo-condutos e cartas de recomendação, atestados, declarações expedidas pelas autoridades locais e igreja. É apenas com o desenvolvimento do sentimento nacional, com as políticas protecionistas e com a centralização política na Europa do final do século XIX que começa a se perceber o potencial do passaporte para aprimorar as práticas de vigilância policial. A partir da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o processo da nacionalização da sociedade se consolida e o passaporte nacional se torna um dispositivo central para identificar os indivíduos, em termos de seu pertencimento ao corpo de uma ou outra nação. Dessa forma, na ordem de desenvolvimento dos fenômenos, o documento de identidade é uma versão nacionalizada do passaporte, que surgiu originalmente como um documento de circulação.

Portanto, neste texto, quando uso o termo “documento”, refiro-me aos documentos de identificação e de regularização normativa do indivíduo (documentos de identidade, de autorização de residência, de trabalho), ao passo que “passaporte” remete ao documento de viagem. Contudo, busco também revelar uma conexão intrínseca entre os documentos de identificação e os passaportes, ainda mais evidente quando se trata de contextos de mobilidade. A imprecisão do vocabulário se revela quando se trata de documentos que autorizam a viagem, identificam o indivíduo, mas não são considerados como passaportes pelo

2 Ver também o dossiê “Sociologia e fronteiras: a produção da ilegalidade migratória na América Latina e Caribe”. *Sociologias*, v. 22, n. 55, 2020.

regime normativo de Estados-nação. Tal imprecisão é uma chave para problematizar a ideia da soberania nacional no âmbito do controle da mobilidade, o tema que menciono no final deste texto.

Sem dúvida, o passaporte, na sua função de regular os deslocamentos, é uma das chaves centrais para compreender os regimes de mobilidade, que reproduzem constantemente desigualdades num mundo normativamente homogêneo (Glick-Schiller e Salazar, 2013). De fato, como aponta Appadurai (2020), os passaportes são objetos pequenos e cada vez mais estandardizados em seu formato. O passaporte, portanto, é um artefato, ou seja, um objeto manufaturado para um fim determinado: o deslocamento. Mais do que isso, ressalta o autor, é justamente a capacidade de qualquer nação de emitir um passaporte para seus cidadãos que garante a aparente igualdade formal das nações no mundo – o fundamento normativo do regime internacional dos Estados-nação, o qual, por sua vez, baliza os regimes de mobilidade.

No entanto, o passaporte não se resume à função regulatória. O passaporte possui uma existência material – ele é um objeto que acompanha o migrante e se insere numa teia complexa de outros atores sociais que o confeccionam, expedem, portam, conferem, carimbam, detêm, comercializam etc. Em sua materialidade, o passaporte contém vestígios da agência de tais atores diversos, manifesta em carimbos, assinaturas, vistos, selos e outros “artefatos gráficos” (Hull, 2012; Lawenkron e Ferreira, 2020: 23).

No contexto do regime global de controle de mobilidade, além de seu valor de uso, o passaporte passa a adquirir um valor de troca, determinado pela liberdade de movimento desigualmente distribuída entre as nações e seus membros<sup>3</sup>. Portanto, investigar o passaporte enquanto um artefato pode abrir novas perspectivas sobre a relação assimétrica de atores sociais cujas ações se cruzam nele e por meio dele.

No texto que segue, proponho uma análise de documentos de identificação e de viagem numa perspectiva que contemple tanto o seu conteúdo, quanto a sua forma material. A confluência, nas últimas décadas, da virada da mobilidade e da virada materialista contribuiu com o interesse das Ciências Sociais pelos objetos e permitiu reintegrar o entorno material nas práticas e agências dos indivíduos em deslocamento. Na primeira seção deste texto, faço uma breve

---

3 Basta se atentar aos “mercados” globais da cidadania, nos quais o valor de um passaporte é definido pela sua capacidade de oferecer viagens sem grandes restrições. Veja *ranking* de passaportes Henley&Partners, por exemplo. Disponível em: <<https://www.henleypassportindex.com/passport>>. Acesso em: 25 maio 2021.

revisão bibliográfica para rastrear as maneiras com quais os objetos e as materialidades foram ganhando relevância na discussão das mobilidades.

Em seguida, apresento o meu “encontro etnográfico” com documentos pessoais de refugiados apátridas russos vindos após a Segunda Guerra Mundial, preservados no arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista (SFP)<sup>4</sup>. A SFP é uma instituição de amparo aos idosos russos e outros eslavos em São Paulo, fundada em 1946, com apoio do Conselho Mundial das Igrejas e de outras organizações de ajuda mútua da diáspora russa (Vorobieff, 2006). Em mais de 70 anos de existência, a SFP acumulou um acervo, no qual se encontram documentos pessoais, fotografias, livros e outros objetos marcados pelo processo migratório. Dentre todos estes, optei por trabalhar com os documentos pessoais que constituem a maioria no acervo da instituição. Por documentos pessoais, compreendo aqueles que dizem respeito a um sujeito, visando normatizar a sua identidade (passaporte, carteira de identificação) ou alguma prática social específica (deslocamento, emprego, formação profissional etc.).

Junto com o leitor, abro os arquivos investigados e contemplo o seu conteúdo, dando destaque a dois tipos de documentos mais presentes: os documentos produzidos pelo Estado brasileiro (carteira de trabalho e carteira de identificação para estrangeiros) e os documentos de viagem produzidos por entidades não-nacionais (certificados de viagem e *laissez-passez*<sup>5</sup> para refugiados apátridas após a Segunda Guerra Mundial).

Com base nesse *corpus* documental, proponho uma reflexão sobre a ação do passaporte na rede de atores sociais que capacitam o indivíduo a se deslocar no contexto do regime internacional de controle migratório. De uma forma geral, o passaporte representa a vontade constitutiva do Estado nacional de monopolizar os meios legítimos de movimento (Torpey, 2000). No entanto, o passaporte também é percebido pelo Estado como um repositório de desconfiança (Appadurai, 2020), porque a sua materialidade lhe permite ser tanto artefato do Estado para produzir “uma identidade social constante e durável” (Bourdieu, 1986: 70) do indivíduo como meio de controle e vigilância, quanto artefato para a contestação individual dessas identidades impostas.

---

4 Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebeu cerca de 43 mil refugiados (Moreira, 2013). Entre eles, os refugiados apátridas de origem russa que estavam nos campos de refugiados na Alemanha e Áustria (cf. Ruseishvili, 2018). Na década de 1950, o Brasil recebeu também uma leva de cerca de 5 mil refugiados apátridas russos provenientes da China, o país que havia acolhido grande comunidade dos exilados da revolução russa.

5 Documento de viagem que não vincula o portador à nacionalidade do Estado de expedição ou expedido por organizações internacionais.

## Documento como objeto: perspectiva do paradigma das mobilidades

A análise do documento enquanto artefato se inspira na proposta de incorporar o objeto material na agenda de pesquisa em Ciências Sociais.

A partir do final da década de 1980, toma corpo um novo paradigma nos estudos migratórios, que propõe alargar a compreensão dos deslocamentos humanos como um fenômeno de mobilidade, articulando empírica e analiticamente fenômenos diversos e interconectados como circulação de pessoas, mercadorias e valores, mobilidade e fixidez, incorporação e manutenção de redes transnacionais, infraestruturas fixas e móveis etc. (Tarrius, 2000, 2002; Lash e Urry, 1987; Freire-Medeiros e Lages, 2020). A nova agenda de pesquisa e as novas perspectivas de análise, constituídas pelo paradigma de mobilidades nas ciências sociais, trazem uma observação fundamental: pensar a mobilidade no mundo contemporâneo significa considerar também os deslocamentos de entes inanimados. Nas primeiras páginas de seu livro *Sociology beyond societies*, Urry (2000: 03) afirma:

Não apenas as pessoas são móveis, mas também muitos ‘objetos’. Eu mostro que o desenvolvimento recente da sociologia dos objetos deve ser levado a frente e que diversos fluxos de objetos através das fronteiras sociais e suas interseções com os fluxos múltiplos de pessoas são altamente significativos.

Urry (2000) aponta que a circulação de objetos se dá em conjunto inseparável da circulação de pessoas e vice-versa. Nesse sistema interconectado, os objetos podem ser compreendidos pela lente de significados materiais e simbólicos que eles carregam e que são redefinidos constantemente ao longo de seu uso e em função do deslocamento.

A virada teórica das mobilidades nos países ocidentais aconteceu em paralelo com a retomada do interesse das ciências sociais pelos objetos materiais (Appadurai, 2008 [1986]; Latour, 2012 [2005]; Ingold, 2012). Latour (2012) propõe alargar a noção da agência para que ela possa abarcar também os não humanos e as coisas. Nessa perspectiva, o ator não é apenas uma fonte de uma ação, mas “um alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção” (2012: 75). Assim, os objetos se tornam atores porque participam ativamente no curso da ação dos outros atores.

Percebe-se aqui uma clara convergência entre a virada material e a virada da mobilidade na direção da inclusão dos objetos na análise sociológica. Para os estudos da mobilidade, o mundo material interessa não apenas como a troca de mercadorias que envolve atores humanos em uma complexa dinâmica de

deslocamentos, relações transnacionais, de processos de legalização e ilegalização etc. A estrutura material que possibilita os deslocamentos humanos, tal qual aeroportos, torres de transmissão de sinais telefônicos e meios de transporte, também tem sido objeto de estudos nas últimas décadas (Sheller e Urry, 2006).

Telefones celulares (Oiarzabal e Reips, 2012), computadores portáteis (Burrell, 2008), calçados (Max, 2018), malas (Alonso Rey, 2015; 2016; Monteiro, 2018), carros (Abashin, 2021), presentes (Peshkova, 2021), há uma diversidade de objetos que acompanham, estruturam, direcionam, facilitam ou bloqueiam o deslocamento dos indivíduos. O cruzamento de diversas fronteiras e a superação do regime global de controle da mobilidade são vividos pelos indivíduos como jornadas situadas em materialidades específicas, sejam elas espaços concretos de travessias, trânsitos ou esperas, sejam elas objetos que marcam, acompanham ou simbolizam a mobilidade geográfica/social (Burrell, 2008). Dentre estes, os documentos de identificação e de viagem são simultaneamente o símbolo, a condição e a fronteira materializada da mobilidade de sujeitos na modernidade política marcada pela hegemonia do Estado-nação.

Mobilizando a noção da biografia cultural das coisas, cunhada por Kopytoff (2013), é possível dizer que a biografia do documento acompanha a biografia de seu portador, na medida em que reflete no papel os seus “estados” civis (casamento, nascimento de filhos, formação profissional, inserção laboral, cidadania, deslocamento). Ademais, a “idade” do documento pode superar o tempo de vida de seu portador. Uma identidade social do indivíduo, fixada no documento, que passa a ser o seu único suporte material, adquire assim uma existência própria que supera a existência do corpo biológico. Investigar o documento enquanto um objeto significa, portanto, interrogar esse “avatar”, preservado nos papéis, em detrimento da ação destrutiva do tempo.

## Objeto como documento: um encontro etnográfico

Quando iniciei a minha pesquisa sobre a imigração russa em São Paulo (Ruseishvili, 2016), pouquíssimo se sabia sobre a formação da colônia russa no século XX, no Brasil. Os principais episódios constitutivos deste fenômeno apareciam nos depoimentos orais, que eu colhia por meio de narrativas e conversas com os “guardiões” do legado russo na cidade. Contudo, havia um fato que não podia ser ignorado: paralelamente a essas histórias, vários objetos materiais apareciam no caminho da minha pesquisa, indicando silenciosamente um passado não retido nas tramas das narrativas. Devido à escassez de arquivos

formais, que poderiam conter fontes documentais sobre a imigração russa no Brasil, decidi partir para acervos particulares, preservados nas casas de famílias, paróquias de igrejas e associações. Estes locais continham não apenas fontes documentais (jornais, cartas, passaportes, registros manuscritos etc.), mas também uma variedade riquíssima de objetos, tais como machados, bules de chá, ícones, bacias, lenços de lã, livros de receitas, brinquedos e tantos outros.

Todos esses objetos foram produzidos em outros locais, em outras épocas, foram trazidos por migrantes condenados ao anonimato pela passagem do tempo e estavam diante de mim, em toda a sua concretude. Diante dessa materialidade, busquei produzir um encontro etnográfico com objetos, procurando fazê-los “comunicar” ao pesquisador aquilo que nem sempre é revelado por meio de uma pesquisa documental ou por meio de depoimentos orais. “Interrogar” esses objetos se revelou um caminho para a compreensão do imaginário que esses migrantes tinham sobre o Brasil antes da viagem, das condições de sua vinda e instalação, da sua relação com o lugar de origem, da manutenção ou rompimento de redes sociais transnacionais e translocais.

Quando é possível interrogar os sujeitos sobre os objetos que acompanham os seus percursos, percebe-se que estes últimos têm capacidade de revelar as experiências migrantes ou (des)encontros entre expectativas e a realidade. Igor D.<sup>6</sup> relata que a mala da família era composta pelas ferramentas agrícolas compradas na Europa para enfrentar as condições imaginárias da vida e do trabalho no país:

Quando saíram nossos documentos para imigrar ao Brasil, meus pais compraram uma serra e outros instrumentos agrícolas para poder construir uma cabana na floresta para morar. E quando o navio entrou na baía de Guanabara, nós ficamos muito surpresos em ver o Rio com todas aquelas luzes<sup>7</sup>.

Em toda sua diversidade, esses objetos têm capacidade de narrar trajetórias de deslocamentos, modos de inserção, arranjos familiares, expectativas, decepções, saudades e imaginários dos indivíduos que não estão mais ali para contar as suas histórias pessoalmente. Como bem aponta Martins (1992), a ausência e o silêncio também devem ser ativamente interrogados numa relação etnográfica com o objeto pesquisado. As tentativas de silenciar, de impor o esquecimento,

---

6 O nome é fictício. Nascido na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1936, chegou ao Brasil com os pais, refugiados após a Segunda Guerra Mundial, em 1949.

7 Igor D. Depoimento de 19 de junho de 2015, em São Paulo, em russo, coletado e traduzido para português pela autora.

que são também formas de relações sociais dentro de comunidades migrantes, revelam-se por meio da ausência de certos objetos significativos nos seus locais de referência. Aquilo que não está nesses acervos heterogêneos – cartas queimadas, jornais rasgados, livros destruídos por cupins e umidade – também diz respeito ao processo, raramente pacífico, de incorporação dos migrantes no tecido social do local de instalação. O desafio, portanto, é fazer os objetos “contarem” as suas biografias e, com isso, as trajetórias de vida dos sujeitos.

No trabalho de campo, procurei dar prioridade para documentos dos residentes que ingressaram na Sociedade Filantrópica Paulista antes do ano 2000, considerando que o meu foco de pesquisa era a migração dos russos no período após a Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup>. Abrindo as caixas de arquivo, deparei-me com uma grande diversidade de cores, materiais e tamanhos de documentos, ordenadas em ordem alfabética. Porém, a diversidade de formatos não implicava na diversidade de tipos de documentos, sendo esta bastante limitada.

Todo o conjunto de documentos encontrados no acervo da SFP pode ser resumido aos seguintes tipos (pela ordem decrescente da frequência): i) carteira de identificação profissional (carteira profissional ou carteira de trabalho e previdência social); ii) carteira brasileira de identidade para estrangeiros (popularmente conhecida como carteira “modelo 19”); iii) documentos de viagem (*Travel Certificate*) para refugiados, apátridas e indivíduos de nacionalidade indefinida emitidos pelos organismos internacionais<sup>9</sup>; iv) certificados emitidos pelas instituições de ensino superior ou profissionalizantes; v) extratos de registros paroquiais que certificavam os dados do nascimento e a filiação e/ou do casamento; e vi) passaportes estrangeiros.

A relativa raridade de documentos de identificação brasileiros (“registro geral” ou “RG”) comparada com a grande quantidade de carteiras de identidade para estrangeiros (“modelo 19”), testemunha que os indivíduos em questão não haviam se naturalizado no Brasil, até as internações na SFP e aos falecimentos dos mesmos. Cabe destacar também que muitos desses indivíduos chegaram ao Brasil na condição de apátridas; portanto, não possuíam documento que pudessem vincular a qualquer outro Estado nacional.

Considerando cada indivíduo separadamente, a combinação de documentos mais comum no *corpus* analisado é a carteira profissional e a carteira modelo

8 Levando em conta que o maior fluxo dos deslocados de guerra russos para o Brasil se deu no período entre 1947 e 1949 e dos russos apátridas da China entre 1953 e 1958 e observando as características etárias dessa população (Ruseishvili, 2018), a maioria das pessoas teriam mais de 70 anos em 2000.

9 Como o Alto Comissário para Refugiados da Organização das Nações Unidas e Organização Internacional para Refugiados (OIR).

19. Considera-se, assim, esse conjunto como núcleo constitutivo da identificação civil de um refugiado russo no Brasil até o período da redemocratização<sup>10</sup>.

Assim, em meu trabalho de campo, busquei produzir um encontro etnográfico com os referidos documentos, o que significa enxergá-los como interlocutores da pesquisa, transcendendo a sua interpretação como mero suporte material de informações. Convém destacar que uma vasta bibliografia antropológica vem sendo produzida recentemente para definir caminhos analíticos e metodológicos de trabalho etnográfico com os documentos (Lowenkron; Ferreira, 2020). Nela, o destaque é dado não simplesmente ao conteúdo nos documentos, mas também às suas propriedades materiais, estéticas, formais, assim como às condições sociais de sua fabricação, uso, circulação e sua vida social em geral (Hull, 2012). É dentro desse contexto que a etnografia dos documentos busca “seguir o papel”, já que, na organização social contemporânea, além de serem suportes materiais de processos burocráticos, eles constituem práticas, ideologias, conhecimentos, subjetividades e criam/geram espaços de agência dos indivíduos. Neste sentido, é possível afirmar que documentos são entidades dotados de agência, desde que sejam capazes de gerar relações sociais que se diferem daquelas que se estabelecem na sua ausência (Latour, 2012; Amit e Salazar, 2020).

### Passaporte para além da nacionalidade

O primeiro conjunto de documentos pessoais encontrados no *corpus* pesquisado na SFP foi composto por diversos documentos para fins de deslocamento, dos quais os mais comuns eram os documentos não-nacionais: *laissez-passez*, certificados e documentos de viagem para apátridas e pessoas de nacionalidade indefinida expedidos por entidades não ou supranacionais.

---

10 O grau da generalização possível a ser extraída desse *corpus* de dados depende das condições de sua produção. Sabemos que, entre a diversidade de documentos produzidos pela SFP, ao longo da permanência do idoso na instituição (relatórios médicos, comunicação por escrito com a diretoria executiva, movimentação bancária, vencimentos da previdência social etc.), apenas os documentos de identificação e outros eventuais documentos mnemônicos (fotografias, cartas, manuscritos) costumam ser preservados. Para os internados que não possuíam familiares, esses papéis eram preservados nas caixas de arquivos, com as quais interagi ao longo do trabalho de campo. Portanto, é importante ressaltar que os documentos preservados não correspondem à totalidade da documentação que havia passado pela instituição, ao longo de seus 70 anos de existência. Embora esse *corpus não* possa ser considerado representativo para toda a população imigrante russa/eslava em São Paulo, tais documentos, “interrogados” no curso de um encontro etnográfico, apontam para dinâmicas migratórias e assimetrias de poder, que estruturaram e direcionaram o deslocamento dessas pessoas ao Brasil, após a Segunda Guerra Mundial.

Assim como passaporte nacional, os não-nacionais eram documentos destinados a capacitar o seu portador a se deslocar entre os Estados, cruzar fronteiras nacionais e requerer direito ao ingresso e à permanência regular no país de destino. Do ponto de vista material, eles possuíam espaço para anotações, vistos e carimbos, os artefatos gráficos que autorizam, balizam e registram os deslocamentos humanos no regime de controle migratório. No entanto, diferentemente dos passaportes nacionais, mais ou menos padronizados quanto ao seu formato físico, número de páginas, disposição e conteúdo de informações essenciais, esses documentos assumiam formas mais diversas: de simples folhas de papel até livretos mais similares aos seus protótipos nacionais.

Dois tipos de passaportes são mais numerosos entre o *corpus* documental do arquivo da SFP: i) Documento de viagem provisório substituto de passaporte para os apátridas e pessoas de nacionalidade indeterminada, expedido pela Alta Comissão Aliada para Alemanha (Figura 1 e 2)<sup>11</sup>; e ii) Certificado de viagem, expedido pelo Comitê Intergovernamental para os Refugiados (para os refugiados na Europa até 1947), pela Missão do Extremo Oriente da Organização Internacional para os Refugiados (para os refugiados russos da China até 1952; Figura 3) ou pelo Alto Comissariado para os refugiados da Organização das Nações Unidas (para os refugiados russos da China a partir de 1952) (Figura 4)<sup>12</sup>. Estes dois tipos de documentos eram emitidos pelas entidades diferentes, em períodos diversos, mas tiveram dois importantes pontos em comum: i) o fato de serem passaportes que não marcavam ou atribuíam ao seu portador pertencimento a uma nação; e ii) de serem expedidos não pelos estados nacionais, mas pelas entidades administrativas não nacionais.

11 Temporary Travel Document in lieu of passport for stateless persons and persons of undetermined nationality of Allied High Commission for Germany.

12 “Certificate of Travel” para apátridas era emitido pelo Comitê Intergovernamental para Refugiados atuante na Europa pós-guerra até 1947, o ano em que a organização é extinta e suas atividades são assumidas pela Organização Internacional para os Refugiados (OIR). A OIR emitia os *laissez-passez* até a sua dissolução, no início de 1952; a partir desse ano, os documentos de viagem foram emitidos pelo escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

**TEMPORARY TRAVEL DOCUMENT  
IN LIEU OF PASSPORT  
for Stateless Persons  
and Persons of Undetermined Nationality**

**TITRE DE VOYAGE PROVISOIRE  
TENANT LIEU DE PASSEPOIR  
pour apátrides  
et personnes de nationalité indéterminée**

**VORLÄUFIGER REISEAUSWEIS  
AN STELLE EINES PASSES  
für Staatenlose  
und Personen unbestimmter Staats-  
angehörigkeit**

Nº 0026265

**IMPORTANT — AVIS — WICHTIG**  
The document is NOT VALID unless it has been signed by bearer on page 4.  
Ce passeport N'EST VALABLE que s'il est signé par le titulaire à la page 4.  
Dieser Reiseausweis ist ohne Unterschrift des Inhabers auf Seite 4 UNGÜLTIG.

Bearer's Address:  
Address du Titulaire:  
Adresse des Inhabers:

PERSONS TO BE NOTIFIED IN CASE OF DEATH OR ACCIDENT:  
PERSONNE A PREVENIR EN CAS D'ACCIDENT:  
PERSON, DIE IM TODES- ODER UNGLÜCKSFALLE ZU BENACHRICHTIGEN IST

**CAMPANA**  
Cartão nº 4  
Sinhase on 19/07/1951

**CTB-AL-102-7218**  
**ALLIED HIGH COMMISSION FOR GERMANY  
HAUTE COMMISSION ALLIÉE  
POUR L'ALLEMAGNE  
ALLIIERTE HOHE KOMMISSION  
FÜR DEUTSCHLAND**

Temporary Travel Document  
in lieu of passport  
for stateless persons  
and persons of undetermined nationality

Titre de voyage provisoire  
tenant lieu de passeport  
pour apátrides  
et personnes de nationalité indéterminée

Vorläufiger Reiseausweis  
an Stelle eines Passes  
für Staatenlose  
und Personen unbestimmter Staatsangehörigkeit

Number:  
Número: Nº 0127423  
Nummer:

This document contains 28 pages.  
Ce passeport contient 28 pages.  
Dieses Dokument enthält 28 Seiten.

Photograph — Photographie — Lichtbild

Header — Destinataire — Inhaber

Valid to:  
Valable jusqu'à: — 5 OCT 1955  
Gültig bis zum:

Issued at:  
Émis à: BERLIN  
Ausgestellt in: 5 OCT 1951

On:  
Le: 5 OCT 1951  
Am:  
By:  
Par:  
Von:

**CHIEF PERMIT SECTION**

**DESCRIPTION OF BEARER  
SIGNALEMENT DU TITULAIRE  
PERSONENBESCHREIBUNG DES INHABERS**

Summary: Nom (Nom): DOBROWOLSKY	Sex: Sexe: M	Wife: Épouse: Gatten:
Height: Taille: 172	Complexion: Teint: Haut:	Build: Complexion: Teint: Haut:
Hair: Cheveux: GREY	Eyes: Yeux: BROWN	Age: Age:
Complexion: Teint: Haut:	Signs particularities: Bemerkbare Kennzeichen:	Children — ENFANTS — KINDER
Occupation: Profession: PLUMBERIAN	Accompanied by: Accompagné de: NONE and	

See page 3 — voir page 3 — siehe Seite 3

Figura 1. Documento de viagem provisório substituído de passaporte para os apátridas e pessoas de nacionalidade indeterminada, expedido pela Alta Comissão Aliada para Alemanha, capa e páginas 1-5. Arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista.

O documento de viagem provisório da Comissão Aliada para Alemanha foi implementado pelas autoridades militares francesas, britânicas e americanas que administravam os territórios da Alemanha Ocidental após o fim da Segunda Guerra Mundial. A Comissão Aliada era responsável por articular as ações dos governos militares e pela administração civil da área. O documento expedido pela Comissão tinha objetivo de autorizar e monitorar os deslocamentos dos civis sob a sua jurisdição, tanto os indivíduos de nacionalidade alemã que precisavam se deslocar internamente quanto os deslocados de guerra, apátridas ou pessoas de nacionalidade indefinida, que buscavam se deslocar para fora do território alemão, mas não possuíam um Estado para emitir um passaporte nacional para esse fim (Schalke, 2019).

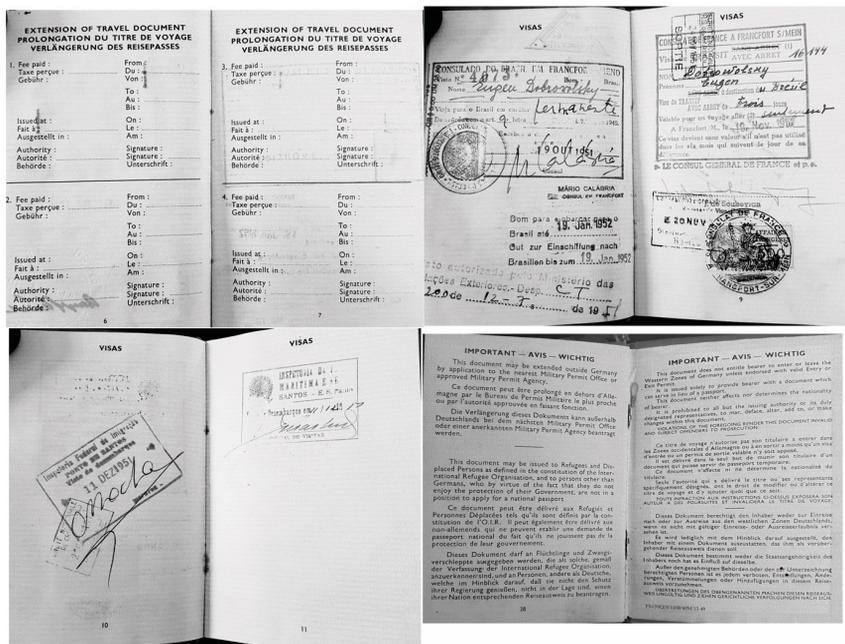


Figura 2. Documento de viagem provisório substituído de passaporte para os apátridas e pessoas de nacionalidade indeterminada, expedido pela Alta Comissão Aliada para Alemanha, capa e páginas 1-5. Arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista.

O documento de viagem era um livreto de capa vermelha (para os apátridas) e de capa verde (para os alemães), contendo 28 páginas e similar a um passaporte contemporâneo. As primeiras 5 páginas eram dedicadas à descrição trilingue (em francês, inglês e alemão) do portador, contendo seu nome, data de nascimento, nacionalidade (origem), profissão, nome da esposa e filhos, assim como características fenotípicas: altura, cabelo, olhos e sinais particulares, além de uma fotografia do portador e de sua esposa, assinatura do portador e informações sobre a emissão do documento (data e local de emissão, data de validade, selo de emolumento, carimbo da autoridade responsável e lista de países que, mediante o visto, reconhecem a validade desse documento). O restante das páginas do livreto era reservado para vistos e outros carimbos que autorizavam a saída-entrada do portador de diversos territórios nacionais. As duas últimas páginas registravam o comunicado a todos os agentes em contato com o documento, de que este não afetava e nem determinava a nacionalidade de seu portador e que a sua capacidade de autorizar o deslocamento do portador dependia por completo de vistos correspondentes.

Portanto, eram vistos emitidos pelos agentes dos Estados nacionais que capacitavam o indivíduo para uma viagem regular. Dessa maneira, como destaca Appadurai (2020), não o passaporte, mas sim os vistos são verdadeiros dispositivos para a mobilidade. Mesmo que aparentem ser frágeis e dependentes de seu suporte material, eles dispõem de um poder imenso sobre a mobilidade dos sujeitos. Sem o visto, o passaporte perde o seu propósito, tornando-se um objeto vazio.

Dessa maneira, caso não tivesse visto, e não sendo capaz de indicar ou determinar o pertencimento nacional do seu portador, esse documento de viagem se revelava como apenas um suporte material para carimbos e anotações de agentes de controle de mobilidade. No entanto, ele também se tornava um artefato para agência humana, no anseio de manter o domínio sobre o destino e a trajetória de seu deslocamento, mesmo no contexto adverso do período pós-guerra, como veremos mais adiante.

Diferentemente do passaporte da Comissão Aliada, o documento de viagem emitido pelos organismos internacionais das Nações Unidas para os refugiados era confeccionado para um único trajeto, o que era evidente pela sua forma lacônica e frágil (Figura 3 e 4). Era uma folha de papel, cuja frente possuía cabeçalho com texto datilografado, contendo uma mensagem do ACNUR endereçado às autoridades dos Estados<sup>13</sup>, seguido por informações biográficas e biométricas do portador. No verso, existia um espaço para vistos e outros carimbos de serviços migratórios nacionais.

Mesmo sendo uma folha de papel, aparentemente o certificado costumava ser preservado pelos seus portadores, como se evidencia no acervo da SFP. Embora fossem constatados alguns exemplares em condições materiais deterioradas (pelo excesso de uso, perceptível nas dobras, bordas e amarelamento do papel), a maioria dos documentos estava em boas condições de uso, apesar de 50 anos passados desde a sua expedição.

---

13 O Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados, conforme a sua competência e nos termos do Estatuto de sua função, solicita todas as autoridades civis e militares dos Estados Estrangeiros a deixar passar livremente [nome do portador], refugiado reconhecido, indo para [país de destino] e lhe prestar assistência, caso necessária (Figura 3).

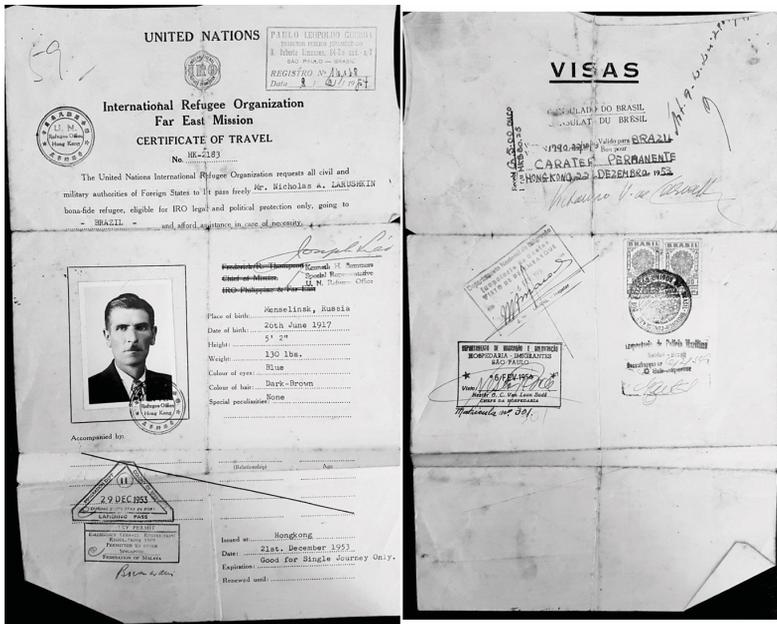


Figura 3. Certificado de viagem expedido pela Missão do Extremo Oriente da Organização Internacional para os Refugiados. Arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista.

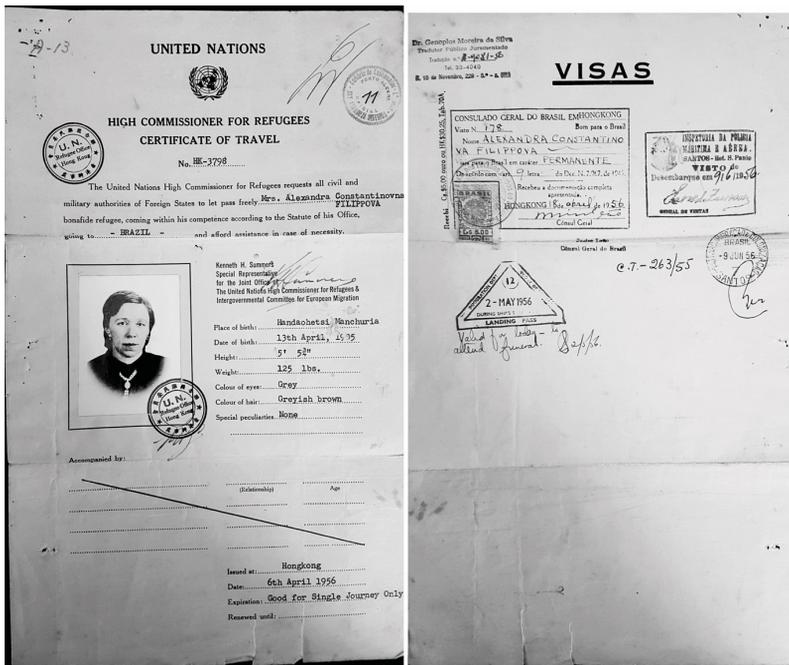


Figura 4. Certificado de viagem expedido pelo Alto Comissariado para os refugiados da Organização das Nações Unidas. Arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista.

Independente do formato físico desses dois documentos de viagem, uma característica se destaca como fundamental, pois nenhum deles tinha competência de inserir o portador na lógica da cidadania, baseada no pertencimento a uma nação. Ao contrário, o objetivo do referido passaporte era identificar o indivíduo sem Estado e assim capacitá-lo para o deslocamento.

Eu poderia argumentar que o caso abre um precedente histórico de regulação não estatal da mobilidade individual através de fronteiras nacionais. Afinal, assim como o passaporte Nansen, que foi seu precedente no período do entre-guerras, esses documentos concediam aos indivíduos o direito de circulação, ameaçando assim o monopólio do Estado sobre o território e a população. No entanto, o fato desses documentos de viagem necessitarem de validação por Estados-nação por meio de vistos enfraquece esse argumento, pois eram eles que, de fato, produziam o apátrida como um viajante. Assim, o poder regulatório sobre a mobilidade dos indivíduos permanecia com o Estado. Desprovido da autoridade para garantir um pertencimento nacional ao seu portador, o passaporte não nacional era como um simulacro do passaporte nacional. Uma imitação incompleta que propunha uma solução emergencial para os migrantes apátridas para mantê-los minimamente na esfera dos direitos, como uma espécie de “*sub-identity documents*” analisados por Agier (2010: 189).

### Cidadania regulada: carteira de trabalho e carteira “modelo 19”

Em conjunto com os documentos que regulam a circulação de indivíduos no regime internacional de Estados-nação e de controle fronteiriço, há um segundo grupo de documentos pessoais, que servem para regular a sua permanência e a sua participação legítima na vida da comunidade política do local de residência. No caso do Brasil, a partir do período do Estado Novo, dois documentos pessoais possuíam importância fundamental para os não cidadãos: a carteira profissional (carteira de trabalho) e a carteira de identificação de estrangeiro, popularmente conhecida como carteira “modelo 19”<sup>14</sup>.

---

14 O protótipo do atual Registro Nacional Migratório (RNM), antigo Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

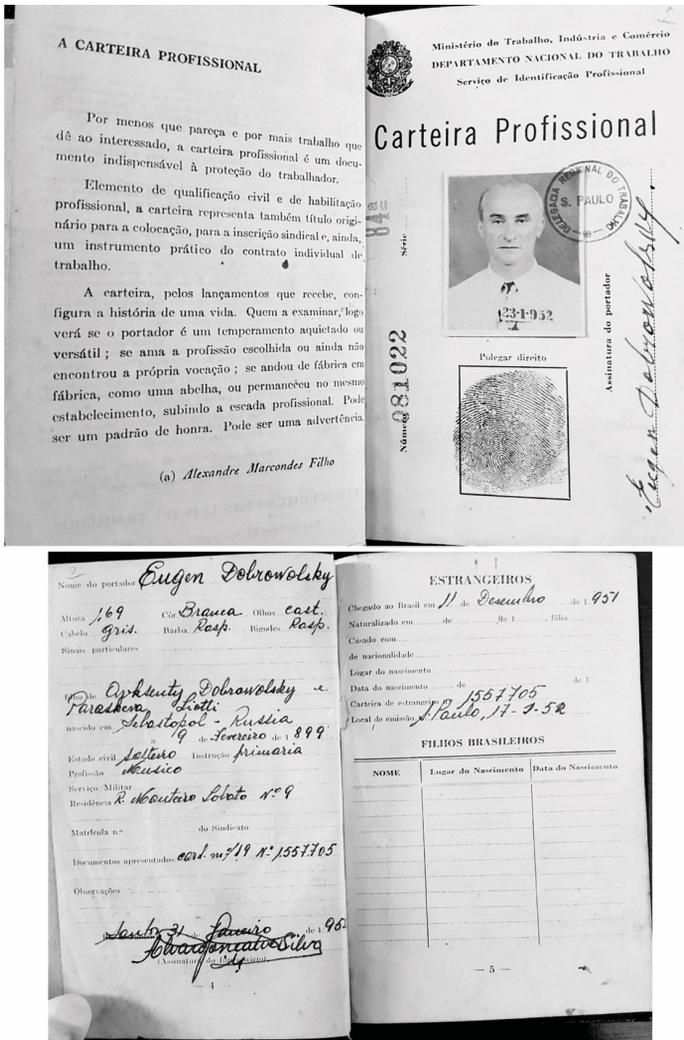


Figura 5. Carteira profissional, década de 1950. Arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista.

As carteiras de trabalho dos anos 1950 (Figura 5), que constam nos acervos da SFP, eram livretos de capa azul dura ou brochura, com numerosas páginas. Na página seguinte, localizava-se a fotografia do portador, marcada por um carimbo da Delegacia Regional do Trabalho e contendo também a impressão digital do polegar direito e a assinatura do imigrante. No verso dessa página, eram registradas as informações biométricas, tais como altura, cor, olhos, cabelo, barba, bigode e outros sinais particulares. Além disso, a filiação do portador, o local e a data de nascimento, estado civil, instrução, profissão, residência e o documento de identificação apresentado para o registro. A página ao lado era

dedicada ao registro de trabalhadores estrangeiros, dando destaque para a data de sua chegada no Brasil, a eventual naturalização e os dados dos familiares (esposa e filhos brasileiros). O restante do livreto era composto pelo registro de contratos de trabalho, férias e impostos sindicais. De fato, acredita-se que esse conteúdo pretendia “configurar a história de uma vida”, da trajetória migratória, profissional e familiar de seu portador<sup>15</sup>.

A carteira modelo 19 era um livreto espesso de capa verde (Figura 6). Mas, diferente da carteira de trabalho, a maior parte de suas páginas era ocupada pelos excertos do texto do decreto 3.010 de 1938 (Brasil, 1938), que instituía o registro de estrangeiros no Brasil. Os excertos citados diziam respeito aos deveres e obrigações de estrangeiros no país, assim como as penalidades previstas para diversas infrações definidas na legislação migratória.

O decreto mencionado agregou uma série de outras leis migratórias, publicadas ao longo dos anos anteriores, que visavam restringir os fluxos migratórios no país, assim como “assimilar” as populações culturalmente heterogêneas originárias da imigração ao projeto de uma cultura “nacional brasileira” e limitar a participação política e civil dessas comunidades (Seyferth, 1997).

De acordo com o decreto, a carteira de identificação para estrangeiros era expedida pelo Instituto de Identificação (Félix Pacheco) no Distrito Federal ou por repartições responsáveis nos estados, conforme o modelo de número 19, de onde ela herdou o seu nome popular.

A introdução da carteira consolidou algumas práticas estatais em relação aos estrangeiros que vinham se manifestando desde décadas anteriores: i) o controle da mobilidade interna; ii) a criminalização da irregularidade migratória; e iii) a vigilância policial das comunidades e dos indivíduos. Por outro lado, a introdução da carteira de identificação se inseria na lógica que erguia a ordem da cidadania nesse período, ao vincular os direitos de migrantes a sua posição

---

15 Esse modelo de carteira de trabalho levava, logo na primeira página, uma mensagem de Alexandre Marcondes Filho, chefe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do governo Vargas, entre 1941 e 1945, reforçando a ideia de que a carteira era destinada a ser uma segunda personalidade de seu portador (Figura 5):

[...] A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil: se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escada profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

REGISTRO GERAL N.º 887.130.

Esta carteira de identidade pertence a  
*Antonina Sakovitch*

Natural de *Bielgorod Russia*

Nascido a *18 Agosto 1887*

Filiação: *Estanislau Gutetskaia e Maria Gutetskaia*

Cor. *branca* Olhos *castos*

Nacionalidade *Russa*

São Paulo *24 de Agosto* de *1913*

CHefe DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO N.º 189476

Nome: *Antonina Sakovitch*

Observações: *Profissão - Prunidas domesticas*

*De acordo com o Dec Lei 2537 de 27.8.10*

INFRAÇÕES

Data	Artigo	Cidade
<i>21.8.10</i>	<i>268</i>	<i>São Paulo</i>
<i>2.6.15</i>	<i>268</i>	<i>São Paulo</i>

RESIDENCIA (R) EMPREGO (E) LOCAL

*16.9.13 R Rua Neringas de Moraes 1151*

*21.8.10 R Rua Lamandau 401*

*2.6.15 R Rua Coronel Dutra 85*

*10/11/13 R Sadrei 1100 - BARRA DE SÃO JOÃO - SÃO PAULO*

SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Admitida em território nacional em caráter *Permanente* (permanente ou temporário)

com permanência *definitiva*

nos termos do art. 150 §§ 1.º e 2.º do decr. n.º 3.010, de 20 de Agosto de 1938.

Data do desembarque: *12* / *7* / *1921*

Embarcação: *Aquitaine*

Porto: *Santos*

Passaporte n.º *481* expedido em *Bielgorod* (cidade) *27* / *7* / *1918* (data)

Visado pela autoridade consular brasileira em \_\_\_\_\_ (cidade)

sob n.º \_\_\_\_\_ no ano de \_\_\_\_\_

São Paulo, *16* de *Setembro* de *1918*

*permanente*  
DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS

ASSINATURA DO PORTADOR

*Antonina Sakovitch*

Série *3333*  
Secção *3228*

F.D. Secção

POLEGAR DIREITO



Figura 6. Carteira “modelo 19”, década de 1940. Arquivo da Sociedade Filantrópica Paulista.

na estrutura ocupacional do país e ao segregar, do ponto de vista cívico, os trabalhadores urbanos dos trabalhadores rurais.

Em seu art. 152, o decreto obrigava qualquer estrangeiro acima de 18 anos e com permanência definitiva no país a registrar quaisquer mudanças de endereço de residência ou de emprego para que estas fossem anotadas em sua carteira. No mesmo sentido, o art. 143 previa que o estrangeiro não podia permanecer em qualquer localidade do país sem ter se registrado nas repartições responsáveis, em um prazo de 30 dias. Além disso, a carteira precisava ser renovada a cada ano, uma exigência que obrigava o estrangeiro a manter relações constantes com a delegacia da polícia de seu local de residência. Nesse sentido, a norma jurídica centralizava a prática de controle, vigilância e policiamento das populações migrantes no país, antes exercida de forma descentralizada, no âmbito das unidades federativas.

Junto com a regularização migratória nacional, cristalizavam-se também as normativas para a criminalização da condição irregular. Os artigos 241 e alguns outros posteriores estabeleciam critérios pelos quais multas, detenções e deportações poderiam ser aplicadas a todos os agentes que desrespeitassem as normas fixadas no decreto<sup>16</sup>. Dessa maneira, documentar a população estrangeira era uma tecnologia estatal para contar, agregar, identificar e gerir a população e o indivíduo que a compõe para conceder direitos e exigir deveres.

Como aponta Peirano (2002), de um lado, o documento produz o cidadão performaticamente e o chama para existência em termos de direitos e deveres civis. Mas, por outro, a obrigatoriedade de portar um documento para se fazer visível ao olho do Estado produz o ato de despossuir, de negar o reconhecimento social ao indivíduo indocumentado. Os documentos para os estrangeiros buscam produzir um cidadão limitado, como se evidencia no caso da carteira modelo 19. Esta produzia performaticamente um cidadão “de segunda ordem”, deixando explícita a sua exterioridade à nação e suas obrigações com ela (mas não os seus direitos). Numerosas páginas dedicadas à citação do texto do decreto comunicavam ao portador que a sua “identidade” no país era atrelada à sua identificação pelo Estado como um estrangeiro. Para comparar, os documentos de identificação dos brasileiros (“registro geral”) não portavam o texto das leis que regulamentavam a cidadania, o que mostra que o estrangeiro era visto

---

16 O art. 241 estabelecia multa para os empregadores urbanos e rurais que empregassem trabalhadores estrangeiros sem a carteira de identificação atualizada. Os artigos 266 a 270 estabeleciam medidas administrativas (que variavam entre multas e deportação) para infrações do decreto cometidas pelos estrangeiros.

como aquele que, por excelência, desconhece as regras de convivência cívica, mesmo que ele residisse há anos no país.

Na contracapa da carteira, constavam informações de identificação do portador: nome, naturalidade, data de nascimento, filiação, cor, olhos, nacionalidade, data e local de expedição, assinatura do responsável pela expedição de carteiras do Instituto de Identificação, a fotografia do portador, visada pelo Instituto, assinatura do portador e a impressão do polegar direito. Na primeira página do livreto, eram localizadas as informações do registro do portador no Serviço de Registro de Estrangeiros – número, nome do portador e observações, nas quais frequentemente era assinalada a profissão do indivíduo. Na página 2, constava um formulário para ser preenchido pelas autoridades referente às infrações, com destaque para a data, a sua fundamentação no artigo do decreto e o local de infração. A maioria das infrações registradas no *corpus* das carteiras investigadas foi referente ao art. 268, que dizia respeito a não comunicação à autoridade policial da mudança de residência ou emprego.

As páginas 3 e 4 eram destinadas ao registro de endereços de residência e emprego, cada um visado pela polícia por meio de um carimbo. Na terceira capa, o livreto levava um formulário para ser preenchido pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, com dados sobre o fundamento legal da admissão do portador no território brasileiro (imigrante permanente com residência definitiva) e os dados de seu desembarque: data, embarcação, porto, número, local e data de expedição do passaporte e local em que este foi visado pelas autoridades brasileiras.

Tanto a carteira de trabalho quanto a carteira de identificação dos estrangeiros surgiram no mesmo período do Estado Novo. Como já analisado por Santos (1979), em seu trabalho clássico, é na década de 1930 que se institucionaliza no Brasil a ideia da cidadania, atrelada à regulamentação estatal da ocupação profissional. A cidadania é operacionalizada por meio da estratificação ocupacional, definida por norma legal, que estabelece ocupações reconhecidas e regulamentadas pelo Estado, por meio das quais são definidos os direitos dos cidadãos. Essa cidadania regulada, nas palavras de Santos (1979: 75), “está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no espaço produtivo, tal como reconhecido por Lei”. A carteira de trabalho, instituída em 1932, torna-se, dessa maneira, uma “certidão de nascimento cívico” (Santos, 1979: 76).

Enquanto a carteira de trabalho produzia o cidadão e a carteira 19 o “estrangeiro”, ambos estavam inscritos na lógica de uma cidadania regulada pelo trabalho. Nessa lógica, o estrangeiro era aceito no seio da nação enquanto um

trabalhador, de modo que a sua condição de não cidadão não tenha sido relevante. Com algumas exceções, como direito ao voto e ao documento de viagem, entre os mais palpáveis, os não nacionais podiam ter acesso aos direitos similares aos dos nacionais.

Isso pode ser uma das razões do grande número de russos no grupo analisado tenham vivido por muitos anos como apátridas no Brasil. Alexandre M.<sup>17</sup> relata que os seus pais viveram apátridas e não sentiam a necessidade de se naturalizar:

Meus pais vieram como apátridas. Eles não davam importância para os papéis. Meu pai faleceu sem ter se naturalizado brasileiro. Ele possuía um documento brasileiro, mas não era um documento de cidadão. Lá constava que ele era apátrida, nascido na Iugoslávia. Então ele viveu como estrangeiro, mesmo tendo vivido 40-50 anos aqui no Brasil. Não posso dizer se eles tiveram algum problema por causa disso, acredito que era muito oneroso e, além disso, não era tão fundamental para eles, porque eles se estabeleceram bem aqui. E também foi porque eles não se sentiam brasileiros. Eles se consideravam mais brasileiros que os próprios brasileiros. Eles tinham mais orgulho de viver aqui do que os próprios brasileiros, mas a cidadania não era importante. Meu pai trabalhava em uma empresa multinacional e não lembro que isso tenha causado algum problema para ele. O Brasil deu uma boa oportunidade para eles e eles confiavam, porque a minha família perdeu tudo duas vezes e só aqui que eles tiveram uma chance para se estabelecer bem.

A exceção foi a mãe de Alexandre, que se naturalizou brasileira na década de 1990, já com cerca de 70 anos de idade, porque queria fazer uma viagem para a Europa e teve problemas com passaporte e vistos.

Irina B.<sup>18</sup> explicou como a sua família se tornou apátrida e mencionou dificuldades para fazer viagens internacionais com o passaporte para os estrangeiros brasileiro<sup>19</sup>:

---

17 Nascido no Brasil, em 1950, de pais russos, que chegaram ao Brasil da Europa no período após a Segunda Guerra Mundial. Entrevista realizada em 23 de abril de 2021 em russo, para a construção do *corpus BraPoRus* (Smirnova Henriques et al., 2021), traduzida para português pela autora.

18 Nascida na China, em 1944, de pais russos; chegou ao Brasil de Hong Kong, em 1954. Entrevista realizada em 04 de março de 2021, em russo, para a construção do *corpus BraPoRus* (Smirnova Henriques et al., 2021), traduzida para português pela autora.

19 O passaporte brasileiro para estrangeiros (hoje comumente chamado de “passaporte amarelo”, devido à cor de sua capa) foi regulamentado pelo Decreto n. 18.408 de 25 de setembro de 1928. Ele era concedido para uma única viagem e destinado: i) aos estrangeiros nacionais dos países que não tenham representações consulares no Brasil; e ii) aos indivíduos sem nacionalidade. DOU, Diário Oficial da União – Seção 1 – 11/10/1928, p. 22454. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18408-25-setembro-1928-563028-publicacaooriginal-87134-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2021.

Em Hong Kong, a organização humanitária que pagou as nossas passagens começou a verificar os nossos documentos para que fossem enviados para algum terceiro país. Nós não possuíamos nem a cidadania soviética, nem a chinesa, por isso eles nos registraram como apátridas, pessoas sem pátria. Em um dos documentos dá para ver na fotografia: eu, meu irmão e a minha mãe. Chegamos aqui com esses documentos e aqui constamos como apátridas. Até hoje vivo com esses documentos. [...] Há dois anos, eu queria viajar para a Rússia [com o passaporte amarelo], mas no consulado eles disseram que não iriam autorizar a minha entrada. Perdi as minhas passagens.

Irina se emocionou ao dizer que a Rússia não autorizou sua viagem por causa dos documentos; mesmo assim, não demonstrou vontade de se naturalizar brasileira. A persistência desse grupo de russos em se manter apátridas no Brasil ainda precisa ser investigada mais profundamente. As razões para isso podiam variar entre convicções ideológicas<sup>20</sup>, altos custos financeiros e burocráticos para se naturalizar no Brasil e pouca necessidade de fazer viagens internacionais. É preciso, portanto, problematizar não apenas o alcance, mas também o valor e o significado da cidadania nacional para certos grupos de sujeitos em movimento. Essa agenda de pesquisa se torna ainda mais urgente no regime internacional dos Estados-nação que tem produzido “um apartheid de passaportes” (Kochenov, 2020).

## Desfetichizando o passaporte

Quando, no regime internacional de Estados-nação, o passaporte se torna um fetiche, ele naturaliza “configurações culturais específicas e regimes de poder que definem o que e quem pode – ou não – circular, quando e sob que condições de segurança e conforto” (Medeiros, Telles, Allis, 2018: 06). Os documentos pessoais se inserem numa teia de relações entre instituições, indivíduos e outras entidades, na qual eles não apenas são intermediadores de práticas sociais, mas também seus produtores. São múltiplos os atores sociais que participam da teia social na qual o documento é inserido, entre eles: os sujeitos “normalizados” pelos documentos (os sujeitos “portadores”), produtores e operadores dos documentos (em sua maioria, agentes estatais ou paraestatais).

---

20 Não era raro, na diáspora russa, que os refugiados valorizassem e ostentassem a sua condição de apátridas, que para eles representava a recusa de ser assimilado no estrangeiro e a esperança de, um dia, poder voltar à Rússia livre do regime soviético. O caso mais célebre é do escritor Ivan Bunin, que, até a sua morte em 1953, permaneceu apátrida, embora tenha tido possibilidade de se naturalizar francês (Kochenov, 2019).

Os encontros entre agentes humanos, mediados pelos documentos, resultam em ações que revelam os regimes de poder, capazes de hierarquizar, selecionar e excluir os sujeitos da legitimidade hegemônica. Assim, a análise do conjunto dessas ações e interações permite, por sua vez, identificar conjunturas sociais mais amplas. Assim como numa pesquisa etnográfica com os sujeitos em carne e osso, a etnografia dos documentos permite interrogá-los para identificar processos, estruturas e relações sociais que são velados.

O regime administrativo de controle de fronteira impõe um domínio do documento de identidade sobre o indivíduo. Quando o viajante é um refugiado apátrida, esse documento se transforma em um artefato que incrementa a existência social à existência biológica do indivíduo, de modo que a ausência deste condena o indivíduo a uma vida “nua” (Agamben, 2010).

No entanto, a tentativa de cristalizar em categorias estáveis algo que não pode ser fixo, como a identidade de um indivíduo ou a ideia de uma “nacionalidade”, condena o documento de identificação a ser um “repositório de desconfiança”, como ressalta Appadurai (2020). Tanto o passaporte quanto o seu portador se tornam *a priori* suspeitos quando submetidos ao controle migratório internacional. Não só o documento pode ser falso, ou o seu portador pode ser impostor, mas a própria nação que eles representam pode ser vista como ameaça potencial. Assim, para Appadurai (2020), o passaporte é, paradoxalmente, um repositório da nacionalidade, santificado pelas nações modernas, e repositório da desconfiança simultaneamente. Ou seja, o documento também é espaço de conflito, negociação e contestação, já que é passível de ser fabricado, usado e manipulado pelos seus portadores (Etcheverry, 2016).

Igor D. me contou que, nos campos de refugiados após a Segunda Guerra Mundial, os deslocados de guerra soviéticos eram identificados pelos Aliados por meio do porte de algum documento soviético. Nos primeiros anos do pós-guerra, possuir um documento, que identificava o indivíduo com a URSS, podia levar ao repatriamento compulsório. O repatriamento era temido, porque se acreditava que o governo stalinista tratava aqueles que não retornavam voluntariamente como “inimigos do povo”. Por isso, os campos para os refugiados soviéticos viam diariamente fogueiras de passaportes e outros documentos queimados pelos seus donos; enquanto isso, nos porões, grandes mestres de falsificação produziam outras “identidades”, que não levariam os seus donos de volta à terra de origem.

Os documentos eram fabricados à mão, imitando o texto datilografado. Copiavam o carimbo com batata crua. Eu tenho esse meu documento até hoje. Hoje isso parece cômico, mas naquela época era uma salvação. Apesar de que os ingleses certamente desconfiavam [que os documentos não eram originais]<sup>21</sup>.

Aí está o paradoxo do documento de identidade que é constantemente uma fonte de desconfiança por parte das autoridades burocráticas. Sendo um artefato de controle e de vigilância dos cidadãos pelo Estado, ele também é um artefato da capacidade criativa dos indivíduos. Os sujeitos em movimento em situação de irregularidade documental têm plena consciência de que os procedimentos e artefatos apresentados como meramente “administrativos” disfarçam, na realidade, a violência estatal sempre prestes a se tornar a violência física (De Genova, 2020; Graeber, 2012).

Pensando junto com David Graeber, o documento de identificação representa, portanto, uma tecnologia da violência burocrática, ou, nas palavras do autor, da “violência estrutural” (2012: 112). A dominação burocrática se sustenta pacificamente pela compreensão de todos os atores de que, para além dos artefatos que ela produz, reside aí a zona cinzenta da violência física. A ausência de um passaporte e/ou de um visto leva um migrante à detenção, à deportação, à exploração laboral, frequentemente acompanhadas de humilhação e agressão. A violência estrutural age simultaneamente por meio da inclusão dos indivíduos na sua malha burocrática e por meio de exclusão dela. Para um imigrante indocumentado, aceder a um passaporte e/ou um visto significa, ao mesmo tempo, libertar-se da ameaça da violência física associada à situação irregular e se submeter à violência estrutural fundamentada no princípio da soberania do Estado.

Para o Estado, o emissor hegemônico de documentos de identidade, o documento é um campo de batalha entre o indivíduo e os agentes estatais. Em tal batalha, o Estado visa afirmar o seu poder soberano de sujeitar o indivíduo a uma identidade regulada. Por sua vez, o indivíduo procura frestas para moldar essa identidade de acordo com os seus projetos de vida ou de deslocamento. No contexto da nacionalidade indefinida e na ausência de outros documentos ou agentes que poderiam “confirmar” a identidade do indivíduo, o espaço para a agência dos sujeitos é potencialmente infinito. Isso, por sua vez, gera a reação do Estado que exige um procedimento burocrático para confirmar a

---

21 Igor D. Depoimento de 19 de junho de 2015, em São Paulo, em russo, coletado e traduzido para português pela autora.

“veracidade” da identidade do sujeito. Assim como nas instituições estatais, os modos de agir burocrático das organizações internacionais são penetrados por um espírito de desconfiança. O processo moderno de *refugee status determination*<sup>22</sup>, por exemplo, baseia-se na tentativa de comprovar, por relatos de terceiros e/ou, melhor, por provas materiais, a identidade do solicitante de refúgio, que é considerada suspeita enquanto não fixada por procedimentos administrativos ditados por Estados (Facundo, 2017; Perin, 2014). O fetiche do Estado pelo documento reflete o processo de uma inclusão diferencial dos sujeitos no espaço de direitos. Os apátridas, assim como os sujeitos sem documentos, são produzidos como tais e constituem um *status* específico de “excluídos dos modos jurídicos de pertencimento” (Butler e Spivak, 2007: 16; De Genova, 2002; Mezzadra e Neilson, 2013).

Entre o seu portador e os operadores, o passaporte, além da já mencionada desconfiança que atravessa toda a rede de relações produzidas por este, faz visível a assimetria de poder tanto entre os diversos Estados, quanto entre os agentes da burocracia estatal e o indivíduo portador. No caso analisado aqui, os operadores eram agentes consulares que emitiam vistos, assim como agentes fronteiriços, que autorizavam ou não a entrada e a permanência em uma determinada localidade. Nessa interação, a dominação do agente administrativo sobre o curso da vida e da viagem do portador do passaporte é ostentada em carimbos, selos e assinaturas.

Em um dos documentos de viagem emitidos pelo Alto Comissariado dos refugiados para uma apátrida russa na China, que encontrei nos arquivos, vemos o visto brasileiro e carimbos de desembarque em vários portos pelo qual a portadora tinha passado em sua viagem para o Brasil. Entre eles, um carimbo de desembarque do departamento de imigração da Singapura com uma anotação: “válido por hoje, para atender a um funeral”. Atender a um funeral, no meio de um longo deslocamento de Hong Kong até o Brasil, provavelmente significava o falecimento de algum familiar ou amigo. O carimbo, assim, ostenta o poder burocrático estatal sobre o curso da vida do indivíduo.

## Considerações finais

O estímulo inicial para este texto partiu da importância que os novos estudos da mobilidade concedem para objetos e para estrutura material envolvida

---

22 *Refugee Status Determination*. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-status-determination.html#:~:text=Refugee%20Status%20Determination%2C%20or%20RSD,international%2C%20regional%20or%20national%20law>>. Acesso em: 25 maio 2021.

nos processos migratórios. Os documentos de identificação e de viagem são artefatos indispensáveis para a existência política de sujeitos no regime de Estados-nação. Embora eclipsada pela função que eles assumem, a materialidade dos documentos é importante e produz significados para os sujeitos portadores, embora ainda recebam pouca atenção nas pesquisas científicas. Assim como no corpus trabalhado neste texto, a “biografia” dos documentos pode extrapolar a biografia de seus portadores. Os documentos se transformam em interlocutores em um encontro etnográfico, testemunhando processos sociais e regimes de poder mais amplos.

O refugiado apátrida russo dependia de seus documentos de viagem, que transformavam a sua existência biológica em existência social. No Brasil, ao adquirir a carteira 19, ele realizava essa existência social por meio do acesso aos direitos e, ao mesmo tempo, submetia-se à vigilância da polícia, disfarçada de procedimentos administrativos. O descumprimento das normas administrativas implicava na ameaça da detenção, da multa e da expulsão, jogando-o novamente para fora da cidadania, regulada e parcial.

Procurei argumentar, desse modo, que os documentos de identificação e os documentos de viagem (passaportes) são intrinsecamente conectados no mundo contemporâneo, seja pela função que exercem, seja pela importância que assumem para os seus portadores e para as instituições sociais, cada vez mais burocratizadas. Se o documento de identidade ou a carteira de trabalho produz um cidadão, o passaporte produz um migrante e baliza a sua trajetória de deslocamento. O primeiro é o dispositivo da cidadania regulada, o segundo é o dispositivo da mobilidade regulada

No regime global de controle da mobilidade, o passaporte e os vistos são capazes de transformar um migrante de *insider a outsider* e vice-versa. A fronteira entre a inclusão e a exclusão é ilusória e escorregadia, sendo essa ambiguidade produzida e mantida nas sociedades contemporâneas para estimular a exploração de trabalho migrante no mercado de trabalho informal e flexível do capitalismo neoliberal (De Genova, 2002; Mezzadra, 2013) e o projeto moral da formação da nação, fundamentada na exclusão de estrangeiros (Khosravi, 2010).

Como aponta Mezzadra (2013), os processos contemporâneos da globalização e da financeirização do capital revelam regimes híbridos de exercício da soberania. Ademais, olhando com mais atenção para as experiências históricas de minorias, refugiados e migrantes ilegalizados, vimos que o monopólio estatal sobre a mobilidade sempre foi deficitário. Como no caso dos passaportes emitidos para os refugiados apátridas russos no período da pós-guerra por

organizações internacionais analisados neste texto, a soberania estatal sempre coexistiu com processos não-nacionais. A capacidade criativa dos sujeitos de subverter o regime de controle de mobilidade materializado em passaportes, vistos e documentos de identificação também traz à tona a fragilidade da dominação estatal relativa à circulação de pessoas.

## Agradecimentos

Agradeço à direção da Sociedade Filantrópica Paulista por ter autorizado acesso ao seu acervo documental. Ao Professor Oswaldo Truzzi (UFSCar) e aos avaliadores anônimos pela leitura atenta e pelos valiosos comentários. Um agradecimento especial a Anna Smirnova Henriques (PUC-SP) e Aleksandra S. Skorobogatova (USP), por disponibilizar o *corpus* de entrevistas em russo produzido no âmbito do projeto BraPoRus.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e vida nua* I. Belo Horizonte, UFMG, 2010.
- AGIER, Michel. Forced migration and asylum: stateless citizens today. In: AUDEBERT, Cédric; DORAI, Mohamed Kamel. (Eds.). *Migration in A Globalised World: New Research Issues and Prospects*. Amsterdam, Amsterdam University Press, 2010, pp. 183-190.
- ALONSO REY, Natalia. Emociones, objetos y sujetos en contextos migratorios. In: CASTAÑO, Francisco Javier García; MEGÍAS MEGÍAS, Adelaida; TORRES, Jennifer Ortega (Eds.). *Actas del VIII Congreso sobre Migraciones Internacionales en España*. Granada, 16-18 de septiembre de 2015, pp. S13/27–S13/37. Granada, Instituto de Migraciones, 2015.
- ALONSO REY, Natalia. De objetos y migraciones: “hacer las maletas”. *Ankulegi. Online*, n. 20, 2016, pp. 31-46.
- AMIT, Vered; SALAZAR, Noel B. *Pacing Mobilities: Timing, Intensity, Tempo and Duration of Human Movements*. New York, Oxford, Berghahn, 2020.
- APPADURAI, Arjun (ed.) *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1986].
- APPADURAI, Arjun. The Passport. In: ZAIRONG, Xian (ed.) *minor cosmopolitan. Thinking Art, Politics, and the Universe Together Otherwise*. Diaphanes Verlag, 2020, pp. 17-19.
- BENHABIB, Seyla. *The Rights of Others: Aliens, Residents and Citizens*. New York, Cambridge University Press, 2004.

- BIGO, Didier. Freedom and Speed in Enlarged Borderzones. In: SQUIRE, Vicky. (ed.). *The Contested Politics of Mobility. Borderzones and Irregularity*, Routledge, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 62-63, jun. 1986, pp. 69-72.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938. *Câmara dos Deputados*, 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 MAIO 2021.
- BURRELL, Kathy. Materialising the Border: Spaces of Mobility and Material Culture in Migration from Post Socialist Poland. *Mobilities. Online*, v. 3, n. 3, 2008, pp. 353-373.
- BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Who Sings the Nation-State? Language, politics, belonging*, Calcutá, Índia, Seagull Books, 2007.
- CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. Introduction: la circulation migratoire dans 'l'ordre des mobilités'. In: CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. *Les Circulations transnationales Lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris, A. Colin, 2009.
- DE GENOVA, Nicholas. Migrant 'illegality' and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology. Online*, v. 31, 2002, pp. 419-447.
- DE GENOVA, Nicholas. O poder da deportação. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Online*, v. 28, n. 59, 2020.
- DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e "ilegalidade" migrante na América Latina e no Caribe. *Sociologias. Online*, v. 22, n. 55, 2020, pp. 40-73.
- ETCHEVERRY, Daniel Angel. Sobre Burocracias, Documentos e Sujeitos Imigrantes: Otimização e Flexibilidade na Vivência da Mobilidade. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Online*, n. 24, v. 47, 2016, pp. 115-129.
- FACUNDO, Ângela. *Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Papeis Selvagens, 2017.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais. Online*, n. 123, 2020.
- GLICK-SCHILLER, Nina; SALAZAR, Noel B. Regimes of Mobility Across the Globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies. Online*, v. 39, n. 2, 2013, pp. 183-200.
- GRAEBER, David. Dead zones of the imagination. On violence, bureaucracy, and interpretive labor. The Malinowsky Memorial Lecture. *HAU: Journal of Ethnographic Theory. Online*, v. 2, n. 2, 2012, pp. 105-128.
- HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology. Online*, v. 41, 2012, pp. 251-267.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos. Online*, v. 18, n. 37, 2012, pp. 25-44.

- KHOSRAVI, Shahram. *'Illegal' Traveller: an auto-ethnography of Borders*. Londres, Palgrave Macmillan, 2010.
- KOCHENOV, Dimitry. *Citizenship*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 2019.
- KOCHENOV, Dimitry. Ending the Passport Apartheid. The Alternative to Citizenship is No Citizenship – a Reply. *International Journal of Constitutional Law I-C ON. Online*, n. 18, v. 4, dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3756569>>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun. (Org.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 64-91.
- LASH, Scott; URRY, John. *The end of organised capitalism*. Cambridge, Polity Press, 1987.
- LATOURE, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador, Editora da Universidade da Bahia, 2012.
- LAWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Perspectivas antropológicas sobre documentos. Diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: LAWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. (Org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro, E-papers, 2020.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Caetano do Sul, Editora Hucitec, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MAX, Chico. La Jornada. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski. (Coord.). *Migrações venezuelanas*, Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo, Unicamp, 2018, pp. 13-15.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *Border as Method, or the Multiplication of Labor*. Durham & London, Duke University Press, 2013.
- MEZZADRA, Sandro. Multidão e migrações: a autonomia dos migrantes. *Revista ECO-Pós. Online*, v. 15, n. 2, 2013, pp. 70-107.
- MONTEIRO, Cristiano Sobroza. O que cabe na mala? Deslocamentos e circulação de objetos da diáspora senegalesa em “terra de italianos”. Século XXI, *Revista de Ciências Sociais. Online*, v. 8, n. 1, 2018, pp. 203-232.
- NOIRIEL, Gerard. *Réfugiés et sans-papiers*. La République face au droit d'asile, XIX-XX siècle. Paris, Pluriel, 2012.
- OIARZABAL, Pedro J.; Reips, Ulf-Dietrich. Migration and Diaspora in the Age of Information and Communication Technologies, *Journal of Ethnic and Migration Studies. Online*, v. 38, n. 9, 2012, pp. 1333-1338.
- PEIRANO, Mariza. *“This horrible time of papers”: documentos e valores nacionais*. Série Antropologia. Brasília, 2002.

- PERIN, Vanessa Parreira. Um campo de refugiados sem cercas: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. *Horizontes Antropológicos. Online*, v. 41, 2014, pp. 303-330.
- PESHKOVA, Vera. “Podarki”, “suvenirny” i “dary”: dvizhenie veshei i transnatsionalnaia migratsia iz Srendei Azii v Rossiu [“Presentes”, “lembrancinhas” e “dádivas”: movimentos de coisas e migração transnacional da Ásia Central para a Rússia]. In: BREDNIKOVA, Olga; ABASHIN, Serguei. (Org.). *Zhit v dvukh mirakh: pereosmisliia transnatsionalism e translokalnost. [Viver em dois mundos: reconsiderando transnacionalismo e translocalidade]*. Moskva, Novoie Literaturnoe Obozrenie. 2021, pp. 301-337.
- RUSEISHVILI, Svetlana. Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re) formulação de identidade após a Revolução bolchevique de 1917. Tese de doutorado, Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 2016.
- RUSEISHVILI, Svetlana. Perfil sociodemográfico e distribuição territorial dos russos em São Paulo: deslocados de guerra da Europa e refugiados da China após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Estudos de População. Online*, v. 35, n. 3, 2018, pp. 01-20.
- SANTOS, Vanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SCHALKE, Theo J. F. Allied Military Travel Permits for Germany 1947-1951. *Passport Collector*, 2019. Disponível em: <<http://www.passport-collector.com/wp-content/uploads/2011/05/CS60-AMG-Travel-Permit-Revenues-v5.3.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2020.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana. Online*, v. 3, n. 1, 1997, pp. 95-131.
- SHELLER, Mimi; URRY, John. The New Mobilities Paradigm. *Environment and Planning. Online*, A v. 38, 2006, pp. 207-226.
- SMIRNOVA HENRIQUES, Anna; SKOROBOGATOVA, Aleksandra S; RUSEISHVILI, Svetlana; SKRELIN, Pavel A.; KACHKOVSKAIA, Tatiana V.; GAGARINA, Natalia; MADUREIRA, Sandra; SEKERINA, Irina A. BraPoRus, ustnyj korpus russkogo jazyka kak unasledovannogo: osobennosti rechi pozhilyh russko-portugal'skikh bilingvov v Brazílii [BraPoRus, corpus de fala colhida em falantes de russo de herança: características de fala de bilíngues em russo e português idosos que moram no Brasil]. Aceito para 90 *Seminário Interdisciplinar “Análiz rasgovornoj russkoi rechi” (AR3-2021)*, São Petersburgo, 2021.
- TARRIUS, Alain. *Les nouveaux cosmopolitismes. Mobilités, identités, territoires*. Paris, Ed. de l’Aube, 2000.

TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas*. Les nouveaux nomades des économies souterraines. Paris, Balland, 2002.

TORPEY, John. *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

URRY, John. *Sociology beyond societies*. London/New York, Routledge, 2000.

VOROBIEFF, Alexandre. Identidade e memória da comunidade russa na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2006.

Recebido em: 08/02/2021

Aprovado em: 22/04/2021

**Como citar este artigo:**

RUSEISHVILI, Svetlana. Documentos dos apátridas: a materialidade de jornadas migratórias entre mobilidade regulada e subversões dos sujeitos móveis. *Contemporânea* – *Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 11-42.



# Installing a Biography: The Intertwined Pathway of a Last Address Memorial Plaque in Post-Soviet Russia<sup>1</sup>

Eliza Frenkel<sup>2</sup>

**Abstract:** *In this paper, I examine the trajectory of a commemorative plaque that is part of the Last Address initiative. Drawing on ethnographic work I conducted in Saint Petersburg, I show how a German commemorative idea of the post-Nazi past migrated to post-Soviet Russia. I analyze the movement of the plaque in space and time, and reveal the post-Soviet Russian character of the initiative. By tracing the circulation of the plaque in the public sphere, I aim to show the entwinement of two biographies: that of the commemorated individual and that of the physical plaque itself. The paper demonstrates how the biographies provoke the emergence of bottom-up discourses on the soviet violent past of Russia.*

**Keywords:** *Object, memory, motion, monuments, post-Soviet Russia*

**Instalando uma biografia: o caminho entrelaçado de uma placa comemorativa do projeto *O Último Endereço* na Rússia pós-soviética**

**Resumo:** Neste artigo, tomo como foco a placa comemorativa que diz respeito à iniciativa *O Último Endereço*. Por meio de trabalho etnográfico em São Petersburgo, demonstro como uma prática alemã de homenagem às vítimas do nazismo migrou para a Rússia pós-Soviética. Irei analisar os efeitos decorrentes

1 This study was partially supported by the Israeli Science Foundation (Grant n. 496/16).

2 Ben-Gurion University, Israel – kelizef@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-4132-0700>

da mobilidade da placa no espaço e no tempo, enfatizando os aspectos propriamente russos da iniciativa. Almejo apresentar como as biografias das vítimas, bem como a biografia contida na placa, estão imbricadas na esfera pública. O artigo demonstra como as biografias provocam a emergência de discursos de baixo para cima sobre o passado soviético violento da Rússia.

**Palavras-chave:** Objeto, memória, movimento, monumentos, Rússia pós-soviética

### **La instalación de una biografía: el camino entrelazado de una placa conmemorativa del proyecto *La Última Dirección* en la Rusia postsoviética**

**Resumen:** En este artículo, examino la trayectoria de una placa conmemorativa que forma parte de la iniciativa *La Última Dirección*. Basándome en el trabajo etnográfico que realicé en San Petersburgo, muestro cómo una idea conmemorativa alemana del pasado post-nazi emigró a la Rusia postsoviética. Analizo el movimiento de la placa en el espacio y el tiempo, y revelo el carácter ruso postsoviético de la iniciativa. Al rastrear la circulación de la placa en la esfera pública, pretendo mostrar el entrelazamiento de dos biografías: la del individuo conmemorado y la de la propia placa física. El artículo demuestra cómo las biografías provocan la aparición de discursos emergentes sobre el violento pasado soviético de Rusia.

**Palabras-clave:** Objeto, memoria, movimiento, monumentos, Rusia postsoviética

## Introduction

In December 2014, post-Soviet Russia saw the emergence of a new form of commemorating victims of political repression during the Soviet period.<sup>3</sup> Reflecting the primary goal of the commemoration, namely, the installation of plaques to memorialize the victims on the façades of houses, at their last official address, the project is called *Poslednii Adres*, or the “Last Address”. This project was initiated by the Russian journalist Sergey Parkhomenko on behalf of the

---

3 Throughout its history, from 1917 to 1991, the Soviet regime was characterized by oppression of its own people, with the years 1917-1953 considered the most traumatic, particularly due to the Great Famine in Ukraine (*Holodomor*, 1932-1933), the Great Purge (*Yezhovschina*, 1936-1938), and the Gulag system of forced labor camps. These and other forms of state terror were significantly reduced or curtailed upon Stalin's death in 1953 (Epple, 2020).

Memorial NGO.<sup>4</sup> Parkhomenko was inspired by the *Stolpersteine* concept applied throughout Europe over the past two decades.<sup>5</sup> The small, stainless steel plaques (19 × 11 cm) feature a brief biography of the victim: date of birth, profession, date of arrest, date of execution, and rehabilitation date. For example, on the plaque installed at Nevskiy ave 54, in Saint Petersburg [Fig. 1], the first line opens with the preliminary words “here lived,” the second and third lines display the victim’s name (Viktor Karlovich Bulla) and the fourth line states his profession, “photographer.” The following lines refer to various dates: that of his birth, 1883; that of his arrest, 23.06.1938; the date he was shot to death, 30.10.1938; and the year that he was “rehabilitated” by the state, 1958.



Figure 1. The plaque of Victor Karlovich Bulla, installed on August 1, 2018 (photo by the author)

Anyone who wishes to install a plaque in memory of a victim may do so. The procedure begins with the completion of an online application and the payment of 4,000 rubles (approx. USD 60). The victim’s file is then sent to a *Last*

4 The NGO *Memorial* documents political repression in the Soviet Union and present-day Russia and supports the moral and legal rehabilitation of its victims. See the NGO’s website at <https://www.memo.ru/en-us/>.

5 The brainchild of German artist Gunter Deming, *Stolpersteine* are “stumbling stones” paved into the sidewalk in front of the houses from which victims of Nazi persecution were deported. More than 75,000 “stumbling stones” have been embedded in the sidewalks across 26 countries in Europe (Mandel; Rachek, 2020).

6 If the place of the murder is known, it is also written on the plaque after the date of death.

*Address* archival member, who confirms that this person exists in the database. Following this confirmation, the victim's biography is sent to the Moscow-area manufacturer which produces all the plaques. The second part of the process entails negotiation with the residents of the building where the plaque will be placed. In this negotiation, called *soglasovanie* [reconciliation], volunteers try to secure permission to install the plaque from the building's current residents. This typically involves face-to-face interaction, which can sometimes be uncomfortable for the various parties involved.

In my observations, I noted that three main groups ordered plaques for installation. The first is victims' family members. Since most of the victims commemorated on the plaques were murdered in the late 30s, the closest family members are mostly the grandchildren. Not infrequently, one hears these individuals say that the plaque serves as a kind of grave for their grandparent, whose remains cannot be located. The second group is made up of those one might term "pro-installation neighbors." These are people who live at the victim's last address and discover, through *Memorial* archives, that someone who lived in their building or apartment was murdered during the Soviet terror. The third group consists of "colleagues" or "followers," people who currently work in the sphere in which the victim operated and who wish to commemorate their deceased colleague. Commonly, this group is represented by people from cultural or academic spheres in which the victims have left behind a timeless trace in the form of a poem, a painting, or even an academic dissertation.

Although there are more than 1105 plaques in Russia overall, with 371 in Saint Petersburg alone, installed on 219 houses (for December 2020), this commemorative project is not officially recognized by the state. The government's ambivalent attitude towards the plaques is manifested by the absence of officials at such installations, as well as the lack of official recognition of the initiative as commemoration. As a result, the *Last Address* operates and strives for legitimacy as an "informational" sign rather than as a "commemorative" initiative.

Through my fieldwork in Saint Petersburg, I observed the specific processes of "reconciliation," the "installation ceremony," and the plaques' fate in the cityscape after being installed. I realized all these processes appeared as conflict zones, where disagreements and struggles surrounding the past could rise to the surface and be negotiated in the framework of remembering victims. In this article, I will present and analyze the discourses around these negotiations over the plaques' installation. In order to contextualize the discourse's formation, I will first show the transition and translation of the western German idea to post-Soviet Russia through time and space. Next, I will demonstrate how the

plaques reveal not only the biographies of individuals but also a ‘biography’ of the nonhuman object in the public sphere. Finally, I will seek to elucidate the memory dynamics between the actors that surround the plaques, and the configurations it creates. While the government seeks to silence this kind of memory, the new bottom-up commemoration undermines such silencing through the discourse it facilitates among post-Soviet residents.

## Memory Politics in Post-Soviet Russia

Unlike in post-war Germany, where a determined attempt was made to deal with the problematic past, post-Soviet Russia has been characterized by historical amnesia (Khazanov; Payne, 2008). This process began during the Soviet period, where no monuments were built to memorialize the state’s terror, government archives remained sealed, and the secret police agents, responsible for the violent fate of untold numbers of citizens, never expressed any public acknowledgement of their actions (Etkind, 2013). In Germany, there was a broad consensus on the need to commemorate the victims of Nazi crimes (Forest et al. 2004). In post-Soviet Russia, however, despite evidence of massive terror during the Soviet period (Khazanov; Payne, 2008), the “remains of millions of people hidden in plain sight all over the former empire did not leave a mark” (Gessen, 2018: 53). Neither the remains nor the memory of those millions of people were ever given their due at museums or monuments.

As Alexander Etkind has observed, “The very nature of Soviet terror makes it difficult to comprehend, remember and memorialize” (Etkind, 2013: 11). Its “nature” was characterized by uncertainty and ambiguous relations with the past. During the Soviet era, terror victims’ fate was kept vague, the dates and places of people’s murders remained a secret, and the scale of the terror was never discussed publicly. Moreover, many post-Soviet Russian citizens today perceive Stalin as the responsible for the terror. At the same time, however, he is also perceived as a great leader who defeated Germany in the “Great Patriotic War” (Lee, 2011), a common Russian term for World War II. Only a few counter-hegemonic NGO organizations, such as the *Memorial* and the Sakharov Center, have devoted their efforts to researching the violent Soviet period, spreading awareness of it, and commemorating the victims (Adler, 2012).

Thus, Russia’s memory politics are characterized primarily by top-down manipulation, ruled by elites who seek to shape public perceptions of the violent past (Forest et al., 2004). The past depicted by government officials is skewed in a predominantly positive manner. Meanwhile, its dark chapters are either relegated

to oblivion or whitewashed and featured in a forgiving light. Grodsky (2007) explains the failure of ‘transitional justice’ by noting that in times of transition, a government often cannot function effectively without making use of the institutional remnants that served the state under the previous regime. This therefore precludes a preoccupation with the past crimes of the preceding authorities. In post-Soviet Russia, the primary institutions of Soviet repression, the NKVD and the KGB, were never discredited in mass consciousness, and are held in high esteem by many Russians to this day (Khazanov; Payne, 2008). In that spirit, in 2007, Vladimir Putin’s government approved an educational reform in history classes stating that the terror was the price for the Soviet Union’s achievements in World War II and its transformation into a modern state (Sherlok, 2016).

It is important to mention that Russia’s current regime does not deny that the repression occurred. For instance, Putin’s government inaugurated a monument to the victims of the Stalinist purge called ‘Wall of Grief’. At the same time, however, Putin denounced the *Memorial* NGO as a ‘foreign agent’ (Lipman, 2016). This zigzagging between remembering and denying the state’s crimes has become characteristic of Russia’s memory politics (Skulskiy, 2019). According to Etkind (2013), Russia cannot be said to be ‘denying’ its problematic Soviet past, since it is being dealt with in various official and unofficial ways. Etkind suggests that the process in post-Soviet Russia, rather than denial, is better described as misrepresentation. I argue, following Etkind, that the plaques have become part of a new, rare, grassroots representation of the Soviet repression, intending to commemorate the people who were killed by the regime but have not yet earned the nation’s recognition. By examining the plaques and how they are interwoven into the cultural memory field, we can better understand the material objects that constitute memory in post-Soviet Russia and how those objects challenge established traditions of remembering among the actors surrounding them.

## The Plaques’ Translation in Transition

Having migrated in space from the German post-Nazi context to post-Soviet Russia, and from pavement to façade, the plaques also experienced a temporal transition, attesting to their less-than-consensual acceptance in the latter context. After the plaques are installed, they are often vandalized [Fig. 2] and even

---

7 A process in which countries move from dictatorship to democratization and reconciliation. The success of the “transition” to democracy depends on how these countries deal with a past that was characterized by human rights violations (Grodsky, 2007).

removed. These two dimensions of transition, in space and time, show the plaques' different configurations in the public sphere, and the varying responses to them by local actors, in turn attesting to the complexity of present-day attitudes towards the Soviet Union's past.

"Translation" is an analytical concept that can be applied to the plaques' double transition. Julia Lerner (2007) suggests that in every cultural translation, a new field of knowledge is established. This is evidenced in the new formations of the commemoration objects in Russia. The transformation from stone to plaque, from being paved in the sidewalk to being installed on the wall, represents the physical changes that allow us to understand the new contexts it created. Taking a closer look at these processes of transition and translation will enable us to analyze the plaques' design and presence in the cityscape, which reveals that several intertwined processes are unfolding (Ingold, 2009). Tracing the double movement of the plaques and what they create is essential to understanding the current memory of post-Soviet Russia.

When migrating from one tradition of remembrance to another, cultural objects are not merely translated between contexts. They become part of a process in which different translation agents – "the translator, the receiver, and the translation object – are reformatted" (Varutti, 2014: 103). This is an interpretive process in which social actors are engaged in the new social network (Latour, 1987). Relatedly, Lerner (2007) argues that translation always involves the act of deciphering and re-encoding cultural categories. In other words, it is impossible for a translation to perfectly convey a message encoded or expressed in a system of symbols. Accordingly, the "side effects" of translation shape the physical and symbolic perception. These side effects, argues Kopytoff (1986), can be seen as breathing life into a new space, where temporal classifications and reclassifications are implemented into culturally constituted categories. Recording the cultural categories allows us to look at the cultural memory anchors of post-Soviet Russia through the shape and process of the plaques' installation.

### "What is this all about?"

In one of my early fieldwork observations, I had the opportunity to participate in an installation ceremony that also involved *soglasovanie*<sup>8</sup>. The ceremony was held in the Malaya Nevka area of Saint Petersburg, in a house with two floors. About

8 In the *soglasovanie* process, the volunteers obtain the permission of the building's current residents to install the plate. This often involves tense interactions and may be difficult for both parties.

twenty people had gathered by the time I arrived. Later, I learned that these were *Last Address* volunteers, as well as permanent members of the installation initiative, who together install the plaques and check their condition on a biweekly basis.

While standing near the building waiting for the ceremony to begin, I saw one of the neighbors come out and ask, “*What is this all about*”? The volunteers responded by saying that they wished to install a plaque in memory of Feodesiy Sambook, a man who lived in that building before his execution in 1937. The neighbor stated that no one had coordinated this event with him and asked us to leave, mentioning that we were on private property. A volunteer then spoke up, saying that the building had only two families and that the other family had approved the installation of the plaque. She added that she had come to the building three times already, but that this neighbor had not been home. The neighbor insisted on the illegality of the proceedings, and asked the volunteers to produce documents proving otherwise. The activists became nervous, realizing that this was a “difficult case”. Meanwhile, at the end of the street, I noticed four men holding flowers. They, too, appeared concerned. It was later revealed that these were the victim’s grand- and great-grandchildren.

The aforementioned negotiation took about half an hour, and appeared exhausting for all parties involved. Throughout, the volunteers held folders full of documents. From listening to the negotiations, I understood that these documents attested to a kind of twilight status of the ceremony; that is, it was officially defined as “informational” rather than “memorial”. During the quiet but tense conversation, I tried to imagine such a situation in Germany – a public discussion concerning permission to affix a small plaque in memory of a Nazi victim. In Germany, the crimes of Nazism are recognized on both the collective and the official level. Although there is a necessity to have an official permission from the local authorities, the *Stolpersteine*<sup>9</sup> project enjoys a sort of societal *carte blanche* in Germany. It does not meet the negotiations with unofficial representatives that oppose the initiative. In contrast, the installation of a plaque in Saint Petersburg requires the agreement of residents, who sometimes express a negative attitude toward having such a plaque on their wall. The current Russian government has not banned the project, but neither has it endorsed it, thus reflecting the ambivalence in Russian society about its past. The volunteers, for their part, take advantage of official ambivalence and the resulting legal loophole to promote commemoration under the guise of information.

---

9 This commemorative project has installed over 75,000 stones across Europe. Only in rare cases have German citizens opposed or denounced the installation of a commemorative stone.

Let us return our negotiations. One of the grandchildren, a man in his 60s who had ordered the plaque from *The Last Address*, approached the recalcitrant neighbor and said, “If it’s all about your approval, I would ask you personally. I come from far away; I’m his grandson. If it’s all about your approval, I ask you, let’s reach a compromise.” At this point, the neighbor agreed to follow the group to the backyard, to see where they planned to install the plaque. About twenty bystanders followed them. The installation approval required the signing of a document, which the neighbor seemed hesitant to do even when Sambook’s grandson was standing next to him. The neighbor eventually signed the paper but asked that he be provided with documentation by the end of the week that Sambook had indeed lived in his house. After he was assured that such documentation would be provided, Victor, a 30-something installation specialist and volunteer, proceeded to open his toolbox and screw the plaque into the wall. Following the established tradition of the ceremony, the last screw was driven by Sambook’s grandson [Fig. 3]. In the meantime, a crowd had gathered around the plaque.

The installation was followed by a short address by Evgeniya Kulakova, chief coordinator of the Saint Petersburg initiative:

*Feodesiy Sambook was a biologist born in Belarus in 1900. In 1937, he was arrested and received a death sentence within two months. When he finished his PhD, he moved to Leningrad [today, Saint Petersburg]. After a few years, he was accused of espionage and was declared “enemy of the people.” On November 3, Feodesiy was sentenced to death, and on November 10, he was murdered [sic]. He left behind extensive academic literature... It is also known that Feodesiy was informed upon by one of his colleagues at the university.*

Sambook’s grandson now emerged from the crowd and stood before the plaque. He bowed his head and stated that the person who had informed on his grandfather used his research to promote his own career. Then, with a trembling, tearful voice, he recited the following lines:

*My grandfather was murdered in 1937.  
I’ve never seen my grandpa.  
We never sat by the same table,  
He never made me dinner...  
My grandpa was killed in ‘37  
Drifting after the forces of evil.  
The 21<sup>st</sup> century is upon us  
And I still don’t know where his grave is...*

The private part of the ceremony began after the plaque had been affixed to the wall. The family members brought flowers and spoke with the audience that came to hear who Sambook was. The event was reminiscent of a graveyard memorial service, with the plaque representing a tombstone. In this process, I realized the pivotal role of the neighbor, who served as the gatekeeper of this memory. As neighbors determine whether or not the plaque gets installed, we see that memory is here constructed bottom-up, by negotiation at the micro level. This negotiation about the legitimacy of commemoration, the neighbor's authority, the clear absence of the victim's perspective and the insistence on the legalities of the matter, if not enduring fear of the authorities, reveal how the *Stolpersteine* was translated into Russia and what it created in the Russian public sphere.

Analyzing this event, we can see how the need to remember this historical episode in Russia was translated into the post-Soviet sociopolitical reality rather than merely copied from Germany. Memory of the victim takes a backseat to the issue of whether or not the plaque can legally be installed. In other words, the plaque operates in a liminal space between the official and unofficial levels, while both lack consensus on this specific form of commemoration and on reconciliation with the past more generally. Moreover, the citizens' reckoning with the violent past highlights the steel plaque's fragile status, given the ambivalent official response against the background of a still-ongoing public trial of the history of Soviet terror.



Figure 2. The vandalized plate of Victor Karlovich Bulla, installed on August 1, 2018 (photo by the author, April 14, 2019)



Figure 3.

Feodesiy Michailovich, Sambook's grandson, inserts the last nail of the plaque. August 2020 (Photo by Natalia Shkurenok)

## Rehabilitation – Criminals or Victims?

The plaque's translation in post-Soviet Russia is further demonstrated by its final line inscribed on the plaque. This line refers to the date on which the person whose biography is engraved on the plaque has been *rehabilitated*.

This process of political rehabilitation emerged after Stalin's death, part of the de-Stalinization policy during the Soviet era (Etkind, 2013). In other words, the victims of the terror received the legal status of a person who was victimized by the repression and did not in fact commit any crime.

At one of the *Memorial* St. Petersburg's society meetings, I spoke with Natalia, who has been working in the organization for many years. For her, this line encapsulates what she calls the *sovok*<sup>10</sup> regime, the essence of the brutal regime in the USSR which classified people into artificial categories. Natalia implies that all the people murdered during the Soviet regime were victims, and this practice of political "*rehabilitation*" carries the spirit of the Soviet regime into post-Soviet Russia. In her research, Nanci Adler (1993) writes about rehabilitation and the Soviet process of determining criminality and victimhood. She argues that this process created a condition in which many innocent people have

10 This pejorative term refers to a person or phenomenon that does not have to be related to the USSR period, but has characteristics that can correspond with it.

yet to be recognized as victims rather than criminals. For example, those who did not survive the Gulag camps and did not have children to apply for their “political rehabilitation” have not received their rehabilitation. Several hundred thousand cases are still pending (Adler, 2012).

This “rehabilitation” clash in post-Soviet Russia has been awarded scholarly attention. It especially arouses critical voices among activists from *Memorial*, such as Natalia. Thus, the *Last address* members may oppose this “line” on the plaque, but in the same breath, they rely on it as a tool to establish the initiative’s legitimacy in the public sphere. Volunteers point to the rehabilitation line on the plaque as pivotal for obtaining neighbors’ approval. More than a few residents ask if the person commemorated on the plaque is a criminal or a victim. For the volunteers, particularly those who coordinate the installations with neighbors, the line constitutes proof of the government’s attestation of the person’s innocence at the time of death. Thus, all the victims commemorated on the plaques have the rehabilitation status that enabled the engraving of this line. A problem arises from the fact that victims who have not received “conditional pardon” status may not be commemorated on the plaques. This situation leaves some of the victims behind and constructs a selective manner of remembrance. Such a lack of proper retribution “towards many political prisoners have never been ‘rehabilitated’ or compensated for their suffering contributes to sustaining the memory of the terror” (Etkind, 2013: 10) exposes how victimhood is perceived in post-Soviet Russia.

In June 2020, one of the plaques in Saint Petersburg was vandalized [Fig. 4] when some unknown person drew a Hammer and Sickle symbol and wrote “enemy of the people” on it. The response of Sergey Parkhomenko on his Facebook<sup>11</sup> page emphasizes the need to specify that the people commemorated on the plaques are victims by declaring their rehabilitation:

*A person unknown to us, who, as he hoped, inflicted this insulting inscription, decided to vandalize the only place on earth where the name of Fritz Mikhailovich Pankok appears. This Pankok has no grave; nowhere else is his name written. Only this sign. We don’t [even] have a photo of this person. He disappeared without a trace. And very little is known about him... Fritz Mikhailovich Pankok worked as a mechanic... He was a Latvian, born in 1893 in the town of Libava... In early December 1937, he was arrested on a false,*

11 <https://www.facebook.com/serguei.parkhomenko/posts/10222159002913503> (last retrieved on August 4, 2020)

*fabricated charge of “causing damage to the transport system.” One month later, on January 4, 1938, he was shot. Ten days after the arrest, his wife Leontina Petrovna was discharged from the apartment and sent into exile in Central Asia, to the city of Gorchakov, Uzbek SSR, where her traces were lost. In 1959, Fritz Pankok was fully rehabilitated, and the charge against him was found to be falsified.*

The act of vandalism sparked an extensive public debate on the subject. Parkhomenko even argued that this Soviet mark ought to remain on the plaque as a reminder of the current residue of the country’s violent past. Nevertheless, he emphasized that Pankok was rehabilitated. It seems that this line is not just a biographical fact, but a critical element that allows his memory to be installed and publicly confirmed. Drawing on the work of Margaret Mead, Igor Kopytoff (1986) has suggested that one way to understand a culture is by examining its perception of biographies. Following this argument, the line at hand (*rehabilitated*) represents the person’s life path, and it shows the necessity of classifying people even after their death. Without this “line” or status, it is unlikely that the victim will be remembered publicly. These circumstances indicate that even today, Russian citizens struggle to find consensus in their attitude towards their past. Without national consensus on who is considered a victim and under which circumstances rehabilitation status is granted, oppressive Soviet categories of classification remain alive, amplified by the current regime’s desire to rehabilitate Stalinism today (Klocker, 2018). The fate of Pankok’s plaque exposes another classification system which is still being negotiated among post-Soviet residents, making the plaque into a hybrid form of cultural commemoration.



Figure 4. Fritz Michailovich Pankok’s plaque. June 2020 (Photo by Lidiya Petrova)

## To Place the Plaque in Time

During my observation, I noticed disproportionate reactions to installing this seemingly harmless commemoration plaque, thus exposing its controversial character. The plaques installed on the walls, designed to resemble ID cards without the person's picture, emphasize the absence of both the people themselves and a public awareness of the historical time in which they were murdered (Khazanov; Payne, 2008). The building from which the person was taken is still standing, transforming it into a symbolic place that holds the past and transfers it to the present. The place where the actual historical event occurred becomes a post-historical site where past events' meaning and memory are continuously contested (Assman, 2008). Indeed, the plaque, by evoking the past, intensifies the sense of the site's historically charged nature.

In this way, the plaques become an "unmediated part of the material landscape, open to any number of responses and interpretations" (Mandel; Lehr, 2020: 377). The dynamics of marked or unmarked, forgotten or remembered, reveal the plaque's double motion in space and time as the crucial element in creating a new place of remembrance. Such material is always in motion, being assembled and reassembled in shifting configurations of meanings (Sheller; Urry, 2006). The commemorative initiative's transition and translation engender different perspectives and different ways of behavior around it. What I presented as changes through space and time, and what Latour (1987) specifies as an object's agency, are an interpretive process of recoding in which various social actors engage with the new social network.

## Two Biographical Stories: The Person and the Plaque

Compared to the state's official large monuments, visible in the public sphere and commemorating the hegemonic historical and so-called collective events, the plaques are much smaller and sometimes barely visible. The state's monuments represent the nation's heroes, those who most significantly contributed to the Motherland in different spheres, while the contribution of the people named on the plaques is in doubt. In that sense, the plaques challenge the idea of monumentality, since totalitarian regimes like the former Soviet Union tend to create monuments in the shape of large rocks that never change over time and thus address history as if it is fixed (Young, 1992). Skulskiy (2019) argues that what is remembered, what is forgotten, and what is altogether unforgettable in post-Soviet Russia arises from where something falls in the Motherland-centric discourse, as long its place there may be explicitly defined. In other words, the

individual or the historical event that does not fit the “given niches” of a sacralized national identity will be cast out. This clash between the remembered and the forgotten appears because of the absence of cultural signals warning the public that an identity which takes a stand against the “anti-Motherland-centric discourse” is potentially dangerous (Kopytoff, 1986).

In Russia, where the authorities try to control what kind of commemoration is visible in the public sphere, thereby determining the historical narrative, these small plaques’ installation undermines the dominant state narrative. The project attempts to bring the perished victims back to the cityscape from which they were taken, thus undermining the “Great Hero” memory practice that characterizes the Soviet and post-Soviet legacy<sup>12</sup>. One example reflecting some neighbors’ resistance to a plaque’s installation is the objection that the person named on the plaque was “*just a simple person*.” For him, only *distinguished* people should be commemorated on the walls of their house. Challenging this perception by adopting the principle of “*Every Life Matters*,” the plaque acts as a symbolic gesture emphasizing the individual. Each person, whether a simple working person or a popular musician, has a name, a date of birth, a profession, and a story of a life brought to a violent end by government terror; they are all commemorated in the same way. In this section, I will argue that the plaque represents a human biography and also its own life story as a non-human object. The plaque thus indicates two different fates, the victim’s and that of the plaque itself – both embedded and interwoven in the public sphere.

## A Person’s Biography

The plaques installed on the buildings carry the individual biographies that document past violent events and show what and who was “left out” by the official history. In this way, they play the role of counter monument (Young, 1992). At the same time, the power of the historical evidence of one person is embodied in the motto of the *Last Address* initiative, “One name, One life, One sign”<sup>13</sup>, similar to the motto of the *Stolperstine* project – “One stone, One name, One person”. Deming Gunter, the German artist who initiated the latter project, drew his inspiration for this idea from the post-Talmudic saying, “Every person has a name.” Gunter cites this saying to convey the idea that “a person is only forgotten when his or her name is forgotten” (Suganda, 2020; Drozdewski, 2018). One’s name, in this line of thinking, expresses one’s singularity as a person.

12 Today, throughout post-Soviet Russia, there are many monuments commemorating the heroes of the Soviet era.

13 Odno imiŭa, odna zhizn’, odin znak

In one of my conversations with Yulia, one of the main volunteers and the coordinator of the “neighbor’s negotiation” [*Soglasovanie*] team, I asked what she thought might incline neighbors to allow the installation of a plaque on their building. In response, she showed me the documents that she presents to building residents, some bureaucratic and others more personalized. There are documents describing the project’s legal status, others that indicate the widespread scope of the project throughout Russia, and still others that illustrate how the plaque will look. There is also a document that attests to the victim’s rehabilitation. Various other documents refer to the victim’s personal life and include a short biography and, when available, a portrait. She mentioned that in her conversations with the residents who are deciding whether or not to permit the installation, she makes sure to show the face of the person who once lived in the house. The personal nature of the documents, and Yulia’s insistence on presenting the physical aspects of the individual, tell us that the plaque is not merely a memory of the terror but also evidence of one person’s life, proof that he or she once existed. This object, then, interweaves personal biographies into the public sphere and becomes part of it.

After one of the installation ceremonies, I asked Yulia how the city looks to her since she started participating in the project. She pulled out a special cleaning kit that she carries around with her that contains stain removal liquid and wipes. “*I visit them, I know they are fine... Sometimes I keep the kit in my bag; if I see something dirty on the plaque [tablichka], I know I can clean it.*” “*Ermolaeva looks like new,*” she observed later, recounting how she had cleaned the plaque commemorating Vera Ermolaeva, a Russian artist sentenced to death on September 20, 1937, and shot a few days later in a labor camp near Karaganda, Kazakhstan. Yulia uses the word “*tablichka*” but also refers to people by their last names (e.g., Ermolaeva). While doing so, she checks if the small sign that indicates that Ermolaeva once lived here is “all right” and no one damaged it. She also “calls” her name, as though she is visiting her and relating to her. Evgeniya Kulakova, the project manager in Saint Petersburg, observed, “Every time you walk in the city, you know that not too far away there is a plaque. And especially if the place is not in the center of the city, I usually turn around to see that everything is fine with it. For me, there is a new layer on the map of the city. You start to realize who lived at different addresses. You just check that everything is fine.”

Evgeniya checks a plaque’s condition. She knows, she says, *exactly who* lived in that house. This plaque-checking brings to mind the image of one person checking on the welfare of another person. In this sense, the plaque becomes

the material proof of the person's existence, and taking care of the physical plaque resonates with taking care of the person's memory, as part of the volunteers' struggle to make a place for those who once lived in this space. Thus, the particular way the volunteers relate to the plaque indicates that the plaque has become humanized. The plaque becomes a subjective object in the cityscape, one that – like a person – can be approached, touched, cleaned, and even removed.

## A Plaque's Biography

In their article on the *Stolperstine*, Mandel and Lehr (2020) analyze the “afterlife” of the Stumbling Stones in the public sphere. They suggest the term *lieux chargés*, which blends Pierre Nora's notion of *lieu de mémoire* with the idea of an *objet chargé*, namely, the loaded and salient collision of counter-monuments (Mandel; Lehr, 2020). While “afterlife” suggests the notion of before and after, Holtorf (2002) proposes instead that we focus on what things are or how things have become. I chose to focus on the plaques, borrowing the concept of objects' biographies, which expose the different stories of the people around them (Kopytoff, 1986). The rich and loaded biography of things is well illustrated by an event that occurred in October 2020 in Saint Petersburg.

On the famous “Dovlatov” house at 23 Rubinstein Street, located in the center of Saint Petersburg, sixteen plaques were removed. These plaques [Fig. 5 and 6] were installed during the years 2015 and 2016, two years after the project was launched. Almost all the people mentioned in the plaques were murdered in 1937-1938, and all of them were rehabilitated between the years 1956 and 1989. Thus, these plaques convey the stories of sixteen neighbors who lived simultaneously at the building until being executed.

This is not the first time that plaques disappeared or were vandalized in various regions of Russia. However, this specific event drew significant media attention, reporting that the plaques were removed after a campaign of three apartment owners in the building who allegedly claimed: “*There are too many plaques, the house looks like a graveyard.*”<sup>14</sup> This media attention was probably due to the symbolic location, which is a site with several interesting features. First of all, Sergei Dovlatov, a famous Russian writer, lived in this house from 1944 until 1975. Second, the building houses the central office of the Memorial society. The plaques on the building were one of the distinctive characteristics of Rubinstein Street, which had become very popular in recent years.

14 <<https://www.fontanka.ru/2020/10/18/69508741/>> (last retrieved on October 23, 2020).

Evgeniya Kulakova saw no reason for the house management company [*Upravdom*] to remove the plaques. She explained that, according to other building residents, most of the neighbors favored preserving the plaques on the building. One neighbor said that he was not opposed to the plaques, but at the same time asked that their official status be settled. The lack of official validity at this particular address lies in the fact that when the first plaque appeared on the wall five years ago, the coordination [*soglasovanie*] process was conducted through one woman in charge of the house committee at the time. This woman has since left the building, so the arrangement has expired.

This incident is an example where, once again, the biography of the individual and the historical period being commemorated are secondary in the conversation. Meanwhile, the plaque itself moves from place to place, being discussed along the way. Evgenia told me that she went to the house management company office to pick up the plaques, and only managed to collect them [Fig. 7] and bring them back to the *Last Address* office after prolonged negotiations. Interestingly, building management companies in Russia are private companies responsible for home renovation, cleanliness, water pipes, and elevator maintenance. Thus, this situation raises the question of why a company specializing in the physical maintenance of the building would remove the commemorative character plaques, claiming that they are illegal, at the request of only three of the residents.

Analyzing this event, we can see that the individual's commemoration, or the need to remember the historical episode in Russia, takes second seat to the legal issue of the plaques' installation. In other words, the plaque acts in a grey area between the official and unofficial levels, with neither level providing an agreed-upon approach to this form of commemoration. The sixteen plaques thus migrated from one place to another: first, they were "born" in a Moscow district at the request of a few people, next transported to Rubinstein street for installation, then removed from the wall, and finally returned "home" in Evgenia's bag. For now, the plaques are being stored in the office until the residents of that building reach a decision on what to do about them. This situation raises the question of who owns the memories encoded on the plaques, since the neighbors once again occupy a position of authority. This position recalls the Soviet concept of the "comrades' court", which represents a form of judgment that originated in mock trials and public dramas in Soviet culture (Lerner; Zbemovich, 2013). The memory of the Soviet terror thus becomes something that the "comrades" have the authority to discuss. In this sense, the process of

discussion and persuasion is complicated but remains at the grassroots level, which is probably what makes the installation of the plaques possible at all.

Tracing these plaques' physical journey reveals that they have a symbolic fate, ever-changing, as an "object in process" (Domanska, 2006). It follows that the meaning of the plaque shifts over time and place. Such fluctuation reflects how different actors perceive this form of commemoration: their perception of the biography, the person whose name is engraved on the plaque, the history the plaque represents, and the current debate on who should be remembered and how. The person's biography, embedded within the biography of the plaque itself, draws denunciation from the public sphere. Consequently, the plaques embody a human biographical testimony from the past, and at the same time they are non-human actors witnessing the present.



Figure 5. Rubinstein 23 street in Saint Petersburg. On the left of the building, sixteen plaques were installed. On the right is the monument to Sergei Dovlatov, a well-known Russian writer (photo by the author, April 14, 2019).



Figure 6. Rubinstein 23 street in Saint Petersburg. Sixteen plaques were removed from the 23 Rubinstein building in Saint Petersburg. (Photo by Natalia Shkurenok, October 2020)

## Memory Configurations in One Plaque

A plaque's installation on a building acts almost like a tattoo of the past. State restrictions on this kind of project further indicate the power of tangible and concrete traces that shape the hegemonic historical narrative. The plaques reveal Russia's memory politics, imparting the notion of proper "public institutions" that control society's presentation of itself to itself and the struggle over the power of what has been referred to as a "public institution of remembrance" (Kopytoff, 1986).

The plaques mediate and bring together many actors: those who order the plaque, residents, volunteers, officials, and of course, the victims and the perpetrators. I showed how these different actors relate to and interact with the plaques. Additionally, I demonstrated that the plaque is not only shaped by these actors, but also constructs different meanings among them – human and nonhuman alike. In other words, the plaque itself participates in the process of creating meaning.

It would be difficult to neatly divide the main actors around the plaque into those who act for it and those who act against it. The various actors' accounts demonstrate how culture provides its members with more than one discursive framework of remembering (Assmann, 2015). For some, the plaque represents a victim's sole grave or trace; for others, it is an object of questionable legality and value.

These disagreements create a conflict zone where the different actors struggle to find a consensus. Indeed, they often try to prove the superiority of their own view. Yet, conflict at the grassroots-level can stimulate discourse. In that regard, Yifat Gutman (2017) argues in her book, "Memory Activism," that official restrictions on the remembrance of certain events can achieve the opposite of what such constraints intend to accomplish. To take a contemporary example, one might consider the efforts of the Israeli government to establish the so-called Nakba law. Rather than suppressing Palestinian memory, however, discussion of the law created a public debate that raised awareness of this issue. In the discussion at hand, while the Russian government tries to eliminate its violent past from the public sphere, the plaque's existence encourages people to have a discourse around it.

As history unfolds, it leaves marks, scars, and traces, which later become the focus of memory through symbolization and the construction of narratives (Assman, 2008). Skulskiy (2019) argues that the public memory of repression is easily erased in Russia because this narrative does not explicitly relate to the

narrative of the victorious Motherland. I offer another lens through which to examine repression. Notably, the plaques do not force a particular narrative of remembrance, but they do challenge decades of lack of discussion on this matter. Installed on the walls, they provide a permanent reminder of names and events that have been long ignored, forgotten and misrepresented. The plaques allow those names and events to be awakened. This social memory can be activated in many ways, even if it ends up being denounced and vandalized along the way. Thus, while the Russian government tries to eliminate its violent past from the public sphere, the plaque's existence encourages people to engage in discourse around it.

Moreover, the plaques offer the human actors in their sphere a crucial glimpse of the microhistory (Apel, 2014) of their country, providing biographical information on individual victims of the Soviet regime. As non-human actors, the plaques are at once changed by their circulation and change the collective. They act, and as a result, they demand new modes of action from other actors (Sayes, 2014). In discourse, space is often conceived of as something shaped by politicians (Assman, 2008). However, the plaques appear as objects that already have a name and a history, operating in gray legal areas and refusing to surrender to the hegemonic discourse. Significantly, what the plaque articulates is the symbolic transformation of an alternative visual construction of meaning in space and time.



Figure 7. Sixteen plaques initially installed at 23 Rubinstein Street in Saint Petersburg, now located in Evgeniya Kulakova's bag. (photo by Evgeniya Kulakova, October 21, 2020)

## Conclusion

This article examined the *Last Address* initiative and its memorial plaques, which became the focus of my methodological and analytical study. The appearance of this form of memory initiative involves the plaque's agency as an object moving in time and space. First, I showed how the German memorial idea in the image of *Stolperstein* emigrated from Germany to post-Soviet Russia. Next, I demonstrated how the plaque's double motion in time and space shapes different ways of translating the German initiative into post-Soviet Russia. While the plaque is revealed to be saturated with vast and various meanings, I identified the two distinct biographies that are intertwined: that of the commemorated individual and that of the physical plaque itself. I demonstrated how the plaque has a life story of its own that goes beyond the life story of the victim. Finally, I discussed the different configurations among the actors who perceived the plaque. I argued that while Russia's memory politics delineate the Russian government's limited ability to deal with its past crimes, new forms of memory, initiated from the bottom-up, challenge the state narrative and provoke a new form of remembrance and a new discourse around the neglected past.

## References

- ADLER, Nanci. *Victims of Soviet Terror: The Story of the Memorial Movement*. Westport, Praeger, 1993.
- ADLER, Nanci. Reconciliation with—or rehabilitation of—the Soviet past? *Memory Studies* 5. *Online*, n. 3, July 2012, pp. 327-338.
- APEL, Linde. Stumbling blocks in Germany. *Rethinking History. Online*, v. 18, n. 2, April 2014, pp. 181-194.
- ASSMAN, Aleida. Transformations between history and memory. *Social Research: An International Quarterly. Online*, v. 75, n. 1, Spring 2008, pp. 49-72.
- ASSMAN, Jan. Memory and Culture. In: NIKULIN, Dmitri. *Memory: A History*. Oxford University Press, 2015, pp. 325-350.
- CARRIER, Peter. Stumbling Stones (Stolpersteine). *Spaces of Memory – Lugares de memoria. Online*, v. 3-4, October 2016, pp. 64-68.
- DOMANSKA, Ewa. The return to things. *Archaeologia Polona*. Warsaw v. 44, n. 2, 2006, pp. 171-185.
- DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. *History and Theory. Online*, v. 45, n. 3, October 2006, pp. 337-348.
- DROZDZEWSKI, Danielle. Stolpersteine and memory in the streetscape. In: MUZAINI, Hamzah; MINCA, Claudio. *After Heritage*. Edward Elgar, 2018, pp. 130-147.

- EPPLE, Nikolay. *Neudobnoe proshloe: Pamiñat' o Gosudarstvennykh Prestupleniñakh v Rossii i Drugikh Stranakh*. Moscow, New Literary Review, 2020.
- ETKIND, Alexander. *Warped Mourning: Stories of the Undead in the Land of the Unburied*. Stanford, Stanford University Press, 2013.
- FOREST, Benjamin; JOHNSON, Juliet; TILL, Karen. Post-totalitarian national identity: public memory in Germany and Russia. *Social & Cultural Geography*. Online, v. 5, n. 3, September 2004, pp. 357-380.
- GESSEN, Masha. *Never Remember: Searching for Stalin's Gulags in Putin's Russia*. New York, Columbia Global Reports, 2018.
- GRODSKY, Brian. Producing truth: The Politics of Investigating Past human Rights Violations in Post-Communist States. *World Affairs*. Online, v. 169, n 3, January 2007, pp. 125-133.
- GUTMAN, Yifat. *Memory activism: Reimagining the past for the future in Israel-Palestine*. Nashville, Tenn, Vanderbilt University Press, 2017.
- HOLTORF, Cornelius. Notes on the life history of a pot sherd. *Journal of material culture*. Online, v. 7, n. 1, March 2002, pp. 49-71.
- INGOLG, Tim. The textility of making. *Cambridge Journal of Economics*. Cambridge, v. 34, n. 1, January 2010, pp. 91-102.
- KHAZANOV, Anatoly; PAYNE Stanley. How to Deal with the Past? *Totalitarian Movements and Political Religions*. Online, n. 2-3, October 2008, pp. 411-431.
- KLOCKER, Cornelia. Suppressing collective memory: Chechnya's 'Day of Memory and Grief' and the rehabilitation of Stalinism in today's Russia. *London Journal of Critical Thought*. Online, v. 2, n. 1, January 2018, pp. 38-49.
- KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: Commoditization as process. In: APPADURAI Arjun, *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, Cambridge University, 1986, pp. 64-92.
- LATOUR, Bruno. *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, MA, Harvard university press, 1987.
- LEE, Moonyoung. Nostalgia as a Feature of "Glocalization": Use of the Past in Post-Soviet Russia. *Post-Soviet Affairs*. Online, v. 27, n. 2. April 2011, pp. 158-177.
- LERNER, Julia. From "Soul" to "Identity": The constitution of the social sciences in post-Soviet Russia and the Sociologization of Russianness. Doctoral Dissertation, Sociology and Anthropology, Hebrew University of Jerusalem, 2007.
- LERNER, Julia; ZBENOVICH, Claudia. Adapting the therapeutic discourse to post-Soviet media culture: The case of Modnyi Prigovor. *Slavic Review*. Online, v. 72, n. 4, December 2013, pp. 828-849.
- LIPMAN, Maria. At the turning point to repression: why there are more and more "undesirable elements" in Russia. *Russian Politics & Law*. Online, v. 54, n. 4, July 2016, pp. 341-350.

- MANDEL, Ruth; LEHR Rachel. Failing to remember: afterlives and Stolpersteine in the Nordic region. *Journal of Jewish Studies. Online*, v. 71, n. 2, Autumn 2020, pp. 365-396.
- SAYES, Edwin. Actor–Network Theory and methodology: Just what does it mean to say that nonhumans have agency? *Social studies of science. Online*, v. 44, n. 1, February 2014, pp. 134-149.
- SHELLER, Mimi and URRY John. The new Nobilities paradigm. *Environment and Planning. Online*, v. 38, n. 3, February 2006, pp. 207-226.
- SHERLOK, Thomas. Russian politics and the soviet past: Reassessing Stalin and Stalinism under Vladimir Putin. *Communist and Post-Communist Studies. Online*, v. 49, n. 1, March 2016, pp. 45-59.
- SKULSKY, Dmitriy. When Memorials Cease to Commemorate: The Museum of the History of Political Repression in Tomsk as a Place of non-Patriotic Remembering. *Museum and Society. Online*, v. 17, n. 3, November 2019, pp. 422-436.
- SUGANDA, Sonya Puspasari. Death and one of its many narratives: the story of the stolpersteine-project in Germany. *International Review of Humanities Studies. Online*, v. 5, n. 2, July 2020, pp. 71-729.
- VARUTTI, Marzia. Polysemic objects and partial translations: Museums and the Interpretation of Indigenous Material Culture in Taiwan. *Museum Anthropology. Online*, v. 37, n. 2, September 2014, pp. 102-117.
- YOUNG, James Edward. The counter-monument: memory against itself in Germany today. *Critical inquiry. Online*, v. 18, n. 2, January 1992, pp. 267-296.

Recebido em: 12/12/2020

Aprovado em: 19/02/2021

### **Como citar este artigo:**

- FRENKEL, Eliza. Installing a Biography: The Intertwined Pathway of a Last Address Memorial Plaque in Post-Soviet Russia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 43-66.



## CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DE OBJETOS E REPRODUÇÃO SOCIAL ENVOLVENDO MIGRANTES SENEGALESES

Kassoum Dieme<sup>1</sup>

Leonardo Cavalcanti<sup>2</sup>

**Resumo:** A circulação transcontinental de objetos, envolvendo migrantes senegaleses e seus parentes, é um fenômeno antigo que continua atual. Ela apresenta várias dimensões e sentidos. Neste artigo, explora-se a relação entre esta circulação com a reprodução dos laços sociais com a origem, essencialmente a partir de práticas transcontinentais de migrantes senegaleses, considerando os contextos europeus e americanos na contemporaneidade. A abordagem transnacional e as entrevistas realizadas nos permitiram observar uma ligação entre migração, trabalho, religiosidade, movimentos transnacionais de objetos e laços sociais em contexto de globalização.

**Palavras-chave:** Circulação transcontinental de objetos, senegaleses, reprodução social.

**Transnational objects circulation and social reproduction involving senegalese migrants**

1 Universidade de Brasília (UnB) – Brasília – Brasil – Bolsista do CNPq – [kdieme@hotmail.com](mailto:kdieme@hotmail.com) – Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-0623-4575>

2 Universidade de Brasília (UnB) – Brasília – Brasil – [leo.cavalcanti.s@gmail.com](mailto:leo.cavalcanti.s@gmail.com) – Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-9592-3005>

**Abstract:** *The transcontinental circulation of objects, involving Senegalese migrants and their relatives, is an ancient phenomenon that still happening. It has several dimensions and senses. This article explores the relationship between this circulation and the reproduction of social ties with origin, essentially from transcontinental practices of Senegalese migrants, considering the European and American contexts in contemporary time. The transnational approach and the interviews allowed us to observe a connection between migration, work, religiosity, transnational movements of objects and social ties in the context globalization.*

**Keywords:** *Transcontinental circulation of objects, Senegalese, social reproduction.*

### **Circulación transnacional de objetos y reproducción social que involucra a migrantes senegaleses**

**Resumen:** La circulación internacional de objetos, en la que participan migrantes y sus familiares, es un fenómeno antiguo que sigue ocurriendo. Presenta varias dimensiones e sentidos. Este artículo explora la relación entre esta circulación y la reproducción de vínculos sociales con el origen esencialmente a partir de prácticas transnacionales de migrantes senegaleses, teniendo en cuenta los contextos europeos y americanos contemporáneos. El enfoque transnacional y las entrevistas realizadas nos permitieron observar una conexión entre migración, trabajo, religiosidad, movimientos transnacionales de los objetos y lazos sociales en contexto de globalización.

**Palabras clave:** Circulación intercontinental de objetos, senegaleses, reproducción social.

### **Introdução**

A circulação de objetos envolvendo migrações é uma prática antiga. No entanto, este trabalho analisa aquela que ocorre nos tempos atuais entre imigrantes em países dos continentes europeu e americano – França, Espanha e Alemanha; Brasil e Canadá – e sua origem: o Senegal. Trata-se de contextos com os quais este país tem respectivamente uma relação migratória mais estabelecida e de países que se tornaram (mais) atrativos para emigrantes senegaleses nas últimas décadas. A análise da circulação intercontinental de objetos na

contemporaneidade será feita a partir da ação ou envolvimento dos migrantes senegaleses presentes nestes lugares. Ela será, no entanto, precedida por uma breve contextualização da migração entre o Senegal e estes dois continentes, com uns destaques.

No que se refere à Europa, a emigração de senegaleses precisa ser abordada mencionando a colonização europeia em África, pois o início da circulação de objetos entre ambas está ligado à presença de objetos trazidos da Europa pelos migrantes colonizadores e ao envio de diversos objetos da África para o “velho continente”. De acordo com Glória Kok, “nos Séculos XVI e XVII, com a expansão ultramarina dos europeus, renovou-se o interesse pelos objetos coletados na Ásia, na África, na América e na Oceania, que no Ocidente moderno tornaram-se símbolos da acumulação de posses e de poder” (Kok, 2018: 02. Tradução nossa).

Migrações entre “metrópole” e “colônia” costumam ser referidas pela literatura (Uebel, 2018; Alves, 2017; Tall e Tandian, 2011a; Bruzzone *et al.*, 2006; Sayad, 1998), assim como pelo cinema de Sembène<sup>3</sup>. Em território senegalês, sob domínio francês, houve êxodo rural para as periferias urbanas e migrações forçadas de militares “para a África e para a Europa onde estes ficaram após as grandes guerras” (Tall e Tandian, 2011a: 02. Tradução nossa). Lacroix *et al.* (2008) afirmam que, “durante este primeiro período a emigração é organizada pela administração colonial, e particularmente a dos soldados durante as duas guerras mundiais” (Lacroix *et al.*, 2008: 25. Tradução nossa). Espontâneas, estas migrações se dirigiram inicialmente para as ditas antigas colônias francesas da África e para a metropolitana, bem como para países limítrofes (Tall e Tandian, 2011a; Bruzzone *et al.*, 2006). Em um sentido ou em outro, as migrações pressupõem algum tipo de circulação de objetos.

Quanto à circulação de objetos da África para a América no passado, esta remete inevitavelmente à de africanos objetivados e comercializados nas Américas (Romão, 2019; Ménard-Marleau, 2018; Uebel, 2018; Alves, 2017; Theodoro, 2008). Ménard-Marleau (2018: 58) expõe a distribuição de pessoas negras por seus “donos” brancos europeus em quase todos os territórios da América. Partindo dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Século XVIII, e de João de Mattos Silva (1904), Alves (2017) assinala que também vieram do “Atlântico português” da África para o Brasil objetos materiais como o marfim, a cera e o azeite (2017: 141-142), mas também a imagens e práticas culturais (Romão, 2019). Nas palavras de Alves, “como testemunhas materiais, muitos

3 Ver filmes como *Ndiaye*, *La Noire de...*, *Le Mandat*, *Camp de Thiaroye*, *Guelewar* e *Mooladé*.

objetos de marfim estão presentes até os dias atuais nos acervos de museus nacionais e internacionais, com destaque para as peças de origem africana, em especial os saieiros” (Alves, 2017: 139).

Este trabalho não pretende se aprofundar na circulação histórica de objetos entre o Senegal e a Europa e América, mas sim a assinalar antes de analisar suas formas na contemporaneidade das migrações senegalesas para países europeus e americanos. É preciso notar que, no Senegal, a crença na emigração como caminho de ascensão social, relacionada à mundialização, ao desenvolvimento tecnológico (Ndione, 2018; Tall e Tandian, 2011a; Bruzzone *et al.*, 2006) e à aquisição de bens materiais é comum. Uma vez em migração, nota-se a existência de uma circulação de objetos materiais entre migrantes e seus parentes. Como será mostrado no texto, a circulação intercontinental de objetos que os envolvem ocorre num mundo globalizado e evidencia tanto a questão da reprodução dos laços sociais como o sentimento de pertencimento ao país de origem e de estar vinculado ao de residência.

No tocante à globalização, Ribeiro (2011) a define de duas maneiras: primeiro, ele a entende como “o aumento da circulação de coisas, pessoas e informações em escala global”; depois, ele a relaciona “com o reembaralhamento das relações entre lugares. Globalização é o aumento da influência do que não está aqui, aqui” (Ribeiro, 2011: 07). Neste sentido, a contemporânea imigração senegalesa no Brasil ou Canadá e na França, Espanha ou Alemanha pode em parte ser explicada por este fenômeno, apesar das especificidades da dinâmica da circulação dos objetos entre migrantes e seus familiares que não migraram.

Em ambos os contextos continentais, a circulação de objetos ocorre antes, no ato migratório ou depois deste, apresentando outras dimensões, como o reforço dos laços sociais entre conterrâneos migrantes residentes no mesmo país ou não, o estar no transnacionalismo, passando pela intenção de promover o desenvolvimento social (Rémy e Ndione, 2020).

Para realizar este trabalho, foram feitas nove entrevistas semiestruturadas respectivamente com senegaleses (as) residentes na Europa (França: 1, Espanha: 1, Alemanha: 2) e na América (Brasil: 2, Canadá: 3). Estas entrevistas foram realizadas entre novembro e dezembro de 2020 por meio dos aplicativos *WhatsApp* ou *Facebook* e algumas delas ocorreram em mais de uma ocasião. A escolha pelo “campo virtual” para obter dados primários se deu pelo fato dos interlocutores se encontrarem em diferentes países do Norte e Sul globais, em mais de um continente, e pelo fato do mundo estar vivendo uma crise sanitária desde o começo daquele ano, dificultando (ainda mais) para muitas pessoas o deslocamento internacional.

Para analisar a circulação intercontinental de objetos, é pertinente focar o olhar nos continentes europeu e americano, que são respectivamente destinos “tradicional” e “novo” da emigração intercontinental senegalesa (Ménard-Marleau, 2018; 2017; Ndione, 2018; Uebel, 2018; Sakho *et al.* 2017; Tedesco e Kleidermacher, 2017; Kleidermacher, 2017). Neste sentido, a escolha dos países pretende atender à diversidade em termos de tipos de destino e de ampliação dos novos num contexto marcado por políticas migratórias restritivas nos países do Norte global.

Quanto aos entrevistados, foram 2 mulheres e 7 homens. Trata-se de pessoas que emigraram há pelo menos um ano, tendo como motivo principal da (última) migração “o estudo (4)”, “o trabalho (2)” ou “a reunião familiar (3)”. A maioria destas pessoas (7) havia emigrado mais de uma vez para chegar ao seu lugar de residência atual. Praticamente todas elas (8) efetuam regularmente envios de dinheiro e periodicamente de objetos a parentes – no sentido amplo da palavra – e também recebem ocasionalmente coisas que estes lhes enviam desde o Senegal. Os nomes que lhes foram atribuídos aqui são fictícios.

## Migrações internacionais senegalesas para África, Europa e América

Falar de migrações internacionais no caso do Senegal remete basicamente a três dimensões: a presença de estrangeiros residentes no país, ou que por ele transitam, a presença de senegaleses em outros países, sejam eles da África ou de outro continente (Sakho *et al.* 2017; Ndione, 2018; ANSD, 2020), e o retorno.

### O retorno

Embora em muito menor proporção por causa “das condições socioeconômicas do Senegal” com os quais são “confrontados os senegaleses do exterior candidatos ao retorno” (Marfaing, 2003: 09), o Senegal é também um destino para migrantes retornados, voluntários ou forçados, de países do Sul ou do Norte (ANSD, 2013; ANSD, 2020). De acordo com os dados da pesquisa *Migrations entre l’Afrique et l’Europe (MAFE)* de 2008, houve tantos retornados da França quanto de países fronteiriços do Senegal (26%). No total, 48% deles saíram de um destes países, de outro da África Ocidental ou então da África Central. Os que retornaram de algum país europeu representaram 35% do total (ANSD, 2013). Em 2017, foi registrado, com base nos dados da Organização Internacional das Migrações (OIM), que o número de retornados senegaleses assistidos no mundo pela OIM era de 3.023 pessoas. Destes, 47% estavam em Níger e 38% na Líbia (ANSD, 2020). Estes dois países africanos representaram

85% dos senegaleses que receberam a ajuda da OIM para voltar a seu país. O retorno é uma dimensão complexa da migração internacional e, quando ocorre, não constitui em si o fim do processo migratório (Sayad, 2000).

## Imigração no Senegal

No que tange à imigração, constata-se nos estudos de Ndione (2018) e Bruzzone et al. (2006) que, no Senegal, residem cidadãos de todos os países em sua volta (Mali, Mauritânia, Cabo Verde, Gambia, Guiné-Bissau e Guiné Conakry), sendo os do último país a maior comunidade estrangeira. A imigração dos cidadãos do Golfo de Guiné, “composta majoritariamente por francófonos”, é registrada entre as minorias (Bruzzone et al., 2006).

Muito antes de sua independência em 1960, e da imigração predominantemente regional, os territórios senegaleses receberam colonizadores árabes muçulmanos já no Século XI (N’diaye, 2019); vários séculos depois, eles viram chegar a suas terras os franceses, cujo projeto colonial vigorou até a segunda metade do Século XX. Estes deslocamentos são aqui entendidos como migrações coloniais. No entanto, o país recebeu imigrantes e observou saídas de parte de seus cidadãos, tornando-se ultimamente um país por onde se transita (Sakho, et al., 2017; Tall e Tandian, 2011a. Tradução nossa). Como já anunciado, de certa forma, o Senegal está simultaneamente envolvido na emigração, imigração e trânsito (Ndione, 2018), além do retorno.

## Emigração de senegaleses

De modo geral, a emigração dos povos do Senegal para a África, a Ásia, a Europa e a América ocorreu inicialmente há muito tempo. Examinando alguns estudos (N’diaye, 2019; Tall e Tandian, 2011a; Bruzzone et al., 2006; Sakho et al., 2017), percebe-se que estas migrações passaram por mudanças no tempo e no espaço.

A exportação compulsória de pessoas da África negra para a África do Norte e para o mundo árabe, iniciada no Século VII, não parou oficialmente até o Século XIX (N’diaye, 2019). Este autor cita o historiador Ralph Austin, para quem o tráfico transaariano deportou vivos aproximadamente 7.400.000 africanos em praticamente 13 séculos – a esta cifra, somam-se 1.565.000 mortos a caminho e os 372 mil deixados no deserto ou em oásis (N’diaye, 2019: 200). Ainda de acordo este estudo, na parte oeste do continente, foram os almorávidas que lideraram o mesmo processo e destruíram em 1076 o Império do Gana, do

qual o Senegal fazia parte. “Os almorávidas<sup>4</sup> levaram consigo ouro e milhares de cativos” (N’diaye, 2019: 73).

Milhões de pessoas negras da África foram também exportadas à força para as Américas, objetivadas e exploradas por brancos europeus durante séculos (Theodoro, 2008; Ménard-Marleau, 2018). O trabalho de Uebel (2018) inclui os senegaleses nesta histórica transposição transcontinental de “objetivados”. Dieme (2016) menciona autores que apontam as restrições à imigração de pessoas negras em países latino-americanos no pós-abolição.

Passando para as saídas de senegaleses durante o período de colonização francesa (final do Século XIX, – segunda metade do século XX), Tall e Tandian (2011a) assinalam que primeiro eles emigraram para os países fronteiriços, além dos “eldorados” francófonos africanos e para França. Neste sentido, estas emigrações para a África e a França são, como diria Sayad (1998), filhas da colonização. Conforme Tall e Tandian (2011a), naquela época, os “precursores” das migrações de senegaleses para a França, em particular, eram militares, recrutados e deslocados à força<sup>5</sup>, fazendo parte dos quase 100.000 combatentes africanos, mais conhecidos como *Tirailleurs sénégalais*. Muitos destes permaneceram neste país europeu depois das Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Ainda de acordo com estes autores, posteriormente, a França passou a ser um país de acesso restritivo<sup>6</sup> a trabalhadores senegaleses a partir dos anos 1970, por causa da crise econômica que a Europa estava enfrentando no começo da década.

De acordo com Lobo, “para entender a dinâmica de envio e recepção de objetos e informações, é importante conhecer os arranjos locais que dão o tom da circulação de pessoas no contexto da emigração” (Lobo, 2012: 30). No Senegal, o desemprego é apontado como uma das causas principais da saída de sua população. A busca por trabalho é feita também nos países do Sul. Não sendo o desemprego e rendas baixas os únicos fatores de “expulsão”, Tall e Tandian (2011a) defendem que, de modo geral, senegaleses saem do país para ganhar mais e concebem a migração como “um elevador social” que permite realizar mais rapidamente projetos pessoais, familiares ou comunitários. Entende-se, portanto, a emigração de qualificados e empregados. Para Ménard-Marleau (2018),

4 Sendo inicialmente um grupo de religiosos, os almorávidas “tornar-se-ão uma ordem militar e religiosa que desencadeará uma guerra santa em 1042 para se apoderar das minas de ouro [na África ocidental] e controlar as vias de acesso” (N’diaye, 2019: 73).

5 O filme *Emitai* de Sembène Ousmane ilustra esse recrutamento compulsório para atender os interesses da metrópole: a França.

6 Outros autores (Fall, 2014; Kanté, 2008) fazem menção destas políticas francesas, relacionando-as à saída de senegaleses deste país para outros como o Canadá ou os Estados Unidos.

alguns dos demais motivos da emigração internacional senegalesa são: “[...] as remessas ligadas à migração, a difusão de ideias sobre o desenvolvimento no Ocidente [ou na África] e as histórias de migrantes bem-sucedidos” (2018: 45. Grifo e tradução nossos). Deve-se acrescentar que, além de situações de insegurança, os estudos levam à emigração de senegaleses (Fall, 2010), principalmente para fora da África. Portanto, não há resposta que dê conta de todas as causas destas migrações para perto ou longe.

Para garantir o direito ao trabalho e à segurança social a seus cidadãos, muitos países de destinos “clássicos” do Norte estreitam hoje em dia suas vias migratórias legais e controlam com mais rigor suas fronteiras terrestres. Diante deste contexto, observa-se uma transição da “bipolaridade” das migrações internacionais senegalesas para a França e “antigas colônias francesas” da África, com os quais tem vínculos geográficos, históricos e linguísticos (Kanté, 2008; Tall e Tandian, 2011a; Ndione, 2018), para a “multipolaridade” (Kanté, 2008). A Europa do Sul e os Estados Unidos começaram a se tornar novos destinos a partir das décadas seguintes. Bruzzone *et al.* (2006) destacam que a Itália é “um dos principais destinos [de] senegaleses desde o início dos anos 1990” (Bruzzone *et al.*, 2006: 03. Grifo e tradução nossa). O mesmo valeu para a Espanha (Ndione, 2018). Percebe-se ainda em Bruzzone *et al.* (2006: 20) que, em 1995, o número de senegaleses na França, Itália e Espanha era respectivamente estimado em 40.848, 32.953 e 6.657. Em 2013, estes números passaram na mesma ordem para 116.000, 79.000 e 59.000, segundo os dados da Divisão Populacional das Nações Unidas (Ndione, 2018).

Ao mesmo tempo em que a Europa do Sul começou a receber senegaleses, Marfaing (2003) identificou sua presença na Alemanha naquele decênio e no anterior. Em Bruzzone *et al.* (2006) foi indicado que, em 1995, havia 2.660 cidadãos senegaleses na Alemanha, algumas centenas na Suíça e na Bélgica. De acordo com Fall (2010), em 2004, a Alemanha era o segundo país europeu com mais estudantes senegaleses, à frente da Suíça, Bélgica e Itália. Ou seja, houve simultaneamente sinais de extensão dos destinos de senegaleses na Europa do Norte e do Sul. O caso destes países mostra que só a colonização não dá conta de explicar a imigração senegalesa na Europa. Os níveis de desenvolvimento econômico, as localizações geográficas, aspectos culturais e políticas migratórias de cada um desses países são elementos a levar em conta nestes casos.

Sakho *et al.* (2017: 33) mostram que os “migrantes senegaleses do Bassin [Arachidier<sup>7</sup> começaram a chegar] nos Estados Unidos e no Canadá no final

7 Área localizada no Centro-Sul do Senegal e cuja progressiva extensão atingiu regiões de Louga, Thies, Diourbel, Kaolack e Tambacounda (cf. Sakho *et al.*, 2017: 24-25).

dos anos 1990”. Com base em pesquisas nacionais<sup>8</sup> realizadas respectivamente nas décadas de 1990 e 2000, Ndione (2018) evidencia que, na América do Norte, instalaram-se 2,0% e 7,5% dos senegaleses no exterior. Para Kanté (2008), os Estados Unidos vêm recebendo senegaleses desde o começo dos anos 1980.

No caso daqueles recebidos pelo Canadá, muitos vêm de um país europeu, em particular da França, atraídos não só pela possibilidade de obtenção de “carteira de residência permanente”, mas também pelas oportunidades de trabalho (Fall, 2014). De acordo com os dados do governo do Quebec, entre 2002-2006, esta província recebeu 6.465 cidadãos da África Ocidental. Destes, os senegaleses eram a segunda maior nacionalidade, com 1.166 pessoas (DRS, 2007). Partindo dos seguintes estudos (DRS, 2007; Fall, 2014), cabe situar o aumento da presença senegalesa no Canadá a partir de meados dos anos 2000. A existência “em Dakar de agências privadas encarregadas de promover a vinda [direta da capital senegalesa] ao Canadá de diplomados e quadros senegaleses” a partir de 2008 (Fall, 2014: 13. Grifo nosso. Tradução nossa) se inscreve numa lógica de ampliação dos destinos no Norte global. Entre 2014-2018, os senegaleses ainda eram a segunda maior nacionalidade da África Ocidental recebida em Quebec (DRS, 2019). Na sua “maioria, são pessoas altamente qualificadas: mais da metade dentre eles têm um nível igual ou superior a um mestrado” (Fall, 2014: 12. Tradução nossa).

Um traço que merece menção na migração senegalesa para o Norte ampliado é a proporção de mulheres em relação aos homens. Tall e Tandian (2010) associam vários fatores internos e externos a esta “feminização”: “Na França, a imigração das mulheres só começou oficialmente com o desenvolvimento de programas de reunião familiar [a partir de 1974]” (Tall e Tandian, 2010: 01. Grifo nosso. Tradução nossa). A presença feminina é maior sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá, para onde migram muitas mulheres de forma autônoma (Fall, 2014; Tall e Tandian, 2010; Kanté, 2008; DRS, 2007). No caso do Quebec, entre 2002-2006, as mulheres senegalesas representaram 44,08% dos 1.166 imigrantes admitidos (DRS, 2007).

A busca por novos destinos visibilizados não se limitou ao Norte nem a vínculos históricos e linguísticos. Há presença de senegaleses em “nações árabes, do sudeste asiático e [n]a Rússia” (Uebel, 2018). Ménard-Marleau (2018), Sakho *et al.* (2017) e Tall e Tandian (2011a) indicam que a América Latina e/ou a Ásia estariam se transformando nos ainda “mais recentes” destinos dos senegaleses. Importa ressaltar que a falta de “vínculos linguísticos, históricos ou políticos”

8 São elas a *Enquête Migration et Urbanisation au Sénégal (1992-93)* e a *Enquête Sénégalaise auprès des Ménages (2004)* (Ndione, 2018).

(Ménard-Marleau, 2018) com o destino não é novo. Por outro lado, quando existem, estes vínculos não impedem necessariamente a aplicação de medidas administrativas proibitivas da imigração.

É relevante notar que os países da Europa do Sul, e os Estados Unidos, não permaneceram como uma alternativa acessível por muito tempo para migrantes do Sul global ou do Senegal em particular. Gabrielli (2008) associa o fechamento da Europa do Sul nos anos 2000 à segunda fase de um processo iniciado por estados como a França, nos anos 1973-1974<sup>9</sup>. A materialização da externalização das fronteiras europeias se observa mediante ações conjuntas da (ou com a) comunidade europeia envolvendo indiretamente no controle de suas fronteiras, estados de trânsito do norte da África ou da África Subsaariana (Die-me, 2016; Pian, 2009; Gabrielli, 2008). Neste sentido, Pian (2009) diz o seguinte:

Hoje, com efeito, os países europeus instauram novas políticas de regulação dos fluxos migratórios que, por um lado, se caracterizam por um endurecimento contínuo das condições de entrada e de estada na Europa e que, por outro lado, são acompanhadas por uma externalização do controle de fronteiras nos estados de origem et de trânsito (Pian, 2009: 250).

No tocante à América, foram adotadas restrições migratórias no começo da década de 2000 nos Estados Unidos (Tall e Tandian, 2011a), o que impôs ainda mais a busca por novos horizontes. Assim, percebe-se a relação entre estes fechamentos e a busca de emigrantes senegaleses – inclusive aqueles que já se encontravam na Europa (Fall, 2014; Tall e Tandian, 2011a) – por novos destinos (Tall e Tandian, 2011a). Tedesco e Kleidermacher (2017) assinalam que há, em determinados espaços, “bloqueios físicos (muros), normativos (legislações e regramentos) e humanos (religião e etnias)” (2017: 10), além de diplomáticos, quando estados de “destino” envolvem nas “negociações” aqueles de trânsito e de origem (Brachet *et al.*, 2011; Gabrielli, 2008). Estas barreiras erguidas contra as migrações regulares e irregulares nunca são herméticas, sendo atravessadas por parte dos migrantes (Tedesco e Kleidermacher, 2017; Fall, 2010), que somam a esta estratégia a busca por destinos alternativos.

## Migração Sul-Sul de senegaleses

Reiteramos que a emigração intracontinental de senegaleses, desde o tempo da colonização, envolveu as antigas colônias francesas limítrofes ou não (Tall

9 Para este autor, a internacionalização da política migratória na Europa se deve à constatação das dificuldades de se fazer individualmente uma boa gestão das migrações (Gabrielli, 2008).

e Tandian, 2011a; Ndione, 2018). As pesquisas nacionais Enquête Migration et Urbanisation au Sénégal (EMUS) de 1992-1993 e Recensement Général de la Population, de l'Habitat, de l'Agriculture et de l'Elevage, publicada em 2013, colocam o continente africano como sendo o principal destino dos senegaleses no exterior, respectivamente com 55% e 45,9% (Ndione, 2018). Nestes dois censos, a Europa ficou em segundo lugar, respectivamente com 41% e 44,5%. Apesar de pequena, esta diferença confirma a afirmação de diversos estudos referidos por Ménard-Marleau (2018: 59) e para os quais a maioria dos africanos ainda migram em África. Os principais destinos intracontinentais da emigração senegalesa são a Mauritânia, a Gambia, o Gabão, a Costa de Marfim, o Congo, Marrocos e Mali (Ndione, 2018; Tall e Tandian, 2011a).

Novos destinos no Sul global aparecem. De acordo com Baeninger (2018a),

O cenário das migrações internacionais no século XXI tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, cada vez mais intensos, entre os países do Sul global. [...] As migrações Sul-Sul entre e em direção aos países da América Latina na última década, demonstram a complexidade e a heterogeneidade da migração internacional (Baeninger, 2018a: 13).

Nos últimos anos, a migração para a América Latina decorrente, em parte, dessa nova conjuntura reordenou este fenômeno (Baeninger, 2018a; Kleidermacher, 2017; Tedesco e Kleidermacher, 2017) sem substituir os “espaços de referências” (Tedesco e Kleidermacher, 2017).

A migração para alguns países da América Latina, em particular, para o Brasil e a Argentina, está situada nessa nova dinâmica que não é apenas geográfica, mas movida por vários outros âmbitos e causalidades. Esse novo reordenamento dos fluxos tem muito a ver com legislações, controles, tensões e conflitos em países e regiões de maior presença dos fluxos de [até] então (Tedesco e Kleidermacher, 2017: 14).

Diante do acirramento do controle e da extensão das fronteiras do Norte (Gabrielli, 2008), a América Latina, notadamente para a Argentina e Brasil, mudaram de lugar no panorama da migração sul-sul africana. “O Sul não é só emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é preciso enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países” (Baeninger, 2018b: 21). O estudo de Uebel (2018) apresenta a dinâmica e centralidade recentes dos países da Bacia do Prata<sup>10</sup> nas migrações

10 Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (Uebel, 2018: 160).

de países do Sul global tal como o Senegal. Os estados que a constituem receberam 7,5 mil senegaleses entre 2010 e 2016, mesmo não sendo destinos prioritários deles (Uebel, 2018).

De acordo com Tedesco e Kleidermacher (2017), o Brasil e Argentina são referências da migração no Sul global, tendo tido uma ligação histórica com a imigração europeia e africana e adotado depois políticas de branqueamento por meio da imigração de europeus. Ambos forneceram emigrantes para países do Norte e, nos últimos anos, voltaram a receber imigrantes oriundos da Europa e da África. Dos oriundos deste continente, os senegaleses constituem uma nacionalidade destacada pela mídia na última década, apesar do pequeno número nestes dois países, e principalmente nos demais da Bacia do Prata (Uebel, 2018).

Ao falar da presença de senegaleses na Argentina, Kleidermacher (2017) e Espiro e Zubrzycki (2013) situam seu começo na década de 1990 e seu aumento a partir dos anos 2000<sup>11</sup>. Para Espiro (2017), a migração de senegalesa no Brasil “se dá posteriormente à da Argentina” (2017: 46). Ménard-Marleau (2017; 2018) parte de outros estudos para afirmar que a Argentina é o destino Sul-americano com maior número de senegaleses e que esta nacionalidade chegou “a ser o maior grupo dentre os migrantes subsaarianos” (Ménard-Marleau, 2017. Tradução nossa). Na Argentina, seu número mais elevado é estimado em pouco mais de 5.000 pessoas no período de 2010 a 2016<sup>12</sup>, tendo aumentado consideravelmente a partir de 2013 (Uebel, 2018: 176). A chegada de senegaleses na Argentina – país que exige visto e não dispõe de embaixada no Senegal – ocorreu majoritariamente de forma irregular. O percurso incluiu principalmente um trânsito sem necessidade de visto pelo Equador que serviu de “nó articulador da migração senegalesa na América do Sul” entre 2007 e 2016<sup>13</sup> (Ménard-Marleau, 2017; 2018). A partir de 2016, o Equador passou a exigir um visto, impactando significativamente aquele fluxo naquele ano (Ménard-Marleau, 2018).

Quanto ao Brasil, uma grande economia da América do Sul (Uebel, 2018), houve crescimento econômico (Espiro, 2017) do começo dos anos 2000 a 2014 (Oliveira, 2018) e atraiu não só imigrantes do Sul Global, mas também aqueles do Norte Global<sup>14</sup> (ver Dieme *et al.* 2019a; 2019b). Este país vinha recebendo

11 Num mapa de Tandian de 2002 (cf. Tall e Tandian, 2011[b]: 07), nenhum país da América Latina aparece seja como “antigo destino” ou como “novo destino”, sendo que os Estados Unidos e Canadá faziam parte da última categoria.

12 (Cf. Uebel, 2018; Espiro, 2021).

13 Foram mais 7 mil entradas regulares nesse período. Elas se intensificaram entre 2012 e 2015 quando ocorreram 6.931 delas. Poucas saídas foram registradas oficialmente (Ménard-Marleau, 2017).

14 A crise de 2008 atingiu o Norte sem afetar prontamente o Brasil e tornou o país atrativo para o Norte e o Sul.

estudantes universitários<sup>15</sup> (cf. Kaly, 2001) e, na última década, chegaram principalmente trabalhadores senegaleses, cuja entrada no território ocorreu em boa medida de forma irregular. A exemplo daqueles que iam para a Argentina (cf. Ménard-Marleau, 2017), muitos dos que buscavam chegar ao Brasil passaram pelo Equador, percorrendo, a partir de 2011-2012, parte do caminho traçado desde 2010 pelos haitianos (Dieme, 2016).

Outro elemento determinante da imigração de senegaleses no Brasil a partir do final da década de 2000 é a possibilidade de regularização provisória de sua estada. Este fato permitiu que senegaleses, então residentes na Argentina, saíssem dela para o Brasil. Foi o caso de nosso entrevistado Assamdie, residente no Rio Grande do Sul. Um entrevistado por Monteiro (2018) disse: “Eu estava na Argentina antes, aí o Brasil começou a “dar” documento, no final de 2009, eu vim fazer documento, eu vim para ficar no Brasil, aí eu morei em Passo Fundo” (Monteiro, 2018: 210). De acordo com Espiro (2017: 46. Tradução nossa), “embora alguns obtivessem a residência argentina por meio do programa de regularização, outra parte não conta com os títulos habilitantes para residir ou para trabalhar, [...]”. Ao chegar no Brasil, vindo da Argentina ou do Senegal, o recurso às anistias periódicas ou à solicitação de refúgio, encontrado na Lei n. 9474 de 1994, foram as saídas destes migrantes para estar, mesmo provisoriamente, em situação regular no país (Dieme, 2016).

Provisoriamente no Brasil é algo que pode ocorrer (Tedesco, 2017; Uebel, 2018), podendo ser provocada pelo desemprego (Uebel, 2018), que ocasiona uma remigração dentro da América Latina (Tedesco, 2017; Uebel, 2018) ou um retorno ao Senegal (Tedesco, 2017). Na migração senegalesa para o Brasil, o Equador serviu também de ponto de articulação (Ménard-Marleau, 2017). Daí sua relevância na análise da migração dos senegaleses no Sul global. Na ótica de Ménard-Marleau (2017), haveria uma relação entre a entrada no Equador e as chegadas de senegaleses na Argentina e no Brasil na década de 2010, na medida em que seu “fechamento” reduziu expressivamente o trânsito pelo país para as duas maiores economias da Bacia do Prata.

Nestes países, o trabalho de venda ambulante realizado por senegaleses é frequentemente mencionado, quando não tratado na produção acadêmica como assunto central (Espiro, 2021; 2017; Espiro e Zubrzycki, 2013). Este tipo de atividade tem relevância para este texto na medida em que contribui para a circulação de objetos materiais, envolvendo migrantes. No entanto, neste trabalho, pretende-se dar a mesma importância à circulação de mercadorias e demais objetos.

---

15 Trata-se do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) em vigor desde a década de 1960.

## Objetos em circulação nacional e transcontinental

É na perspectiva transnacional das migrações que se baseia a análise aqui proposta sobre a circulação dos objetos entre os referidos continentes. Esta perspectiva pressupõe práticas econômicas e sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. De acordo com Cassarino (2013: 33), “o Transnacionalismo se propõe a formular um modelo teórico e conceitual que visa uma melhor compreensão dos intensos laços sociais e econômicos existentes entre os países de acolhida e de origem dos migrantes”. Cavalcanti e Parella (2013) entendem que “as práticas transnacionais nos mostram como os migrantes constroem e reconstróem suas vidas simultaneamente imbricadas em mais de uma sociedade (Cavalcanti e Parella, 2013: 10-11). Ao propósito das migrações de senegaleses, Maggi *et al* afirmam:

o caráter transnacional das migrações senegalesas, feitas de idas e vindas e trânsito de informação, produtos e de *savoir-faire*, bem como a expansão dos meios de comunicação modernos (mídias, internet, telefone), são todos fatores que contribuem para a percepção de uma interconexão entre os dois continentes [África e Europa] (Maggi et al, 2008: 31. Grifo nosso. Tradução nossa).

Aqui a necessidade de se entender os “arranjos locais” (Lobo, 2012) se impõe novamente.

## Circulação nacional de objetos

Cabe assinalar, portanto, que refletir sobre a circulação de objetos promovida por senegaleses em âmbito transnacional demanda que se analise primeiro e brevemente este fenômeno em escala nacional. Em um país como o Senegal, a prática que “impõe” que um “retornado/visitante” leve lembranças materiais, seja comida, roupa, objetos eletrônicos etc., para os de “casa”, é bastante comum no seio das famílias, bairros e comunidades. Esta “obrigação moral” – conhecida como *silafanda ou charité* – é bastante difundida<sup>16</sup>. Objetos que circulam nestas circunstâncias podem não pertencer a quem viaja ou destinados a parentes destes. Esta pessoa pode transportar objetos de terceiros destinados a amigos, colegas ou vizinhos. Pessoas que vêm da cidade, como aquelas que chegam do campo, são, por assim dizer, indispensáveis na viabilização da circulação interna de objetos.

16 Um dos autores deste trabalho, oriundo do Senegal e residente no Brasil, viveu por anos estas práticas em escala nacional; nos últimos anos, ele vem observando como outras similares existem em escala intercontinental entre emigrantes e seus parentes.

No caso destes últimos, são geralmente produtos naturais comestíveis (frutas, folhas, grãos, óleos, raízes), cartas, amuletos ou mercadorias que são levados para a cidade. Da cidade, costumam chegar roupas, sapatos, comidas industrializadas, materiais de construção, utensílios do lar, produtos de beleza e higiene pessoal. Se no campo se valoriza o que vem da cidade, e, portanto, do mundo “moderno”, há também um apreço do que se recebe do campo como objetos autênticos. Muitas vezes, a circulação de objetos envolvendo deslocamento ou viagens de pessoas que os transportam acaba assumindo um caráter de troca, pois às “visitas” se costuma reservar um acolhimento “especial”. Diante desta expectativa, elas trazem como “contrapartida” objetos aos “anfitriões”. Este é um contexto que merece atenção por constituir uma base da circulação social de objetos envolvendo imigrantes internacionais e intercontinentais, seus familiares e membros de suas comunidades na origem.

### Circulação transnacional dos objetos

No contexto transnacional atual, marcado por uma maior circulação de informações, que se deve ao desenvolvimento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), um dos objetos que mais circula e com relativa facilidade é o dinheiro. No caso do Senegal, Ndione (2018) assinala que o país recebe milhões de dólares por ano enviados por seus emigrados por vias legais. Entretanto, parte do dinheiro que circula é levado em espécie pelos próprios donos em deslocamento. Porém, de acordo com a fala do entrevistado Linten, “acontece que imigrantes que vão de férias transportem quantias de dinheiro líquido de terceiros num envelope” (Linten, entrevistado em dez. 2020).

Graças aos meios de comunicação disponíveis hoje, o membro da família que está em outro continente pode doravante “estar presente” na vida cotidiana de quem não emigrou, e inclusive participar de tomadas de decisões no seio de sua família (Lobo, 2012). A recíproca é verdadeira. Com o uso destas ferramentas, sinal de novos tempos, objetos e presentes que circulavam no Senegal mudaram (Rémy e Ndione, 2020).

Ao analisar a circulação de objetos entre emigrados cabo-verdianos intercontinentais de e seus parentes no país de origem, Lobo (2012) destaca que há uma distinção entre o que os imigrantes enviam e o que recebem de seus parentes. Os primeiros enviam objetos da “modernidade”; os segundos, os da “tradição”. No tocante aos senegaleses *Soninké* na França, Coulibaly, um dos entrevistados de Rémy e Ndione (2020) fala o seguinte:

Cada retorno ao país, é o mesmo ritual, as mesmas obrigações, os presentes, os objetos para comprar, o dinheiro a dar para a família, para os parentes, isso demanda bastantes recursos. O migrante deve devolver aquilo que recebeu dos outros, é um peso grande, é a dívida simbólica. É nossa realidade (Entrevistado Coulibaly, por Rémy e Ndione, 2020: 28, Tradução nossa).

Quase todos os nossos interlocutores afirmam que grande parte dos objetos que eles enviam são destinados a parentes e conhecidos no país de origem. Trata-se, de acordo com os entrevistados Atyom, residente em França, e VieuxP, residente em Barcelona, sobretudo de objetos como roupas, telefones celulares, tabletes, computadores, produtos de higiene pessoal e sapatos de marca. A imigrante franco-senegalesa Kaloyi, residente atualmente no Canadá, relata ter enviado sapatos, televisão, fogão e roupas quando ainda morava na França. Conforme Rémy e Ndione (2020), “os objetos em circulação têm a ver com experiências culturais e, cada vez mais, com produtos de marcas mundiais ou importadas que permitem expressar status e privilégios” (Rémy e Ndione, 2020: 30).

Se estes são geralmente novos, outros objetos enviados são usados e existem na origem. O entrevistado Djimuna, residente na Alemanha, afirma que há imigrantes que recuperam, sem custo, objetos em bom estado, para enviá-los ao país de origem onde ganham uma nova vida útil. Ele acrescenta que Linten, residente na Alemanha, faz inclusive suas compras, em média uma vez por semestre, para enviá-las a sua família na Gambia, porque tais transações são benéficas.

Tal como no contexto nacional senegalês, em âmbito intercontinental, as “encomendas”, para retomar o termo usado por Lobo (2012), saem tanto da origem como do destino dos migrantes. No caso dos senegaleses nos citados países europeus e americanos, além dos produtos comestíveis, nossos interlocutores mencionam documentos administrativos (certidão de antecedentes criminais, de nascimento, de casamento, títulos de propriedade) e escolares, além de roupas, fotos, objetos de arte e tecidos.

A respeito dos senegaleses, Rémy e Ndione (2020) argumentam que, sociologicamente falando, “os objetos em circulação implicam várias categorias de atores, intermediários e contrabandistas, empresas, mascates, instituições locais e financeiras, mulheres, profissionais de todos os ramos que se envolvem em interações e transações múltiplas” (Rémy e Ndione, 2020: 31. Tradução nossa). Nosso olhar se foca apenas no papel dos próprios migrantes, nos intermediários, nas mulheres e nos profissionais de transporte de objetos, como os correios.

No tocante à circulação de objetos motivada por razões consideradas “afetivas”, o estudo de Lobo (2012) observa que os que levam os objetos num sentido

ou no outro são os próprios migrantes. Eles fazem este transporte por solidariedade ou como forma de retribuição. Este tipo de transporte é ainda atual entre migrantes senegaleses no Brasil, no Canadá, na França ou em Espanha. Já testemunhamos inúmeras vezes imigrantes senegaleses no Brasil informando a seus conterrâneos suas idas ao e voltas do Senegal, sabendo que teriam que fazer o favor de levar ou de trazer alguma coisa: “Vou para o Senegal no sábado, se quiser que leve alguma coisa pode me passar”; “Estou no hotel X, no apartamento Y em Dakar, se quiser que traga algo para você, peça para o pessoal levar para o hotel”, disse numa conversa, via WhatsApp, o imigrante Legrand que saiu da capital Brasília em novembro de 2020 para passar alguns dias em Dakar<sup>17</sup>.

A circulação transcontinental de objetos também tem uma dimensão comercial. Foi possível perceber, tanto na fala de Djimuna como na de VieuxP, que, quando os objetos são postos em movimento por imigrantes, estes podem ser destinados à venda: “Geralmente moças em situação migratória irregular coletam objetos descartados e assim que recebem auxílio, enviam, via contêiner de outrem, suas coisas que algum parceiro na origem recebe e vende” (Entrevistado, Djimuna, dez. 2021). Nas redes sociais, notadamente em *Facebook*, foi possível identificar a existência de uma loja virtual especializada em comércio de tecidos ditos “africanos” importados do Senegal e comercializados por uma família senegalesa residente no Rio de Janeiro. De acordo com Monteiro (2018), neste tipo de circulação de objetos entre familiares distantes, parentes de imigrantes senegaleses no Sul do Brasil recorreram a formas convencionais de envio, notadamente ao correio, para encaminhar as mercadorias demandadas. Aqui o transporte é feito por empresas.

A circulação de objetos tem uma dimensão que consideramos ambivalente por ser ao mesmo tempo comercializada por um lado e afetivo por outro. Respectivamente, os entrevistados Djimuna e VieuxP informam que frequentemente imigrantes senegaleses residentes tanto na Alemanha como na Espanha enviam contêineres para seus países de origem. Levam geralmente mercadorias e costumam anunciar tais iniciativas a fim de vender espaços a um preço relativamente acessível para seus conterrâneos. Esta forma de envio leva geralmente mais tempo e interessa àqueles que queiram enviar volumes maiores de objetos.

---

17 Esta conversa ocorreu entre ele e um dos autores deste trabalho que é senegalês residente no Brasil. Esse esteve no Senegal entre janeiro e abril de 2021. Transportou na ida remédios para a filha de uma conterrânea, sendo solicitado respectivamente por quatro senegaleses, também residentes no Brasil, e uma brasileira, a trazer na sua volta: cuscuz senegalês, livro(s), geleia, óleo de dendê e amuleto. Ele trouxe as três últimas coisas e um livro.

Em sua fala, o entrevistado Atyom apresenta uma situação bastante consolidada na França. É o trabalho de GP<sup>18</sup>, exercido por mulheres, que viajam regularmente e aceitam levar quantidades relativamente pequenas de objetos de imigrantes a parentes na terra natal e destes a seu emigrantes. Trata-se de um serviço pago e relativamente caro – de acordo com os entrevistados –; porém, de rápida entrega de objetos normalmente destinados ao uso. Pode-se notar que, no caso das GPs e dos contêineres, o transporte dos objetos enviados pelos imigrantes é cobrado, sendo a finalidade do envio a reprodução social dos laços de parentesco ou amizade.

Outra dimensão da circulação de objetos envolvendo migrantes intercontinentais senegaleses é a política. No Brasil, acompanhamos virtualmente (num grupo de WhatsApp) a mobilização de migrantes senegaleses em torno de um partido político. Estes precisaram do envio desde a origem de cartas de adesão e sua distribuição no território nacional brasileiro. Em sentido inverso, os imigrantes membros do referido partido juntaram dinheiro e adquiriram equipamentos enviados para os seguranças do líder desse partido no Senegal. Os cidadãos senegaleses votam nas eleições presidenciais em certos países da Europa. Em 2019, pela primeira vez, a comunidade senegalesa no Brasil participou da eleição presidencial. Houve o envio de material do Senegal para esse país para a confecção de documentos de migrantes e posterior envio dos passaportes e carteiras de identidade/eleitorais do Senegal para o Brasil.

Outro fator relevante da circulação de objetos relacionada a senegaleses expatriados é a religiosidade. Quanto à relação entre religiosidade e movimentação transnacional de objetos, Bava (2003), Bressan (2018) e Tedesco (2017) entendem que a religião expressa não só circulação de bens materiais, mas também interação, adaptação, identidade e inserção laboral dos migrantes. O que observamos nos casos da França, Espanha e Brasil é que esta relação remete particularmente a imigrantes do *Mouridisme*<sup>19</sup>, por serem os que mais tornam pública sua religiosidade e pertencimento *confrérique* neste contexto. Entende-se que, neste caso, a circulação a que se refere Bava (2003) envolve pessoas, dinheiro<sup>20</sup> e mercadorias. De “produtores pioneiros e vendedores de amendoim,

18 De acordo com o *Le Monde Afrique* de 29 de janeiro de 2015, GP quer dizer *Gratuité Partielle/Gratuidade Parcial*, “nome dado a senegalesas que aproveitam de suas ótimas condições de viagem para vender sua cota de quilos a mais, transportando pacotes para Dakar” ou para Paris. (Ver: Dans l’univers des «GP», les factrices clandestines entre Paris et Dakar (lemonde.fr)).

19 Trata-se de uma confraria criada no final do Século XIX na região central do Senegal por Cheikh Ahmadou Bamba e que se estrutura na cidade santa de Touba (Bava, 2003).

20 “É mais por meio do dinheiro que os *talibés*/discípulos expressam seu apego ao *marabout*/mestre espiritual do que só pelo trabalho. Ele é o meio de estar perto de Touba, mas é também para alguns uma prova do apoio que o *muridismo* proporciona aos *talibés*” (Bava, 2003: 04. Tradução nossa).

os murides se tornaram grandes comerciantes transnacionais” (Bava, 2003: 01. Tradução nossa). De acordo com esta autora, “se o econômico e o religioso são intimamente ligados no muridismo, não se pode dizer, no entanto, qual está a serviço do outro” (Bava, 2003: 02. Tradução nossa). Bressan (2018) informa que alguns pesquisadores “chamam a atenção para como a própria estrutura da confraria estimula tanto a emigração – para fins econômicos e de divulgação da religião –, quanto o associativismo, que impulsiona a criação de redes organizadas de apoio social e espiritual nos países de acolhida” (Bressan, 2018: 41). O pertencimento à confraria no Brasil ajudou na diversificação de objetos mercantilizados e destinados ao mundo globalizado, sendo parte deles reservado ao mercado halal (Bressan, 2018; Monteiro, 2018; Tedesco, 2017).

Neste caso específico, podemos notar que, enquanto muçulmanos, os senegaleses contribuíram para a circulação internacional de carne bovina e de aves brasileiras quando trabalharam em frigoríficos na região Sul do país (Tedesco, 2017; Monteiro, 2018; Bressan, 2018). “Há vários frigoríficos na região Sul do Brasil; há mais de duas dezenas de empresas vinculadas à certificação Halal de carnes (bovina e de aves)” (Tedesco, 2017: 312). O autor informa que, em 2016, um dos frigoríficos tinha “171 senegaleses, 78 deles no setor de abate Halal”<sup>21</sup> (Tedesco, 2017: 312). Ele acrescenta que a

presença de imigrantes senegaleses no quadro de funcionários do ramo de carnes, em geral, de frangos [era *intensa*]” e que] a Certificação Halal, presente nos frigoríficos, contribui com um percentual muito alto dos abates e da exportação (no total dos seis frigoríficos, a menor participação atinge em torno de 35% do total exportado), num deles a exportação é 100% Halal (Tedesco, 2017: 313. Grifo nosso).

Observa-se que, pelo trabalho em tais empresas, os imigrantes senegaleses participam do processo de circulação internacional de mercadorias não compradas, nem enviadas e nem vendidas por eles e tampouco destinadas prioritariamente a seu país de origem. Entretanto, apesar de desafios pela insalubridade em muitos setores (Tedesco, 2017) e exaustivas por demandarem força (Bressan, 2018), o exercício de tais atividades tem suas vantagens tanto para empregadores (Tedesco, 2017) como para estes trabalhadores (Tedesco, 2017; Bressan, 2018) e é mais uma forma de participação

21 A respeito destes senegaleses, Monteiro disse que são “Pertencentes à uma confraria do Islã denominada Mouride, [e que] a religião é um elemento central para entender a particularidade funcional que envolve trabalho dos senegaleses no setor de frigoríficos” (Monteiro, 2018: 212. Grifo nosso).

relevante da diáspora senegalesa na circulação internacional e intercontinental de mercadorias. Ao citar Silva (2012), Tedesco (2017) enumera “a Índia, Paquistão, Malásia, África do Sul, Estados Unidos, Egito, Arábia Saudita, Marrocos, Kuwait e Rússia [como] principais mercados” (Tedesco, 2017: 313. Grifo nosso).

Esta é mais uma forma de atuar ou influir na circulação de coisas pelo mundo capitalista. Os imigrantes participam também da circulação interna e internacional dos objetos em seus países de instalação e entre estes e outros países estrangeiros. Se “a desterritorialização do capital e a internacionalização de mercados podem ter como efeitos colaterais a migração internacional” (Bressan, 2018: 42), a migração senegalesa é parte da globalização por meio de suas práticas laborais com efeitos transnacionais. Este transnacionalismo ligado ao comércio aparece também na venda ambulante. Cabe notar que, de acordo com Rémy e Ndione (2020), “a extensão do campo da mercantilização atinge os corpos. Nas coisas que circulam, a estética, as representações da beleza ocupam certo lugar” (Rémy e Ndione, 2020: 37).

### Imigrantes e objetos em circulação em contexto migratório

Quando se fala em circulação de objetos relacionada à migração de senegaleses, é preciso considerar também individualmente os próprios lugares de imigração e a interação que seus respectivos migrantes estabelecem. A propósito destes lugares e do importante papel que os imigrantes desempenham, caberia analisar os casos do Brasil, da Argentina e de países europeus como a França, a Espanha, a Alemanha e a Itália. Nestes países, a prática do comércio (ambulante) por senegaleses é bastante conhecida e referida pela literatura (Monteiro, 2018; Ndione, 2018; Espiro, 2017; Bruzzzone *et al.*, 2006; Sow, 2004; Marfaing, 2003). Tal atividade, de grande visibilidade, é evidentemente uma das mais associadas à atual imigração senegalesa.

Para aqueles que se dedicam a este tipo de atividade, a formação de redes é fundamental tanto na identificação dos “fornecedores” como na compra e na revenda dos produtos. Em geral, estes produtos não são importados por eles e custam mais baratos. Sua aquisição pode ser feita individualmente ou por delegação de um dos comerciantes ambulantes. Diante disso, a circulação de objetos no país de instalação dos migrantes revela basicamente dois sentidos: a manutenção de uma rede comunitária, identitários e laboral e a busca por lucro.

## Os sentidos do movimento transnacional dos objetos

Partindo do que foi percebido por meio de entrevistas, e dialogando com a literatura, delimita-se basicamente as dimensões: sociais, econômicas, políticas, religiosas. Cada uma destas dimensões tem seus “sentidos”. Estes sentidos variam de acordo a natureza da dimensão, o que, no entanto, não exclui similaridades de sentidos entre dimensões distintas.

Assim sendo, na dimensão social, os objetos de uso levados gratuitamente por migrantes ou enviados de um lugar para outro mediante pagamento têm basicamente como função a manutenção ou reforço dos laços com a terra natal, de parentesco ou de amizade. A entrevistada Kaloyi disse que, na sua última viagem, encheu um barril de presentes, tudo para pessoas que lhe são caras. “Tais circulações podem também significar um agradecimento ou um ‘pagamento de dívida’ a uma pessoa ou comunidade. As dimensões sociais da circulação de objetos podem ter como objetivo melhorar as condições de vida, ou reintegrar socialmente o próprio doador (Rémy e Ndione, 2020), mas também promover prestígio, ou incluir, seja na “modernidade”, enviando objetos de marcas (Lobo, 2012; Rémy e Ndione, 2020), seja na comunidade nacional, recebendo objetos associados a ela. Quando a circulação de objetos ocorre mediante o transporte (solidário ou pago) de imigrante ou emigrante, ela tem o potencial de reforçar os laços entre todos os envolvidos. Para Lobo:

As remessas, o envio de bens, as visitas e os fluxos de coisas em geral seriam espécies de contextualização material dos laços de afeto, estratégia fundamental para a manutenção do sentimento de pertencimento e para a construção da “intimidade à distância”, tanto para os que estão fora quanto para os que permaneceram na terra natal (Lobo, 2012: 31).

Quanto à dimensão econômica, aquela na qual a circulação dos objetos envolve custos, sendo os objetos destinados à venda, pode-se dizer que nela o objetivo do migrante é a obtenção de lucro. Esta dimensão é mais perceptível no comércio (ambulante ou não). No caso de VieuxP, a circulação do objeto referido num dos casos o levou a se deslocar pessoalmente de Barcelona a Dakar: “Eu havia entrado neste negócio de carros. Comprar um carro aqui e leva-lo dirigindo até o Senegal. A viagem dura uns cinco dias. Chegando lá, vendo e depois volto” (Entrevistado VieuxP, dez. 2020).

Exemplos ilustrativos da relação dimensão política e circulação transnacional de objetos é, no caso brasileiro, o deslocamento periódico de uma comissão oficial para a renovação de passaportes de senegaleses nos últimos quinze anos.

Um caso emblemático envolvendo imigrantes no país é o da eleição presidencial do começo de 2019 na véspera da qual circularam inúmeros documentos pessoais deles do Senegal para o Brasil e no interior do Brasil. Alguns dos sentidos desta circulação são: o exercício do dever cívico, a participação ativa na política e a renovação do sentimento de pertencer ao Senegal.

Falar de circulação de objetos envolvendo religiosidade de migrantes senegaleses encontra no contexto sul-americano um terreno fértil. A presença de trabalhadores senegaleses em frigoríficos de abate halal no Brasil permitiu a inserção laboral destes trabalhadores pelo elo mais fraco de um processo da globalização, sem que isso diminua o alcance do impacto de seu trabalho no mercado global de carnes e frangos.

### Considerações finais

Para pensar a relação migração senegalesa e circulação intercontinental de objetos entre o Senegal, a Europa e a América contextualizamos primeiro a migração em questão. Com isso, evidenciou-se o lugar da América do Sul, em particular da Argentina e Brasil, no Sul global. Juntos; estes estados deram uma nova dinâmica e visibilidade à migração sul-sul senegalesa. O Equador acabou contribuindo involuntariamente nesta migração por meio de sua política migratória aberta aos senegaleses até 2015 (Ménard-Marleau, 2017).

Quanto à circulação intercontinental de objetos, foi a que ocorre na contemporaneidade, envolvendo emigrantes senegaleses na Europa e na América e, por outro, seus parentes residentes no Senegal, que foi o foco. Para uma melhor compreensão deste processo, foi relevante considerar, num primeiro momento, a circulação de objetos em contexto nacional. Isso mostrou que a circulação transcontinental de objetos constitui uma continuidade ampliada e complexa de um processo corrente em âmbito nacional. Os objetos partem mais dos países de imigração dos senegaleses do que do país de origem dos migrantes. Quando destinadas ao comércio, mercadorias como a carne halal de frigoríficos brasileiros podem não ser destinadas à origem dos trabalhadores migrantes, mas sim a um mercado maior de consumidores muçulmanos.

Na dimensão social da circulação de coisas, imigrantes enviam objetos do “mundo moderno” em estado novo ou usado. Não migrantes enviam objetos ligados à origem e à identidade, sejam eles comestíveis ou não. Em certos casos, é o custo baixo de produtos e o valor simbólico que determinam o envio de remessas materiais num sentido ou no outro.

As modalidades de envio de objetos usadas pelos imigrantes são pagas (contêineres e GPs e correios), mas convivem com aquelas baseadas na solidariedade entre emigrantes, e que beneficiam todos os envolvidos. Quanto aos parentes de emigrantes, estes recorrem, em menor medida, a serviços pagos e mais a migrantes para enviar suas encomendas a seus familiares.

Os objetos enviados têm significados para aqueles que os enviam ou recebem. Basicamente, são expressão de afeto do remetente pelo destinatário, mas podem também visar a obtenção do lucro, o apoio a uma instituição política ou à reafirmação da identidade religiosa ou nacional ou ampliação da mesma. De modo geral, o envio de objeto visa à reprodução social dos vínculos, seja com os parentes, com a pátria natal ou com a família religiosa ou política. Este processo acaba sendo mais uma preocupação dos migrantes do que de quem não migrou.

A especificidade da circulação transnacional de objetos materiais promovida por senegaleses está no envolvimento simultâneo de diversos atores e de formas neste processo que combina o que podemos chamar de circulação ‘social’, ‘ambivalente’, ‘comercial’, ‘política’ e ‘religioso’. A primeira é relativa à troca entre parentes. A segunda é sobre objetos de uso, mas cujo envio é pago e feito por terceiros, notadamente mulheres GPs. A terceira é aquela relativa a produtos destinados à venda e cujo transporte é pago. A quarta é relativa à circulação de documentos administrativos. Por fim, a quinta envolve migrantes religiosos que contribuem, graças à religião muçulmana e ao trabalho, para a circulação mundial de mercadoria halal.

Considerando a natureza da comunicação entre migrantes do mundo atual, e a circulação de informações e documentos não materiais, entende-se que seria pertinente que estudos relativos ao movimento de objetos, envolvendo migrantes, levassem em conta o movimento dos objetos virtuais.

## Referências

- ANSD. Agence Nationale de la Statistique et de la Demographie. *Situation économique et sociale du Sénégal en 2011*. Dakar, 2013.
- ANSD. Agence Nationale de la Statistique et de la Demographie. *Situation économique et sociale du Sénégal 2017-2018*. Dakar, 2020.
- ALVES, Rogéria Cristina. “Fascinante marfim”: a circulação dos objetos em marfim de origem africana (Angola, Portugal e Brasil, séculos XVIII e XIX)”. *Revista Ars História*. Rio de Janeiro, n. 14, jan./jun. 2017, pp. 137-156. Disponível em: <www.ars.historia.ufrj.br>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- BAENINGER, Rosana. Introdução. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (Org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, Nepo/Unicamp, 2018a, 13-14.

- BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o Pacto global da migração: o olhar do Sul. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (Org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, Nepo/Unicamp, 2018b, pp. 17-22.
- BAVA, Sophie. De la «baraka aux affaires»: ethos économique-religieux et transnationalité chez les migrants sénégalais mourides. *Revue européenne des migrations internationales*. *Online*, v. 19, n. 2, 2003.
- BRACHET, Julien; CHOPLIN, Armelle; PLIEZ, Olivier. Le Sahara entre espace de circulation et frontière migratoire de l'Europe. *Hérodote*. Paris, La Découverte, n. 142, 3e trimestre, 2011, pp. 163-182. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-herodote-2011-3-page-163.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- BRESSAN, Laís Meneguello. Trabalho, associativismo e religião: notas sobre migração senegalesa para o Brasil. In: *Migrações internacionais contemporâneas e refúgio no Brasil*. S.l., Cetec capacitações, 2018, pp. 39-44.
- BRUZZONE, Virginia Tiziana; FALL, Papa Demba; TALL, Serigne Mansour; GUEYE, Cheikh. Le milieu sénégalais et l'action transnationale des migrants. Roma, Centro Studi di Politica Internazionale, 2006.
- CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia. El retorno desde una perspectiva transnacional. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, v. 21, n. 41, jul./dez. 2013, pp. 09-20. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n41/02.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXI, n. 41, jul./dez. 2013, pp. 21-54.
- DIEME, Kassoum. Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2016.
- DIEME, Kassoum; MACEDO, Marília de; QUINTINO, Felipe; CAVALCANTI, Leonardo; SIMÕES, André. Autorizações concedidas a imigrantes pela Coordenação Geral de Imigração Laboral – CGIL. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília (Org.). *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019*. Brasília, OBMigra, 2019a, pp. 20-42.
- DIEME, Kassoum; MACEDO, Marília de; QUINTINO, Felipe; TONHATI, Tânia. Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg<sup>9</sup>. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília (Org.). *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019*. Brasília, OBMigra, 2019b, pp. 43-49.
- DRS. DIRECTION DE LA RECHERCHE ET DE LA STATISTIQUE du Ministère de l'Immigration, de la Diversité et de l'Inclusion. 2014-2018, *Tableaux de l'immigration permanente au Québec*. 2019.

- DRS. DIRECTION DE LA RECHERCHE ET DE LA STATISTIQUE du Ministère de l'Immigration et des Communautés culturelles. *Tableaux sur l'immigration au Québec* (2002-2006). 2007.
- ESPIRO, María Luz. Prácticas comerciales entre migrantes africanos wolofs en Argentina: aportes para el análisis. *Estudios de Asia y África*. Ciudad de México, México, v. 56, n. 1 (174), 2021, pp. 95-124.
- ESPIRO, María Luz. Senegaleses entre la Argentina y el sur de Brasil: etnografía de la movilidad regional y la alternancia laboral entre venta ambulante e industria. In: MAFFÍA, Marta; ZUBRZYCKI Bernarda (Coord.). *Africanos y afrodescendientes en la Argentina: prácticas, representaciones, narrativas y memorias*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Biblos, 2017, pp. 41-60.
- ESPIRO, María Luz; ZUBRZYCKI, Bernarda. tensiones y disputas entre migrantes africanos recientes y organismos de control estatal el caso de los senegaleses en la ciudad de la plata. *Question*, v. 1, n. 39, 2013, pp. 109-121.
- FALL, Magatte. La diaspora sénégalaise au Canada. *Hommes & migrations*. Online, 1307, 2014, 01 jul. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/hommesmigrations/2871>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- FALL, Magatte. Migration des étudiants sénégalais: impact sur le développement de leur pays d'origine. *Hommes & migrations*. Online, 1286-1287, 2010, 29 maio 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/hommesmigrations/1755>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- GABRIELLI, Lorenzo. Flux et contre-flux entre l'Espagne et le Sénégal. L'externalisation du contrôle des dynamiques migratoire vers l'Afrique de l'Ouest. *REVUE Asylon(s)*. Online, n. 3, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.reseau-terra.eu/article716.html>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- KALY, Alain Pascal. Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial. In: CASTRO, Mary Garcia. (Org.). *Migrações internacionais: contribuição para políticas*. Brasília, IPEA, 2001, pp. 463-478.
- KANTÉ, Seydou. Les sénégalais émigrent aussi vers les États-Unis. De fortes différences toutefois avec la France. *Associations Population & Avenir*. Paris, v. 4 n. 689, 2008, pp. 17-19.
- KLEIDERMACHER, Gisele. Apresentação da parte II. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre, EST Edições, 2017, pp. 70-78.
- KOK, Glória. A fabricação da alteridade nos museus da América Latina: representações ameríndias e circulação dos objetos etnográficos do século XIX ao XXI. *Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série*, v. 26, 2018, pp. 01-30. e06d1

- LACROIX, Thomas; SALL, Leyla; SALZBRUNN, Monika. Marocains et Sénégalais de France: permanences et évolution des relations transnationales. *Revue européenne des migrations internationales. Online*, v. 24, n. 2, 2008 [pp. 23-43], 01 nov. 2011. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/remi/4472>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- LOBO, Andréa de Souza. Mantendo Relações a Distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo Verde. In: TRAJANO FILHO, Wilson. (Ed.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. 2. ed. Brasília, ABA Publicações, 2012, pp. 29-46.
- MAGGI, Jenny; SARR, Dame; AMADEI, Novita. *Louga, Sénégal: Représentation autour de la migration auprès d'une communauté d'origine*. Genève, Réseau Universitaire International de Genève, 2008.
- MARFAING, Laurence. Introduction. In: MARFAING, Laurence. *Les Sénégalais en Allemagne: quotidien et stratégies de retour*. Paris, Ed. Karthala, 2003, pp. 07-13.
- MÉNARD-MARLEAU, Andrée. ¿Irse o quedarse? Las formas y dinámicas de movilidad de los migrantes senegaleses en América del Sur (2007-2016). 2018.
- MÉNARD-MARLEAU, Andrée. Ecuador como nodo articulador de la migración senegalesa en América del Sur. *Migración y Desarrollo*. Ginebra, v. 15, n. 29, segundo semestre, 2017, pp. 32-50.
- MONTEIRO, Cristiano Sobroza. O que cabe na mala? Deslocamentos e circulação de objetos da diáspora senegalesa em “terra de italianos”. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*. Santa Maria-MS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2018, pp. 203-232.
- N'DIAYE, Tidiane. *O genocídio ocultado. Investigação histórica sobre o tráfico negreiro arabo-muçulmano*. 2. ed. Tradução: Tiago Marques. Lisboa, Gradiva, 2019.
- NDIONE, Babacar. Migration au Sénégal: Profil national 2018. Union Européenne et Commission de la CDEAO: ANSD-OIM, 2018.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Movimentação e registro de migrantes no Brasil: dados do STI e SINCRE. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. Migração e mercado de trabalho no Brasil. *Relatório Anual 2018*. Brasília, OBMigra, 2018, pp. 55-74.
- PIAN, Anaik. *La fabrique des figures migratoires depuis l'expérience des migrants sénégalais*. *Journal des anthropologues*. Paris, n. 118-119, 2009, pp. 249-277. Disponível em: <<http://jda.revues.org/4060>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- RÉMY, Eric; NDIONE, Louis César. L'impact de la globalisation sur les systèmes de don: le cas de la migration sénégalaise. *Recherche et Applications en Marketing. Online*, v. 35, n. 1, 2020, pp. 28-44.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologia da globalização: circulação de pessoas, mercadorias e informações. *Série Antropologia*. Brasília, 2011, pp. 01-33. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie435empdf.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

- ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Sincretismo religioso e circulação de objetos transculturais: processos translatórios entre oralidade e escrita. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, Edição Especial, p. Port. 139-152/ Eng. 144-158, nov. 2019. ISSN 2317-2347.
- SAKHO, Pape; DIAGNE, Abdoulaye; SAMBOU, Pierre Corneille. Le bassin arachidier, du receptacle de flux internes au foyer d'émigration interne et internationale. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre, EST Edições, 2017, pp. 21-40.
- SAYAD, Abdelmalek. *O retorno – elemento constitutivo da condição do imigrante*. Volume especial de *Travessia*. *Revista do Migrante*. São Paulo, ano XIII, número especial, jan. 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, 1998.
- SOW, Papa. Practicas comerciales transnacionales y espacios de acción de los senegaleses en España. In: ESCRIVÁ, Angeles; RIBAS, Natalia (Coord.). *Migración y desarrollo. Estudios sobre remesas y otras practicas transnacionales*. Córdoba, csic, 2004, pp. 235-254.
- TALL, Sérigne Mansour; TANDIAN, Aly. Cadre Générale de la Migration Internationale Sénégalaise : Historicité, Actualité et Prospective *Série: «CARIM AS»*, n. 54, 2011[a], pp. 01-12.
- TALL, Sérigne Mansour; TANDIAN, Aly. Migration circulaire des Sénégalais : des migrations tacites aux recrutements organisés. «CARIM AS», n. 52, 2011[b], pp. 01-16.
- TALL, Sérigne Mansour; TANDIAN, Aly. Entre regroupement familial et migrations autonomes des femmes sénégalaises. Quelle analyse de genre des migrations sénégalaises? *Série: «CARIM AS»*, n. 69, 2010, pp. 01-14.
- TEDESCO, João Carlos. “Em nome de...”: religião, trabalho e mercado. Senegaleses em frigoríficos do centro-norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre, EST Edições, 2017, pp. 311-338.
- TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. Introdução geral. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, 2017, pp. 09-18.
- THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, Ipea, 2008, pp. 15-43.
- UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Dinâmicas migratórias e transfronteirizações na Bacia do Prata: um olhar sobre a migração transnacional de haitianos e senegaleses. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (Org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, Nepo/Unicamp, 2018, pp. 160-181.

Recebido em: 05/01/2021

Aprovado em: 23/02/2021

**Como citar este artigo:**

DIEME, Kassoum; CAVALCANTI, Leonardo. Circulação transnacional de objetos e reprodução social envolvendo migrantes senegaleses. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 67-94.



# MADE IN YIWU: ROTAS COMERCIAIS E AGENCIAMENTOS MIGRATÓRIOS<sup>1</sup>

Carlos Freire da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Muito dos bens supérfluos, especialmente os de baixo valor, que são identificados como “*Made in China*”, são conhecidos em seu país de origem como “*Made in Yiwu*”. Coisas tão simples quanto absolutamente presentes em nosso cotidiano contam uma história diferente da narrativa das grandes corporações multinacionais que foram para lá atraídas pela mão de obra barata e que depois viam seus produtos copiados se espalharem pelo mundo. Este artigo discute rotas comerciais e agenciamentos migratórios que colocam essas mercadorias em movimento. Para tanto, elegeram-se como recurso analítico e descritivo os percursos de raquetes de matar mosquitos, dos semáforos da cidade de São Paulo até a pouco conhecida cidade chinesa da província de Zhejiang. Trata-se de delinear uma cartografia sociopolítica dos canais relativamente estáveis que dinamizam a circulação, o trabalho para colocar coisas como essas em movimento. Tal perspectiva ilumina alguns espaços e atores que animam a circulação de bens supérfluos, como também os controles, os conflitos, as formas de exploração e disputas que se dão nesse âmbito da circulação.

**Palavras-chave:** migração transnacional, mercados populares, abertura chinesa, informalidade.

1 Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do projeto de pesquisa (Processo: 15/15056-7).

2 Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia – Brasil – carlosfreire.17@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0202-8678>.

**Made in Yiwu: commercial routes and migratories assemblages**

**Abstract:** *Many superfluous goods, especially those of low value, which are identified as “Made in China” in their country of origin are known as “Made in Yiwu”. Things as simple as absolutely present in our daily lives, tell a different story from the narrative of large multinational corporations that were attracted to China by cheap labor and then saw their copied products spread all around the world. This article is about commercial routes and migratory agencies that put things like that in circulation, so I have chosen the routes of electric fly swatters as an analytical and descriptive resource, from the traffic lights of São Paulo to the not so well-known Chinese city of Zhejiang province. It is about outlining a sociopolitical cartography of the relatively stable channels that make this circulation dynamic, the work in putting things like these in motion. Such perspective illuminates some of the spaces and actors that animate the circulation of goods, as well as the controls, conflicts, and forms of exploitation and dispute that take place in this sphere of circulation.*

**Keywords:** *transnational migration, popular markets, Chinese economic opening, informality.*

**Made in Yiwu: rutas comerciales y agenciamentos migratorios**

**Resumen:** Muchos de los bienes superfluos, especialmente los de bajo valor, que se identifican como “*Made in China*”, en su país de origen se conocen como “*Made in Yiwu*”. Cosas tan sencillas como absolutamente presentes en nuestra vida cotidiana cuentan una historia distinta a la de la narrativa de las grandes corporaciones multinacionales que han sido atraídas por la mano de obra barata y luego se dieron cuenta de cómo sus productos son copiados por todo el mundo. Este artículo discute las rutas comerciales y los agenciamentos migratorios que ponen en movimiento estas mercancías. Para ello, he elegido como recurso analítico y descriptivo las rutas de las raquetas de matar mosquitos, desde los semáforos de la ciudad de São Paulo hasta la poco conocida ciudad china de la provincia de Zhejiang. Se trata de esbozar una cartografía sociopolítica de los canales relativamente estables que dinamizan la circulación, y el trabajo para poner en marcha cosas como éstas. Tal perspectiva ilumina algunos espacios y actores que animan la circulación de bienes superfluos, también los controles, los conflictos, las formas de explotación y disputa que tienen lugar en esta esfera de circulación.

**Palabras-clave:** migración transnacional, mercados populares, apertura china, informalidad.

Desde a sua abertura econômica em 1979, e particularmente depois de décadas como uma das economias que mais cresceu no planeta, a China tem sido objeto de amplas discussões sobre seu impacto nas transformações recentes do capitalismo global. A maneira como o país passou a concentrar parte substancial da produção global de produtos supérfluos, e a ampla circulação de suas mercadorias em escala planetária, fez da expressão “*Made in China*” algo extremamente banal, discretamente estampada em grande parte dos bens supérfluos que compõem a nossa vida material. Das lojas de departamento aos hipermercados, das galerias comerciais às barraquinhas dos camelôs, os produtos chineses circulam amplamente, compondo mercados de alto a baixo. No atacado e no varejo, uma ampla gama de mercadorias é distribuída: de roupas a calçados, de bolsas a bijuterias e relógios, de celulares a capinhas, películas e suportes, brinquedos e raquetes de matar mosquito, enfim, coisas sofisticadas ou muito simples que circulam com um bom preço.

A despeito da diversidade de mercadorias e dos vários lugares onde são produzidas, duas cidades aparecem com destaque para sua circulação em larga escala a partir da China: Guangzhou e Yiwu. As condições de mercado desenvolvidas nessas cidades reduziram enormemente a barreira financeira para a circulação ampliada de mercadorias sobre novas fronteiras. Elas introduziram toda uma série de novos atores operadores do comércio a longa distância, não só pelos baixos preços, mas por todas as facilidades e mediações para a sua circulação. Se, no princípio, foram os próprios migrantes chineses espalhados pelo mundo, aos poucos, outros atores passaram a se direcionar a Guangzhou e Yiwu. São pessoas de variadas origens que, através do acesso a estes mercados, criam condições diferenciadas para atuarem em seus países ou nos lugares para onde migram. Biao Xiang (2007) argumenta sobre como um novo regime de mobilidade na China seria indissociável dos processos da abertura econômica. Segundo Xiang, as mudanças no regime de mobilidade não se restringiriam apenas à maior possibilidade de migração interna e externa, bastante restritas no período anterior, mas também à manutenção de relações com os migrantes através do fomento às associações e do incentivo para promover vínculos econômicos com terra natal. Atualmente, muitas dinâmicas migratórias também são parte dessa circulação. Estamos aqui longe da ideia de um nicho étnico, fechado em relação a vínculos de pertencimento e proximidade.

Ao longo dos anos, a abertura chinesa deu maior espaço a um modo clássico de mobilidade migratória que não passa pela incorporação aos mercados de

trabalho assalariado locais, mas sim pelo comércio. Existe uma vasta literatura sobre essa questão problematizada em termos da globalização por baixo (Portes, 1997; Mathews; Vega, 2012), mundialização por baixo (Tarrius, 2002), ou ainda da globalização popular não hegemônica (Ribeiro, 2010), que tematizam o fluxo transnacional de pessoas e mercadorias envolvendo relativamente pequenas quantias de capital frequentemente em transações informais. Essa globalização por baixo, não hegemônica, não seria oposta à globalização “por cima”: porém, toma como perspectiva atores que muitas vezes não são considerados nas análises por escaparem das categorias de mensuração econômica.

A maioria dos bens supérfluos “*Made in China*”, em particular essas mercadorias que circulam no comércio popular, não são produtos de grandes corporações que transferiram para a China sua produção. Na verdade, são mercadorias oriundas de uma grande diversidade de produtores pequenos e médios, sendo muitos dentre eles pouco capitalizados, que competem intensamente entre si e que encontram nesses espaços de mercado em Guangzhou e Yiwu a possibilidade de ampla distribuição para sua produção. Esses produtos dizem pouco sobre a China, mas informam muito das representações que construímos sobre o país asiático. Dizem mais sobre uma maneira particular a partir da qual nos relacionamos com a China, com alguns lugares especialmente.

Esse artigo reflete sobre as dinâmicas que se estabelecem entre mercados de São Paulo, Guangzhou e Yiwu, através da circulação de pessoas e mercadorias. Ele problematiza os agenciamentos urbanos situados que produzem as condições para a distribuição em escala de um conjunto tão grande de mercadorias. Em termos teórico-metodológicos, parte da estratégia de seguir as rotas comerciais de objetos que conectam esses diferentes espaços (Pinheiro-Machado, 2008, 2009; Knowles, 2014; Pliez, 2007), bem como as trajetórias de atores que colocam essas coisas em movimento. Descrevem-se as microcenas da circulação de raquetes de matar mosquito, delimitadas aos seus espaços de comercialização. A ênfase não é o significado do consumo deste bem em particular na ponta final da cadeira de valor, nem tampouco sua produção nas fábricas espalhadas entre as províncias de Guangdong e Zhejiang, mas sim as relações necessárias para a sua circulação. Não se trata de uma etnografia, mas sim de uma cartografia sociopolítica da circulação.

O artigo apresenta parte do material de pesquisa de dois momentos distintos, durante um doutorado (2010-2014) e um pós-doutorado (2015-2018). Ele se deu através de pesquisa de campo na região da 25 de março e do Brás em São Paulo, por entrevistas em associações de migrantes e de comércio, buscando reconstituir a trajetória de trabalho e migração de pessoas de diferentes origens

que atuam na circulação dessas mercadorias, sendo dois períodos de pesquisa (2 meses em 2013 e 4 meses em 2016), conduzidas em Guangzhou, Yiwu, Shenzhen, Wenzhou e Qingtian. As raquetes nos fornecem um recorte analítico e descritivo para delimitar espaços articulados pela circulação de pessoas e mercadorias. Nesse caso, a escolha teórico-metodológica em fazer um artigo descritivo visa problematizar como os processos migratórios reestruturam localidades e agenciam relações para além da passagem entre fronteiras e acordos bilaterais entre governos e instituições de Estado. Procura-se, assim, considerar a crítica ao “nacionalismo metodológico” (Glick-Schiller; Çaglar, 2008) e à tendência nas ciências sociais, em particular nas pesquisas sobre migração, em pensar as dinâmicas sociais como se fossem delimitadas por recortes nacionais, pensando de maneira situada o impacto da mobilidade transnacional na reestruturação de localidades.

Quando se fala da influência crescente da China no mundo, a cidade de Shenzhen costuma ser a referência mais comum, pela maneira como concentrou investimentos das grandes marcas em busca de redução de custos de produção. Como argumenta Knowles (2014), o debate teórico sobre circulação global costuma ser informado pelas representações sobre as grandes marcas, as tecnologias de ponta e suas imagens midiáticas, cimentado uma perspectiva ampla sobre acumulação de capital que prioriza explicações gerais ao invés da compreensão de como processos e dinâmicas se estabelecem de maneira situada. Seguindo o exemplo das trilhas de um chinelo traçada por Knowles, compreender a circulação e o alcance de mercadorias supérfluas, como as raquetes de matar mosquito, que não contam com amplos investimentos publicitários e redes de lojas altamente capitalizadas para sua distribuição, revela-nos um amplo agenciamento de relações para sua circulação que articulam espaços e atores diversos. Nesse sentido, por um lado, a centralidade de Guangzhou na formação das dinâmicas comerciais pós-abertura costuma ser negligenciada. Por outro lado, o lugar dos bens supérfluos orientados para a exportação cada vez mais vem sendo ocupado por Yiwu. A expressão “*Made in Yiwu*” não se refere apenas aos espaços em que tais mercadorias são produzidas, mas sobretudo ao lugar a partir do qual circulam, a um modo de se fazer comércio. Se Shenzhen (“*lugar onde o futuro é produzido*”) foi a referência para se pensar o processo de abertura da China, principalmente na relação com as empresas norte-americanas, europeias e japonesas, Guangzhou e Yiwu colocam outras perspectivas para pensarmos sobre a relação da China com América Latina, África e Oriente Médio, que não derivam apenas de cópias de empresas que contratam sua produção por lá.

## Chinatown São Paulo? Do corre nas ruas ao expediente das galerias

Em uma avenida do bairro de Pinheiros, em São Paulo, um vendedor ambulante circula entre os carros no curto intervalo entre o abrir e o fechar do semáforo. Os produtos mais frequentes que tem à disposição são carregadores de celular para carro, suportes de celular e presilhas para cinto de segurança. Outros são bens de ocasião com ciclos temporais muito efêmeros, como os *spinners*, que durante alguns meses viraram febre entre crianças e adolescentes em vários lugares do mundo para, logo em seguida, caírem no esquecimento. Há ainda alguns bens que são sazonais, como as raquetes de matar mosquito, já que as infestações de mosquitos são frequentes durante o período das chuvas e, com elas, as vendas das raquetes se aquecem. Nesse período, o vendedor passa entre os carros tocando a raquete com um palito. O curto-circuito produz o mesmo som do estalo da descarga elétrica que mata o mosquito e assim chama a atenção dos clientes.

Parte substancial do trabalho do vendedor ambulante se desenvolve a cerca de sete quilômetros dali, na rua 25 de março. Ele frequenta as galerias da região de uma a duas vezes por semana para repor suas mercadorias. Ali deve decidir em quais produtos investirá: percorrer os corredores, procurar fornecedores nos boxes, verificar e negociar os preços. O “corre” da venda desses itens na rua tem uma ligação muito direta com o expediente nas galerias. Aos vendedores ambulantes, juntam-se donas e donos de lojinhas da periferia da cidade, pequenos comerciantes vindos do interior e mesmo de outros estados. São milhares de pessoas que cotidianamente buscam esses mercados populares no centro de São Paulo para abastecer seus empreendimentos. Para alguns ambulantes menos capitalizados, a frequência nesses espaços é diária: compram de madrugada para vender durante o dia. Centenas de ônibus chegam à região central da cidade, trazendo os sacoleiros em busca de mercadorias variadas que, por sua vez, serão redistribuídas para muito além dos limites da cidade. Parte dessa busca é por peças de vestuário no comércio do Brás. Na região da rua 25 de março, os artigos importados predominam.

Durante o desenvolvimento da pesquisa de campo na região da rua 25 de março, o surto de *zika virus* entre 2015 e 2016, transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*, fez com que o interesse pelas raquetes multiplicasse. O som dos estalos das raquetes produzidos pelos “puxadores”, que trabalham nas calçadas tentando direcionar os clientes para os boxes, era parte marcante do ambiente. Em 2018, as raquetes eram vendidas nas ruas por preços que oscilavam entre 30 e 20 reais. Nas galerias, eram comprados no “atacarejo”<sup>3</sup> por entre 8 e 12 reais.

3 Expressão utilizada para denotar um tipo de comércio atacadista de menor volume de mercadorias que permite reduzir o investimento necessário para atuar na revenda.

Enquanto isso, em Yiwu, juntos aos representantes dos fabricantes, esses produtos saíam de 0,80 a 1,10 dólares.

Os importadores nas galerias recebem as informações sobre as vendas nos boxes e transmitem pelo *wechat*<sup>4</sup> os novos pedidos para os representantes das fábricas em Yiwu. Uma vez prontas, as encomendas são transportadas até o porto de Ningbo, a cerca de 180 km. De lá, embarcam em navios cargueiros de linhas regulares e diretas para o porto de Santos, em uma viagem que leva 30 dias. Caminhões vindos do porto estacionam nos arredores da 25 de março durante a madrugada. Carregadores contratados e pagos na hora transferem a carga para os depósitos nos andares dos prédios e as mercadorias permanecem de prontidão para as demandas nos boxes. O tempo entre o pedido e a entrega costuma oscilar entre 40 e 90 dias.

Como demonstra Rosana Pinheiro-Machado (2009; 2008), a circulação das mercadorias que ligam a China constitui uma rota importante para pensarmos sobre a informalidade no Brasil. Alguns pontos nessa rota se alteraram, mas a questão colocada permanece muito atual. O grande mérito da perspectiva apresentada por Pinheiro-Machado está em permitir analisar as desigualdades expressas na esfera do consumo e no trabalho da circulação, além de demonstrar como as mercadorias mudam de *status* à medida em que cruzam fronteiras e trocam de mãos. Assim, a autora nos ajuda a pensar a informalidade não apenas como um registro em negativo do trabalho assalariado formal, caracterizado unicamente pela ausência e pela falta. O trabalho ambulante com mercadorias importadas da China, a princípio via Paraguai, trouxe outros conflitos e formas de controle que incidem sobre a atividade. Os controles serão diferentes se as mesmas mercadorias forem distribuídas nas ruas, rotuladas frequentemente como contrabando e pirataria, ou se forem distribuídas em lojinhas, vistas como exemplo de empreendedorismo popular (Rangel, 2019)

Essas rotas começaram a se alterar a partir de 1995 e meados dos anos 2000, com a maior abertura comercial do Brasil, a estabilidade monetária do plano real, além do Mercosul, entre outros aspectos, que fizeram com que a triangulação com Ciudad del Este perdesse a centralidade que possuía (Rabossi, 2012). Essas alterações também implicaram em mudanças nas mediações. O porto é o “lugar de fronteira” onde incidem as burocracias de desembaraço aduaneiro e empresas especializadas nesse serviço. Em parte, o circuito dos sacoleiros se redirecionou para São Paulo, mas outros centros de comércio popular

---

4 Aplicativo bastante popular na China, utilizado para mensagens, pagamentos e outras trocas financeiras, além de rede sociodigital.

também fazem a importação direta dos mercados da China, como o Rio de Janeiro (Cunha; Mello, 2006; Araújo, 2015) e Recife (Silva, 2008). As galerias na 25 de março se multiplicaram e se espalharam por outros centros de comércio, como Brás e Santa Efigênia, além de outros lugares na cidade. Embora a presença chinesa na 25 de março remonte à década de 1960, junto à multiplicação das galerias em meados dos anos 2000, a migração chinesa ganhou uma dimensão bastante expressiva, a ponto da sua expressão em mandarim “25” (èrshíwǔ jiē) virar sinônimo da migração para o Brasil em alguns lugares na China, como Wenzhou e Qingtian (Silva, 2018).

Nesse sentido, é emblemática uma proposta do Instituto Cultural Brasil-China (Ibrachina) de transformar um quadrilátero adjacente à rua 25 de março na *Chinatown São Paulo*, com investimentos em mobiliário urbano em estilo tradicional chinês, a construção de um parque linear sob um trecho do rio Tamanduateí, um museu, um centro gastronômico e comercial, um portal de arquitetura chinesa de 9 metros de altura e as estátuas *Shishi* (duplas de leões de pedra que adornam as entradas de prédios importantes na China). O instituto é presidido por Thomas Law, filho de Law Kin Chong, proprietário de algumas das principais galerias da 25 de março e do Brás. A iniciativa contou com o apoio e investimento das associações de chineses na cidade. Além da relação histórica e dos investimentos no mercado imobiliário na área, a justificativa também seria a revitalização de uma área degradada do centro da cidade, atraindo consumidores e turistas a exemplo do que já ocorre em outras grandes cidades do mundo que possuem áreas denominadas *Chinatown*<sup>5</sup>. O projeto foi submetido à prefeitura. Entretanto, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio de São Paulo (CONPRESP) apontou alguns impedimentos legais devido à proximidade com edifícios tombados como patrimônio histórico da cidade<sup>6</sup>, levando o projeto a ser retirado para reformulação.

A despeito da iniciativa da criação de uma *Chinatown* em São Paulo, seria equivocado interpretar a relação da migração chinesa com essa região em

---

5 O caso de São Paulo difere radicalmente em termos históricos e urbanísticos da origem dessa ideia nas cidades de São Francisco e Nova Iorque. Frutos de uma política expressa de segregação nos EUA que perdurou de 1882 até meados dos anos 1960, *The Chinese Exclusion Act*, que impedia nominalmente a migração chinesa e proibia a contratação de trabalhadores chineses nos EUA, as *Chinatown*s surgiram como estratégia de adaptação em um contexto adverso e não como um traço cultural de origem (Zhou, 1992). Nos casos mais recentes mundo afora, os chamados “bairros étnicos” são publicizados como exemplos de “cosmopolitismo urbano”, no entanto, esse tipo de representação frequentemente passa pela valorização de uns grupos e o apagamento de outros.

6 Para mais detalhes do projeto e da análise do CONPRESP. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ata701020919pdf\\_1568747657.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ata701020919pdf_1568747657.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2021.

termos de um enclave étnico. A migração chinesa para o Brasil é muito diversa. Ela ganhou expressividade nos últimos anos e possui dinâmicas que muitas vezes nem se cruzam. A 25 de março, além do Brás e Santa Ifigênia, concentra parte substancial dessa migração justamente pela maneira que conecta os circuitos de comércio popular e rende oportunidades na circulação dos bens supérfluos vindos da China. As galerias constituem um tipo de agenciamento urbano, comercial e migratório que articula dinâmicas sociais distintas e as colocam em relação (Silva, 2018). Por vezes, apenas na consideração sobre nacionalidade, deixamos de pensar nas desigualdades que se estruturam entre os próprios migrantes de uma mesma nacionalidade, na mesma dinâmica migratória, em termos de classe e gênero, e que são parte constitutiva dos agenciamentos migratórios.

Os pontos de comércio são tão importantes quanto as mercadorias nesse agenciamento. Ser proprietário ou não do ponto e o valor da sua localização, fazer a importação direta ou apenas revender, ter recursos para investir nas mercadorias ou apenas trabalhar com vendas consignadas, tudo isso são elementos que implicam grandes diferenças internas, que podem se expressar em termos das diferenças geracionais dos fluxos migratórios (Piza, 2012). A família de Yong<sup>7</sup> é proprietária de um ponto no melhor piso de uma galeria na 25 de março, o qual investiu 145 mil dólares para adquirir. Ele dividiu o mesmo em dois, alugando a outra parte para outro chinês pelo valor equivalente às despesas de condomínio da galeria. Quando o entrevistei em 2014, tinha 22 anos, tendo chegado à cidade três anos antes. Seus pais teriam chegado em 2007, depois de trabalharem em uma fábrica de ferros de passar roupa em Shanghai. Vieram para o Brasil seguindo as indicações de uma tia de Yong, que já se encontrava em São Paulo desde 2003, e que dizia que os rendimentos no comércio aqui poderiam ser melhores do que como trabalhador na fábrica. Yong permaneceu na China sob o cuidado dos avós até completar o ensino médio. Primeiramente, eu havia entrado em contato com sua mãe; no entanto, para a entrevista, ela pediu para que conversasse com Yong: “minha mãe só fala português da 25 de março”, quer dizer, a linguagem do comércio, restrita ao que precisa na interação cotidiana com os clientes brasileiros.

O recurso para comprar o ponto foi obtido através de uma espécie de consórcio financeiro ou crédito rotativo que parece uma prática usual entre migrantes chineses, denominado *hui* (会). Um grupo de confiança reúne os recursos para um determinado fim, combinam o prazo e os juros. Todos devem permanecer

---

7 Os nomes dos entrevistados e entrevistadas são fictícios.

no grupo até que cada um tenha sido ressarcido. Analisando os comerciantes chineses em São Paulo, Hsia Hua Sheng (2008) destaca que o recurso a essas formas de crédito, baseada em vínculos familiares e de amizade, seria uma expressão de *guanxi* (关系), forma especial de troca baseada na confiança e lealdade, que consistiria em uma forma de capitalização mais recorrente que o recurso a instituições bancárias e que também se expressaria no fornecimento de mercadorias como crédito consignado. Por sua vez, I-Chuan Wu-Beyens (2000) destaca esse tipo de prática financeira como uma manifestação de base nos negócios que se expressaria na China e em diferentes partes do mundo. Associações de crédito rotativo entre migrantes de diferentes origens parecem recorrentes, como no caso do sistema *kye* com os coreanos (Choi, 1991) e do *tanomoshi-ko* para os japoneses (Taniguti, 2012). Para um tipo de migração baseada no comércio, práticas ligadas a sistemas de crédito, muitas vezes pautadas no fornecimento de mercadorias para vendas consignadas, podem estar na base de vínculos de solidariedade e de exploração que, em alguns casos, ensejam conflitos.

No box de Yong, trabalha-se com vendas de relógios. Em 2014, os preços dos relógios ficavam entre 10 e 40 reais e o faturamento diário girava entre 800 e 1500 reais. Eles não faziam a importação. Diferentes modelos eram entregues pelo fornecedor diretamente no box. A maioria dos clientes era varejista, mas alguns clientes eram atacadistas regulares. Os relógios são mercadorias que têm uma boa liquidez, ocupam pouco espaço e podem alcançar um bom valor de revenda. No distrito de Yuexie, em Guangzhou, localiza-se um dos melhores lugares da China para se abastecer de relógios. São algumas ruas e várias galerias de comércio especializado em relógios, peças e acessórios. É possível negociar as máquinas com um fornecedor. Com outros, são vários modelos de mostradores com diferentes adornos e marcas. Já em outros boxes, vendem-se as pulseiras e as caixas dos relógios. Vê-se também muitas pessoas trabalhando ali mesmo na montagem das peças.

Porém, o vínculo que parece mais forte na 25 de março é com a cidade de Yiwu. Muitas trajetórias de vida que são contadas na 25 de março passam pela experiência das idas e vindas a Yiwu. Existem empresas na 25 de março que tem sede ali e em Yiwu. Existem organizações, como câmaras de comércio, principalmente pela importância dos migrantes da província de Zhejiang, sobretudo das cidades de Wenzhou e Qingjian. Essas são as cidades com maior número de migrantes no exterior da província de Zhejiang e são relativamente próximas (200 km entre Wenzhou e Yiwu, Qingtian se encontra entre ambas). Em 2016, em entrevista com o professor Yan Xiaopeng, da Universidade de Wenzhou,

pesquisador da migração de Wenzhou para o exterior, relatou-se que Wenzhou teria uma população estimada em 7 milhões de habitantes e uma população de 2 milhões de migrantes, sendo 200 mil no exterior. Europa e América Latina seriam os principais destinos dessa migração. Yan Xiaopeng ainda estima que apenas os migrantes originários de Wenzhou seriam responsáveis por 30% do comércio de Yiwu no exterior.

Wei Li tinha 26 anos em 2016, quando o encontrei pela primeira vez, na cidade de Wenzhou onde nasceu. Depois, voltaríamos a nos encontrar em São Paulo. Com uma porcentagem tão grande de concidadãos vivendo no exterior, a perspectiva de migrar é algo muito presente para os jovens, como me contou em português. A primeira vez que veio ao Brasil foi em 2010, quando tinha 19 anos. Foi trabalhar no Rio de Janeiro enviado pela empresa na qual estava empregado em Wenzhou. Empresas ligadas aos migrantes e que atuam em mais de um país são muito comuns por ali. Em um passeio pelo centro de Wenzhou, ele me mostrou um *shopping* que seria iniciativa de um migrante de Wenzhou no Brasil. Também visitamos uma igreja enquanto ele me mostrava a cidade. Wenzhou possui a maior concentração de cristãos da China. Igrejas de diferentes denominações cristãs historicamente tiveram grande importância para migração chinesa em diferentes cidades do Brasil (Araújo, 2015; Silva, 2008).

Wei e sua esposa conciliam períodos de estadia de alguns meses na China e outros meses no Brasil. Mudaram-se para São Paulo em 2014 e Wei abriu seu próprio negócio de importação e exportação através de uma sociedade com amigos. Ele comercializava chapéus e *skates* elétricos (*hoverboard*) e tem um ponto de comércio em uma galeria da região da 25 de março. Além do ponto físico, ele utiliza o *wechat*, seja para anunciar e fazer comércio com outros chineses e brasileiros, seja para fazer novos pedidos na China; nesse caso, diretamente com os fabricantes em Yiwu. O aplicativo serve inclusive para a realização de transferências financeiras. Uma das principais atividades que realiza é o serviço de importação, de modo que grande parte das mercadorias que importa não é sua. Esse serviço consiste na contratação das empresas de logística na China e no desembaraço aduaneiro dos contêineres no porto. Uma das grandes vantagens da importação nesses mercados consiste justamente nesses serviços que permitem compor um contêiner com produtos diversificados de diferentes empresas, o que reduz substancialmente o investimento necessário para importar da China. Se fosse necessário investir em um contêiner inteiro apenas de raquetes de matar mosquito, isso exigiria grandes espaços para estocagem e maior tempo para o retorno do valor investido. As raquetes chegam em contêineres

com uma grande variedade de itens. Wei ainda exportava do Brasil artigos de cosmético, óleos essenciais, própolis, entre outros para a China.

Essas comunicações diretas entre diversos atores que possibilitam novos pedidos por serviços virtuais foram construídas através de viagens regulares para visitar os mercados em Guangzhou e Yiwu. Elas são necessárias e conferem vantagens a quem importa para estabelecer novos contatos com produtores, verificar novos produtos, fazer pedidos personalizados. No entanto, essa circulação está longe de ser restrita aos chineses. Muitos brasileiros e outros migrantes atuam no centro de São Paulo, como sírios, angolanos e peruanos, também frequentam os mercados de Guangzhou e Yiwu e são agentes da circulação de mercadorias entre os dois países, também a partir de outros centros de comércio popular. Por outro lado, a circulação das mercadorias não ocorre apenas pelo acionamento de vínculos pessoais com os lugares de origem. Existem espaços construídos em torno de políticas dos governos locais para promover a circulação e o encontro com produtores dos mais diversos tipos de mercadorias.

### Guangzhou: a feira de Cantão e o distrito de Yuexiu

Guangzhou foi a primeira cidade a se beneficiar da política de portas abertas em 1979, o que colocou a província de Guangdong na vanguarda das reformas. A *Canton Fair* teve um papel fundamental ao servir de modelo no processo de abertura, em que empresas estatais atuaram como uma espécie de incubadoras para a exportação ao centralizarem o sistema de comércio exterior (Jin; Weber, 2008). A primeira edição da *Chinese Export Commodity Fair* ocorreu em 1957, por iniciativa do Ministério do Comércio da China e do Governo Provincial de Guangdong. Posteriormente, passou a ser gerida pela empresa estatal *China Foreign Trade Center* (CFTC). Durante muito tempo até a abertura, a *Canton Fair* foi a única plataforma de comércio exterior da China. Depois de 1992, os expositores passaram a negociar diretamente com as companhias estrangeiras. A partir de 2007, mudou de nome para *China Import and Export Fair* e passou a ocorrer em duas sessões ao ano. Desde a fundação, a feira ocorreu todos os anos. A única exceção foi em 2020, devido à pandemia de Covid-19, ficando restrita a uma versão online. A *Canton Fair* é a maior feira multissetorial do mundo e a mais tradicional da China.

Como analisa Giovanni Arrighi (2007), mais do que a reserva de mão-de-obra barata e os incentivos fiscais das Zonas Econômicas Especiais, a mobilização da diáspora chinesa teve papel de destaque no processo de abertura para a promoção do encontro entre investidores e pequenos produtores, sendo os

próprios migrantes chineses os maiores investidores na China. Podemos analisar que a organização da *Canton Fair* foi fundamental nesse sentido ao promover convites aos compradores internacionais através de acordos de cooperação com as associações dos migrantes chineses e com câmaras de comércio no exterior. No Brasil, por exemplo, existem duas câmaras de comércio ligadas aos migrantes que são parceiras oficiais da *Canton Fair*, ambas com sede em São Paulo: a Câmara Brasil-China, fundada em 1986; e a *China Trade Center*, de 2002. As câmaras oferecem serviços para empresários participarem da feira e assim buscarem fornecedores na China. Tanto as empresas que queiram exportar como as companhias estrangeiras que buscavam fornecedores tinham nas sessões da feira esse ponto de encontro inicial.

Atualmente, uma construção monumental situada no bairro de Pazhou, parte sudeste da cidade, abriga a feira. Tem uma área total de exposição de 1,18 milhão de m<sup>2</sup>, dividida em 3 grandes pavilhões e 3 pisos. Durante a *Canton Fair*, o impacto na dinâmica da cidade é notável. Na 120ª sessão em outubro de 2016, foram 185.704 compradores de 213 países<sup>8</sup>. Os comerciantes que participam da feira são muito diversos em termos de escala de negócios. Alguns nem chegam a completar um contêiner, despachando mercadorias pelo correio ou por serviços de entrega expressa. Já outros são representantes assalariados de grandes redes varejistas internacionais, sendo que os cinco maiores compradores em 2016 foram: Walmart, Tesco, Carrefour, Metro e Aldi Einkauf. Para essas grandes redes de lojas de departamento, a *Canton Fair* desempenha um papel estratégico na renovação constante de fornecedores e nas decisões sobre quais mercadorias serão distribuídas em suas lojas mundo afora. Corporações como Walmart enviam delegações inteiras de vários setores de compra espalhados pelo mundo. Por isso, elas sempre figuram como os maiores compradores a cada edição. Nas cadeias de valor de bens supérfluos, marcados por unidades produtivas menos intensivas em capital e por uma maior competição entre si, essas grandes corporações ligadas à distribuição e ao comércio costumam predominar frente aos produtores. Porém, nesses locais, a diversidade e o volume de compradores de todo o mundo impedem práticas de monopólio e oligopólio.

Além dos compradores, há outro grande número de representantes dos produtores que se deslocam de vários cantos da China para Guangzhou, incluindo da província de Zhejiang, de onde grandes *outdoors* têm destaque na feira. A feira ocorre em três fases distintas com duração de 5 dias. Cada fase

---

8 Disponível em: <<http://www.cantonfair.org.cn/html/cantonfair/en/info/2016-11/42233.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

é especializada em alguns setores de comércio. Assim, durante toda a sua realização, que ocorre por pouco menos de um mês, há vários grupos diferentes de expositores chegando e partindo da cidade. Os hotéis, *hostels*, quartos e imóveis privados disponibilizados para locação ficam lotados. Estudantes estrangeiros e chineses que sabem inglês ou outros idiomas são convocados para prestar serviços de intérprete por empresas especializadas. Também há jovens, mulheres sobretudo, que ficam nas saídas dos metrô de Pazhou e Xingangdong oferecendo serviço de intérprete para várias línguas: inglês, cantonês, francês, árabe, espanhol, russo. Em um setor da feira, encontram-se empresas que oferecem certificação e controle de qualidade da produção contratada e serviços de logística com bandeiras de vários lugares do mundo, como a *Skiway Group*, com escritórios permanentes em Yiwu e na região da rua 25 de março, oferecendo tradutores para o português e serviço de logística ao Brasil.

A *Canton Fair* é um ponto de articulação do capitalismo em escala global dentro de um espaço gerido pelo governo chinês. A feira teve um papel histórico na formação do fluxo de comerciantes chineses e não chineses que visitam Guangzhou. Porém, eles não ficam restritos a esse espaço. Junto ao centro antigo da cidade, principalmente no distrito de Yuexiu, existem ruas e diversas áreas de comércio especializado. Prédios inteiros divididos em pequenos boxes em que representantes comerciais dos fabricantes expõem as mercadorias em caráter permanente. As galerias de São Paulo parecem reproduzir a mesma lógica comercial dessas galerias de Guangzhou, com uma forma de disposição do espaço bem semelhante. A diferença é que, em Guangzhou, o vínculo é mais próximo dos fabricantes e esses mercados são muito mais especializados. Toda uma divisão industrial do trabalho se expressa nesses locais de mercado. Grande parte desses mercados se localizam próximos ao terminal rodoviário e ferroviário de Guangzhou e da estação central da cidade, onde também se localiza uma estação de metrô na confluência de duas das principais linhas. Trata-se de um dos terminais mais movimentados da China, com pessoas chegando e partindo de trem-bala, trem lento e ônibus o tempo todo. Guangzhou também é um centro atacadista de referência para o mercado interno chinês.

Em uma das saídas do metrô, subindo uma rua em direção a um dos centros comerciais, passa-se por uma calçada com um conjunto de doleiros que ficam abordando os estrangeiros e oferecendo serviços de câmbio. Seguram maços de dólares e de yuans entre os dedos para chamar atenção. Sua presença demonstra a diversidade de escalas e a maneira como a mobilidade transnacional estrutura práticas e localidades (Glick-Schiller; Çaglar, 2008). Ao final da ladeira, começa a área de comércio de relógios, como os vendidos por Yong na 25 de

março. Quando se anda por aqueles corredores com muito mais vendedores do que clientes, é difícil compreender à primeira vista qual a viabilidade de tantos negócios semelhantes uns ao lado dos outros. No entanto, estar em outro lugar que não aquele espaço seria se distanciar dos clientes atacadistas que viajam para Guangzhou para abastecer-se naquela área de comércio de relógios, onde podem ter contato com diferentes produtores e analisar as vantagens comparativas. Estar ali significa a possibilidade de fazer circular as mercadorias em escala planetária pelo agenciamento de relações multissituadas que tais lugares articulam.

O comércio parece bem mais popular do que na *Canton Fair*, mas é necessário conhecer a cidade, saber onde encontrar a melhor opção para o tipo determinado de mercadoria que se busca. Em uma cidade tão grande e diversificada como Guangzhou, a terceira maior da China com mais de 14 milhões de habitantes, é preciso ter as informações sobre os lugares e as vantagens comparativas entre eles. A variedade de mercados atacadistas é impressionante. Há um lugar para abastecer-se de brinquedos, artigos para presentes e artigos de papelaria; em outro, são eletrônicos, capinhas de celular e películas; já em outro lugar, são produtos de beleza, perfumaria e um mercado inteiro de mechas naturais de cabelo. Na área de concentração do comércio de eletroeletrônicos, encontram-se os brinquedos à pilha, cigarros elétricos e raquetes de matar mosquito. As raquetes podem ser encontradas em vários mercados atacadistas com diferentes modelos em uma variedade de formatos e cores. No caso de São Paulo, chegam apenas o modelo mais simples e costumam vir de Yiwu, onde podem ser encontradas por preços mais baixos. Nos mercados para celulares, por exemplo, além da venda dos aparelhos em si, os vários componentes dos aparelhos também são vendidos separadamente (telas, microcâmeras, baterias, conectores de carregadores, micro alto-falantes, microfones, transmissores de dados móveis, placas etc.). Uma mesma marca de celular mobiliza diferentes empresas fabricantes de todos esses componentes. Esses vão abastecer os profissionais de assistência técnica que trabalham com manutenção de celulares.

No distrito de Yuexiu, também existem muitas empresas de logística, por contêiner ou avião, com seus letreiros informando os destinos para os quais prestam serviço e o preço por quilo e volume das mercadorias. Meili, 24 anos, trabalha em uma empresa de logística como intérprete e como guia para clientes que desejam fazer compras de qualquer tipo de material. Porém, ela se especializou em atender clientes que buscam a China para comprar móveis. A própria empresa de logística na qual ela trabalha lhe indica alguns clientes. Segundo conta, a maioria seria da Índia e dos países do Oriente Médio. Conhecemo-nos

em 2013, no metrô, enquanto eu olhava um mapa e ela e seu namorado me ofereceram ajuda. Eu estava com o crachá de *buyer* da *Canton Fair* e ela achou que eu teria origem árabe. Contei-lhe que era pesquisador e que queria conhecer os mercados de Guangzhou. Mantivemos contato e posteriormente fizemos uma entrevista via *wechat*.

Ela vem de um vilarejo pequeno e com poucas opções de trabalho do interior de Guangdong, “um lugar muito limitado para jovens que buscam sucesso e desafios na vida”, como me contou. A mãe dela é costureira e o seu pai trabalha em uma pequena pousada na sua cidade natal. Ela ainda não havia terminado a faculdade de Comércio Internacional quando a entrevistei, mas decidi desde muito cedo que aprender inglês seria garantia de ter um trabalho e um futuro melhor:

Como todos sabem, a China abriu suas portas para o mundo. Então a internacionalização será o futuro da China. Eu gosto de me comunicar com os outros e eu escolhi um caminho para minha própria vida. Eu decidi aprender bem o inglês, fazer um bom uso disso e fazer comércio internacional de móveis. Quando eu tinha 15 anos de idade eu coloquei isso (aprender inglês) como meu sonho e meu objetivo. Na China, se eu queria bons resultados no final isso só poderia vir como tradutora, assim eu poderia aprender diretamente com os estrangeiros (traduzido do inglês – 23/04/2014).

Nesses espaços de mercado de Guangzhou e também de Yiwu, com alta circulação de estrangeiros, a barreira da língua é bem menor do que em outros lugares da China. O trabalho das intérpretes é fundamental para a viabilidade da circulação de tantos estrangeiros de diferentes origens, não só pela tradução. Às vezes, isso se dá até mais pelo saber circular e conduzir os clientes por entre os diferentes espaços da cidade, a variedade dos mercados e os serviços que tramitam a circulação das mercadorias. Existem muitas agências de intérprete nos sites de anúncios dos mercados atacadistas das duas cidades. Também é parte importante das atividades das empresas de representação comercial. As intérpretes que acompanham os estrangeiros nos mercados costumam se especializar de acordo com as origens dos clientes, frequentemente também em sua língua. Embora o inglês seja a língua mais usada (o *broken english*), poucos são nativos de língua inglesa.

Meili disse que é fácil conseguir emprego na sua área, mas que é difícil fazer o trabalho bem feito. Com a experiência, ela percebeu que o ofício vai muito além da tradução. Muitas vezes, ela é a própria condutora da negociação

entre fornecedores e clientes pelo conhecimento que adquiriu dos mercados. Por vezes, ela conduz os clientes até a cidade vizinha de Foshan, especializada na indústria moveleira, artigos para casa e decoração. Essa cidade está fora do circuito das mercadorias que vêm para o Brasil, mas parece bastante conhecida entre comerciantes de países da África e do Oriente Médio. Ou ainda até Shenzhen, localizada a cerca de 40 minutos de trem-bala. Quando se trabalha com artigos eletroeletrônicos (celulares, computadores ou drones, por exemplo), essa cidade é melhor opção. Também é o lugar da microeletrônica, onde se encontra, os fabricantes dos componentes dos circuitos elétricos, como capacitores, resistores, difusores, entre outros microelementos indispensáveis a qualquer eletroeletrônico. Nos mercados de Shenzhen, eles são negociados aos quilos. Tanto Foshan quanto Shenzhen estão na zona de influência comercial de Guangzhou. Meili conhece muito bem os mercados voltados à exportação e as vantagens comparativas de cada um: “você quer mercadorias de melhor qualidade e maior valor, fique em Guangzhou; agora, se você quer miudezas e preços mais baixos, vá para Yiwu”.

### Yiwu: o maior mercado atacadista de pequenas coisas do mundo

Há pouco mais de mil quilômetros de Guangzhou, seis horas de trem-bala (ou 16 horas no trem convencional) e a cerca de duas horas a partir de Shanghai no trem-bala, localiza-se Yiwu. Seu processo de internacionalização foi bastante peculiar. Era uma pequena cidade rural. Não tinha uma tradição histórica de comércio internacional, como no caso de Guangzhou. Também não foi uma cidade que abrigou negócios de grandes corporações europeias, americanas ou japonesas. Yiwu estava fora das 14 cidades que foram definidas pela política de abertura ao investimento estrangeiro das Zonas Econômicas Especiais. Porém, desenvolveu uma política de comércio fortemente associada a uma política de produção. Além do próprio desenvolvimento industrial do município, também teve um peso importante para a indústria do mesmo tipo de outros municípios da província de Zhejiang. Particularmente em atividades manufactureiras, caracterizadas por serem mais intensivas em trabalho do que em capital, Yiwu tem um peso enorme justamente para a circulação de pequenas *commodities* que estão associadas a pequenos e médios produtores na província de Zhejiang.

O processo de internacionalização de Yiwu é relativamente recente se comparado a Guangzhou. Ele ocorreu em meio a mudanças internas e externas, como a incorporação da China à Organização Mundial do Comércio em 2001, mas também em meio a políticas de reorganização interna dos mercados e à

descentralização que permitiram às províncias uma maior competição entre si para aumentarem as exportações, sobretudo depois de 2006, como ressalta Olivier Pliez (2010). Yiwu tem um lugar de destaque no maior programa de investimentos lançado pelo governo chinês recentemente, intitulado “*One belt, one road*”, com projetos em infraestrutura em diversos países, marítima e terrestre, e que, entre outros elementos, reconstituiria as antigas rotas da seda através de linhas ferroviárias que ligariam Yiwu a Madri, na chamada “rota da seda do século 21”.

O censo de 2010 de Yiwu<sup>9</sup> apontava uma população estimada de 1,43 milhão de pessoas, mas apenas 740 mil pessoas seriam naturais de Yiwu. Os demais seriam originários de outros lugares na China, migrantes das regiões vizinhas mais pobres, como Jiangxi, Henan e Anhui, que viriam atraídos em busca de trabalho. Além disso, o mesmo censo de 2010 apontava que Yiwu teria uma população flutuante de 200 mil pessoas por dia. Assim, a dinâmica da cidade gira em torno dessas pessoas que chegam e partem diariamente, seja no comércio e na produção das oficinas e ateliês acionados pelos pedidos, seja nos serviços de hotelaria, restaurantes, transporte, entre outros. Segundo Pliez, Yiwu deixa à vista uma geografia discreta de redes tecidas por milhares de atores que constroem rotas compostas por barreiras, fronteiras e suas legislações, a fim de manter a fluidez das trocas (2010: 143).

Em Yiwu, está sediado o maior mercado atacadista de pequenas *commodities* do mundo: o Mercado Futian. Ele é controlado pela empresa estatal do governo local: *Yiwu China Commodities City Group*. São 2,6 milhões de m<sup>2</sup> com 62 mil estandes e mais de 400 mil tipos de mercadorias distribuídos por cinco distritos com quatro e cinco andares cada. Diferentemente da cidade de Guangzhou, onde é necessário ter um maior conhecimento para encontrar os mercados para determinados produtos, em Yiwu, a cidade cresceu em torno do mercado, em função dele. As mercadorias aqui são um pouco diferentes de Guangzhou. No geral, trata-se de artigos que demandam menos investimento de capital e mais trabalho para serem produzidos, como no caso das bijuterias, que têm um grande destaque no mercado local. Dificilmente as bijuterias que vemos comercializadas na 25 de março, Brás ou nos quiosques e lojas de *shopping* não são de Yiwu, quando originárias da China. No Distrito 1 do mercado Futian, existe uma seção inteira dedicada exclusivamente aos produtores de bijuterias. Cada estande costuma estar associado a alguns ateliês e oficinas de trabalho.

9 Disponível em: <[http://yw.gov.cn/english/english\\_1/e\\_gyyw/e\\_ywgk/ywgk/](http://yw.gov.cn/english/english_1/e_gyyw/e_ywgk/ywgk/)>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Do lado oposto da rua do mercado Futian, está situado um conjunto de hotéis planejado para atender os seus clientes comerciantes. Também apresenta uma rua contígua com restaurantes de comidas do mundo, principalmente árabes. Cada distrito é como um *shopping* imenso que ocupa um quarteirão inteiro. Os distritos são cortados pelas ruas da cidade, mas estão ligados através de passarelas panorâmicas. Assim, é possível andar do Distrito 1 ao 5 sempre dentro da construção. Fazer esse percurso completo leva quase uma hora direto de caminhada, sem passarmos por cada andar dos distritos, em uma infraestrutura de cerca de 6 km. Os produtores estão dispostos nos andares dos distritos, organizados segundo as coisas que fabricam. O mercado Futian funciona todos os dias do ano sem distinção de final de semana ou feriado, com a única exceção do feriado do ano novo chinês. Isso acontece para atender melhor aos clientes que procuram Yiwu justamente pelos baixos custos, inclusive dos hotéis, e buscam aproveitar ao máximo o período em que estão na cidade.

Fora do mercado Futian, também existem outras áreas de comércio especializado. Por algumas ruas, vê-se apenas tecidos; andando mais um pouco, chega-se à seção de lenços; até o momento em que se encontra uma área inteira com algumas ruas de comércio exclusivo de artigos de Natal. Anteriormente, havia um *shopping* apenas de produtores de artigos de Natal. Agora, eles ocupam uma área próxima à rua dos hotéis. São algumas ruas com enfeites o ano inteiro. Em umas lojas, há apenas árvores de Natal artificiais de todos os tamanhos e cores; em outras, muitos modelos de papais Noel que dançam, balançam a mão com o sino, acendem o nariz, ou então modelos simples de pelúcia. Há também uma variedade imensa de pisca-piscas e incontáveis enfeites natalinos. Segundo reportagem do The Guardian de 2014, em Yiwu, 600 fábricas seriam responsáveis por 60% de toda a decoração de Natal no mundo<sup>10</sup>. A reportagem chama Yiwu de “*Christmas Village*”. Mas também poderia ser chamada de cidade das bijuterias, guarda-chuvas, brinquedos de plástico e de tantas outras *small commodities* das quais a cidade se ocupa, pois ela é o centro de produção e distribuição de diversos bens supérfluos que circulam pelo mundo, de modo que o mercado de artigos de decoração para o Natal ocupa um lugar pequeno no conjunto de mercados da cidade.

Como demonstra Gilles Guiheux (2015), Yiwu se constituiu como uma vitrine para pequenas e médias empresas familiares onde os preços baixos são

---

10 Disponível em: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/architecture-design-blog/2014/dec/19/santas-real-workshop-the-town-in-china-that-makes-the-worlds-christmas-decorations>>. Acesso em: 28 maio 2021.

viabilizados pela concorrência assegurada pelo próprio dispositivo do mercado: com a justaposição de distribuidores e fabricantes de artigos quase idênticos, igualmente combinada com uma gestão flexível da mão-de-obra acionada a partir dos pedidos dos clientes nos estandes. O autor aponta que uma das expressões usadas na China para caracterizar Yiwu seria “comerciantes formiga”, que tem uma margem muito pequena sobre cada peça, mas trabalham com escalas muito grandes de comércio. Assim, esse mercado conseguiria abastecer uma clientela de pouco poder de compra, razão pela qual o autor levanta a hipótese de uma “globalização diferenciada pelo consumo”, da qual Yiwu seria um grande centro (Guiheux, 2015: 219).

As raquetes elétricas de matar mosquito constituem um tipo de produto bastante exemplar da indústria manufatureira de Yiwu. No Distrito 2, no segundo andar, é possível encontrar alguns produtores e representantes comerciais dos fabricantes de raquetes. Existem vários modelos de raquetes expostos nos estandes, com formatos e cores diferentes; alguns tem lanternas acopladas. Trata-se de um produto bastante simples, constituído de uma resistência (três telinhas de metal sobrepostas), uma bateria recarregável (que não é produzida pela empresa que faz as raquetes), um sistema elétrico bem simples, um pino de tomada e o molde de plástico em formato de raquete. Pode parecer um exemplo trivial, mas o fato de um produto tão simples, que não é fruto de uma grande empresa muito capitalizada, circular tão amplamente chama atenção justamente para o dispositivo comercial que permite e que produz essa circulação. Não seria difícil para uma empresa qualquer no Brasil replicar essas raquetes, mas sim conseguir distribuí-las nas mesmas condições e atingir uma escala próxima da praticada em Yiwu e isso faz uma grande diferença para o custo que se consegue praticar na venda atacadista das raquetes.

A empresa *Yiwu Zhouhe Electric Appliance Co. Ld.* é uma das principais produtoras de raquetes de matar mosquito de Yiwu. Ela produz também outros tipos de mata-mosquito elétricos e refletores de LED, mas as raquetes são seu principal produto. De acordo com o perfil da empresa na plataforma Alibaba<sup>11</sup>, 60% de sua produção seria destinada ao Sudeste da Ásia, 20% à América do Sul e 10% para o mercado interno. Ainda segundo os dados da plataforma, a empresa teria na faixa de 50 e 100 funcionários. Por sua vez, o Alibaba Group é uma das maiores plataformas de *e-commerce* do mundo. Fazem parte da plataforma o site de compras Taobao, o mais popular da China, o sistema de pagamentos

11 Disponível em: <[https://zohe.en.alibaba.com/pt\\_PT/company\\_profile.html?spm=a2700.galleryofferlist.normal\\_offer.3.5e7b7a1c1XMnjW](https://zohe.en.alibaba.com/pt_PT/company_profile.html?spm=a2700.galleryofferlist.normal_offer.3.5e7b7a1c1XMnjW)>. Acesso em: 28 maio 2021.

Alipay e o site de comércio exterior Aliexpress. A prática do comércio pela *internet* se desenvolveu de uma maneira muito rápida na China; junto com a ela, a fama da trajetória de seu precursor, Jack Ma, o fundador do grupo, uma das pessoas mais ricas do país e do mundo na atualidade. A sede da empresa Alibaba está localizada em Hanzhou, capital da província de Zhejiang, de onde surgiu originalmente, no apartamento do então professor de inglês, Ma Yun. A cidade de Yiwu é uma base importante para o grupo Alibaba, tanto que, em 2019, firmou acordo com o governo municipal de Yiwu para dinamizar o comércio eletrônico da cidade. Trata-se não apenas de catalogar os produtores em um site de compras, mas sim de um sistema de pagamentos e operações logísticas digitalizadas para operações no mundo todo. Os produtos “*Made in Yiwu*” têm um grande destaque na plataforma.

Mesmo não sendo um lugar de origem dos migrantes chineses que se encontram no Brasil, Yiwu tem um papel importante para as atividades que alguns deles desenvolvem. A relação não se dá apenas com os migrantes chineses, mas também através de empresas com escritórios em Yiwu e em São Paulo. Também há mobilidade de pessoas no sentido inverso ao fluxo de mercadorias. Assim como Guangzhou, Yiwu também recebe muitos brasileiros em busca de negócios. E já existe na cidade alguns brasileiros instalados por lá, especializados em fazer a intermediação comercial para aqueles que chegam a China.

Felipe, 26 anos, já morara em Yiwu há quatro anos, quando nos conhecemos em 2016. Não foram quatro anos contínuos, pois voltou ao Brasil uma vez e ficou por aqui um tempo antes de partir novamente para a China. A primeira vez foi porque queria aprender chinês. Via nisso uma aposta para se dar bem, haja vista o desenvolvimento e a crescente influência da China mundo afora. Atualmente, fala chinês fluentemente. Seu pai trabalhava em uma empresa que faz importação na 25 de março. Um conhecido de seu pai abrigou Felipe em Yiwu na primeira vez em que ele foi para aprender o idioma.

Ele morava em um conjunto habitacional construído poucos anos antes em um bairro inteiramente novo de Yiwu, um pouco mais distante do mercado Futian. São vários prédios iguais dispostos por quadras extensas de cinco andares cada e com galpões na parte térrea. Alguns desses galpões eram ocupados pelo comércio de conveniências para os moradores. Muitos deles são depósitos de mercadorias e alguns possuem até pequenas oficinas para confecção de artigos manufaturados. No mesmo prédio em que ele residia, também havia outro morador brasileiro. Juntos, eles eram locatários de um galpão, usado como depósito das mercadorias de seus clientes enquanto aguardavam seguir para o despacho no porto, geralmente na cidade portuária de Ningbo.

Ele conhece bem a cidade e os fabricantes nela dispersos para muito além do mercado Futian. Também faz serviço de orientação e representação para brasileiros que querem fazer outros tipos de negócios na China. Assim, Felipe viaja para outros lugares de indústrias mais pesadas na China e conhece muito bem os trâmites de desembaraço no comércio internacional. Viaja para Guangzhou e para Shenzhen quando os clientes lhe requisitam conhecer mercados de eletrônicos. Acaba servindo também como guia turístico ao conciliar outros passeios para seus clientes conhecerem os “lugares tipicamente chineses” para além dos mercados. Mas o maior volume de clientes é aquele que procura as *small commodities* de Yiwu. Felipe se encarrega de retirá-las nas fábricas, conferir se estão de acordo e, por fim, colocá-las nos contêineres. Ele trabalha em parceria com uma empresa chinesa que fica com uma pequena porcentagem de todos os seus negócios. Como me informou, todo mundo que trabalha com representação comercial tem que fazer parceria com alguma empresa chinesa; do contrário, é muito difícil abrir a própria empresa.

### Canaã: Guangzhou e Yiwu como polos de mobilidade transnacional

Ao longo dos anos, alguns circuitos de comércio que se estruturavam a partir de zonas francas, como Dubai, Hong Kong, Panamá e Miami, referências como plataformas de reexportação para os produtos dos chamados “tigres asiáticos”, foram gradativamente se reorientando em direção a Guangzhou e Yiwu (Pliez, 2010; Bertoncelo; Bredeloup, 2007; Le Bail, 2009; Bertoncelo; Bredeloup; Pliez, 2009). De um certo modo, as maiores restrições de mobilidade na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo depois de 2001, conciliado a uma maior abertura da China, parecem ter reorientado vetores migratórios, além da própria circulação de comerciantes, gradativamente colocando a China como nova fronteira de migração e circulação comercial, marcadamente para pessoas vindas da África e do Oriente Médio. Ainda que em menor escala, mas já com algumas referências perceptíveis, também há migrantes latino-americanos que se estabelecem em Guangzhou e Yiwu. São pessoas que se estabelecem particularmente nessas cidades através do comércio para atuarem na promoção da circulação de bens e mercadorias com seus países de origem (Zhang, 2008). Também são fundamentais para a mobilidade dos comerciantes que buscam Guangzhou e Yiwu e encontram nos compatriotas estabelecidos as referências para circularem e fazerem negócios.

Existe um mercado em Guangzhou chamado *Canaan Export Clothes Whosale Market*, ou simplesmente *Canaan Market*. Trata-se de um mercado

especializado em atender comerciantes africanos, principalmente de países da África subsaariana, como Nigéria, Senegal, Angola, Moçambique, entre muitos outros. Fundado em 2003, nessa galeria, comercializam-se calçados, artigos de vestuário e acessórios direcionados ao público africano: camisas, vestidos, túnicas, turbantes, bolsas e tecidos confeccionados de acordo com os variados estilos e gostos de consumo orientados aos clientes de origem africana. Os produtores das mercadorias são chineses, mas a circulação de pessoas vindas da África foi conformando uma estética peculiar na demanda pelas mercadorias da qual a própria formação do mercado Canaã representa uma elaboração. Os motivos dos tecidos, cores, formatos, tamanhos das peças e as quantidades a serem confeccionadas resultam dessa circulação de pessoas e das interações entre agentes tão diversificados que vão informar o que deve ser produzido, em que escala e quando. Canaã é o mais conhecido desses mercados. No entanto, ao seu redor, já se desenvolveram outras galerias orientadas para o mesmo público, além de hotéis e restaurantes onde se pode comer pratos típicos, como *fufu*<sup>12</sup> com peixe-frito e banana da terra. Guangzhou é a cidade que tem a maior concentração de africanos vivendo na Ásia.

Existem outras referências nessas cidades que são tidas como lugares de 老外 (laowai - forasteiro ou estrangeiro, em chinês), como XiaoBei, especialmente entre migrantes e comerciantes em circulação da África subsaariana, e Ximenkou, com uma das mesquitas mais antigas da China e uma grande variedade de mercados e restaurantes *halal*<sup>13</sup>, ambos em Guangzhou, além do “bairro exótico” de Yiwu. São lugares bastante emblemáticos da forte ligação e centralidade que Guangzhou e Yiwu estabelecem com outros espaços através da circulação de pessoas e mercadorias, ao mesmo tempo em que essa circulação produz algumas dinâmicas urbanas específicas nessas cidades.

Conforme analisa Bodomo e Ma (2010), a orientação da diáspora africana para a China refletiria a presença muito mais numerosa de chineses nos países

12 Trata-se de uma comida típica de diversos países africanos que consiste em uma massa cozida que pode ser à base de milho, arroz, mandioca, entre outros.

13 Restaurantes que preparam comida segundo os preceitos alimentares muçulmanos sobre o que pode ou não ser consumido e a forma de preparo. Muitos desses restaurantes *halal* são manejados por chineses muçulmanos do noroeste da China, que migram para essa região e abrem restaurantes para atender o grande número de muçulmanos estrangeiros em sua estadia para negócios.

africanos<sup>14</sup>. Eles partem para a China e começam a competir com chineses em seu próprio país, buscando as mercadorias diretamente na fonte. Segundo os autores, as estimativas seriam de 30 mil africanos em Yiwu e 100 mil em Guangzhou, sendo que a maioria dos africanos em Yiwu são da região do Magreb, enquanto em Guangzhou seriam da África subsaariana. Há um mundo peculiar que se desenha a partir de Guangzhou e Yiwu, no qual essas cidades constituem centralidades, marcadamente com traços africanos e do Oriente Médio e, ainda que mais discretos, porém florescentes, também latino-americanos.

Essa circulação de pessoas é fundamental na produção de gostos e estilos variados de consumo que não representam simplesmente a cópia dos produtos das empresas americanas, europeias ou japonesas presentes na China. Mesmo em relação às cópias, o que deve ser copiado também depende dessa circulação de pessoas e da troca de informações nos mercados. O modo como se desenvolve a relação de Guangzhou e Yiwu com os países africanos e do Oriente Médio pode servir de referência para pensarmos também a relação com a América Latina e com o Brasil em particular. Esses polos de mobilidade transnacional na China nos fornecem elementos para pensarmos sobre novas geografias da teoria, como destaca Ananya Roy (2007), que se deslocam do centro euro-americano, que em geral silencia sobre como novas formas territoriais são produzidas politicamente e os conflitos cotidianos em torno do consumo e da reprodução social.

A especificidade dessa relação não é apenas uma derivação de cópias de originais europeus e americanos. Nem tampouco a expressão de uma economia étnica fechada entre os chineses. Essas circulações também dão forma a agenciamentos urbanos específicos ligados aos estrangeiros que permanecem e aos que apenas transitam pela cidade, marcando esses lugares pela diversidade e cosmopolitismo. De fato, Guangzhou e Yiwu articulam dinâmicas transnacionais que se estruturam a partir da circulação dos comerciantes e também daqueles que se estabelecem para atuar na mediação da circulação, produzindo condições que facilitam essa dinâmica.

Asabi, 26 anos, veio de Lagos na Nigéria e vive em Guangzhou há seis anos. Em 2016, ele morava em um lugar não muito distante do mercado Canaã, em uma área mais residencial que concentra muitos africanos que vivem na cidade:

---

14 Segundo estimativas apresentadas por Bodom e Ma (2010), seriam dois milhões de chineses no continente africano e 500 mil pessoas de diversos países da África na China. Bertoncelo e Bredeloup (2007) destacam que a presença chinesa na África é muito associada às corporações estatais chinesas, principalmente da área de mineração e construção civil. Segundo as autoras, alguns acabariam ficando e se estabelecendo no comércio.

“Eu estou em um lugar bastante misturado onde têm muitos estrangeiros. É o bairro onde você mais encontra estrangeiros por aqui. O bairro de Xiaobei é onde tem mais estrangeiros. É o bairro que você chega e se sente mais na África, mas fora do que na China. Porque lá você encontra tudo que você quiser da África, temperos, as roupas da África” (traduzido do francês – 17/09/2016).

Xiaobei é o bairro que se tornou uma grande referência para as pessoas dos países africanos de um modo geral, majoritariamente da Nigéria, mas também de Senegal, Moçambique, Angola, entre outros que moram em Guangzhou, além de servir de âncora para aquelas que estão em trânsito pela cidade, durante o período em que estão fazendo negócios. Seus planos iniciais eram de ir para os Estados Unidos, onde reside um irmão mais velho. Por outro lado, também tinha um primo mais velho já estabelecido na China, que morava em Guangzhou, com quem sempre manteve contato e que lhe informava sobre como era para viver por lá. No final, acabou optando pela China por conta da maior facilidade com o visto e pelas oportunidades mais claras sobre o que poderia fazer como trabalho. Seu irmão nos Estados Unidos lhe ajudou a pagar a passagem de avião. O primo o pegou no aeroporto, recebeu em sua casa e lhe propôs trabalho.

Primeiramente, ele ingressou na China com um visto de turista. Pouco tempo depois, ao entrar na *Guangdong University for Foigners Studies*, em um curso de mandarim para estrangeiros<sup>15</sup>, conseguiu alterar seu visto para a categoria estudante. Atualmente, mesmo depois de tanto tempo morando na China, ele tem um visto de múltiplas entradas para negócio com validade de dois anos, mas que não podem ser contínuos. Assim, ele tem que cruzar a fronteira a cada 90 dias. Geralmente, ele vai a Hong Kong, fica algumas horas por lá e volta para Guangzhou, apenas para passar no controle de fronteira. Fazer as pessoas cruzarem a fronteira para manter a validade do visto é um procedimento de controle do governo sobre a migração.

Além de trabalhar com comércio internacional, Asabi é músico, um “*rapper bussines-man*”, como se define, que compõe músicas que misturam influências e um estilo “ostentação”. Ele produz videoclipes para a *internet* ambientados

15 As universidades chinesas de Guangzhou absorvem um grande número de estudantes estrangeiros e são referência para os jovens no sudoeste asiático e, cada vez mais, também na África. Existem políticas orientadas para receber os filhos dos migrantes chineses que vivem no exterior. A *Jinan University*, em Guangzhou, é uma grande referência nesse aspecto. Ela tem uma relação histórica com a questão da migração chinesa e é a sede do *Institute of Overseas Chinese Studies*. A *Guangdong University for Foigners Studies* recebe muitos estudantes dos países africanos como parte de uma política para construir relações.

em Guangzhou, sempre com jovens africanos e chineses. Também auxilia na produção de outros *rappers* migrantes em Guangzhou. A partir do contato com diversos produtores de artigos de vestuário e acessórios, Asabi viu a oportunidade de desenvolver sua própria marca, associada a seu trabalho como *rapper*. Ele criou um logotipo e faz os desenhos a serem estampados nas peças que são de seu agrado, além de fazer ensaios fotográficos em que ele aparece ao lado de outros jovens africanos e chineses em Guangzhou para promover sua marca.

Seja no comércio internacional, seja como *rapper* ou como produtor da própria marca, o seu trabalho está baseado nas oportunidades criadas pelo multi-ancoramento de relações a partir de Lagos e de Guangzhou, que faz com que suas atividades consistam justamente na promoção da circulação de referências materiais e simbólicas entre diferentes lugares. Em Guangzhou, existem agenciamentos bastante estruturados em torno da circulação e do estabelecimento de gerações de comerciantes dos países da África subsaariana, que vêm se desenvolvendo desde os anos 1990 (Bredoloup, 2012; Bodomo, 2010).

Essa mobilidade de pessoas ligadas ao comércio em Guangzhou e Yiwu é visivelmente de maioria masculina. No entanto, também há participação feminina nesses circuitos comerciais, notadamente de mulheres vindas dos países africanos. No mercado Canaã, por exemplo, ou em Xiaobei, com frequência, encontra-se angolanas e moçambicanas conversando em português enquanto negociam as mercadorias. Algumas entre essas comerciantes também frequentam o Brás em São Paulo para fazer negócios. A pesquisa de Lea Barreau-Train (2016) trata justamente desse circuito comercial de mulheres entre Angola-Brasil-China, que através da mobilidade conseguem alterar e subverter a posição em suas famílias. Barreau-Train argumenta sobre a constituição de um “saber circular” que se desenvolve entre as “muambeiras” como uma espécie de bricolagem entre as vantagens comparativas de cada destinação (op. cit. 2016: 286). Essa mobilidade desenha um circuito que articula o mercado Afrocampo de Luanda, onde revendem as mercadorias, à Feira da Madrugada em São Paulo e ao mercado Canaã em Guangzhou, onde se abastecem. Nesse caso, trata-se de circuitos estruturados que facilitam a circulação pelo acúmulo de experiências ao longo de anos e seu compartilhamento entre elas.

## Conclusão

Em uma área nobre de Guangzhou, situada em uma ilha no rio das Pérolas, está localizado o Museu da Migração Chinesa de Guangdong. Nele, uma frase tem destaque: “os migrantes chineses levaram a China para o mundo e trouxeram o mundo para a China”. O processo de abertura da China com as reformas

de Deng Xiaopeng representou uma grande reconciliação com essa história de longa data. As reformas representaram fundamentalmente uma abertura para os próprios chineses, abertura para que pudessem sair do país, abertura para circular entre as províncias, abertura para os que estavam fora pudessem voltar ou investir no país, abertura para que pudessem constituir empresas privadas e, destacadamente, abertura para o comércio. Tanto na China como no exterior houve políticas para direcionar e construir essas aberturas como parte fundamental das mudanças do regime de mobilidade (Xiang, 2007). Procurou-se abordar a centralidade de Guangzhou e Yiwu para a promoção da circulação comercial das mercadorias e, reflexivamente, também para sua produção e possibilidades de consumo desigualmente distribuídas mundo afora.

Especialmente em relação aos bens supérfluos, que são distribuídos amplamente no comércio popular, como as raquetes elétricas de matar mosquito, por exemplo, não há ligação à transferência das grandes corporações transnacionais para a China em busca de mão de obra barata, tampouco representam apenas a derivação das cópias das grandes marcas em uma versão mais barata para o consumo popular. Busca-se aqui chamar a atenção para esses agenciamentos situados de políticas de governo, disposição de produtores locais e dinâmica de comerciantes transnacionais que cooperam para a circulação ampliada desses bens supérfluos e que podem ser observadas em Guangzhou e Yiwu. Seguindo a perspectiva de Knowles (2014), não se trata da busca de uma explicação generalista sobre “a China”, mas sim em pensar como se estabelecem dinâmicas que muito concretamente articulam espaços através da mobilidade de pessoas e mercadorias, indagar sobre rotas comerciais e agenciamentos que colocam em relação migrantes de variadas origens, sacoleiros, lojistas, ambulantes.

Quando foi destacada a expressão “*Made in Yiwu*”, buscou-se o desvincilhamento das representações correntes associadas ao “*Made in China*”, delimitando certos tipos de produtos e espaços. Ao procurar descrever as rotas comerciais e agenciamentos envolvendo migrantes, procurou-se demonstrar que fazem parte da dinâmica da cidade e reestruturam as localidades, e que outros grupos de migrantes e não migrantes também articulam essas relações com Guangzhou e Yiwu. O desenvolvimento desses espaços de mercado, combinado com a intensa mobilidade de comerciantes chineses e não chineses de todo o mundo que buscam essas cidades para negócios, garantiu capilaridade e escala para esse tipo de produção industrial (mais intensiva em trabalho do que capital), característica principalmente de Yiwu.

A China atualmente é um grande polo de mobilidade transnacional e, como visto, existem muitos estudos que tematizam essa relação com países da África e

do Oriente Médio. Esses estudos constituem referências importantes para pensarmos em outras geografias da teoria (Roy, 2007), pensando a relação entre os espaços a partir da circulação. As províncias de Guangdong e Zhejiang não são apenas grandes concentrações de fábricas de onde parte substancial vida material do planeta é produzida atualmente. Também são lugares de mercado que promovem essa circulação e são fundamentais para compreender a dispersão dos produtos pelo mundo. Entre as galerias do centro de São Paulo, ou os mercados de Lagos na Nigéria, e as fábricas do interior da China, há um conjunto de mediações das quais os espaços que se buscou descrever em Guangzhou e Yiwu são fundamentais para a viabilidade dessa circulação.

## Referências

- ARAÚJO, Marcelo. Chineses no Rio de Janeiro: o século XX e a migração em massa. *Revista Encontros*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, 2015, pp. 68-82.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. New York, Verso, 2007.
- BARREAU-TRAN, Léa. Les mules de la mode, Circulation de commerçantes angolaises entre les marchés du prêt-à-porter brésiliens et chinois. Tese de doutorado, Laboratoire Les Afriques dans le Monde (LAM), Sciences Po Bordeaux, ED SP2, 2016.
- BELGUIDOUM, Saïd; PLIEZ, Olivier. Práticas transnacionais em um entreposto comercial da “Rota da Seda”: argelinos e egípcios em Yiwu (China). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2014, pp. 311-323.
- BERTONCELLO, Brigitte; BREDELOUP, Sylvie. The Emergence of New African “Trading Posts” in Hong Kong and Guangzhou. *China Perspectives*. Online, 2007. Disponível em: <<http://chinaperspectives.revues.org/1363>>. Acesso em: 28 maio 2021.
- BERTONCELLO, Brigitte; BREDELOUP, Sylvie; PLIEZ, Olivier. Hong Kong, Guangzhou, Yiwu: de nouveaux comptoirs africains en Chine. *Critique internationale*. Paris, v. 44, n. 3, 2009, pp. 105-121. Disponível em: <[doi:10.3917/crii.044.0105](https://doi.org/10.3917/crii.044.0105)>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BODOMO, Adams; Grace MA. From Guangzhou to Yiwu: Emerging Facets of the African Diaspora in China. *International Journal of African Renaissance Studies* Unisa, Muckleneuk, South Africa, v. 5, n. 2, 2010.
- BODOMO, Adams. The African Trading Community in Guangzhou: An Emerging Bridge for Africa-China Relations. *China Quarterly*. Cambridge, n. 203, 2010, pp. 693-70.
- BREDELOUP, Sylvie. African Trading Post in Guangzhou: Emergeng or Recurrent Commercial Form? *African Diaspora*. Online, v. 5, n. 1, 2012, pp. 27-50.

- CHOI, Keum Joa. Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil. Dissertação de mestrado, História Social, FFLCH-USP, São Paulo, 1991.
- CUNHA, Neiva Vieira; MELLO, Pedro Paulo Thiago. SAARA: reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca. In: REGINENSI, Caterine (Org.). *Cidade: Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas* (pp. 120-137). Rio de Janeiro, DP&A, 2006.
- GLICK-SCHILLER, Nina; CAGLAR, Ayse. *Migrant Incorporation and City Scale: Towards a Theory of Locality in Migration Studies*. Suécia, Malmo University, 2008.
- GUIHEUX, Gilles. Yiwu, China: vilarejo rural que se tornou praça comercial globalizada. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (Eds.). *Ilegalismos na globalização. Migrações, trabalho, mercados* (pp. 215-238). Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.
- HUA-SHENG, Hsia. Modelos de financiamento baseados em relações pessoais: experiência de empreendedores chineses no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*. Maringá/PR, v. 12, n. 3, 2008.
- JIN, X.; WEBER, K. *The China Import and Export (Canton) Fair: Past, Present, and Future*. *Journal of Convention and Event Tourism*. Online, v. 9, 2008, pp. 221-34.
- KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenas da globalização. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2014, pp. 289-310.
- LE BAIL, Helene. Les grandes villes chinoises comme espace d’immigration internationale: le cas des entrepreneurs africains. *Asie. Visions*. Online, v. 19, 2009.
- MATHEWS, Gordon; VEGA, Carlos Alba. “Introduction: what is globalization from below?”. In: MATHEWS, Gordon; VEGA, Carlos Alba; RIBEIRO, Gustavo Lins (Eds.). *Globalization from Below: The world’s other economy*. Nova Iorque, Routledge, 2012.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Tese de doutorado, Antropologia, IFCH – UFRGS. Porto Alegre, 2009.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Online, v. 23, n. 67, 2008, pp. 117-133.
- PIZA, Douglas Toledo. Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de Março: migrantes chineses e comércio “informal”. Dissertação de mestrado, Sociologia, FFLCH – USP, São Paulo, 2012.
- PLIEZ, Olivier. Des jeans chinois dans les rues du Caire, Une promenade à travers les espaces discrets de la mondialisation par le bas. *M@ppemonde*. Online, 88, 2007. Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num16/articles/arto7404.html>>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- PLIEZ, Olivier. Toutes les routes de la soie mènent à Yiwu (Chine). *L’espace géographique*. Online, v. 2, 2010, pp. 131-144.

- PORTES, Alejandro. "Globalization from below". In: SMITH, W.P.; KORCZENWICZ, R. P., *Latin America in the World Economy*. Westport, Greenwood Press, 1997.
- RABOSSI, Fernando. Ciudad del Este and Brazilian circuits of commercial distribution. In: MATHEWS, Gordon; RIBEIRO, Gustavo Lins; ALBA VEJA, Carlos (Eds). *Globalization from Below: The world's other economy*. Nova Iorque, Routledge, 2012.
- RANGEL, Felipe. Problema e potência: O comércio popular entre a repressão e a empresarialização. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n. 2, 2019, pp. 183-192.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. Online*, v. 25, n. 74, 2010.
- ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, 2007, pp. 819-830.
- SILVA, Carlos Freire. *Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo. Cadernos Metrôpoles*. São Paulo, v. 20, n. 41, jan./abr. 2018, pp. 223-243.
- SILVA, Marcos Araújo. Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco. Dissertação de mestrado, Antropologia, CFCH-UFPE. Recife, 2008.
- TANIGUTI, Gustavo Takeshy. Crédito entre imigrantes: experiências de tanomoshi-ko no bairro da Liberdade, São Paulo. In: *The Annual Report: Study of Nonwritten Cultural Materials*. v.8, 53-79, 2012.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas. Les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris, Balland, 2002.
- WU-BEYEN, I-CHUAN. Hui: *Chinese Business in Action*? In: BUN. C. (ed.) *Chinese Business Networks: State, Economy and Culture*. Nordic Institute of Asian, 2000, pp. 129-151.
- XIANG, Biao. A new mobility regime in the making: what does a mobile China mean to the world? *Idées pour le débat. Online*, n. 10, 2007, pp. 01-19.
- ZHANG, Li. Ethnic Congregation in a Globalizing City: The Case of Guangzhou, China. *Cities. Online*, v. 25, n. 6, 2008, pp. 383-395.
- ZHOU, Min. *Chinatown: the socioeconomic potential of an urban enclave*. Philadelphia, Temple University Press, 1992.

Recebido em: 21/12/2020

Aprovado em: 09/02/2021

### **Como citar este artigo:**

- SILVA, Carlos Freire da. Made in Yiwu: rotas comerciais e agenciamentos migratórios. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 95-124.



## Máquinas de costura na bagagem: a materialidade das mobilidades migratórias Bolívia-Brasil<sup>1</sup>

Bruno Miranda<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir do seguimento etnográfico de famílias de migrantes bolivianos com experiência como costureiros na indústria de confecção de São Paulo, e apoiando-se em dois giros epistemológicos das Ciências Sociais (o giro da materialidade e o da mobilidade), examino os contextos sociais e os processos de objetificação expressos nas relações entre objetos (máquinas de costura) e sujeitos (migrantes costureiros e costureiras). A análise evidencia como as relações objeto-sujeito estruturam as formas de organização do trabalho e as mobilidades migratórias entre a Bolívia e o Brasil. Por fim, argumento sobre como as relações entre migrantes e o mundo material participa na constituição das suas próprias subjetividades.

**Palavras-chave:** migração boliviana; indústria de confecção de São Paulo; giro da materialidade; giro da mobilidade; objetificação.

**Sewing machines in one's luggage: the materiality of Bolivia-Brazil migratory mobilities**

1 Este artigo é fruto do debate levado a cabo na Mesa Redonda "Pessoas e objetos em movimento: outras perspectivas metodológicas nos estudos das migrações a partir das viradas 'materialista' e 'da mobilidade'", realizado durante o 19º Congresso Brasileiro de Sociologia.

2 Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México (IISUNAM) – Ciudad de México – brunofemiranda@sociales.unam.mx – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2968-1295>

**Abstract:** *Based on ethnographic observations of Bolivian migrant families in São Paulo's garment industry, and theoretically supported by the materiality turn and the mobility turn within contemporary social sciences, this paper examines the social contexts and the processes of objectification expressed in the relations between objects (sewing machines) and subjects (migrant garment workers). The analysis points out how object-subject relations structure the labor organization and the migratory mobilities between Bolivia and Brazil. Finally, I elaborate on how the relations between migrants and the material world constitutes their subjectivities.*

**Keywords:** *Bolivian migration; São Paulo's garment industry; materiality turn; mobility turn; objectification.*

### **Máquinas de costura entre maletas: la materialidad de las movilidades migratorias Bolivia-Brasil**

**Resumen:** A partir del seguimiento etnográfico de familias de migrantes bolivianos con experiencia como costureros en la industria de confección en São Paulo y apoyándome en dos giros epistemológicos en las Ciencias Sociales, el giro material y el giro móvil, examino los contextos sociales y los procesos de objetivación expresados en las relaciones entre objetos (máquinas de coser) y sujetos (costureras y costureros migrantes). El análisis destaca cómo las relaciones objeto-sujeto estructuran las formas de organización del trabajo y las movilidades migratorias entre Bolivia y Brasil. Por último, argumento cómo las relaciones entre las personas migrantes y el mundo material participan en la constitución de sus propias subjetividades.

**Palabras-clave:** migración boliviana; industria de confección de São Paulo; giro material; giro móvil; objetificación.

### **Introdução**

A aliança entre a academia e a migração boliviana no Brasil como tema de estudo recentemente celebrou bodas de prata. Tomando em consideração as primeiras publicações de Sidney da Silva em 1995, considerado por muitos acadêmicos o pioneiro nos estudos sobre a cultura e a presença boliviana na capital paulista, os frutos dessa articulação podem ser contados em dezenas de produções científicas, variando em termos disciplinares – Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geografia, Demografia, Comunicação e Saúde Coletiva –, assim

como em termos teórico-metodológicos. Desta forma, ao longo dos anos, investigadores e estudantes de pós-graduação publicaram artigos, dissertações e teses que são consideradas referências para os estudos atuais (Silva, 1995, 2006; Silva, 2008; Freitas, 2009, 2014; Xavier, 2010; Silva, 2012; Baeninger, 2012; Côrtes, 2013; Mcgrath, 2013; Miranda, 2017; Souchaud, 2012, 2019).

Grosso modo, a unidade de análise dos trabalhos produzidos gira ao redor da inserção laboral, das condições e relações de trabalho dos migrantes nas oficinas de costura, assim como dos espaços culturais e sociais ganhos na cidade de São Paulo, não obstante a segregação e o racismo que enfrentam, além dos laços transnacionais envolvidos entre os membros familiares que ficaram na Bolívia, os que se instalaram no Brasil e os que circulam entre um polo e outro. De certa forma, o tom das pesquisas acadêmicas tem sido a problematização de processos sociais fundamentais, nos quais os sujeitos de estudo são homens, mulheres, casais ou famílias inteiras provenientes da Bolívia, especialmente dos Andes. Embora o interesse sobre a migração boliviana no Brasil não seja o mesmo de uma ou duas décadas atrás, já que outras populações vindas ao país demandaram a atenção científica, como, por exemplo, haitianos, senegaleses e venezuelanos, o certo é que essa mobilidade migratória que conecta circularmente a região andina e a Zona Metropolitana de São Paulo (daqui em diante, ZMSP) continua ativa, nutrindo de costureiros e costureiras os circuitos produtivos da indústria de confecção com base na cidade de São Paulo.

Este é o caso da família Escobar Huarachi<sup>3</sup>, cujos membros circulam entre a cidade de El Alto e São Paulo desde 2005, sempre trabalhando no setor das confecções, eventualmente na condição de oficinistas (donos de oficinas de costura). Meu trabalho e seguimento etnográfico teve início em 2015, quando o casal Roberto Escobar e Marta Huarachi já administrava uma oficina no Bom Retiro. No total, 33 membros, entre cunhados, tios, irmãos e sobrinhos, envolveram-se direta ou indiretamente na experiência migratória desse casal (Miranda, 2019a). Originários de bairros populares da cidade de El Alto, a metrópole aimará por excelência<sup>4</sup>, o casal e os seus quatro filhos, no entanto, decidiram em 2016 retornar à cidade natal, depois de 11 anos de “atividade migratória” (Baby-Collin; Cortes; Sassone, 2008), todos eles na frente de máquinas de costura. Outro casal

3 Embora os sobrenomes familiares tenham sido mantidos, todos os nomes das pessoas migrantes são fictícios.

4 A cidade de El Alto, juntamente com La Paz, Oruro, Potosí e Cochabamba, forma parte do altiplano andino, ocupado historicamente por populações aimarás e quéchuas. Nas regiões da planície boliviana, que incluem os estados de Santa Cruz, Chuquisaca, Tarija, assim como os estados amazônicos de Beni e Pando, destacam-se outras populações originárias, como os guaranis, por exemplo.

oficinista, Rogelio e Marlen (tia de Roberto), permanece no Brás. Ao retornar à Bolívia, Roberto e Marta desfizeram sua oficina, mas levaram consigo três das cinco máquinas de costura no trajeto terrestre de cerca de três mil quilômetros que separam as duas cidades.

Dada a permanência dos vínculos familiares e das próprias pessoas migrantes bolivianas na ZMSP, disseminadas em micro oficinas de costura, e muito apesar do desemprego crescente a partir de 2015 e da pandemia de Coronavírus desatada em 2020, este artigo aposta na pertinência da continuidade dos estudos sobre essa população migrante no Brasil, especialmente na ZMSP. O artigo tem como ponto de partida os próprios objetos que as mobilidades migratórias em questão revestem. Assim, leva-se em conta: a) os elementos do contexto sociolaboral, tais como o nicho das confecções (Souchaud, 2012) e a oficina como dispositivo central da circulação migratória boliviana (Côrtes, 2013); e b) o marco teórico e epistemológico do giro da mobilidade (Creswell, 2006; Sheller; Urry, 2006; Glick-Schiller; Salazar, 2013) e do giro da materialidade nas Ciências Sociais (Appadurai, 2008[1986]; Miller, 1998; Tilley, 2006). Dessa forma, o presente texto tem como objetivo examinar as relações entre os objetos e os sujeitos da mobilidade migratória entre a Bolívia e o Brasil, especificamente a relação entre as máquinas de costura e os membros das famílias estudadas entre a cidade de São Paulo e El Alto, no altiplano andino. Para além de dar parte dos contextos sociais das localidades nas quais as máquinas se instalam, interessa-me indagar sobre como essas máquinas de costura em particular, e o objeto máquina de costura em geral, participa da experiência migratória familiar através de diversas interações enquadradas em processos de objetificação (Miller, 1987).

Diferentemente de outros grupos de migrantes sul-americanos, como os paraguaios (Silva; Côrtes, 2014), as pessoas migrantes bolivianas dependem quase exclusivamente dos circuitos produtivos mais básicos da indústria de confecção de São Paulo ao longo de mais de três décadas (Silva, 2012). Daí a distinção da presença do objeto máquina de costura ao longo da experiência migratória desses indivíduos, grupos e famílias, ainda mais se tomarmos em consideração que as jornadas de trabalho são prolongadas e que o local de trabalho e a moradia se fundem num só, fazendo da máquina de costura um acompanhante quase inseparável no cotidiano. A forma de contratação e de emprego dos migrantes costureiros possui, inclusive, vários aspectos não-livres de trabalho (Brass; Van Der Linden, 1997), como o vínculo por dívida que impede a liberdade de movimento para fora da oficina.

Inicialmente, o seguimento da família Escobar Huarachi não era pensado para uma análise da materialidade existente em suas mobilidades. Nesses anos,

tive a oportunidade de realizar um trabalho etnográfico em sua oficina de costura no bairro do Bom Retiro no verão de 2015 – cuja tipologia, método de aproximação e duração estão analisados minuciosamente em outro texto (Miranda, 2019b) –, seguida de uma visita em 2016 e de contatos periódicos através das redes sociais (WhatsApp e Facebook); até que, no inverno de 2017, realizei outro trabalho etnográfico, mas dessa vez em El Alto. Entre as famílias de migrantes bolivianos costureiros, cujas atividades cotidianas pude observar em São Paulo durante o trabalho de campo, a escolha da família Escobar Huarachi tem a ver com a própria abertura à etnografia no interior de sua oficina e com a possibilidade de dar seguimento à atividade migratória de alguns dos seus membros nos anos posteriores a 2015. Em suma, originalmente, não segui os objetos, mas os sujeitos. Porém, ao fazê-lo, encontrei os mesmos objetos, isto é, as mesmas máquinas de costura nas quais eu mesmo havia trabalhado como assistente de costura três anos antes durante a imersão etnográfica. Complemento o texto utilizando outro trabalho etnográfico realizado em 2014 e em 2015 com a família Chambi Jucumani para dar parte da ritualidade ao redor da máquina de costura.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira delas, explicito o domínio material no qual a máquina de costura será considerada e reviso o marco teórico que embasa o texto, tratando de articular os dois giros epistemológicos aqui tratados: o da materialidade e o da mobilidade. Já na segunda parte, descrevo e analiso o contexto social em que a máquina de costura se instala no Bom Retiro, no centro de São Paulo e como, do ponto de vista desse objeto, estrutura-se a forma de organização do trabalho, as mobilidades entre o Brasil e a Bolívia e determinadas ritualidades. A terceira e última parte antes das conclusões se dedica à descrição do corredor migratório pelo qual as máquinas de costura transitam e onde finalmente se estabelecem na cidade de El Alto, cujo entorno social é apresentado e examinado. Por fim, conclui-se que as relações entre máquinas de costura e costureiros estão enquadradas em um processo de objetivação bastante diverso, que estrutura o projeto migratório e que participa da experiência migratória na medida em que constitui as próprias subjetividades dos migrantes costureiros e costureiras.

## Reviravoltas epistemológicas nas Ciências Sociais

No que concerne aos estudos sobre a materialidade nas Ciências Sociais, talvez seja necessário começar esclarecendo do que este texto não trata: em outras palavras, o que a consideração da relação entre costureiros migrantes e a máquina de costura como unidade de análise não implica neste caso específico de estudo.

Neste sentido, não se trata da história de vida integral ou da biografia dos objetos em questão (Kopytoff, 2008[1986]; Knowles, 2014). Não traçarei, portanto, o caminho percorrido desde a extração das matérias-primas e o processo de transformação em plantas industriais da China ou da Coreia do Sul que resulta na fabricação de máquinas de costura, que depois são importadas e direcionadas aos enclaves da indústria de confecção na cidade de São Paulo. Centrar-me-ei, isso sim, na “fase da vida” (Kopytoff, 2008[1986]) em que a máquina é consumida como meio de produção para produzir outras mercadorias (roupas e acessórios). Complementarmente, analisarei a ritualidade ao redor da máquina e como ela divide a materialidade da experiência migratória boliviana com outros objetos. Esses esclarecimentos são relevantes, já que a máquina de costura não é um artefato religioso ou arqueológico nem um objeto de arte, de decoração de interiores ou de consumo estético único e exclusivo, tampouco uma peça de moda (mesmo que produza moda), como o são os objetos usualmente estudados no campo da cultura material (Miller, 1998; Myers, 2001; Tilley, 2006).

Outro aspecto que difere a análise da máquina de costura é que, visto como um objeto, reflete somente indiretamente os aspectos culturais de um grupo social específico, neste caso, das pessoas migrantes dos Andes bolivianos. Rigorosamente, são os aspectos ou as relações vinculadas com o mundo do trabalho as que aparecem em primeiro plano. Além disso, este estudo realiza de certa forma um movimento reverso com relação aos esforços dos campos de estudo da cultura material (*material culture studies*) e da antropologia das coisas (*anthropology of things*), os quais, na década de 1980, ousaram examinar coisas, objetos e mercadorias no âmbito da troca e do consumo, não da produção (Appadurai, 2008[1986]; Miller, 1987). Esse revés não tem a ver com saudosismo algum, mas se deve ao fato de que os objetos em contextos de mobilidade analisados aqui são precisamente máquinas de costura, cujo consumo não está separado do momento produtivo.

Por último, para dirimir qualquer confusão entre “coisa”, “objeto” e “mercadoria”, analiso a máquina de costura como parte da materialidade das mobilidades migratórias de homens e mulheres bolivianas entre seus locais de origem e a ZMSP. Importa-me, primeiramente, a qualidade de objeto da máquina de costura. Desse ponto de vista, é pertinente a proposição inicial de Miller (1987, 1998), recuperada e desenvolvida por Myers (2001) e Tilley (2006), acerca da objetificação, entendida como

um conceito que oferece uma forma particular de entender a relação entre sujeitos e objetos, a preocupação central dos estudos da cultura material. O conceito tenta superar o dualismo do pensamento empírico moderno em que sujeitos e objetos são considerados entidades totalmente diferentes e opostas, respectivamente humano e não-humano, vivo e inerte, ativo e passivo e assim por diante. Através da elaboração, uso, troca, consumo, interação e convivência com coisas, as pessoas se constituem processualmente. O mundo do objeto é, portanto, absolutamente central para o entendimento das identidades de pessoas individuais e de sociedades. Ou, dito de outra forma, sem as coisas – a cultura material – nós também não poderíamos sermos nós mesmos nem nos conhecermos (Tilley, 2006:61, tradução própria).<sup>5</sup>

Nesta concepção, enquadrada no debate acadêmico para posicionar esse campo de estudos frente a posturas economicistas, a argumentação principal é de cunho epistemológico, no sentido de que a vida social e as subjetividades individuais que dela fazem parte se constituem da materialidade e vice-versa, o que “coloca a cultura material em uma posição processual e relacional com respeito aos sujeitos humanos, uma posição na qual os objetos e sua capacidade de dar forma podem promover o desenvolvimento do sujeito” (Myers, 2001:21, tradução própria).<sup>6</sup>

Em segundo lugar, interessa-me a qualidade do objeto-máquina como meio de produção na medida em que informa sobre as hierarquias dentro da oficina de costura. Ainda, a unidade de análise não será o objeto máquina de costura em si, mas a relação que este mantém com os sujeitos “migrantes da costura” (Côrtes, 2013). Uma das preocupações compartilhadas com Miller (1998) é precisamente a inquietude etnográfica com o que as pessoas fazem com os objetos, mas não com quaisquer objetos, mas aqueles de uso cotidiano, preferencialmente doméstico (:12-19). Surpreendentemente, este é o caso da máquina de costura,

---

5 No original: “Objectification, considered in the most general way, is a concept that provides a particular way of understanding the relationship between subjects and objects, the central concern of material culture studies. It attempts to overcome the dualism in modern empiricist thought in which subjects and objects are regarded as utterly different and opposed entities, respectively human and non-human, living and inert, active and passive, and so on. Through making, using, exchanging, consuming, interacting and living with things people make themselves in the process. The object world is thus absolutely central to an understanding of the identities of individual persons and societies. Or, to put it another way, without the things – material culture – we could neither be ourselves nor know ourselves”.

6 No original: “This places material culture in a processual and relational position with respect to human subjects, a position in which objects and their capacity to give form may further the development of the subject”.

uma vez que a oficina de costura com migrantes andinos é também sua moradia em São Paulo. É, diga-se de passagem, um aspecto da contratação e do emprego de migrantes que, em outras sociedades de destino que também contam com a presença boliviana, como no caso da conurbação de Buenos Aires, conhecido como “sistema de cama *caliente*” (Benencia, 2009). Dessa relação mutuamente constitutiva entre objeto e sujeito, desprende-se inclusive a formação das personalidades individuais e coletivas, as mesmas que eventualmente repercutem nos objetos, fazendo com que estes atuem como se fossem pessoas ao provocar respostas emocionais nos sujeitos que com eles lidam ou se relacionam.

Daí a ideia de que os objetos possuam agência (Hoskins, 2006:75-78). Segundo essa autora,

a equivalência sugerida entre a agência de pessoas e das coisas questiona as fronteiras da individualidade pessoal e das representações coletivas de várias maneiras. Implica ter que prestar mais atenção na dimensão fenomenológica das nossas interações com o mundo material e interrogar os objetos que nos fascinam, assim como nossas razões para sentir este fascínio (2006:76, tradução própria).<sup>7</sup>

Feitas as elucidações anteriores, o próximo passo é precisamente articular as abordagens da materialidade com a dinâmica das mobilidades migratórias entre a Bolívia e o Brasil. Para isso, recorro à abordagem proposta por teóricos sociais do universo anglo-saxão dentro do que ficou conhecido como o giro móvel ou da mobilidade (Creswell, 2006; Sheller; Urry, 2006; Sheller, 2018). Num movimento de desconstrução similar ao decolonial ou ao literário, o da mobilidade é um giro epistemológico, com consequências teóricas e metodológicas, no qual as categorias de pensamento priorizam o movimento. Desta maneira, a mobilidade amplia seu alcance sociológico ao incorporar o sentido espacial. De fato, como recorda Everuss (2021), o giro espacial e a noção de que o espaço não possui uma natureza inata, mas é fruto das interações sociais; é um dos antecedentes do próprio giro da mobilidade.

Os campos de estudo e disciplinas que têm aplicado o enfoque da mobilidade são variados: dos estudos urbanos e a arquitetura, passando pelos estudos do turismo e a arqueologia, até chegar aos estudos migratórios. Leva-se

---

7 No original: “The equivalence suggested between the agency of persons and of things calls into question the borders of individual persons and collective representations in a number of ways. It implies that we need to pay more attention to the phenomenological dimension of our interactions with the material world, and interrogate the objects which fascinate us as well as our reasons for feeling this fascination”.

em consideração a mobilidade de sujeitos, corpos, mas também de elementos imateriais (imagem, informação, valores) e da própria matéria. Isso quer dizer, em poucas palavras, que não são somente pessoas que se colocam ou que são forçadas a contextos de mobilidade, mas também os objetos que elas enviam, recebem ou inclusive os que viajam e transitam com elas, em suas bagagens, maletas, mochilas e bolsos (Alonso Rey, 2016; Monteiro, 2018; Ruseishvili, 2018). Se o giro material questiona a tradição das Ciências Sociais em privilegiar a “sociedade” ou o “social” em detrimento dos elementos propriamente não-humanos (Miller, 1998; Myers, 2001), o chamado de atenção do giro da mobilidade problematiza a associação entre “sociedade” e “Estado-nação” e a licença dada às coletividades humanas ao sedentarismo. De fato, o apego à fixação nas Ciências Sociais vai acompanhado de perto pelo surgimento e pela consolidação do Estado moderno, entidade que conta com uma territorialidade fixa, com fronteiras estáveis e cidadãos identificáveis. É por isso que existe uma aproximação entre esse giro epistemológico e a crítica do nacionalismo metodológico (Levitt; Glick-Schiller, 2004), proposições que aliás compartilham a mesma corrente crítica das categorias contentoras, justamente porque tendem a essencializar os processos e os fenômenos sociais.

Ao afinar o olhar, o giro ou o novo paradigma das mobilidades (Sheller; Urry, 2006) é, na verdade, um paradigma das (i)mobilidades, já que o movimento ou o trânsito caminham lado-a-lado da estase e da quietude (Creswell, 2012). Por isso, compreende-se a mobilidade para além do movimento, já que o transcende na medida em que incorpora ações que, a princípio, poderiam parecer antagônicas, como, por exemplo, parar, esperar, hesitar. A associação entre mobilidade e imobilidade se evidencia se colocarmos nossa atenção na infraestrutura edificada em terminais rodoviários, aeroportos e portos, sem os quais a mobilidade humana e de mercadorias não teria lugar, pelo menos não da forma como a conhecemos (Sheller; Urry, 2006; Sheller, 2018). Por isso, além de presupor a imobilidade, a mobilidade se concretiza através dela.

Ademais, a mobilidade está cruzada pelos diferentes e desiguais posicionamentos sociais existentes nas sociedades complexas, isto é, as relações entre o movimento e o sedentarismo estão permeadas de significados, de implicações sociais e de relações de poder. Para Creswell, mobilidade “é praticada, é experimentada, é corporificada” (2006:03, tradução própria)<sup>8</sup>, ao mesmo tempo que produz tempo e espaço social. Já Glick-Schiller e Salazar (2013) e Scheller (2018) defendem a ideia de que as mobilidades conformam regimes de governo que

8 No original: “Mobility is practiced, it is experienced, it is embodied”.

atuam desigualmente definindo quem ou o quê pode se mover, sua forma de movimento, suas circunstâncias e condicionalidades. Desta maneira, no universo das migrações internacionais, os regimes de mobilidade são construídos e consumados por meio de discursos, práticas e atores (Geiger; Pécoud, 2010) e resultam, por um lado, em processos securitistas para migrantes sem documentos (vide centros de detenção migratória, muros, alambrados, torres de vigilância, militarização das fronteiras) que se convertem em pessoas irregularizadas e ilegalizadas e, por outro lado, na abertura de mercados de trabalho para migrantes qualificados.

Seja na forma infraestrutural que dá vazão às mobilidades, seja por meio da tecnologia posta em ação para conter as mobilidades migratórias de sujeitos indesejados pelos Estados, fica claro como a materialidade participa da regulação da mobilidade e do trânsito humano. Esta é uma forma de compreender o vínculo com o entorno material. Outra delas, justamente a que interessa para a presente análise, é levar em consideração a materialidade que reveste a experiência migratória, mais precisamente a relação entre objetos e sujeitos em contextos de mobilidade migratória. Portanto, a seguir, será examinada a relação existente entre máquinas de costura e uma família de migrantes bolivianos na indústria de confecção da cidade de São Paulo. Além de descrever o contexto local, o interesse é indagar sobre o nível de agência do objeto máquina de costura na medida em que participa da experiência migratória dos membros da família Escobar Huarachi.

## Da organização do trabalho, das mobilidades e da multissensorialidade

Meu envolvimento com o universo da migração boliviana em São Paulo e, conseqüentemente, com as oficinas de costura com migrantes, iniciou em 2013. Dois anos depois, tive a oportunidade de conhecer o casal formado por Roberto Escobar e Marta Huarachi e realizar uma imersão etnográfica em condição de assistente de costura em sua oficina (Miranda, 2019b), uma convivência que se estende até os dias de hoje. Atualmente, Roberto tem 34 anos. Começou sua atividade migratória entre El Alto, sua cidade natal, e São Paulo, em 2005. Juntamente com sua esposa (37) e com seus quatro filhos, levaram seis anos antes de poder constituir sua própria oficina em 2011, precisamente no Bom Retiro, tradicional e centenário bairro de migrantes da capital. A partir de então, sua oficina passou a operar como uma facção, que é como se conhece, na indústria de confecção, a unidade produtiva que recebe o tecido cortado do fornecedor para então armar as peças de roupa.

Baseado na proposta de Knowles (2014), para quem as trilhas e os caminhos percorridos pelos objetos através das vias não-hegemônicas da globalização revelam aspectos das “texturas sociais” do cotidiano obscurecidos por abordagens economicistas – e apesar de que o percurso da máquina de costura se dá no interior de um corredor não propriamente de alcance global, mas secundário inclusive em comparação com outros da América do Sul –, considero relevante dar parte do cotidiano do bairro do Bom Retiro, da sua espacialidade e dos sentidos da sua ocupação. É, por assim dizer, a primeira “cena” pela qual as máquinas de costura transitam.

Não se conta a história da formação urbana da cidade de São Paulo sem mencionar o Bom Retiro e sem aludir aos grupos de migrantes internacionais que o habitam e habitaram no passado (Feldman, 2013). Ocupando os cortiços do bairro, judeus russos e polacos, turcos, sírios e, posteriormente, italianos forjaram um dos três emblemáticos bairros operários da cidade, juntamente com o Brás e a Luz. A mesma forma de ocupação e de uso espacial são legados que permanecem. Suas edificações continuam dando lugar a moradias que são, ao mesmo tempo, estabelecimentos comerciais ou pequenas fábricas. Numa cidade onde no horizonte predominam torres residenciais e corporativas, o mercado imobiliário ainda não conseguiu (ou não se interessou) em verticalizar o “Bonra”, como é carinhosamente chamado. O estudo de Feldman (2013) faz referência ao tecido comunitário judeu ao redor da confecção de roupas e conclui que a identidade do bairro tem como base uma economia étnica. Se a estruturação da incipiente indústria da confecção foi uma marca judia, a organização do processo de trabalho e o desenvolvimento do comércio atacadista tem o selo coreano. Das tarefas intensivas em trabalho que requerem as oficinas de costura, na década de 1970, à aquisição de lojas comerciais e sua conversão em butiques, as famílias de ascendência coreana hegemonizaram a comercialização de roupas e acessórios com conceito de moda no bairro (Choi, 1996; Kontic, 2007; Freitas, 2009).

Essa rápida revisão de um período de mais de cem anos serve de antessala para entender a inserção laboral de migrantes bolivianos/as a partir da década de 1990 nas oficinas de costura no bairro. Esse grupo nacional ocupa o elo mais frágil da extensa cadeia de subcontratação de confecções, juntamente com grupos e famílias provenientes do Peru e do Paraguai (Silva; Côrtes, 2014). Isso nos leva à outra cena do cotidiano, menos visível aos olhos de quem transita pelo Bom Retiro: a da oficina de costura. O processo de montagem dos pedaços soltos de tecido e sua conversão em uma camisa, saia ou vestido, acarreta jornadas de trabalho tanto extensas em duração quanto intensas em produtividade.

A média de uma jornada nas oficinas de costura com migrantes é de 15 horas diárias, nas quais as mãos e os braços se movimentam quase ininterruptamente a grandes velocidades, uma vez que se paga por peça de roupa confeccionada.

De forma que, durante 15 horas ou mais por dia, 90 horas ou mais por semana, a máquina de costura – reta, overloque, interloque ou galoneira –, é o maior obstáculo a ser vencido. De fato, não se escuta tanto as vozes dos costureiros e oficinistas da mesma forma como se escuta o som produzido pelas máquinas quando se pisa nos pedais, no caso das mecânicas, ou quando os comandos são executados automaticamente, no caso das elétricas. No prédio em que funcionava a oficina de Roberto e Marta, todos os 12 apartamentos eram oficinas. Por isso, para que houvesse silêncio e todos pudessem descansar, havia uma espécie de toque de recolher convencionado entre os vizinhos às 22h, quando se desligava as máquinas. Neste universo, acredita-se que as mulheres são mais delicadas e por isso lidam com as máquinas overloque, mais complexas e cortantes, enquanto os homens operam as máquinas retas. Assim, divididos sexualmente segundo o tipo de máquina, cada costureiro ou costureira estabelece com a máquina uma relação íntima, já que, do seu desempenho e do bom funcionamento dela, dependem uma série de fatores essenciais para o projeto migratório.

Em primeiro lugar, o esquema de contratação e emprego de migrantes nas oficinas de costura da ZMSP muitas vezes envolve pessoas sem qualificação prévia. Por isso, principalmente para os recém-chegados dos Andes, a máquina é o meio de aprendizagem de um ofício. E, da velocidade com que se aprende esse ofício, depende o começo do envio de remessas econômicas ao lugar de origem, ou aos membros familiares que ficaram na Bolívia. Se existir uma dívida com o empregador, geralmente relativa aos gastos com o transporte, alojamento e alimentação no trajeto da Bolívia ao Brasil, aprender a confeccionar se torna ainda mais urgente. Roberto, por exemplo, foi forçado a trabalhar durante nove meses recebendo cerca de U\$15 para pagar sua dívida antes de começar efetivamente a ser pago por peça confeccionada. Uma vez que se obtém as habilidades técnicas de operação de máquinas diferentes, ao ponto de saber como montar uma peça de roupa inteira, com os detalhes da gola, mangas, barras, forros e colocações de botões, pode-se começar a pensar em armar uma oficina ou uma facção própria. Não são poucos os casos nos quais o matrimônio é a justificativa para esse passo. E ter uma oficina própria implica adquirir ou alugar máquinas de costura. Elas são, de certa forma, o símbolo que consagra a união matrimonial e lhe dá perspectivas de futuro. A inauguração de uma oficina representa, ademais, ascensão laboral neste universo, pois permite o contato direto com o fornecedor, seja ele um intermediário ou um “empresário coreano” da moda.

Da mesma forma que, a partir da máquina de costura, vislumbram-se as formas de organização do trabalho migrante, ela participa também da estruturação das mobilidades dos costureiros e costureiras bolivianas. A partir da contribuição de Côrtes (2013), hoje podemos visualizar as oficinas de costura como dispositivos que permitem a circulação de migrantes entre as localidades de origem na Bolívia e a ZMSP. E, apoiados no paradigma das mobilidades (Creswell, 2006; Urry; Sheller, 2006), pode-se afirmar que a circulação de uns migrantes se sustenta, antagonicamente, na fixação de outros. O agente decisivo nesta equação é precisamente a máquina de costura, já que adquirir uma ou mais máquinas compromete as mobilidades migratórias na medida em que as responsabilidades na entrega de pedidos limitam as viagens aos lugares de origem. Antes de instalar oficina própria no Bom Retiro, Roberto havia circulado entre São Paulo e El Alto uma vez por ano, entre 2007 e 2010, na condição de costureiro. Com o estabelecimento da oficina em 2011, ele, Marta e os filhos só retornariam à Bolívia em 2016, cinco anos depois.

A relação entre objetos e sujeitos talvez seja mais evidente nas sensações e afetividades que a máquina de costura invoca. A princípio, nota-se que a interação entre costureiros e máquinas é tamanha que a simbiose resultante é quase orgânica, como se a máquina fosse a própria extensão corporal do migrante costureiro. Em palavras de Miller (1998:19), os objetos são a corporificação (*embodiment*) de nós mesmos. No entanto, durante o trabalho etnográfico na oficina de Roberto e Marta e os anos de convivência posterior, observa-se que certas expressões transmitem a ideia de uma relação entre independentes, na qual a máquina de costura é aludida como um ser animado, ou quase-animado, que demanda apreço e delicadeza no trato. Por isso, segundo os costureiros migrantes, “é preciso tratá-la bem” ou “é preciso ter paciência com ela” (Diário de Campo, 2015, n.p.). Do contrário, a máquina pode reagir negativamente, conforme relata Roberto: “ela não funciona, o fio escapa e ela trava” (Diário de Campo, 2015, n.p.), impedindo o bom desempenho das atividades de costura, que se traduz em atrasos na entrega de pedidos ou, no pior dos casos, ser obrigado a deixá-la numa loja de consertos do mesmo bairro para que seja reparada, o que pode levar dias ou semanas. Os gastos despendidos do conserto correm por conta do oficinairo, já que a empresa ou o intermediário que subcontrata a oficina não mantém nenhum tipo de vínculo trabalhista formal.

Outra aprendizagem revelada por Roberto ao longo de uma década trabalhando no ramo das confecções à frente de uma máquina de costura é que “não dá para ficar se queixando com a máquina” porque senão “a máquina te mostra a dor nos rins” (Diário de Campo, 2015, n.p.). Roberto se refere à dor na região

lombar inferior fruto de jornadas de trabalho que, no seu caso, chegavam a 17 horas por dia, das 7h da manhã à meia-noite, com um intervalo de uma hora para o almoço e 15 minutos para o café da tarde. Marta, por sua vez, mantinha uma relação de maior cumplicidade com a máquina que operava. Quando perguntada sobre as sensações e circunstâncias que a máquina que levou de volta a El Alto lhe recordava, ela sem hesitar me expressa: “A máquina reta era a minha melhor amiga. Havia muitos momentos de discussão e a máquina era a única com quem eu podia me queixar, reclamar da vida ou inclusive chorar por causa da impotência frente tantas coisas que passei por lá” (Diário de Campo, 2017, n.p.).

As sensações emanadas da relação entre o objeto máquina de costura e o sujeito costureiro transitam do cuidado, passando pelas dores que são atribuídas à máquina, e incluem até mesmo determinadas cumplicidades relativas à exploração do trabalho do migrante da costura em geral, e das mulheres costureiras em particular, já que se encarregam das refeições de todos os membros da oficina, da limpeza do local de trabalho e das costuras mais delicadas e complexas, isto é, estão submetidas ao mesmo esquema de fragmentação do pagamento por peça e, além disso, às relações abusivas com seus respectivos maridos, tios, padrinhos e/ou patrões. De qualquer forma, na falta de clareza sobre seus direitos migrantes, sobre as responsabilidades de cada elo da cadeia de subcontratação ou na ausência de um canal de reivindicação trabalhista, as máquinas são as principais interlocutoras no desabafo das penúrias do cotidiano do migrante costureiro. Para Alonso Rey (2016), quem examina as afetividades envolvidas na escolha de certos objetos para acompanhar migrantes em sua primeira viagem, “os objetos não são reflexo, mas parte ativa que também ajuda a criar a experiência migratória (:44, tradução própria).<sup>9</sup>

Objeto fundamental do “sonho brasileiro” (Silva, 2006), a máquina de costura, no entanto, não é um agente presente somente nas extensas jornadas de trabalho. A relação com ela é ativada em pelo menos dois eventos que pude presenciar e que marcam a ritualidade boliviana na cidade de São Paulo, extensiva à toda zona metropolitana. Trata-se da *Fiesta de Alasitas* e das festividades carnavalescas.

Celebrado no dia 24 de janeiro em várias localidades da ZMSP simultaneamente, Alasitas é um evento frequentado por migrantes bolivianos solteiros, casais que debutam como oficinistas e famílias já estabelecidas no ramo das

9 No original: “los objetos no son el reflejo, sino parte activa que ayuda también a crear la experiencia migratoria”.

confeções, durante o qual se comercializam objetos em miniatura, como casas, materiais de construção, alimentos e material de higiene, inclusive cédulas de dinheiro falsas, que são benzidos pelos *yatiris*, pessoas encarregadas de rezar uma prece em tributo à *Pachamama*<sup>10</sup>, para que não falte comida nem moradia ao longo do ano. Muitos desses objetos em miniatura são pendurados nas vestimentas do *Ekeko*, a divindade aimará relacionada à abundância. No evento celebrado em 2015, no Parque Dom Pedro II, que contou com a presença do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, um personagem fantasiado de *Ekeko* pousou ao seu lado no palco principal (Diário de Campo, 2015, n.p.). Entre os objetos pendurados no seu corpo, encontrava-se uma máquina de costura feita de papelão, algo que originariamente não está associado à fartura e que não aparece na festa de *Alasitas* celebrada na Bolívia.

Além do objeto máquina de costura, a festa de *Alasitas* no Brasil também reproduz uma miniatura do automóvel *Doblô* da marca Fiat. Este é o automóvel frequentemente associado com os *oficinistas* (donos de oficinas de costura), com o qual carregam as peças de roupa entre a oficina e os locais de venda do Bom Retiro ou do Brás. Possuir e transitar com uma *Doblô* é motivo de prestígio entre os bolivianos, já que representa o êxito do projeto migratório em São Paulo. São indícios importantes que denotam a materialidade da migração boliviana em São Paulo para além da oficina e da máquina de costura, mas que não deixam de projetar imaginários estreitamente vinculados com a experiência migratória.

Na terça de carnaval do mesmo ano (2015), fui convidado por outra família de migrantes bolivianos do ramo das confeções a celebrar o ritual da *ch'alla*. Trata-se da família *Chambi Jucumani*, capitaneados por Juan e Catarina, um casal *oficinista* da Vila Maria. O casal era a cabeça de um total de quatro oficinas que congregavam mais de 20 costureiros e costureiras e que juntas confeccionam peças de roupa para serem comercializadas na Feirinha da Madrugada do Brás. *Ch'allar* é a ação de benzer a *Pachamama*, oferecendo o primeiro gole da bebida que se toma à terra. Durante o carnaval, além de se *ch'allar* a terra como de costume, também se *ch'alla* as máquinas de costura. Neste caso, juntamente com todos os empregados de Juan e Catarina, percorremos as quatro oficinas da parte alta e baixa da Vila Maria, zona norte de São Paulo, para benzer com cerveja todas as máquinas de costura para que não faltassem pedidos de roupa durante o ano.

10 Termo que faz referência à Mãe-Terra nos Andes.

Observa-se como as práticas cotidianas e as de caráter ritual incluem a interação com o mundo material. Primeiramente, a máquina de costura, que é o centro das relações de cada costureiro e sobre a qual, além das sensações anteriormente descritas de resignação e cumplicidade, pesa a esperança de um ano produtivo, com muito trabalho e bem-estar individual e familiar. Eventualmente, outras materialidades são incorporadas, como o Fiat Doblô, mas sempre em consonância com o universo das oficinas de costura do migrante boliviano.

Em seguida, descreverei e examinarei a mobilidade migratória de retorno à Bolívia da família Escobar Huarachi e as alterações em termos de uso e significado da máquina de costura na localidade de origem.

### De volta aos Andes, a máquina continua cobrando fatura

No começo de 2016, em nova visita à oficina do Bom Retiro, surgiram más notícias. As marcas de roupa para as quais Roberto e Marta confeccionavam haviam optado por importar peças diretamente da China em lugar de subcontratar o serviço de costura no mesmo bairro. Em fevereiro desse ano, o casal decidiu então se mudar para Goiânia, onde receberiam um melhor pagamento por peça confeccionada, além de escapar da ferrenha competição com outras oficinas instaladas no centro de São Paulo. Deixaram então seus móveis e suas máquinas de costura devidamente preparadas no apartamento que alugavam e se dirigiram com os quatro filhos a El Alto para visitar seus familiares, já que a partida ao centro-oeste implicaria outra longa estância no Brasil. Ao longo dos dois meses na cidade natal, Marta se deu conta do mal estado de saúde de sua mãe. “Tinha líquido nos pulmões”, revelou-me (Diário de Campo, 2017). Segundo ela, aliado ao cansaço da dinâmica da costura e da renda insuficiente para pagar o aluguel, esse foi outro importante motivo para que o casal decidisse, de maneira imprevista, ficar de vez na Bolívia.

Antes, no entanto, para poder pagar a mudança e chegar ao altiplano boliviano com um pé-de-meia, retornaram a São Paulo com a filha menor e trabalharam como costureiros durante três meses na oficina de Rogelio e Luisa, tia de Roberto, localizada no Brás. A partir de então e durante os próximos meses, carregariam consigo as máquinas de costura, fazendo uma espécie de escala no Brás. Durante o curto período como costureiros empregados, Marta confessou que teve a sensação de retrocesso, já que anteriormente, em sua própria oficina eram os empregadores; nessa nova situação, Rogelio, seu novo patrão, controlava os horários dela e do marido (Diário de Campo, 2017).

A preparação do retorno à Bolívia implicou em sobretudo acomodar bem as três máquinas que decidiram levar: uma galoneira, uma overloque e uma reta. As outras duas foram vendidas à irmã de Rogelio, também oficinista do Brás. De acordo com Marta, cada uma das quatro companhias de ônibus nas quais viajaram entre o Brasil e a Bolívia cobrou entre R\$50 e R\$100 para levar cada uma das máquinas. No final, segundo seus cálculos, gastaram cerca de um quinto do valor de cada uma somente no transporte (Diário de Campo, 2017). Roberto e Marta regressaram pela fronteira Corumbá-Puerto Suárez e, ao serem identificados com bens a declarar, ainda foram tarifados pelos agentes alfandegários.

O corredor migratório Bolívia-Brasil e as duas principais rotas que articula, via Corumbá e via Chaco, embora constitua um espaço de trânsito expressivo das mobilidades entre os Andes e o Cone Sul, e seja utilizado ademais por migrantes do Peru e do Paraguai para chegar à ZMSP, atrai pouco investimento econômico, pouca atenção dos meios de comunicação e, com raras e contadas exceções, da própria academia (Carmo; Fusco; Souchaud, 2007). Além disso, os obstáculos colocados pela geografia e pelo clima desse espaço trinacional (Bolívia-Brasil-Paraguai) colaboram para o seu afastamento dos grandes centros urbanos sul-americanos. Talvez seja lembrado mais como um espaço clandestino por onde circulam drogas ilícitas, contrabandistas de mercadorias e traficantes de mulheres e migrantes. Não obstante, essas são as vias por onde ingressa licitamente o gás natural proveniente da Bolívia que é consumido pelas indústrias do sul e do sudeste brasileiros, assim como os próprios costureiros e costureiras que sustentam, à base de muito suor, os circuitos produtivos da maior indústria de confecção do Brasil, responsável por fornecer vestidos, saias, camisetas e acessórios aos mercados populares do centro de São Paulo e de boa parte do interior do país.

Ao chegar ao destino, instalaram-se na casa dos pais de Marta, no bairro altenho Cosmos 79, onde também vivem sua irmã Giovana, seu cunhado Gabriel e seus três filhos. Generosamente, os pais de Marta lhes cederam três cômodos, onde montaram a cozinha, um quarto com beliches para ela, Roberto e os quatro filhos e uma sala que foi convertida em uma nova oficina de costura, numa comprovação de que quando as máquinas se movimentam, a oficina vai junto. A própria presença das máquinas de costura em El Alto, isto é, a inclusão das máquinas na bagagem, informa sobre as mobilidades da família Escobar Huarachi desse momento em diante. Se, anteriormente, o casal havia realizado mobilidades sempre circulares entre um polo e outro do corredor migratório, o fato de levar as máquinas aos Andes, significa o fim ou pelo menos a suspensão

prolongada da circularidade migratória (Miranda, 2019c). De fato, de 2016 aos dias atuais, nenhum dos dois reemigrou à São Paulo.

Desta forma, três mil quilômetros distantes de onde estavam, as três máquinas de costura passaram a habitar e estar envolvidas numa nova cena, composta de outras texturas (Knowles, 2014). A cidade de El Alto faz parte da zona metropolitana de La Paz, a maior área conturbada da Bolívia (INE, 2012). Habitada por uma grande maioria de população aimará e quéchua, contrasta racialmente com La Paz, a capital branca-mestiça. Geralmente ocultada pela segunda, é uma cidade fruto dos ajustes neoliberais da década de 1980 no país andino, quando numerosas famílias decidiram recomeçar suas vidas, vindas das regiões onde se localizavam as principais minas do país, que passaram por um processo de privatização seguida de demissões massivas (Sandoval; Sostres, 1989). Neste sentido, é uma cidade acolhedora de migrantes internos e que logo serve como trampolim para as migrações internacionais aos países vizinhos: Argentina, Brasil e Chile (Hinojosa Gordonava, 2009). Vários estudos indicam El Alto como o principal polo de origem dos migrantes bolivianos que se instalam na ZMSP (Arroyo Jiménez, 2009; Xavier, 2010; Souchaud, 2019), de forma que se pode argumentar que a intensificação das mobilidades no corredor migratório Bolívia-Brasil, a partir da década de 1990, é um dos efeitos dos ajustes estruturais do neoliberalismo nos Andes.

Estrategicamente localizada, a cidade de El Alto é considerada um importante polo de distribuição de mercadorias. A pesquisa desenvolvida por Tassi, Medeiros, Rodríguez-Carmona e Ferrufino (2013) sobre a atividade dos comerciantes populares na Bolívia, revela que El Alto “é um centro para a grande distribuição de produtos importados – eletrônicos, materiais de construção, roupa, comestíveis – ao resto do país e do continente” (:93, tradução própria).<sup>11</sup> De fato, é uma escala obrigatória dos produtos que embarcam nos portos do sudeste da China e chegam 40 dias depois aos portos de Arica e de Iquique, no norte do Chile, para daí abastecerem os mercados populares no interior da própria Bolívia e em várias das suas fronteiras com Argentina, Brasil, Paraguai e Peru. Um dos mercados dotados com mercadorias chinesas que passam por El Alto é o de Ciudad del Este, no Paraguai, que por sua vez nutre camelódromos e mercados populares da ZMSP através dos chamados sacoleiros (Tassi; Medeiros; Rodríguez-Carmona; Ferrufino, 2013:97), convertendo-se, desta maneira, em

11 No original: “es un centro para la gran redistribución de productos importados – electrónica, materiales de construcción, ropa, abarrotes – al resto del país y del continente”.

um polo da globalização de baixo ou não-hegemônica (Knowles, 2014; Albavega; Ribeiro; Mathews, 2015).

Incorporar-se ao comércio informal por meio da venda de roupas de bebê e de alimentos preparados no centro de El Alto, conhecido como La Ceja, foi de fato uma das atividades iniciadas por Marta para complementar a renda familiar, juntamente com o trabalho de confecção, que já não gerava os mesmos dividendos que em São Paulo. Quando nos voltamos a reencontrar em El Alto no inverno de 2017, Roberto e Marta se encontravam confeccionando. Ela se encontrava precisamente na frente da máquina reta, sua “melhor amiga” em São Paulo, enquanto confeccionava coletes para o frio. Longe da pressão exercida pelos empresários da moda do Bom Retiro, em jornadas que não permitiam intervalos de descanso e se sentindo em casa, sem a preocupação de contar os reais para pagar o próximo aluguel, Marta transmitia brandura em seu semblante. Entre tão poucas opções numa economia movida por comerciantes populares e informais, a costura é um ofício aprendido e garantido, que lhe dá certa segurança, ainda mais quando seus clientes não requerem a mesma qualidade de costura que lhe era exigida pela indústria de confecção de São Paulo.

Roberto manifestava a mesma sensação de alívio. Revelou-me que não pretende regressar a São Paulo dada a “tranquilidade de viver na Bolívia” (Diário de Campo, 2017). Refere-se ao ritmo menos intenso de trabalho, que lhe dá a possibilidade de interromper a jornada quando lhe convém, conviver com os filhos ou visitar sua mãe e irmãs, que vivem em bairros vizinhos. Sentia-se com mais liberdade de movimento, com mais tempo livre, que usava entre outras coisas para cuidar da sua saúde. Depois de pouco mais de uma década confeccionando 15 horas por dia em média, seis dias por semana, além do estresse de conduzir uma oficina, ao chegar em El Alto, seu corpo adoeceu. Desde que chegou à Bolívia, foi operado três vezes, resultado de uma apendicite e um cálculo biliar. Segundo ele, seu estado de saúde se debilitou porque “reclamava muito com a máquina de costura, por causa dos prazos de entrega de pedidos aos coreanos” (Diário de Campo, 2017). Sem uma poupança suficiente, mesmo depois de mais de uma década em São Paulo, a família Escobar Huarachi teve que recorrer às casas de créditos que pululam em El Alto para financiar o custo das intervenções cirúrgicas.

Novamente, constata-se como a máquina se converte na primeira depositária das adversidades vividas em São Paulo. Não é a pressão imposta pelos fornecedores os causadores dos padecimentos de Roberto, nem o pagamento fracionado por peça, mas sua suposta incapacidade de administrar os tempos de entrega e as queixas resultantes disso com seu principal interlocutor: a

máquina de costura. Na ausência ou no desconhecimento de outros canais, é na relação com a máquina quando se descarregam os problemas estruturais de um esquema de subcontratação que se apoia no trabalho não-livre (Brass; Van Der Linden; 1997). Na ocasião do nosso último encontro, as três máquinas de costura ainda conservavam um lugar especial, já que a sala que ocupavam era maior em tamanho que o próprio quarto que abrigava os seis membros da família Escobar Huarachi. No entanto, sem o mesmo volume de uso que tinham no Bom Retiro, converteram-se em objetos que em grande medida disparavam as memórias de suas experiências como costureiros migrantes em São Paulo.

## A modo de conclusão

Neste texto, lançando mão de dois giros epistemológicos nas Ciências Sociais do final do século passado, o da materialidade e o da mobilidade, assim como da convivência etnográfica com duas famílias bolivianas, examinaram-se os sentidos das interações existentes entre os migrantes costureiros e a materialidade que os rodeia em sua experiência migratória, centrando-se nas máquinas de costura. Desviou-se de um objeto cultural que caracteriza os estudos da cultura material desde a década de 1980 para a análise das relações com um objeto que é ao mesmo tempo uma máquina e um meio de produção. Descreveram-se também as localidades de instalação das máquinas nos polos do corredor migratório Brasil-Bolívia enquanto cenas da integração de um nicho laboral, cujos circuitos produtivos atendem ao mercado interno brasileiro, mas requerem a força de trabalho de migrantes sul-americanos, especialmente provenientes dos Andes bolivianos. As máquinas de Roberto e Marta, ex-oficinistas e principais sujeitos etnográficos deste estudo, enquanto transitam longe dos eixos industriais mais conhecidos, revelam as rotas silenciosas da América do Sul e do sistema migratório regional, por onde circulam centenas de milhares de trabalhadores precarizados entre os Andes e o Cone Sul, os filhos do neoliberalismo boliviano. Dentro de um contexto de mobilidade, as máquinas enlaçam espaços dissimiles.

Embora não se refira à matéria de ordem cultural, a máquina de costura, vista como um objeto, participa da forma de organização do trabalho de confecção e orienta os motivos, os sentidos e as temporalidades das mobilidades migratórias, na medida em que ter uma máquina implica fixação em São Paulo, dados os compromissos adquiridos com fornecedores e com os agentes da cadeia de subcontratação, ainda mais quando os sujeitos migrantes não podem se dar ao luxo de ter máquinas ociosas. Possuir uma máquina de costura somente

permite mobilidade quando se decide carregá-las na bagagem, entre roupas e pertences individuais. Neste caso, carregá-las é também levar consigo um ofício de volta ao lugar de origem. Além do mais, essa portabilidade permite que o ofício possa ser reativado nos distintos assentamentos durante a circularidade migratória.

Conforme examinado, os objetos ainda se fazem presentes de maneira multissensorial. Por este ângulo de análise, evidenciou-se como a máquina, ou as máquinas, no plural, engendram: resignação frente às longas jornadas de trabalho; cumplicidade diante da impotência do costureiro migrante sem espaços de reivindicação política; esperança de bem-estar familiar, seja por meio do início do envio de remessas econômicas ao lugar de origem, seja como quando é mediadora com as divindades e as forças da natureza andinas; e memórias de uma trajetória migratória marcada pela falta de liberdade de movimento.

Por isso, pode-se asseverar que o mundo social das oficinas de costura com migrantes se constitui da relação com a materialidade expressa sobretudo nas máquinas. Em outros termos, a própria constituição da subjetividade do migrante da costura leva no seu bojo um processo de objetificação que, como outros, encerra um ente não-humano, mas permanentemente ativo durante a experiência migratória. Assim, de certa maneira, a objetificação também é um processo de antropomorfização no qual se atribui personalidade humana aos objetos do entorno, haja vista as percepções dos costureiros migrantes e a agência que é outorgada às máquinas de costura. Afinal, ela pode, por exemplo, castigar quando não recebe a paciência devida, por meio do atraso nas entregas dos pedidos ou até mesmo transmitindo dores corporais. Desta forma, a máquina não contém somente o motor mecânico que move a alavanca e a agulha ponto-a-ponto, mas o motor de uma série de elementos estruturais e sensoriais da experiência migratória.

## Referências

- ALBA VEGA, Carlos; RIBEIRO, Gustavo Lins; MATHEWS, Gordon (Coord.). *La globalización desde abajo. La otra economía mundial*. México, FCE, El Colegio de México, 2015.
- ALONSO REY, Natalia. De objetos y migraciones: “hacer las maletas”. *Ankulegi*. Online, n. 20, 2016, pp. 31-46.
- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política do valor. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1986], pp. 15-88.

- ARROYO JIMÉNEZ, Marcelo (Coord.). *La migración internacional: una opción frente a la pobreza. Impacto socioeconómico de las remesas en el área metropolitana de La Paz*. La Paz, Gobierno Municipal de La Paz; Defensor del Pueblo; Pastoral de la Movilidad Humana; Fundación PIEB, 2009.
- BABY-COLLIN, Virginie; CORTES, Geneviève; SASSONE, Susana. Mujer, movilidad y territorialización. Análisis cruzado de las migraciones internacionales en México y Bolivia. In: *Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos. Actes & Mémoires*, n. 17. Cochabamba, IFEA; Fundación PIEB; IRD, 2008, p. 135-166.
- BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas, NEPO; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.
- BENENCIA, Roberto. El infierno del trabajo esclavo. La contracara de las “exitosas” economías étnicas. *Avá. Online*, n. 15, 2009, pp. 43-72.
- BRASS, Tom; VAN DER LINDEN, Marcel. *Free and Unfree Labour: The Debate Continues*. Nova Iorque, Lang, 1997.
- CARMO, Roberto Luiz do; FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. *Teoria & Pesquisa. Online*, v. XVI, n. 1, jan.-jun. 2007, pp. 39-60.
- CHOI, Keum Joa. Imigração coreana na cidade de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Online*, n. 40, 1996, pp. 233-238.
- CÔRTEZ, Tiago Rangel. Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, USP, 2013.
- CRESSWELL, Tim. *On the Move. Mobility in the Modern Western World*. Londres, Routledge, 2006.
- CRESSWELL, Tim. Mobilities II: Still. *Prog Hum Geogr. Online*, v. 36, n. 5, 2012, pp. 645-653. DOI: 10.1177/0309132511423349.
- DIÁRIO DE CAMPO, São Paulo, Brasil, jan.–maio 2015.
- DIÁRIO DE CAMPO, El Alto, Bolívia, jun.–jul. 2017.
- EVERUSS, Louis. The new mobilities paradigm and social theory. In: ELLIOTT, Anthony. (Ed). *Routledge Handbook of Social and Cultural Theory 2*. Nova Iorque, Routledge, 2021, pp. 287-305.
- FELDMAN, Sarah. Bom Retiro: bairro múltiplo, identidade étnica mutante. *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Recife, v. 1, 2013, pp. 01-20.
- FREITAS, Patrícia Tavares de. Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2009.

- FREITAS, Patrícia Tavares de. Projeto costura. Percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2014.
- GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. *The Politics of International Migration Management*. In: *The Politics of International Migration Management*. Londres, Palgrave MacMillan, 2010, pp. 01-20.
- HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso. *Migración transnacional y sus efectos en Bolivia*. La Paz, Fundación PIEB, 2009.
- HOSKINS, Janet. Agency, Biography and Objects. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KUECHLER, Susan; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). *Handbook of material culture*. Londres, Sage Publications, 2006, pp. 74-83.
- INE (Instituto Nacional de Estadísticas). *Censo Nacional de Población y Vivienda*. La Paz, 2012.
- KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenos da globalização. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2014, pp. 289-310.
- KONTIC, Branislav. Inovação e redes sociais: A indústria da moda em São Paulo. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2007.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niteroi, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008[1986], pp. 89-121.
- LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. Perspectivas internacionales sobre migración: conceptualizar la simultaneidad. *Migración y Desarrollo*. Online, n. 3, 2004, pp. 60-91.
- MCGRATH, Siobhán. Many chains to break: the multi-dimensional concept of slave labour in Brazil. *Antipode*. Online, v. 45, n. 4, 2013, pp. 1005-1028.
- MILLER, Daniel. Introduction. In: *Material culture and mass consumption*. Oxford, Basil Blackwell, 1987, pp. 03-18.
- MILLER, Daniel. Why some things matter. In: MILLER, Daniel (Ed.). *Material culture. Why some things matter*. Londres, University College London Press, 1998, pp. 03-21.
- MIRANDA, Bruno. Uno ya sabe a lo que viene: la movilidad laboral de migrantes andino-bolivianos entre talleres de costura de São Paulo explicada a la luz de la producción del consentimiento. *REMHU-Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana*. Online, v. 25, n. 49, 2017, pp. 197-213.
- MIRANDA, Bruno. La migración de retorno vista a través de la circularidad. Desplazamientos entre Bolivia y Brasil. *Andamios*. Online, v. 16, n. 41, 2019a, pp. 257-282.

- MIRANDA, Bruno. Etnografía de piso revisitada: La mimetización laboral en un taller de costura con migrantes en São Paulo. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo. Online*, v. 3, n. 6, 2019b. Disponível em: <<http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/view/535/444>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- MIRANDA, Bruno. De vuelta a la “hoyada”. Experiencias de trabajo y retorno de migrantes bolivianos en la industria de la moda en São Paulo, Brasil. In: RIVERA SÁNCHEZ, Liliana (Ed.). *¿Volver a casa? Migrantes de retorno en América Latina. Debates, tendencias y experiencias divergentes*. México, El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2019c., pp. 511-542.
- MONTEIRO, Cristiano Sobroza. O que cabe na mala? Deslocamentos e circulação de objetos da diáspora senegalesa em “terra de italianos”. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais. Online*, v. 8, n. 1, 2018, pp. 203-232.
- MYERS, Fred R. Introduction: The Empire of Things. In: MYERS, Fred R. (Ed.). *The Empire of Things. Regimes of Value and Material Culture*. Santa Fe, School of American Research Press, 2001, pp. 01-61.
- RUSEISHVILI, Svetlana. Carimbos, letras e rostos: uma etnografia da mala de refúgio. *IV Jornadas sobre Objetos y Cultura Material*, Biblioteca del Museo Histórico Nacional de Chile, Santiago, 2018.
- SALAZAR, Noel; GLICK-SCHILLER, Nina. Regimes of mobility across the globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies. Online*, v. 39, n. 2, 2013, pp. 183-200.
- SANDOVAL, Godofredo; SOSTRES, María Fernanda. *La ciudad prometida. Pobladores y organizaciones sociales de El Alto*. La Paz, ILDIS, 1989.
- SHELLER, Mimi. *Mobility Justice. The Politics of Movement in an Age of Extremes*. Londres, Verso Books, 2018.
- SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A: Economy and Space. Online*, v. 38, 2006, pp. 207-226.
- SILVA, Carlos Freire da. Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, Carlos Freire da; CÔRTEZ, Tiago Rangel. Dossiê Paraguiaios. *Revista Travessia. Online*, n. 74, 2014.
- SILVA, Cristina Silvana da. Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Tese de doutorado, Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- SILVA, Sidney da. Uma face desconhecida da metrópole: os bolivianos em São Paulo. *Travessia. Online*, ano VIII, n. 23, set-dez. 1995, pp. 14-19.

- SILVA, Sidney da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade, *Revista de Estudos Avançados da USP – Dossiê Migrações. Online*, v. 20, n. 57, São Paulo, maio-ago. 2006, pp. 157-170.
- SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas, NEPO; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012, pp. 75-92.
- SOUCHAUD, Sylvain. *Géographie de l'atelier. Confection, migration, urbanisation à São Paulo*. Paris, IHEAL; IRD, 2019.
- TASSI, Nico; MEDEIROS, Carmen; RODRÍGUEZ-CARMONA Antonio; FERRUFINO, Giovana. *Hacer plata sin plata. El desborde de los comerciantes populares en Bolivia*. La Paz, Fundación PIEB, 2013.
- TILLEY, Christopher. Objectification. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KUECHLER, Susan; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). *Handbook of material culture*. Londres, Sage Publications, 2006, pp. 60-73.
- XAVIER, Iara Rolnik. Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de mestrado, Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.

Recebido em: 18/02/2021

Aprovado em: 29/03/2021

### **Como citar este artigo:**

- MIRANDA, Bruno. Máquinas de costura na bagagem: a materialidade das mobilidades migratórias Bolívia-Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 125-149.



Artigos





## OS “ESTRANHOS” E “NÓS”: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS SOB AS LENTES DE ZYGMUNT BAUMAN

Elisiane Dondé Dal Molin<sup>1</sup>

Angelo Ricardo Christoffoli<sup>2</sup>

Yasmin Lenz Piccoli Castelli<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente constructo se propõe a trazer uma contribuição sobre os movimentos migratórios, com base na visão de Zygmunt Bauman. Desta forma, o objetivo geral do estudo é propor uma discussão acerca dos movimentos migratórios, tendo como mote o escopo teórico e filosófico tecido por Zygmunt Bauman, com base em aspectos relacionados por ele sobre a sociedade, a globalização e a conexão entre mobilidade e localidade. Nesse intuito, faz-se necessário tecer considerações a respeito de tais movimentos, via reflexões acadêmicas baseadas no autor e textos deixados pelo sociólogo.

**Palavras-Chave:** Movimentos Migratórios; Zygmunt Bauman; Sociedade; Globalização; Mobilidade.

1 Universidade do Vale do Itajaí (Univali) – elisianed@univali.br – <https://orcid.org/0000-0003-3853-0798>

2 Universidade do Vale do Itajaí (Univali) – a.christoffoli@univali.br – <https://orcid.org/0000-0002-7202-6547>

3 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – yasminlenzp@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-0927-7658>

## “STRANGERS” AND “US”: MIGRATORY MOVEMENTS UNDER THE LENSES OF ZYGMUNT BAUMAN

**Abstract:** *The subject of this work is migrants, and its objective is to propose a discussion on the attempts to signify migratory movements, using the theoretical and philosophical scope wrote by Bauman, supported in aspects related by him about society, globalization and the connection between mobility and location. It's also necessary to make considerations around such movements, through academic reflections based on the author and texts left by the sociologist.*

**Keywords:** *Migration Movements; Zygmunt Bauman; Society; Globalization; Mobility.*

### Introdução

O trânsito de pessoas, voluntárias ou não, constitui-se em uma realidade do mundo líquido e globalizado. Quase todos os países estão relacionados a esse movimento e diferentes são os autores e as teorias que apresentam argumentos e explicações acerca do fenômeno. Buscando contribuir com as pesquisas focadas nos movimentos migratórios atuais, o presente texto está centrado nas ideias de um autor que acompanhou tais movimentos sociais, como observador e parte deles: Zygmunt Bauman.

Bauman (1977; 1999; 2001; 2005; 2014; 2017) teve uma profícua e contínua produção acadêmica ao longo das últimas décadas, repleta de contundentes argumentos sobre as movimentações humanas, caso das adjetivações (categorias) dos “locais” e os “globais”, os “estranhos” (desconhecido) e “nós” (familiar), facetadas estruturadas pelo sociólogo e filósofo quando pensou na globalização e no ir e vir dos indivíduos: corpos entregues ao deslocamento, voluntário ou forçado. Portanto, a constante demanda de melhor compreensão dos fluxos humanos na contemporaneidade originou a presente proposta de estudo, cujas bases são as premissas ou “lentes de reflexão” fornecidas pelo referido autor.

Sobre tal indagação, independentemente das perspectivas geradas a respeito da tentativa de se definir situações como deslocado, migrante, migração, imigrante, refugiado e asilado, parte-se da noção de que as migrações são tão antigas quanto a própria humanidade. Contudo, o fenômeno assumiu proporções únicas, inscritas em um regime multipolar, dinamizado pelo mundo líquido da globalização, que tornou as fronteiras geográficas porosas, devido aos constantes fluxos comerciais ocasionados pela flexibilização do capital e do mercado. Esses aspectos tornaram as relações humanas, em certa medida,

um encontro de estranhos, entre o “familiar” e o “outro”, fenômeno singular gerador de medo e afastamento, mediante o desconhecido e a necessidade do distanciamento.

Bauman (2017) reflete sobre os “outros”, “estranhos” que batem à nossa porta, fugitivos da guerra e das asperezas de uma existência vazia, sem perspectiva, na busca de uma chance, o pequeno farol condutor das suas vidas para uma condição melhor. Uma esperança concentrada na permissão de entrada e posterior acolhida, em um território que poderá vir a ser seu novo lar.

Vale ressaltar que, muitas vezes, o processo de acolhida humanitária tende a ser complexo, envolvendo negociações entre inúmeros atores governamentais, na decisão sobre a vida desses “estranhos”; e a complexa interação entre países e instituições acaba por não suprir as necessidades de todas essas pessoas, parte do movimento migratório e que desejam melhores condições de vida.

Diante destas observações, tão profundas quanto necessárias, constrói-se a problemática deste tentame, ao se desenvolver certos questionamentos através das lentes fornecidas pelo autor: 1) Como os ensaios deixados por Zygmunt Bauman elucidam a migração e a complexidade que tais deslocamentos implicam? 2) Qual a compreensão acadêmica do tema, quando considerados textos sobre essa perspectiva produzidos a partir de Bauman? 3) Que relações podem ser pontuadas entre este fenômeno empírico, a sociedade, a globalização, a conexão mobilidade/localidade (pontos elencados por Bauman) e os movimentos migratórios atuais?

Dada a problemática exposta, o objetivo deste artigo é propor uma discussão acerca dos movimentos migratórios, tendo como mote o escopo teórico e filosófico tecido por Zygmunt Bauman, em três aspectos por ele abordados: sociedade, globalização e a conexão entre mobilidade e localidade. Na investidura de resposta, desenvolvem-se os seguintes objetivos específicos: explicitar, na perspectiva do escopo teórico e filosófico de Bauman, seus posicionamentos a respeito da sociedade, da globalização e da complexa conexão mobilidade/localidade; expor alguns postulados acadêmicos gerados a partir de Zygmunt Bauman em relação a esses deslocamentos humanos e; debater os pontos explorados por Bauman (sociedade, globalização, conexão mobilidade/localidade) e pelas notas acadêmicas analisadas, em uma reflexão crítica sobre movimentos migratórios atuais e suas tentativas de entendimento.

No cumprimento dos objetivos propostos, a pesquisa assume caráter teórico, cuja base se alicerça nos escritos deixados por Bauman (1977; 1999; 2001; 2005; 2014; 2017) e em alguns trabalhos escritos a partir do pensamento baumaniano sobre o tema pautado no artigo.

Assim, o trabalho trará, em sua primeira seção, perspectivas teóricas e filosóficas relacionadas por Zygmunt Bauman (1977; 1999; 2001; 2005; 2014; 2017), sobretudo os posicionamentos que se reportam à sociedade, globalização e à conexão existente entre a mobilidade e a localidade, inerentes à complexidade dos deslocamentos humanos. Na segunda seção, serão pautadas algumas reflexões geradas em ambiente acadêmico sobre migrações e a sociedade atual, em consonância à sua fluidez característica da “modernidade líquida”, descrita por Bauman. Finalmente, a terceira seção tentará demonstrar as ligações existentes entre sociedade, globalização, conexão mobilidade/localidade, pontos estes elencados pelo autor supracitado, inseridos nos movimentos migratórios atuais.

## 1 SOCIEDADE, GLOBALIZAÇÃO, MOBILIDADE E LOCALIDADE: A MODERNIDADE LÍQUIDA DE ZYGMUNT BAUMAN

Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo contemporâneo, proporcionou olhares únicos sobre a humanidade, as relações sociais e as leituras de mundo. Em sua última obra, intitulada *Estranhos à nossa porta* (2017), o autor fala sobre a “crise” migratória, suas implicações e a percepção social sobre o fenômeno, por meio da dicotomia entre os “estranhos” (desconhecido) e “nós” (familiar), em uma alternativa de compreender crises humanitárias, meio à “modernidade líquida”. Voltando-se para o cumprimento do primeiro objetivo específico do trabalho, este centra-se em compreender o escopo teórico tecido por Zygmunt Bauman e suas reflexões sobre a construção da “modernidade líquida”.

Mas, quem foi Zygmunt Bauman? Falecido em 2017, Bauman nasceu na Posnânia (1925), tendo escapado do holocausto dos judeus poloneses na Segunda Guerra Mundial, ao fugir com sua família para a Rússia, em 1939. Após a guerra, retornou à Polônia, filiou-se ao partido comunista e estudou na Universidade de Varsóvia, tornando-se, mais tarde, parte do corpo docente da instituição. Entretanto, uma nova onda de antissemitismo forçou-o ao exílio em Israel. Três anos depois, foi convidado para o cargo de chefe do Departamento de Sociologia na Universidade de Leeds, na Inglaterra, país onde permaneceu até sua morte (Pallares-Burke, 2004).

No ambiente acadêmico, Bauman é considerado um dos líderes da chamada “sociologia humanística”, pois, em suas obras, encontra-se o cruzamento de ideias que ajudam na compreensão da complexidade humana, ao atingir, segundo Pallares-Burke (2004: 202), “[...] um público composto de pessoas comuns ‘esforçando-se para ser humanas’ num mundo mais e mais desumano”.

Elas expõem lados diferentes de discussões acerca da globalização, sociedade de consumo, comunidade, individualidade etc.

O caráter da “sociologia humanística” de Bauman (2005) transcende as barreiras acadêmicas, ao ponto de o autor vivenciar uma situação de fuga de seu país natal, ser privado da cidadania polonesa e ter sua identidade nacional negada. Bauman (2005), na condição de judeu, sofreu perseguição em seu país de origem, episódio comentado na obra *Identidade*, quando afirma que a perseguição sofrida fez com que fosse despertada uma consciência sobre o fato de o “pertencimento” e a “identidade” não terem “a solidez de uma rocha”, mas se apresentarem como algo negociável e revogável.

Pela construção desta trama, fruto da análise feita pelo autor do legado de grandes clássicos (Hegel, Marx, Bacon, Weber, Kant, Durkheim etc.), e das pesquisas que realizou na função de professor da Universidade de Leeds, Zygmunt Bauman direcionou olhares para a sociedade e o indivíduo, sobretudo enquanto testemunha ocular do fim da Guerra Fria e do destaque dado a um termo tão corriqueiro nos dias atuais – globalização.

Em seguida, seu raciocínio liga a “identidade” ao cotidiano de milhares de refugiados e migrantes no processo de globalização:

Aconteceu que, entre os vários problemas conhecidos como “minha identidade”, a nacionalidade ganhou uma proeminência particular. Eu compartilho essa sorte com milhões de refugiados e migrantes que o nosso mundo em rápido processo de globalização produz em escala bastante acelerada. Mas a descoberta de que a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único, é um aspecto que compartilho com um número muito maior de pessoas, praticamente com todos os homens e mulheres da nossa era “líquido-moderna” (Bauman, 2005: 18).

Segundo o sociólogo, no fim dos anos 2000, a “globalização” estava na ordem do dia, palavra da moda transformada em lema. Para alguns, era o que deveríamos fazer se quiséssemos ser felizes, ou, ainda, o destino do mundo que afetava a todos. Todavia, palavras da moda tendem a se tornar “opacas”, “cânones inquestionáveis”, e globalização não era exceção à regra (Bauman, 2005).

A globalização trouxe consigo o movimento, mesmo quando estamos fisicamente imóveis, pois, para Bauman (1999: 08) “[...] imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais”. Mas, onde estaria a desigualdade? Justamente nas relações pessoais que constroem as interconexões humanas na

sociedade: ricos e pobres, nômades e sedentários, “normais” e “anormais” ou aqueles à margem da lei.

A liberdade de movimento implica a mobilidade do capital, abolindo as noções de tempo, de espaço, o dever de contribuir para a vida em comunidade, ou “[...] a experiência da comunhão entre o eu e o Outro”, como Bauman (1999: 16) sinaliza. Surge uma assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a territorialidade da vida, em que o poder é livre para mudá-la e abandonar suas consequências (o maior desejo da mobilidade na flutuação do capital).

O trânsito de capitais, somado à velocidade dos meios de comunicação e dos transportes, modificou as percepções de longe e de perto, do local e do movimento. O autor continua suas afirmativas ao classificar a oposição “longe-perto” em outra dimensão: a dicotomia de certeza e incerteza, porque estar “longe” significa estar com problemas, e o “perto” é a vida que segue habitualmente.

Ao ponderar sobre a afinidade dos indivíduos, o sociólogo descreve que a globalização acentuou as diferenças entre a “classe alta” (Primeiro Mundo, chamada por ele de turistas), capazes de transpor distâncias e se eximir dos embaraços enfrentados pela “classe baixa” (Segundo Mundo, chamada de vagabundos), que vive no espaço repleto de infortúnios e desigualdades, presa ao tempo vazio, que se arrasta lentamente (Bauman, 1999).

Se a principal característica da civilidade é a capacidade de interagir com estranhos sem condenar os traços de sua singularidade/identidade, como se percebe então a proximidade sob a forma da ameaça do “estar junto”? Em uma fase mais reflexiva, Bauman (2001) direciona suas análises na compreensão do mundo atual em meio à globalização, ao movimento e à consequente fluidez nas relações. Aqui, identifica-se a origem da tese dele sobre a “modernidade líquida”.

Em linguagem metafórica, associa-se a fluidez à mobilidade e à inconstância, tendo o pressuposto de que a leveza se torna sinônimo de rapidez. Os fluidos se movem facilmente, são de difícil contensão, vencem obstáculos, dissolvendo-os ou transpondo-os, enquanto permanecem intactos. Essa capacidade de adaptação indica para Bauman (2001) a concepção da própria modernidade, que passou a dominar a ordem humana.

O autor coloca que a “modernidade líquida” é o “derretimento dos sólidos”, no sentido do enfraquecimento das instituições sólidas criadas na modernidade. Desta forma, as relações da modernidade líquida estariam “[...] nuas, desprotegidas, desarmada e exposta, impotente para resistir às regras de ação e aos critérios de racionalidade inspirados pelos negócios” (Bauman, 2001:10-11), considerando, na visão do autor, a flexibilização econômica e a liberalização do mercado um dos maiores efeitos da modernidade líquida, que

tendem a deixar as relações entre o trabalhador e a empresa extremamente frágeis para o trabalhador, o qual fica submisso a uma riqueza que se move (Bauman, 2001).

Dois pontos podem ser sopesados nesta nova fase da modernidade: 1) o colapso do padrão moderno, de uma “crença alcançável”, um “Estado de perfeição a ser atingido”, uma “sociedade justa” e; 2) a “desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes”, por meio da fragmentação do adágio de uma sociedade coletiva, transpondo-se para o individual, trazendo uma visão dos “direitos humanos” e deixando obsoleta a avantesma de uma “sociedade justa” (Bauman, 2001: 42).

A sociedade é esta modernidade líquida que liberta as pessoas dos moldes antigos, para condicionar novas realocações, fruto dos esforços individuais, na tentativa de encontrar o nicho apropriado e ali se encaixar (Bauman, 2001). Aqui o “eu” começa a ver o “outro” como um estranho, um concorrente, passível de comparações e preconceções, ou, ainda, rótulos indicativos de uma proximidade ou do afastamento imediato.

O autor identifica um novo foco de reflexão dentro desta abordagem, no paralelo “patriotismo”, “nacionalismo” e estrangeiros. A conversa feita entre os três conceitos é de suma importância para compreender o pensamento de Bauman (2001) sobre a situação do estrangeiro do mundo líquido-moderno. Segundo este, o nacionalismo interpreta o pertencer a um Estado, um grupo, algo natural, não enxergando a possibilidade de pessoas estarem deslocadas e desprovidas de nacionalidade.

Enquanto na ótica do patriotismo há uma capacidade de enxergar no outro algo plausível a fazer parte, “[...] devorar os estrangeiros, de modo que sejam assimilados pelo corpo de quem devora e se tornem idênticos às outras células” (Bauman, 2001: 219), constata-se a utopia de como os estrangeiros poderiam ser aceitos ao ponto de se tornarem parte igual daquele organismo (raramente nos casos empíricos). As reações aos estrangeiros tendem a se voltar para o nacionalismo, buscando conservar o “nós”, como forma de autoproteção contra os estrangeiros, “[...] quando o desejo de comunidade se expressa como rejeição dos imigrantes e outros estranhos” (Bauman, 2001: 224).

Esses choques entre o nacionalismo, patriotismo e os estrangeiros ocorrem com mais frequência nos altos da “modernidade líquida” descrita por Bauman (2001), fato explicado na crescente fragilidade do Estado-nação, fazendo-o propor a ideia de um “depois do Estado-nação”.

Segundo Bauman (2001), a liquidez acelerou processos pelas questões econômicas e debilitou relações e instituições, tal como o Estado, tido na

modernidade como o maior protetor de sua população, o provedor de políticas públicas e o garantidor de segurança. Já na modernidade líquida, o Estado-nação entrou em crise quanto a esse papel, trazendo maior vulnerabilidade e insegurança para seus dependentes, o que tende a causar o fenômeno dos “estrangeiros”, pessoas que ficaram à mercê de seu Estado de origem e acabam por procurar em outros Estados alternativas de sobrevivência (Bauman, 2001; 2005).

A crise do Estado, que Bauman (2001) intitula de “Depois do Estado-nação”, nas últimas partes do livro *Modernidade Líquida*, caracteriza uma nova fase, na qual “a nação tem pouco a ganhar com sua proximidade do Estado”. O Estado passou a se interessar, não em prover qualidade, e, sim, em exercer atração “sobre as forças friamente mercenárias do capital global”. Forças estas que, ao decorrer da liquidez da vida moderna, além de separarem o Estado da nação, causando um “Estado de crise”, de instabilidade e insegurança, provocam punições econômicas aos governos que não atendem às leis do mercado.

Nas palavras de Bauman (2001: 231-232),

Governos insubordinados, culpados de políticas protecionistas ou provisões públicas generosas para os setores “economicamente dispensáveis” de suas populações e de não deixar o país à mercê dos “mercados financeiros globais” e do “livre comércio global”, têm seus empréstimos recusados e negada a redução de dívidas; as moedas locais são transformadas em leprosas globais, pressionadas à desvalorização e sofrem ataques especulativos; as ações locais caem nas bolsas globais; o país é isolado por sanções econômicas e passa a ser tratado por parceiros comerciais passados e futuros como um pária global; os investidores globais cortam suas perdas antecipadas, embalam seus pertences e retiram seus ativos, deixando que as autoridades locais limpem os resíduos e resgatem as vítimas.

Os estrangeiros são corporificações dos resíduos e vítimas do desastre econômico causado em seus países, como os “governos insubordinados” citados anteriormente, por terem a necessidade de intentar melhores condições de vida. Na obra *Estado de Crise*, de Bauman e Bordoni (2014), também se identifica tal posição, na intrigante metáfora alusiva aos estrangeiros (por meio dos movimentos migratórios), com latas de lixo e as forças globais. Os autores comparam as cidades contemporâneas a uma grande lixeira, em que os poderes globais jogam todos os problemas criados para alguém solucionar, sendo a migração em massa

um deles: fenômeno global causado por forças igualmente globais que coloca as pessoas em movimento, obrigando-as a se deslocarem ou sucumbirem.

Numa perspectiva particular, permeada pela filosofia e pela sociologia, Zygmunt Bauman construiu um arcabouço que nos leva a perceber o movimento migratório de uma maneira diferenciada, parte da própria sociedade, da globalização e da complexidade existente entre aqueles que se movem e os locais, ou ainda, o familiar e o outro.

Tais lentes suscitaram trabalhos acadêmicos sobre o tema, estes desenvolvidos por outros sociólogos que, no uso das lentes de Zygmunt Bauman, tentaram compreender os movimentos migratórios em meio à sua “modernidade líquida”, nuances estas explicitadas na próxima seção.

## 2 NOTAS ACADÊMICAS SOBRE MIGRAÇÕES TRAÇADAS NOS CAMINHOS DEIXADOS POR ZYGMUNT BAUMAN

O pensamento de Zygmunt Bauman sobre os movimentos humanos, inerentes aos processos migratórios, suscitou discussões no ambiente acadêmico, algumas delas sob a forma de trabalhos publicados no âmbito da sociologia, em livros e revistas científicas. O desafio de compreensão desse fenômeno é objeto de estudo e, na tentativa de tratar do tópico, serão expostas algumas reflexões ligadas ao foco pretensão, baseadas em Bauman.

Ao longo das linhas tecidas na primeira seção deste artigo, percebe-se a preocupação de Zygmunt Bauman para com o tema, principalmente com base na obra *Globalização: as consequências humanas* (1999), a ampliação da abordagem por *Modernidade Líquida* (2001) e *Estado de Crise* (2014), e o retorno ao debate de maneira crítica e direta em *Estranhos à nossa porta* (2017).

A migração é um fenômeno global, complexo e crescente, determinado pelo movimento (voluntário ou não) de pessoas que buscam melhores oportunidades econômicas e sociais, bem como diferentes experiências e estilos de vida. Entender o migrar, com base na liquidez das relações sociais, é um dos pontos de partida dos escritos de Zygmunt Bauman, e o caminho escolhido por outros sociólogos para trabalhar a abordagem.

De acordo com Hall (2017), ao interpretar *Hermeneutics and Social Science*, escrito pelo sociólogo (1978), a “modernidade líquida” de Bauman (2001) compõe um veio de representações sociológicas originado no deslocamento e reordenação da sociedade organizada industrialmente, característica dos tempos modernos, pela automação, desindustrialização e importância de se produzir conhecimento e tecnologia. Assim, para Hall (2017), a “modernidade líquida”

supõe o imaginário social de uma nova condição básica da vida, uma qualidade apresentada na “[...] possibilidade social fundamental que pode tornar-se um traço (des)organizador em qualquer esfera da vida social. O ‘derretimento’ é uma condição geral, não a expansão de uma condição particular” (Hall, 2017: 280, tradução nossa).

Desta forma, ao citar alguns textos de Bauman que, na época em que seu artigo foi publicado, eram inéditos ao grande público, elaborados meses antes de sua morte e que seriam parte da segunda edição do livro *Handbook of Cultural Sociology*, Hall (2017) expõe diretamente o axioma de Bauman sobre as migrações. Segundo o autor, Zygmunt Bauman pensava que a migração, na Era Líquida, tornou-se descentralizada, dependente de regulamentação vertical e política, uma liquidez irreversível, parte da vida marcada por diferenças geradas pelas migrações. “A esperança do autor é que possamos enfrentar esses desafios com tolerância ou algo mais. No entanto, essa esperança é minada por projetos de identidade de todos os lugares, mesmo aqueles que supostamente exigem aceitação das diferenças” (Hall, 2017: 282, tradução nossa). Aqui está o aspecto recorrente das abordagens baumanianas: a identidade e a sua tentativa de autoafirmação em comparação ao outro, ao estrangeiro, àquele que “ameaça” uma ordem vigente e familiar.

A discussão identidade x estrangeiro está em trabalhos que aplicam diretamente as lentes deixadas por Zygmunt Bauman nas análises sobre a migração. Waldman M. (2011), ao abordá-la, encontra no sociólogo o eixo necessário para tratar dos movimentos humanos atuais tendo a literatura<sup>4</sup> como mote. A autora, ao transformar a obra literária em tema de estudo, reconstrói a partir do personagem principal a oposição baumaniana entre os sólidos e a liquidez, ou seja, as certezas dos pontos de destino na confiança da estabilidade do trabalho e do pertencimento a um lugar em uma temporalidade retilínea, contrapostas à fluidez, ao predomínio

[...] da desterritorialização e o desenraizamento, a proliferação de empregos instáveis, o fluxo de capital extraterritorial e volátil, privatizando a desregulamentação, a instantaneidade que busca a gratificação imediata, os corpos de luz e os laços pessoais esporádicos e tênues; e em que instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções se transformam antes de atingirem sua solidificação [...] (Waldman, 2011: 53, tradução nossa).

4 A autora trabalhou em seu artigo um dos personagens centrais do romance *Austerlitz*, de Winfried George Sebald, que conta a história de um homem em busca de sua própria biografia, em uma mistura entre lugares, memórias e objetos.

Diante de tais incertezas, igualmente aflora a necessidade de uma âncora, algo conhecido, familiar e seguro, materializado no ressurgimento de identidades coletivas, com raízes territoriais e, neste conflito entre globalização e identidade, as fronteiras se tornam ainda mais porosas, em fluxos constantes de bens e pessoas (Waldman, 2011). Os movimentos humanos se intensificam, por meio da flexibilização, do intercâmbio de empregos, das tecnologias, pelo combate à exclusão, perdas econômicas, carência de benefícios sociais e a insegurança; condições estas que obrigam muitas pessoas a migrar.

Para Waldman (2011), nisto nasce o estranhamento do “eu” para com o “outro”, mencionado em diversos momentos por Zygmunt Bauman, no embate dos habitantes da “modernidade líquida” providos de ideias características da “modernidade sólida” – indivíduos com “experiência identitária” em construção, porém, passeantes livres em territórios trocados constantemente, provedores de contatos eventuais – que encontram o “outro” por mero acidente de percurso.

Essa inter-relação demonstrada revela as categorias “turista” e “vagabundo”, de Bauman (1999), sendo a última carregada pelo estigma da rejeição e da pobreza; pessoas condenadas a viverem em um mundo periférico, que as forcem ao movimento em muito não almejado – um “estrangeiro”, conforme a autora, e talvez a figura central da “modernidade líquida”, de Bauman (1999; 2001; 2017). Elas estão na lata de lixo que os governantes jogam problemas “incômodos” e de “difícil solução” (Bauman; Bordoni, 2014).

Apesar de não desenvolverem a sua pesquisa via obra literária, Sousa e Silva (2018) teceram um construto similar ao de Waldman M. (2011), debruçando-se na imagem do estrangeiro, das migrações e da convivência com o “outro”. Na definição do termo “estrangeiro”, os autores recorrem a Zygmunt Bauman para assinalá-lo como detentor de uma cultura própria que “aponta a esfera do não-eu”, qualquer coisa singular do universo conhecido e provocador de aproximações e afastamentos. Portanto, imigrantes “[...] são forasteiros. Eles vêm de outra terra e, na maioria das vezes, não têm permissão, condições financeiras ou mesmo uma perspectiva de volta para seu lugar de origem. Não são turistas, chegam sem ser convidados, e não podem voltar para o lugar de origem” (Sousa; Silva, 2018: 29).

Mais uma vez, na fluidez da modernidade, esses estrangeiros (entendidos vagabundos, estranhos, “os outros”) representam a debilidade da condição humana, fruto da instabilidade econômica e do desequilíbrio social, consequentes à globalização. Eles formam e engrossam as correntes migratórias tão temidas pelos Estados e, sem proteção ou documentos, escancaram a incapacidade dos países em prestar assistência a essas pessoas (Bauman, 2017).

Segundo Sousa e Silva (2018), a forma de se “proteger” do “outro” é a identidade, vislumbrada em algo fixo no meio da fluidez, que passa a exercer a função de elo entre aqueles que a compartilham; e o alheamento em relação ao estrangeiro se assevera no desconhecimento desse código comum ao grupo. Para os autores, nesta encruzilhada social, Zygmunt Bauman aponta três caminhos: a xenofobia (aversão), a mixofobia (aproximação) e o movimento centrípeto/centrífugo (momentos de fechamento/abertura ao diferente).

Em suas conclusões, os pesquisadores supracitados alegam que, pelas produções baumanianas, as ondas migratórias tendem a continuar, em um movimento ininterrupto de migrantes, no imperativo da necessidade do “reconhecimento do outro como sendo o ‘não-eu’”. Esse argumento é recorrente nas obras de Bauman (1999; 2005; 2014; 2017), por isso, uma reafirmação quando colocado no trabalho dos autores.

Da mesma forma, também a partir das interfaces ligadas ao entendimento de Bauman (1999; 2001), e Bauman e Bordoni (2014) sobre a globalização e suas implicações na causa/consequência dos movimentos migratórios (pelos temas populismo, separação, solidariedade, responsabilidade moral e diálogo), Santiago (2018) atrelou esta conjuntura, (além da globalização) à própria constituição do Estado como tal, criado para reger relações políticas, econômicas e sociais, regentes da vida em sociedade e das conexões entre países e territórios.

A globalização revelou atores que, de forma gradual, causaram mudanças estruturais, de maneira a diminuir o poder dos Estados, tornando a economia e o acúmulo de capital (pontos nefrágicos sociais), intensificadores dos movimentos humanos (físicos e virtuais); argumento este usado por Santiago (2018) para mostrar a tese de Zygmunt Bauman de que existe uma dicotomia entre os que possuem capacidade econômica (detentores de capital – turistas) e aqueles que não o possuem (vagabundos). Os “turistas” se deslocam para onde querem e os “vagabundos” são obrigados a se deslocar, “viajantes a quem foi negado o direito de se tornarem turistas” (Santiago, 2018: 115, tradução nossa) e, como previsto por Zygmunt Bauman, aumentam exponencialmente em número e quantidade.

Os fatores que levam indivíduos a migrar detêm alto grau de complexidade e causas multifacetadas: melhoraria das condições de vida, busca de empregos, educação de qualidade, reuniões familiares e alívio a dificuldades ocasionadas por desastres naturais, guerras, perseguição (política, étnica, religiosa), fome ou extrema pobreza.

Nesses aspectos é que se insere a fragilidade das relações humanas, ou ainda, o derretimento da solidez dos valores da “modernidade líquida”, de Bauman

(2001), pois as diferenças sociais e econômicas se acentuam e as fronteiras se tornam cenário de uma batalha, onde barreiras físicas e políticas são edificadas para evitar o contato com esses “vagabundos”, os “estranhos”, os “outros”.

Após análise de algumas obras de Bauman (parte delas considerada no construto apresentado), Santiago (2018) enfatiza que os obstáculos erigidos por governos agravam os contrastes entre os povos, de maneira a motivar sentimentos de estranheza e rejeição prejudiciais ao diálogo a respeito do tema e à vazão de soluções. Quanto mais o “nós” e o “familiar” se isolam do “outro”, mais inúteis tais tentativas se mostrarão, pois, para o autor, “o ‘outro’ é inevitável”.

Já Feitosa (2018) pontuou as questões ligadas à migração como condição instável vivenciada pela sociedade atual e por seus sujeitos, instituições e relações, cujas raízes estão nas crises e vulnerabilidades da “modernidade líquida”. Para o sociólogo, tais instabilidades apresentam dilemas à integração social “[...] não apenas porque questionam o ordenamento das motivações legitimadoras do Estado como agente supostamente incumbido pela proteção social, mas especialmente pelo fato de despertarem uma espécie ‘estágio mental de desconfiança permanente’ em relação aos ‘outros’” (Feitosa, 2018: 10).

O autor inicia seu texto indicando que falaria de migrações pela obra de Bauman *Estranhos à nossa porta* (2017), partindo da ideia dos “estranhos” e da forma a qual o continente europeu pontuava a questão, de maneira a nominá-la de “crise”. O “outro”, o “estranho”, passa a ser visto como perigo (Bauman, 2017) e a migração se torna “problema”, em que governos e políticos se dedicam a “resolver” na aprovação de leis que restringem as fronteiras e tentam frear as migrações, justificando seus discursos por perdas econômicas, risco de terrorismo e aumento dos gastos públicos, buscando ganhar respaldo e apoio populares.

Conforme Bauman (2017) e Bauman e Bordoni (2014) advertem, despertar a crítica e a rejeição para com os migrantes é recurso usado no redirecionamento de reivindicações sociais e na materialização, de acordo com Feitosa (2018: 13), dos “[...] sentimentos raivosos (ressentimentos) que acumulam toda indignação quanto às consequências maléficas da globalização”. As políticas que afetam a migração crescem no escopo de um processo político formado de interesses conflitantes, para gerar postulados permissivos mediante a necessidade de expansão econômica; e restritivos nos períodos de contração.

As políticas de imigração estão associadas igualmente a correntes ideológicas sociais amplas, tendendo a reservas perante a ameaça de qualquer crise e inclinando-se para o afrouxamento nos períodos de abertura necessária. Bauman (1999; 2001; 2005; 2017), ao definir as categorias “turistas e vagabundos”,

“eu e outro”, “estranhos e nós”, demonstra a vivacidade de tais posicionamentos oficiais por parte dos Estados, tão presentes na atualidade.

No campo sociológico, Zygmunt Bauman representa, em um caleidoscópio social humanístico, as faces dos atores envolvidos nesse jogo de interesses excludentes aos indivíduos que se deslocam e, nos caminhos acadêmicos percorridos por autores do campo da sociologia inspirados nele, percebe-se a contribuição desta grande personalidade na construção de um arcabouço que nos leva a entender as migrações de uma maneira diferenciada. Destarte, Bauman propõe uma leitura da sociedade sobre si mesma a partir das fissuras geradas pela globalização e da complexidade existente entre aqueles que se movem e os locais, ou ainda, o familiar e o outro, nuances estas geradoras de críticas e reflexões presentes na seção subsequente deste artigo.

### 3 OS “ESTRANHOS” E “NÓS”: LEITURAS “BAUMANIANAS” SOBRE OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Para Zygmunt Bauman, é consenso que os movimentos migratórios são antigos e as primeiras migrações ancestrais ocorreram no continente africano. Está registrado na história que há milhares de anos o *homo sapiens* saiu da África para o Oriente Médio e, a seguir, dispersou-se nos outros continentes como migrante. Entretanto, mesmo que se fale em “crise migratória” na atualidade, há algo novo (não inédito) na origem dos deslocamentos em massa e no padrão de respostas dado a eles.

Existe uma guerra de controle dos territórios, cujo objetivo é a subordinação do espaço social a um mapa oficialmente aprovado pelo Estado, que desqualifica outros mapas e desmantela os esforços cartográficos paralelos (Bauman, 1999). Para tanto, as fronteiras devem se manter fechadas para uns e permeáveis a outros.

Dentro da complexidade dos domínios territoriais tradicionais, as normas estabelecidas garantem a sobrevivência do tecido social, que se fortalece com a rotina e a observância habitual dos costumes, contribuintes do sistema (Bauman, 1977). Doravante, quando pontos divergentes perturbam o código, eles necessitam de medidas neutralizadoras de seus efeitos. Tal situação emergiu do derretimento dos sólidos modernos, suspeitos de limitar a liberdade individual, determinando a rigidez da ordem, ou a imposição de leis e barreiras na tentativa de isolamento dos Estados mediante os imigrantes que pedem entrada, uma garantia da não alteração de sua “geografia familiar”, termo usado por Bauman (2017).

Diferente das instituições que tratam das migrações, de governos e de teóricos incansáveis nos esforços para categorizar a figura do migrante (imigrante, refugiado, asilado, deslocado), Zygmunt Bauman observou o movimento em si daqueles que podem se mobilizar livremente (e se reportam ao construto social familiar) e dos forçados/optantes ao deslocamento.

Os “estranhos”, inseridos em uma realidade diferente, analisados na ótica do “estrangeiro”, são recorrentes em trabalhos da sociologia, baseados na obra de Bauman, conforme se percebe na seção anterior. Esse “estrangeiro” é fruto da liquidez moderna, que desenraizou o capital e o trabalho (Waldman, 2011), colocando em xeque crenças e valores até então vistos como basilares ao tecido social.

Nesse sentido, Massey (2015), analisando a sociedade em relação à globalização, entende nas forças estruturais criadoras da mobilidade, nas motivações pessoais/ conjunturais à globalização e nas políticas limitantes à entrada e à saída de migrantes, os fatores característicos à migração atual. Para Bauman (1999), a tarefa de tentar ordenar o processo retratado e as ligações sociais globalizantes exige recursos que somente o Estado, na forma de um aparelho burocrático hierárquico, é capaz de usar, apoiando-se no “tripé” das soberanias militar, econômica e cultural.

Essa discussão a respeito do Estado foi enfatizada por Hall (2017) e Santiago (2018), quando afirmaram que, no desfazer da “regulamentação vertical e política”, a liquidez acentuou as cores das diferenças geradas pelas migrações, na distinção entre os que possuem haveres econômicos e aqueles que o buscam incansavelmente. E as forças estatais, sem saberem quais ações promulgar, levantam muros para tentar “conter o problema”.

Para Zetter (2014), os governos, organizações intergovernamentais e atores humanitários na linha de frente do movimento de pessoas (predominantemente sul-norte); a combinação de múltiplas causas decisivas ao abandono de seus países; e o fato de este movimento ser majoritariamente desregulado (sem documentação) tornam as correntes migratórias uma profunda apreensão. Em parte, isso ocorre porque a escala e os padrões dessas motilidades imprevisíveis são percebidos nos impactos sociais e econômicos adversos nos países de destino, difíceis de gerenciar.

Conforme o autor supracitado, a explicação está no fato de os governos perceberem que o fluxo não regulamentado de imigrantes ameaça o controle soberano das fronteiras nacionais, o acesso ao território e os conceitos estabelecidos de associação estatal e cidadania. Por tais razões, países de destino com

agrupamentos regionais supranacionais criaram medidas restritivas para impedir a entrada através do controle das fronteiras.

Assim, quando a migração é necessária economicamente para suprir a escassez de mão de obra e incrementar a economia, os Estados diminuem suas restrições, tornando o ato de transpor as fronteiras mais brando. Do contrário, quando os migrantes se tornam uma ameaça econômica e da normalidade social, as regras são enrijecidas, e os políticos (auxiliados pela projeção da mídia) recorrem ao ato, buscando a aprovação popular e ajudando a convencer o eleitorado de que atendem às suas queixas ao sanar o incômodo (Bauman, 2017).

Ao perceber esses muros construídos para “proteger” o “eu” do “outro”, Bauman (2017: 13) descreve o tentame, usando as palavras do autor, pelos “estranhos” que batem à nossa porta – imigrantes e refugiados parados atrás dos portões, pedindo passagem.

Refugiados das bestialidades da guerra, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem ‘diferentes’ [...].

O aparecimento dos “estranhos” nas ruas não foi causado por “nós” e nem está em “nosso controle” sendo, portanto, recebidos com ressentimento e vistos no conjunto do colapso de uma ordem que perdeu força impositiva, imagem a qual a mídia “acostumou” seus espectadores.

O fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária a abandonar suas casas e propriedades consideradas preciosas, de pessoas buscando abrigo dos campos de matança, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados ‘migrantes econômicos’, estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde [...] (Bauman, 2017: 12).

Para o sociólogo, o quadro demonstra uma tragédia humana, nascida da indiferença e da cegueira moral, resultante dos sinais de que a opinião pública, em conluio com uma mídia ávida por audiência, criou “[...] uma espécie de codinome politicamente correto para a fase atual da eterna batalha dos formadores de opinião pela conquista e subordinação das mentes e dos sentimentos humanos” – e assim temos a convencionada expressão “crise migratória” (Bauman, 2017: 07).

Pelo fato de a migração em massa não ser fenômeno recente, o “nosso modo de vida moderno” incluiu à sua descrição a produção de pessoas “redundantes”, localmente “inúteis” em razão do progresso econômico; ou localmente “intoleráveis” (Bauman, 2017), rejeitadas por conflitos e transformações sociais/políticas de subsequentes lutas por poder, na justificativa de emprego da expressão “crise”.

Frete a problemas econômicos, tensões nos relacionamentos mantidos entre as grandes potências e incertezas futuras, falar em crise se torna conveniente para muitos governos, que usam medidas exacerbadas para restringir suas consequências.

Os problemas gerados pela ‘crise migratória’ atual e exacerbados pelo pânico que o tema provoca pertencem à categoria dos mais complexos e controversos: neles, o imperativo categórico da moral entra em confronto direto com o medo do ‘grande desconhecido’ simbolizado pelas massas de estranhos à nossa porta. O medo impulsivo gerado pela visão de migrantes portando inescrutáveis perigos entra em luta com o impulso moral estimulado pela visão da miséria humana (Bauman, 2017: 104).

Dos trabalhos acadêmicos analisados na segunda seção deste artigo, não se tem menções diretas a esta crise, todavia, nas entrelinhas, percebe-se que os sociólogos citados tratam-na como fato a ser trabalhado a partir de suas consequências, mas Bauman (1999, 2014; 2017), ao endurecer as palavras em algumas passagens de suas obras, a exemplo das já citadas, mostra na crise o subterfúgio para se falar politicamente de migrações.

Imersos na modernidade fluida, Zygmunt Bauman vê nos imigrantes o comportamento de líquido em vasos comunicantes e o número deles tende a crescer rumo a um equilíbrio (e aqui o autor se interroga se ele existirá e quanto tempo demandará) aos níveis de bem-estar entre o Primeiro e o Segundo mundo globalizado.

Assim, os contornos determinantes de “familiar” e de “estranho” declaram os níveis sociais de rejeição. A rejeição e a exclusão visam a fazer o rejeitado/excluído a aceitar sua inferioridade, porém, as vítimas, em vez de aceitarem e a converterem em autorrejeição, preferem rejeitar os que as rejeitam (Bauman, 1999). Para tanto, recorrem à violência, visando a aumentar seu “poder de prejudicar”, única oposição ao controle dos que os excluem, pois, a rejeição transforma a localidade em uma fortaleza, reforça os efeitos mútuos e garante a fragmentação e o isolamento “na base”, “irmãos gêmeos” da globalização. Esses

são os dilemas identificados em Zygmunt Bauman por Feitosa (2018) dentro de um estágio permanente de desconfiança, no qual pequenos atritos são capazes de suscitar conflitos de grandes proporções.

Bauman (1977) também destaca a experiência comunitária como estrutura da concepção do outro enquanto modificação do “eu”, contudo, o sociólogo não explica a tendência da sociedade em subjugá-lo com categorias predefinidas, carregadas de uma conseqüente segregação espacial e social. Todavia, Waldman M. (2011), Hall (2017) e Sousa e Silva (2018) avultam uma discussão chave trazida pelo autor, importante a esta problemática: a identidade, o elo ao “familiar” e o isolamento do “outro”, no ato de partilhar e excluir. Perante o desconhecido, é comum o afastamento diante do medo em não se saber o que fazer ou quais situações esperar, e isso se aplica a culturas diferentes materializadas por pessoas vindas de lugares inexplorados e que, sem portarem um convite, tentam se integrar a um novo cotidiano.

No esforço de proteger a identidade, desigualdades são agravadas, novas correntes migratórias surgem regularmente e em consonância à própria movimentação das riquezas somadas, tendo nos predicamentos de Bauman (“turistas e vagabundos”, “eu e outro”, “estranhos e nós”) os retratos explícitos desse processo.

Nas discussões acerca do “eu” e do “outro”, tem-se a convergência dos trabalhos de Waldman M. (2011), Hall (2017), Sousa e Silva (2018), Santiago (2018) e Feitosa (2018), no afastamento pelos conflitos sociais entre ambos, face do cenário global e consequência da “modernidade líquida”. O poder e o capital estão descentralizados, a estabilidade foi substituída pela liquidez e as identidades coletivas passam a ser vistas como o único (e falso) sólido em meio ao esfacelamento das relações, de maneira a aprofundar ainda mais a hostilidade do “eu” para com o “outro”.

No mundo globalizado, mediante a reprovação das práticas territoriais “locais”, as elites nômades contam com o apoio popular, por meio de expulsões massivas ou “limpezas étnicas”, tanto nas fronteiras entre os Estados quanto em menor escala, ou, na concepção de Bauman (1999), perto de casa e nos espaços urbanos de convivência. Ainda citando as palavras do autor, a sociedade é estimulada a realocar esses estrangeiros das ruas das cidades, para que possam ser cercados e vigiados, evitando “constrangimentos”.

As próprias classificações de migração geradas por Estados, organizações internacionais e sociedade são para Zetter (2014) “rótulos”, pois o migrante voluntário e o refugiado são os extremos de um espectro em que a migração assume formas cada vez mais forçadas. Porém, uma característica nova dos padrões

contemporâneos de mobilidade é o crescimento dos migrantes em trânsito por países, na busca de acesso ao “Primeiro Mundo”, em vez de permanecerem em um país vizinho. São os “estranhos” que batem incessantemente à porta em busca de uma vida melhor.

Nesse caso, para entender a conexão entre mobilidade e localidade nos movimentos migratórios, tem-se a influência da divisão de classes, ao passo que as ordens são locais, as elites e as leis do livre mercado são translocais. Se a ordem local começa a atrapalhar, apela-se às leis globais para mudar os conceitos locais, porque a “globalidade” (mobilidade) está na igual capacidade de fugir dos problemas (Bauman, 1999).

Tais fatores convergem na ideia dos locais, forçados a permanecer no mesmo lugar e passíveis à criminalidade, assim como o outro (o estranho), o migrante, que carrega consigo o estigma da marginalização, alguém forçado ao movimento. Ambos são identificados enquanto “desclassificados” por “retratarem” imagem da pobreza e do indesejável em uma assimetria de poder cada vez mais evidente entre ricos e pobres, o norte (primeiro mundo) e o sul global (segundo mundo).

As populações sedentárias sitiadas não aceitam as regras do nomadismo da elite que as veem sinônimas de retardamento e atraso. Quando se trata de confrontos militares, Bauman (2001) afirma que essas elites do “moderno mundo líquido” percebem a estratégia territorialmente orientada das populações sedentárias como “bárbara” quando comparadas às suas “civilizadas”, e passam a ditar os critérios pelos quais as obsessões territoriais são classificadas e julgadas, criando mais ondas migratórias.

A separação espacial é um recurso para prolongar o mútuo isolamento no qual o ato de subjugar e o impacto submissor da lei criminal se tornam um “*must*”. O outro, na condição de estranheza forçada pelas fronteiras espaciais vigiadas, é mantido na categoria de estranho, despojado de individualidade, o que poderia impedir a estereotipagem e assim contrabalançar ou mitigar o impacto subjugador da lei (Bauman, 1999).

A origem desta constatação baumaniana é a redução do domínio das obrigações morais que o homem está disposto a admitir, cuja responsabilidade se torna objeto de atenção, não apenas durante as “curtas explosões” de solidariedade e preocupações geradas em discursos midiáticos e governamentais das tragédias dos migrantes. O impedimento é que, entre esses espaços de tempo, tende-se a viver em um mundo separado entre “nós” e “eles”. Isso não exige a negação da moral, mas coloca os impulsos morais a serviço da divisão e do antagonismo político.

Bauman (2017) projeta no futuro uma bifurcação que levará ou ao bem-estar cooperativo, ao se abdicar da visão do outro como um estranho invasor; ou à extinção coletiva, por não compreendermos a globalidade existente na limitação do “eu”, sem a capacidade de viver “lado a lado” com “estranhos” que podem ou não sustentar percepções semelhantes às nossas.

Uma pergunta é inevitável: qual caminho seguir? Antes da “extinção coletiva”, é necessário empatia, reconhecer a si no outro e entender que todos são humanos, pessoas em deslocamento tentando se encontrar e integrar algo maior a todos nós, chamado humanidade.

Migrantes são detentores de singularidades que, mesmo reconhecíveis, não diferem em essência do “nós”, devendo ser reconhecidos e respeitados, tendo direitos e individualidade assegurados. Esse é o caminho para um diálogo possível e, nos ideários de Zygmunt Bauman, suas resultantes levarão à compreensão mútua e a uma sociedade verdadeiramente mais humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, como a própria obra de Zygmunt Bauman, apresenta categorias de entendimento às movimentações humanas decorrentes da globalização, que geram reflexões sobre a compreensão das migrações. Isso porque, no ir e vir dos seres humanos, com os corpos entregues ao deslocamento, voluntário ou forçado, ocorre para o autor adjetivações singulares àquelas de caráter institucional ou governamental: os “locais” e os “globais”, os “estranhos” (estrangeiro) e “nós” (familiar), cujos significados se entrelaçam na relação do “eu” com o “outro”.

A conexão apresentada exemplifica a proposta inicial de investigação, focada em discutir os movimentos humanos na contemporaneidade, baseando-se nas premissas, ou “lentes de reflexão”, fornecidas por Bauman (1977; 1999; 2001; 2005; 2014; 2017), representadas nos elementos de seu escopo teórico e filosófico, apoiado nos aspectos da sociedade, da globalização e da conexão entre mobilidade e localidade.

O sociólogo se tornou uma referência quando tratadas as problemáticas atuais, considerado também um filósofo da contemporaneidade. Ele adquiriu admiradores dentro e fora da academia, e seus textos se tornaram a base para discursos, reflexões e pesquisas. Na interdependência entre os homens e as nações e a afirmação das desigualdades (dos normais e anormais) – do longe e do perto, do Primeiro Mundo (turistas) e do Segundo Mundo (vagabundos), do “nós” (familiar) e do “eles” (estranhos), emerge a desigualdade social na forma de se ver e tratar as migrações.

Tais relações permeiam diversos fenômenos empíricos, a sociedade, o processo da globalização e a instauração da conexão mobilidade-localidade, bem como a própria intersecção desses elementos com os movimentos migratórios, remanescentes na dicotomia entre “os estranhos” e “nós”.

Trabalhar a “modernidade líquida” é expor vidas abalizadas pela globalização e o deslocamento do capital, que se move desintegrando o mundo até então conhecido (permeado por valores que acompanharam a humanidade durante séculos), representados na estabilidade e na necessidade de se criar raízes. Ficam no caminho os retratos da segregação, marcas da desigualdade e do egoísmo na distinção absoluta do “eu”.

Na tentativa de propor uma discussão acerca dos movimentos migratórios, existe a pretensão de um despertar para a abordagem, pontuando a fundamental construção de pesquisas que investiguem fenômenos migratórios atuais, a exemplo das correntes migratórias constantes à Europa, traçadas por via terrestre e marítima, frequentes nos noticiários internacionais.

Entretanto, são limitados os trabalhos aplicando as lentes baumanianas, talvez pelo fato de ele ter se tornado popular devido à sua forma de escrita mais fluída, clara e direta, não sendo visto por alguns como teórico, e sim um pensador contemporâneo para o público em geral. Das reflexões acadêmicas usadas neste artigo, apesar de aplicarem a um objeto suas teorias, elas somaram pouco ao debate, funcionando, do contrário, na reafirmação dos argumentos do sociólogo.

Apesar do uso restrito da teoria de Bauman a certos campos (a exemplo da sociologia) sobre a modernidade líquida, nos âmbitos mais acadêmicos de estudo dos movimentos migratórios, o pensamento do autor e seu papel como parte da história desta o tornam importante para se entender o desenrolar dos movimentos humanos, as causas e, principalmente, os efeitos nos sujeitos deste grande mundo líquido e globalizado, que ficam à mercê de um Estado-nação, provedor de uma segurança não mais existente.

Sem este guarda-chuva de uma instituição protetora, que confira o direito de nacionalidade, moradia, saúde e à vida, os “estranhos” continuarão a navegar nos mares da modernidade líquida, submissos aos cruéis movimentos xenofóbicos e racistas, negadores do direito ao “ser” em supressão do “outro”.

Finalmente, entende-se que o uso destas categorias construídas por Zygmunt Bauman permite um olhar mais claro no conhecimento do fenômeno das migrações e de suas complexidades, acima de apenas rotulá-las. Contudo, existe uma grande certeza: para entendê-las, são exigidos mergulhos cada vez mais profundos em meio à liquidez moderna.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à Nossa Porta*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017 (119).
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999 (148).
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005 (119).
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001 (280).
- BAUMAN, Zygmunt. *Por uma sociologia crítica: um ensaio sobre senso comum e emancipação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977 (186).
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de Crise*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014 (192).
- FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos. Inseguranças, Incertezas e o Desalento Pós-Moderno: O Estado de Crise nos Últimos Textos de Zygmunt Bauman. *INTERthesis*. Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2018, pp. 01-18. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n2p1/36763>>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- HALL, John R. Bauman Líquido. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Ciudad del México, n. 230, maio/ago. 2017, pp. 273-266.
- MASSEY, Douglas S. A Missing Element in Migration Theories. *Migration Letters*. London, v. 12, n. 3, sept. 2015, pp. 279-299. Disponível em: <<http://www.tplondon.com/journal/index.php/ml/article/view/568>>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo Social*. São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004, pp. 301-325. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- SANTIAGO, Jaime Ruíz de. Sentido e Importancia de las Migraciones en un Mundo Líquido – El tema de los extranjeros en el pensamiento de Zygmunt Bauman. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*. [S.I.], n. 17/18, dez. 2018, pp. 113-127. Disponível em: <<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/378>>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- SOUSA, Dandara Peraro de; SILVA, Rafael Bianchi. A questão do estrangeiro na contemporaneidade: Uma leitura a partir de Zygmunt Bauman. *Revista Polis e Psique*. Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2018, pp. 24-44.
- WALDMAN M., Gilda. Identidades y extranjerías. Divagaciones a partir de Zygmunt Bauman. *Andamios*. Ciudad del México, v. 8, n. 16, maio-ago., 2011, pp. 49-70. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/anda/v8n16/v8n16a4.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ZETTER, Roger. *Protecting Forced Migrants: A state of the art report concepts, challenge and ways forward*. Migration Reports. Bern: Swiss Federal Commission on Migration, n. 40, 2014.

Recebido em: 29/09/2020

Aprovado em: 30/12/2020

**Como citar este artigo:**

MOLIN, Elisiane Dondé Dal; CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo; CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli. Os “estranhos” e “nós”: movimentos migratórios sob as lentes de Zygmunt Bauman. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 153-175.





## O Rio de Janeiro segundo a crítica paulista: 50 anos em 5 relatos

Eliska Altmann<sup>1</sup>

**Resumo:** Por meio de entrevistas com cinco críticos paulistas de uma geração “romântica”, são discutidas as seguintes questões: como o Rio de Janeiro – “cidade capital” – foi (e ainda é) imaginado? Existe uma crítica paulista? Imagens de determinada metrópole podem ser perpetuadas por cinematografias e/ou discursos de formadores de opinião? Dos relatos, busca-se mapear uma sociologia da crítica e seus olhares sobre representações cariocas.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro, São Paulo, cidade capital, crítica paulista, representações urbanas.

### Rio de Janeiro according to São Paulo’s criticism: 50 years in 5 reports

**Abstract:** *Through interviews with five critics from São Paulo, the following questions are discussed: how was Rio de Janeiro - “capital city”- been (and still is) imagined? Can fields of cinema and criticism be circumscribed as “Carioca” or “Paulista”? Can images of a metropolis be perpetuated by cinematographies and/or speeches by opinion makers? The reports seek to map a sociology of criticism and its views on representations of Rio.*

**Keywords:** *Rio de Janeiro, São Paulo, capital city, film criticism, urban representations.*

1 Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – Brasil  
 – [eliskaaltmann@gmail.com](mailto:eliskaaltmann@gmail.com) – <https://orcid.org/0000-0002-2986-1600>

## Introdução: materiais para uma sociologia da crítica no eixo Rio-São Paulo<sup>2</sup>

Frutos da pesquisa de pós-doutorado intitulada *A recepção crítica do Rio de Janeiro cinematográfico: antes e depois da capital, anos 1950 e 1960*,<sup>3</sup> as entrevistas aqui apresentadas tratam de ampliar investigação anterior, cuja tarefa foi identificar imaginações do Rio, enquanto e para além da capital, por meio da recepção.<sup>4</sup> Uma das propostas em continuidade é compreender olhares e discursos de críticos ainda atuantes sobre a antiga capital, o processo de “descapitalização”<sup>5</sup> e hoje.

Quanto ao recorte proposto, vale lembrar que a cidade foi capital do Brasil entre 1763 e 1960, tornando-se Estado da Guanabara até 1975. Como escreve a historiadora Armelle Enders,

durante dois séculos o Rio serviu como porta de entrada aos modelos de civilização importados da Europa, cadinho onde talentos de todo o país tomavam consciência de seu pertencimento a uma mesma nação, um lugar de discussão – às vezes conflituoso – entre nacionalismo e cosmopolitismo (Enders, 2000: 09, tradução minha).<sup>6</sup>

A construção do novo Distrito Federal foi iniciada em setembro de 1956, quando Juscelino Kubitschek sancionou a Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital – empresa estatal responsável por traçar o plano piloto projetado pelo arquiteto Lúcio Costa. Em 21 de abril de 1960, os portões do Palácio do Catete (sede do governo no Rio) foram fechados pelo então presidente. Nesse mesmo dia, uma quinta-feira, os Diários Associados (O Jornal, Estado de Minas, Folha de Goiaz e Correio Braziliense) publicaram a “Edição Comemorativa da Transferência da Capital Federal para Brasília”. Na página 1, intitulada “Brasília amanhece”, encontra-se o seguinte conteúdo:

2 Agradeço aos críticos Heitor Capuzzo, Inácio Araújo, Luciano Ramos, Luiz Nazário e Rubens Ewald Filho (*in memoriam*) que cederam generosamente as entrevistas presentes nesta publicação. Agradeço igualmente aos pareceristas anônimos da *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* pelas valiosas contribuições.

3 Realizada no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais (PPGMPA) – ECA/USP, sob orientação de Rubens Luis Ribeiro Machado Junior.

4 Para mais detalhes, verificar Altmann (2017).

5 Tal ideia se refere à perda dos estatutos e *status* de capital. Sobre o conceito (inverso) de capitalidade, ver Motta (2004) e Azevedo (2002). Para um debate sobre capitalidade e cinema brasileiro, verificar, entre outros, Kornis (2003). Sobre cinema e cidade (São Paulo, em particular), ver Machado Jr. (2007).

6 De acordo com Enders, “até 1968 o Estado da Guanabara é, mais do que Brasília, o lugar nevrálgico onde são elaboradas as decisões que concernem a todo o país. Ele persiste, mais que São Paulo, a servir de caixa de ressonância aos movimentos políticos e sociais. O Rio de Janeiro conserva por muito tempo a ilusão de falar em nome do Brasil” (Enders, 2000: 293, tradução minha).

O Brasil amanhece em nova capital. No vasto planalto central, Brasília, o sonho acalentado desde os Inconfidentes, surge no centro de gravidade do país para comandar a conquista do interior e trazer até êle a civilização que se espria pelo Atlântico. Há pouco mais de três anos, ela existia apenas na imaginação de alguns homens e era um esbôço sobre uma prancheta. Hoje, é um marco decisivo na história do desenvolvimento econômico do Brasil e a certeza de um amanhã melhor para os brasileiros de todas as latitudes (Diários Associados. Caderno 1. 21/04/1960).<sup>7</sup>

Do período – anos 1950 e 1960 –, considero proveitoso pôr em relação acontecimentos tanto do campo da sociologia quanto do campo cinematográfico brasileiro tomados como materiais a adensarem a presente proposta de uma sociologia da crítica (baseada em certa geografia do sudeste) a dialogar com o que podemos chamar de *sociologia do cinema*.<sup>8</sup>

Sobre o campo da sociologia *stricto sensu*, em 1959, ano anterior à matéria citada, Antonio Candido publica o texto *A sociologia no Brasil* (redigido em 1956), cuja seção intitulada *Tendências atuais* aponta para a constituição da sociologia “como atividade ampla, reconhecida e produtiva [...] Esse progresso pode ser verificado em três vias: 1) na *organização* do trabalho sociológico; 2) no novo *espírito* que o preside; 3) nas *obras* realizadas” (2006: 289, grifos do autor). Candido assinala que o crescimento e o reconhecimento do campo no fim da década de 1950 são frutos da formação da sociologia nos anos 1930,<sup>9</sup> quando

as reformas de Fernando de Azevedo (1927; 1933) no então Distrito Federal e em São Paulo incluem-na no currículo das Escolas Normais e cursos de aperfeiçoamento. Na Escola Livre de Sociologia e Política e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade, ambas em São Paulo, bem como na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, fundam-se em 1933, 1934 e 1935 os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais, figurando ela entre as matérias (Candido, 2006 [1959]: 284).

7 Sobre o “Plano de Metas”, de Juscelino Kubitschek, ver Schwarcz e Starling (2015: 98).

8 Importante atentar que, ao contrário de casos estrangeiros, a exemplo de Edgar Morin (1954), Pierre Sorlin (1977) e Emmanuel Ethis (2005), na França, ainda são incipientes os estudos no Brasil sobre uma sociologia do cinema. Quanto a referências para uma sociologia da crítica, ver Altmann (2010; 2013 e 2016).

9 Nessa década (de 1930), foi fundada a Cinédia, empresa carioca que produziu filmes como *Ganga bruta* (1933), de Humberto Mauro, que viria influenciar o Cinema Novo quase três décadas depois, com sua “raiz do enquadramento do filme brasileiro” (Rocha, 2003 [1963]: 54).

Assim como a institucionalização da sociologia se concentrava no eixo Rio-São Paulo, o cinema, na mesma época, também se destacava em ambas as metrópoles. No Rio, atuava a Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil, fundada por José Carlos Burle, Paulo Burle e Moacyr Fenelon, em 1941, com apoio do *Jornal do Brasil*; e em São Paulo, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949-1954) tinha como objetivo “implantar uma indústria cinematográfica baseada no sistema de estúdios”, sendo uma “empresa mais ambiciosa que dispõe dos recursos da burguesia de São Paulo” (Paranaguá, 2000: 561). Extinta em 1962, a Atlântida concentrou parte de sua produção em filmes carnavalescos e nas chanchadas.<sup>10</sup> Por sua vez, em seus cinco anos de existência, a Vera Cruz produziu 18 longas-metragens, refletindo

aspectos insuficientemente estudados da história cultural do Brasil: a influência italiana, o papel de São Paulo na modernização da cultura, as dificuldades das indústrias culturais num país do hemisfério sul, as origens da produção audiovisual nacional [...] São Paulo continua sendo o único polo de produção capaz de rivalizar com o Rio de Janeiro, além de conquistar a hegemonia em matéria de filme publicitário, graças à infraestrutura e aos técnicos formados pela Vera Cruz (Paranaguá, 2000: 562).

Sobre o protagonismo do Rio como cidade morada de cineastas e críticos, vale evocarmos a memória do cineasta e crítico Glauber Rocha quando, em 1957-58 (pouco tempo antes da publicação do artigo de Antonio Candido), declarou que:

Miguel Borges, Cacá Diegues, David Neves, Mario Carneiro, Paulo Saraceni, Leon Hirszman, Marcos Farias e Joaquim Pedro (todos mal saídos da casa dos vinte) nos reuníamos em bares de Copacabana e do Catete para discutir os problemas do cinema brasileiro. Havia uma revolução no teatro, o concretismo agitava a literatura e as artes plásticas, em arquitetura a cidade de Brasília evidenciava que a inteligência do país não encalhara (Rocha, 1981: 15).<sup>11</sup>

10 Para uma discussão sobre o tema, verificar Souza e Catani (1983).

11 Vários desses cineastas fizeram parte do Cinema Novo que, segundo o pesquisador Paulo Antonio Paranaguá, “foi o primeiro e provavelmente o único movimento cinematográfico brasileiro, tomando a palavra no sentido em que ela é empregada no caso de movimentos da vanguarda intelectual ao longo do século XX [...] Apesar de antecedentes na Paraíba e sobretudo na Bahia, o movimento de renovação se concentra no Rio de Janeiro, com certas expressões em São Paulo” (2000: 144-145).

Quanto à crítica, algumas linhas depois, o cineasta é taxativo: “Detestávamos Rubem Bιάfora, achávamos Alex Viany sectário e Paulo Emílio Sales Gomes alienado. Xingávamos Jean-Claude Bernardet e a crítica mineira era colocada na categoria dos reacionários e traidores do cinema brasileiro” (Idem).

Deste fragmento, duas curiosidades são notadas: exceto Alex Viany,<sup>12</sup> os críticos “detestáveis” por cineastas cariocas, ou que elegeram o Rio (ainda “cidade capital”) como lugar de atuação, eram paulistas.<sup>13</sup> Além disso, há a menção à “crítica mineira”.

Quanto a um “cinema paulista”, o agitador baiano escreve, em 1963:

Foi um cinema sem possibilidades: erro de raízes, origens culturais, conhecimento do Brasil e seus problemas. Os cineastas paulistas erram, e errarão sempre, pelo sentido de grandiosidade que marca esta própria civilização. Esbanjam dinheiro em *shows* tipicamente provincianos. Mesmo os homens com os pés e o pensamento na realidade social não dispensam o espetáculo sensacionalista, o espetáculo sensual de formas. Se os homens de cinema de São Paulo não descenderem a discussões mais profundas, o fracasso, pontuado de abortos como os já acontecidos, será o capítulo eterno de sua indústria cinematográfica (Rocha, 2003 [1963]:116-117).

Com esse léxico regional em mente, a pergunta aqui tratada ganha relevo: é possível supor a existência de cinemas e críticas “cariocas” ou “paulistas”? Para discutir a temática, traço a seguir os caminhos da investigação – do objetivo principal às entrevistas como fontes.

## A “crítica paulista” em cinco entrevistas

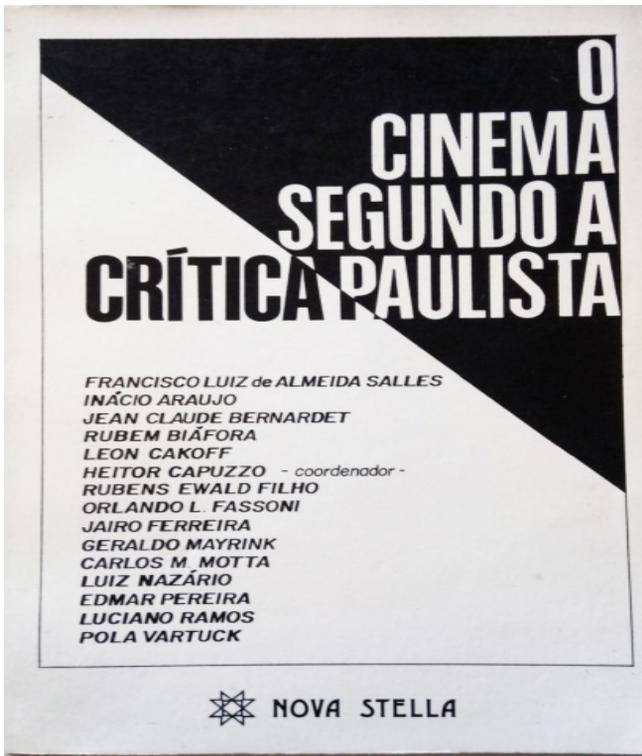
O objetivo geral da pesquisa de pós-doutorado se baseou na análise dos olhares da chamada crítica paulista sobre o Rio de Janeiro, por meio de filmes realizados num período de transição política e simbólica fundamental no século passado. Dentre as metas, busquei averiguar formas de argumentação acionadas no debate a respeito da institucionalização de imagens do Rio e apontar regularidades e dissensos nas narrativas. Assim, seria possível avaliar como e se críticos paulistas se posicionavam, legitimando obras de caráter longo como representações identitárias da outrora capital. Devido ao recorte

12 Para outra visão do autor sobre Alex Viany, conferir Rocha (2003 [1963]:99-104).

13 Incluo neste grupo Jean-Claude Bernardet.

espaço-temporal, documentos investigados seriam relativos aos críticos paulistas atuantes nas décadas de 1950 e 60.

Depois de levantamentos na Cinemateca Brasileira de críticas escritas por Rubem Biáfora,<sup>14</sup> entre outras matérias sobre filmes cariocas da época, uma nova direção se apresentou ao trabalho: a possibilidade de realizar entrevistas com os críticos que participaram do livro *O cinema segundo a crítica paulista*, organizado por Heitor Capuzzo, em 1986. O novo recorte enriqueceria a pesquisa e poderia ser executado no prazo do estágio.<sup>15</sup>



14 “Exerceu crítica de cinema em vários jornais paulistas, incluindo *Folha da Tarde* e *O Estado de São Paulo*. Dirigiu os longas-metragens *Ravina* (1958), *O quarto* (1968) e *A casa das tentações* (1975), além do curta *Maria Gruber* (1966). Foi produtor dos filmes *As armas*, *As gatinhas* e *Fora das grades*, todos de Astolfo Araújo, além de *Noites de Iemanjá*, de Maurice Capovilla. Participou do movimento de fundação da Cinemateca Brasileira e dirigiu tele-teatros na Rede Record” (Capuzzo, 1986: 42). Para uma coerência e homogeneidade referencial, todas as biografias aqui citadas, a contar com esta, foram extraídas na íntegra do livro *O cinema segundo a crítica paulista*.

15 As entrevistas foram realizadas por meio de diversas ferramentas e suportes. Algumas delas foram enviadas por e-mail à pesquisadora.

Parti, então, para a tarefa de mapear o “mundo”<sup>16</sup> da chamada crítica paulista com base em relatos dos referidos críticos, ainda atuantes, com exceção de Jean-Claude Bernardet, que não concedeu entrevista. Dos 15 críticos que participaram do livro, seis estão vivos. Além de Bernardet, são eles: Heitor Capuzzo (coordenador), Inácio Araújo, Luciano Ramos, Luiz Nazário e Rubens Ewald Filho.<sup>17</sup>

A ideia das entrevistas estaria em compreender parte da referida crítica numa escala temporal – dos anos 1950/60 até os dias de hoje – e verificar suas imaginações sobre o Rio de Janeiro. Vale notar que os críticos que fizeram parte do livro, e cederam entrevista para a pesquisa, conviveram e/ou se formaram com agentes fundamentais da institucionalização do campo, no período de “descapitalização” do Rio. Além disso, verifica-se um *continuum* temporal de personagens e pensamentos a compreenderem mais de meio século de crítica.

Isto posto, com os relatos em mãos, seria possível traçar lutas internas e externas do campo, jogos entre seus agentes, seus capitais simbólicos e culturais<sup>18</sup> e, sobretudo, suas visões sobre o Rio de Janeiro. A metodologia escolhida foi pautada por perguntas pragmáticas, como: Existe ou já existiu uma crítica paulista? Quais as suas especificidades em relação à crítica carioca (ou de outros estados, por exemplo)? Como críticos paulistas imaginaram e ainda imaginam o Rio de Janeiro através de filmes das décadas de 1950 e 60? E hoje, como veem a cidade por meio do cinema contemporâneo?

As respostas a seguir apresentadas serão comentadas ao final em cotejo com as metas citadas anteriormente. Exceto a primeira entrevista, mais alongada, com o organizador do livro, a ordem seguida se refere à cronologia com que foram realizadas. Vejamos, então, o material.

---

16 Sobre a noção de “mundos da arte”, aqui adaptada para a crítica, ver Becker (2008 [1984] ou 1977): “Defina-se um mundo como a totalidade de pessoas e organizações cuja ação é necessária à produção do tipo de acontecimento e objetos caracteristicamente produzidos por aquele mundo. Assim, um mundo artístico será constituído do conjunto de pessoas e organizações que produzem os acontecimentos e objetos definidos por esse mesmo mundo como arte” (Becker, 1977: 09-10).

17 Rubens Ewald Filho faleceu em 19/06/2019, pouco mais de um ano depois da entrevista realizada para a pesquisa.

18 Sobre tais conceitos, conferir Bourdieu (1998; 2007).

## Entrevistas: o “mundo” da crítica paulista e suas imaginações sobre o Rio de Janeiro

Heitor Capuzzo<sup>19</sup> – 17/05/2018

– *O que o motivou a organizar o livro “O cinema segundo a crítica paulista” e como era o campo da chamada crítica paulista na época?*

Nós estávamos começando naquele momento a sentir uma grande mudança no campo da crítica, da imprensa escrita. Foram vários os motivos para a organização, mas o principal deles foi o fato de que a academia tinha passado a ocupar um espaço muito bom na área da crítica, principalmente, com a pós-graduação, e o jornal deixou de ser espaço dos grandes ensaios, como nos anos de 1970, dos suplementos literários, passando a fazer mais resenhas de filmes.

Houve também a introdução do videocassete no início dos anos 1980, que popularizou o consumo de filmes que inclusive estavam fora do mercado exibidor. Enfim, estava ficando evidente que o crítico trabalhava mais na linha de um “guia” para o público e menos na área da análise cinematográfica mais teórica, aprofundada. Isso acontecia porque, até os anos 1970, o mercado editorial brasileiro era fraco em relação a publicações de cinema. O que se tinha, sobretudo, era a publicação de livros clássicos estrangeiros traduzidos para o Brasil. Eram poucas as editoras como a Civilização Brasileira, e poucas as coleções como as assinadas por críticos como Alex Vianny, uma figura-chave no mercado editorial; em São Paulo, Paulo Emílio Sales Gomes, Décio de Almeida Prado, Francisco Luiz de Almeida Salles eram nomes que tinham certo acesso ao mercado editorial, mas eram também figuras que escreviam nos suplementos literários. Eu fui de uma geração que recortava matérias do jornal e arquivava em pastas, então aprendi a gostar de cinema e de crítica; eu tinha críticos preferidos que acompanhava semanalmente... Coisa que hoje pouca gente faz porque o jornal está com um consumo mais descartável e, nesse aspecto de “guia”, funciona de forma parecida com a *internet*. Particularmente, não acho isso ruim, porque tem mercado para tudo e vários tipos de leitores e cinéfilos.

19 “É natural de São Caetano do Sul, no ABC paulista. Exerce crítica de cinema e televisão no jornal *Diário do Grande ABC* desde janeiro de 1980. Colabora também para a revista *Vídeo News*. Dirigiu os curtas-metragens *Estranho sorriso* (juntamente com José Armando Pereira da Silva – prêmio de melhor filme e direção nos festivais de Gramado e Brasília), *Boa noite* e *Paula Violeta*. É autor do livro *Cinema – a aventura do sonho* (Companhia Editora Nacional, 1986) e coordenou vários seminários de cinema em entidades culturais. Foi diretor do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Santo André” (Capuzzo, 1986: 55).

O que está mais patente para mim agora é que, nos anos 1980, começamos a perceber uma espécie de migração da chamada *crítica analítica*, no sentido mais denso, para o mercado editorial. O Brasil começou a publicar mais livros especializados de cinema e, conseqüentemente, o jornal foi substituindo e reduzindo seus espaços. Aconteceu, então, naquele momento, uma reforma dos jornais. A Folha Ilustrada, da Folha de S. Paulo, passou por uma grande reforma, passou a criar as matérias, o editor pautava as matérias.

O livro [*O cinema segundo a crítica paulista*] surge exatamente nesse momento, eu e Luiz Nazario éramos os mais novos daquela geração e eu queria pegar o depoimento de pessoas que já estavam deixando ou modificando seus espaços de atuação para outro tipo de trabalho no campo da crítica. Busquei, então, pegar um último suspiro daquilo que seria *uma fase mais romântica da crítica*<sup>20</sup>, da qual fui leitor e passei a fazer parte. Além disso, minha ideia era desconstruir uma concepção da crítica como uma coisa monolítica, e fui procurar pessoas que escreviam naquele momento em São Paulo e outras pessoas que as influenciaram. Fiz, então, um questionário, sem nenhum tipo de edição ou corte, no intuito de escrever aquele livro, que era pouco pretensioso. Acho legal esse projeto porque quando olho para trás me dou conta de quanta gente já se foi.

A ideia não era criar uma existência de “crítica paulista” em contraposição à “crítica carioca” ou à “crítica baiana”, não era dar uma cor local à crítica, apesar de o conjunto de entrevistas mostrar isso... Vários críticos, inclusive, escreviam para meios nacionais que estavam sediados em São Paulo.

– *Haveria traços a unirem aqueles críticos que você poderia identificar como um perfil mais “paulista”? Ou seja, poderia haver, efetivamente, um campo da crítica paulista?*

A crítica de São Paulo, especificamente, eu não saberia dizer, mas, por exemplo, um dos grandes nomes da crítica baiana foi o Walter da Silveira, que influenciou toda uma geração de novos cineclubistas e cineastas. Sua importância se deu, sobretudo, pelo fato de ele assumir uma posição a partir de uma região que não era central – como São Paulo e Rio – e que, portanto, as informações poderiam chegar filtradas. Ele foi fundamental, junto à emergência de cineastas baianos, como Glauber Rocha, Orlando Senna, Roberto Pires, para um autoconhecimento da Bahia e, nesse sentido, para refletir sobre uma cor local que

20 Grifo meu. Esta referência se encontra no resumo e na conclusão deste texto.

veio transcender aquela geografia, tornando-se uma expressão nacional e até mesmo internacional.

É importante lembrar que, na época, os jornais não tinham dinheiro para enviar críticos e jornalistas para o exterior. Então, por exemplo, a gente cobria festas – como o de *Cannes* – via Telex, e era quase sempre uma tradução de críticos estrangeiros.

Por outro lado, existem, sim, algumas especificidades locais, mas elas são pontuais. Mais que isso, eu entendo que a identidade era mais do crítico do que do local em que ele estava. Paulo Emílio e Jean-Claude Bernardet, por exemplo, privilegiavam o cinema nacional. A coloração, então, era mais do crítico. Mas, tinha também um problema de que os críticos, muitas vezes, eram reféns do mercado exibidor, das famosas sessões de cabine. Eram sessões exclusivamente para críticos, anteriores ao lançamento dos filmes. Então, eu acho que a formação e o veículo para o qual o crítico escreve, isto, sim, dá certa coloração. Certa coloração também poderia ser observada fora da hegemonia do eixo Rio-São Paulo, que centralizou por muito tempo a produção nacional.

– *Sobre o campo da crítica na época, como você o descreveria?*

Diferentemente de hoje, os jornais tinham seus próprios críticos, era possível saber o jornal em que o crítico trabalhava, os bastidores dos jornais, e também tinham os *freelancers*, que trocavam informações. Além disso, os festivais internacionais possibilitaram um trânsito maior com outras críticas, como a latino-americana, por exemplo. Isso fez com que a gente saísse de uma suposta identidade da crítica paulista em direção a uma crítica mais cosmopolita. O título do livro diz respeito, então, a críticos que escreviam para órgãos de imprensa de São Paulo – O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, Folha de S. Paulo, Revista Veja, entre outros.

Por outro lado, podemos pensar sobre as condições dos críticos. Como a Embrafilme<sup>21</sup> ficava no Rio de Janeiro, críticos cariocas tinham mais acesso a certos diretores cariocas, enquanto, em São Paulo, críticos tinham mais acesso a cineastas paulistas. Então, eu arriscaria dizer que a crítica paulista foi mais atenta ao cinema paulista enquanto a crítica carioca, ao cinema carioca. Isso era importante nos momentos de nomeação dos festivais, porque nem todo crítico era tão isento assim. Tal fato criava, às vezes, “rixas” ou diferenças ideológicas entre a crítica paulista e a carioca, ou melhor, entre ambos os campos cinematográficos dos quais os críticos faziam parte.

21 Sobre a empresa, ver Amâncio (2000).

Quando eu trabalhava na imprensa, ainda era o governo Figueiredo, e o livro foi publicado no início da abertura política, então, era possível encontrar pessoas que trabalhavam nas organizações de classe, associações de cineastas, e trabalhavam de forma mais colegiada. Nesse contexto, tinham críticos que defendiam um cinema mais culturalista, independente da circunstância em que o filme foi produzido, e, por outro lado, tinham os cineastas e críticos que defendiam um cinema engajado com a realidade sociocultural do filme. Então, por exemplo, cineastas e críticos mais militantes repreendiam aqueles que gostavam de Bergman... Havia também o outro lado dos críticos, que desqualificavam o cinema “mal feito”, apressado... Essa espécie de cisão não aconteceu só na minha geração, mas, de forma forte, na dos anos 1950/60.

É possível observar grandes diferenças ideológicas, culturais e estéticas entre Rubem Biáfara e Paulo Emílio Sales Gomes, por exemplo. No Rio de Janeiro, havia o Ely Azeredo, que era criticado por suas posições culturalistas e havia um pessoal mais envolvido com a realidade do cinema brasileiro, como Sérgio Augusto. Ainda, havia o pessoal que tinha passado por Hollywood como correspondente, como Paulo Perdigão, Alex Vianny, e tinha outra visão sobre o cinema industrial, que escrevia para a revista Filme Cultura, do Instituto Nacional de Cinema (INC).<sup>22</sup> Então, mais do que uma crítica carioca ou uma crítica paulista, era possível observar segmentos da crítica que defendiam e cultivavam determinados gêneros, obras ou autores. Jairo Ferreira, por exemplo, defendia o chamado cinema experimental – de [Júlio] Bressane, [Rogério] Sganzerla, Andrea Tonacci, entre outros, independentemente do lugar do cineasta ou da produção. A expressão “cinema de invenção” foi cunhada por ele, inclusive, e ele era, de certa forma, um porta-voz desses cineastas, ao contrário de colegas que gostavam de outros gêneros, como o cinema mais comercial, norte-americano. Durante muito tempo, críticos foram alvos de piadas por terem admiração pelo cinema americano.

Da geração seguinte, por exemplo, não seria possível comparar José Carlos Avellar com Rubens Ewald Filho. São cabeças completamente diferentes, com visões completamente diferentes, que se refletem nos textos. Por isso, é mais importante ir direto aos críticos.

No contexto do campo, é importante considerar ainda o papel do ensaísta, que não escreve propriamente crítica cinematográfica. Essa função se diferencia muito da crítica imediatista contemporânea, que é escrita antes da estreia do filme, como é o caso dos críticos enviados a festivais internacionais, que

---

22 Para informações sobre o INC, ver Simis (2000).

assistem a vários filmes por dia e têm que escrever entre as sessões. Esse fato acaba caindo em um pensamento fácil.

Dos críticos presentes no livro, nenhum fez curso de cinema. Tinham poucos professores de cinema, mas nenhum se formou em uma faculdade de cinema. Então, exceto o Jean-Claude [Bernardet], a totalidade do pensamento crítico (presente no livro) não fazia parte da academia. Pensar hoje a divisão jornalismo e academia é interessante. Se houve um esvaziamento da crítica, ele se dá junto a um incremento da academia e do mercado editorial.

– *Como você imagina (ou imaginava) o Rio de Janeiro (capital) através de filmes das décadas de 1950 e 60? E hoje, como imagina a cidade por meio do cinema contemporâneo?*

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a produção carioca não é monolítica. Historicamente, houve um torcer de nariz para a produção carioca da chanchada em São Paulo, quando se acreditou que *chanchada* era sinônimo de coisa mal feita e quando se criou um cinema sério (e pesado) da Vera Cruz. Daí é possível verificar uma visão preconceituosa em relação ao chamado *cinema popular*, quando se passou a acreditar que o cinema carioca se limitava ao samba, ao carnaval e à beleza do Rio de Janeiro. A grande virada acontece, sem dúvida, com Nelson Pereira dos Santos e *Rio 40 graus*.

Acontece que o Rio era a capital do país, era o centro de tudo, e São Paulo sempre foi uma cidade muito ensimesmada... O paulista “quatrocentão”, como a gente chama, era em média conservador. Apesar de ter promovido coisas importantes nos anos 1950, como a Bienal, a Cinemateca Brasileira, a própria Vera Cruz, o Teatro Brasileiro de Comédia, a cidade tinha certo aspecto empresarial. Já o Rio era mais voltado para as políticas nacionais. A origem de ambas as produções culturais é muito diferente. Houve uma afirmação de São Paulo ser elitista, principalmente calcada na Semana de Arte Moderna, e o Rio teria mais um apelo popular. Então, acho que poderia haver, sim, um “cinema do concreto” e um “cinema praiano”; um cinema mais solto e relaxado e outro intelectualmente mais estruturado. Obviamente, o Cinema Novo revitalizou o cinema carioca, com produções cariocas e cineastas não necessariamente cariocas. Hoje, as temáticas sociais desses cinemas são muito próximas.

Inácio Araujo<sup>23</sup> – 09/03/2018

– *Existe ou já existiu uma crítica paulista?*

Não acredito muito nisso, não. Existem especificidades, claro, mas não essa entidade. Veja, acho que o primeiro crítico paulista, o Octavio Gabus Mendes, era próximo do Adhemar Gonzaga, que era carioca, e assim por diante.

– *O que (e como) seria a crítica paulista? Que grupo a constituiu? Como teria surgido e quais seus principais agentes?*

O que vejo, mas não só localmente, é uma espécie de oposição entre nacionalistas e universalistas, digamos assim. Entre Paulo Emílio [Sales Gomes] versus [Rubem] Biáfora, entre Cinema Novo x Vera Cruz, entre patricios e plebeus. Mas isso se repetia no Rio, de certa forma, onde a crítica talvez fosse mais desenvolvida e diversificada. Havia vários bons críticos, com pensamentos diversos, desde Alex Viany até aquele que era muito próximo do Biáfora e até escreveu sobre ele na revista do INC, havia o Salvyano [Cavalcanti de Paiva], o [Ronald F.] Monteiro, depois o [José Carlos] Avellar, que era do campo do Cinema Novo etc. Mas havia também a Bahia, Minas, Rio Grande do Sul... Havia mais política em um, mais audácia em outros etc.

– *Quais foram suas principais transformações ao longo das décadas (de meados do século passado até hoje)? Como você vê o novo campo da crítica (ou seja, a crítica “jovem”) em São Paulo?*

Claro, o Cinema Novo foi uma partição decisiva. Mas a leitura dos *Cahiers du Cinéma* também. Vide Rogério Sganzerla, [Carlos] Reichenbach, Jairo Ferreira (como críticos e cineastas). Houve a partição direita/esquerda (de novo Biáfora vs Paulo Emílio). Há que dar atenção ao movimento cineclubista. Ali se formavam muitos críticos. E à Cinemateca [Brasileira] também, que tinha sala no prédio dos Diários Associados e que era onde também ficavam os cineastas ali pelos anos 1950/60. Nesse momento, existe uma proximidade muito grande entre crítica e realização, embora não fosse obrigatória.

---

23 “Trabalhou como jornalista e crítico de cinema no Jornal da Tarde e Folha de São Paulo, onde escreve atualmente. É autor do livro *Hitchcock, o mestre do medo* (Editora Brasiliense, 1982), além de experiências práticas (*A noite do desejo*, *Lilium M.*, *Aleluia Gretchen*, entre outros), roteirista (*Amor, palavra prostituta*, *Filme Demência*, entre outros) e diretor do episódio *Uma aula de sanfona* – do filme *As safadas* (os demais episódios foram dirigidos por Carlos Reichenbach e Antonio Meliande). Recebeu o prêmio de melhor montagem pela Associação Paulista de Críticos de Arte por seu trabalho em *A noite do desejo*” (Capuzzo, 1986: 28).

Depois, a partir dos anos 1970, acontece a entrada do cinema na Universidade (ou vice-versa). Em certos setores, pode-se verificar uma entrada franca da sociologia na análise cinematográfica. Em outros, a presença da semiologia, a necessidade de discutir o que é cinema, o que também termina por implicar a filosofia, via [Gilles] Deleuze, sobretudo.

Nisso se ganha e se perde. Me parece que um fato esquecido é o de que o filme é um objeto que, antes de tudo, é olhado. Na época áurea da semiologia, quando se falava de “leitura”, o Paulo Emílio, de sacanagem, claro, falava de “visura”.

Quanto à “nova crítica”, tenho a impressão de que [a revista] *Contracampo* recuperou o campo do olhar, a importância do olhar, sem ter deixado de lado as contribuições universitárias e das revistas, isto é, não regredindo aos tempos do impressionismo crítico, mas sem ceder ao pedantismo que pode atrapalhar o olhar com excesso de ideias e esquecendo que o objeto é de prazer, não de sofrimento.

Essa nova crítica começa no Rio. Em São Paulo, tem ressonâncias, sim. Mas o essencial veio dos cinéfilos cariocas, talvez porque andassem muito desiludidos com a crítica tal como se desenvolvia nos jornais cariocas.

– *Quais as especificidades de uma crítica paulista em relação à carioca (ou de outros estados, por exemplo)?*

A mineira foi mais política, a sulista mais eschachada, não tinha preconceitos, a do Rio se sentia muito responsável pelos rumos do cinema no Brasil, com frequência. E a do Rio tinha um problema grave, que era a proximidade dos cineastas do Cinema Novo, que tinham grande poder nas redações. Aqui em São Paulo, não era tão institucionalizado, não existia esse tipo de relação. Claro, quando você vai a Minas, sobretudo, e mesmo ao Rio Grande do Sul, era uma crítica que se permitia ser ainda mais abstrata, mais livre, pensar o cinema como algo mundial, sem se preocupar tanto com o Brasil, porque lá não havia cinema, ou quase não havia.

– *Como críticos paulistas – e você, exclusivamente – imaginam (ou imaginaram) o Rio de Janeiro (capital) através de filmes das décadas de 1950 e 60? E hoje, como imaginam a cidade por meio do cinema contemporâneo?*

O Rio era a capital, de certa forma tudo vinha de lá. Todos adoravam o Rio, o humor carioca, as revistas cariocas, o rádio carioca. Bem, talvez esteja falando por mim, mas acredito que era assim, a referência era o Rio. Hoje não é mais. Hoje, vendo o Rio a partir do cinema, tem-se uma impressão não muito

boa. Ora pensamos em exploração muito grande, com diferenças entre ricos e pobres dramáticas (em São Paulo também é assim, mas a geografia da cidade afasta essas duas categorias), ora em criminalidade sem fim. Isso não começa nos filmes, mas eles ajudam a fixar esse tipo de ideia, me parece. Veja o caso de *Tropa de Elite*, ou mesmo o de *Cidade de Deus*.

Luiz Nazario<sup>24</sup> – 07/05/2018

– *Existe ou já existiu uma crítica paulista? O que e como ela seria?*

Geograficamente, tudo o que é produzido em São Paulo é paulista. Mas pensando em termos de uma “escola” de crítica, o termo não diz nada. Nasci em São Paulo, próximo à Avenida Paulista, onde me hospedei quando volto à cidade, e sempre tendi ao cosmopolitismo, ao universalismo. São Paulo é uma cidade multiculturalista, um caos de culturas diversas. Por outro lado, há, no livro [“O cinema segundo a crítica paulista”], uma entrevista com o veterano crítico e cineasta Rubem Biáfara, falecido depois da publicação, que influenciou alguns dos principais críticos paulistas: Carlos Motta (1932-2006), José Júlio Spiewak (1931), Rubens Ewald Filho (1945), e eu próprio. Eu lia todos os domingos a página do Biáfara no Estadão e adorava suas idiossincráticas apreciações dos filmes que entrariam em cartaz ao longo da semana, e ele não vira ainda. Ele fazia apostas. Eu chegava a recortar essas colunas. Em algum momento, me desfiz desses recortes. Tive fases de colecionismo e de desapego. Mas a leitura desses artigos de Biáfara me levava aos quatro cantos da cidade para ver as raridades em cartaz que ele havia recomendado. Aventurei-me a ver *Wuthering Heights* (*O morro dos ventos uivantes* – 1939), de William Wyler, por exemplo, um dos filmes mais queridos do Biáfara, quando ele foi reprisado em um cinema decadente do centro da cidade. Havia um rato passeando pelos corredores, mas dobrei as pernas na cadeira e continuei a me deslumbrar com aquelas imagens prateadas na tela enorme. Como Biáfara, eu tampouco apreciava o cinema realista, politizado, os “pedaços da vida” do Cinema Novo, da *Nouvelle Vague*. Preferia o cinema de estúdio, os “pedaços de bolo” que eram os filmes de Alfred Hitchcock, de Fritz Lang, de King Vidor, de Frank Capra, de Vincente Minnelli, com tramas elaboradas,

24 “Nasceu em São Paulo, em 1957. Formado em História pela USP. Livros publicados: *O cinema industrial americano* (Ed. do autor, 1982); *Pasolini* (Ed. Brasiliense, 1982); *Da natureza dos monstros* (Ed. do autor, 1983); *De Caligari a Lili Marlene* (Ed. Global, 1983); *À margem do cinema* (Ed. Nova Stella, 1986); *Suspense – o medo no cinema* (Ed. do Colégio Bandeirantes, 1986). Colabora para diversos jornais e revistas” (Capuzzo, 1986: 104).

enquadramentos perfeitos, atores glamorosos. Já o Paulo Emílio Sales Gomes, na linha oposta, acreditava que “o pior filme brasileiro era melhor que o melhor filme estrangeiro”, preferindo pornochanchada a Ingmar Bergman. Paulo Emílio influenciou os teóricos de cinema da USP, como Ismail Xavier e Jean-Claude Bernardet, que formaram outros estudiosos de cinema que usam a linguagem acadêmica para falar de cinema, evitando sinal de paixão.

– *Quais seriam as especificidades da crítica paulista em relação à carioca (ou de outros estados, por exemplo)?*

Acompanho pouco a crítica carioca, a crítica em geral. Mas, conheci o Carlos Alberto Mattos, “baiano carioca”, que me hospedou algumas vezes em seu apartamento durante os Festivais Internacionais do Rio. Ele levava a profissão de crítico muito a sério e ia ao cinema munido de um gravador para registrar suas impressões enquanto via o filme, método que eu achava espantoso, pois jamais permitiria que qualquer distração interferisse na minha emoção, mesmo que depois, ao escrever sobre o filme, eu não lembrasse exatamente das cenas. Para mim, sempre foi mais importante a impressão geral, sintética, que o filme me deixava, do que a visão analítica de suas cenas. Por isso, raramente revejo um filme.

– *Como críticos paulistas – e você, exclusivamente – imaginam ou imaginaram o Rio de Janeiro através de filmes das décadas de 1950 e 60? E hoje, como imagina a cidade por meio do cinema contemporâneo?*

O Rio dos anos de 1950-1960 era um paraíso, como mostrava o maravilhoso *Orfeu negro* (1959)... Mas, já havia neste filme, como nos filmes do Cinema Novo, como *Rio 40 graus* (1955), *Os cafajestes* (1962), *Terra em transe* (1967), uma violência latente nas favelas da cidade. Essa violência contida nas periferias explodiu nos anos de 1980 e se tornou epidêmica, desenfreada, em filmes como *Cidade de Deus* (2002) e *Tropa de Elite* (2007). Hoje, o Rio de Janeiro é um lugar que procuro evitar. Na última vez em que estive na cidade, para uma palestra no Museu de Arte do Rio, fiquei hospedado no centro, a uma caminhada do MAR, e a lembrança mais forte que me ficou não foi a beleza da paisagem carioca ou a atrocidade estética do Museu do Amanhã. Pareceu-me uma cidade sem higiene, sem banheiros públicos, sem educação básica...

Rubens Ewald Filho<sup>25</sup> – 07/05/2018

Sobre a crítica paulista e a relação com o Rio de Janeiro: não me parece que tenha sido uma coisa assim, nem tão constante, nem assumida. O fato é que o Rio de Janeiro sempre foi a capital, o centro, o lugar de onde surgiram os filmes e as coisas mais importantes da cultura, até por sua própria situação de capital federal. Aos poucos, isso foi mudando... Na verdade, eu trabalhei durante 12 anos para a TV Globo e houve um momento, já por volta dos anos 1980, em que brincávamos que o Rio tinha influência e repercussão principalmente por causa da Globo, que era a responsável pelo charme das novelas, em geral, feitas na Zona Sul, na praia etc. O teatro também era mais interessante e divertido no Rio do que em São Paulo...

Contudo, a partir da década de 1950, São Paulo começou a se modificar com a Vera Cruz, e pouco antes disso pelo Teatro Brasileiro de Comédia, seguido pelo Teatro de Arena e outros, atraindo grandes atores de toda parte, inclusive da Vera Cruz, de onde veio o maior comediante paulista, Mazzaropi, que manteve esse lugar ao longo de sua carreira.

Ainda assim, a presença do Rio era fundamental por causa das revistas que circulavam no país, e todas tinham críticas de cinema de grande influência. Os jornais paulistas também tinham força, mas começavam modestamente, até quando o Estado de S. Paulo passa a ter seus próprios prêmios para cinema, como o SACI (que foi cancelado ainda no começo dos anos 1960, quando atores o acusaram de ser a favor do governo). Isso já demonstra como o Rio era mais importante, os colunistas eram nacionais e o mesmo não se podia dizer dos paulistanos – de repercussão limitada.

É necessário considerar grandes influências, como, por exemplo, o Rubem Biáfara, no Estadão, que dominava as opiniões... Mas, a verdade é que ele tinha ligações fortes com o pessoal do Rio, que tinha maior número de jornais, escritores famosos, assim por diante. Biáfara eventualmente também se tornaria diretor e produtor de filmes, na segunda fase da Vera Cruz, e daria força para os

---

25 “Agora em 1987, vou completar vinte anos de crítica profissional. Foi em outubro de 67 que a *Tribuna de Santos* publicou minha primeira crítica (por curiosidade, sobre *O demônio das onze horas*, o *Pierrot Le Fou*, de Godard). Até hoje ainda continuo a escrever para lá. Acho que Santos é uma boa cidade para se sair. Dificilmente em outro lugar teria tempo para ter feito quatro faculdades ao mesmo tempo, de manhã Direito, à tarde História e Geografia, e Jornalismo à noite. Ainda dava também para fazer teatro amador (escondido da família, com pseudônimo, num grupo de onde saiu gente tão boa quanto Ney Latorraca, Carlos Alberto Soffredini, Jandira Martini e Eliane Rocha)” (Capuzzo, 1986: 67). O crítico preferiu enviar suas respostas – aqui copiadas na íntegra – por e-mail, por isso, neste formato as perguntas não estão citadas.

filmes novos da Boca do Lixo. Uma figura que se tornaria importante foi o Leon Cakoff, meu amigo e contemporâneo (ele escrevia nos Diários Associados, e eu, no Jornal na Tarde e depois Estadão). Ele teve a inteligência e a ousadia de criar a Mostra Internacional de Cinema de São Paulo (o Rio também fazia festivais internacionais e por sua atração turística era o lugar aonde iam os atores famosos em visita ao país).

Mas, São Paulo foi se tornando cada vez maior e mais rico, e passou a ter maior número de cinemas e produção cinematográfica. No caso, os filmes da chamada Boca do Lixo tiveram enorme sucesso, e no Rio passaram a fazer imitações. Deve-se lembrar que em São Paulo tinha o produtor Oswaldo Massaini, que era parceiro das comédias produzidas no Rio, e de diretores conhecidos, mas que eventualmente produziria o único filme brasileiro que ganhou a Palma de Ouro em *Cannes*, *O Pagador de Promessas* (1962) e depois fez filmes “classe A”, como *O Cangaceiro*, da Vera Cruz, que teve distribuição internacional depois de ter sido premiado em *Cannes*, e *Independência ou Morte*, que devia ser carioca, mas foi paulista ao comemorar o Sesquicentenário da Independência. Devido a isso, mesmo uma pessoa tão carioca quanto Leila Diniz veio fazer filmes em São Paulo. Mas, entenda que não chegava a haver rivalidade, os paulistas sempre adoraram o Rio.

Atualmente, tudo ficou mais difícil porque a imprensa carioca não circula em São Paulo (note-se que havia antigamente o oposto, quando a Folha de S. Paulo era popular no Rio... Hoje em dia, com a crise jornalística em toda parte, não sei mais como é). Eu já não vou ao Rio com a mesma frequência e nem mesmo vou mais ao Festival do Rio por várias razões, entre elas o fato de que os filmes estão espalhados pela cidade e de difícil acesso. Há, portanto, pouca relação com colegas jornalistas, que encontramos em Gramado (onde sou curador há seis anos), cada vez mais cada um na sua, com sua formação política e pessoal diferenciadas. Para você ter uma ideia, existem duas academias, digamos assim: os críticos do resto do Brasil, incluindo São Paulo, e aquela somente do Rio, que indica os jornalistas que irão cobrir festivais no exterior.

Bom, acho que isso dá uma ideia geral e atual dos fatos. Mas, é preciso levar em conta que a crítica atual está moribunda, devorada pelas *fake news*, pelo *YouTube*, além da superficialidade dos jovens mal informados a copiarem o estilo complicado que aprenderam nas faculdades, e que os distancia da compreensão do espectador comum. Todo mundo se acha crítico, seja no Rio, seja em qualquer lugar.

Luciano Ramos<sup>26</sup> – 14/05/2018

– *Existe ou já existiu uma crítica paulista? O que e como ela seria?*

Claro que existe. Podemos citar nomes, como Guilherme de Almeida, Rubem Biáfora, Flávio Tambellini, Orlando Fassoni. Inclusive, o crítico mais conhecido do Brasil se chama Rubens Ewald Filho. Essa crítica é diferenciada apenas por ser composta por pessoas de São Paulo, que, por sua vez, têm suas idiossincrasias. A crítica é um trabalho essencialmente individual, solitário e também literário, a meio caminho entre o artístico e o jornalístico, porque nos comunicamos em termos utilitários com o público, mas através de um texto artesanal. Apesar de haver um campo paulista, cada crítico tem seu perfil próprio. Contudo, a crítica pode se caracterizar em termos corporativos... Por exemplo, há uma associação de críticos paulistas... Existe uma Associação Paulista de Críticos de Arte, mas ela, em si, não tem caracterização.

– *Como o referido campo da crítica se transformou ao longo dos anos (da publicação do livro até hoje)?*

A principal diferença, a meu ver, é que, na época em que foi feito o livro [1986], havia uma quantidade muito pequena de críticos que era determinada pela quantidade de veículos disponíveis. Destes, me refiro à imprensa como o Estado de S. Paulo e a Folha, que dedicavam páginas ao cinema e à crítica cinematográfica. Além disso, as sessões de estreia ou de pré-estreia, as chamadas sessões para a crítica ou “cabines”, contavam com três ou quatro críticos, no máximo. Hoje você vai a uma sessão e está lotada. Por quê? Porque hoje todo mundo escreve crítica em blogs etc., e todo mundo é crítico... Cada um tem seu blog, tem seu *site*, sua página no *Facebook*, e todo mundo recebe credencial para assistir às estreias no cinema. Outro dia, conversando com [Celso] Sabadin, ele contou que foi a uma sessão e não conhecia ninguém... Quando é filme *blockbuster*, então, aí tem fila para entrar...

Essa mudança é tecnológica, social, fruto da *Internet*, do crescimento da população. Não é nem positiva nem negativa, simplesmente faz parte da atual situação em que vivemos, e temos que nos adaptar a ela. O mundo mudou de uma maneira brutal, em caráter social, político, institucional e também de comunicação...

26 “Exerceu crítica de cinema nos jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Jornal da República*. Colaborou também na revista *Senhor*, além de experiência voltada à televisão, onde coordenou e apresentou os programas *Última Sessão de Cinema*, *Imagem e Ação*, na *RTC – Rádio e Televisão Cultura*, atuando até hoje como crítico de cinema junto ao Departamento de Telejornalismo. Foi professor de Comunicação na Fundação Armando Álvares Penteado, Faculdades Integradas Alcântara Machado e Faculdades Objetivo” (Capuzzo, 1986: 120).

– *Como você imaginava o Rio de Janeiro através de filmes das décadas de 1950 e 60? E hoje, como imagina a cidade por meio do cinema contemporâneo?*

O cinema já é uma outra história... Não é crítica de cinema. Quanto ao cinema, existem filmes dos anos 1950 que não foram entendidos por nenhum crítico de cinema. Por exemplo, *Tudo azul* (1952), de Moacyr Fenelon, uma obra-prima que ninguém compreendeu, ninguém percebeu nada, nem os paulistas, nem os cariocas. Na verdade, quem soube analisar esse filme não foi um crítico, mas o filósofo e ensaísta Anatol Rosenfeld. Esse é um filme característico dessa situação: muitos filmes do período eram desprezados pelos intelectuais, críticos e jornalistas por serem comédias. No Pós-Segunda Guerra, o Brasil queria se desenvolver no ponto de vista cultural etc., então havia um preconceito em geral pela cultura popular. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, havia uma “aristocracia” cultural que não aceitava samba, não aceitava macumba, não aceitava homossexual, não aceitava mulher seminua... Esses tipos se encaixavam em uma arte “menor”, bacana mesmo era a arte cultural europeia... Então, havia certo desprezo entre as pessoas que trabalhavam nos jornais, que se esforçavam para garantir a qualidade de suas ideias e os interesses que defendiam.

Quanto ao Rio de Janeiro visto por filmes mais contemporâneos, destaco, por exemplo, o Walter Lima Jr. Tem diretor mais carioca que ele? Então, ele fez agora um filme de horror baseado na novela de Henry James, que, por sua vez, é uma espécie de *remake* de um filme do Jack Clayton, feito na Inglaterra, nos anos 1960. Nada a ver com o Rio de Janeiro, praia, mata... nada. Essas coisas são meramente indiciais, que não servem para caracterizar uma situação cultural.

Quanto à crítica e aos críticos que me baseei no início da minha carreira, destaco, em primeiro lugar, Rubem Biáfora – crítico do jornal O Estado de S. Paulo –, que foi um dos maiores críticos desde os anos 1950 até morrer. Da Folha de S. Paulo, você tem o Orlando Fassoni, que também morreu. Ele tinha uma competência e uma capacidade de análise, de síntese, de as coisas complexas ficarem acessíveis. Tem outros críticos que peitaram a censura, na época da ditadura, como Guilherme de Almeida, Vinícius de Moraes, que tinham estilos muito próprios e fizeram uma carreira anterior à nossa.

## Considerações finais

Dos cinco relatos é possível constatar regularidades quanto a posições de certa crítica paulista, bem como visões sobre o Rio de Janeiro (e suas representações) ao longo de cinco décadas.

Verifica-se, primeiramente, um caráter não monolítico do campo, constituído por sujeitos que falam de um lugar ou escrevem para seus veículos de comunicação, mas não necessariamente traduzem esse lugar. Em outras palavras, em vez de uma concepção holista, ressaltam-se particularidades ou segmentos a evidenciarem, isto sim, interesses, ideologias, gêneros e autores que não forçosamente refletem uma espacialidade homogênea. Ao afirmarem que “a identidade é mais do crítico do que do lugar que ele ocupa”, agentes da crítica paulista reconhecem indivíduos “paulistas” – e não uma entidade – ao lado de certo cosmopolitismo. Embora afirmem diferenças culturais entre ambas as cidades (por meio de conceituações, como o “cinema do concreto” e o “cinema praiano”, por exemplo), e entre críticas de outros estados (como a “mineira”, a “baiana”, a do Rio Grande do Sul, entre outras), críticos identificam interseções entre olhares e agentes.

Há, igualmente, convergências em declarações, como: 1) a crise ou a transformação do papel da crítica de uma “fase mais romântica” (e de um texto mais aprofundado) para um “consumo mais descartável”; 2) a não formação dos críticos “românticos” em cursos de cinema, e a transferência do pensamento crítico para a academia; e 3) posturas que desqualificavam um cinema dito popular, “mal feito” ou “apressado”, em defesa de um cinema engajado, “culto” ou de autor.<sup>27</sup>

Quanto ao Rio de Janeiro, também é possível observar consenso sobre uma visão “paradisiaca” da capital “turística” – tanto através de filmes (como *Tudo azul* ou *Orfeu negro*) quanto da cidade real – que passa a ser sobreposta por outra, de violência “latente e epidêmica”, a ressaltar uma impressão pautada na “dramática desigualdade” e na “criminalidade sem fim”. Esse tipo de imagem – talvez inaugurada pelo “divisor de águas” *Rio, 40 graus* (1955), no processo de “descapitalização” do Rio – torna-se, segundo os críticos, cenário dominante tanto no cinema carioca contemporâneo, “quase monotemático”, quanto em sua geografia concreta e sociopolítica.

Com isso, a amostra aqui tratada suscita um proveitoso conteúdo que fica como reflexão sobre uma sociologia da crítica paulista e suas impressões cariocas. Primeiramente, nota-se a criatividade de certas produções fílmicas que, em algum sentido, pouco se diversifica ao reiterar uma representação majoritária e longeva baseada na criminalidade e na pobreza. Deste cenário emerge um segundo ponto relacionado a práticas políticas, culturais e econômicas do Rio capital e suas diversas fases até a segunda década do século XXI.<sup>28</sup>

27 Sobre tais temáticas, conferir Altmann (2016 e 2017).

28 Para uma discussão teórica e dados amostrais sobre cultura política e cidadania no Rio de Janeiro, ver Ribeiro e Corrêa (2012).

Por meio de um duplo movimento a conjugar estruturas textuais (de filmes) e realidade social – ao indicarem que “tudo vinha da capital”, “o Rio era a referência”, “um paraíso”, e “hoje não é mais”, “não se tem uma impressão muito boa”, “a cidade não tem educação básica” etc. – críticos nos fazem verificar interpretações que costuram elementos externos e obras. Através de tal leitura, relembramos a ideia de “redução estrutural”, de Antonio Candido (1993: 09), e também seu propósito de fazer uma “crítica integradora”, qual seja, aquela “capaz de *mostrar* de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários, manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas suas próprias leis” (Idem. Grifo do autor).

Nesse mesmo sentido, se ampliarmos o escopo para demais produções (ou narrativas fílmicas)<sup>29</sup>, e também para novos movimentos culturais, poderemos reconhecer que, embora em certas telas cariocas uma imagem monotemática do Rio de Janeiro se perpetue, como sua semelhante aparência na cidade concreta, potências inventivas oriundas de novos agentes, grupos e coletivos se edificam. Extenso trabalho a ser investigado.

## Referências

- ALTMANN, Eliska. *O Brasil imaginado na América Latina: a crítica de filmes de Glauber Rocha e Walter Salles*. Rio de Janeiro, Contra Capa/Faperj, 2010.
- ALTMANN, Eliska. Formação, campo e ocaso: registros da crítica cinematográfica na América Latina. *Revista Sociologia e Antropologia*. São Paulo, v. 3, 2013, pp. 296-311.
- ALTMANN, Eliska. Formação, campo e ocaso: registros da crítica cinematográfica na América Latina. *Revista. A crítica segundo a crítica latino-americana. Contemporânea – revista de sociologia da UFSCar*. São Carlos, n. 6, 2016, pp. 431-446.
- ALTMANN, Eliska. O Rio capital imaginado pela crítica cinematográfica: os casos de Rio Fantasia e Rio, 40 graus. *Caderno CRH*. Salvador, v. 30, n. 81, 2017, pp. 579-596.
- AMANCIO, Tunico. *Artes e manhas da Embrafilme*. Niterói, EDUFF, 2000.
- AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, André Nunes de. (Org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro, Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002, pp. 45-64.
- BECKER, Howard S. *Art worlds*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California/London, England, 2008.
- BECKER, Howard S. Mundos artísticos e tipos sociais. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

29 Disponível em: <<http://portacurtas.org.br/Especial/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Éditions du Seuil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Editora Zouk, 2007.
- CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo Social – revista de sociologia da USP*. São Paulo, [1959] 2006, pp. 271-301.
- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993.
- CAPUZZO, Heitor (Coord.). *O cinema segundo a crítica paulista*. São Paulo, Nova Stella Editorial, 1986.
- CATANI, Afrânio Mendes; SOUZA, José Inácio de Melo. *A chanchada no cinema brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DIÁRIOS ASSOCIADOS. *Edição Comemorativa da Transferência da Capital Federal para Brasília*. Caderno 1, 21/04/1960.
- ENDERS, Armelle. *Histoire de Rio de Janeiro*. Paris, Fayard, 2000.
- ETHIS, Emmanuel. *Sociologie du cinéma et de ses publics*. Paris, A. Colin, coll. 128 Sociologie, 2005.
- KORNIS, Mônica Almeida. Samba em Brasília: uma utopia conservadora dos anos 50. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa – ANPUH*, João Pessoa, 2003.
- MACHADO Jr., Rubens Luis Ribeiro. *Imagens brasileiras da metrópole: A presença da cidade de São Paulo na história do cinema*. Tese de Livre Docência, São Paulo, ECA-USP, 2007.
- MORIN, Edgar. Préliminaires à une sociologie du cinema. In: *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. XVII, jul.-dez. 1954.
- MOTTA, Marly Silva da. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.
- PARANAGUÁ, P. A. Vera Cruz. In: RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: SENAC Editora, p. 561-562, 2000.
- PARANAGUÁ, P. A. Cinema Novo. In: RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo, SENAC Editora, 2000, pp. 144-146.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e CORRÊA, F. S. *Cultura política, cidadania e representação na urbs sem civitas: a metrópole do Rio de Janeiro*. Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 30, 2012, pp. 156-193.
- ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1981.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SIMIS, A. INC (Instituto Nacional de Cinema). In: RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo, SENAC Editora, 2000, pp. 298-299.

SORLIN, Pierre. *Sociologie du cinéma*. Paris, Aubier, 1977.

Recebido em: 03/07/2019

Aprovado em: 30/11/2020

**Como citar este artigo:**

ALTMANN, Eliska. O Rio de Janeiro segundo a crítica paulista: 50 anos em 5 relatos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 177-200.



## O nascimento de uma produção sociológica: os estudos de Hiroshi Saito sobre a imigração japonesa no Brasil (1947-1953)

Aline de Sá Cotrim<sup>1</sup>

Marcos Chor Maio<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao longo da sua vida acadêmica, o sociólogo brasileiro e imigrante japonês Hiroshi Saito (1919-1983) se consagrou como um dos principais especialistas em imigração japonesa e suas questões no Brasil. Porém, antes de se tornar um pesquisador e professor reconhecido no meio, Saito estudou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), com professores estrangeiros e brasileiros fundamentais para a institucionalização das Ciências Sociais no país. À vista disso, o objetivo deste artigo é debater sobre alguns estudos do sociólogo em seus anos de formação na instituição, entre meados das décadas de 1940 e 1950, considerando os intelectuais e instituições que o influenciaram, além de analisar metodologias e conceitos aplicados em suas pesquisas.

**Palavras-chave:** Hiroshi Saito, Imigração japonesa, Assimilação.

1 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC (FGV) – Rio de Janeiro – Brasil - [adscotrim@gmail.com](mailto:adscotrim@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7991-5243>

2 Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro – Brasil - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - [marcos.maio@fiocruz.br](mailto:marcos.maio@fiocruz.br). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5938-5705>

## **The birth of a sociological production: Hiroshi Saito's studies on Japanese immigration in Brazil (1947-1953)**

**Abstract:** Throughout his academic life, the Brazilian sociologist and Japanese immigrant Hiroshi Saito (1919-1983) established himself as one of the leading specialists in Japanese immigration and its issues in Brazil. However, before becoming a researcher and professor recognized in the field, Saito studied at the Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) with foreign and Brazilian professors who were fundamental for the institutionalization of Social Sciences in the country. That being said, the purpose of this article is to discuss some studies of the sociologist in his years as a student at the institution, between the mid-1940s and 1950s, considering the intellectuals and institutions that influenced him, in addition to analyzing methodologies and concepts applied in his research.

**Keywords:** Hiroshi Saito, Japanese Immigration, Assimilation.

### **Introdução**

Ao longo da sua vida acadêmica, o sociólogo brasileiro e imigrante japonês Hiroshi Saito (1919-1983) se consagrou como um dos principais especialistas em imigração japonesa e suas questões no Brasil. Por meio da publicação de inúmeros estudos, realização de palestras e cursos, organização de eventos, além de ministrar aulas em instituições universitárias, Saito se fez presente no meio acadêmico brasileiro, elucidando a importância da temática dos estudos japoneses para a compreensão das comunidades em que estes imigrantes estavam inseridos. Para além do seu papel como pesquisador e professor, quando a sua carreira já estava estabelecida, a sua formação acadêmica também é notória, contando com ensinamentos de professores estrangeiros e nacionais de renome e publicação de estudos inéditos para as Ciências Sociais brasileiras.

Um dos responsáveis pela apresentação da vida acadêmica para Saito, Willem lecionava na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), ao lado de outros cientistas sociais importantes para a institucionalização do campo das Ciências Sociais no Brasil, como Donald Pierson (1900-1995) e Herbert Baldus (1899-1970). Na ELSP, onde foi aluno, e posteriormente professor, Saito entra em contato com métodos de pesquisas, conceitos e teorias que dão sentido às suas experiências e de outros imigrantes no Brasil. Questões como o processo de assimilação e as dificuldades de inserção na sociedade brasileira são centrais em seus estudos.

Ao longo de seus vários trabalhos, Saito (1961) entende que a assimilação não significa a dissolução ou ausência de aspectos culturais, mas, sim, a criação de uma cultura com características de todas as culturas que tivessem envolvidas neste processo. O sociólogo demonstra em sua produção ter como prioridade em suas pesquisas a empiria e o compromisso social para que seus trabalhos contribuíssem com a sociedade ao seu redor, principalmente para a comunidade imigrante japonesa. Os trabalhos produzidos por ele e apresentados aqui trazem como solução para os problemas enfrentados pelos imigrantes a assimilação à sociedade brasileira, e destacam os imigrantes da segunda geração como já inseridos nesse processo.

Assim, o objetivo deste artigo é abordar estudos realizados pelo sociólogo brasileiro e imigrante japonês Hiroshi Saito (1919-1983) sobre a imigração japonesa no Brasil. Saito imigrou para o país em 1933, e, no início da década de 1940, conheceu o sociólogo alemão Emilio Willems (1905-1997), para quem trabalhou como informante e tradutor. Ao longo deste artigo, vamos analisar questões levantadas por Saito em alguns de seus estudos, em especial, a sua produção intelectual vinculada a Willems, em conexão com outros autores e ao seu trabalho como jornalista. O material trabalhado está vinculado à experiência pessoal de Saito e à preocupação com a integração do japonês no Brasil. Desta forma, este artigo se atém ao seu momento de contato inicial com a instituição onde estudou e com o campo da sociologia.

Inicialmente, faremos uma breve apresentação da trajetória de Saito, explorando o contexto do seu ingresso na ELSP. Em seguida, abordaremos a relação de Saito com Emilio Willems e Donald Pierson, de quem foi orientando, pensando as influências conceituais e metodológicas exercidas sobre o seu trabalho. Por fim, focaremos em dois artigos publicados por Saito, o primeiro em coautoria com Willems; e, o segundo, escrito de forma independente; considerando também alguns de seus artigos publicados no *Jornal Paulista*.

## O contato inicial com o mundo acadêmico: a sociologia da ELSP

No obituário de Hiroshi Saito, o sociólogo Oracy Nogueira, da USP, escreveu que a “formação especializada em Ciências Sociais transformou Saito de participante-observador em observador-participante do ambiente nipo-brasileiro, que se tornou seu principal campo de investigação” (Nogueira, 1984: 448). Isto é, o imigrante japonês e sociólogo brasileiro encontrou nas Ciências Sociais e nas pesquisas de campo explicações para problemas que ele (e seus familiares e amigos) enfrentava(m) desde que tinha(m) imigrado para o Brasil. A tensão

cultural, causada por diferenças de hábitos e costumes, principalmente, e o processo de assimilação, ou seja, de adaptação e inserção do imigrante à sociedade local, estimularam Saito, pessoal e academicamente, desde a sua entrada na ELSP até meados de 1983, ano em que veio a falecer, e influenciaram seus trabalhos sobre os imigrantes japoneses no Brasil.

Em 1947, Saito iniciou o curso de graduação em ciências sociais na ELSP, sob a recomendação de Emílio Willems. Naquele momento, ele já tinha interesse pelos estudos sobre a imigração japonesa no Brasil e estava à frente de uma “campanha visando neutralizar os maléficos efeitos” da sociedade secreta Shindô-Renmei<sup>3</sup>, tema do seu primeiro artigo acadêmico. Deu continuidade aos seus estudos na ELSP, realizando, entre 1954 e 1956, mestrado em Ciências Sociais, sob a orientação de Donald Pierson. No fim da década de 1950, fez o doutorado em Economia, na Universidade de Kobe, no Japão. Após, Saito iniciou sua carreira docente na ELSP, em 1960, atividade mantida até 1970, quando se tornou professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) (Castro, 1994).

A importância das pesquisas sociológicas da ELSP no campo acadêmico no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, deve-se ao padrão de trabalho conduzido pela instituição. Esta tinha como foco a pesquisa de campo, utilizando métodos como observação participante, entrevistas, aplicação de questionários, além de técnicas de pesquisa, como entrevistas, aplicação de questionários e história de vida, e se destacava por fazer uma sociologia empírica, com o intuito de colaborar com o desenvolvimento da sociedade. O objetivo era desenvolver estudos que gerassem dados sobre determinada localidade e produzissem instrumentos que permitissem a elaboração mais eficiente de políticas públicas (Limongi, 1989).

As pesquisas de Willems e Pierson alimentaram o interesse de Saito pelo estudo dos imigrantes japoneses no Brasil desde o seu ingresso na ELSP. Em pedido de financiamento de pesquisa enviado a Cyro Berlinck<sup>4</sup>, então diretor da ELSP, Saito relata as pesquisas que teria realizado com Emílio Willems, de quem foi informante (tradutor e principal contato dentro da comunidade imigrante japonesa), e com Seiichi Izumi<sup>5</sup>, de quem foi assistente, e afirma a ausência de pesquisas sobre os imigrantes japoneses sendo realizadas no Brasil. Segundo

3 Carta de Hiroshi Saito a Cyro Berlinck. 20 de abril de 1953. Fundo Donald Pierson/Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp.

4 Carta de Hiroshi Saito a Cyro Berlinck. 20 de abril de 1953. FDP/AEL/Unicamp.

5 Seiichi Izumi (1915-1970) foi um antropólogo japonês. Estudou na Universidade Imperial de Keijo (hoje, Universidade de Seul), na década de 1930, e, em 1952, veio ao Brasil, sob a tutela da UNESCO, para pesquisar a integração dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira.

Saito, uma das principais barreiras seria a questão linguística, pois não seria fácil encontrar intelectuais bilíngues. Contudo, a pesquisa de Izumi teria aberto novos horizontes para o estudo do imigrante japonês no Brasil. Ele reforça a questão fazendo suas as palavras de Tavares de Almeida e Arthur Ramos:

“A colonização japonesa no Brasil é ainda um assunto inédito” – e “nada se apurou das condições culturais e econômicas dos que aqui chegaram. Nem sequer os costumes, depois de fixados entre nós, foram estudados. Os debates que se travaram sobre o caso japonês, na discussão do dispositivo constitucional de 1934, que limitou a entrada de imigrantes, não saíram do campo político”. ([ALMEIDA, Tavares de] Oeste Paulista, [Rio de Janeiro, Alba, 1943] p. 156).

“O estudo do Japonês no Brasil oferece muitos outros ângulos (além dos já estudados) principalmente no vasto capítulo da sua assimilação social e política”. ([RAMOS, Arthur] Introdução à Antropologia Brasileira, [Rio de Janeiro, CEB, 1947] 2º v., p. 330).<sup>6</sup>

Tavares de Almeida, ao viajar pelo interior do estado de São Paulo, encontrou inúmeros imigrantes sobre os quais nada se sabia além do suposto perigo que representavam. Arthur Ramos (1947: 330-331) aponta que o pouco que se sabia, em geral, versava sobre alguns aspectos culturais relacionados à religião e sobre aspectos físicos das pessoas de origem japonesa. Ele critica que o preconceito em relação a esses imigrantes está relacionado a uma questão racial, por serem considerados “amarelos”, e de aversão política, por conta da Segunda Guerra Mundial (Ramos, 1947: 331). Saito utilizou os trabalhos desses autores para buscar legitimar a importância dos estudos por ele propostos, até então ausentes no Brasil.

Desse momento em diante, Saito pediu apoio institucional e material da ELSP para prosseguir com as pesquisas iniciadas por Willems e Izumi, solicitando a criação de um programa de pesquisa voltado para a aculturação de japoneses e seus descendentes no Brasil. Ele propôs três pesquisas: “estudos de comunidades japonesas, estudos de caso e estudos ecológicos dos imigrantes”. O primeiro projeto era voltado para famílias de imigrantes japoneses estabelecidas no Pará. Era um estudo realizado a partir de surveys, de longa duração (Saito sugere pesquisas com intervalos de três a cinco anos), que elucidaria aspectos sociológicos de comunidades isoladas. Os estudos ecológicos dos imigrantes, por sua vez, tratavam de pesquisas que continuariam o trabalho que ele tinha iniciado com Izumi junto a lavradores japoneses em contato com vizinhos

6 Carta de Hiroshi Saito a Cyro Berlinck. 20 de abril de 1953. FDP/AEL/Unicamp.

brasileiros. Ambas as pesquisas tinham em vista identificar os níveis de isolamento e contato social dos imigrantes com os moradores locais; e entender como estavam se desenrolando os processos de integração desses estrangeiros aos novos ambientes. Os estudos de caso, por fim, basear-se-iam principalmente em entrevistas de histórias de vida, pois, segundo Saito:

Os velhos imigrantes, aqueles que vieram nos primórdios da imigração japonesa ao Brasil, vão envelhecendo ou desaparecendo rapidamente, sendo cada ano mais diminuto o número dos “sobreviventes”. Pois urge coligir e organizar uma série de *life-history* desses elementos preciosos enquanto é possível. Uma vez organizada essa série de *life-history* mediante a adoção de uma metodologia apropriada, poderia ser feita sua análise em função da comparação com *life-histories* de seus filhos e netos. Um tipo de estudo que ainda não foi tentado com outros imigrantes, e que talvez poderia proporcionar a nós muitos ensinamentos acerca do complicado mecanismo de aculturação.<sup>7</sup>

Este último modelo de estudo se baseia, portanto, na utilização de uma metodologia específica, bastante utilizada nas pesquisas sociológicas da Universidade de Chicago. A técnica é indicada no manual de Sociologia elaborado por Pierson (1964 [1945]) como um dos instrumentos para a elaboração de pesquisas empíricas. Além disso, *life-stories* foi amplamente utilizada, por exemplo, no trabalho *The Polish Peasant*, de Thomas e Znanieck, a fim de compreender como se deu o processo migratório de poloneses para os Estados Unidos (Lopes, 2012). No Brasil, a técnica também foi utilizada para compreender como se dava o processo de inserção dos imigrantes à sociedade local, como percebemos nos comentários de Saito em carta para Cyro Berlinck, então diretor da ELSP.

Também em correspondência, desta vez com Anísio Teixeira, à época, Secretário-Geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), Saito ressalta a importância de se investigar o processo de assimilação dos imigrantes, em especial dos japoneses, que ainda contava com literatura limitada sobre o tema. Para ele, estudar esses grupos específicos de estrangeiros seria importante “não só para o maior conhecimento dos problemas de assimilação no Brasil, mas também para a maior compreensão de outros grupos humanos”<sup>8</sup>. Portanto, pesquisar o imigrante ajudaria a compreender a sociedade como um todo. Além disso, entender os processos de interação entre diferentes grupos e a inserção dos estrangeiros seria entender

7 Carta de Hiroshi Saito a Cyro Berlinck. 20 de abril de 1953. FDP/AEL/Unicamp.

8 Carta de Hiroshi Saito a Anísio Teixeira. 10 de setembro de 1954. FDP/AEL/Unicamp.

também o processo de mudança social pelo qual o Brasil passava, causado tanto pela presença desses estrangeiros como pela modernização do país.

Saito, de modo distinto de alguns grupos dentro da comunidade imigrante japonesa, como veremos no caso da Shindô-Renmei, era a favor da assimilação dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. Isso significava que ele acreditava ser positivo para o imigrante se adequar aos costumes locais, por questões econômicas e sociais, sem cancelar os elos com a cultura de origem. Para ele, deveria haver um balanço entre as duas culturas (Saito, 1961).

Ademais, a sua defesa da assimilação não se limitava aos artigos acadêmicos. Seu ativismo está presente nos artigos publicados na imprensa dirigidos à comunidade japonesa no país, principalmente no *Jornal Paulista*, na década de 1940. O jornal tinha por objetivo ser um organismo de “integração à grande família brasileira”, que “se propunha a representar uma reação crítica à expansão do ultranacionalismo japonês, ao defender abertamente a integração à sociedade e cultura brasileira como forma de ascensão social dos japoneses e de seus descendentes no país” (Taniguti, 2015: 202). Dessa forma, o jornal combatia o preconceito racial, lutava pela afirmação da população japonesa na sociedade local e defendia a integração como alternativa ao ultranacionalismo. Saito passou cinco anos na redação do jornal e seus artigos no periódico demonstram preocupações, como disputas geracionais e a não aceitação da língua portuguesa entre os imigrantes japoneses, questões estas que também aparecem nos seus trabalhos acadêmicos (Cotrim, 2016).

## A influência de Emilio Willems e Donald Pierson sobre as pesquisas de Hiroshi Saito

As pesquisas realizadas por Saito sofreram a influência de Emílio Willems e Donald Pierson. O primeiro realizou inúmeros estudos sobre processos de assimilação em comunidades imigrantes; Pierson exerceu um importante papel na difusão da Escola Sociológica de Chicago, na realização de estudos de comunidade<sup>9</sup> e no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A instituição norte-americana teve importante influência no ensino da sociologia empírica

9 Segundo Maio, Oliveira & Lopes (2013: 246), os estudos de comunidade se constituíram num “modelo explicativo da sociedade com base em múltiplas investigações empíricas, circunscritas espacialmente, de populações rurais. Seu enfoque recaiu sobre o processo de mudança em contextos sociais marcados pela tradição. Trata-se de uma abordagem que remonta aos trabalhos de cientistas sociais norte-americanos, como Robert e Helen Lynd (Middletown), Warner Loyd (*The Social Life of a Modern Community*) e Robert Redfield (Tepotzlan, a Mexican Village: A Study of Folk Life). Em termos metodológicos, os estudos de comunidade refletiriam o deslocamento, para sociedades complexas, de métodos caracteristicamente utilizados pelas pesquisas etnográficas nas denominadas sociedades primitivas.”

na ELSP, mas também ao buscar tornar inteligível os processos de mudança social (Maio & Lopes, 2015).

O livro de Willems *Assimilação e Populações marginais no Brasil* (1940) permite a compreensão de conceitos-chaves que serão apropriados por Saito. Os conceitos de “assimilação” e “aculturação” são densamente discutidos, sendo o primeiro definido em função das mudanças na esfera social de um indivíduo, com quem se relaciona, por exemplo, e o segundo, na esfera cultural, os hábitos que adquire (Willems, 1940: 17). Willems critica a ideia de haver “representantes da espécie humana inassimiláveis”, visto que, por existir uma dimensão sociológica, toda cultura implica a possibilidade de assimilação. Isto é, os seres humanos são produtos de interações sociais, sendo capazes de apreender novos hábitos e comportamentos. Tanto essas preocupações como a busca em verificar a dinâmica da assimilação dos imigrantes estão presentes no estudo de Willems ao abordar a história da imigração germânica para o Brasil, as principais motivações, dificuldades iniciais e processos de adaptação.

*Assimilação e Populações* foi a principal fonte inspiradora para o conjunto de pesquisas levada a efeito por Saito, especialmente na análise das experiências imigratórias no Brasil. Ambos os pesquisadores abordam o processo de assimilação, buscando identificar as dificuldades, ressaltando os conflitos geracionais, as diferenças linguísticas e as adaptações biológicas (alimentação e doenças). Willems (1940: 204) destaca, por exemplo, que a língua portuguesa seria um símbolo da cultura urbana entre os imigrantes no Brasil, pois, somente quando se mudavam para as cidades é que tinham mais contato com brasileiros e dominavam o idioma local. Além disso, a migração para a cidade alterava hábitos relacionados a vestimentas e comportamentos (passava-se a frequentar bailes e cinemas), por exemplo. Assim, o estudo de Willems nos mostra, tal como os que Saito produziu posteriormente, como os hábitos culturais dos imigrantes se alteraram com o tempo, especialmente os dos jovens, que teriam mais vontade e necessidade de se assimilar ao Brasil.

Além da influência dos estudos de Willems sobre as pesquisas de Saito, é possível perceber também os ensinamentos de Pierson em seus trabalhos. Métodos, teorias e conceitos originados em Chicago estão presentes nestes, especialmente no que concerne ao foco na pesquisa empírica e ao uso de conceitos como “assimilação”. Pierson foi orientador de mestrado e um entusiasta das pesquisas de Saito sobre a imigração japonesa no Brasil. Por isso, vale a pena se deter brevemente na história da ELSP no contexto dos anos 1940 pensando na singularidade de Pierson, assim como suas pesquisas foram influenciadas pelas práticas e conceitos da Escola Sociológica de Chicago.

Quando foi criada, em 1933, a ELSP contou com o apoio de diversos intelectuais e empresários em um contexto que se buscava a realização de pesquisas que resultassem em sugestões para superar os problemas sociais, para se alcançar a modernização do aparato estatal e para encontrar alternativas econômica, social e política. De acordo com Ângelo Del Vecchio (2009: 13), a fundação da ELSP se destaca por “constituir-se no primeiro centro de formação sistemática de sociólogos no país” e, “sobretudo, por conceber e desenvolver essa formação através da forte associação desse mesmo ensino à pesquisa aplicada”.

Inspirada na Escola Sociológica de Chicago (Maio; Lopes, 2012; Simões, 2009; Nova, 1998, Oliveira, 1995), a instituição organizou cursos letivos, conferências em séries ou avulsas sobre assuntos da atualidade, aulas práticas, publicações impressas para divulgação dos trabalhos realizados, uma biblioteca especializada em Ciências Sociais, um movimento de intercâmbio com instituições estrangeiras e bolsas de estudo e estágios (FESPSP, 1940). Ademais, contratou professores estrangeiros, como Willems e Herbert Baldus, e Pierson.

Pesquisas realizadas em Chicago sobre problemas da urbanização e da diversidade étnico-racial se voltavam para os temas da integração e imigração, sobretudo com a adaptação dos imigrantes europeus à sociedade norte-americana (Eufrásio, 1999; Valladares, 2005). O contexto de modernização, mudanças sociais, conflitos raciais e imigração geraram uma série de subsídios às pesquisas empíricas realizadas na instituição e o desenvolvimento de conceitos como “assimilação” e “marginalização”, além de “atitude” e de “valores sociais” (Nova, 1998).

Estudos baseados na Escola Sociológica de Chicago chegam ao Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, sobretudo quando Donald Pierson começa a lecionar na ELSP, em 1939, após ter sido orientado por Robert Park. Pierson cria um programa de pós-graduação, novidade no Brasil até então. Foram contratados três professores doutores: Donald Pierson, Herbert Baldus e Emilio Willems (FESPSP, 1942).

Além da criação da Divisão de Estudos Pós-Graduados na ELSP, Pierson assume diversas iniciativas na esteira da tradição acadêmica americana presente em Chicago, como: pesquisas etnográficas em grupo, possibilidade de realização de cursos de pós-graduações no exterior, publicações em revistas e livros, criação de uma revista científica e financiamentos para investigações. Insistindo na importância do treinamento e da formação dos sociólogos profissionais, Pierson incentivava pesquisas de natureza etnográfica, ou seja, “a fidelidade máxima à realidade empírica, à precisão e ao rigor na observação e descrição de fenômenos” (Pierson, 1987; Massi, 1989: 449).

Outra novidade que aparece no campo sociológico brasileiro neste momento é a criação de um meio de divulgação desses métodos e teorias para alunos e professores de Ciências Sociais no Brasil: a revista *Sociologia*, na qual Pierson publicava frequentemente e, em especial, na década de 1940. Ao analisar a publicação, Alves (2015) identifica que um dos temas tratados por Pierson e Willems eram os estudos de assimilação. Os processos de “assimilação” e “aculturação” permitiriam compreender a formação de uma organização social coesa e estruturada. O processo de assimilação, por exemplo, era a forma pela qual os valores e as atitudes de uma comunidade eram adotados por outra comunidade, e, em geral, estava relacionado aos estudos sobre imigrantes, que valorizavam a sua contribuição cultural para a emergência de uma nova composição étnica. Desse modo, a assimilação, em geral, estaria associada a algo positivo e à construção de algo diferente do existente.

Pierson já havia demonstrado interesse pelo tema da assimilação dos imigrantes japoneses em sua tese de doutorado. Na ocasião, quando afirmou que a “oposição feita alguns anos atrás à imigração japonesa para São Paulo parece que foi motivada, em grande parte, pela apreensão de que os japoneses constituíssem um grupo de difícil assimilação” (Pierson, 1945: 416). A seu ver, o problema racial no Brasil não se dava porque os imigrantes japoneses nas primeiras décadas do Século XX resistiam à assimilação, mas porque havia resistência e segregação da população local ao receber esse grupo – segregação esta que ele já havia percebido na década de 1930, ao estudar a relação entre negros e brancos na Bahia para seu trabalho de tese de doutorado (Maio; Lopes, 2017).

Saito fez inúmeras pesquisas, a fim de compreender o processo de assimilação dos imigrantes japoneses no Brasil, inspirando-se em técnicas divulgadas por Pierson em seu *Teoria e Pesquisa em Sociologia* (1964[1945]) e na metodologia dos estudos de comunidade. A dissertação de Saito *O Cooperativismo na Região de Cotia: estudo de transplantação cultural* (1956), foi orientada por Pierson e publicada em formato de cinco artigos na revista *Sociologia*, entre 1954 e 1955, e, posteriormente, como livro.<sup>10</sup>

O primeiro artigo possui uma apresentação de Pierson, na qual o sociólogo analisa o estudo de Saito. Na apresentação, ele afirma que:

---

10 A relação de Pierson e Saito pode ser observada por meio da correspondência que trocaram por mais de 30 anos e na forma como o aluno fazia suas pesquisas. Nestas cartas, percebemos uma intensa relação de trocas e orientações, em especial de leituras e contatos por parte de Pierson para com Saito. O orientador, por exemplo, sugere a leitura do trabalho *The Polish Peasant in Europe and America*, de Florian Znaniecki and William I. Thomas (da Universidade Chicago), publicados entre 1918 e 1920 Carta de Donald Pierson a Hiroshi Saito. 16 de dezembro de 1953. FDP/AEL/Unicamp.

O estudo da assimilação é tanto de valor prático, para o país em questão, como de proveito para o desenvolvimento da teoria sociológica. Quanto a esta, o estudo da assimilação (e da migração e acomodação que lhe são associadas) nos oferece meios de compreender melhor a integração e desintegração grupal, ocasionadas pela migração de indivíduos que, desligando-se dos seus grupos originais, vem a incorporar-se a grupos novos no país adotivo. Ao mesmo tempo, os migrantes levam consigo aquilo que podemos chamar de “bagagem cultural”, de modo que se processa, mui naturalmente, e transplantação de traços e complexos que, de acordo com as circunstâncias, ou desaparecem mais cedo ou mais tarde, ou passam a substituir fenômenos equivalentes no novo país, ou ainda podem ser incorporados à cultura deste, sofrendo no processo, modificações mais ou menos profundas (Pierson, 1954: 248).

Pierson destaca a influência da “bagagem cultural” do imigrante no seu processo de assimilação, conceito também utilizado por Saito (1956; 1961). Trata-se de um fenômeno que se refere às características da cultura de origem que influenciam a personalidade do indivíduo e que podem determinar a sua adaptação ao novo contexto social. Os traços da cultura japonesa identificados por Saito entre os imigrantes podem definir como eles se organizam economicamente perante a sociedade brasileira, como em cooperativas, por exemplo, assim como a adaptação alimentar, na qual se substitui ingredientes que possam ser de mesmo valor nutritivo, “equivalentes”. Essa compreensão do processo de assimilação difere da interpretação clássica de que ela implicaria cancelar a cultura de origem (Truzzi, 2012). Tanto Pierson (1954) como Saito (1961) defendem a existência de uma variedade de culturas que estão em permanente processo de interação e adaptação.

No segundo parágrafo da apresentação do artigo de Saito, Pierson ressalta a importância em se pesquisar os imigrantes japoneses como até então, tinham sido pesquisados, principalmente, por Willems, Seiichi Izumi e Saito. Sob a coordenação de Pierson, Saito estava realizando três estudos sobre assimilação e acomodação destes imigrantes. De acordo com um relatório de atividades de Saito, uma desses trabalhos seria o seu tema de pesquisa de mestrado, cuja denominação é “estudo de transplantação cultural”, e que se referia aos imigrantes japoneses trazerem uma determinada característica da cultura de origem, como o funcionamento do cooperativismo, para o meio rural brasileiro<sup>11</sup>.

11 Carta de Hiroshi Saito a Anísio Teixeira. 10 de setembro de 1954. FDP/AEL/Unicamp.

A pesquisa em questão é a que resulta na dissertação de mestrado de Saito e teria começado em 1953, possuindo três fases: trabalho de campo (com a realização de muitas entrevistas individuais e coleta de dados); registro dos dados em fichários; e elaboração dos dados (análise e escrita do texto). Ele ainda informa que planejava a conclusão do estudo para o semestre seguinte, de modo a “esclarecer muitos aspectos sobre a introdução de novos padrões culturais e consequente modificação do nosso meio rural”.

A pesquisa deu origem ao livro *O Cooperativismo na Região de Cotia: estudo de transplantação cultural* (1956), que possui uma introdução de Donald Pierson e uma segunda edição de 1964. O livro é constituído por um conjunto de entrevistas com imigrantes vindos do Japão, análise de dados censitários e levantamento de documentação histórica. Ao investigar a maneira como o cooperativismo foi introduzido pelos japoneses na sociedade brasileira, com a criação da colônia japonesa de Cotia (SP), ele analisa o sistema de cooperativismo no Japão, tratando-o a partir das condições de estabelecimento dos imigrantes após a chegada ao Brasil; das relações com os moradores locais da região de Cotia; das mudanças dos padrões culturais e da elaboração de um histórico da implantação da cooperativa. Na segunda edição do livro, permanece o interesse com as mudanças sociais na comunidade, a exemplo das inovações agrícolas, o crescimento da região e a progressiva integração dos japoneses e seus descendentes ao contexto nacional.

Dois processos que embasavam as interpretações das sociedades entre as décadas de 1940 e 1950 estão presentes no trabalho de Saito: o primeiro está relacionado à modernização, percebida em geral pela mudança social, enquanto o segundo diz respeito à assimilação, ao contato de culturas distintas. Como muitas vezes a própria modernização era um resultado da assimilação, os processos estão frequentemente inter-relacionados, mas os conceitos acionados e as lógicas inerentes a ambos são distintas. A modernização diz respeito à maior capacidade de intervenção produtiva na natureza, associada a novas formas de organização social (Domingues, 1999), como o cooperativismo, por exemplo. A assimilação ocorre quando há duas culturas – a japonesa e a brasileira, no caso da pesquisa de Saito – que interagem e trocam características e comportamentos culturais, gerando uma nova cultura (sendo uma hegemônica) (Balduz; Willems, 1939; Saito, 1961).

Influenciado pelas obras de Willems (1940) e Park e Burgess (2014), Saito busca entender, por meio da introdução do sistema de cooperativas no Brasil, segundo moldes culturais japoneses, como se deu o contato dos imigrantes com os moradores locais. Dessa forma, a assimilação do imigrante japonês é

compreendida por Saito, supondo uma fase inicial conflitiva com a chegada do grupo estrangeiro, em que as diferenças podem levar a momentos de tensão, seguidos de um entendimento entre os grupos por meio de diversas formas de negociação que permitem a integração e incentivam as trocas culturais.

O tema da assimilação aparecerá em outros trabalhos de Saito, inclusive anteriores à pesquisa sobre o cooperativismo, como o seu estudo sobre as altas taxas de suicídio entre os imigrantes japoneses, com base na interpretação de Park (Park; Burgess, 2014), que o entende por meio de quatro etapas. A primeira, a competição, é a “luta pela existência”, cotidiana, que passa despercebida na maior parte do tempo. Em momentos de crise, quando os indivíduos estão conscientes das diferenças e da necessidade de busca pelo controle das condições de sua vida, surgem os conflitos (Park; Burgess, 2014). A mudança da competição para o conflito pode ser descrita como um momento de mudança social e política, como nas guerras, em que possíveis acordos e produção de consensos podem chegar ao estágio da acomodação. Esta etapa “é o processo através do qual os indivíduos e grupos fazem os ajustes internos necessários para as situações sociais que foram criadas pela competição e conflito” (Park; Burgess, 2014: 131), estabelecendo um novo *modus vivendi*. A assimilação, último nível do processo, implica mudanças mais profundas na sociedade, levando à transformação gradual das personalidades sob o contato mais íntimo e concreto (Pierson, 1964; Park; Burgess, 2014).

Dessa forma, com este processo de assimilação em vista, assim como as metodologias para pesquisa ensinadas na ELSP, como métodos de observação participante e técnicas, como entrevistas, questionários e história de vida, a partir daquilo que foi trazido de Chicago, com diversas interfaces entre a sociologia e a antropologia, analisaremos a seguir dois estudos de Saito, com o intuito de perceber os marcos teóricos e metodológicos que influenciaram os primórdios da produção do sociólogo.

O primeiro artigo é *Shindô-Renmei: um problema de aculturação*, publicado em 1947, escrito em coautoria com Willems, trata da associação secreta Shindô-Renmei. O segundo, *O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo*, publicado em 1953, trata de casos de suicídio entre os imigrantes japoneses no Brasil. Ambos os artigos estão inseridos no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando a presença dos japoneses não era bem vista no Brasil e buscava-se argumentos em defesa de sua permanência no país (Schpun, 2009; Dezem, 2000).

## A experiência da Shindô-Renmei como resistência à assimilação

*Shindô-Renmei: um problema de aculturação* (1947), publicado na revista *Sociologia*, analisa a formação da sociedade secreta Shindô-Renmei no seio da colônia japonesa no Brasil. Com base em entrevistas com membros da associação, análise da documentação e observação participante para entender a lógica do funcionamento da organização, Willems e Saito analisam como a dinâmica do processo migratório e do contexto específico da Segunda Guerra Mundial levaram à criação do Shindô-Renmei e ao seu fortalecimento.

Os autores iniciam o texto refletindo sobre o processo de assimilação, que seria a “mudança de hábitos profundamente enraizados”, e seus impactos, afirmando que “migrações entre meios culturalmente diferentes suscitam, invariavelmente, o problema da reorganização social dos imigrantes” (Willems; Saito, 1947: 133). É esperado que haja problemas e conflitos ao longo do processo migratório, pois a transição de uma cultura para outra seria vista como algo fora do padrão, que não segue as regras pré-estabelecidas. Além disso, a preservação ou defesa da cultura de origem é considerada normal, e constitui uma questão de sobrevivência para muitos imigrantes, uma vez que o choque cultural, social e mental do ato de imigrar geraria um enorme impacto sobre o indivíduo (Willems; Saito, 1947: 133).

Nesse sentido, o abandono de uma cultura com a qual se está habituado produz conflitos mentais e, nas palavras dos autores, “a assimilação se compara a uma operação muito dolorosa, muito demorada e feita sem anestesia” (Willems; Saito, 1947: 133). Sendo assim, seria observado como normal, num grupo de pessoas, ter pessoas contra e a favor da assimilação, pois, ao mesmo tempo que ela é necessária para a adaptação ao novo meio, ela também gera conflitos em todos os níveis da vida do imigrante. Uma das reações contrárias ao processo de assimilação foi a criação da associação secreta Shindô-Renmei.

A associação foi criada em 1944, em um contexto de conflitos com o governo brasileiro, após a implantação das leis de nacionalização do Estado Novo (Hatanaka, 2002). A legislação proibia em todo o território nacional escolas estrangeiras e jornais que não fossem editados em português, justamente para reforçar a cultura nacional e a assimilação dos imigrantes. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, a repressão contra japoneses e alemães que descumprissem essas leis aumentaram, inclusive por conta da imagem que se tinha desses imigrantes como inassimiláveis, como inimigos da nação (Seyferth, 1997). Nesse contexto, a maioria dos imigrantes japoneses não dominava a língua portuguesa e permaneceu isolada na

sociedade brasileira, mais suscetível à manipulação de grupos nacionalistas japoneses (Willems; Saito, 1947).

Saito também comenta os efeitos das leis de nacionalização do Estado Novo sobre a comunidade japonesa em artigo de 1948, no *Jornal Paulista*. Do seu ponto de vista, era “indubitável” “que o governo visava [...] apressar a marcha da assimilação dos imigrantes e seus descendentes” (Saito, 1948b: 01). Com isso, muitas das escolas das colônias japonesas se tornaram instituições de ensino público, onde só se ensinava o português. No entanto, o que parecia ser uma boa solução para o governo brasileiro trouxe duas consequências que não teriam sido previstas: 1º) o desemprego em massa dos professores japoneses, que tinham uma possibilidade de mobilidade ocupacional muito pequena, pois raramente tinham treinamento ou experiência em outro tipo de trabalho; 2º.) o fortalecimento do sentimento nacionalista japonês entre os imigrantes, especialmente entre os mais velhos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses residentes no Brasil sofreram com o preconceito antinipônico, havendo casos de brigas de rua, prisões e batidas policiais em residências japonesas (Castro, 1994; Nucci, 2010). O fato de o Brasil estar lutando na Guerra contra o Japão tornava a vida em solo brasileiro gerou insegurança para a maioria dos japoneses e influenciava a forma como a sociedade local enxergava negativamente o imigrante japonês. Saito (1961) destaca que a Segunda Guerra foi um momento de ruptura para a comunidade japonesa no Brasil, pois, de um lado, um grupo de imigrantes não aceitava as notícias da derrota do Japão ao final da guerra e condenava todos aqueles que discordassem do seu posicionamento. Por outro, parte desses imigrantes aceitava a derrota e não enxergava mais a possibilidade de retorno ao Japão, devastado pela guerra, o que os levava à fixação no Brasil.

Neste contexto, o artigo de Willems e Saito está centrado nas motivações que levaram à criação da *Shindô-Renmei*, o perfil dos seus militantes e o respectivo papel na comunidade japonesa no Brasil. Além do evento histórico, o artigo se destaca pela preocupação em entender como ocorria o processo de assimilação dos imigrantes. Segundo os autores, “migrações entre meios culturalmente diferentes suscitam, invariavelmente, o problema da reorganização social dos imigrantes”, o que poderia gerar problemas mentais, traduzindo-se inclusive em “comportamentos indesejáveis” (Willems; Saito, 1947: 133).

Por conta desse doloroso processo, ocorreram intensos conflitos com a formação de grupos que se opunham radicalmente às mudanças. Um dos exemplos dessa oposição foi a organização *Shindô-Renmei*, com a insistência de seus membros em recusar a assimilação à cultura brasileira. Os autores afirmam que

os processos migratórios e a necessidade de adaptação cultural eram difíceis de serem enfrentadas, em especial no nível mental do indivíduo, e, portanto, resistências a elas eram esperadas. No entanto, elas deveriam ser superadas. O processo de assimilação demoraria para ocorrer e não se poderia exigir dos imigrantes japoneses o mesmo nível de integração à sociedade brasileira de outros grupos estrangeiros naquele momento, visto que ela era recente. Willems e Saito afirmam que:

Sendo a assimilação essencialmente um “time consuming process”, um processo que exige tempo e, não raro, muito tempo, o exemplo de italianos, espanhóis e outros grupos imigrados não pode ser alegado para “provar” a “inassimilabilidade” dos japoneses (Willems; Saito, 1947: 134).

Segundo os autores, apesar de recente, uma parcela significativa de japoneses já se encontravam inserida na sociedade local, colocando em questão o estereótipo da sua incapacidade de se adequarem ao meio brasileiro. Uma prova disso seria o surgimento de uma “vida associativa variada”, na qual os japoneses estariam mais integrados que outros grupos de imigrantes, chegando a frequentar inclusive escolas brasileiras na condição de moradores locais (Willems; Saito, 1947: 138). Porém, apesar dessas evidências de integração, permaneciam conflitos, principalmente em razão da lógica estadonovista e pelas dificuldades do processo de assimilação. Os autores, portanto, apontam o “cordão de isolamento” gerado pela lei de nacionalização estadonovista como uma das causas da criação de grupos nacionalistas extremistas entre os imigrantes japoneses, gerando, assim, o fortalecimento dessas correntes nacionalistas em detrimento das associações proibidas pelo governo autoritário.

Os líderes dessas associações secretas (Shindô-Renmei e Zaigo-Gunzin-Kai, Associação dos Ex-Militares) eram contra a assimilação e, em geral, eram os elementos menos adaptados, descontentes, e desejosos de voltar à pátria de origem. Inicialmente, desejava-se expandir o “espírito japonês”, investido de uma singularidade cultural, um “modo de vida japonês” que diferenciaria estes imigrantes de outros grupos étnicos, e um tipo de comportamento “ideal”, além do desejo de colaborar com a criação da “Grande Ásia Oriental” e da preocupação em manter os jovens descendentes em contato com a cultura japonesa (Willems; Saito, 1947; Kimura, 2008). A Shindô-Renmei distribuía panfletos sobre a importância da manutenção das tradições japonesas entre os imigrantes, principalmente entre os mais jovens, e defendia o apoio incondicional ao imperador (Willems; Saito, 1947).

De acordo com os militantes da associação entrevistados por Willems e Saito, o estabelecimento dos imigrantes no Brasil seria apenas temporário e exigiria neste intervalo a aquisição de recursos para o desenvolvimento do Japão. Contudo, o final da guerra e a destruição de parte do território japonês tornou inviável o retorno ao solo nipônico, fazendo com que a associação perdesse o seu principal argumento contra a assimilação. Por essa razão, ela teria começado a divulgar informações falsas sobre a vitória do Japão. Passa a haver, então, um conflito interno na comunidade japonesa no Brasil, pois aqueles que falavam português obtinham informações para além daquelas noticiadas pela Shindô-Renmei, tomando conhecimento da derrota do Japão (os chamados de “derrotistas”). Ao tentarem divulgar essas notícias para a comunidade japonesa, eram ameaçados, sendo alguns deles, inclusive, torturados e assassinados pela Shindô-Renmei (Willems; Saito, 1947; Lesser, 2001). Tais conflitos internos na comunidade foram reforçados pela proibição da circulação de jornais em língua japonesa e o consequente isolamento desses imigrantes em relação à sociedade brasileira e ao próprio mundo. Hatanaka (2002) descreve alguns casos de exclusão social de famílias e pessoas que não acreditavam na vitória do Japão dentro das comunidades agrícolas, sendo elas ignoradas pelos vizinhos e perdendo o direito de participarem das assembleias das colônias, por exemplo.

Os conflitos aconteciam também entre diferentes gerações de imigrantes. Willems e Saito destacam, por exemplo, os imigrantes da segunda geração; como eles os classificam e chamam de “imigrantes marginais”, comporiam a maior frente de resistência contra os grupos nacionalistas, pois já teriam se assimilado o suficiente para evitar “o controle ideológico da geração imigrada” (Willems; Saito, 1947:150). Isto é, eles teriam aprendido como serem brasileiros em escolas e pelo contato com a população local. Handa (1987) afirma que os “derrotistas” seriam marginais na sociedade japonesa, pois não seriam nem brasileiros nem japoneses. Ele destaca ainda que, entre muitos jovens de descendência japonesa, a Shindô-Renmei não tinha muita força, pois não se identificariam tão profundamente com a cultura japonesa como seus pais e avós. Com efeito, os desejos da Shindô-Renmei não se concretizaram em função dos mais jovens estarem se assimilando ao novo meio em que viviam e tinham pouco contato com a cultura de origem fora do ambiente familiar.

É importante destacar que Saito havia exercido um papel ativo na luta contra a Shindô-Renmei durante a existência da associação na década de 1940, principalmente quando se começa a divulgar as notícias falsas sobre o fim da guerra. Entre os japoneses “esclarecidos”, ou “derrotistas”, alguns tentaram convencer os integrantes da população imigrante sobre as mentiras que estavam sendo

contadas a eles, inclusive Saito. Segundo Castro, ele e os amigos Kenjiro Massuda e Goro Hashimoto decidiram editar panfletos informativos que “tinham por finalidade esclarecer os limites da derrota do Japão, numa iniciativa que denominava nishiki undoo (movimento de convencimento)”, no porão da sua casa. Por consequência, Saito e seus amigos foram jurados de morte pela associação secreta (Castro, 1994: 110-111).

Este artigo, segundo Limongi (2015: 165), foi um reconhecimento do papel que Saito poderia ter nos estudos sobre japoneses. Nesse sentido, Willems transfere para Saito a responsabilidade das pesquisas sobre aculturação e assimilação na ELSP, suscitando a mudança do perfil dos artigos da revista Sociologia, agora mais voltados para os estudos que privilegiavam os japoneses, deslocando, assim, as investigações acerca dos alemães. O artigo de Willem e Saito sela um encontro entre sociólogos de origem imigrante que abordaram um tema do entreguerras e do pós-Segunda Guerra, quando alemães e japoneses foram alvo de repressão. Os dois grupos de imigrantes foram reprimidos. A questão da imigração, do “grau de fusibilidade”, como diria Oliveira Vianna (1933), é anterior à Segunda Guerra. Desde os anos 1920, ele é uma questão para negros-americanos, para judeus, japoneses, alemães etc.

### O suicídio como reação à assimilação

O processo de assimilação, conforme analisado anteriormente, era doloroso e lento, e um segmento dos imigrantes japoneses não conseguiam se adequar às novas condições de existência, culminando em suicídio. Saito aborda o tema do suicídio em artigo publicado em 1953, na revista Sociologia. O trabalho traz as marcas de uma sociologia durkheimiana, que influenciava principalmente o mentor intelectual de Pierson, Robert Park (Pierson, 1964[1945]; Park e Burgess, 2014).

Saito faz um levantamento dos casos de suicídio entre os imigrantes japoneses, entendendo o suicídio como uma expressão da anomia da sociedade moderna. Segundo Durkheim, esse fenômeno emerge em contexto no qual a sociedade passa por um processo de desorganização social, fruto da modernidade, que pode se traduzir por uma mudança brusca, como a migração. Assim, situações anômicas provocam a elevação do número de suicídios, pois resultam da deterioração do tecido social que se revela na fragilização do controle das normas sobre as condutas dos indivíduos (Durkheim, 2002).

Saito inicia o artigo apresentando dados quantitativos que mostram como a taxa de suicídio nos Estados Unidos, entre imigrantes e seus descendentes, é

mais alta do que entre a população nativa. Saito se baseia em Ruth Cavan (1928, *apud* Saito, 1953: 109) para entender a possível razão desta alta taxa. Segundo ele, Cavan afirma que a adaptação do imigrante ao novo meio é um longo processo que suscita diversas situações anômicas. Em estudo semelhante utilizado por Saito, Roger Bastide (1951), ao pesquisar os casos de suicídio entre os habitantes de São Paulo, conclui que a maior taxa de suicídios seria entre os imigrantes alemães, italianos e portugueses. A taxa de suicídios dos estrangeiros era mais elevada do que se comparada aos números de seus países de origem e os de brasileiros. Segundo Saito:

Esta curiosa tendência [dos suicídios de imigrantes] não é senão um dos reflexos de uma série de conflitos que o imigrante deve enfrentar no decorrer do processo de ajustamento ao novo meio. Como o contato com a cultura estranha implica, nos imigrantes, a reorganização de sua personalidade, surgem, muitas vezes, graves perturbações mentais. São desajustamentos psíquicos, resultantes do conflito cultural a que são expostos os homens marginais (Saito, 1953: 110).

Fazendo uso do conceito de “homem marginal”, de Everett Stonequist, Saito entende que os imigrantes estariam numa situação de ambivalência, na qual não se encaixariam nem na sociedade japonesa, tampouco na brasileira. De acordo com Stonequist (1935:01), aluno de Park na Universidade de Chicago, o homem marginal estaria presente em situações biculturais ou multiculturais, sendo forçado a escolher uma cultura (em geral, a predominante). Saito continua a questão do suicídio fazendo suas as palavras de Stonequist:

A incapacidade para diagnosticar a fonte do conflito, a convicção de enfrentar um muro intransponível e os malogros pessoais, avassalam o indivíduo. O conflito mental conduz ao desânimo e talvez ao desespero. Para o adulto, significa isso uma desintegração da “organização da vida” do indivíduo – essa trama de atitudes e valores em que tem o indivíduo o seu ser e através da qual ele realiza seus desígnios. Na sua forma extrema, resulta isto em desorganização mental e suicídio (Stonequist, 1948, *apud* Saito, 1953: 110).

Saito demonstra que a taxa de suicídio entre os imigrantes japoneses é mais alta do que entre a população nativa (e entre a população do Japão). Segundo Bastide, “há simbiose entre os fatores individuais e os fatores coletivos: o social age através do psíquico, o psíquico é ajudado ou entravado pelo social” (Bastide, 1951: 47). Nesse sentido, assim como pontuado por Durkheim, Bastide

depreende que o suicídio é uma junção de questões individuais, com fatores sociais, como a desorganização da sociedade e uma mudança brusca de ambiente ou de padrão cultural. Assim, no íntimo do imigrante japonês, os questionamentos e a solidão são reforçados pela sua presença em um país estrangeiro com hábitos culturais diferentes dos seus.

Na cultura japonesa, “a falta de cumprimento de um dever ou uma censura pela sociedade é um ato em contradição com a moral, basta para que se pratique o suicídio a fim de que o seu nome não fique ‘sujo’ e sua honra seja salva” (Saito, 1953: 112). Esta seria uma forma de assumir a responsabilidade e justificar faltas ou falhas na conduta de uma pessoa. Assim, a alta taxa de suicídios entre os imigrantes se explicaria pela dimensão cultural, na qual os padrões, as causas e os meios de cometer suicídios comporiam também uma forma de reforçar a sua cultura de origem. Ao se encontrar em um meio novo, estranho e de difícil adaptação, sem a possibilidade de retorno para o Japão, o imigrante enxergaria no suicídio a sua única forma de honrar e reforçar as suas origens perante a si mesmo e aos outros. O ato final seria a forma de se autocondenar pela “vergonha” do fracasso de não conseguir se assimilar e ser bem-sucedido no Brasil. Contudo, segundo Saito, o suicídio não é necessariamente um ato calculado e racional, que possa prescindir de aspectos culturais e de “responsabilidade” dos indivíduos.

A pesquisa do artigo de Saito foi realizada com base na análise das notícias do *Jornal Paulista*, entre janeiro de 1947 e agosto de 1952, faltando os exemplares de quatro meses do ano de 1950 (Saito, 1953: 114). Foram encontrados relatos de 74 suicídios e quatro tentativas, o que resulta numa média de 13,86 suicídios por ano. Entre estes 74 casos, 40 eram homens, 31 mulheres e três casos não foram especificados. 42 eram solteiros, 29 casados, dois viúvos e um não especificado. Sobre a quantidade de pessoas solteiras, ele destaca que muitas eram crianças, que participaram de atos de suicídio coletivo, provavelmente de forma involuntária. No que tange à forma de suicídio, 58 pessoas utilizaram algum tipo de veneno, certamente pela facilidade de acesso a produtos químicos na agricultura.

Os principais motivos identificados para os casos de suicídio são: “amor” (enganados e outros) (16 casos), questões familiares (desarmonia, desajustamento conjugal, doenças na família) (13) e questão de honra (10 casos); todos estão relacionados a questões culturais (Saito, 1953: 118-119). Isto é, muitos dos problemas familiares, assim como afetivos, surgiram por desavenças entre pais e filhos em relação à escolha do parceiro. Por exemplo, o filho que se apaixona por uma brasileira. O namoro entre japoneses e brasileiros era altamente censurado pela comunidade imigrante, e mais ainda os casamentos mistos. Além

disso, Saito (1953: 120) encontrou casos de suicídios em que o motivo principal era a desestruturação da família depois da mudança para o Brasil, pois muitas vezes mecanismos de união das famílias não permaneciam mais nas relações no novo lar.

O casamento misto aparece em outros trabalhos sobre imigrantes (Willems, 1940; Willems, 1948; Saito, 1961; Saito, 1963) por ser visto como um indicador de integração de um grupo migrante. Quanto mais casamentos ocorressem entre imigrantes e descendentes com brasileiros, mais inseridos eles estariam na sociedade local. Os desafios dos matrimônios mistos não se limitavam aos japoneses, no plano do conflito geracional e cultural. Ao fazer uma pesquisa sobre imigrantes poloneses no Paraná, Saito (1963) observa que, entre os imigrantes da primeira geração, o casamento com brasileiros era quase nulo, ocorrendo alguns poucos casamentos entre imigrantes ou descendentes de alemães, austríacos e russos. Já na segunda geração, este quadro se altera um pouco, sendo registrados casamentos com brasileiros, principalmente a partir da década de 1930. Para Saito, isso poderia ser reflexo, entre outros aspectos, das políticas de nacionalização do Estado Novo, da população polonesa, denominada por ele também de “assimilação forçada”. Em suas palavras, “a situação política em que foi colocada a população polonesa pode ter sido projetada nesses casos” (Saito, 1963: 70). Ele observa também que os casamentos mistos entre poloneses e brasileiros aconteceriam mais frequentemente nos bairros onde a população imigrante era menor e, conseqüentemente, a manutenção das tradições menos controlada pelos seus vizinhos conterrâneos e o contato com brasileiros mais intenso.

Os imigrantes japoneses, por sua vez, teriam desenvolvido determinados padrões de preservação da cultura, a exemplo da organização familiar, de cunho patriarcal. Isso envolveria, por exemplo, que os jovens não escolhessem os seus cônjuges, determinados pelos pais ou responsáveis, que só escolhiam jovens japoneses. Devido à autoridade que os pais tinham, os jovens não costumavam discordar das suas escolhas. Ou seja, “um aumento da miscibilidade dos japoneses depende, em primeiro lugar, da desintegração da família nipônica no meio brasileiro” (Willems, 1948: 106-107). Esta desintegração começa a acontecer com mais frequência quando os jovens japoneses se mudam para centros urbanos, em busca de emprego e aprofundamento dos estudos (Willems, 1948; Saito, 1961), e passam a ter mais contato com a sociedade brasileira. Acontece, assim, um processo de mudança social em meio a este grupo, com seus filhos se mudando para o meio urbano e buscando empregos não somente na agricultura.

Essas mudanças sociais enfrentadas pelos imigrantes japoneses, tanto no caso dos casamentos mistos, que não levam a suicídios, como nas experiências de deslocamento da segunda geração para os centros urbanos, são partes do processo de modernização de uma sociedade. Saito (1961) considera que esses movimentos indicariam que os japoneses e seus descendentes estariam mais integrados à sociedade brasileira, aos processos de urbanização e industrialização no país nas décadas de 1950 e 1960.

Em relação ao mundo rural, tradicional, Saito se detém em casos de suicídios coletivos, sendo que os dois maiores resultaram na morte de sete e nove pessoas, respectivamente. Ambos os casos aconteceram na Fazenda Tietê, no centro da colonização japonesa em São Paulo. No primeiro caso, um irmão cometera um crime na vizinhança, maculando o nome da família, gerando o suicídio de todos os seus membros.

No segundo caso, uma família de nove pessoas teria sido acusada, no final da Segunda Guerra Mundial, de ser “derrotista” pelos vizinhos e amigos da colônia japonesa na Fazenda Tietê. A família se isolou da comunidade, saindo cada vez menos de casa. O pai se demitiu do emprego e passou a discutir com os vizinhos e, simultaneamente, foi se endividando com o governo. Quando a polícia cercou a residência, a fim de prendê-lo, a família toda cometeu suicídio. Segundo Saito,

Por estas circunstâncias, afigura-nos que a família Yoshimura perdeu seu status social, sem o qual a segregação é uma condição forçosa nas comunidades rurais, onde prevalecem os contatos primários. Esta hipótese, por nós levantada, necessita naturalmente das confirmações posteriores pelo estudo *in loco* do caso. Porém, uma coisa parece certa: – a causa potencial que deu predisposição à família Yoshimura para aquele ato tresloucado, foram os conflitos culturais que vêm avassalando a comunidade japonesa desde o término da Segunda Guerra Mundial (Saito, 1953: 130).

Dessa forma, percebemos que este caso de suicídio coletivo foi causado pelos conflitos culturais entre “vitoristas” e “derrotistas” no contexto do pós-Segunda Guerra. Saito (Saito, 1953: 125) destaca que este momento foi muito particular para a comunidade japonesa no Brasil, pois ela precisou rever seus objetivos de retorno ao Japão e lidar com conflitos internos, gerados principalmente por grupos nacionalistas japoneses que estavam reagindo negativamente à aculturação. Essas reações levaram à segregação social daqueles imigrantes que defendiam a necessidade de integração à comunidade local, e que adotavam hábitos

culturais brasileiros, como a língua portuguesa, por exemplo. Saito, portanto, aponta que, por meio de alguns dos casos de suicídio, é possível acompanhar os conflitos culturais presentes na comunidade imigrante e o processo aculturativo pelo qual passavam os indivíduos no contexto imigratório.

Considerando o impacto causado pela mudança do ambiente social do imigrante, a vida do indivíduo se desestabiliza, sem que tenha uma sociedade organizada, por meio da função social do Estado, por exemplo, que seja capaz de lhe oferecer suporte quando se encontra em dificuldades em um ambiente estranho, com padrões culturais diferentes dos seus. Por isso, enxerga-se no suicídio uma forma de retorno à sua própria sociedade (Saito, 1953: 110). Essa é a conclusão a que chega Saito, tendo em vista que o fenômeno do suicídio compõe o drama da mudança cultural e do processo de assimilação do imigrante, em que culturas em conflito passam a adquirir centralidade em suas vidas.

### Considerações finais

Os trabalhos de Saito, ora em análise, versam sobre casos de competição e conflito dos imigrantes japoneses na sociedade brasileira, oferecendo exemplos de situações em que a ausência de assimilação (ou a oposição a ela) levam a situações extremas de marginalidade na sociedade brasileira. No caso da Shindô-Renmei, aqueles que mais a apoiavam eram os menos integrados à sociedade brasileira, desejando retornar ao país de origem. Já nos casos de suicídio destacados por Saito, o conflito sociopsicológico do imigrante fica evidente, por conta da mudança de ambiente social, do choque cultural e da anomia. Além disso, ambos os artigos podem ser interpretados como uma crítica de Saito tanto aos imigrantes japoneses, que não estavam dando o seu melhor para que a experiência migratória desse certo, como ao governo brasileiro, que não soube dar o auxílio necessário a esses estrangeiros. No primeiro caso, Saito aponta que era preciso que os japoneses adotassem hábitos locais, como a língua, a fim de conseguirem se adaptar e facilitar as relações com os moradores locais. No segundo caso, ele critica o Estado brasileiro, em especial no período Vargas, por conta das políticas de nacionalização, que acabaram por isolar mais ainda os imigrantes japoneses da população brasileira.

É interessante observar que diversas questões apresentadas por Saito e Willems no primeiro artigo “Shindô-Renmei: um problema de aculturação” retornam no segundo “O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo”, e nos artigos do *Jornal Paulista*. A compreensão do imigrante como um marginal à sociedade onde está estabelecido, em constante

conflito, enfrentando o choque entre duas culturas, lidando com disputas geracionais e procurando se incorporar social e economicamente no Brasil. Os artigos são produtos de pesquisas realizadas pelos próprios imigrantes (no caso, Willems e Saito), tornando o seu olhar e as suas preocupações ainda mais sensíveis aos problemas e consequências do processo de assimilação.

Nos escritos de Saito, verifica-se a influência das pesquisas e das aulas na ELSP e, em particular, os estudos sobre imigrantes que ele passou a interpretar e a problematizar na condição de imigrante e membro da comunidade japonesa no Brasil. Nesse contexto, Saito foi um imigrante japonês que aprendeu a fazer sociologia no Brasil para que pudesse interpretar a sociedade brasileira e os demais grupos estrangeiros. Assim, a sua percepção sobre os problemas e as soluções relacionados aos japoneses no país são singulares; antes, inserem-se num contexto mais amplo. Em meio a um contexto em que as Ciências Sociais brasileiras estavam se estruturando, pesquisas sobre imigrantes e suas experiências no país ganham espaço ao serem entendidas como possíveis campos de observação dos processos de mudança social e modernização. Os estudos e escritos de Saito nos mostram que comunidades imigrantes e seus indivíduos podem servir de objetos de investigação social em um contexto em que se buscava compreender que papéis estes estrangeiros poderiam assumir na sociedade brasileira.

## Referências

- ALMEIDA, Tavares de. *Oeste Paulista*. Rio de Janeiro, Alba, 1943.
- ALVES, Andréa. Alguns temas e problemas da sociologia no Brasil: uma análise de conteúdo da Revista Sociologia (1939-1941). In: SILVA, Isabela; ALMEIDA, Rodrigo (Org.). *As Ciências Sociais em revista: temas e debates na Revista Sociologia (1939-1966)*. *Sociologia e Política*. São Paulo, 2015, pp. 179-225.
- BASTIDE, Roger. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. *Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, n. 71, 1951, pp. 01-49.
- BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emilio. *Dicionário de etnologia e sociologia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- CASTRO, Marcos. Entre o Japão e o Brasil: a construção da nacionalidade na trajetória de vida de Hiroshi Saito. Dissertação de mestrado, Antropologia, UNICAMP, 1994.
- DEL VECCHIO, Ângelo. Preâmbulo: As influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Debora; SIMÕES, Júlio (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. 2. ed. *Sociologia e Política*. São Paulo, 2009, pp. 11-26.

- DEZEM, Rogério. *Inventário Deops: módulo III, japoneses: Shindô-Renmei: terrorismo e repressão*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.
- DOMINGUES, José Maurício. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. In: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Glaucia (Org.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, pp. 71-86.
- DURKHEIM, Émile. *Le Suicide*. Paris: Quadrige/ PUF, 2002.
- EUFRÁSIO, Mário. *Estrutura urbana e ecologia humana: a Escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- FESPESP. *Anuário da ELSP*. ELSP, São Paulo, 1940.
- FESPESP. *Anuário da ELSP*. ELSP, São Paulo, 1942.
- HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo, CENB, 1987.
- HATANAKA, Maria Lucia. *O Processo Judicial da Shindô-Renmei: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil*. São Paulo, Fundação Japão, Annablume Ed., 2002.
- KIMURA, Rosangela. Shindô-Renmei. Défaite de 1945 et conflits intra-communautaires chez les japonais du Brésil. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, n. 71/72, 2008, pp. 123-150.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 1, 1989, pp. 111-187.
- LIMONGI, Fernando. *Revista Sociologia*. In: SILVA, Isabela; ALMEIDA, Rodrigo (Org.). *As Ciências Sociais em revista: temas e debates na Revista Sociologia (1939-1966)*. São Paulo, Sociologia e Política, 2015, pp. 153-177.
- MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Da Escola de Chicago ao nacional-desenvolvimentismo: saúde e nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos (1940 - 1950). *Sociologias*. Porto Alegre, v. 14, p. 290-329, 2012.
- MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. 'For the establishment of the social disciplines as sciences': Donald Pierson e as Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1942-1949). *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 343-380, 2015.
- MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemuel da Silva & LOPES, Thiago da Costa. (2013). Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 56/2, p. 245-284.

- MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, jan./abr. 2017, pp. 115-140.
- MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., 1989, pp. 410-460.
- NOGUEIRA, Oracy. Hiroshi Saito: 1919-1983. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 27/28, 1984/1985, pp. 447-449.
- NOVA, Sebastião Vila. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: Entre humanistas e messiânicos*. Lisboa, Vega, 1998.
- NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil – textos e silêncios*. São Paulo, Annablume, 2010.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil, in Lucia Lippi Oliveira. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995, p. 59-88.
- PARK, Robert; BURGESS, Ernest. Competição, conflito, acomodação e assimilação. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. João Pessoa, v. 13, n. 38, ago. 2014, pp. 129-138.
- PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1945.
- PIERSON, Donald. Apresentação. In: SAITO, Hiroshi. O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural I. *Sociologia*. Porto-Portugal, v. 16, n. 3, 1954, pp. 248-283.
- PIERSON, Donald. *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências. In: CORRÊA, Marisa. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960): Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo, Vértice, 1987, pp. 29-116.
- RAMOS, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira – volume II – As culturas europeias e os contatos raciais e culturais*. Rio de Janeiro, CEB, 1947.
- SAITO, Hiroshi. Um retrospecto. *Jornal Paulista*. São Paulo, p. 01, 18 maio 1948b.
- SAITO, Hiroshi. O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo. *Sociologia*. Porto-Portugal, v. 15, n. 2, 1953, pp. 109-130.
- SAITO, Hiroshi. *O Cooperativismo na Região de Cotia: estudo de transplantação cultural*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1956.
- SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1961.
- SAITO, Hiroshi. *Contenda – assimilação de poloneses no Paraná*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1963.

- SCHPUN, Mônica Raisa. L'Immigration japonaise au Brésil: six générations en un siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, v. 71-72, 2009, p. 25-56.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997, pp. 95-131.
- SIMÕES, Júlio. Apresentação. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Debora; SIMÕES, Júlio (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. São Paulo, Sociologia e Política, 2009, pp. 35-42.
- STONEQUIST, Everett. The Problem of the Marginal Man. *American Journal of Sociology*. Chicago, v. 41, n. 1, Jul. 1935, pp. 01-121.
- TANIGUTI, Gustavo. Cotia: imigração, política e cultura. Tese de doutorado, Sociologia, USP, 2015.
- TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. *DADOS*. Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012, pp. 517-553.
- VALLADARES, Licia. Apresentação. In: VALLADARES, Licia. *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. da UFMG/IUPERJ, 2005.
- VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1933.
- WILLEMS, Emilio. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil: Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.
- WILLEMS, Emilio. *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo, USP, 1948.
- WILLEMS, Emilio; SAITO, Hiroshi. Shindô-Renmei: um problema de aculturação. *Sociologia*. Porto-Portugal, v. 9, n. 2, 1947, pp. 133-152.

Recebido em: 18/11/2019

Aprovado em: 11/11/2020

### **Como citar este artigo:**

COTRIM, Aline de Sá; MAIO, Marcos Chor. O nascimento de uma produção sociológica: os estudos de Hiroshi Saito sobre a imigração japonesa no Brasil (1947-1953). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 201-227.





# Em busca de uma sociologia da ciência brasileira: um debate sobre as ideias de Florestan Fernandes

Marcelo Fetz<sup>1</sup>

Fabício F. Defacci<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, é analisada uma possível sociologia da ciência elaborada por Florestan Fernandes. Florestan destaca o papel crítico e historicamente comprometido da ciência, cujo protagonismo cabe ao sociólogo em sua condição de intelectual, de sujeito histórico e de político. O papel do intelectual é fundamental para a reflexão da mudança social no país, no qual a ciência deverá apresentar forte identificação social. A ciência se apresenta como via para a mudança social, sendo a ruptura com o estabelecido o elemento central do pensamento científico crítico, uma ciência de caráter emancipatória. Os papéis sociais identificados por Fernandes se prestam à defesa do cientista frente às falsificações e ao ataque à ordem social decadente, que entorpece o raciocínio científico, esterilizando-o e paralisando-o. A ênfase científica parece, então, mover-se para os dilemas do desenvolvimento da instituição científica em um país de modernidade periférica, sobretudo centrada na contradição surgida da introdução de um tipo específico de racionalidade em uma ordem social patrimonialista.

1 Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Vitória – Brasil – [marcelo.fetz@ufes.br](mailto:marcelo.fetz@ufes.br) – <https://orcid.org/0000-0001-7229-0295>.

2 Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) – Campo Grande – Brasil – [f\\_defacci@yahoo.com.br](mailto:f_defacci@yahoo.com.br) – <https://orcid.org/0000-0001-7015-023X>.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes; Sociologia da ciência; Mudança social; Intelectuais; Protagonismo Político.

### **Searching for a Brazilian Sociology of Science: a debate about Florestan Fernandes ideas**

**Abstract:** *This paper analyses a possible sociology of science set up by Florestan Fernandes. Florestan highlighted the critical role and the historical commitment of science in society, whose protagonism is up to sociologists in their intellectual, political and historical actions. According to Fernandes, the role played by the intellectuals has central importance for the understanding of social change process in Brazil, with which science must have a strong social connection. Science is presented as a trigger for social change process, and disruption appears as a central theme of Fernandes' critical thinking: the new emancipatory science. The social roles presented by Fernandes' sociology serves to defending science from the falsification of reality and also to attack the decadent social order, which diverts the scientific reasoning, sterilizing it and paralyzing the scientist. The focus should be located in the dilemmas of the development of a scientific institution in a country of peripheral modernity, especially in the contrast within the introduction of a specific type of rationality within a social order conditioned by patrimonial rules.*

**Keywords:** *Florestan Fernandes; Sociology of science; Social change; Intellectuals; Political commitment.*

### **Introdução**

As décadas de 50, 60 e 70 do Século XX foram marcadas por debates acerca dos aspectos sociais da ciência e da tecnologia. Os estudos sociais da ciência pós-década de 50 não apenas se interessaram pela ciência enquanto *instituição social*, mas, sobretudo, pelo estudo do *conhecimento científico* enquanto *objeto de indagação* sociológico. É neste cenário que surgiriam contribuições interdisciplinares que problematizaram a tradicional imagem da ciência por meio de pesquisas empíricas acerca do cotidiano científico. Essas pesquisas desconstruiriam imaginários de excepcionalidade e de genialidade dirigidos tanto à ciência quanto aos cientistas, inaugurando novos conceitos, métodos e teorias que, mais tarde, dariam forma e identidade coletiva a uma perspectiva específica de saber.

Debate circunscrito às contribuições europeias e estadunidenses, o estudo da relação entre ciência e sociedade na América Latina ficou relegado a um

reduzido número de pesquisas que rondaram o tema sem, no entanto, dar conta de sua especificidade. O recente fortalecimento da área coloca o desafio da compreensão da formação das primeiras ideias sobre ciência e sociedade no Brasil. É com esse intuito que este artigo destaca as reflexões sobre ciência e tecnologia formuladas por Florestan Fernandes (1920-1995). Leitor de Karl Mannheim, Robert K. Merton e J. D Bernal, Fernandes deixou um importante legado sobre as relações entre ciência e sociedade no Brasil. Em função do reduzido número de estudos que se concentraram exclusivamente sobre este tópico, torna-se pertinente o resgate e a análise de alguns desses fragmentos da sociologia fernandiana à luz dos estudos sociais da ciência.

Este artigo pretende identificar tópicos comuns entre a sociologia de Florestan Fernandes e a então nascente sociologia do conhecimento científico. Seleccionamos algumas de suas obras para, assim, traçar uma imagem de como as ideias de Fernandes sobre ciência e sociedade foram elaboradas. O intuito é melhor compreender parte da contribuição latino-americana para a crítica ao pensamento científico moderno. Publicadas entre as décadas de 50-70, as obras “*A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica* ([1975] 1987)”, “*A sociologia numa era de revolução* ([1962] 1976)”, “*Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (1977)”, “*Ensaio de sociologia geral e aplicada* ([1960] 1971)”, “*Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959)” marcam o pensamento de Florestan Fernandes e indicam um cenário de mudanças que afetaram decisivamente a estrutura e a organização da ciência e da sociedade brasileiras. A análise a seguir concentrar-se-á sobre esse material para analisar de que forma as conexões de sentido entre ciência e sociedade foram trabalhadas por Florestan Fernandes.

Este artigo apresenta três conceitos que servirão de pauta para a análise do pensamento científico de Florestan Fernandes: são os conceitos de i) *função*, ii) *papel* e iii) *demarcação*. Eles servirão de chave heurística para o estudo de três dimensões do objeto em questão: a compreensão i) das relações entre *ciência e sociedade*; ii) das conexões entre *cientista e sociedade* e, finalmente; iii) dos critérios de separação entre *ciência e pseudociência*. Dividido em três tópicos, em primeiro lugar, debater-se-á a importância do tema da mudança social mediada pela ciência, bem como dos seus possíveis entraves históricos. Em segundo lugar, tratar-se-á do engajamento histórico do sujeito epistêmico com relação ao objeto no âmbito do pensamento científico. Por último, analisar-se-á o valor do pensamento crítico defendido por Fernandes para a formulação de um critério de demarcação que assegure a objetividade científica. Antes, porém, far-se-á um breve percurso sobre a recepção do pensamento de J. D. Bernal por

Fernandes e de C. H. Waddington, principal protagonista da institucionalização da *Science Studies Unit*, na Universidade de Edimburgo, no ano de 1966.

## Uma sociologia forte

Defensor da sociologia científica e do intelectual politicamente engajado na condução *da cultura*, Florestan Fernandes (1920-1995) deixou um legado de pensamento que ainda fará muito cientista social lançar tinta no papel. Sobre isso, é fundamental se ter em mente que suas ideias mobilizam há bastante tempo uma legião de cientistas sociais. Ainda que o tópico ciência e sociedade não tenha sido explorado exaustivamente em sua obra, é essencial considerar que temas similares motivaram pesquisas originais sobre a produção do sociólogo paulista. A pesquisa apresentada neste escrito não seria viável sem a contribuição daqueles que: i) mobilizaram e que foram mobilizados pela obra de Florestan Fernandes (Candido, 1998; Martins, 1996, 1998; Ianni, 1996, 1997, 2004; Hirano, 2005; Cohn, 1986, 1987, 2005; Bastos, 1998; Arruda, 1995, 1998, 2001; Pécaut, 1990; Rodrigues, 2006, 2010); ii) dedicaram-se ao estudo da contribuição do pensamento de Fernandes para os temas da educação e da produção social do pensamento sistemático na sociedade moderna (Mazza, 1998; Favero, 2005; Saviani, 1996; Oliveira, 2005; Freitag, 1987; Catani, 1998); e iii) destinaram-se à *análise de* assuntos atrelados ao problema aqui examinado, a exemplo de questões vinculadas à *militância*, à *ideologia*, à *ciência* e à *mudança social* (D'Incao et al, 1987; Garcia, 1999, 2002; Liedke Filho, 1995; Matui, 2001; Martins, 2002; Oliva, 1997; Rego, 2004; Ridenti, 1998; Santos, 1996; Sereza, 2005; Silvia, 1998; Soares, 1997; Botelho, 2010; Ortiz, 1990). Esta análise pretende apenas contribuir com este leque frutífero de ideias sobre a gênese, a formação e o desenvolvimento da sociologia de Florestan Fernandes. O seu foco recairá, no entanto, sobre a relação entre ciência e sociedade ao propor um diálogo com os chamados *estudos sociais da ciência*.<sup>3</sup>

A origem dos estudos sociais da ciência e da tecnologia (ESCT) é tema de fogo cruzado, sendo tópico de acalorados debates. Spiegel-Rosing (1973) argumenta que os ESCT seriam perspectivas de conhecimento caracterizadas por princípios *humanistas*, *relativistas*, *reflexivos*, *de-simplificadores* e *normativos*. A

3 Os estudos sociais da ciência apresentam um vasto conjunto de teorias e métodos de análise, com ampla historiografia. É em razão dessa multiplicidade que se faz necessária a realização de recortes epistêmicos, os quais, neste artigo, direcionam a argumentação na direção das contribuições realizadas pela tradição anglo saxã, especialmente a Escola de Edimburgo. De maneira acessória, o artigo também debaterá com contribuições provenientes da sociologia da ciência estrutural funcionalista e, quando possível, com a sociologia do conhecimento em suas vertentes germânicas.

natureza culturalista do campo, por exemplo, dar-se-ia em razão de seu vínculo histórico com os movimentos de contracultura na *década* 1960. Os ESCT pretendiam reafirmar o protagonismo dos agentes sociais na produção do conhecimento (a relação entre *pensamento* e *existência*) e mostrar que o que *é interno* ou *externo à ciência não teria validade histórica universal*. Salomon (1973), por sua vez, destaca que os ESCT são fruto das mudanças tecnopolíticas que tomaram corpo no contexto do pós-guerra. Turner (2008), entretanto, enfatiza que os estudos sociais da ciência teriam um passado intelectual muito mais longínquo, podendo até mesmo remontar ao nascimento da ciência moderna quando das observações feitas por Francis Bacon sobre a indevida intromissão de fatores extra-científicos e seus efeitos deletérios sobre o desenvolvimento da ciência. Para Turner, as transformações introduzidas no pensamento pela modernidade teriam colocado na pauta do dia da ciência os problemas relativos à relação entre sujeito e objeto, sobretudo no que tange ao problema da objetividade científica. Conforme ele sinaliza, o ceticismo e o espírito crítico seriam dois dos mais importantes princípios de organização da cultura científica, não sendo, portanto, resultado dos questionamentos introduzidos pela geração de pensadores formada após a publicação das teses historicistas de Thomas S. Kuhn.<sup>4</sup>

Do ponto de vista de uma análise institucional, a literatura tem se concentrado sobre as experiências acadêmicas observadas na Europa e EUA a partir do fim da década de 60. A institucionalização da *Science Studies Unit* (SSU), na Universidade de Edimburgo (UoE), no ano de 1966, e posterior fortalecimento do programa forte em sociologia do conhecimento, desenvolvido nesta mesma universidade, são dois aspectos relevantes desta história (Henry, 2008; Fuller, 2001; Zammito, 2004). Inicialmente liderada por David Edge, David Bloor e Barry Barnes, a SSU foi o local de surgimento de uma perspectiva de conhecimento caracterizada pela *explicação causal* do condicionamento social do conhecimento científico. Os quatro princípios do programa forte apontados por Bloor (1991), a saber, a *causalidade*, a *imparcialidade*, a *simetria* e a *reflexividade* auxiliaram o campo dos ESCT a criar uma identidade analítica comum, transformando a “ideia forte”, de Thomas Kuhn, acerca da tradição e da coesão social da comunidade científica em um “grupo forte” de pesquisas, exclusivamente dedicado ao estudo das relações entre ciência e

4 “Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1997: 13). Thomas Kuhn, por meio de conceitos como os de ciência normal e ciência revolucionária, introduz o conceito de paradigma científica, demonstrando a importância das condições históricas para a consolidação de teorias científicas concorrentes.

sociedade. Ainda que a institucionalização dos ESCT seja interessante por si mesma, o caso particular da criação da SSU coloca o desenvolvimento desta perspectiva analítica em contato com algumas das ideias elaboradas por Florestan Fernandes durante o mesmo período histórico. Neste sentido, a formação deste grupo de pesquisa nos interessa tanto quanto as atividades que antecederam a sua criação, pois estas marcam a consolidação de um estilo de pensamento cujo traço teórico colocou a geração de 1960-1970 em contato direto com as ideias sobre ciência e sociedade produzidas na Universidade de Cambridge, na década de 1930. É sobre o desenvolvimento inicial deste estilo de pensamento e sua conexão com a intelectualidade brasileira que pretendemos nos concentrar de agora em diante.

Conrad H. Waddington (1905-1975), biogeneticista britânico dedicado ao estudo da biologia evolutiva, possui papel fundamental na ligação da década de 60 com a geração de 30 ao coordenar, ao lado de prêmio Nobel Peter Higgs, a reformulação do ensino de ciência básica nos cursos de graduação da Universidade de Edimburgo. Ex-aluno da universidade de Cambridge, Waddington elaborou as suas primeiras atividades científicas ao lado de nomes como Joseph Needham (1900-1905) e J. D. Bernal (1901-1971). É exatamente Bernal que nos interessa aqui, posto que ele surge como ponte de conexão entre Waddington e Florestan Fernandes. A influência de Bernal sobre Waddington foi de decisiva importância para a concepção da SSU. Com relação a Florestan, a influência de Bernal será diluída com o pensamento de Karl Mannheim, o que daria origem a um quadro teórico i) fundamentado pela *função social da ciência*; ii) pelo *papel social do cientista* e; iii) condicionado por um horizonte de *mudança social* comandado por uma *intelligentsia* portadora da síntese de uma época. É Bernal quem introduz na literatura sobre estudos sociais da ciência as noções de *função social* e *papel social* da ciência e do cientista, naquela que pode ser considerada a primeira obra acadêmica no campo da sociologia da ciência: em 1939, Bernal lançava o livro *The function of Science*, uma interpretação histórico-dialética da ciência no mundo moderno. Nesta obra, Bernal (1939) abordou desde a fundação histórica da ciência até a ideia de desenvolvimento científico mediado pela noção de transformação social. Waddington e Florestan irão se debruçar exatamente sobre essa característica singular do pensamento científico para, assim, construir interpretações próprias sobre a relação entre ciência e sociedade no mundo contemporâneo.

No artigo *A Investigação Científica no Brasil*, publicado nos Suplementos Literários do jornal O Estado de São Paulo, em 21 de maio de 1960, Fernandes trata dos obstáculos ao desenvolvimento científico no Brasil por meio de um

diálogo com Bernal e Fernando de Azevedo. No artigo, Fernandes se concentra sobre quatro fatores que, para ele, seriam fundamentais para a criação de uma *imaginação criadora* e de um *pensamento investigativo* no Brasil, elementos *típicos da atividade científica*: a) a estrita adoção dos procedimentos formais da ciência; b) a existência de condições de organização institucional adequadas ao trabalho científico, seja na pesquisa teórica ou na sua aplicação prática; c) motivação consistente contínua do comportamento dos diferentes tipos de trabalhadores intelectuais, engajados em tarefas relacionadas com a obtenção, a propagação ou a utilização prática dos dados ou descobertas da ciência; d) entrosamento entre as instituições científicas e a sociedade, maximizando a satisfação material ou moral por meio do saber científico, da tecnologia e da educação pautada na “*moderna civilização ‘mecânica’ e ‘industrial’* (Fernandes, 1960)”. Para Florestan, a não observância de tais fatores indicaria a necessidade da realização de reformas nos arranjos institucionais da ciência brasileira, os quais apenas poderiam ser gestados em condições históricas favoráveis ao desenvolvimento de uma adequada *mentalidade moderna*. Soma-se ao elemento estrutural o elemento psicossocial, naquilo que parece ser uma constelação de fatores adequados ao florescimento de um estilo de pensamento socialmente condicionado pela realidade local. Esse será o tom do tratamento dado por Fernandes ao problema do conhecimento: ciência e mudança social em um quadro de aprofundamento da ordem moderna no Brasil e de suas contradições históricas.

É a partir do tratamento do segundo e terceiro tópicos que Florestan evidencia com maior clareza a presença do pensamento de Bernal em sua sociologia. Tão importante quanto os fatores individuais é a observação de condições histórico-institucionais favoráveis ao desenvolvimento da ciência no plano coletivo estrutural da sociedade. Florestan destaca dois aspectos desta questão: i) o aproveitamento estrutural das aptidões individuais e ii) a existência de estímulos e incentivos que permitam que cientistas explorem “suas energias intelectuais criadoras, nas especialidades científicas a que se dediquem (Fernandes, 1960)”. Assim, a presença de Bernal se torna cristalina:

basta ler-se um livro como *As Funções Sociais da Ciência*, de Bernal, para verificar-se que a nossa civilização está longe de ter oferecido à ciência a base institucional requerida quer pela diferenciação e importância primordial da “pesquisa pura”, quer pela expansão das diferentes modalidades de aproveitamento ulterior das descobertas científicas, em fins teóricos ou práticos (Fernandes, 1960, S.p.).

Não há, no entanto, um transporte direto para o Brasil das observações de Bernal acerca das relações entre ciência e sociedade. Fernandes destaca que Bernal se concentra sobre o estudo de “povos ricos e adiantados’ da moderna civilização mecânica e industrial (Idem)”. As diferenças comparativas verificadas por Florestan quanto i) ao atual estágio de desenvolvimento das *forças produtivas no Brasil* e ii) à modernização das formas subjetivas de relação e de organização racional do mundo social, as quais sugerem que a ciência, no Brasil da década de 60, enfrentava um quadro de *múltiplos obstáculos* que afetava de forma decisiva a introdução e consolidação da cultura científica. Para solucionar tal questão, o protagonismo dos intelectuais se faria necessário, promovendo o fortalecimento das condições estruturantes que levariam ao desenvolvimento de uma mentalidade social adequada à ciência moderna.

Fernandes, citando a obra de Fernando de Azevedo, observa que a “*vontade esclarecida*” dos cientistas brasileiros *não* teria sido suficiente para sanar as falhas locais, ou seja, para remover os obstáculos impeditores da implantação do trabalho científico no Brasil. *Ênfase* é por ele dada ao esforço promovido por cientistas brasileiros na direção “da instalação de condições adequadas de ensino da ciência e da preparação do trabalhador científico (Ibidem)”. Conforme diagnóstico, “cientistas de laboratório foram um pouco além, defendendo com tenacidade condições de trabalho para a verdadeira expansão da pesquisa científica (Idem)”. A ação individual teria sido fundamental, mas não suficiente para a mineralização de uma cultura baseada nos critérios íntegros de produção científica, conforme argumenta Fernandes. Esse tipo de mudança seria incapaz de promover a ruptura com uma concepção *antiquada e intelectualista* da ciência brasileira. Para Florestan Fernandes, faltava, sobretudo, uma visão de totalidade capaz de dar uma *visão de conjunto* à atividade. *A ciência* é aqui pensada na chave da *emancipação social* e, para tal, Fernandes acredita que seria necessária a introdução de uma concepção de ciência capaz de unificar teoria, empiria e prática, sendo necessário que a ciência, no Brasil, não apenas estivesse comprometida com a criação de ideias objetivas, mas, sobretudo, com a promoção da mudança social no país: trata-se de “colocar o conhecimento científico a serviço do crescimento econômico ou do progresso tecnológico da sociedade brasileira” (Fernandes, 1960, S.p.).

A clássica ideia do condicionamento social do pensamento nos auxilia na compreensão das diferenças observadas entre Florestan Fernandes e Conrad H. Waddington no que se refere ao tratamento das relações entre ciência e sociedade e, particularmente, à recepção do pensamento de Bernal por ambos. A trajetória intelectual do geneticista britânico se inicia no fim da década de 1920,

na Universidade de Cambridge. Na companhia de J. D. Bernal, Joseph Needham, Blackett e Zuckerman, Waddington viveria intensa vida acadêmica. Entre os anos de 1940-45, assim como outros cientistas britânicos, Waddington se dedicara à aplicação da ciência, sobretudo à pesquisa operacional, a temas de guerra, a exemplo da modelagem quantitativa dirigida ao movimento das tropas, das rotas marítimas seguidas pelos U-Boats e dos bombardeios aéreos (Robertson, 1977). Nos anos seguintes, já na Universidade de Edimburgo, Waddington criou o departamento de genética daquela universidade, unidade de pesquisa que mais tarde seria mundialmente reconhecida pela ovelha Dolly. Entre 1962 e 1967, Waddington lidera um comitê dedicado à reforma dos currículos dos cursos de graduação. Este grupo buscou propor formas de superação da controvérsia das duas culturas na sociedade britânica (Snow, 1959), com a introdução de um curso que deveria *ensinar cientistas a serem cientistas*. Como resultado desta iniciativa, seria fundada a Unidade de Estudos da Ciências (*Science Studies Unit*), berço do chamado Programa Forte em sociologia do conhecimento. Waddington abandonaria a SSU anos depois para se dedicar a um novo projeto, o *The Man Made Future*, grupo que mais tarde daria origem ao Clube de Roma. A reforma curricular no interessa, particularmente, porque apresenta um diagnóstico de época da ciência britânica, a exemplo daquilo que fora pensado por Fernandes, no Brasil.

Waddington atrelava a ciência às condições históricas de uma época. Em uma de suas obras, por exemplo, Waddington conjecturou sobre como fatores éticos e políticos eram vinculados às *atitudes científicas* (Waddington, 1944). A mentalidade científica, inclusive, foi por ele sugerida como sistema alternativo aos regimes totalitários da primeira metade do *Século XX* (Waddington, 1948). O determinismo científico no mundo moderno era, para Waddington, tão claro que, na sua visão, a arte moderna teria suas raízes fixadas na visão de mundo científica, ou seja, no cálculo, na geometria e na razão abstrata guiada pela cultura de precisão (Waddington, 1969). A ciência, assim, seria um estilo de pensamento capaz de expandir a imaginação humana (Waddington, 1977). Além do mais, o contexto pós-Segunda Guerra criaria um cenário favorável à reflexão crítica da relação entre cientistas, ciência e sociedade no Reino Unido. Diferentemente da década de 1960, no Brasil, na qual o debate girava em torno do diagnóstico dos *obstáculos* postos à *introdução da* mentalidade moderna, no contexto britânico o pensamento científico enfrentava um cenário de forte *questionamento*. A institucionalização de uma unidade de pesquisas dedicada ao estudo dos aspectos sociais da ciência em Edimburgo evidencia esse conturbado contexto histórico. A

aprovação, em 1965, de um novo *Scientific Act*, que reformulou a política científica e tecnológica daquele país, e a volta dos trabalhistas à Westminster, com Harold Wilson defendendo, em discurso, no ano 1963, em Scarborough, o *The white heat of Technology*, apontam que a ciência se transformava na principal pauta de debates da ilha britânica (Edgerton, 1996). As contribuições de Waddington surgem fortemente conectadas a este contexto histórico de crítica à ciência e de seus impactos deletérios sobre a organização da vida política moderna.

A SSU seria encarregada de flexibilizar a demarcação entre o científico, o social e o político. Para o biólogo britânico, seria competência da unidade: a) remediar a falta de conhecimento *civilizatório* de estudantes de ciências naturais; b) refletir sobre a relação entre ciência e vida humana, com ênfase nos aspectos práticos; c) evitar a apatia intelectual, os pensamentos reducionistas e a complacência científica; d) conscientizar cientistas naturais de sua ignorância com relação ao social e difundir formas para contorná-la; e) sensibilizar cientistas sobre os reflexos da ciência no mundo social, promovendo a reflexão cidadã e não apenas técnica na direção de uma *sensibilidade humanitária*; f) conscientizar cientistas sobre as funções sociais da ciência; g) superar as barreiras que separam a ciência da sociedade; h) lidar com as tensões históricas que envolviam o modo de vida científico; i) aprimorar a comunicação entre cientistas e grande público, ressaltando a centralidade da participação pública e do compartilhamento de informações nas sociedades democráticas; j) relacionar a ciência com outras atividades humanistas e culturais, preenchendo a lacuna existente entre as *duas culturas* (Waddington, 1965). Tais competências sintetizam um amplo conjunto de indagações históricas que, na forma de um espectro, povoavam a intelectualidade de época.

Desta forma, enquanto Fernandes observava a mentalidade científica não introduzida no Brasil como sendo o problema a ser enfrentado, Waddington buscava reformar a cultura científica de sua época em decorrência dos problemas verificados no indevido distanciamento das ciências naturais com relação às humanidades, e à emancipação pela razão de um modo geral. Enquanto o sociólogo paulista observava a mentalidade científica sistemática como elemento de emancipação social, Waddington enxergava no excesso de certeza e de razão sistemáticas o problema a ser solucionado por uma ciência apta ao diálogo amplo. Cada contexto histórico possibilitou, portanto, um entendimento diferente das premissas analíticas da sociologia da ciência de J. D. Bernal. *Ausência* de ciência e *excesso* de ciência se transformavam na pauta de cada um desses dois

pensadores.<sup>5</sup> Nos tópicos seguintes, analisaremos detalhadamente o pensamento científico elaborado por Florestan Fernandes.

## A função social da ciência: entraves históricos

A sociologia da ciência de Florestan assume um caráter sistemático historicista, sendo a ciência relacionada com as demais esferas do mundo social. De acordo com Florestan Fernandes, “a ciência não brotou [...] como uma mitologia espiritual. Ela nasceu e progrediu [...] como um produto do pensamento inventivo e da disposição social do homem de impor-se um novo padrão cultural de verdade” (Fernandes, 1965: 125). Fernandes procura avaliar a introdução da cultura científica no Brasil tomando como princípio a correspondência entre o ato científico de pensar e o *ethos* científico de agir. Para ele, dois foram os obstáculos à gestação da cultura científica no Brasil: i) a *incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do pensamento racional*; ii) a *resistência cultural frente a uma nascente concepção científica de mundo*. Conforme destaca Fernandes, o cientista “teria de trabalhar as instituições sociais herdadas ou de contribuir para o aparecimento de outras novas, forjando, assim, os suportes institucionais da ciência, da tecnologia científica e da educação formada em ambas” (Fernandes, 1965: 118). Este quadro analítico será a pauta fundamental da sociologia da ciência fernandiana, sobretudo no que se refere a uma concepção emancipatória da ciência, do ponto de vista político-social, e sistemática, do ponto de vista da justificação interna do conhecimento. Os dois obstáculos apontados enfraqueceriam a tomada de consciência epistemológica daqueles dedicados aos afazeres científicos, bem como interfeririam negativamente no enraizamento da racionalidade científica em um país de capitalismo periférico.

Disso emerge a *fidelidade manifesta*: a contradição entre uma condição humana, condicionada pelo espírito de uma época, e o pensamento científico, nascido em uma sociedade pouco receptiva à difusão da ciência e à incorporação

---

5 É necessário destacar que a percepção de Florestan Fernandes acerca da ciência, seu papel e função sociais é medida por uma interessante perspectiva crítica, o que se reflete em um estilo reflexivo e crítica acerca da presença necessária da instituição científica enquanto mecanismo de transformação social. O projeto Unesco, os *statements on the race question*, a sociologia de Florestan Fernandes a respeito da heteronomia das relações raciais no Brasil, por exemplo, relaciona-se com uma crítica à ciência apolítica, que havia permitido, especialmente à genética, afirmar que algumas raças eram superiores às outras. Isso se reflete em uma espécie de dosimetria de introdução da ciência que possui como objetivo a transformação da sociedade em seus problemas mais estruturais, como é o caso do racismo estrutural presente no Brasil. Os *Statements* são muito ilustrativos em relação a isso: o primeiro é fortemente marcado em apresentar como a ideia de raça não tem fundamento genético em relação à vida humana e o último já se volta para uma noção social de raça.

dos valores racionais da forma de vida científica.<sup>6</sup> No Brasil, Fernandes destaca a existência de um estilo de pensamento científico condicionado pela ordem patrimonial e pelos interesses sociais, políticos e econômicos dos grupos sociais historicamente privilegiados. As ideias de “função social” e “papel social” dos cientistas estariam articuladas entre si – a exemplo do que fora outrora debatido por Joseph Ben-David (1974), ao refletir sobre o papel e função da ciência e do cientista na sociedade de capitalismo central. Florestan destaca que, em seu estágio inicial, a ciência no Brasil se desenvolveu em um ambiente de relativa indiferenciação das atividades intelectuais, bem como dominada por certos grupos preocupados com a reprodução e a manutenção de seus privilégios (Fernandes, 1977). É neste sentido que a história da ciência no Brasil é entendida com base na *mudança social*, ou seja, uma ciência capaz de transformar aspectos socioculturais incompatíveis com uma nova ordem social. Assim, Florestan aponta dois fundamentos como sendo condições para o desenvolvimento deste novo tipo de mentalidade. Em primeiro lugar, “[...] um processo de secularização de atitudes e do modo de compreender a natureza humana, a origem ou o funcionamento das instituições, e os motivos do comportamento humano (Fernandes, 1977: 31)”. Em segundo, “[...] um processo de racionalização que projetou na esfera da ação coletiva a ambição de conhecer, explicar e dirigir o curso dos acontecimentos, das relações dos homens com o universo às condições de existência social (Fernandes, 1977: 31)”.

O fundamento do pensamento científico se encontra na conexão entre as categoriais formais de pensamento e o pensamento crítico das condições histórico-sociais de uma época. Isso é deveras interessante. De um lado, a crença científica racionalmente verdadeira poderá ser historicamente falsa quando empregada para a manutenção da condição de flagelo de grupos sociais desprivilegiados – um pensamento científico, nesse caso, comprometido com a manutenção de um circuito que auxiliaria na reprodução de um quadro generalizado de “excludência social”. Por outro, o “erro científico”, validado por um espírito de época, tornar-se-á condição de crença verdadeira se capaz de romper com o quadro de exploração histórica de determinados grupos sociais. Trata-se de uma concepção *dinâmica de verdade* que coloca a verdade em suspensão histórica, algo muito semelhante à sociologia do conhecimento de Mannheim. Assim como Mannheim, não se trata de um relativismo aplicado ao entendimento do pensamento científico em sua conexão com o social, mas, sim, de uma *situação* na qual o fio condutor do pensamento científico é, ao mesmo tempo, localizado

6 Voltaremos ao tema da fidelidade manifesta no último tópico deste artigo.

“fora” e “dentro” da lógica de descoberta científica. Daí a capacidade singular devida pelas “sociedades periféricas” de contribuir com o mundo das ideias, pois, nesses locais, como seria o caso brasileiro, existiriam anteparos capazes de modificar a lógica que demarca a extensão da verdade e as condições do erro. Para tal, um tipo específico de cientista seria necessário, bem como seriam diferentes as condições de recepção e de enraizamento social da ciência.

O fortalecimento do pensamento sociológico enquanto ciência racional, de acordo com Florestan Fernandes, deu-se em razão de um processo histórico de mudança social e de um processo de incorporação dos princípios científicos. A obra *Sociologia no Brasil* apresenta parte desse processo. Conforme considera Florestan Fernandes, a introdução se deu em etapas, culturalmente alcançada quando o pensamento racional pôde se libertar dos controles sociais. Esta primeira etapa seria fundamental para a libertação da racionalidade do vulgo dos imperativos morais ou religiosos e dos interesses sociais ou econômicos da ordem social estabelecida, claros obstáculos à mineralização da racionalidade científica no Brasil. A essa etapa se soma uma segunda. Subdividida em duas, ela se fundamentaria pela aplicação do pensamento racional à crítica dos fundamentos da ordem social vigente. Em primeiro lugar, enquanto crítica aos fundamentos do direito natural, da vida religiosa, da atividade econômica etc., considerados como esferas culturais capazes de condicionar a ordem do pensamento sistemático. Em segundo lugar, “à própria organização da sociedade como um todo. É nesta etapa que a sociologia se constitui e que a ideia de aplicar o método científico à explicação da vida humana em sociedade adquire uma significação precisa” (Fernandes, 1977: 32). É nesse quadro que a sociologia se transformaria não apenas em uma instituição científica, mas, sobretudo, em fator de mudança validado tanto por um método racional de pensamento quanto pelo engajamento na direção da aceleração da transformação da sociedade.

Diante do problema da *fidelidade manifesta* – que, no caso brasileiro, caracteriza-se pelo embate entre o pensamento livre racional e sistemático, a verdade histórica e a ordem patrimonial estabelecida – e da consequente necessidade de ruptura, por meio de um processo de mudança capaz de projetar uma nova racionalidade científica, o cientista, para Florestan Fernandes, deixa de ser apenas um “sujeito epistêmico”, portador de um tipo específico de racionalidade, para assumir uma posição ativa no quadro histórico cultural. Trata-se da articulação entre ciência e política que faz do cientista um *sujeito histórico*. Portador da síntese, ao cientista caberia a tarefa de elaborar e conduzir um projeto de mudança condicionado por um duplo movimento de superação: a superação das limitações epistemológicas de um pensamento científico, condicionado e reduzido

a uma verdade não esclarecedora, e a superação da organização social, das estruturas social, institucional e psicossocial responsáveis pela promoção de um fazer científico não comprometido com as necessidades históricas de uma sociedade. Agora dotado de uma condição humana, portanto, o sujeito epistêmico deve ser um *cidadão cientista*, protagonista científico-político de um processo de mudança alavancado por sua posição epistemológica privilegiada e por sua capacidade singular de perceber reflexivamente as contradições responsáveis pela consolidação do erro em verdade e da verdade em erro. Conforme destaca Florestan, o cientista “é cientista e, ao mesmo tempo, cidadão – membro de uma categoria social constituída por pessoas devotadas aos fins da ciência e membro de uma comunidade nacional” (Fernandes, 1976). É na tessitura do social que as ideias seriam, por conseguinte, gestadas, difundidas e validadas.

A introdução e incorporação do pensamento científico no Brasil seguiriam a mesma lógica, baseadas em um quadro geral de mudança. Inicialmente, a transformação observada se deu com o solapamento do regime escravocrata e senhorial, possibilitando a transição da sociedade para um regime de classes sociais. Esse quadro reorganizou a sociedade, fazendo com que a aristocracia rural se envolvesse na organização do Estado, com o objetivo de preservar o seu *status quo*. Os interesses do patrimônio rural foram realocados para as cidades; a constituição de uma inteligência apta para as funções políticas e burocráticas também é observada como sendo efeito desse movimento (Carvalho, 2012). À manutenção da ordem patrimonialista, seguiu-se o fortalecimento de atividades que pressupunham o uso cotidiano de certas técnicas de pensamento racional. Aqui há uma contradição histórica fundamental, conforme aponta Florestan. Os efeitos sociais dessas atividades foram contidos por pouco tempo nos limites dos interesses sociais dos regimes escravocrata e senhorial. O aumento do quadro de especialistas e de *experts* restringiu a agência da camada senhorial, cujo controle dependia do contato direto, das relações pessoais contínuas e da influência moral sobre a matéria social. Conforme indaga Florestan, o maior dinamismo das cidades e a difusão de novos padrões de racionalidade reduziram a eficácia do controle sobre a ordem material e simbólica da sociedade. A segunda metade do Século XIX, do mesmo modo, já viria o florescer de quadros sociais de especialistas que não reagiam em uníssono às pressões conservadoras das camadas dominantes (Fernandes, 1977).

Fernandes observa, no entanto, um cenário de *mudança dentro da ordem*, ou seja, a permanência de elementos de organização patrimonialista. Isso teria impactos sobre a atividade científica. Fernandes verifica, então, a existência de uma contradição no movimento de mudança e de difusão de um tipo particular

de racionalidade.<sup>7</sup> Esse cenário contraditório teria duas dimensões: a *psicosocial* e a *estrutural/sistêmica*. Com relação à primeira, temos, por exemplo, a tensão entre as fontes de explicação racional do mundo com relação à(s) i) concepções secularizadas da existência e do comportamento humano; ii) explicações racionais da atividade econômica, política e administrativa; iii) exploração regular, teórica e prática, de técnicas e de conhecimentos científicos. O que Florestan Fernandes pretende apontar é o surgimento de uma sociedade urbana e industrial que apresentava como componentes ativos a tecnologia e a ciência. O autor afirma que certos problemas sociais “não podem mais ser resolvidos pelo arbítrio de um chefe ou por intermédio de técnicas tradicionais. Eles exigem manipulações de maior complexidade e contribuem, por isso, para a expansão da civilização em emergência, industrial e urbana” (Fernandes, 1977: 37). Deste modo, a sociedade, aos poucos, criou condições para o florescimento da ciência, rompendo, assim, com os obstáculos que dificultavam o nascimento e o fortalecimento de uma atividade que necessariamente precisava de um suporte estrutural e superestrutural: como dito por Fernandes, a ciência é fruto da sociedade, não sendo resultado de uma ordem mitológica supra-histórica.

Com relação à dimensão estrutural/sistêmica, Florestan Fernandes destaca que o regime de classes no Brasil assumiu uma dinâmica desigual, heterogênea e de ritmo instável. A expansão urbana e a industrialização, na análise do sociólogo paulista, seriam as responsáveis pela criação da divisão do trabalho e, conseqüentemente, da diferenciação social. É nas cidades que se observou a intensificação de alterações na estrutura social e na organização da cultura. Esse novo horizonte social possibilitou o desenvolvimento de formas de vida favoráveis à prática científica. No caso da sociologia, a reorganização estrutural é causa de sua transformação em *especialidade científica*. Três tipos de transformações são destacadas: i) a transição para o regime de classes sociais, os efeitos da divisão do trabalho e da especialização, os quais teriam impacto sobre as formas de diferenciação social e de organização das atividades acadêmicas; ii) o processo de institucionalização das atividades de ensino, de pesquisa ou de aplicação, isto é, a formação de *status* e papéis sociais responsáveis por dar

---

7 Porém, gradativamente, esse quadro societário é alterado e certo grau de autonomia surge em meio à sociedade. Observa-se, por exemplo, a criação de museus (o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Museu Paulista, em São Paulo, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, assim como o Instituto Histórico e Geográfico Nacional) e de institutos de pesquisa (as escolas de medicina, voltadas para um saber técnico e aplicado), aspectos que favoreceram a disseminação de uma forma preliminar de pensamento científico no Brasil (Schwarcz, 1995; Schwartzman, 2001; Motoyama, 1979; Azevedo, 1994; Fetz, 2012). Trata-se de uma certa oxigenação da atividade intelectual do país, mas, mesmo que mais dinâmica, pouca funcionalidade parece ter no desenvolvimento de um universo de pensamento livre e libertador.

suporte estrutural à transformação da ciência em especialidade; iii) “a institucionalização das atividades de ensino e pesquisa provocou a organização em novas bases das tarefas de produção e a constituição de um público consumidor orgânico” (Fernandes, 1977: 39). Aos poucos, portanto, solidificavam-se as condições para o surgimento de uma comunidade científica capaz de enfrentar os entraves estruturais e psicossociais que impediam o enraizamento do modo de vida científico no Brasil – entre os entraves, conforme destacado, encontra-se, por exemplo, a questão racial, aspecto estruturante da sociedade brasileira que possuía em falsas teorias eugênicas suportes cognitivos politicamente interessados com a manutenção das desigualdades presentes no Brasil desde a sua formação econômica.

### O papel social do cientista: emancipação e mudança social

Após elencar os entraves à introdução da ciência no Brasil, Florestan Fernandes tomará a ciência e a tecnologia como objetos de indagação. Eles seriam condicionantes histórico-sociais, ou seja, princípios ativos no complexo processo de oxigenação da forma de organização social existente no Brasil que despontava no Século XX. Isso, de certa forma, encontrava-se imbricado com o aspecto dual presente na interpretação da formação social brasileira, o qual enfatizava a preocupação com o problema da mudança social, que, em muitos aspectos, assemelha-se ao estilo de pensamento de Mannheim (1976). Há, igualmente, um tom habermasiano (Habermas, 2001) em Florestan Fernandes quando este parece enxergar a técnica e a ciência não apenas enquanto elementos superestruturais, mas também como fundamentos estruturantes de uma ordem histórico-social.<sup>8</sup> Deixados ao livre condicionamento estrutural, ciência e técnica seriam movidas por um espírito opressor; corrigidas em razão da fidelidade manifesta, ciência e tecnologia poderiam romper com a ordem estabelecida e promover a mudança social desejada.

A aproximação entre Florestan Fernandes e Mannheim é largamente conhecida. A convergência de ideias entre estes dois pensadores nos interessa aqui especialmente porque ela fundamenta a criação de uma *sociologia fraca*, nos termos adotados por David Bloor (1991). Conforme destacado por Barry Barnes

---

8 Habermas (2001) trata do duplo sentido do conceito de “racionalização” enquanto característica principal do capitalismo tardio, ou seja, apresenta a técnica como forma de ideologia interessada na manutenção de posições sociais via argumentos científicos. Essa perspectiva crítica com relação à ciência enquanto ideologia é igualmente compartilhada por Florestan Fernandes, especialmente quando o assunto é a defesa de uma ciência engajada com a mudança social com vistas à transformação das estruturas arcaicas de uma sociedade.

(1974; 1977), o materialismo histórico dialético surge como principal fundamento teórico para os estudos sociais da ciência na década de 70. Mannheim e Althusser, por exemplo, seriam figuras centrais para esta geração quando o assunto é a relação entre mundo social (existência) e ideias científicas (consciência). Apesar disso, Barnes observa assimetrias analíticas que enfraquecem o poder de tais análises: a defesa de uma *verdade histórica*, que segue princípios fundacionais normativos de natureza apriorística, produz uma condição idealizada incapaz de dar conta do conhecimento científico conforme observado empiricamente. Este equívoco teria sido corrigido por meio da adoção dos princípios de *simetria e reflexividade*, isto é, por uma análise capaz de explicar erro e verdade, tendo em vista os mesmos fundamentos explicativos. É isso que caracterizaria o qualificativo *sociologia forte*: um método amplo de entendimento da ciência. Florestan Fernandes parece ter chegado muito próximo desta mesma concepção analítica ao fundir a racionalidade weberiana com o materialismo histórico dialético, defendendo a procedência racional das ideias e a validade histórica do pensamento. Na obra *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan destaca, ao citar Mannheim, que elementos utópicos e ideológicos são de difícil distinção, não se apresentando isoladamente no processo histórico. No Brasil, a ideologia liberal, por exemplo, foi historicamente equacionada “como uma ideologia da emancipação dos estamentos senhoriais da ‘tutela colonial’ e só derivadamente, como interferência inevitável, ela assumiu o caráter de uma ideologia de ‘emancipação nacional’” (Fernandes, 1987: 38). A presença do elemento senhorial como “cidadão”, após a neutralização política promovida pelo processo de independência, dá o tom de uma condição histórica contraditória: uma ideologia que transcende e nega a ordem social vigente. E isso teria implicações sobre a lógica de mudança e, conseqüentemente, sobre a lógica de entendimento do pensamento científico. Dito isso, Florestan Fernandes fundamenta aquilo que poderia ser denominado por “coprodução assimétrica”: um estilo de sociologia do conhecimento científico que parte da condição política do pensamento científico, mas que compreende as crenças verdadeiras e falsas como sendo portadoras de fundamentos explicativos diferentes. Diferentemente da epistemologia tradicional, que entende a crença verdadeira como sendo produto da razão sistemática, Florestan Fernandes entende que as crenças verdadeiras seriam fundamentadas com base em um conceito metafísico-especulativo de verdade histórica.

O controle do processo de mudança é estratégico para a manutenção do poderio social de grupos sociais privilegiados. É neste âmbito que a cultura científica tende a deixar de ser ferramenta suficiente para equacionar o conflito entre

racionalidade e condição histórica e promover a mudança social. Se o pensamento científico é tanto movido pela razão quanto pelas condições histórico-sociais de época, porque, então, dar primazia à sua dimensão interna (contexto da justificação) em detrimento de sua dimensão externa (contexto da descoberta)? Dito com outros termos, uma ciência instrumentalizada, ou seja, uma técnica padronizada de aplicação de métodos e de teorias com vistas a uma verdade pré-concebida, poderia dar conta do caso brasileiro? Florestan Fernandes destaca que “o que define a ‘civilização industrial’, sob o capitalismo, não é a força revolucionária da ciência e da tecnologia científica, propriamente ditas, mas o controle burguês do poder e, em consequência, daquela força revolucionária” (Fernandes, 1977: 128). Conforme observado na primeira parte deste artigo, é nesse ponto que Florestan Fernandes se distancia da sociologia do conhecimento científico anglo-saxã. Transformadas em fatores da produção capitalista e da reprodução da ordem social vigente, contudo, ciência e tecnologia seriam aprisionadas no Brasil, dentro de um circuito que reduz as suas potencialidades emancipatórias (Fernandes, 1977). Adotando critérios da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, poderíamos dizer que a ciência pode ser ideologia ou utopia conforme suas condições históricas. No caso, o que faz com que a ciência seja utópica ou ideológica é substancialmente diferente nos casos britânicos e latino-americanos. Assim sendo, ciência e tecnologia surgem como motor do esclarecimento e da mudança, desde que comprometidas com as condições históricas de uma época.

A ciência e a tecnologia, idealmente movidas por uma função social emancipatória, foram “corrompidas” e “castradas” de seus objetivos, conforme acredita Florestan Fernandes. Trata-se de um diagnóstico, isto é, técnica e ciência cumpririam uma função ideológica no fortalecimento dos interesses das classes privilegiadas. Mesmo a objetividade científica parece não escapar a isso, assumindo, conseqüentemente, centralidade no debate acerca do pensamento científico latino-americano. A ideia de *protagonismo político* atribuída à comunidade científica ganha substância no pensamento de Florestan em razão da lógica de dominação processada por meio dos fundamentos empíricos da explicação científica. Florestan Fernandes logo observa a existência de dois tipos de cientistas: o *investigador* e o *funcionário*. Essas duas categorias, conforme define o pensador paulista, são fundamentadas pela lógica da *fidelidade manifesta*. Uma vez que ciência e tecnologia foram precarizadas pela ideologia conservadora, as forças necessárias para o cumprimento de sua função social – acelerar a mudança social – foram significativamente reduzidas. O resultado da instrumentalização teórico-metodológica da ciência é a perpetuação do poder de uma

determinada classe via racionalidade científica. A *neutralidade axiológica* passa a assumir uma função política, a da manutenção da ordem social estabelecida. Categorias universais de pensamento seriam bons exemplos de como a ciência e a tecnologia seriam empregadas para a reprodução de determinados estilos de vida: a objetividade científica passa a ser objeto de desejo de grupos privilegiados para a manutenção de decisões de caráter político. Aqui, a racionalidade científica é empregada como arma para a naturalização de princípios ideológicos conservadores. Assim como observado por Adorno e Horkheimer (2006), Fernandes acredita que a metodologia científica instrumentalizada impediria a tomada de consciência da razão na direção da promoção de um processo geral de esclarecimento emancipatório. A verdade é, portanto, erro.

Para Florestan Fernandes, a principal diferença entre investigador e funcionário não se presta à distinção entre a lida artesanal e a lida mecânica do fazer científico, mas, sim, ao posicionamento ocupado pelo cientista no âmbito da luta de classes. Conforme destaca o autor, “fora e acima da luta de classes e de seu fluxo determinante, o sociólogo pode fazer muito pouco para intervir no curso da história” (Fernandes, 1977: 128). Nesse sentido, cria-se uma espécie de polaridade epistêmica que expõe ao cientista duas opções de agência que movimentam tanto o pensamento científico quanto o desenrolar histórico de uma sociedade. Dado que política e ciência caminham lado a lado na sociologia da ciência fernandiana, ao cientista caberá “aderir à castração da ciência e à corrupção da tecnologia científica, ou repudiá-las, especialmente se ele for um investigador e não um ‘funcionário’ (Idem)”. A ciência não é um instrumento emancipatório por definição; ela *pode ser*, desde que certos princípios éticos normativos sejam adotados. O problema, contudo, é a falta de uma definição objetiva que seja capaz de direcionar as ações político-epistemológicas da comunidade científica. A tomada de consciência por parte do cientista e o conhecimento do papel social por ele ocupado, conforme defendido por Florestan Fernandes, seriam critérios fundamentais para a boa ciência. Critérios vagos, no entanto, cunhados em tom romântico pelo investigador paulista. E isso nos leva ao problema da demarcação científica entre uma *ciência emancipatória* e uma ciência *alienante*, questão que será debatida no próximo tópico.

É neste sentido que o tema da revolução social é colocado em pauta. Florestan Fernandes se concentra sobre a formação de uma complexa base psicocultural e política para a ciência e proveniente da ciência. O cientista “deve estar preparado para produzir o conhecimento [...] necessário ao entendimento e à transformação da ordem existente” (Fernandes, 1977: 132). Para isso, Florestan Fernandes sublinha certas condições: i) a existência de certas categorias de

homens, coletivamente articulados em esforço intenso e consistente; ii) a existência de uma consciência social capaz de fundamentar uma ação conjugada e solidária; iii) a existência de inconformismo frente à ordem social vigente com vistas à reconstrução social. Trata-se de uma complexa rede social composta por interesses sociais imediatos, valores sociais latentes e interesses remotos que podem ou não ser estabilizadas na construção social coletiva de uma ciência comprometida com a mudança (Fernandes, 1987).

O engajamento político da comunidade científica seria fundamental para a aceleração de um possível processo de mudança social. O interessante a ser destacado aqui é a necessidade de uma inversão epistemológica no processo de pesquisa científica. A ciência formal e sistemática é deslocada para segundo plano, pois ela só é importante no plano conceitual ou no controle das forças sociais. Ciência comparada, ciência histórica (diferencial) e ciência descritiva assumem posição de destaque no ambiente acadêmico e político, de acordo com Florestan Fernandes. Leitor e crítico de Robert K. Merton<sup>9</sup>, Florestan estava interessado na criação de uma teoria geral ao invés de uma teoria de médio alcance, uma metateoria, no caso da sociologia, capaz de dar conta da crise da civilização moderna e que, igualmente, trouxesse uma explicação para o padrão emergente. Ela auxiliaria no entendimento das situações de enrijecimento e de exacerbação da dinâmica de vida de sociedades vivendo em contexto de crise. Contudo, Florestan Fernandes vê com pessimismo esse quadro científico que enfatiza o fortalecimento de princípios universais de organização do pensamento científico. Trata-se, conforme nota o autor, do fortalecimento do “perecimento, ou, melhor, de uma capacidade de auto-defesa que aumenta subitamente para esfacelar-se aos poucos, com um desmoronamento que só se torna palpável na fase de implosão” (Fernandes, 1977: 132-133). Florestan Fernandes destaca um processo de colonização da imaginação científica que acarreta a perda da autonomia científico-política da comunidade científica. Se a autonomia total é o elemento responsável por conferir à ciência a sua razão de ser, Florestan Fernandes parece apontar a existência de uma contradição histórica presente na ordem interna do pensamento.

---

9 C.f. a tese de livre docência de Florestan Fernandes (Fernandes, 1959), na qual o autor paulista apresenta uma das mais completas avaliações da ideia de mudança social contida na perspectiva estrutural funcionalista de Robert K. Merton.

Se Max Weber destacou a *autolimitação* da relação entre ciência e política<sup>10</sup>, Fernandes, todavia, enfatizaria a *autoafirmação* como sendo o primeiro ato de autonomia intelectual: “a ciência o compromete eticamente tanto com os seus critérios de verdade (e de verificação da verdade), quanto com as transformações do mundo que possam resultar das aplicações de suas descobertas” (Fernandes, 1977: 129). Para Florestan Fernandes, a principal questão é saber como o cientista se comportará diante da *neutralidade ética do cientista*. O pensamento científico implica necessariamente a rejeição consciente de qualquer contaminação à explicação científica e ao uso de suas descobertas. Trata-se, no entanto, de uma *rejeição total* que, portanto, acarretaria o entendimento dos princípios éticos de ação do cientista como sendo parte componente dos pré-conceitos a serem expurgados da vida acadêmica. A neutralidade ética atuaria como elemento indevido de controle externo, reduzindo a autonomia da ciência e a autonomia da ação política do cientista. É na realização histórica da plena autonomia da ciência e do cientista que, de acordo com o sociólogo paulista, reside o caráter revolucionário do pensamento científico; a “neutralidade ética acaba se impondo como uma condição de controle externo da ciência e da tecnologia científica pelos idola consagrados pelo capitalismo e pelo monopólio burguês do poder” (Fernandes, 1977: 129)”. É neste sentido que a neutralidade ética se transforma em capitulação às forças irracionais, levando a ciência e a tecnologia científica ao obscurantismo.

Florestan Fernandes deixa claro que o enrijecimento da imaginação não somente atinge os estratos do pensamento liberal e conservador, mas também as demais correntes de pensamento. Assim, “a estagnação e a deturpação da pesquisa [...] inventiva criaram uma circularidade que afetou a todos e é indubitável que a perversão metodológica, analítica e epistemológica atingiu o próprio edifício da [...] ciência” (Fernandes, 1977: 134). Esse cenário intelectual-político-científico, que envolve a sensibilidade na percepção dos limites da neutralidade axiológica, especialmente na realização dos critérios de demarcação científica, dará origem, no pensamento de Florestan Fernandes, a diferentes papéis sociais que, junto ao duplo devir científico, deverá orientar a atividade científica e, sobretudo, canalizar a “imaginação sistemática” para determinados problemas de pesquisa.

---

10 C.f. o conceito de objetividade científica na sociologia weberiana e suas relações epistêmicas com a ideia de subjetividade (Weber; Cohn, 2006). No caso em questão, destaca-se a forma pela qual Florestan Fernandes positiva a relação extracientífica (dimensão subjetiva) enquanto elemento definidor da ação científica. A objetividade do pensamento estaria vinculada à noção de ciência cidadã, engajada com a transformação da sociedade.

Ainda que aqui o debate esteja circunscrito ao *ethos* sociologia, a tipificação é facilmente generalizada para a comunidade científica mais ampla. Conforme destacado por Florestan Fernandes, portanto, i) enquanto cidadão, o cientista não pode deixar de lado o debate acerca das relações entre Nação e Estado. Detentor de uma condição social especial, a opinião do cientista é constantemente solicitada, sendo seu dever *explicar* a dinâmica da periferia do mundo capitalista, enfatizando-se a dominação burguesa e o aparecimento do Estado autocrático-burguês; ii) o cientista não pode se furtar de temas como distribuição de renda, desigualdade social e participação do poder. O dever profissional e científico o obriga a “dar nome aos bois”, especialmente porque desenvolvimento capitalista e industrialização não significam resolução das contradições e desigualdades sociais; iii) o cientista não pode deixar de lado a tarefa de desmascarar pressões pseudodemocráticas, dada a defesa de interesses privados ultraprivilegiados antidemocráticos e antinacionais; iv) o cientista não pode esquecer do debate acerca do “modelo político brasileiro”, sobretudo porque não há nenhum modelo político brasileiro. Conforme nota Florestan, o chamado “modelo brasileiro” é apenas tentativa de conter a democratização do poder. Para ele, como parte de um sistema que exclui e restringe as funções político-sociais, ele nada mais seria do que um “rito” e um “mito”. O cientista “não pode vacilar em sua avaliação crítica, embora sem subestimar as contradições que tornam a preservação do ‘ritualismo democrático’ uma necessidade política” (Fernandes, 1977: 138). O que Florestan Fernandes enxerga como sendo o dever sociológico é aquilo que Waddington esperava realizar com a superação da dicotomia entre as duas culturas: um cientista cidadão.

### A demarcação crítica da ciência: um mundo em crise

Comparações entre as ciências naturais e as ciências do espírito possuem longa história no pensamento contemporâneo. Florestan Fernandes não poderia se calar diante de polêmico debate: “o sociólogo não possui um laboratório” (Fernandes, 1977: 179). Florestan Fernandes versa sobre a singular relação entre sujeito e objeto que impera nas ciências humanas. Esta dimensão epistemológica do saber, como é de se esperar, poderá se colocar como obstáculo à realização da obra científica no campo das ciências sociais. Contudo, esta barreira possui duplo sentido, tornando-se facilmente uma virtude acadêmica. É uma questão tanto de cunho epistemológico quanto de cunho político: não há ciência sem implicações político-normativas e sem comprometimento com a objetividade de pensamento, sobretudo no contexto latino-americano. É dessa natureza

paradoxal que nascerá um critério de demarcação para a sua sociologia da ciência.

Há uma tensão essencial entre sistematicidade/ instrumentação, base da objetividade da ciência, e o caráter *anárquico* das ciências, dada a sua virtuosa falta de controle. A comparação com o pensamento de Paul Feyerabend é inevitável (2010).<sup>11</sup> A questão central, porém, é a resolução formal deste problema, no que parece ser uma tentativa de unir o *caráter social da ciência*, isto é, suas conexões históricas, e o *caráter racional da ciência*, ou seja, o seu conteúdo universal. Como efeito colateral, surge um tipo de problema vinculado à justificação e à verificação das ideias, dado que o cientista se encontra sujeito às normas e aos critérios experimentais do saber científico, ainda que não dispunha dos meios experimentais de descoberta e de verificação da verdade, conforme destaca Florestan Fernandes, e os condicionantes existenciais do pensamento. No caso das ciências sociais, Florestan Fernandes afirma que “o ponto de vista científico enlaça o sociólogo em uma verdadeira condição humana, da qual ele não pode escapar sem ‘trair’ as normas e critérios científicos de observação e de interpretação da vida em sociedade” (Fernandes, 1977: 179). Para Florestan Fernandes, quando o cientista ignora a sua condição humana, a sua contribuição poderá ser qualquer coisa, menos científica.

As demarcações entre ciência e sociedade não são claras, no entanto, da mesma forma como não é objetiva a condição humana, tal qual pontuada por Florestan Fernandes. Ainda assim, há aqui o que pode ser chamado de reprodução de uma visão idealista do pensamento científico, ou seja, a neutralidade axiológica da ciência seria validada por um conjunto de condições iniciais de cunho normativo – de caráter histórico/epistemológico/metodológico – mescladas com o espírito de uma época. Todavia, a demarcação entre “crença verdadeira” e “crença falsa” segue uma lógica interessante no pensamento de Florestan Fernandes: diferentemente da assimetria clássica, que atribui a causa do erro à introdução de variáveis extracientíficas indesejáveis, é na introdução do

---

11 Paul Feyerabend (2010) contrasta o idealismo do conteúdo interno da ciência, aprioristicamente elaborado, com a forma de vida científica, ou seja, com a atividade empírica científica. De acordo com ele, se o princípio de validade do pensamento científico reside em condições epistemológicas, *apriori*, o pensamento científico conforme elaborado empiricamente por cientistas, perderia sentido. Para Feyerabend, as grandes descobertas científicas não respeitaram os princípios de objetividade científica, diferentemente do defendido por filósofos da ciência e epistemólogos da ciência. Tendo como princípio esse padrão de racionalidade científica idealisticamente formulado, a ciência, para Feyerabend, seria uma atividade fundamentada no anarquismo metodológico, dado o descontrole entre as atividades de pensamento e o pensamento teórico, isto é, a ciência não pode operar de acordo com regras universais e estáticas em detrimento da atividade científica empiricamente performada.

extracientífico como variável independente sobre o pensamento científico, variável dependente desta relação, que se encontra a criação de um condicionante para o conteúdo racional da ciência, capaz até mesmo de atribuir objetividade e validade às crenças verdadeiras. Por isso a importância da *condição humana*, pois ela é responsável por colocar o pensamento científico face a face com a dinâmica do mundo social, com a noção de “verdade histórica” ou de “verdade possível”. Assim, não caberia ao cientista “coisificar-se-para-fora” enquanto prática de experimentação científica. A “autoconfrontação” do cientista com o espírito de época seria elemento central deste tipo de critério de demarcação.

O pensamento científico, portanto, seria tanto articulado como *fermento para o social* quanto *fermentação do social*. É clara a defesa da ciência enquanto atividade prática e teórica que não poderá ser dissociada da organização social de uma sociedade, bem como de suas condições históricas. *Ciência e política, para Florestan Fernandes, portanto, ocupam uma mesma dimensão epistemológica*. Em decorrência disso, a racionalidade do pensamento científico é compreendida como fator de propulsão da *dinâmica de vida social*, fator fundamental que nasce de uma unidade psicossocial histórica. Enquanto dilema ou paradoxo, uma tensão está localizada na ideia de “ação sistemática” historicamente engajada e mediada por uma racionalidade socialmente direcionada que, quando comprometida com a mudança social, favorecerá a realização científica, o próprio *telos* da razão. Em uma sociedade em crise, o papel do cientista seria, portanto, de fundamental relevância para a aceleração dos processos de mudança necessários para a reorganização da ordem social. E é apenas a partir da observação deste comprometimento que a ciência se realiza enquanto obra científica: sem uma sensibilidade histórica, a ciência perderia a sua natureza reflexiva capaz de controlar o exercício sistemático da própria natureza sistemática do pensamento.

É nesse sentido que a crise civilizatória apontada por Florestan Fernandes é também uma crise do pensamento científico. A crise do pensamento força o cientista a retomar as rédeas da própria atividade científica, introduzindo e fortalecendo a sua função crítica: trata-se de empregar o próprio pensamento científico para dar conta criticamente do pensamento científico. De acordo com o sociólogo paulista, cabe ao cientista repor a ciência dentro de *quadros teóricos adequados* para a presente e futura situação histórica. É como resultado da “singularidade” da condição histórica latino-americana que uma nova ordem epistemológica poderá ser criada; o resultado prático e teórico seria a efervescência de novas ideias capazes de reorganizar tanto o mundo interno quanto o mundo externo da ciência. Aqui, vê-se claramente que Florestan

Fernandes reconhece a existência de um pensamento científico diretamente envolvido com o mundo social; a racionalidade científica não seria autojustificável, tampouco teria fim em si mesma: a dinâmica entre o mundo interno e o mundo externo, entre o científico e o extracientífico compõe parte importante da sociologia da ciência fernandiana.

A atividade científica elaborada na periferia é, portanto, fundamental para a própria ciência. Cria-se, com isso, uma nova forma de demarcação aplicada ao pensamento científico: as demarcações geográficas seriam metáforas para demarcações epistemológicas maiores, porque elas guardam diferenças de condições histórico-sociais que impactam a ordem do pensamento científico. Florestan Fernandes, nesse aspecto, aproxima-se da ideia de *comunidade epistêmica* (Cetina, 1999) e de *conhecimento situado* (Haraway, 1988; Jasanoff; Martello, 2004), noções típicas da antropologia da ciência e da sociologia do conhecimento científico. Inclusive, o emprego por Florestan Fernandes do termo “conhecimento”, mais aberto e abrangente, ao invés de “ciência”, mais específico e fechado, diz muito sobre a relação de envolvimento entre o local e o global, entre aquilo que pode ser situado no tempo e no espaço e aquilo que pode ser considerado universal. A ciência, assim sendo, é tanto demarcada pelo tratamento científico dos fenômenos empíricos quanto é demarcada pelas singularidades histórico-sociais que condicionam o pensamento científico. Ao tratar do enraizamento histórico do cientista, Florestan Fernandes observa que “as conexões de sentido que prendem o americanista a uma modalidade histórico-cultural determinada envolvem-no, emocional e moralmente, ao destino das instituições de suas próprias comunidades nacionais” (Fernandes, 1967: 127). A sensibilidade de uma razão apenas sistemática, não histórica, é improdutiva do ponto de vista da captação formal das vicissitudes fenomênicas observadas em contextos históricos determinados simbolicamente. A demarcação, desta forma, abrange a dimensão cultural que condiciona a lógica interna de funcionamento do conhecimento científico.

Fernandes destaca de que forma a adoção da neutralidade clássica se apresenta como um elemento contraditório para a atividade científica. “É patente que uma adesão mais pura e rigorosa aos critérios de verdade do raciocínio científico e dos valores inerentes à responsabilidade do cientista tenderá a aumentar – e não a diminuir – a visibilidade negativa” (Fernandes, 1977: 130) da ciência. Uma série de conceitos são elencados por Florestan Fernandes para, enfim, definir o seu critério de “boa ciência”, ou seja, seu critério de demarcação aplicado à distinção entre o que é de natureza científica e o que é de natureza pseudocientífica. Conforme Florestan Fernandes destaca, o cientista possui

diante de si uma “ampla gama de ajustamentos possíveis”, os quais o auxiliam na “prática honesta” de seu ofício, dentro do que denomina como “marcos legítimos da imaginação”. Essa condição privilegiada faz com a “eutanásia intelectual” ou a “complacência sistemática” possam ser evitadas, escapando ao condicionamento da “ordem estabelecida”. Nesse contexto, existiriam duas opções para o cientista: por um lado, Florestan Fernandes está preocupado em saber se o cientista prefere ser “vítima indefesa” ou “protagonista em processo histórico”; o intuito é saber quando o cientista “recua” ou “avança” em face das oportunidades que poderão lhe conferir um “papel ativo” na resolução da “crise da civilização moderna”.

Embora significativos analiticamente, os conceitos apontados por Florestan Fernandes não são seguidos por definições sistemáticas; as ideias sobre demarcação permanecem no plano discursivo, fato comum aos debates que buscam separar *racionalmente* a ciência da pseudociência. Ao traçar um paralelo entre as propostas de Florestan Fernandes e o critério de demarcação de Karl Popper (1996), fundado em pirotecnia especulativa, vemos que o “falibilismo” fernandiano não se sustenta apenas pela construção de enunciados passíveis de refutação por outros enunciados passíveis de refutação: a justificação da natureza científica de uma teoria não se dá apenas em função de sua índole falibilista, mas, igualmente, em razão de sua capacidade de modificação da roda da história social. Para o sociólogo paulista, tanto o papel quanto a função seriam mecanismos de *proteção racional* e de *ataque praxiológico* para enunciados que: i) se pretendem científicos e; ii) historicamente engajados com a mudança social – uma dupla natureza epistemológica que tanto pretende a reforma da sociedade quanto a reforma da ciência. A *lógica da proteção* sublinha a tomada de consciência com relação às forças que obstruem o pensamento crítico; a *lógica do ataque* direciona o pensamento científico para as contradições de uma época, cujos comportamentos, valores, normas e estruturas favorecem a manutenção da desigualdade social e do poderio sócio-epistemológico das classes historicamente privilegiadas. É sobre este tema que a questão científica assume valor central: ciência e tecnologia devem ser entendidas com base em sua conexão com o contexto histórico; ciência e tecnologia devem ser entendidas também com base em sua capacidade emancipatória; além disso, ciência e tecnologia devem ser entendidas como elementos racionais e racionalizantes. Portanto, menos do que uma “síntese” entre teoria e práxis, o que há, pelo menos na produção da primeira metade da década de 1960, é uma visão que articula, de modo constitutivo, a

“racionalidade”, intrínseca à prática científica, às “pressões sociais” mais amplas pela promoção de ajustamentos sociais “racionais”.

### Considerações finais

No decorrer deste artigo, vimos que as contribuições de Florestan Fernandes para a sociologia da ciência latino-americana se aproximam, em muitos aspectos, do projeto acadêmico iniciado por Conrad H. Waddington, no ano de 1966. Apesar desta conexão de sentido, que tinha como ponto arquimediano a vinculação da ciência com a sociedade (da consciência com a existência), Florestan Fernandes e a sociologia do conhecimento científico interpretaram, de forma significativamente distinta, a natureza da interpretação sociológica da ciência. De um lado, o programa forte se concentrou sobre a explicação causal de base reflexiva, que tinha no conceito de simetria o seu principal elemento interno de fundamentação. Com base nele, crenças verdadeiras e falsas eram explicadas em razão das diferenças históricas, o que retirava da filosofia da ciência o monopólio epistemológico da narrativa da fundação do raciocínio lógico-científico. Florestan Fernandes, por sua vez, consideraria o conceito de reflexividade como sendo uma das bases de seu edifício interpretativo-explicativo do pensamento científico. Contudo, ele inverte o primado teleológico da explicação da natureza do pensamento científico ao afirmar um estilo de pensamento assimétrico, que confere à história e à mudança primazia no processo de separação entre ciência e pseudociência. Diferentemente das teses assimétricas tradicionais, que afirmam ser a verdade fruto da razão e a falsidade resultado da intromissão de fatores extracientíficos, fazendo da sociologia da ciência uma sociologia do erro, a assimetria fernandiana confere ao extracientífico força epistemológica para a construção da verdade científica. Como dito, essa natureza interpretativa distinta se deve ao cenário histórico de época, no qual o *excesso de razão sem sociedade* era compreendido como sendo o desafio a ser enfrentado pelos cientistas sociais britânicos, ao passo que, no caso latino-americano, a *ausência de razão na sociedade* era tida como o obstáculo a ser enfrentado para a introdução de uma nova ordem social.

Claramente, a opção fernandiana surge como alternativa ao finitismo de David Bloor e Barry Barnes. A sociologia da ciência assimétrica de Fernandes enfatiza a mudança social e o espírito de época como sendo condições essenciais para a validade, sistematicidade e objetividade das ideias científicas. Essa concepção de ciência foge um pouco àquela tradicionalmente associada à sociologia fernandiana, pois afirma que fatores políticos e fatores científicos estariam

em um mesmo patamar epistemológico. A necessidade da introdução de uma sociologia sistemática, profissional e positiva, portanto, apenas seria viabilizada quando permeada pelos problemas sociais. Se um paralelo pudesse ser traçado entre a concepção de Florestan Fernandes e a concepção de Sheila Jasanoff, seria possível afirmar que, para ambos, a ciência possui um vínculo existencial com a política: opções metodológicas são escolhas de ordem política. Contudo, a coprodução de Fernandes é assimétrica a partir do momento em que afirma que o político, no sentido da mudança social, é o fundamento epistemológico definidor da validade do enunciado científico: teriam validade apenas aquelas ideias capazes de promover a mudança social. Há, nesse sentido, um senso normativo de caráter apriorístico, condicionando a natureza social do pensamento científico. Isso, como é de se esperar, possui impactos fundamentais sobre o ordenamento prático da ciência. Entre eles, encontra-se a renovação do mito da genialidade e da excepcionalidade, fenômeno largamente conhecido pelos estudantes sociais contemporâneos da ciência. Esta teria um encantamento quase que mágico, sendo resultado mais de uma vocação secular do que de um processo de profissionalização racional. O cientista não seria apenas um *expert*, ele seria o motor da história, o agente responsável pela remoção dos males do mundo e pela promoção da mudança social. O mito da excepcionalidade científica é ratificado por meio da reprodução da sociologia do conhecimento de Mannheim, segundo a qual os intelectuais seriam os portadores da síntese da histórica por sua capacidade de não enraizamento histórico (importante notar, conforme observa Lidiane Soares Rodrigues (2010), que o tema do “engajamento” se coloca muito diferentemente ao longo da produção de Florestan Fernandes, indo de um gradiente – exagerando ao máximo – que vai de Mannheim até Lênin). Para o programa forte em sociologia do conhecimento científico, essa afirmação carece de qualquer validade, sendo apenas uma reformulação do mito da excepcionalidade científica.

Por fim, uma breve nota sobre o conceito de ciência cidadã. Gabriel Cohn (1986), aliás, ao tratar do mesmo problema, destaca que, embora seja verdade que, em Florestan Fernandes, os papéis da “cientista” e do “cidadão” não se dissociam, eles tampouco se confundem. Assim, menos que uma “síntese” entre teoria e práxis, o que há, pelo menos na produção da primeira metade da década de 1960, no Brasil, é uma visão que articula de modo constitutivo a “racionalidade” intrínseca à prática científica às “pressões sociais” mais amplas pela promoção de ajustamentos sociais “racionais”. Neste ponto, de fato, há uma aproximação fundamental entre Florestan Fernandes e o projeto elaborado por Waddington. Independentemente se o problema era o excesso ou a ausência de

razão, ambos estavam interessados no aprofundamento de uma cultura humanista entre os cientistas. A quebra da rotina científica – profundamente técnica e desencantada – se daria com o ensino de um estilo de ciência consciente de sua função e papel sociais. Para Florestan Fernandes e para Waddington, faltava à ciência o desenvolvimento de um tipo de sensibilidade dedicada ao entendimento da real importância da ciência para a sociedade. Para Waddington, uma ciência cidadã poderia evitar os estragos tecnocientíficos observados na Segunda Grande Guerra; para Florestan Fernandes, uma ciência cidadã poderia evitar a reprodução dos problemas estruturais observados na sociedade brasileira, a exemplo das distâncias sociais naturalizadas por meio das diferenças biológicas demonstradas por uma ciência pouco consciente de sua função histórica. Para ambos, deste modo, a ciência precisava de uma boa dose de sociedade para se tornar efetivamente um tipo de boa ciência.

## Referências

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vertice, 1995.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Trajetória singular: o acadêmico Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. In: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. São Paulo, Bauru, Edusc, 2001.
- AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. 2 v. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994.
- BARNES, Barry. *Scientific knowledge and sociological theory*. London, Routledge, 1974.
- BARNES, Barry. *Interests and the growth of knowledge*. London, Routledge, 1977.
- BASTOS, Élide Rugai. Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BEN-DAVID, Joseph. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- BERNAL, John Desmond. *The social function of science*. London, Routledge, 1939.
- BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*. São Paulo,

- v. 22, n. 1, 2010, pp. 47-66.
- BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. London-Chicago, The University of Chicago Press, 1991.
- CANDIDO, Antonio. Um militante incansável. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial [seguido de] Teatro de sombras: a política imperial*. 7. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- CATANI, Afrânio Mendes. Um educador engajado. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- CETINA, Karin Knorr. *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. USA, Harvard University Press, 1999.
- COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: FERRANTE, Vera B.; MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Angela et al. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- COHN, Gabriel. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em sociologia. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, 2005, pp. 245-250.
- D'INCAO, Maria Angela. Mudança social e sociologia libertadora. In: D'INCAO, Maria Angela et al. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- EDGERTON, David. The 'White Heat' Revisited: The British Government and Technology in the 1960s. *Twentieth Century British History*. Londres, v. 7, n. 1, 1996, pp. 53-82.
- FAVERO, Osmar (Org.). *Democracia e Educação em Florestan Fernandes*. Campinas, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Florestan. A Investigação Científica no Brasil. Suplementos Literários, *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 maio 1960.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1971.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo,

- Companhia Editora Nacional, 1959.
- FERNANDES, Florestan. As ciências sociais na América Latina. In: *Clapcs. As ciências sociais na América Latina*. São Paulo, Difel, 1965.
- FETZ, Marcelo. *Entre razão e fruição: formação e presença da segunda revolução científica no Brasil (XVIII-XIX)*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2012.
- FEYERABEND, Paul. *Against method*. London. Londre, Verso, 2010.
- FULLER, Steve. *Thomas Kuhn: A Philosophical Perspective for Our Times*. Chicago, The University of Chicago Press, 2001.
- FREITAG, Barbara R. Florestan Fernandes: Democratização, Universidade, Revolução. D'INCAO, Maria Angela et all (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Florestan Fernandes e a autonomia da ciência. *Revista da USP*. São Paulo, v. 42, 1999, pp. 180-188.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa, Edições 70, 2001.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, 1988, pp. 575-599.
- HENRY, John. Historical and Other Studies of Science, Technology and Medicine in the University of Edinburgh. *Notes and Records of the Royal Society of London*, v. 62, 2008, pp. 223-235.
- HIRANO, Sedi. Florestan Fernandes: sociólogo militante a serviço da transformação social. *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo, Boitempo Editorial, n. 6, 2005, pp. 183-190.
- IANNI, Octávio. Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996, pp. 25-33.
- IANNI, Octávio. A obra de Florestan Fernandes. *Revista Ideias*. São Paulo, v. 4, n. 1/2, 1997, pp. 13-24.
- IANNI, Octávio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- JASANOFF, Sheila. *States of Knowledge: the co-production of science and the social order*. London, Routledge, 2006.
- JASANOFF, Sheila; MARTELLO, Marybeth Long. *Earthly Politics: Local and Global in Environmental Governanc*. Massachusetts, The MIT press, 2004.
- LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. Florestan Fernandes: sociologia e cidadania. *Boletim da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, v. 12, 1995, pp. 05-10.

- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo, Editora Perspectiva S.A, 1997.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MARTINS, José de Souza. Florestan Fernandes: ciência e política, uma só vocação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 11, n. 30, 1996, pp. 15-22.
- MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1998.
- MARTINS, Tatiana Gomes. *Florestan Fernandes e a questão do papel do intelectual*. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- MATUI, Jiron. *Cidadão e professor: em Florestan Fernandes*. São Paulo, Cortez, 2001.
- MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura*. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1972.
- MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. 3 v. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- OLIVA, Alberto. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre, Edipuc/RS, 1997.
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. *O articulista Florestan: ciência e política como base de uma pedagogia socialista*. Tese de Doutorado, Educação, Universidade Federal Fluminense, 2005.
- ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 27, 1990, pp. 163-175.
- POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. 6. ed. São Paulo, Cultrix, 1996.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.
- REGO, Walquiria Gertrudes Domingues Leao. Intelectuais, Estado e ordem democrática na sociologia de Florestan Fernandes. *Seminário Intelectuais e Estado, Reunião Capesp Cofe Cube*, Campinas, 2004.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. Um romantismo revolucionário em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan e o Sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- ROBERTSON, Alan. Conrad Hal Waddington. 8 November 1905 -- 26 September 1975. *Biographical Memoirs of Fellows of the Royal Society*. Reino Unido, v. 23, nov. 1977, pp. 575-622.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan*

- Fernandes (1969-1983)*. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Lidianie Soares. *Florestan Fernandes: Interlúdio*. São Paulo, Hucitec, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Florestan: um sociólogo comprometido com seu tempo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996, pp. 17-22.
- SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996, pp. 71-88.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- SILVA, Marilúze Ferreira de Andrade; OLIVA, Alberto. Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil. *Revista Paradigmas*. São Paulo, v. 2, 1998, pp. 101-102.
- SOARES, Eliane Vera. *Florestan Fernandes o militante solitário*. São Paulo, Cortez, 1997.
- SALOMON, Joan. Science Policy Studies and the Development of Science Policy. In: SPIEGEL-ROSING, Ina; SOLLA PRICE, Derek. *Science, Technology and Society: a Cross-Disciplinary Perspective*. London and Beverly Hills, Sage, 1973.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília, Ministério de Ciências e Tecnologia, 2001.
- SPIEGEL-ROSING, Ina. The Study of Science, Technology and Society (SSTS): Recent Trends and Future Challenges. In: SPIEGEL-ROSING, Ina; SOLLA PRICE, Derek. *Science, Technology and Society: a Cross-Disciplinary Perspective* edited by I. London and Beverly Hills, Sage, 1973.
- SNOW, Charles Percy. *The two cultures and the scientific revolution*. New York, Cambridge University Press, 1959.
- TURNER, Stephen. The social study of science before Kuhn. In: HACKETT, Edward; AMSTERDAMSKA, Olga; LYNCH, Michael; WAJCMAN, Judy. *The handbook of science and technology studies*. Massachusetts, MIT ED, 2008.
- WADDINGTON, Conrad Hal. Science and ethics. In: WADDINGTON, Conrad Hal (Org.). *Science and ethics*. London, George Allen & Unwin LTD, 1944.
- WADDINGTON, Conrad Hal. *Scientific attitude*. London, Pelican Books, 1948.
- WADDINGTON, Conrad Hal. Proposed new Department of Science Studies at The University of Edinburgh by David Edge. *SCA: The Papers of Conrad Hal Waddington* (Arquivos da Universidade de Edimburgo – localização: GB 237 Coll-41/8/1513), April 1965.
- WADDINGTON, Conrad Hal. *Behind appearance: a study of the relations between*

*painting and the natural sciences in this century*. Edinburgh, The University of Edinburgh Press, 1969.

WADDINGTON, Conrad Hal. *Tools for thought*. St. Albans, Paladin Frogmore, 1977.

WEBER, Max; COHN, Gabriel. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. [s. l.]. Ática, 2006.

ZAMMITO, John H. *A Nice Derangements of Epistemes: Post-Positivism in the Study of Science from Quine to Latour*. Chicago, The University of Chicago Press, 2004.

Recebido em: 20/07/2018

Aprovado em: 30/11/2020

### **Como citar este artigo:**

FETZ, Marcelo; DEFACCI, Fabrício F. Em busca de uma sociologia da ciência brasileira: um debate sobre as ideias de Florestan Fernandes. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 229-262.



## PCC *versus* Estado? A expansão do grupo pelo Brasil<sup>1</sup>

Thais Lemos Duarte<sup>2</sup>

**Resumo:** A fim de robustecer as análises sobre a percepção estatal a respeito do dito crime organizado, este artigo estuda as narrativas do Ministério Público paulista sobre a expansão do grupo criminal Primeiro Comando da Capital (PCC) a distintos estados do Brasil. O *parquet* descreve uma espécie de fraqueza institucional ao reforçar aspectos quase mitológicos a respeito do PCC, caracterizando-o como “poder paralelo”. Tal discurso parece ser mobilizado para garantir maior poder de controle e de repressão ao crime, reconhecendo tangencialmente, porém, que nas margens estatais são tecidas sistematicamente novas lógicas criminais.

**Palavras-chave:** PCC, Expansão, Facções, Ministério Público

### PCC *versus* State? Expansion of the group by Brazil

**Abstract:** *In order to strengthen the analysis on the state perception regarding organized crime, this article aims to study São Paulo Public Department of Public Prosecution’s narratives regarding the expansion of Primeiro Comando da Capital (PCC) criminal group to different states in Brazil. The parquet describes, in a way,*

1 A pesquisa teve aporte do CNPq no período entre agosto de 2019 e outubro de 2020, por meio de uma bolsa de pós-doutorado júnior.

2 Pesquisadora de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFGM). Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFGM) – Belo Horizonte – Brasil – thais-duarte@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-9149-7387>

*a characteristic of an institutional fragility in reinforcing quasi-mythological aspects about the PCC, characterizing it as “parallel power”. Such discourse seems to be mobilized to assure greater power of control and repression against crime, recognizing tangentially, however, that new criminal logics are systematically woven in the state margins.*

**Keywords:** PCC, Expansion, Factions, Department of Public Prosecution

## Delineamento da questão

Há vários anos, um grupo de pesquisadores volta a sua atenção para compreender as características e as dinâmicas estabelecidas pela organização criminal paulista *Primeiro Comando da Capital* (PCC) (Dias, 2011; Feltran, 2018; Biondi, 2010; 2014). Em geral, seus achados se pautam pelo método etnográfico e/ou por entrevistas com pessoas privadas de liberdade, sendo poucas as reflexões que captam a perspectiva estatal sobre o grupo, como proposto por Silvestre (2016). Tendo isso em vista, o objetivo geral deste artigo é discutir as narrativas do Ministério Público paulista sobre o PCC, enfocando-se as narrativas institucionais a respeito da expansão organizacional a distintos estados do Brasil.

Como cerne teórico e analítico, o estudo parte da perspectiva de que o Estado é ente central à construção da criminalidade. Nas “margens” estatais, como sinalizam Das e Poole (2008)<sup>3</sup>, bem como nas “dobras do legal e ilegal”, nos termos de Telles (2010)<sup>4</sup>, são tecidas sistematicamente novas lógicas criminais. Não à toa, diversas pesquisas indicam que as organizações criminais, como o PCC, surgem, consolidam-se e se difundem por meio dos cárceres (Coelho, 1987; Barbosa, 2005; Lourenço; Almeida, 2013; Feltran, 2013; Dias, 2011; Azevedo; Cipriani, 2015). As políticas penais executadas seriam, então, determinantes (Sinhoretto *et al.*, 2013). Quanto maior o fomento ao encarceramento, maior a

3 Das e Poole (2008) apontam que as margens podem ser interpretadas como espaços entre os corpos, a Lei e a disciplina. Não são lugares meramente territoriais, produzindo também locais em que a norma e outras dinâmicas estatais são colonizadas por meio de formas de regulação emanadas das necessidades das populações, com vistas a assegurar suas demandas políticas e econômicas.

4 Empiricamente, essas dobras se mostram a todo o momento nas evidências das dinâmicas processadas nos instáveis acordos e acomodações entre grupos criminosos e forças policiais em torno dos negócios ilícitos. Não poucas vezes, tais eventos desandam em disputas abertas, acionando ciclos recorrentes de mortes violentas e extermínios. Para além deste tipo de desfecho, ainda que não resultem em mortes, tais eventos podem confluir para a linha tênue entre o legalismo/ilegalismo, banhada em negociações de natureza duvidosa, muito distante da rígida ordem que, ao menos em teoria, perfaria o aparelho estatal.

probabilidade de esses grupos se constituírem e disputarem o “mundo do crime” (Ramalho, 1983).

No entanto, distante de reverem seu posicionamento e sua forma de atuação, os órgãos de controle estatais, como o Ministério Público, à primeira vista, reconhecem uma espécie de “fraqueza” institucional ao reforçarem sistematicamente aspectos quase mitológicos a respeito dos grupos criminais. Tais coletivos são categorizados, então, como “crime organizado” (em um sentido legal<sup>5</sup>) e “poderes paralelos”, compostos por centros diretivos e ordenadores de diversas atividades ilícitas (Mingardi, 2007; Duarte, 2020; Muniz; Proença, 2007). Entretanto, em boa medida, é possível compreender que esse discurso é mobilizado para garantir um maior poder de controle e de repressão ao crime. Não à toa, a despeito de ganharem paulatina projeção no Brasil dispositivos respeitadores dos direitos humanos, crescem significativamente severos mecanismos de controle do crime (Campos; Azevedo, 2020). São impostas, assim, legislações e dinâmicas sancionatórias, cujo efeito é promover a aplicação de longas penas a serem cumpridas em espaços de privação de liberdade, onde os direitos individuais são restringidos ao máximo (Pastoral Carcerária, 2016).

Haja vista o mote deste texto, os dados aqui mobilizados se referem a três denúncias formuladas pelo Ministério Público paulista, cujos assuntos versam, entre outros aspectos, sobre o processo de expansão do PCC pelo Brasil.

**Tabela 1: Documentos analisados**

Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público paulista n. 336/10, de 2013
Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público paulista n. 1122, de 2015
Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público paulista n. 087, de 2017

Cabe ressaltar que os procedimentos investigatórios de 2013 e 2015 fornecem informações sobre a expansão do PCC pelo Brasil, embora tenham como foco a ação organizacional em São Paulo. Por sua vez, as informações mais robustas sobre a difusão do grupo pelo país foram retiradas do Procedimento n. 087, de 2017. Sua base é a apreensão efetuada durante uma fiscalização de rotina em celas da Penitenciária Mauricio Henrique Guimarães Pereira, Penitenciária II de Presidente Venceslau, de São Paulo. Foram confiscados fragmentos de cartas

5 O Art. 1 da Lei n. 12.850 de 2013 considera como “organização criminosa” a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais, cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos. O mesmo dispositivo também compreende “organização criminosa” como grupos com atuação transnacional, os quais desempenham atividades para além do território de seu país, como seria o caso do PCC.

dispensadas pelos presos. E, com isso, identificou-se a participação de 75 pessoas na distribuição de armamento e de drogas, bem como no planejamento e na execução de homicídios, de rebeliões, de ataques a Fóruns e de atentados contra agentes públicos em todas as unidades da federação.

Importa também destacar que o Ministério Público tende a adotar uma perspectiva meramente acusatória sobre o crime, distanciando-se do seu papel de fiscal da lei, garantidor de direitos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (Lemgruber *et al.*, 2016). Portanto, constrói uma perspectiva estigmatizante em relação a determinadas populações, como as que compõem as fileiras do PCC, criminalizando a marginalidade, como amplamente discutido na Sociologia da Punição (Coelho, 1978). Entretanto, em última instância, tal posicionamento institucional enviesado permite compreender as formas pelas quais determinados órgãos de controle do Estado apreendem e tematizam grupos criminais, construindo o já referido mito do “crime organizado”.

A fim de estruturar as narrativas em estudo, as seções a seguir buscam fazer uma revisão da literatura sobre o PCC e seu processo de expansão pelo Brasil. Em seguida, analisam como os documentos descrevem a atuação da organização fora de seu território de origem.

## Reflexões sobre o PCC

Essa seção se divide em duas partes: com base na literatura, a primeira pretende compreender a constituição do PCC e seus efeitos às dinâmicas marginais (carcerárias e periféricas urbanas) em São Paulo; a segunda realiza uma revisão de estudos recentes sobre a expansão do PCC pelo país.

### O PCC e os efeitos da reorganização da dinâmica criminal paulista

Ao compreender a expansão e a consolidação do PCC no sistema prisional paulista, Dias (2011) desenvolve dois eixos de análise. O primeiro, identificado como horizontal/processual, aborda o fenômeno do ponto de vista macrosociológico, em que focaliza o processo social do desenvolvimento do grupo. Neste bojo, a constituição da organização é compreendida com base em diferentes etapas, tendo em vista o papel da violência física direta no exercício do seu poder. Já o segundo eixo de análise, denominado vertical/figuracional, tem como objetivo analisar a dinâmica social produzida com base no fenômeno em foco, estudando em um aspecto mais micro as interações estabelecidas entre os membros do grupo e outros atores sociais.

O cerne aqui tomado se referirá ao primeiro eixo analítico, o qual ajuda a entender a conjuntura em que as narrativas institucionais a respeito do PCC costumam ser tecidas. Dias (2011) sinaliza para diversos processos sociais, sendo eles: a globalização, o avanço tecnológico, a redemocratização política nacional, as flutuações das ações de segurança pública, a centralidade das ações de direitos humanos, a forma de atuação policial, as medidas penais, a transformação das dinâmicas criminais e do criminoso, bem como a proeminência da cocaína. Todos esses fenômenos se conjugaram, abrindo-se flanco à formação e à consolidação do PCC como grupo criminal hegemônico de São Paulo. De fato:

(...) os aspectos sociais e políticos que forjaram o cenário de aparecimento do PCC acabaram por estabelecer com esse agrupamento um mecanismo de reforço mútuo e que, como é próprio aos mecanismos desse tipo, ganhou impulso próprio ao ser posto em movimento (Dias, 2011: 164).

Neste sentido, Dias (2011) indica três etapas do processo, que variam desde as lutas de eliminação de atores resistentes à expansão do PCC, até ao monopólio da violência física em São Paulo. A primeira fase, marcada inicialmente pelo surgimento do grupo, em 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, diz respeito ao processo de expansão do PCC pelo sistema prisional paulista. As distintas rebeliões que afloraram nos cárceres estaduais, voltadas não a salientar queixas pontuais, mas a demandas estruturais, começaram a demonstrar as transformações em curso. Além de tais episódios, essa etapa pode ser caracterizada pelo aumento das ações de resgate de presos, do número de assassinatos nas prisões e de fugas espetaculares.

O sistema prisional de São Paulo sofria, então, um processo de reconfiguração das relações de poder, pautado por ideias e ideais que giravam em torno de noções de solidariedade e de união. Tais elementos eram vistos como necessários para que os custodiados conseguissem fazer frente à chamada “opressão carcerária”. Não à toa, com vistas a garantir o espírito de corpo organizacional, foram instaurados alguns rituais típicos do PCC. Um deles seria o que marca a afiliação de um novo integrante ao grupo, o dito batismo. O recém-chegado leria em voz alta o Estatuto organizacional frente a outros membros, jurando obediência aos itens contidos no documento e fidelidade às pessoas que os levaram ao PCC, o padrinho (Dias, 2011).

Dias (2011) aponta que o intervalo entre 2001 e 2006 compreendeu a segunda etapa de formação e de consolidação do PCC. Após uma megarrebelião ocorrida em São Paulo, em 2001, a existência do grupo se tornou pública,

transbordando do cenário prisional. Foi ocasionado, assim, um duplo efeito: por um lado, o evento conferiu prestígio ao PCC, agilizando e impulsionando sua difusão pelas prisões paulistas; por outro, a organização se tornou também mais visível aos órgãos de controle estatal. Estes começaram a empreender esforços para desarticular o PCC, impondo, por exemplo, o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)<sup>6</sup>. De todo modo, já era possível visualizar uma nova configuração de poder emergente após o período entre 1993 e 2001, de modo que foi reduzida sobremaneira a instabilidade característica da fase de guerra anterior, ao mesmo tempo em que as autoridades passaram a mobilizar novas ferramentas para identificar os domínios do grupo. Para além desses aspectos:

(...) deve-se considerar as relações do PCC com o Estado na compreensão das oscilações entre períodos estáveis e instáveis nas prisões. Nessas relações, a (re)ação do Estado diante da desmoralização sofrida em 2001 constituiu importante elemento balizador, conferindo um poder de negociação que teria levado à efetivação de acordos de lideranças com PCC (Dias, 2011: 173).

Entretanto, a pesquisadora indica que, quaisquer que foram as medidas adotadas pelo poder público para desestruturar o PCC, todas se mostraram ineficazes. Não obstante, em 2006, especificamente, no mês de maio deste ano, ocorreu uma megarrebelião, abrangendo 74 unidades prisionais. Tal evento expôs a capacidade do grupo em controlar praticamente todo o sistema carcerário paulista, além de inúmeros espaços de periferia das grandes e das pequenas cidades estaduais. Desde então, passou a ser considerado o “inimigo número um” das forças de segurança. Simultaneamente, atingiu sua terceira fase de formação, caracterizada por Dias (2011) como de consolidação de uma nova figura social em São Paulo.

Em outros termos, desde meados de 2006, observou-se uma relativa calma no sistema prisional estadual, havendo uma drástica redução nos números de rebeliões e de homicídios entre os presos. Toda a violência marcante da primeira fase foi substituída por modalidades mais racionais de execução, circunscritas a casos específicos. Deste modo, Dias (2011) sustenta a hipótese de que o PCC alcançou uma posição hegemônica no mundo do crime, dentro e fora das prisões, tornando desnecessária a consecução de episódios de demonstração de

6 O RDD, disposto no art. 52 da Lei de Execução Penal, é uma forma especial de cumprimento da pena no regime fechado, que consiste na permanência do custodiado (provisório ou condenado) em cela individual, com limitações ao direito de visita e do banho de sol.

força e de poder. A eliminação de rivais em quase todos os cárceres paulistas, deixando-os limitados a apenas alguns estabelecimentos, forneceu ao PCC o monopólio privado do exercício da violência e de execução da vingança.

A constituição de tribunais como forma de resolver os conflitos e definir punições para os infratores das regras aparece como elemento fundamental do processo de racionalização das práticas do PCC. A constituição desses tribunais só se fez possível a partir do momento em que a organização alcançou a hegemonia, eliminando rivais externos e acabando com as disputas internas (Dias, 2011: 175).

Em complemento a essa hipótese, Feltran (2010) argumenta que a disseminação dos ditos tribunais do crime somente se efetivou após o “mundo do crime”, pautado nas últimas décadas pela ação do PCC, ter ascendido à posição de instância normativa legítima entre parcela minoritária, mas relevante, de moradores de periferias urbanas. Esse fenômeno está associado a transformações ocorridas nas esferas do trabalho, da família, da religião e das ações coletivas, pilares de espaços de pobreza das cidades. Seu efeito central seria a queda dos homicídios em São Paulo, notável nos anos 2000, e publicamente reivindicada pelos governantes como produto das políticas de segurança pública.

Simultaneamente ao processo de consolidação do PCC como ator central no “mundo do crime”, em São Paulo, iniciou-se o movimento de difusão organizacional por distintas partes do país (Duarte; Araújo, 2020). Na seção a seguir, será feita uma revisão de estudos atentos a essa questão.

### Literatura sobre a expansão do PCC pelo Brasil

Ainda são poucos os estudos que versam sobre a expansão do PCC pelo Brasil. O tema carece de atenção, ainda que esteja no bojo dos debates públicos, como identificado por Duarte e Araújo (2020), ao analisarem as narrativas da imprensa a respeito da difusão organizacional. De fato, segundo ambas as autoras, tal processo teria se iniciado ainda na década de 1990, momento em que a literatura discute a consolidação do grupo em São Paulo. O fato ocorreu após uma ação da Secretaria de Administração Penitenciária paulista, cujo objetivo era transferir presos estaduais ao Paraná, com vistas a dissolver lideranças organizacionais. Porém, ao invés de desarticular o grupo, a tentativa de dispersá-lo o fortificou, alastrando seus valores e código de conduta a outros locais (Duarte; Araújo, 2020).

Neste sentido, Manso e Dias (2018) constroem uma narrativa jornalística para descrever em que medida a política de encarceramento em massa executada nas últimas décadas no país impulsionou não só a formação do PCC, como também seu processo de espraiamento por diversos estados. Como descrito, os cárceres teriam ajudado a organizar a criminalidade. Logo, segundo os autores, entre 2013 e 2014, houve uma alteração na intensidade de esforços do PCC para se expandir a várias prisões do Brasil, alterando os equilíbrios de força com outras organizações criminais também com pretensões de atuação nacional, como seria o caso do Comando Vermelho, grupo surgido na década de 1970, no Rio de Janeiro (Barbosa, 2005). Em busca de uma hegemonia no “mundo do crime” em âmbito nacional, o grupo paulista entraria em disputas ferozes contra outros coletivos criminais, em especial a organização fluminense, ao tentar se estabelecer em áreas estratégicas ao fluxo e ao comércio de drogas, como zonas portuárias e fronteiriças.

Sob esta mesma lógica, Ferreira e Framento (2019) objetivam compreender a disseminação da violência na Região Norte do país, em estados como Amazonas e Roraima, fruto do conflito entre o PCC e a organização criminal Família do Norte, aliada ao Comando Vermelho. Ambos os autores apontam que a “luta” se insere na busca do domínio de uma rota internacional de drogas, denominada Rota do Solimões. Por sua vez, as diversas instâncias que representam o Estado se mostraram ineficazes em reverter o quadro de violência, além de serem inefetivas no esforço de dismantelar o dito crime organizado brasileiro.

Não obstante, gestores federais parecem mobilizar motes analíticos semelhantes aos estudos de Manso e Dias (2018), bem como de Ferreira e Framento (2019). Conforme Duarte (2020), tais atores indicam como pano de fundo da expansão do PCC a ideia de um Estado “falido”, “fraco”, “incapaz” de disciplinar a “massa carcerária” e “garantir direitos” aos presos. A crítica dessas autoridades corre no sentido de o Estado “achar bom” o PCC ter influência nas prisões, pois os agentes penais deixariam de ter de lidar diretamente com determinadas rotinas carcerárias, geradoras de desgaste e tensionamento. Logo, menções a “sociedades paralelas”, “vácuos de poder”, além de análises sobre “ausência” e “presença” foram pontos comuns nas narrativas dos gestores para explicar a ação do PCC pelo Brasil (Duarte, 2020).

Entretanto, embora tangencialmente, certos atores públicos compreendem também que muitas práticas estatais se situam na linha tênue entre o legal e ilegal, desvencilhando-se por vezes de explicações dicotômicas ligadas à “ausência” e à “presença” (Idem). Pondera-se que um dos efeitos das políticas penais executadas seria a formação de processos contínuos de modelagem e remodelagem

de realidades locais, estimulando, entre outros aspectos, a expansão do PCC pelo Brasil. Ou seja, o grupo não seria produto da ausência do Estado, mas, sim, da forma como agentes públicos operam em determinados espaços marginais, como cárceres e periferias urbanas. Em boa medida, essa narrativa se aproxima da perspectiva sobre a produção da criminalidade nas bordas estatais (Telles, 2013; Das; Poole, 2008), mote deste artigo.

Ribeiro *et al.* (2019) fazem reflexões semelhantes ao compreender a ação do PCC em um cárcere mineiro, a Penitenciária Nelson Hungria, situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Uma das políticas adotadas pelo governo estadual para conter a ação organizacional em Minas Gerais se refere à transferência de pessoas ligadas ao grupo ao estabelecimento (Ribeiro *et al.*, 2019). A administração prisional visa a segregar os integrantes do PCC, evitando o contato entre seus membros e outros presos sem qualquer filiação a coletivos criminais. No entanto, a ação parece gerar efeito inverso, pois, quanto mais sujeitos são identificados como integrantes, mais o estabelecimento prisional recebe pessoas privadas de liberdade, aguçando-se a superlotação e, por sua vez, as violações de direitos. Em consequência, crescem a solidariedade e o sentimento de destino comum entre presos, o que acaba por fortalecer o PCC (Idem).

No entanto, Ribeiro *et al.* (2019) também chamam atenção para o fato de que certas pessoas custodiadas na Nelson Hungria resistiriam a acatar a disciplina prescrita pelo PCC, com receio de a organização “mandar no que é delas”. Logo, se há entraves ao processo de expansão do grupo pelo estado, estes parecem passar ao largo das ações de controle do crime. Boa parte seria decorrente das dinâmicas criminais estabelecidas historicamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em grande medida marcadas pela ação de gangues de natureza comunitária (Beato; Zilli, 2012).

Com olhar semelhante, Melo e Amarante (2019) destacam que as incisivas de expansão do PCC no Rio Grande do Norte têm gerado não só a resistência de coletivos de presos, como também a formação de novos grupos criminais, como o Sindicato do Crime. Em consequência, formam-se contextos de disputas graves, cujos desfechos são bastante violentos, como o massacre no estabelecimento prisional de Alcaçuz, ocorrido em janeiro de 2017 (Melo; Rodrigues, 2018). Para além deste aspecto, tal quadro vem acentuando os níveis de homicídios ocorridos em periferias urbanas, promovendo contornos distintos ao cenário potiguar.

Em outros termos, como enunciado, embora nos últimos anos tenham sido lançados estudos sobre a expansão do PCC pelo Brasil, em especial com mote etnográfico (Duarte; Araújo, 2020; Melo; Amarante, 2019; Manso; Dias, 2018;

Melo; Rodrigues, 2018; Ribeiro *et al.*, 2019), é possível considerar que ainda há poucos esforços que visaram a analisar a perspectiva estatal sobre o fenômeno, sendo importante robustecê-los. Em atenção a essa lacuna de reflexão, na próxima seção, serão desenvolvidas as análises das denúncias formuladas pelo Ministério Público paulista acerca da expansão do PCC pelo Brasil.

## Traços da difusão

Antes de o Ministério Público expor aspectos de autoria e de materialidade relativos aos atos de pessoas reconhecidas como integrantes do PCC, os documentos costumam traçar em sua introdução uma espécie de cronologia de formação do grupo, muito em diálogo com as etapas de consolidação organizacional expostas pela literatura (Dias, 2011; Feltran, 2018; Biondi, 2010; 2014). Neste sentido, ao que parece, na ótica do *parquet*, a difusão do PCC pelo Brasil só pode ser explicada com base no contexto de surgimento organizacional. Logo, em boa medida, as ideias deste artigo giram em torno de um argumento: as mesmas construções estatais desenvolvidas sobre a consolidação do PCC em território paulista – já amplamente descrita por pesquisas anteriores – são utilizadas para compreender a propagação do grupo a distintas localidades. Não há uma novidade narrativa em relação a fenômenos que, apesar de serem percebidos institucionalmente como diferentes, são tratados quase como semelhantes. Não seria exagero, então, sugerir que muito do proposto aos integrantes organizacionais em São Paulo é replicado aos batizados em outras partes do país, seguindo a lógica padrão do sistema de justiça criminal nacional: mais encarceramento, pautado por violações de direitos.

Dito isso, conforme o Procedimento n. 336/10, todos os movimentos adotados pelo grupo para alcançar o protagonismo nas dinâmicas criminais paulistas são descritos como resultado de um forte poder de mobilização e demonstração de força contra o aparelho estatal, em uma tentativa de intimidar as “autoridades constituídas”, como a administração prisional e o Ministério Público. Nesta ótica, o PCC teria firmado uma feição permeada por ilegalismos, ao mesmo tempo em que teria se constituído por aspectos empresariais, pautado por uma espécie de racionalidade burocrática. Entidades com este perfil apresentam cargos e *status* hierarquizados, consolidados em estatuto próprio, “com organização de poder de forma piramidal e a divisão das células que compõem os diversos setores em sintonias” (Procedimento n. 336/10: 51).

Logo, em formato de organograma, formulado com base em investigações do próprio *parquet*, indicam-se os complexos ordenamentos de distribuições

das funções do PCC, relacionados às partilhas de autoridades, de modo que uma unidade mais alta se conjugaria a uma imediatamente subordinada. Tal qual Hopkins (1966) e Merton (1966) descrevem sobre uma empresa burocrática/racional, a hierarquia de posições e dos níveis de autoridades do PCC consolidariam, pois, um sistema firmemente ordenado de mando e sujeição, no qual haveria uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores.

Com base nesta narrativa, parecem estar em disputa duas entidades coesas, PCC *versus* Estado, cujo resultado seria o fortalecimento contínuo da organização criminal, a despeito da repressão investida por órgãos de justiça criminal. Não à toa, agentes de segurança teriam sido mortos e diversas rebeliões de autoria do PCC teriam sido irrompidas ao longo dos anos (Procedimento n. 336/10: 51).

Em outros termos, o sistema de justiça criminal narra as bases de expansão do PCC pelo Brasil em torno da ideia de o grupo ser um contraponto às ações estatais, perspectiva próxima ao senso comum, cujo cerne é que o dito crime organizado seria uma espécie de “poder paralelo”, como descrito por Duarte (2020). Por esta interpretação, o Estado parece constituir um todo indiviso, sem atritos ou dissonâncias em seu interior, aproximando-se da sua concepção clássica. Conforme Weber (1982), uma organização política com operações contínuas é chamada de Estado, na medida em que seu aparato administrativo mantenha para si, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força na produção da ordem. Seria considerada ilegítima qualquer forma de violência que, por um lado, pareça imitar a violência legítima do Estado e, por outro, desafie o controle estatal.

Entretanto, esse tipo de relato parece traduzir muito mais o tipo de ente que o Ministério Público diz pertencer e consistir, ao invés de explicar efetivamente a natureza do PCC. De fato, esse modelo analítico se distancia do mote de discussão cujo cerne são processos de construção da criminalidade nas margens estatais (Das; Poole, 2008) e nas dobras entre o “legal e ilegal” (Telles, 2010). Diverge também de Biondi (2014), a qual indica que o PCC seria pautado por uma heteroformia e uma heterogeneidade, compondo movimentos. Conforme a autora, não há delimitações temporais, contornos espaciais e limites ao que pode compor o PCC. O grupo seria fugidio a qualquer tentativa de totalização, ainda que mantenha uma natureza conexas e consistente.

Neste bojo, Feltran (2018) questiona a perspectiva sobre “PCC empresa”. No âmbito econômico, os integrantes do PCC podem até apresentar um perfil de empresário, mas a organização, com natureza de “sociedade secreta”, é um agente de regulação mercantil. Parece ser, então, irrelevante determinar qual seria o organograma mais preciso do grupo. Tampouco esse esforço é pertinente, já

que a organização não deve ser considerada como uma estrutura de mando e subordinação. Seus distintos integrantes constituem uma espécie de irmandade, de modo que um membro recém-batizado terá acesso apenas às informações necessárias à sua posição de responsabilidade, mas não a aspectos importantes aos seus pares.

Portanto, diferente da perspectiva desenhada pelo Ministério Público, pautada, em boa medida, por atos de formação do PCC voltados a desafiar o Estado, parte da literatura dispõe que a organização apresenta a proposta de agir discretamente – não no modelo de guerra pública, de terror, de estrutura piramidal. O PCC procede como irmandade. Garantindo a ordem nas cadeias e nas periferias de São Paulo, o grupo reduziria não apenas os conflitos internos ao crime, mas também com as polícias e o governo, fortalecendo-se junto à população miserável da cidade (Feltran, 2018).

Nas próximas seções, serão analisados aspectos específicos das narrativas do *parquet* paulista acerca da difusão do PCC pelo Brasil. Em um primeiro momento, serão apresentados elementos gerais desse movimento; em um segundo, a visão sobre *modus operandi* organizacional estabelecido em diferentes partes do país; por fim, os relatos sobre as disputas travadas entre o grupo e outros coletivos criminais.

### Aspectos gerais

As denúncias analisadas não constroem uma narrativa cronológica sobre a expansão do PCC pelo Brasil, tal como faz para explicar a consolidação do grupo no “mundo do crime”, em São Paulo. A questão é basicamente tratada como um “dado” e, neste sentido, parece que os traços de consolidação do grupo no estado paulista constituem informações suficientes para explicar a difusão pelo país. Isto é, as ações “desafiadoras” do PCC contra o Estado em São Paulo ajudam a semear o contexto de propagação dos valores organizacionais a diferentes partes. Logo, reforçando a perspectiva empresarial mencionada anteriormente, o Ministério Público cita que estaria no cerne do grupo a sua pretensão de se expandir. Não à toa, no estatuto organizacional, indica-se no art. 12 que “o comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do primeiro comando da capital e, independente da cidade, Estado ou País, todos devem seguir nossa disciplina, hierarquia e estatuto” (Procedimento n. 336/10: 64).

Como salientado por Duarte e Araújo (2020), e por Manso e Dias (2018), a relação entre a expansão do PCC e a decisão estatal de diluir as lideranças

organizacionais a outros estados ainda durante a consolidação do grupo em São Paulo também é abordada pelo Procedimento n. 336/10. Diagnostica-se que, em 2012, o PCC teria aproximadamente 2.400 integrantes, em 23 unidades da federação o (Procedimento n. 336/10: 64-67). A tarefa de difusão é destinada à chamada “sintonia geral de outros estados”, cujas metas “audaciosas” estariam voltadas a “disseminar a ideologia do grupo e batizar o maior número de integrantes possível” em localidades distintas a São Paulo (Procedimento n. 336/10: 54). Por certo, essa tarefa parece ter êxito aos olhos do *parquet*.

Não bastasse a extraordinária expansão do PCC no estado de São Paulo, ocorrida nos últimos anos, verificamos também que a organização já se espalhou por praticamente todos os estados da federação e também se tornou transnacional, com fixação e batismo de integrantes em outros países da América do Sul que produzem maconha e pasta base de cocaína, como por exemplo o Paraguai e a Bolívia (Procedimento n. 336/10: 64).

Neste mote, o PCC é analisado como a maior organização criminal em atuação no país, contando em 2017 com cerca de 30.000 integrantes, espalhados em todos os estados e em alguns países vizinhos (Procedimento n. 336/10: 35). Eles são retratados como se estivessem divididos em espécies de células autônomas, cujo objetivo seria a ampliação de novos mercados e, por sua vez, a dilatação da capacidade lucrativa, tal qual uma empresa.

(...) partir da composição da sintonia final geral da facção, reclusa na Penitenciária II de Presidente Venceslau, os demais integrantes da organização que compõem as diversas “sintonias” e as “células” que formam os mais variados setores da organização criminosa, cada qual com função específica, mas todos unidos através da convergência de vontades com os integrantes da sintonia final geral, todos imbuídos do objetivo de praticar os mais variados crimes, como o de tráfico de drogas, tráfico de armas, roubos, extorsão mediante sequestro, corrupção, etc., os quais alimentam os cofres da organização criminosa e possibilitam a sua existência (Procedimento n. 087: 36).

### Modus operandi

O “proceder” do PCC nos estados costuma estar descrito nos documentos em meio a uma série de provas contra os indivíduos visados pelo sistema de justiça criminal. Nem sempre constitui tarefa fácil compreender efetivamente como o Ministério Público retrata a atuação da organização, pois boa parte do

debatido está dispersa ou, por vezes, é contraditória. É possível dizer, porém, que determinados assuntos são mobilizados na medida em que se tornam elementos relevantes à acusação, mesmo que em algumas circunstâncias pareçam ser pouco robustos do ponto de vista técnico e material.

Por outro lado, alguns aspectos parecem ser consistentes, sobretudo, no que tange ao reforço do ponto de vista empresarial sobre o PCC em seu processo de expansão, como dito anteriormente<sup>7</sup>. Os interesses do grupo são retratados com base em uma natureza comercial, voltados à ampliação das rotas de venda de drogas. Ao apontar, por exemplo, o desvelo da organização em atuar em Santa Catarina, o Procedimento Investigatório n. 087 cita a importância dos portos estaduais, em especial o da cidade de Itajaí, de onde o PCC poderia “enviar farfas remessas de drogas para a Europa através de contêineres” (Procedimento Investigatório n. 087: 120). De igual maneira, o mesmo documento aponta que:

(...) há tempos o PCC tenta estabelecer-se de maneira mais forte no Amazonas, em razão da localização estratégica do Estado: a divisa com Colômbia e Peru, grandes produtores de cocaína, e uma infinidade de rios e afluentes por onde essa droga pode circular em barcos (Procedimento Investigatório n. 087: 24).

Segundo o Ministério Público, o PCC deteria não só o varejo de droga, mas também o atacado, apresentando feições que até então nenhuma outra organização criminal teria adquirido em âmbito nacional. Em reforço ao exposto por Mingardi (2007) e por Muniz e Proença (2007), o esquema seria tão organizado que as lideranças em São Paulo concentrariam todas as informações e, em alguma medida, participariam da tomada de decisões nos distintos estados. Entre outros aspectos relacionados, os batismos apenas ocorreriam com a anuência dos cabeças do grupo. Antes da entrada de um novo integrante, os ditos “gerais” realizariam um levantamento de sua trajetória. Caso a pessoa seja positivamente avaliada, seu nome é encaminhado aos chamados “ponteiros”, cuja função seria a realização do “batismo”. A organização procederia, pois, um rigoroso “processo seletivo”, tal como empresas executam no recrutamento de novos funcionários.

Neste mote, as mulheres presas são descritas no Procedimento n. 087 como um importante público a ser incorporado para compor os quadros do PCC em territórios distintos a São Paulo (Procedimento n. 087: 125). Outros

7 Duarte (2020) já teria chegado a conclusões semelhantes ao analisar as narrativas de gestores públicos federais sobre o espraiamento do PCC a distintas unidades da federação.

documentos já teriam chamado atenção para a “sintonia geral dos presídios femininos”, cujo escopo de atuação seria articular atividades em prisões de mulheres. Esses materiais indicam também a importância de familiares de presos às ações organizacionais, especialmente de mulheres, as ditas “mulas”, no transporte de droga e na troca de informações entre o fora e o dentro das prisões. Já no processo de expansão do PCC pelo Brasil, a presença feminina parece ser ainda mais valorizada. Por isso, o procedimento investigatório pontua terem sido traçadas estratégias de enraizamento do grupo nas prisões voltadas ao público, por meio de um setor responsável pela entrada das presas na organização.

Além dos “batismos”, os “ponteiros” e “resumos” executariam outras atividades consideradas relevantes pelo *parquet*, como a coordenação dos chamados “tribunais do crime”. Essa prática em específico não é citada nos demais documentos analisados, mas ganha significativo relevo no Procedimento n. 087. Tais eventos seriam coordenados por alguma liderança do PCC via telefone ou aplicativo de mensagens. Visariam, essencialmente, a mediar conflitos internos, a resolver desavenças com organizações rivais, bem como a decidir sobre a execução de pessoas “julgadas” (Procedimento n. 087: 175). Os “ponteiros” e os “resumos” administrariam os “interrogatórios” e as sessões de tortura, as quais resultariam quase sempre na morte do conduzido.

Oportuno esclarecer que XXX<sup>8</sup> autoriza as mortes nos “Tribunais do Crime”, os ponteiros são consultados para que tal veredicto seja dado. Assim, quaisquer das mortes autorizadas pelos resumos tiveram o aval dos ponteiros (Procedimento n. 087: 194).

O pagamento de uma mensalidade à organização, a chamada “cebola”, também é bastante citado no Procedimento n. 087, referindo-se a outra ação típica do PCC em São Paulo, reproduzida aos demais estados. Seu objetivo seria o mesmo que o original, já que se voltaria a potencializar a capacidade de arrecadação financeira do grupo. O montante angariado auxiliaria na manutenção dos pontos de venda de drogas, as chamadas “lojas”, e no fornecimento de armas voltadas à prática de crimes. “Tal financiamento fomenta a logística do crime organizado em todo o território nacional” (Procedimento n. 087: 173). No entanto, com vistas a ganhar aderência em determinada localidade, em especial em áreas onde outras organizações criminais também buscariam estender seu domínio, o PCC teria adotado a estratégia de suspender o pagamento dessa mensalidade.

---

8 Trecho retirado para não caracterizar a pessoa citada na denúncia.

(...) com isso a facção “PCC” para não perder “campo” suspendeu a cobrança das mensalidades dos integrantes daquele Estado com objetivo de focar todos os esforços para tomada das localidades que existem a facção opostora (Procedimento n. 087: 116).

Isto é, a tática utilizada dependeria em boa medida do contexto local, sendo avaliada, especialmente, a disputa com grupos rivais.

### A “guerra”

As narrativas dos documentos reforçam a ideia de que existe uma “guerra” entre o PCC e outros grupos criminais, travada com vistas ao domínio de territórios. Ora o grupo é retratado como fortalecido nesta disputa, ora é apontado como enfraquecido, de modo que as instituições da justiça criminal parecem ponderar os distintos momentos para proceder. De fato, empunhar essa estratégia parece robustecer o papel tradicional estatal, sendo fomentadas as suas ações de controle e, no limite, a função clássica de monopólio da violência legítima. Não faria sentido estimular algo sem motivações. Dito de outro modo, o Estado mobiliza a narrativa sobre a “guerra” para demandar o reforço de suas ações.

Portanto, o Procedimento n. 087, a todo o momento, ressalta como o PCC analisa as outras facções como adversárias, “lixos”, e, portanto, destaca os modos pelos quais seus membros buscam sufocá-las.

Na mesma conversa, citam também que deveria estudar uma maneira de expandir a atuação da facção criminoso nos bairros das cidades do estado do Mato Grosso do Sul que, segundo eles, são dominados em maioria pela facção rival Comando Vermelho (Procedimento n. 087: 271).

Ganha relevo, pois, o Comando Vermelho, facção carioca que, similarmente ao PCC, também é identificada com pretensões de estender seu domínio por todo território nacional e por países latino-americanos. Não à toa, tal organização foi citada 174 vezes no Procedimento n. 87. No entanto, outros grupos também se destacam nas narrativas do *parquet*, ainda que apresentem uma atuação mais regional, como a Família do Norte e os Balas na Cara, este segundo originário da região Sul do Brasil.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que aponta ao poderio do PCC na “guerra” contra outras facções, o Procedimento n. 087 narra certa fragilidade, a qual sempre busca ser remediada pelo grupo. A atuação e a consolidação

organizacional se encontram em disputa, tanto que o PCC buscaria se fortalecer, dentre outras formas, demandando à administração prisional para que seus membros permaneçam privados de liberdade em um mesmo cárcere. Os ataques a diferentes localidades de autoria do PCC, com queimas de ônibus e investidas contra prédios públicos, teriam ocorrido, em alguma medida, em decorrência disso. Para além de gerar proteção, manter os integrantes da organização em um mesmo estabelecimento fortaleceria o espírito de corpo e evitaria a existência de presos isolados, em contato com outras facções. Como indicado em seções anteriores, Ribeiro *et al.* (2019) apontam como a ação do estado mineiro em concentrar os integrantes do PCC em um mesmo estabelecimento prisional, a Penitenciária Nelson Hungria, ajudou a fortalecer a organização em Minas Gerais.

Os presos queriam que o governo alagoano transferisse todos os presos que se identificassem como integrantes da facção para uma mesma unidade. Movimentos semelhantes a este já foram registrados em outros estados, como Santa Catarina: através da realização de ataques, tentam intimidar as autoridades a cederem uma unidade para abrigar, exclusivamente, os integrantes da facção (Procedimento n. 87: 126).

Outra estratégia descrita nos documentos, utilizada pelo grupo para se robustecer, seria o envio sistemático de armas e dinheiro aos estados para onde buscaria estender seu domínio. Uma pessoa teria sido contratada para arremessar munições dentro de uma das principais unidades prisionais do Rio Grande do Norte, cenário de intensas rebeliões causadas por disputas entre o grupo paulista e outras facções, como o Sindicato do Crime (Melo; Amarante, 2019).

(...) informação de que foram destinados R\$3.000,00 para que um comparça arremessasse munições para dentro da Unidade de Alcaçuz. (...) a prisão de um homem, que alegou ser integrante de facção criminosa, que foi preso por policiais da força nacional quando iria jogar munições para dentro da Unidade (Procedimento n. 087: 64).

Uma tática adicional seria o PCC firmar interlocução com policiais, o “suborno”, prática bastante comum à execução de atividades do dito crime organizado

(Mourão *et al.*, 2016)<sup>9</sup>. O documento descreve o pagamento semanal a agentes de segurança para envio sistemático de informações sobre operações policiais, as chamadas “festinhas” (Procedimento n. 087: 179). Similarmente, os membros do grupo pagariam tais profissionais para que não fossem custodiados ao serem capturados (Procedimento n. 087: 229). E, ainda, os policiais receberiam dinheiro para fazer “vista grossa”, ignorar as atividades do tráfico de drogas desenvolvidas em certa comunidade (Procedimento n. 087: 304).

Dentro de tal contexto, conclui-se que o Primeiro Comando da Capital é uma organização criminosa armada, de caráter permanente, destinada à prática do tráfico de drogas e armas, além da corrupção de agentes públicos para infiltração no poder do Estado e a diversos outros delitos (Procedimento n. 87: 37).

Caso nenhuma dessas estratégias surtisse efeito, o Procedimento n. 87 indica que seria estudada a possibilidade de o grupo se retirar do estado, ainda que temporariamente. No trecho a seguir, uma liderança teria orientado membros do PCC a saírem de Santa Catarina para que não fossem presos e para evitar aumentar tensionamentos com a facção local. Apenas em um bairro de periferia de Florianópolis teriam ocorrido treze assassinatos, ao passo que na cidade de Joinville teriam sido registradas 130 mortes violentas em 2016. A Secretaria de Segurança não soube precisar o percentual desses homicídios que teriam relação com briga de organizações criminais, mas atribuiu à maioria a questão (Procedimento n. 087: 43).

(...) Percebe-se que o criminoso XXX orienta os comparsas radicados no Estado de Santa Catarina a deixarem de atuar, pelo menos por hora, para evitar de serem presos, prometendo toda a assistência necessária para que “saíam de cena”. (...) Ocorre que Santa Catarina possui uma facção criminosa local, o Primeiro Grupo Catarinense (PGC) que é inimigo do PCC e principal empecilho para a expansão da facção paulista naquele Estado (Procedimento n. 87: 42).

As rivalidades instaladas entre as organizações criminais teriam levado ao “descontrole no número de homicídios entre criminosos no interior e no exterior

9 Conforme Mourão *et al.* (2016), a contribuição da polícia no aprofundamento e na radicalização do modelo de criminalidade e nas dinâmicas de violência letal que se desenvolveram nas últimas três décadas é discutida exaustivamente em vários trabalhos com base em diversos pontos de vista. Todos os observadores concordam num ponto: não há tráfico e domínio territorial do tráfico sem participação policial. Seja na forma de omissão, negociação de meios, seja com informação ou proteção.

das unidades prisionais” (Procedimento n. 087: 242). Furtando-se de fornecer qualquer fonte oficial, o Ministério Público aponta que essas mortes estariam avolumando as estatísticas dos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo monitoradas em tempo real, “autorizadas” e “comemoradas” pelos membros do PCC (Procedimento n. 087: 243).

Em outras palavras, reforçando as análises já efetuadas, os documentos retratam uma espécie de “queda de braço” entre o PCC e o Estado ao relatar a “guerra” gerada pela expansão organizacional. O primeiro é apresentado como o ator que, a todo custo, com vistas a aumentar seu poderio econômico, buscaria ampliar seu território de ação pelo Brasil. Em contraponto, o segundo procura mapear e cercear as ações criminais, embora em muitos momentos pareça reconhecer que os passos traçados com esse objetivo sejam ineficazes. Não obstante, descreve-se a relação de barganha estabelecida entre ambos, como concentrar os membros do PCC em um mesmo estabelecimento prisional. Ademais, são identificados os ilegalismos procedidos pelos agentes do Estado, os chamados “subornos”, que acabam por reforçar o grupo em dada localidade.

Portanto, embora reforce sistematicamente que fenômenos como a expansão do PCC ocorrem em razão da natureza organizacional – baseada na ideia de “poder paralelo” movido tão só por interesses empresariais –, o Ministério Público reconhece tangencialmente que as ações criminais se constituem e se reforçam com base na ação estatal. Órgãos como a polícia são essenciais ao incremento da “guerra” entre facções, cujo efeito é gerar terreno para a consolidação do PCC em determinados territórios distintos a seu espaço de origem.

## Considerações finais

Neste artigo, foram analisadas as perspectivas do Ministério Público de São Paulo sobre a expansão do PCC pelo Brasil. Em um primeiro momento, após a revisão da literatura sobre o tema, propôs-se compreender as narrativas construídas sobre o processo de consolidação do PCC como grupo hegemônico no “mundo do crime”, em São Paulo. Em um segundo, buscou-se investigar os relatos sobre a imersão do grupo a distintas unidades da federação, sendo averiguados, entre outros aspectos, sua estruturação e o *modus operandi* estabelecido. Por certo, essa divisão apresentou caráter puramente analítico, visto que os próprios documentos estudados demonstraram que uma fase se intercambia a outra, não sendo estanques entre si. A propagação do PCC por diversos estados teria se iniciado no período em que o grupo estava em vias de se consagrar como o protagonista na criminalidade paulista.

Entretanto, essa separação foi reveladora para compreender as perspectivas do *parquet* sobre o PCC. As mesmas construções estatais desenvolvidas sobre a consolidação do grupo em território paulista – já amplamente descrita por pesquisas anteriores – são utilizadas para compreender a propagação da organização criminal a distintas localidades. Como primeiro aspecto, configurado com moldes empresariais, pautado por uma racionalidade burocrática, o PCC se consubstanciaria como um “poder paralelo” ao poder legítimo estatal, o qual, ao menos em teoria, deteria o monopólio da força. E durante toda a sua empreitada, a organização “venceria” a “luta” travada contra os órgãos de controle. Inclusive, aproveitar-se-ia de erros conduzidos administrativamente para se reforçar.

Esse cenário trouxe as bases da expansão do PCC pelo país. Segundo os procedimentos relativos a esse tema, o grupo teria atingido poderio tão forte que estaria em busca de hegemonia por todo o Brasil, adquirindo caráter “transnacional”. Rearranjos e reconfigurações teriam sido estabelecidos dentro da organização para a solidificação desse processo, os quais passariam ao largo das incisivas estatais voltadas a desestruturá-la, como a transferência de lideranças ao RDD, bem como o fomento ao encarceramento massivo de pessoas.

Neste mote, o grupo se difundiria com vistas a ampliar sua capacidade lucrativa, por meio do alargamento de suas rotas de tráfico de drogas, especialmente, para áreas de fronteiras e de regiões portuárias. Recrutaria localmente novos membros e transferiria pessoas do cenário criminal paulista a outras localidades. Todos passariam a exercer as atividades de interesse do PCC, conforme seus valores e disciplina, buscando se robustecer, inclusive, frente a outras organizações criminais. Em boa medida, esse movimento seria auxiliado por certas ações públicas empreendidas ao combate da organização, somado aos ilegalismos produzidos em conjunto a agentes do Estado.

Portanto, a narrativa do Ministério Público descreve uma espécie de “fraqueza” institucional ao reforçar sistematicamente aspectos quase mitológicos a respeito do PCC, caracterizando-o como “poder paralelo”, composto por centros diretivos e ordenadores de diversas atividades ilícitas. No entanto, esse discurso parece ser mobilizado para garantir um maior poder de controle e de repressão ao crime, reconhecendo, muito tangencialmente, porém, que nas “margens” estatais são tecidas sistematicamente novas lógicas criminais. Nesta perspectiva, o grupo não seria produto da ausência do Estado, mas, sim, da forma como agentes públicos operam em determinados espaços marginais, como cárceres e periferias urbanas.

## Referências

- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIPRIANI, Marcelli. Um estudo comparativo entre facções: o cenário de Porto Alegre e de São Paulo. *Sistema Penal & Violência. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito. Online*, n. 7, 2015, pp. 160-174.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 a 2016. *Revista de Sociologia e Política. Online*, v. 28, n. 73, 2020.
- COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública. Online*, n. 12, 1978, pp. 139-161.
- COELHO, Edmundo Campos. *A Oficina do Diabo: Crise e Conflito no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- BARBOSA, Antonio Rafael. Prender e Dar Fuga: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.
- BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 27, n. 80, out. 2012, pp. 71-88.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010.
- BIONDI, Karina. Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC. Tese de doutorado, Antropologia, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2014.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado e sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social. Online*, n. 27, 2008, pp. 19-52.
- DIAS, Camila Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade de São Paulo – USP, 2011.
- DUARTE, Thais Lemos. Vácuo no poder? Reflexões sobre a difusão do Primeiro Comando da Capital pelo Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 122, set. 2020, pp. 77-96.
- DUARTE, Thais Lemos; ARAÚJO, Isabela Cristina Aves de. PCC em pauta: narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2020, pp. 505-532.
- FELTRAN, Gabriel. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política sobre o crime numa tradição musical das periferias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Online*, n. 56, 2013, pp. 43-72.

- FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 23, 2010, pp. 59-74.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- FERREIRA, Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat; FRAGMENTO, Rodrigo de Souza. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. Online, v. 4, n. 2, 2019, pp. 91-114.
- HOPKINS, Terence K. O conceito de sistema de autoridade. In: COELHO, Edmundo Campos (Org.). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- LEMGRUBER, Julita; RIBEIRO, Ludmilla; MUSUMECI, Leonarda; DUARTE, Thais Lemos. *Ministério Público: Guardião da democracia brasileira?* Rio de Janeiro, CEsC, 2016.
- LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. Quem mantém a ordem, quem cria a desordem: Gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social*. Online, n. 25, 2013, pp. 37-59.
- MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime*. São Paulo, Todavia, 2018.
- MELO, Juliana Gonçalves; AMARANTE, Natalia Firmino. O massacre de Alcaçuz, o fortalecimento e a disputa de territórios por coletivos criminosos em Natal, RN. *O público e o privado*. Fortaleza, n. 33, 2019, pp. 19-40.
- MELO, Juliana Gonçalves; RODRIGUES, Raul Nascimento. “É a guerra!” Uma breve análise sobre o Massacre na Prisão de Alcaçuz/RN e o fortalecimento de coletivos criminosos no Estado. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas*. Online, v. 4, n. 1, 2018, pp. 293-310.
- MERTON, Robert K. Estrutura burocrática e personalidade. In: COELHO, Edmundo Campos (Org.). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 21, 2007, pp. 51-69.
- MOURÃO, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonardo; RAMOS, Silvia. *Polícia, justiça e drogas: como anda nossa democracia?* Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2016.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 21, 2007, pp. 139-157.
- PASTORAL CARCERÁRIA. *Tortura em tempos de encarceramento em massa*. São Paulo, Pastoral Carcerária, 2016.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime a ordem pelo avesso*. 2. ed. Rio de Janeiro,

- Graal, 1983.
- RIBEIRO, Ludmila MendonçaLopes.; OLIVEIRA, Victor Neiva; BASTOS, Luiza. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. *O Público e o Privado*. Fortaleza, n. 33, 2019, pp. 213-241.
- SILVESTRE, Giane. Enxugando o iceberg: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2016.
- SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. Online*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 83-106.
- TELLES, Vera da Silva. *As cidades nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte, Argumentum, 2010.
- TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea*. São Carlos, n. 2, 2013, pp. 359-373.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro, LTC, 1982.

Recebido em: 07/11/2019

Aprovado em: 02/12/2020

### **Como citar este artigo:**

- DUARTE, Thais Lemos. PCC *versus* Estado? A expansão do grupo pelo Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 263-285.





# A Polícia Militar e seus dilemas identitários

Arthur Trindade M. Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** Embora o debate sobre a desmilitarização das polícias brasileiras seja intenso, pouco se tem discutido sobre suas causas, dimensões e problemas. Neste artigo, descreveremos os processos de mimetismo organizacional por meio dos quais as polícias brasileiras foram moldadas a partir das organizações militares. A seguir, analisaremos quatro dimensões em que as polícias têm se diferenciado cada vez mais das Forças Armadas: (a) no *ethos* do uso da força; (b) nos mecanismos de supervisão e controle; (c) nas formas de emprego e; (d) nas relações de trabalho. Por fim, discutiremos os principais obstáculos e dilemas para a construção de uma identidade policial.

**Palavras-chave:** Polícias Militares; Desmilitarização; Identidade Profissional; Isomorfismo organizacional.

## The Military Police and its identity dilemmas

**Abstract:** *Although the debate about demilitarization of the Brazilian police is intense, little has been discussed about its causes, dimensions and problems. In this article, we will describe the processes of organizational mimetism through which the Brazilian police were shaped by military organizations. Next, we will analyze four dimensions in which the police have increasingly differentiated themselves from the Armed Forces: (a) in the ethos of the use of force; (b) in the supervisory and control mechanisms; (c) in the forms of employment and; (d) in the labor*

1 Universidade de Brasília (UNB) e pesquisador 2 do CNPq – Brasília – Brasil - arthurtmcosta@gmail.com  
– <https://orcid.org/0000-0002-1427-4622>

*relations. Finally, we will discuss the main obstacles and dilemmas for building a police identity.*

**Keywords:** *Military Police; Demilitarization; Professional Identity; Organizational Isomorphism.*

## Introdução

Não é de hoje que há um intenso debate sobre a necessidade de desmilitarizar as polícias brasileiras. O rol dos que defendem a urgência da desmilitarização é extenso: inclui lideranças políticas, pesquisadores, ativistas sociais, associações da sociedade civil, organizações não governamentais e organismos internacionais. Entidades como a ONU, a OAB e a ABI já se manifestaram favoráveis à desmilitarização. Até mesmo entre os policiais militares há uma forte demanda pela desmilitarização. Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, apontou que 73,7% dos policiais militares eram favoráveis à desmilitarização (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014). Por outro lado, são raras as vozes que defendem a necessidade de se manter as polícias militarizadas.

Posto desta forma, poderíamos dizer que haveria um forte consenso sobre a necessidade de desmilitarizar as polícias brasileiras. Mas, a situação não é bem como parece. Será que todos estão falando sobre a mesma coisa? O que significa desmilitarizar as polícias? Por que é tão difícil desmilitarizá-las? Existem polícias totalmente desmilitarizadas? Para responder essas perguntas, é necessário discutir os processos de militarização das polícias, suas dimensões e seus problemas. Mas, antes, é preciso definir nosso objeto de estudo.

A militarização das polícias é, antes de tudo, um processo de construção de identidades profissionais. Isso implica o pertencimento a um grupo de organizações que compartilham crenças, valores e saberes militares. Desta forma, a militarização diz respeito ao grau de identificação das polícias com o campo militar. Ela é, portanto, um gradiente, no qual as polícias podem se identificar em muitos ou poucos aspectos com as organizações militares, notadamente os Exércitos.

A desmilitarização, por sua vez, refere-se ao grau diferenciação das polícias em relação ao campo militar. Para isso, é necessária a construção de uma identidade profissional própria que, além dos aspectos normativos, envolve também atributos, saberes e valores específicos desse grupo social. Em certa medida, a desmilitarização implica a profissionalização das polícias (Monet, 2001).

Neste artigo, primeiramente, descreveremos os processos de mimetismo organizacional por meio dos quais as polícias brasileiras foram moldadas com

base nas organizações militares. A seguir, analisaremos quatro dimensões em que as polícias têm se diferenciado cada vez mais das Forças Armadas: (a) no *ethos* do uso da força; (b) nos mecanismos de supervisão e controle; (c) nas formas de emprego e; (d) nas relações de trabalho. Por fim, discutiremos os principais obstáculos e dilemas para a construção de uma identidade policial.

As observações que faço neste artigo são resultados da minha vivência como oficial do Exército Brasileiro, professor da academia de Polícia Militar de Brasília e pesquisador da área de segurança pública. Na medida do possível, irei embasar essas observações com dados empíricos e fatos de conhecimento público.

## O processo de militarização das polícias

O surgimento das polícias modernas está ligado a dois macroprocessos sociais: o surgimento dos Estados nacionais e o crescimento das cidades que marcaram o Século XIX (Monet, 2001). Como consequência, assistiu-se à criação das polícias tal qual nós as conhecemos hoje: instituições públicas e especializadas (Bayley, 1994). Boa parte dessas polícias eram altamente centralizadas sob o controle dos governos nacionais e inspiradas no ideal de hierarquia e disciplina dos Exércitos. Este foi o caso de algumas polícias europeias – como a Gendarmaria francesa, os Carabineiros Espanha e os Carabineiros na Itália – que adotaram um modelo militar em função das condições políticas que predominavam na época de sua criação (Loubet del Bayle, 1992).

Mesmo o protótipo de uma polícia desmilitarizada, a Scotland Yard londrina apresentava certas características militares. Robert Peel, seu idealizador, recorreu ao modelo militar para organizar algumas unidades de controle de protestos. Peel também nomeou um oficial do Exército – o coronel Charles Rowan – como o primeiro comissário, que recorreu a saberes e modelos militares para organizar a polícia de Londres (Miller, 1977).

Na América do Sul, algumas polícias passaram por um processo parecido. A Polícia Militar do Rio de Janeiro, por exemplo, tem suas origens no Corpo de Guardas Municipais Permanentes, criado em 1831, baseado em um batalhão do Exército. Seu primeiro comandante foi o Tenente Coronel Luís Alves de Lima e Silva, que mais tarde se tornaria o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro.<sup>2</sup> Na Argentina, quando a polícia de Buenos Aires foi amplamente reformada, no início do Século XX, seu comandante – o Coronel Ramon Falcón, do Exército argentino – optou pela forma militar de organização. No Chile, o

2 Antes do Corpo de Permanentes, existia a Guarda Real de Polícia, extinta em 1831, depois de uma rebelião (Holloway, 1997).

Corpo de Carabineiros foi criado a partir do desdobramento de uma unidade do Exército (Kalmonowiecki, 1995; Rocha, 2013).

Durante um longo período, as Polícias e os Exércitos pertenceram ao mesmo campo organizacional em função das suas origens e do fato de terem legitimidade para usar a força. Obviamente, as polícias também pertencem a outros campos organizacionais, como o das organizações de atendimento de emergências e, mais importante, das organizações que compõem o Sistema de Justiça Criminal.

O fato de que no passado os policiais se percebiam como militares fez com que estruturassem as polícias aos moldes militares. Assim, seguiu-se uma tendência de homogeneização entre as organizações de um mesmo campo (Powell; DiMaggio, 1991). Essa tendência é resultado de um processo de isomorfismo, ou seja, de um processo que envolve um conjunto de constrangimentos institucionais que – sob as mesmas condições ambientais – forçam algumas organizações a se parecerem com o restante do grupo. Há três diferentes processos associados ao isomorfismo: o mimético, o normativo e o coercitivo (Powell; DiMaggio, 1991: 66).

Não chega a ser novidade o fato de as soluções organizacionais serem copiadas: bancos, supermercados e universidades fazem o mesmo. O que importa é saber de onde essas “soluções” são copiadas. Elas são copiadas de outras organizações, vistas como parecidas ou irmãs. Geralmente, as soluções são buscadas (e copiadas) de outras organizações do mesmo campo (March; Olsen, 1984). Portanto, a identificação com outras organizações de um campo é fundamental nesse processo de isomorfismo.

O intercâmbio de pessoal é um dos fatores que explicam este mimetismo organizacional. Afinal de contas, são as pessoas, especialmente aquelas encarregadas de tomar decisões, que têm de dar respostas aos problemas e desafios organizacionais. A troca de ideias e experiências é fundamental neste processo. Afinal, só podemos copiar as soluções que conhecemos ou ouvimos falar.

Há uma série de rotinas que ainda hoje estruturam o funcionamento das organizações policiais e que tenham sido inspiradas no Exército. Em muitas Polícias Militares, a estrutura das carreiras, os regulamentos e manuais, e os regimentos disciplinares foram copiados ou adaptados do Exército. Os conteúdos dos cursos de formação até recentemente eram muito similares ao currículo adotado nas escolas militares (Silva, 2011).

Ao longo do Século XX, em função do intenso intercâmbio de pessoas, foi grande a identificação dos policiais brasileiros com o campo militar. Esses policiais se percebiam como militares e buscaram as soluções dos seus problemas

organizacionais nos modelos e rotinas adotados pelas Forças Armadas. Por muito tempo, a identidade militar não foi questionada pelos policiais. Ao contrário, parecia óbvio que era o caminho certo a ser tomado.

O mimetismo não é a única força que leva as organizações de um mesmo campo a se tornarem homogêneas. A especialização e a profissionalização também exercem papel importante (Powell; DiMaggio, 1991). A necessidade de profissionalizar seus quadros levou algumas polícias a criar suas próprias escolas de formação. Na primeira metade do Século XX, foram criadas as academias de Polícia Militar de São Paulo (1910), Ceará (1917), Paraná (1919), Rio de Janeiro (1920), Minas Gerais (1927), Bahia (1935) e Rio Grande do Sul (1935).

Via de regra, essas Academias de Polícia Militar possuíam estrutura, currículos e rotinas muito parecidas com as Academias Militares. Em alguns casos, muitos dos professores e instrutores dessas academias eram militares do Exército. Assim, a existência de academias de polícia servia para reforçar a identidade militar dos policiais, uma vez que os membros de diferentes organizações, que foram formados no mesmo currículo e aprenderam os mesmos conteúdos, tenderão a adotar estratégias e soluções organizacionais semelhantes.

Nos estados que não possuíam academias de polícia, o intercâmbio entre o Exército e as Polícias Militares foi ainda mais intenso. Esses estados recrutavam seus oficiais nos quadros do Exército. Esses oficiais, conhecidos como R2 (reserva não remunerada), eram formados nos Centros e Núcleos de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR's e NPOR's). A partir de 1990, esse quadro começou a mudar com a criação de novas academias de polícia no Distrito Federal (1990), Pará (1990), Paraíba (1991), Alagoas (1992), Espírito Santo (1992), Mato Grosso (1993), Maranhão (1993), Rio Grande do Norte (1994), Piauí (2000), Amazonas (2010) e Amapá (2016).

Entretanto, a distância entre o que era ensinado nas academias e as necessidades dos policiais no seu cotidiano fez com que surgisse uma demanda pela revisão dos currículos. *“Esqueça o que você aprendeu”*, é uma frase que os recém-egressos das academias de polícias frequentemente ouvem dos colegas mais antigos. Assim, ao final do Século XX, algumas polícias começaram a reestruturar seu sistema de formação. Assim, passaram a incorporar novos conteúdos e técnicas de ensino, mais adequados às necessidades do policiamento e à nova realidade política. Essas mudanças tiveram enorme impacto nas identidades profissionais (Silva, 2011; Poncioni, 2004).

Tentando mudar o sistema de formação policial, o governo federal estabeleceu, em 2003, a matriz curricular nacional. A matriz indicava os novos conteúdos que deveriam ser adotados pelas academias de polícia para adequá-las

aos novos tempos (SENASP, 2014). A matriz, atualizada em 2014, contém eixos articuladores que estruturam conteúdos, os quais foram divididos em oito áreas temáticas, a saber: (a) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; (b) Violência, Crime e Controle Social; (c) Conhecimentos Jurídicos; (d) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; (e) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; (f) Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública; (g) Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva e; (h) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Apesar dos esforços, a mudança na formação policial esbarra na precariedade das academias de polícia. Enquanto algumas Polícias Militares como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem academias bem estabelecidas, outras sequer possuem instalações adequadas, como bibliotecas, salas de estudo e alojamentos para seus alunos. A maioria das academias não dispõe de um corpo de instrutores exclusivamente dedicados às atividades de ensino. Normalmente, os instrutores são policiais que servem em outras unidades policiais e ministram aulas nas academias. Por fim, são raros os manuais de doutrina destinados à formação policial (Poncioni, 2007).

Outra fonte de homogeneização de um campo organizacional é a capacidade de coerção de uma organização sobre as outras (Powell; DiMaggio, 1991). Isso acontece quando uma organização passa a controlar as outras por força de lei, estabelecendo, assim, uma hierarquia organizacional. Embora as polícias brasileiras tenham sido criadas e organizadas com base em valores, crenças e saber militares, até a década de 1930 elas não tinham relação de subordinação com as Forças Armadas. Isso mudou depois da revolução constitucionalista de 1932. Nesta ocasião, tropas da Força Pública de São Paulo enfrentaram o Exército nacional. Para derrotá-las, as forças federais tiveram que contar com a ajuda de outra força pública, a de Minas Gerais. O episódio deixou clara a capacidade bélica dos estados *vis-à-vis* o Governo Federal.

Terminado o levante paulista, restou a ideia de que era necessário estabelecer um maior controle do poder central sobre as forças públicas. Em 1934, a nova Constituição Federal declarou as Polícias Militares “reservas do Exército” (art. 167, CF/34) e garantiu a competência privativa da União para legislar sobre “organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos estados e condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra” (art. 50, XIX, I, CF/34). Desde então, as Polícias Militares estaduais (também chamadas de Forças Públicas) passaram, de fato, a ser controladas pelo Governo Federal, por intermédio do Exército (Medeiros, 2005).

Em 1964, o golpe militar que pôs fim à “experiência democrática” dos anos 50 estabeleceu um regime autoritário, conduzido por militares, que iria se estender até 1985. O regime militar restringiu a participação política e ampliou o poder das Forças Armadas. Essa nova ordem política era justificada com base na noção de inimigo interno, inscrita na doutrina de segurança nacional.

A exemplo do Estado Novo, o aparato policial foi utilizado para conter a oposição política. Para tal, os militares usaram a repressão policial e as prisões políticas contra a dissidência política. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na ditadura de Vargas, as Forças Armadas e não as polícias que passaram a controlar a repressão política. Nesse período, as Forças Armadas detiveram o monopólio da coerção político-ideológica (D’Araújo; Soares; Castro, 1994).

Para tanto, foi necessário reorganizar o aparato policial existente, expandindo seu papel e submetendo-o ao controle do Exército. A reforma constitucional de 1967, seguindo a tradição, manteve as Polícias Militares como forças auxiliares do Exército. Entretanto, introduziu uma novidade: a fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as Guardas Civis e incorporou seus efetivos às Polícias Militares, que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades.

Em 1967, também foi criada a *Inspetoria-Geral das Polícias Militares*, do Ministério do Exército (*IGPM*), destinada a supervisionar e a controlar as Polícias Militares Estaduais. Cabia à *IGPM* estabelecer normas reguladoras da organização policial, controlar os currículos das academias de Polícia Militar, dispor sobre os programas de treinamento, armamentos, manuais e regulamentos utilizados pelas polícias, além de se manifestar sobre as promoções dos policiais militares. Além disso, competia ao ministro do Exército aprovar a nomeação feita pelos governadores dos comandantes das Polícias Militares. Oficiais das Forças Armadas frequentemente eram apontados para dirigir as secretarias de Segurança Pública e as Polícias Militares estaduais.

Em abril de 1977, transferiu-se para a Justiça Militar (Federal) a competência de julgar policiais militares acusados de cometer crimes contra civis (Zaverucha, 1999). Essa medida completou um amplo processo de redefinição do papel das Polícias Militares. O caráter militar da polícia foi ainda mais acentuado. Sua missão de promover uma guerra contra o crime foi confirmada pelo código penal militar. Dada essa “hipermilitarização”, as fronteiras entre as Polícias Militares e o Exército tornaram-se cada vez mais tênues (Pinheiro, 1991).

Com o fim do regime militar e a transição política, grande parte desse aparato repressivo foi desmontado. Entretanto, no que diz respeito às polícias, boa parte da estrutura existente foi mantida. A Constituição Federal de 1988 manteve

os vínculos formais entre as Polícias Militares e o Exército, ao reafirmar que as Polícias Militares são forças auxiliares do Exército. Além disso, embora tenha assegurado que as Polícias Militares estão sob o controle dos governadores; a Constituição estabeleceu que a sua organização e funcionamento das polícias seriam regulados por legislação federal. Além disso, a CF/88 reconheceu o *status* militar dos policiais estaduais. Assim, eles conquistaram paridade com os militares em termos de aposentadorias e pensões.

Na prática, os governadores recuperaram a prerrogativa de nomear os comandantes, mas lhes foi vedada a possibilidade de reestruturar individualmente o aparato policial. De acordo com a Constituição de 1988, as Polícias Militares ainda são as únicas corporações competentes para o policiamento ostensivo. Estabeleceu-se também que os policiais se sujeitam a regime jurídico militar, o que gera consequências em termos trabalhistas e previdenciários, como veremos a seguir. A constituição também possibilitou a criação da justiça militar estadual, a fim de julgar os policiais militares.

## As dimensões da militarização

Como já foi dito, muitas polícias foram moldadas com base nas organizações militares. É inegável, portanto, que essas polícias sejam militarizadas em alguma medida. Entretanto, é variável o grau em que as polícias se identificam com o campo militar, sendo importante, portanto, analisar a extensão desse processo.

A partir da metade do Século XX, observou-se uma tendência das polícias se diferenciarem cada vez mais dos exércitos. Algumas polícias, altamente militarizadas no passado, progressivamente, passaram a se diferenciar do campo militar, incorporando uma identidade eminentemente policial. Há pelo menos quatro dimensões em que as polícias têm se diferenciado cada vez mais das Forças Armadas: (a) no *ethos* do uso da força; (b) nos mecanismos de supervisão e controle; (c) nas formas de emprego e; (d) nas relações de trabalho.

### *O Ethos do Uso da Força*

As polícias são “aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso necessário”, como definiu David Bayley (1994, s.n.). Na mesma linha, Egon Bittner descreve a polícia como um “mecanismo para a distribuição da força circunstancialmente justificada em uma sociedade (...) Toda intervenção policial concebível projeta a mensagem de que a força poderá ser utilizada, ou terá de ser utilizada, para atingir um determinado

objetivo” (Bittner, 2003, s.n.). É, portanto, a possibilidade de usar a força que distingue as polícias de outras instituições que exercem funções de controle social.

Entretanto, as definições anteriores não explicam a diferença entre polícia e Forças Armadas. Tanto as polícias quanto os militares têm autorização legal para usar a força. Então, qual é a diferença entre o uso da força policial e militar?

Uma primeira distinção diz respeito às situações nas quais elas são empregadas. Idealmente, nos regimes democráticos, as Forças Armadas são acionadas excepcionalmente, dentro de limites estabelecidos, enquanto as polícias atuam no dia a dia. Com base nesta diferenciação, caberia um esforço para regulamentar essas situações excepcionais. Ou seja, é necessário definir em lei quem define essas situações, quais suas implicações políticas e consequências jurídicas.

No Brasil, tem sido frequente o emprego das Forças Armadas em situações típicas de polícia. O uso das Forças Armadas tem extrapolado a segurança de grandes eventos, como Jogos Panamericanos, Copa do Mundo e Olimpíadas. Às vezes, as tropas militares são empregadas em substituição às polícias, especialmente nos casos de greves, como já aconteceu na Bahia (2012), Pernambuco (2016) e Espírito Santo (2017). Noutras ocasiões, os militares são empregados em apoio às operações policiais. Foi o caso da operação no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2010.

Mas, também há situações que estão longe de serem excepcionais. Entre 2014 e 2015, unidades militares “ocuparam” o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, por 14 meses.<sup>3</sup> A justificativa era a necessidade de preparação para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora, que não chegou a ser instalada. Em janeiro de 2017, depois de uma onda de rebeliões nos presídios, os militares foram empregados para fazer revistas nas instalações penitenciárias dos estados do Amazonas e Rio Grande do Norte. Nestes casos, parece claro que as Forças Armadas não foram empregadas para lidar com uma situação excepcional, mas, sim, como alternativa às mazelas das organizações policiais.

O emprego de militares em atividades cotidianas de segurança não é apenas inadequado. É, sobretudo, imprudente, pois expõem os militares a situações para as quais eles não foram treinados nem equipados. A Lei Complementar n. 97/1999, que regula as operações de Garantia de Lei e Ordem, não isenta os militares dos controles existentes sobre o exercício do poder de polícia. Portanto,

---

3 Para uma análise da presença das FFAA na comunidade da Maré, ver SILVA, Eliana S. A *Ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro, Redes da Maré, 2017.

a despeito do emprego das Forças Armadas estar limitado às situações extraordinárias, os militares empregados estão sujeitos à legislação ordinária (Garcia, 2009).

Todavia, a diferença entre o uso da força policial e militar não é apenas situacional. Desmilitarizar o uso da força é muito mais do que limitar o emprego das Forças Armadas. A diferença fundamental entre polícia e Forças Armadas em um regime democrático reside na maneira como empregam a força (Costa; Medeiros, 2002). Refere-se, portanto, ao *ethos do uso da força*, ou seja, no espírito e nos valores característicos de uma organização para definir os meios mais adequados para alcançar seus objetivos.

Um regime político pressupõe um conjunto de práticas e de instituições que moldam a disputa pelo poder e limitam seu exercício. Portanto, controlar a atividade policial, especialmente o uso da força, tem sido uma das principais preocupações dos regimes democráticos. Para isso, alguns países, além de mudar a legislação penal e processual, têm introduzido normas de condutas, bem como criado órgãos de controle externo da atividade policial (Costa, 2004).

Para as Forças Armadas, o controle da força não é uma preocupação central. Entretanto, para as polícias, é justamente tal controle que as torna compatíveis com um regime democrático. Assim, o treinamento militar não enfatiza a necessidade de controlar a força, tampouco os regulamentos e códigos de conduta militares não sublinham os seus limites, e as estratégias de emprego do exército não levam, necessariamente, esses limites em consideração. Quando a conduta militar é avaliada – em tribunais militares, por exemplo –, o controle da força não é um problema central.

Obviamente, exércitos podem ser empregados como polícias e vice-versa, mas essas são exceções que confirmam a regra. Estruturalmente, ambos estão sempre de prontidão para usar de força. A polícia, entretanto, deve considerar a possibilidade de não usar a força, ou de usá-la de forma limitada. A noção de uso proporcional da força não necessariamente coincide com a eficiência militar: empregar a menor força necessária pode requerer o uso de mais equipamentos e efetivos, além de estender o tempo de duração daquela operação policial.

Daí não se segue, entretanto, que a existência de organizações policiais com estrutura e símbolos militares signifique sempre um *ethos* militar. Algumas democracias possuem polícias cujos membros têm estatuto jurídico-militar e cuja estrutura é moldada com base nos respectivos Exércitos. A Gendarmaria francesa, por exemplo, tem se diferenciado cada vez mais das Forças Armadas. Desde 1981, o comandante (civil) da Gendarmaria responde diretamente

ao ministro da defesa, sem passar pelo estado-maior das Forças Armadas, e goza de independência orçamentária. Entretanto, ainda há tropas de gendarmes, como a *Gendarmaria de l'Air*, que estão estacionadas em dependências do exército. Além disso, as Forças Armadas exercem papel importante na supervisão dos gendarmes em suas inúmeras missões no estrangeiro. Ainda, a distribuição geográfica da Gendarmaria é organizada de acordo com as zonas de defesa militar do país (Alary, 2000).

Limitar o uso da força, em especial a letalidade policial, tem sido um dos maiores desafios das Polícias Militares brasileiras. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), em 2015, enquanto no Brasil morreram 2702 civis em confronto com as policiais brasileiras, nos EUA morreram 442 civis.

Há uma grande variação regional no que se refere à letalidade policial no Brasil. Em 2015, 5 estados responderam por 69,7% das mortes de civis: RJ, SP, BA, PR e PA. No Rio de Janeiro, o número de pessoas mortas em confronto com a PMERJ equivaleu a 15,4% do total de homicídios. Este percentual foi de 15,0% no Amapá, 14,6% em São Paulo, 8,9% no Paraná e 6,8% no Mato Grosso do Sul.

Não é só a letalidade de algumas Polícias Militares brasileiras que é elevada. A vitimização policial também é alta. Em 2015, morreram 296 policiais militares em confrontos. A vitimização policial também varia bastante: 5 estados concentram 65,5% dos policiais mortos no Brasil: RJ, SP, PE, PA e BA. Cerca de 76% destas mortes (226) aconteceu quando o policial estava fora de serviço, frequentemente realizando atividade de segurança privada. Em alguns estados, como Pará e Bahia, o número de policiais mortos fora de serviço chega a ser 6 vezes maior que o total de policial vitimados em serviço.

#### *Os mecanismos de supervisão e controle*

Ao contrário das operações militares em que os cabos e soldados estão sob forte supervisão dos sargentos e tenentes, as atividades policiais são marcadas pela distância entre superiores e subordinados, e pela grande autonomia que os policiais possuem no exercício das suas atividades cotidianas. Os policiais estão entre os profissionais que gozam de maior discricionariedade no exercício das suas funções, devido à grande variedade de situações que encontram no seu cotidiano. Essa discricionariedade lhes permite várias possibilidades de ação, tornando o processo decisório muito mais complexo. Por isso, alguns estudiosos têm apontado que o modelo de supervisão e controle tradicionalmente utilizado nos exércitos é inadequado para a maior parte das atividades de polícia, pois busca regular de maneira minuciosa, por meio de normas internas, o

comportamento de indivíduos que são, pela natureza de seu trabalho, obrigados a tomar decisões complexas e imediatas em diversas situações (Skolnick; Fyfe, 1993; Bayley, 1994).

No passado, o policial era retratado como um mero agente do Estado, encarregado de fazer com que os cidadãos cumprissem a lei. Prevalencia a ideia de que a polícia não dispunha de liberdade discricionária ou, pelo menos, não deveria possuí-la. Ao policial não competia fazer interpretações sobre a validade dos estatutos legais vigentes. Acreditava-se também que não cabia à polícia decidir aplicar a lei ou não. Em geral, a atividade de policiamento era vista como uma aplicação técnica do sistema de justiça criminal.

Essa idealização começou a ser desconstruída a partir década de 1960, quando alguns estudos pioneiros demonstraram que a polícia não apenas aplicava a lei, mas também a interpretava (Goldstein, 1963). Desde então, novas pesquisas têm apontado que os policiais decidem quando e como a lei deverá ser empregada e que outros fatores, além da legislação, também influenciam profundamente nas escolhas feitas pelos policiais, como idade, raça, classe social, etnia e religião. Esses estudos têm desafiado o mito do policial neutro realizando uma tarefa técnica (Goldstein, 1963; Skolnick, 1966; Walker, 1993).

Portanto, um dos maiores desafios enfrentados pelas organizações policiais tem sido estruturar a discricionarieidade policial, melhorando seus mecanismos de supervisão e controle. Não se trata, entretanto, de acabar com este poder discricionário, uma vez que isso seria impossível e tampouco desejável. Sem ele, não seria possível desempenhar as funções de polícia. Por outro lado, em alguns casos este poder pode perfeitamente ser limitado e estruturado.

O não reconhecimento desta liberdade de escolha tem gerado inúmeros problemas no interior das organizações policiais. De forma geral, esta situação tem forçado os policiais a agirem sem orientações claras sobre como proceder. Em alguns casos, eles exercem sua autoridade sem o respaldo da Lei. Isso gera uma situação de enorme insegurança, tanto para a população quanto para a polícia (Muniz, 1999). Casos de abuso de autoridade e de uso desnecessário da força são mais frequentes quando não existem normas que orientem e imponham limites à ação dos policiais.

No final do Século XX, alguns países começaram a adotar medidas a fim de limitar e estruturar a discricionarieidade policial. De forma geral, podemos identificar dois tipos de iniciativas para lidar com o problema: a) buscou-se melhorar o nível de instrução e o processo de formação dos policiais e; b) estabeleceu-se normas de condutas para orientar a atividade policial em situações específicas.

Primeiramente, atendeu-se à antiga demanda pela melhoria no nível de instrução e de formação dos policiais. Em alguns países, diversas lideranças políticas, ativistas sociais e pesquisadores passaram a exigir que as polícias modificassem seus critérios de recrutamento, a fim de elevar o grau de escolaridade dos policiais. A ideia era que, uma vez que desempenham funções com alto grau de tomada de decisões, seria mais adequado contar com policiais altamente instruídos. No entanto, algumas avaliações apontam que a educação universitária não necessariamente implica um padrão diferente de prática profissional (Lint, 1998).

Alguns países também incluíram na formação policial disciplinas de conteúdo humanista. Uma vez que os policiais desempenham inúmeras tarefas, além das relacionadas à legislação criminal, a ideia era preparar melhor o policial para estas outras funções. Apesar dos esforços para adequar os currículos às inúmeras tarefas da polícia, verificou-se que a simples inclusão de disciplinas não habilitava os policiais a desempenhar satisfatoriamente suas funções. Era necessário lhes apresentar um conjunto de conhecimentos, habilidades e capacidades mais próximas às suas atividades diárias, como administração de conflito, relações de gênero e relações raciais e multiculturalismo. Apesar dos esforços, ainda não se sabe ao certo os efeitos destas mudanças. Isso porque não basta mudar os conteúdos ministrados na formação policial, como apontam as avaliações; é necessário também mudar a própria metodologia de ensino (Birzer; Tannehill, 2001; Bradford; Pynes, 1999; Henson et al. 2010).

Uma segunda iniciativa para limitar a discricionariedade policial foi a criação de normas de condutas. Assumindo que seria inevitável algum tipo de discricionariedade, buscava-se limitá-la e estruturá-la. Portanto, a melhor forma de lidar com a discricionariedade seria a criação de normas administrativas destinadas a regular o exercício da atividade policial (Davis, 1971). Normas estas que fornecessem orientações claras aos policiais para lidar com situações sensíveis, como uso de armas de fogo, abordagem de pessoas e veículos, e entrada em residências.

A adoção destas normas, de fato, tem permitido um equilíbrio entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Elas trouxeram segurança jurídica à atividade policial, pois há inúmeras situações não prescritas na lei que têm enorme repercussão no exercício da atividade policial. Pode-se dizer que a lei prescreve o que deve ser feito, mas não diz quase nada sobre quando e como fazê-lo. Exatamente por isso, a adoção de normas de conduta se tornou uma das medidas mais frequentes para controlar a discricionariedade (Walker, 1993; Das; Palmiotto, 2002).

Para que estas normas limitem e estruturem, de fato, a discricionariedade policial, é necessário adequar o sistema de treinamento e de avaliação das

condutas individuais. É preciso estabelecer um sistema de avaliação que faça os policiais mais responsáveis pelos seus atos. A estruturação do poder discricionário aumenta também a capacidade de controle dos administradores de polícia sobre o pessoal operacional. Ou seja, esta facilita a supervisão da atividade policial. Além disso, a estruturação também permite a melhoria do treinamento policial. Este passa a ser mais específico, no qual os policiais recebem orientações claras e objetivas sobre como proceder nas situações que encontrarão na prática da sua profissão.

Embora seja uma tendência internacional, poucas Polícias Militares brasileiras implantaram normas de condutas, conhecidas como *Procedimentos Operacionais Padrão* (POP's). Esses procedimentos foram elaborados como base na experiência acumulada pelos profissionais de polícia, em conformidade com a legislação. Eles são utilizados nos cursos de formação e contemplam diversas situações, como abordagens de veículos, abordagens de pedestres, busca e apreensões. Algumas polícias, como a Polícia Militar de Goiás, incorporaram as POP's no treinamento e no sistema de promoção. Para serem promovidos ou matriculados em cursos, os policiais da PMGO precisam fazer os treinamentos de atualização dos procedimentos operacionais.

Mesmo tendo sido implantados, algumas polícias consideram estes procedimentos como documentos sigilosos. É o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Portanto, contrariando o padrão internacional, os POP's adotados pela PMESP não são de conhecimento da sociedade civil, do Ministério Público e da Mídia. Embora sejam utilizados no treinamento, eles não servem para orientar a avaliação que a sociedade faz das ações policiais. Assim, a ação policial não é julgada a partir de critérios profissionais, mas, sim, da percepção da mídia sobre o fracasso ou sucesso de uma determinada operação policial.

Se são poucas as polícias brasileiras que implantaram os POP's, não são raras as que mudaram seus critérios de seleção. Desde a década de 2000, temos assistido a várias alterações nos processos de seleção de polícias. Algumas polícias passaram a exigir diploma de nível superior para o ingresso nos seus quadros. Há também os casos de algumas Polícias Militares que passam a exigir o bacharelado em Direito como critério de seleção de oficiais. Mas, diferente de outros países, as mudanças nos processos de seleção não tiveram por objetivo o controle da discricionariedade. Elas fazem parte das estratégias que as corporações têm adotado para aumento salarial (Rudnick, 2008; Costa; Mattos; Santos, 2012).

### *As Formas de Emprego*

Há uma grande diferença entre as polícias e os exércitos quanto à forma de empregar os efetivos e equipamentos. Exércitos e Polícias, por exemplo, possuem unidades de cavalaria e seus componentes exibem enorme orgulho de serem *cavalarianos*. As competições de hipismo e confraternizações que reforçam o sentimento de pertencimento à *confraria do cavalo* não são muito diferentes, o que reforça a falsa ideia de que são a mesma coisa. As semelhanças, entretanto, acabam aí. No Exército, os cavalos estão restritos às atividades cerimoniais e aos desfiles militares. Já o emprego de cavalos é uma das formas mais eficientes para lidar com multidões na entrada de estádios e shows, no policiamento de áreas públicas, como parques, praças e centros comerciais. Mais importante, há uma doutrina própria para o policiamento a cavalo. É justamente o desenvolvimento de uma doutrina específica de policiamento que tem diferenciado cada vez mais as polícias das Forças Armadas.

Existem unidades militares destinadas ao policiamento, como os batalhões de Polícia do Exército. Elas são empregadas principalmente no policiamento de áreas militares e nas situações de protestos e manifestações políticas. No caso do policiamento de protesto, em alguns países como o Brasil, a doutrina e o treinamento das unidades militares não diferem muito das policiais. A diferença é que nestas situações os militares são empregados como unidades de reserva das polícias.

Algumas unidades militares também realizam atividades de policiamento quando empregadas como Forças de Paz em áreas de conflito. O policiamento realizado nestas situações é destinado principalmente à desobstrução de avenidas, rodovias, além da proteção de prédios públicos e pontos sensíveis, como aeroportos, estações de água, energia e comunicações. Essas unidades militares, entretanto, não possuem nenhuma doutrina para realizar policiamento comunitário e administrar conflitos.

O desenvolvimento de uma doutrina de policiamento comunitário é considerado um dos maiores avanços no emprego das polícias contemporâneas. O policiamento comunitário é uma filosofia de emprego do efetivo policial, cujo objetivo é melhorar condições de segurança com a aproximação da polícia e a comunidade. Ela se baseia em uma maior interação entre polícia e comunidade, na descentralização da cadeia de comando e na autonomia dos policiais para identificar e resolver problemas da comunidade (Skolnick; Bayley, 2002; Rosenbaum, 1994; Goldstein, 1990; Dias Neto, 2000). A adoção da filosofia e o desenvolvimento de uma doutrina de policiamento comunitário (ou de proximidade) significou uma verdadeira mudança de paradigma na forma tradicional de emprego dos efetivos (Batitucci, 2010).

Por ser uma filosofia, podemos encontrar uma enorme variedade de formas de policiamento que se autointitulam de policiamento comunitário. Elas incluem policiamento a cavalo, rondas a pé e motorizadas, além da instalação de postos e bases comunitárias. Algumas dessas experiências são bem-sucedidas, outras nem tanto. O sucesso não depende da forma de emprego, mas sim da clara definição de objetivos e da elaboração de uma doutrina própria.

Exatamente por ser uma novidade no policiamento, a implantação da nova filosofia tem encontrado diversos obstáculos (Maguire; Mastrofsky, 2000; O'Shea, 2000; Oliver, 2000). A adoção dos princípios do policiamento comunitário frequentemente esbarra na resistência da cultura policial, que não valoriza ações que não estejam diretamente ligadas ao “combate do crime”. Essa resistência afasta policiais e impõe um dilema na forma de avaliar o seu desempenho. A descentralização da cadeia de comando contraria a estrutura organizacional das polícias, especialmente daquelas mais próximas ao modelo militar. A maior autonomia conferida aos policiais também implicou um grande problema para o controle e a supervisão das atividades, especialmente naquelas polícias que ainda mantinham sistema de controle e supervisão inspirados nas Forças Armadas.

A mudança de paradigma decorrente da implantação do policiamento comunitário reflete a tendência de diferenciação entre polícia e Forças Armadas. Por outro lado, também observamos uma mudança no sentido oposto de maior militarização do emprego dos efetivos. Trata-se da tendência, observada em muitos países, de criação de unidades policiais paramilitares (Kraska, 1996, 1999; Kraska; Kappeler, 1997).

Inicialmente, essas unidades paramilitares constituíam uma pequena porção do efetivo policial e tinham atuação limitada a algumas situações de alto risco e complexidade. Elas são empregadas em situações de sequestros, resgates, enfrentamento a grupos armados, terrorismo e explosivos. Essas unidades policiais diferem das outras pelo treinamento altamente normatizado. Seu equipamento e armamento são semelhantes aos utilizados pelas unidades de operações especiais das Forças Armadas. Seu treinamento também é bastante semelhante ao dos militares, sendo frequente o intercâmbio de alunos e instrutores nos cursos e treinamentos. Em suma, são unidades bastante militarizadas.

As unidades paramilitares de polícia constituem um grupo à parte nas polícias brasileiras, com forte identidade profissional e grande coesão social. Pertencer a essas unidades é uma das estratégias profissionais mais bem-sucedidas de superar as mazelas relacionadas à ideia de trabalho sujo (Castro, 2011). O Curso de Operações Especiais serve como rito de passagem para

ingressar neste grupo seletivo de lealdades e solidariedades. A especialização e o treinamento acontecem, de fato, após o curso, no dia a dia dessas unidades. Seu emprego é fundamental para lidar com algumas situações excepcionais. Entretanto, tem-se verificado o uso cada vez mais frequente de unidades paramilitares em situações normais, como policiamento em estádios, manifestações, distorcendo sua finalidade. Elas também têm sido empregadas para intensificar o combate à criminalidade, o que implica o uso de uma lógica militar no policiamento cotidiano.

A partir da década de 2000, verificou-se, no Brasil, o surgimento de inúmeras iniciativas baseadas na filosofia do policiamento comunitário. Isso foi resultado das políticas do governo federal que, por meio de apoio financeiro, incentivou a criação de programas de policiamento comunitário. O estado de São Paulo implantou um sistema de bases fixas, seguindo o modelo japonês das *Koban*. No Ceará e Amazonas, criaram-se unidades de policiamento motorizado, com estreita comunicação com a vizinhança, chamadas de *Rondas do Quarteirão*. No Rio Grande do Sul e na Bahia, implantou-se a *Patrulha Maria da Penha*, destinada a zelar pela execução das medidas protetivas para as vítimas de violência doméstica. Mas, certamente, a iniciativa mais importante foi a implantação das *Unidades de Polícia Pacificadora* no Rio de Janeiro, que constituíam uma espécie de policiamento de proximidade implantado em algumas áreas de risco (Ferragi, 2011; Barreira; Russo, 2012; Gerhard, 2014; Cano; Borges; Ribeiro, 2014; Misse, 2014).

Praticamente todas as unidades da federação apresentaram propostas para implantar algum tipo de policiamento comunitário. A variedade de iniciativas foi enorme, mas, apesar dos esforços, poucas tiveram sucesso. E, dentre os programas que conseguiram sucesso relativo, foram raros aqueles que conseguiram se institucionalizar. Os problemas não tinham a ver com a filosofia de policiamento comunitário. Na maioria dos casos, o insucesso foi resultado da ausência de uma doutrina específica para este tipo de policiamento.

### *As relações de trabalho*

Há 30 anos, em muitos países, os chefes e comandantes de polícia tinham poderes quase ilimitados sobre seus subordinados. Com o surgimento dos sindicatos de policiais, esse quadro mudou radicalmente. Hoje, em diversos países, o poder desses dirigentes diminuiu consideravelmente, sendo constrangidos pelos sindicatos que exercem influência cada vez maior dentro das organizações policiais (Marks, 2007).

O surgimento desses novos atores reconfigurou significativamente o campo da segurança pública. Eles possuem suas próprias agendas e frequentemente se opõem a novas políticas e programas, deixando claro que qualquer política pública de segurança precisa contar com sua participação. Iniciativas como a contratação de funcionários civis, cooperação com organizações não-governamentais e a adoção de metas de desempenho têm encontrado grande oposição dos sindicatos. O discurso gerencial, inspirado nos princípios da *Nova Gestão Pública*, tem servido ainda mais para distanciar superiores e subordinados, reforçando o papel dos sindicatos. Sua importância é tamanha que alguns estudiosos têm sugerido que o sindicalismo policial deveria ocupar o centro das análises sobre reformas nas polícias (Walker, 2008; O'Malley; Hutchinson, 2007).

O processo decisório dentro de uma organização policial se tornou tão complexo, com novos conflitos e tensões, que não pode mais ser operado dentro de uma estrutura altamente militarizada e burocrática. A ideia de que os comandantes representam seus subordinados em todos os aspectos, inclusive nas demandas trabalhistas, passou a ser bastante questionada pelos policiais, pois a relação entre superiores e subordinados é bastante diferente entre as polícias e as Forças Armadas. Nas organizações policiais, os superiores não dirigem diretamente as atividades dos seus subordinados. São raras as situações em que o superior toma parte diretamente da ação. E, mesmo nestes casos, sua participação dificilmente irá mudar o curso da ação. Seu papel se limita a fornecer algumas orientações gerais e supervisionar os trabalhos para que não haja erros ou problemas.

Exatamente por isso, nas polícias, os superiores encarregados de supervisionar os trabalhos frequentemente são vistos com desconfiança pelos subordinados. E, portanto, os tipos de vínculos de lealdade que são estabelecidos são bastante diferentes das organizações militares. Em muitas polícias, a desconfiança frequentemente permeia as relações internas. Não raro, para ganhar a confiança, os superiores precisam se mostrar capazes de contornar os pequenos erros e desvios de conduta dos seus subordinados. Ou seja, enquanto o apego às normas internas é pressuposto para a construção de lealdades entre os militares, a capacidade de contorná-las é essencial para as relações entre os policiais. Por esses motivos que algumas organizações policiais militarizadas passaram a permitir a sindicalização dos seus membros. Este foi o caso da Gendarmeria francesa, que criou seu sindicato em 2015.

Desde o final da década de 1980, observa-se o acirramento dos conflitos entre os superiores (oficiais) e os subordinados (praças) nas Polícias Militares brasileiras. É bem verdade que tais conflitos não são novidade no campo da

segurança pública, uma vez que quase todas as polícias brasileiras possuem carreiras com processos seletivos distintos, além de plano de cargos e salários diferentes. Entretanto, durante os 21 anos do regime militar (1964-1985), essas tensões eram ocultadas pelas estruturas hierárquicas e disciplinares das polícias, pelo sufocamento dos canais de participação política e pela incapacidade do sistema jurídico de garantir os direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos, incluindo os policiais.

A redemocratização acentuou essas tensões. A Constituição Federal de 1988 conferiu o *status* legal de militar para os policiais militares estaduais, com suas implicações no que diz respeito aos direitos previdenciários e trabalhistas. No que diz respeito à previdência, os policiais militares têm direito à aposentaria especial, como os militares das Forças Armadas. Também por serem militares, os policiais não podem se sindicalizar e fazer greves. Apesar da vedação para a sindicalização, os policiais militares têm constituído associações e outros coletivos para reivindicar direitos. Esses grupos têm atuado como quase-sindicatos e demandam pelo fim do militarismo nas polícias, o que significa, via de regra, acabar com os códigos disciplinares, criar um novo plano de carreiras, melhoria salarial e valorização profissional.

As diferenças entre as carreiras de Policiais Militares agravam os problemas associados à disciplina militar. Algumas polícias ainda mantêm os antigos códigos disciplinares elaborados durante o regime militar. Na prática, os códigos disciplinares são aplicados de maneira desigual aos oficiais e praças. São inúmeros os relatos de arbitrariedades e desmandos.

A existência de diferentes planos de carreiras, com regras de promoções distintas, também causa grandes tensões dentro das polícias. Geralmente, a carreira dos oficiais tem grande fluidez, enquanto as promoções de praças são demoradas. O tempo médio para alcançar o posto de subtenente, em alguns casos, chega a ser o dobro do tempo necessário à promoção ao posto de coronel. Isso tem gerado tamanha desmotivação que muitas praças aposentam por falta de perspectiva na carreira. Exatamente por isto, algumas associações de praças demandam novos planos de carreira.

No que se refere aos salários, em alguns estados, a remuneração dos coronéis chega a ser até 10 vezes superior aos vencimentos recebidos pelos soldados. Esta grande diferença salarial existe porque, diferente das Forças Armadas, o salário de oficiais e praças não estão vinculados. Assim, nos momentos de reajuste salarial, os percentuais de aumento dos oficiais frequentemente são superiores aos percentuais das praças. Isso tem causado grandes conflitos e desconfianças dentro das organizações policiais.

Este quadro tem levado a várias greves que, via de regra, opõem oficiais e praças. Diferente de outras categorias profissionais, a pauta de reivindicações não é definida no âmbito de um único sindicato. Frequentemente, essa pauta é objeto de conflito entre os diversos grupos que representam os policiais. Obviamente, isso torna o processo de negociação entre governo e policiais extremamente complexo e demorado.

Como os policiais não têm direito à greve, os movimentos parадistas não são regulados pela justiça do trabalho, a qual não pode estabelecer percentuais mínimos de atividades e mediar as negociações. Essas situações, de acordo com a legislação, estão no âmbito de competência da justiça militar, que geralmente se mostra bastante relutante em enquadrar essas paralizações como motins. Por não ter regulação nem enquadramento jurídico, essas greves se tornam extremamente radicais.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 1997 e 2007, aconteceram 52 greves de Polícias Militares. Em geral, essas paralizações trouxeram pânico à população e resultaram em crise de governo. Ao final das greves, tudo pareceu voltar ao normal. O pânico se dissipou e as negociações chegaram a um bom termo. Todos os policiais punidos foram anistiados, sendo que alguns foram eleitos nas eleições futuras. Mas, também ficaram algumas sequelas. Os governos têm ficado cada vez mais reféns dos movimentos parадistas. O medo de uma nova greve tem contaminado todas as decisões políticas na área de segurança pública. Não raro, o medo de greve vira “chantagem política”.

## Os dilemas das Polícias Militares brasileiras

Há poucas dúvidas de que as organizações policiais se assemelham às Forças Armadas. A ideia de que as polícias são organizações quase-militares, como sugeriu Ergon Bittner (2003), desempenhou um papel importante na estruturação do trabalho policial. De fato, são muitas as semelhanças entre as Forças Armadas e as Polícias Militares. A primeira e mais marcante delas se deve ao fato de que são organizações autorizadas a usar a força, especialmente a força letal. Segundo, como as organizações militares, as polícias são estruturadas por um grande número de normas internas que, via de regra, são mais importantes na avaliação de desempenho dos seus membros do que o resultado efetivo do seu trabalho. E, por último, a necessidade de reforçar o controle interno fez com que a maior parte das polícias optasse pelo modelo militar de disciplina.

Em função dessas semelhanças, muitas polícias se estruturaram à imagem dos exércitos. Esse processo foi reforçado pela construção de uma identidade

militar por parte dos policiais. Em alguns países, como o Brasil, a militarização foi acentuada durante os regimes militares.

Mas, obviamente, há também inúmeras diferenças entre as polícias e as organizações militares. As funções de controle da criminalidade e manutenção da ordem, embora possam ser excepcionalmente desempenhadas pelas Forças Armadas, são o *leitmotiv* das organizações policiais. Por isso, os resultados mais visíveis do trabalho policial são a prisão de suspeitos para serem julgados pelos tribunais. Isso faz com que as polícias integrem necessariamente o sistema de justiça criminal, sendo também submetidas às suas normas e lógicas. Em suma, as polícias estão diretamente relacionadas ao funcionamento da justiça, o que não ocorre com as Forças Armadas.

Entretanto, são as expectativas criadas nos regimes democráticos para o controle das polícias que têm pressionado as polícias a se diferenciarem das Forças Armadas. O *ethos* do uso da força, por exemplo, tem mudado em muitas polícias. Há uma tendência mundial de as polícias se preocuparem em empregar a menor força possível, caso seja necessário.

Mas, para isso, é necessário abandonar a lógica militar de confrontos e guerra ao crime. Esse é um dos dilemas brasileiros. Algumas Polícias Militares registram números elevados de mortes de civis. A frequência e a intensidade de confrontos armados têm servido de justificativa para essas mortes, classificadas como atos de resistência. Em alguns casos, parece haver uma política deliberada de confrontos. Noutros lugares, parece ocorrer justamente o contrário: os confrontos se repetem sem que o comando das polícias elabore uma política específica para essas situações. Independentemente do preparo, todas as unidades policiais estão autorizadas a se engajar em confrontos armados. O resultado é um número elevado de policiais e civis mortos. Não há restrição de horários e lugares. Além disso, não são apenas as unidades especializadas que se engajam em confrontos armados, pois os confrontos acontecem próximos a escolas, moradias e aglomerações, resultando em elevado número de mortes por “balas perdidas” (Magaloni; Cano, 2016).

O segundo dilema brasileiro é como substituir o modelo militar de hierarquia e disciplina por outra estrutura de supervisão e controle. O modelo militar de hierarquia e disciplina é inadequado para as polícias. Ele não prevê as situações de discricionariedade, tão frequentes no dia a dia policial. Baseia-se preponderância das normas internas e de uma cadeia de comando bem definida. Por isso, algumas polícias passaram a desenvolver outros mecanismos de supervisão. Não se trata simplesmente de extinguir a estrutura de hierarquia e disciplina, mas de elaborar outra mais adequada às necessidades reais das

polícias. A adoção de outras formas de policiamento reforça a necessidade de implantar novas estruturas de supervisão e controle.

O terceiro dilema é como criar uma identidade própria, e não simplesmente tentar trocar por outra. No Brasil, as academias de polícia têm tentado mudar o ensino policial. Em algumas delas, entretanto, a ênfase nos conteúdos militares tem dado lugar aos conteúdos jurídicos. Há polícias que têm exigido formação jurídica nos seus processos seletivos. Nesse sentido, papel das escolas de formação é essencial neste processo de reconstrução das identidades profissionais. O problema é que geralmente elas são mal estruturadas, sem corpo docente exclusivo e sem doutrina de policiamento própria.

Por fim, o quarto dilema dos policiais militares diz respeito ao direito de sindicalização e à previdência militar. Por um lado, há necessidade de se reconhecer uma situação de fato: o direito à greve e à sindicalização. Por outro, os policiais não abrem mão do direito à aposentadoria militar, que permite aposentar mais cedo e com todos os vencimentos.

Todos esses dilemas que apontei, embora sejam difíceis, não são incontornáveis. A identidade militar não é incompatível com outras identidades profissionais. O profissional pode ser policial e militar ao mesmo tempo. A questão é a ênfase. Nas democracias contemporâneas, espera-se que ele seja muito mais policial do que militar.

## REFERÊNCIAS

- ALARY, Jean. *L'histoire de la Gendarmerie: de la Renaissance au IIIe Millenaire*. Paris, Calmann-Levy, 2000.
- BARREIRA, César; RUSSO, Maurício. O Ronda do Quarteirão: relatos de uma experiência. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, 2012, pp. 282-297.
- BATITUCCI, Eduardo. A polícia em transição: o modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. *Revista Dilemas*. Rio de Janeiro, n. 11, 2010.
- BAYLEY, David. *Police for the Future*. New York, Oxford University Press, 1994.
- BIRZER, Michael; TANNEHILL, Ronald. A More Effective Training Approach for Contemporary Policing. *Police Quarterly*. Dallas, v. 4, n. 2, 2001, pp. 233-252.
- BITTNER, Ergon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo, Edusp, 2003 [1970].
- BRADFORD, David; PYNES, Joan. Police Academy Training: Why Hasn't It Kept Up with Practice? *Police Quarterly*. Dallas, v. 2, n. 3, 1999, pp. 283-301.
- CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (Orgs.) *Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundo Brasileiro de Segurança Pública/LAV/UERJ, 2014.

- CASTRO, Priscila Aurora Landim de Castro. *Os Convencionais e os Especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão e Operações Especiais da PMDF*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2011.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Como as Democracias Controlam as Polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 70, n. 3, 2004, pp. 65-78.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão; Medeiros, Matheus. Police Demilitarisation: Cops, Soldiers and Democracy. *Journal of Security, Conflict and Development*. Online, v. 2, n. 2, 2002.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão; MATTOS, Márcio; SANTOS, Layla. Os Novos Padrões de Seleção na Polícia Militar do Distrito Federal. *Desigualdade & Diversidade*. Rio de Janeiro, v. 11, 2012, pp. 115-132.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- DAS, Dilip; PALMIOTTO, Michael. International Human Rights Standards: Guidelines for the World's Police Officers. *Police Quarterly*. Dallas, v. 5, n. 2, 2002.
- DAVIS, Kenneth. *Discretionary Justice: A Preliminary Inquiry*. Urbana, University of Illinois Press, 1971.
- DIAS NETO, Theodomiro. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. São Paulo, Ibccrim, 2000.
- FERRAGI, César Alves. O Sistema Koban e a Institucionalização do Policiamento Comunitário Paulista. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 8, 2011, pp. 60-75.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública*. São Paulo, 2014.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2017.
- GARCIA, Emerson. As Forças Armadas e a Garantia da Lei e da Ordem. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. São Paulo, v. 13, 2009, pp. 41-61.
- GERHARD, Nádia. *Patrulha Maria da Penha: impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica*. Porto Alegre, Editora da PUCRS, 2014.
- GOLDSTEIN, Herman. Police Discretion: The Ideal Versus the Real. *Public Administration Review*. Flórida, v. 23, 1963, pp. 140-148.
- GOLSTEIN, Herman. *Problem-Oriented Policing*. New York, McGraw Hill, 1990.
- HENSON, Billy; Reyns, Bradford; Klahm, Charles; Frank, James. Do Good Recruits Make Good Cops? Problems Predicting and Measuring Academy and Street-Level Success. *Police Quarterly*. Dallas, v. 13, n. 1, 2010, pp. 06-26.

- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1997.
- KALMONOWIECKI, Laura. *Military Power and Policing in Argentina, 1900-1955*. Tese de Doutorado, New School for Social Research, 1995.
- KRASKA, Peter; KAPPELER, Victor. Militarizing American Police: The Rise and Normalization of Paramilitary Units. *Social Problems. Online*, v. 44, n. 1, 1997, pp. 01-18.
- KRASKA, Peter. Enjoying Militarism: Political/Personal Dilemmas in Studying U.S. Paramilitary Units. *Justice Quarterly*. Estados Unidos, v. 13, n. 3, 1996, pp. 405-429.
- KRASKA, Peter. Militarizing Criminal Justice: Exploring the Possibilities. *Journal of Political and Military Sociology Online*, v. 27, n. 2, 1999, pp. 205-215.
- LINT, Willem de. Regulating Autonomy: Police Discretion as a Problem for Training. *Canadian Journal of Criminology. Online*, v. 40, n. 3, 1998.
- LOUBET Del BAYLE, Jean-Louis. *La Police: Approche Socio-Politique*. Paris, Montchrestien, 1992, pp. 66-81.
- MAGALONI, Beatriz; CANO, Ignácio. *Determinantes do Uso da Força Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2016.
- MAGUIRE, Edward; MASTROFSKY, Stephen. Patterns of Community Policing in the United States. *Police Quarterly. Online*, v. 3, n. 1, 2000, pp. 4-45.
- MARCH, James; OLSEN, Johan. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. *American Political Science Review. Online*, v. 78, n. 3, 1984.
- MARKS, Monique. Police Unions and Their Influence. In: O'NEILL, Megan; MARKS, Monique; SINGH, Anne-Marie. (eds.) *Police Occupational Culture: new debates and directions*. Oxford, JAI Press, 2007.
- MEDEIROS, Mateus Afonso. A Desmilitarização das Polícias e a Legislação Ordinária. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 42, n. 165, 2005, pp. 239-253.
- MILLER, Wilbur R. *Cops and Bobbies: Policy Authority in New York and London 1830-1870*. Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- MISSE, Daniel Ganem. Cinco Anos de UPP: um breve balanço. *Dilemas*. Rio de Janeiro, v. 7, 2014, pp. 675-700.
- MONET, Jean-Claude. *Polícia e Sociedades na Europa*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- MUNIZ, Jacqueline. *Ser Policial É Sobretudo Uma Razão de SER: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, IUPERJ, 1999.
- O'SHEA, Timothy. The Political Dimension of Community Policing: Belief Congruence Between Police and Citizens. *Police Quarterly. Online*, v. 3, n. 4, 2000, pp. 389-412.
- OLIVER, Willard. The Third Generation of Community Policing: Moving Through Innovation, Diffusion and Institutionalization. *Police Quarterly. Online*, v. 3, n. 4, 2000, pp. 367-388.
- O'MALLEY, Pat; HUTCHINSON, Steven. Converging Corporatization? Police

- Management, Police Unionism, and the Transfer of Business Principles. *Police Practice and Research. Online*, v. 8, n. 2, 2007, pp. 159-174.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro. Police and Political Crisis: The Case of The Military Police. In: HUGGINS, Martha (ed.), *Vigilantism and the State in Modern Latin America: Essays on Extralegal Violence*. New York, Praeger, 1991.
- PONCIONI, Paula. *Tornar-se Policial: a construção da identidade profissional do policial do estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2004.
- PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2007, pp. 22-31.
- POWELL, Walter; DiMAGGIO, Paul. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Field. In: POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul. (Eds.). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago, University of Chicago Press, 1991.
- ROCHA, Alexandre Pereira da. *A Gramática das Polícias Militarizadas: estudo comparado entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo e os Carabineros do Chile*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2013.
- ROSENBAUM, Denis (Org.). *The Challenge of Community Policing*. London, Sage, 1994.
- RUDNICKI, Dani. *O Ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar Gaúcha*. Porto Alegre, Ed. Sociologias, 2008.
- SENASP. *Matriz Curricular Nacional*. Brasília, SENASP, 2014.
- SILVA, Eliana S. *A Ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro, Redes da Maré, 2017.
- SILVA, Gilvan Gomes. *Políticas de Segurança Pública: Um olhar sobre a formação da Agenda, das Mudanças do padrão de policiamento e da Manutenção do Policiamento Comunitário no Distrito Federal*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2015.
- SILVA, Robson Rodrigues. *Entre a Caserna e a Rua: o Dilema do Pato*. Niterói, Editora da UFF, 2011.
- SKOLNICK, Jerome; BAYLEY, David. *Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo*. São Paulo, EDUSP, 2002.
- SKOLNICK, Jerome; FYFE, James. *Above the Law: Police and Excessive Use of Force*. New York, The Free Press, 1993.
- SKOLNIK, Jerome H. *Justice without Trial: Law Enforcement in Democratic Society*. New York, John Wiley & Sons, 1966.
- WALKER, Samuel. *Taming the System: The Control of Discretion in Criminal Justice, 1950-1990*. New York, Oxford University Press, 1993.
- WALKER, Samuel. The Neglect of Police Unions: exploring one of the most important areas of American policing. *Police Practice and Research. Online*, v. 9, n. 2, 2008, pp. 95-112.
- O'MALLEY, Pat; HUTCHINSON, M. Converging Corporisation? Police Management,

Police Unionism and The Transfer of Business Principles. *Police Practice and Research. Online*, v. 7, n. 4, 2007, pp. 309-322.

ZAVERUCHA, Jorge. Military Justice in the State of Pernambuco After the Brazilian Military Regime: An Authoritarian Legacy. *Latin American Research Review. Online*, v. 34, n. 2, 1999, pp. 43-73.

Recebido em: 21/08/2019

Aprovado em: 23/05/2020

**Como citar este artigo:**

COSTA, Arthur Trindade M. A Polícia Militar e seus dilemas identitários. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 287-312.



## Esboço de uma abordagem tópica das políticas públicas de segurança e dos projetos de prevenção à violência

Rafael Losada Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo se insere no campo de estudos sobre políticas públicas de segurança, circunscrevendo este tema mais amplo ao problema público da “juventude violenta” enquanto objeto de um tipo particular de intervenção: os projetos de prevenção da violência e criminalidade destinados às periferias urbanas brasileiras. Mais precisamente, o objetivo principal é apresentar o esboço de uma abordagem tópica sobre os efeitos práticos dessas políticas e projetos na dinâmica social local e nas trajetórias dos/das jovens que compõem seu público-alvo.

**Palavras-chave** Política pública; Prevenção; Violência; Juventude; Pronasci.

### **Outline of a topical approach to public security policies and violence prevention projects**

**Abstract:** *This paper is part of the field of studies on public security policies, circumscribing this broader theme to the public problem of “violent youth” as the object of a particular type of intervention: violence prevention and crime projects for*

<sup>1</sup> Faculdade de Tecnologia Senac Rio – Rio de Janeiro – Brasil - rlosada@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-1180-6283>

*the Brazilian urban peripheries. More precisely, the main objective is to outline a topical approach on the practical effects of these policies and projects on the local social dynamics and trajectories of the young people who make up their target audience.*

**Keywords:** *public policy; Prevention; Violence; Youth; Pronasci.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no campo de estudos sobre políticas públicas de segurança, circunscrevendo este tema mais amplo ao problema público da “juventude violenta” enquanto objeto de um tipo particular de intervenção: os projetos de prevenção da violência e criminalidade destinados às periferias urbanas brasileiras. Mais precisamente, o objetivo principal é apresentar, ao final, o esboço de uma abordagem tópica da refração *in situ* de macroprocessos institucionais, isto é, dos efeitos práticos dessas políticas e projetos na dinâmica social local e nas trajetórias dos/das jovens que compõem seu público-alvo. Em razão do seu caráter provisório, restringirei a base empírica sobre a qual se assenta minha exposição a “um caso particular do possível” (Bachelard, 1995: 55), qual seja, o projeto Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – Protejo, realizado entre os anos de 2009 e 2011, em cinco municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), como parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)<sup>2</sup>.

Inicialmente, devo salientar que a proposta não é aplicar, ao longo do artigo, a abordagem tópica anunciada anteriormente para analisar o Protejo, validando, ou não, a sua pertinência e potencial heurístico. Antes, os contornos gerais do que pode vir a ser essa abordagem serão apresentados ao final, tendo por base a análise da implementação local dos pressupostos normativos-institucionais do projeto e, em particular, das categorias mobilizadas para delimitar o público-alvo e qualificar as relações entre juventude e violência. Nesse particular, o exame de algumas situações evidenciará os limites da abordagem institucional e a importância de conceber estudos voltados para a compreensão dos significados e sentidos conferidos pelos jovens às suas experiências e, por conseguinte, das disputas, desentendimentos e dissensos desencadeados pela refração local da política pública. Isso, contudo, não significa advogar em favor de uma suposta

2 No estado da Bahia, o Pronasci foi, em um primeiro momento, implantado em cinco bairros de municípios da RMS: Tancredo Neves e São Cristóvão, em Salvador; Itinga, em Lauro de Freitas; PHOC I, II e III, em Camaçari; e Ponto de Parada, em Simões Filho.

superioridade de uma dessas modalidades de construção do objeto de pesquisa, nem, tampouco, deixar de reconhecer os limites inerentes a ambas. Ao contrário, acredito que articular a análise dos pressupostos normativos com a dos efeitos produzidos por meio de sua implementação local constitui um ponto de vista privilegiado para o estudo das limitações, ambivalências e paradoxos presentes nos projetos de prevenção da violência e da criminalidade, tema que não passou despercebido pelos estudiosos do tema (cf. Sento-Sé, 2003; Soares, 2015; Diógenes; Sá, 2011).

A qualificação da abordagem por meio do adjetivo “tópico”, por sua vez, deve ser entendida na dupla acepção da palavra: “relativo a lugar; localizado” e “que se refere exatamente àquilo de que se fala; específico” (Borba, 2004: 1365). Trata-se, portanto, de uma abordagem localmente situada sobre um tema parcial, específico. Esta proposta pressupõe, portanto, o protagonismo da localidade, não apenas por constituir o *locus* de estudo, mas, principalmente, em razão da centralidade da conjuntura local para a compreensão dos efeitos sociais das políticas públicas. A ideia de atribuir um papel basal a essa dimensão derivou da leitura de um artigo de Anthony Leeds sobre os arranjos de relações constituídos entre localidades e instituições supralocais, enquanto *loci* de poder caracterizados por diferentes conjunturas (2015: 77). Ao final do texto, Leeds aponta para uma lacuna nesse campo de estudos: a falta de pesquisas acerca das “estruturas e instituições nacionais que quase sempre são, na melhor das hipóteses, tradadas periféricamente nos estudos antropológicos” (2015: 88). Da minha parte, acatei a importância da conjuntura para a compreensão das inter-relações entre “localidade” e “instituições supralocais”<sup>3</sup> e, ao vislumbrar uma abordagem tópica das políticas públicas de segurança, inverti a agenda de pesquisa, conferindo prioridade à localidade, sem, todavia, elidir a pressuposição recíproca de ambas, mantendo, assim, a heurística da proposta de Leeds. Por conseguinte, a análise dos efeitos locais decorrentes da implementação do projeto em questão incluirá a articulação com seus pressupostos normativos, veiculados por meio de documentos oficiais e por instituições e atores supralocais.

---

3 Nas palavras de Anthony Leeds: “A expressão ‘estruturas locais’ refere-se a organismos sociais para cujos princípios organizacionais determinado conjunto de condições locais e ecológicas é irrelevante, ou seja, em seus princípios fundamentais de ação, as estruturas supralocais confrontam qualquer localidade, qualquer subunidade sociogeográfica do sistema total ou suas subdivisões, com normas ou instrumentos [uniformes e generalizados, organizacionais e operacionais]. A expressão ‘instituições supralocais’ refere-se a princípios e modos de operação de estruturas supralocais. Qualquer estrutura cuja formação não seja governada por, ou relacionada a, determinade localidade e que confronte várias localidades de uma maneira idêntica é uma estrutura supralocal que opera com instituições supra locais” (Leeds, 2015: 78).

A decisão de inverter a agenda de pesquisa, tal qual proposta por Leeds, conferindo prioridade à localidade, acompanha recentes desdobramentos do campo de estudos da sociologia da violência, evidenciados em duas revisões bibliográficas recentes. No balanço sobre a produção científica dos estudos sobre violência no Brasil, no período de 2000 a 2016, Marcelo Campos e Marcos Alvarez (2017) distinguiram três linhas principais de estudos, dentre elas “estudos sobre políticas públicas de segurança” e “estudos sobre violência e sociabilidade”, e, ao caracterizá-las, explicitaram uma importante divergência. Para eles, os artigos alocados na linha “políticas públicas de segurança” são “fortemente comprometidos com a perspectiva institucional e, até no limite, com a agenda governamental no período em seus Estados e na Federação”<sup>4</sup>, tendo em vista que têm a “pretensão (muitas vezes explícitas) de melhoria e/ou mudanças de funcionamento, organização e alterações nos padrões de atuação das instituições estatais de controle do crime e do criminoso” (2017: 161). Já os estudos incluídos na linha “violência e sociabilidade” não possuem “uma ‘afinidade eletiva’, ao menos teórica e metodológica, com o Estado e o aperfeiçoamento das políticas públicas” e, além disso, “descrevem mecanismos interacionais do crime e do criminoso, que possuem certas ‘positividades’, no sentido de produzirem formas de sociabilidade” (2017: 180).

Sobre este último aspecto, as “positividades”, vale destacar outra revisão bibliográfica, conduzida por Jania Aquino e Daniel Hirata (2018), circunscrita às “inserções etnográficas ao universo do crime”, no Brasil, entre 2000 e 2017. Logo na introdução do artigo, os autores esclarecem que os estudos sobre a criminalidade, conduzidos sob a perspectiva das “positividades”, pautam-se por “estratégias analíticas opostas àquelas que descrevem as práticas pela sua ‘falta’ ou ausência [...] evitando assumir unilateralmente uma perspectiva jurídica, Estado-centrada ou acusatória das práticas criminais” (Aquino; Hirata, 2018: 107). Ou seja, abordagens mais próximas às experiências vivenciadas pelos atores, aos significados e sentidos conferidos por eles às suas práticas sociais. A proposta de uma abordagem tópica, por seu turno, filia-se a essa linhagem de estudos acerca das positividades, ao passo que se distancia da perspectiva institucional, mas sem perdê-la de vista, nem conferindo qualquer tipo de vantagem analítica, como dito anteriormente. A opção por outro modo de construção do

---

4 A forte presença da perspectiva institucional na análise das políticas públicas de segurança já havia sido notada, anteriormente, por Alba Zaluar, que, ao avaliar a produção acadêmica sobre “criminalidade e violência”, publicada no período entre 1970 e 1998, identificou, nos estudos agrupados em torno do tópico “o problema da criminalidade como tema de política pública”, o predomínio, nos planos teórico e prático, do “enfoque institucional” (1999: 73-78).

objeto de pesquisa, no caso, projetos de prevenção à violência, visa tão somente enriquecer o campo de estudos sobre o tema, cuja produção acadêmica ainda é majoritariamente direcionada pela “perspectiva institucional”.

Para o presente artigo, não realizei uma revisão sobre políticas públicas de segurança, todavia, é plausível afirmar, com base na revisão bibliográfica sobre o tema mais circunscrito dos projetos de prevenção à violência e à criminalidade, que, no âmbito das Ciências Sociais, o enfoque institucional segue altamente influente. O prestígio dessa abordagem se faz presente tanto nos estudos produzidos ou demandados por instituições, da sociedade civil e governamentais, responsáveis pela execução e/ou avaliação de projetos de prevenção (cf. Castro, 2001; Abramovay, 2003; Waiselfisz; Maciel, 2003; Lannes; Edmundo; Dachach, 2009; Fernandez *et al.*, 2010; Barbosa; Dias, 2013) quanto entre acadêmicos que pautam suas pesquisas pelo pressuposto da “autonomia relativa da política pública” (Zaluar, 1999: 72) (cf. Soares, 2000; 2005; 2006; Rolim, 2006; Beato; Peixoto, 2005; Beato, 2008; 2012; Gomes; *et al.*, 2010). Aliás, a prevalência desse enfoque é igualmente constatada por pesquisadores das políticas públicas de juventude (cf. Freitas; Papa, 2003; Castro; Aquino; Andrade, 2009; Papa; Freitas, 2011), não sendo, portanto, um traço exclusivo do campo da sociologia da violência e da criminalidade.

Logo, é plausível afirmar que a produção socioantropológica sobre os projetos de prevenção à violência e criminalidade tem, com raras exceções e de forma simetricamente oposta ao diagnóstico de Leeds, privilegiado as “instituições supralocais” em detrimento das “localidades”. Esta escolha teórico-metodológica tem evidentes implicações para o estudo do tema, dentre elas, a produção de análises normativas, que elegem a dimensão institucional-estatal como único âmbito (ou âmbito privilegiado) para refletir sobre problemas públicos, eclipsando os significados e os sentidos produzidos pelos atores concretamente envolvidos nos conflitos estratégicos desencadeados pela re-fração local da política pública. Seja por tomarem o desenho normativo (dever ser) dos projetos como régua e compasso para avaliar sua implementação, seja por conceberem as políticas públicas sob o ponto de vista administrativo (isto é, a política pública enquanto política institucional, e não como produção do conjunto da sociedade), as abordagens aqui denominadas de *institucionais* podem ser caracterizadas pela produção de análises normativas, nas quais os problemas públicos são compreendidos com base em sua dimensão institucional-legal, esmaecendo a reflexão sobre o conjunto de práticas sociais que os originaram (Machado Da Silva, 2008: 40). Sob essa perspectiva, endossada pela recente difusão da linguagem da “nova” segurança pública

(Sento-Sé, 2011: 503), o problema da “juventude violenta” nas periferias urbanas do país tem sido enquadrado como um dos aspectos do debate sobre a expansão da cidadania, com o acento recaindo sobre o acesso aos direitos sociais. A cidadania figura, pois, como pressuposto unívoco e universal das análises, ao invés de ser alocada no mundo da vida como algo a ser compreendido, um objeto de pesquisa (Feltran, 2010). Quando alocada no mundo da vida, a análise de elementos progressistas oriundos da legislação e das políticas públicas podem revelar efeitos inesperados e indesejados decorrentes de sua implementação, conforme argumentam Claudia Fonseca e Andrea Cardarelo (1999), entre eles a reificação de categorias sociais que conformam o público-alvo e a produção de novas formas de exclusão.

Não é à toa a ênfase dada ao propósito de integração social ou de integração para a cidadania dos jovens que constituem o público-alvo dos projetos de prevenção, posto que suas existências encarnariam a incompletude ou o desvio dos processos de modernização e democratização da sociedade brasileira. Essa leitura contrafactual, como não poderia deixar de ser, elide os significados e sentidos conferidos pelos jovens às suas experiências e, conseqüentemente, ofusca as disputas, desentendimentos e dissensos desencadeados pela refração local da política pública. O próprio jovem, enquanto ator social, tem subtraída a capacidade de protagonizar sua vida e suas escolhas, basta lembrar o quanto o mote “disputar menino a menino” denota passividade. Surge, então, um impasse: uma vez que o enfoque institucional se afasta dos significados e sentidos mobilizados pelos jovens, tal qual de suas práticas sociais, como compreender a violência e criminalidade entre eles e, por conseguinte, decodificar e transmutar esses fenômenos em outras linguagens (Diógenes; Sá, 2011:150)? Tal objetivo é presente em inúmeros projetos de prevenção.

Por fim, devo esclarecer que a escolha, tanto do tema quanto do local da pesquisa, não é fortuita, posto que ambos estão intimamente imbricados na minha trajetória profissional anterior ao ingresso no doutorado. De janeiro de 2009 até julho de 2014, ocupei o cargo de Cientista Social no Ministério da Justiça, lotado no Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Residente na cidade de Salvador, fiz parte do Comitê de Articulação Local da Bahia – CAL/BA, responsável, dentre outras atividades, por induzir, monitorar e avaliar a implementação do Pronasci. É, pois, na confluência circunstancial entre minha trajetória pessoal, uma política pública e sua implementação que se situa o ponto de partida, estabelecido *a posteriori* deste texto.

Na primeira parte do artigo, apresento sucintamente o Protejo com base no quadro mais amplo de referência do Pronasci, enfatizando o entrelaçamento singular entre política de segurança e política social, viabilizado pela produção de recortes populacionais pautados pelas noções de vulnerabilidade e risco sobrepostas aos registros territorial e etário que conformam um público-alvo. Em seguida, após delinear os traços gerais do paradigma da “segurança cidadã”, do qual o Pronasci é tributário, descrevo e analiso duas situações ocorridas durante a realização do Protejo, nas quais a atualização local da linguagem da “nova” segurança pública gerou efeitos diversos daqueles esperados, sobretudo no que diz respeito ao propósito de efetivação do ideal político-jurídico de igualdade cristalizado na noção de cidadania. A análise dessas situações permitirá entrever as potencialidades inscritas em uma abordagem com foco nos efeitos práticos dos projetos de prevenção à violência na dinâmica social e nas trajetórias dos/das jovens que compõem seu público-alvo. Por fim, ao percorrer os desentendimentos, dissensos e hiatos decorrentes das disputas de significado em torno das categorias de classificação manejadas para efetuar a marcação social da diferença entre indivíduos e grupos, exponho, de forma concisa, os contornos gerais do que pode vir a ser uma abordagem tópica, focada na localidade (nos termos de Leeds), das políticas públicas e, em particular, das de segurança pública.

## O PROGRAMA E O PROJETO: PRONASCI E PROTEJO

O Pronasci<sup>5</sup> foi lançado em agosto de 2007 pelo governo federal, por meio do Ministério da Justiça, e tinha como meta principal a redução do índice de homicídios no país<sup>6</sup> mediante investimentos e ações direcionadas, inicialmente, às onze regiões metropolitanas identificadas, à época, como as mais violentas. Com um orçamento aproximado de R\$ 6,7 bilhões, o programa estava estruturado em torno de 94 ações (projetos) distribuídas entre dois eixos, “Ações Estruturais” e “Programas Locais”. Sob o mote “um novo paradigma para a segurança pública” cristalizado na concepção de “segurança cidadã”, a estratégia alavancada pelo programa para alcançar sua ambiciosa meta tinha por base a articulação de ações de repressão qualificada com ações de prevenção à violência e à criminalidade, que deveriam ser implementadas com base em quatro

5 O Pronasci foi instituído por meio da Medida Provisória n. 384/2007, posteriormente transformada na Lei n. 11.530/2007, cuja redação foi parcialmente alterada pela Lei n. 11.707/2008.

6 Mais precisamente, a meta era reduzir a taxa nacional de homicídios de 29 para 12 por 100 mil habitantes (Ministério da Justiça, 2008: 16).

focos prioritários<sup>7</sup>. Na encruzilhada entre as políticas de segurança e as políticas sociais, situava-se um desses focos, o etário, que elegeu “a população juvenil de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos” como público-alvo preferencial (Brasil, 2008). Entretanto, não se tratava de endereçar as ações do programa a qualquer indivíduo pertencente a essa faixa etária, havia também um “foco social”: a “intenção é atender o jovem que se encontra em situação infracional ou corre o risco de ser levado para o mundo do crime” e, mais precisamente, “adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos ou egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave” (Ministério da Justiça, 2009: 02).

Ao recorte etário e social do Pronasci se sobrepõe um terceiro foco, o territorial. Dentro da circunscrição espacial mais ampla, mencionada no parágrafo anterior, foram operadas outras delimitações. Nem todos os municípios integrantes das regiões metropolitanas selecionadas foram contemplados. Dos selecionados, cada um deles teve que indicar uma ou mais localidades conflagradas, ou seja, com elevados índices de criminalidade violenta, mormente periferias, favelas e bairros populares. Eram nesses “territórios de anomia social” que deveriam ser executadas, prioritariamente, as ações preventivas do eixo “Programas Locais”, destinadas “a retirar o jovem da rota criminal e inseri-lo nos programas governamentais já existentes, recuperando-os para a cidadania” (Ministério da Justiça, 2008: 04-05). Em articulação com as ações de repressão qualificada, previstas no eixo “Ações Estruturais”, os projetos de prevenção constituíam a via preferencial para a construção dos “Territórios de Paz”. Certamente, um esforço para minorar o conteúdo estritamente repressivo da segurança pública, associando a redução da criminalidade e da violência ao investimento em políticas sociais focalizadas nos “jovens em situação de vulnerabilidade social” residentes nas periferias urbanas.

A Medida Provisória que instituiu o Pronasci é reveladora sobre os novos rumos que o governo federal desejava imprimir às políticas públicas de segurança. Em consonância com os ritos da práxis legislativa, a primeira parte do texto é composta por uma exposição de motivos que visa justificar o uso desse instrumento legislativo extraordinário. Surpreendentemente, e talvez com

---

7 De acordo com o art. 40 da Lei n. 11.707, que instituiu o Pronasci, seus focos prioritários eram: “I – foco etário: população juvenil de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos; II – foco social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; III – foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos; e IV – foco repressivo: combate ao crime organizado” (Brasil, 2008).

algum ineditismo, o primeiro motivo elencado é o reconhecimento da ineficácia da ação estatal no enfrentamento dos problemas de segurança pública, em particular, o acento dado, nas últimas décadas, às “políticas essencialmente repressivas”. Para superar essa situação desalentadora, o Ministério da Justiça envidou esforços para “elaborar um programa nacional apto a tratar do tema da segurança pública sob um viés social e humanista que, sem se olvidar dos aspectos repressivos, [...] prioriz[asse] os aspectos preventivos” (Brasil, 2007: 02). Surgia, assim, o Pronasci, programa do governo federal destinado “à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, articulando ações de segurança pública e políticas sociais” (Brasil, 2007: 02).

Ao final da exposição dos motivos, o deputado federal relator da Medida Provisória destaca, dentre as ações “relevantes para o enfrentamento da problemática da segurança pública e da questão juvenil” (Brasil, 2007: 02), a realização do projeto Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – Protejo – nas localidades escolhidas como foco territorial das ações do Pronasci, cujos objetivos eram:

[...] identificar, acolher e acompanhar jovens entre 15 e 24 anos, em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências, como egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua, ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos, por meio de um percurso sócio formativo, com vistas à *reconfiguração de suas trajetórias de vida* (Ministério da Justiça, 2013: 01 – grifos meus).

O PROTEJO possui como objetivo a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais, através da realização de atividades de emancipação e socialização, as quais possibilitem a *sua reinserção nas comunidades em que vivem* [...] contempla conteúdos que buscam o desenvolvimento do jovem como um sujeito de direito (Ministério da Justiça, 2013: 13-14 – grifos meus).

A proposta de “formação cidadã” dos jovens “em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências” foi materializada no Protejo por meio de uma estratégia de intervenção estruturada em torno de dois eixos: o Percurso Social Formativo (PSFO) e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). O primeiro visava ao “desenvolvimento do jovem como um sujeito de direito” por

meio de sua participação em atividades diversas<sup>8</sup>, num total de 600 horas-aula distribuídas ao longo de doze meses, ministradas por “oficineiros” e orientadas pelos seguintes temas transversais: segurança pública; cidadania; direitos humanos; cultura de paz; protagonismo juvenil. Essas atividades socioeducativas pretendiam, em última instância, promover o autodesenvolvimento dos jovens, isto é, forjar e internalizar qualidades comportamentais e psicológicas consideradas necessárias à inserção autônoma e ativa dos jovens na ordem social democrática, uma espécie de socialização para a cidadania. Além de constituir uma alternativa para o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer e um meio para aprimorar talentos e aprendizagens, o PSFO tencionava possibilitar encontros e relacionamentos sob valores e comportamentos democráticos, tendo em vista o “resgate da autoestima e a convivência pacífica” (Ministério Da Justiça, 2013: 14).

Já o PDI, realizado paralelamente às atividades sócio-educacionais, tinha por objetivo estimular o jovem, com apoio da equipe multidisciplinar, a elaborar projetos de vida, “fazendo com que este analise sua trajetória de vida, elabore suas expectativas e construa estratégias que o levem a alcançar seus objetivos” (Ministério da Justiça, 2013: 15). A expectativa era que, ao final do projeto, os jovens estivessem aptos a exercer seu protagonismo “em ações que busquem sua emancipação e contribuam para a transformação do quadro social de vulnerabilidades e de criminalidade” (Ministério da Justiça, 2013: 02). Apesar do Protejo constituir seu público-alvo por meio do recorte populacional propiciado pela noção de “vulnerabilidade”, que situa a proposta de prevenção à violência e à criminalidade para além das características individuais, alocando-a no plano das condições de vida e do acesso aos direitos básicos, sua estratégia de intervenção tendia a se afastar do campo político da ação coletiva em direção ao plano das ações individuais, transferindo para o próprio jovem a responsabilidade de superar as adversidades. Esta tensão, constitutiva do próprio projeto, torna-se ainda mais evidente quando se atenta para a atuação da equipe multidisciplinar, em especial, para seu papel na mediação política.

Para acompanhar e avaliar a participação dos jovens, o Protejo previa a contratação de uma equipe multidisciplinar formada por assistente social, coordenador pedagógico, psicólogo e advogado. Dentre suas funções, destaca-se a de identificar e atender às demandas (assistenciais, jurídicas, de saúde etc.)

---

8 O PSFO incluía atividades de: qualificação profissional inicial, informática e tecnologia, formação cidadã e sócio-jurídica, resolução não-violenta de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, prevenção à drogadição, introdução ao mundo do trabalho, reflexões sobre violências, sexualidade, autoestima, além de atividades culturais e esportivas.

dos jovens, encaminhando-as à rede de proteção social, quando necessário. Em conformidade com os paradigmas da “proteção integral” (Brasil, 1990) e do “desenvolvimento integral” (Conselho Nacional de Juventude, 2006), as demandas locais e situacionais dos jovens e de suas famílias deveriam ser traduzidas para a linguagem dos direitos e, assim, ascender ao mundo público das instituições que compõem a rede de proteção, pavimentando uma via de acesso à cidadania. Ademais, a equipe era também responsável por organizar o processo de seleção, coordenar a execução do PSFO, acompanhar suas atividades e acompanhar a implementação do PDI de cada jovem. Sua atuação expressava, pois, a tensão constitutiva da estratégia de intervenção do Protejo, cindida entre o atendimento socioeducativo, concebido em termos individuais, e a proposta de mediar e efetivar direitos dos grupos de jovens qualificados como “vulneráveis”, “em risco”.

Subjacente às ações de prevenção e, particularmente, ao Protejo, está o componente abertamente normativo do Pronasci, a cidadania enquanto ideal político-jurídico de igualdade, figurada e veiculada, recorrentemente, por meio das noções de “jovem como sujeito de direitos” e de “protagonismo juvenil”. Sob essa perspectiva, a difusão e o incremento da violência entre os jovens, assim como os descaminhos que levariam ao “mundo do crime” seriam, sobretudo, fruto da negação ou da dificuldade de acesso aos seus direitos. Aqueles que não tivessem alçado à plenitude de sua cidadania estariam mais vulneráveis à “sedução do crime” (Katz, 1988). Por conseguinte, a expansão da cidadania entre os “jovens em situação de vulnerabilidade” seria o principal antídoto para a violência e o envolvimento na criminalidade (Gomes et al., 2010: 16). Ao fim e ao cabo, o problema da “juventude violenta” seria, fundamentalmente, de ordem institucional-legal, cuja solução repousaria na incorporação dos jovens à cidadania mediante processos adequados de socialização promovidos por políticas sociais focalizadas, que suplantariam os *deficit* das instituições que, em tese, seriam responsáveis pela formação do cidadão, quais sejam, a família, a escola e o mercado de trabalho. À vista disso, no horizonte dessa singular sobreposição entre políticas de segurança e políticas sociais repousava, também, a pretensão de regular e mediar o acesso ao mundo público dos direitos.

## A GRAMÁTICA DA “NOVA” SEGURANÇA PÚBLICA E O PROTEJO: REFRAÇÕES LOCAIS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Na literatura sobre o tema, o processo histórico que culminou na linguagem da “nova” segurança pública (Sento-Sé, 2011: 503) é marcado por uma

periodização de curta-duração relativamente consensual, estabelecida com base em paradigmas, suas sucessões e justaposições: de 1964 e ao longo da Ditadura Militar, foi o período da segurança nacional; da constituição de 1988 até a virada do século, predominou a segurança pública; e de 2000 até o presente, foi a vez da segurança cidadã (Freire, 2009; Madeira; Rodrigues, 2015; Souza, 2015). A cada um desses períodos correspondem temas, estratégias de intervenção e vocabulários específicos. Do “inimigo interno” e dos “interesses nacionais” à “multicausalidade da violência” e o “foco na prevenção”, passando pela “segurança pública enquanto dever do Estado e responsabilidade de todos”, a periodização proposta invoca, implicitamente, uma teleologia, que pode ser alocada na chave das leituras contrafactuais dos processos de modernização e de democratização do país, nesse caso, referidas às instituições que compõem o sistema de justiça penal. O curso histórico seguiria da repressão à prevenção, rumo à cidadania: inicialmente, durante a ditadura, o propósito da política de segurança pública era preservar a ordem social e política; em seguida, num primeiro salto evolutivo impulsionado pela redemocratização política do país, o foco se deslocou para a integridade das pessoas e do patrimônio; mais recentemente, a possibilidade de extensão das práticas democráticas até os recônditos institucionais mais avessos e sua modernização burocrática tornou a proteção e a ampliação da cidadania o cerne da segurança pública.

O paradigma da “segurança cidadã” é uma criação latino-americana difundida por organismos internacionais ao longo da década de 1990, que começou a vingar no Brasil na virada do século, por meio de um acordo de cooperação técnica entre a Senasp e a ONU (Freire, 2009: 53). Em conformidade com a concepção da natureza multicausal da violência, propõe como principal estratégia de intervenção implementar políticas setoriais integradas ao nível local, abrangendo tanto as de cunho repressivo quanto as preventivas. Seu objetivo: proteger a cidadania contra os fatores que ameaçam seu pleno exercício, em especial, aqueles que representam sua negação, a violência e a criminalidade. Indubitavelmente, o Pronasci é tributário da difusão desse paradigma, juntamente com outra de suas derivações nacionais, a “terceira via” (Soares, 2000: 114). Ambos correspondem a uma ampliação não apenas semântica das políticas públicas de segurança, mas também prática, porquanto passam a englobar ações de proteção social sob a roupagem dos projetos de prevenção da violência e criminalidade. Ao seu rol de responsabilidades é incluída, de forma inédita, a de mediar o acesso à cidadania de acordo com os recortes populacionais que constituem os públicos-alvos das ações preventivas, elemento-chave para a regulação da distribuição da legitimidade política, isto é, para a definição de quem tem “direito a

ter direitos”. Incumbência esta que, simultaneamente, nomeia e constitui o seu avesso, o lado de fora da vida social, o “mundo do crime” e seus “não-cidadãos”.

A proposta da “segurança cidadã” fornece, portanto, uma nova forma de nomear e classificar fenômenos, eventos e pessoas, ou seja, uma nova grade de inteligibilidade. Menos evidente, à princípio, é sua dimensão instrumental, a capacidade de orientar cursos de ação mediante a difusão de compreensões prático-morais sobre determinados aspectos da vida social. Em razão dessa dupla inscrição, nos planos cognitivo e instrumental, o emprego da linguagem da “nova” segurança pública constitui um “modelo de e para”, nos termos de Geertz (2008: 69-70), ou, mais precisamente, uma “gramática gerativa” (Greimas; Courtés, 2016: 232-235). Para dar contornos mais realísticos ao argumento, remeto o leitor aos efeitos produzidos por essa gramática, em particular, aqueles engendrados pelo emprego de dois termos recorrentes no vocabulário dos projetos de prevenção: “jovem em situação de vulnerabilidade social” e “jovem como sujeito de direitos”. Quanto ao primeiro, deve-se destacar que a vulnerabilidade era um dos critérios centrais, juntamente com o etário e o espacial, para elaborar o recorte populacional que constituía o público-alvo das políticas sociais do Pronasci. A intenção daqueles que assim empregam o termo é remeter os problemas da violência e da criminalidade para além do plano individual, situando-os em relação às condições de vida e ao acesso a direitos básicos. Consequentemente, as respostas a esses problemas deveriam ser deslocadas da esfera repressiva para a preventiva, concedendo centralidade à expansão e consolidação da cidadania dos segmentos vulneráveis, daí o objetivo de constituir o “jovem como sujeito de direitos”. Isto, em tese.

Os efeitos decorrentes do emprego desses termos e dos pressupostos normativos a eles vinculados, todavia, foram, em muitas ocasiões, diversos daqueles previstos. Para desenvolver este tema, recorrerei nos parágrafos seguintes ao ofício “Situação Emergencial do Protejo Pronasci”, elaborado pelo então diretor do instituto responsável pela execução do Protejo no estado da Bahia. Inicialmente, remeto o leitor ao trecho a seguir sobre o uso do uniforme do projeto no núcleo de Itinga, Lauro de Freitas.

Outro fato relevante que deve ser relato ao senhor é que *os alunos do PROTEJO nos informam que estão sendo abordados pela polícia por estarem usando as camisas do referido projeto, pois os policiais os encaram como marginais ou suspeitos [...] os traficantes estão ameaçando os participantes do Protejo que já não se sentem seguros de circular com a camisa do projeto no bairro* (Instituto Anísio Teixeira, 2009 – grifos meus).

Os trechos anteriores permitem entrever as ambivalências e paradoxos, assim como os limites inerentes aos discursos e práticas que constituem os “jovens de projeto” como criminosos potenciais, senão efetivos, com base em referenciais cognitivos cristalizados nos enunciados que se sobrepõem à categoria etária (jovem): “em situação de risco”, “vulnerabilidade social”, “egressos do sistema prisional”, “cumpridores de medidas socioeducativas”. Por represar sentidos e constituir sujeitos tão diversos, todos inscritos sob os mesmos significantes, esses enunciados (e não apenas eles, como será exemplificado no parágrafo seguinte) se tornaram objeto de múltiplos desentendimentos com efeitos práticos no cotidiano dos participantes do projeto. A polissemia dos termos encerra, em certas ocasiões, uma disputa de significados, cujo resultado pode ser tanto o acolhimento do jovem e proteção dos seus direitos quanto a sua estigmatização e criminalização. De qualquer forma, é imprescindível reconhecer que, se esses enunciados estão sob constante disputa, é sobre eles também que se assenta a formulação das experiências vividas por inúmeros adolescentes e jovens das periferias urbanas brasileiras.

O exemplo do uniforme é, nesse sentido, revelador. Sua utilização foi concebida, dentre outros motivos, para funcionar como um critério de diferenciação positiva dos participantes do projeto, que permitiria distingui-los de outros jovens, especialmente, daqueles cujas trajetórias se inscrevessem na “vida do crime”, elevando, dessa forma, sua autoestima mediante um pretenso processo de reconhecimento social no bairro. Vulneráveis, mas uniformizados, esses jovens transitariam orgulhosos pelas ruas do bairro em direção ao projeto, ostentando no próprio corpo a marca de uma distinção, a escolha de não terem caído nas “tentações” do “mundo do crime”, desfazendo, assim, um destino tido por muitos como inexorável. Mesmo no caso dos jovens com envolvimento prévio em atividades ilícitas, o uso do uniforme funcionaria como uma espécie de “passaporte” para a livre circulação, indicando aos agentes estatais da segurança pública que eles estariam em um momento de “reconfiguração de suas trajetórias de vida”, rumo à “reinserção nas comunidades em que vivem”. Inclusive, com esse intento, foram realizadas reuniões para sensibilizar e informar os policiais atuantes nos bairros sobre o Protejo e o modo como deveriam se relacionar com o seu público. Infelizmente, conforme expresso na citação anterior, o uso do uniforme despertou diversas e inesperadas interpretações e reações por parte dos policiais, mas não apenas deles.

Para tornar a situação ainda mais complexa, a vinculação do projeto a um programa de segurança pública (o Pronasci), associada ao afã por “competir” com o tráfico pelos jovens, gerou tensões, potencialmente conflitivas, com o

seu “concorrente”. Antes do início do Protejo, já se aventava, dentre os possíveis obstáculos ao seu funcionamento, a dificuldade que alguns participantes encontrariam para transitar pelo bairro até o local onde as atividades seriam realizadas, por conta das fronteiras materiais e/ou simbólicas que recortam os bairros em função do domínio territorial de diferentes quadrilhas de traficantes e das rivalidades e rixas entre grupos de jovens<sup>9</sup>. Saber identificar essas fronteiras é imprescindível para orientar as rotinas e os deslocamentos dentro, mas também fora<sup>10</sup>, dos bairros, sobretudo para os jovens, geralmente hábeis nesse quesito. Todavia, reconhecê-las não implica neutralização dos perigos potenciais do trânsito por meio delas. Para os jovens que participaram do projeto, o perigo se tornou ainda maior, pois, devido à vinculação ao Pronasci, recaía sobre eles, frequentemente, a suspeita de serem possíveis delatores. Além de a previsão ter sido confirmada, lá estava novamente o uniforme (enquanto signo do “jovem de projeto”) compondo o enredo da “guerra de significados” (Feltran, 2011: 01), interferindo diretamente no cotidiano, inclusive na segurança, daqueles que o vestiam.

Ao fim e ao cabo, os uniformes seguiram como signos titubeantes, por vezes fornecendo uma identificação positiva aos jovens, noutras obstando sua circulação e, no limite tênue da legalidade e para além dele, tornando-os alvos preferenciais das ações discricionárias e repressivas dos policiais e das ameaças dos traficantes. A redenção dos jovens “em situação de risco” se converteu em risco efetivo de vida – triste paradoxo. Dos contornos até aqui traçados desse retrato impressionista sobre algo tão singelo e, aparentemente, desprovido de maior relevância, como o uso de um uniforme, deve-se preservar a compreensão de que as categorias (enunciados) acionadas para delimitar e caracterizar o público-alvo do projeto vinculam um grupo de indivíduos a um conjunto de significados valorativos que reivindicam para si o estatuto de pura constatação. Enquanto um processo de sujeição, esse atrelamento é operado mediante a corporificação das categorias de identificação, expressas em uma estética segundo a qual a

---

9 Nos bairros onde o projeto foi realizado, as fronteiras delineadas por essas duas dinâmicas de territorialização das relações sociais, geralmente, não coincidem, antes se sobrepõem parcialmente, o que cria um “mosaico” de enclaves e, conseqüentemente, multiplica as possibilidades de conflitos interpessoais, dificultando os deslocamentos dos jovens dentro do bairro, a depender do caminho percorrido.

10 Um exemplo da replicação dessas fronteiras para fora dos bairros é oferecido pela transposição das rivalidades, nem sempre expressas de forma violenta, entre grupos de jovens para os espaços dos *shoppings* de grande circulação da cidade durante os fins de semana, ou para as praias que costumam frequentar, normalmente, as mais acessíveis (em termos de distância e disponibilidade de transporte), de acordo com o local de residência.

idade, a cor da pele, os modos de se vestir (incluindo o uniforme) e falar, o local de moradia, o sexo etc. inscrevem nos corpos valores externamente concebidos.

Acrescentarei um pequeno adendo ao assunto uniforme, afinal, seria um grande equívoco descrever esses jovens como personagens passivos das situações até aqui relatadas. As disputas de significado em torno dessa vestimenta não passaram ao largo daqueles que deveriam utilizá-la. Sem demora, foram criadas estratégias para lidar com os problemas cotidianos ocasionados pela associação ao projeto. A mais óbvia e, portanto, mais difundida, era vestir uma camisa qualquer e ocultar a do projeto, colocando-a numa mochila, ou sobrepondo uma por cima da outra, trocando-as na entrada e na saída do local das atividades. Outros, mais habilidosos na lábia, convenciam motoristas de ônibus a dar carona (sem pagar pela passagem) até o projeto com a ajuda imprescindível do uniforme, prova material de que estavam “falando a verdade”. Mais interessante ainda, os usos e abusos do uniforme não ficaram por aí. Ocasionalmente, utilizaram-no em tentativas, nem sempre exitosas, de acessar com mais facilidade ou celeridade os serviços públicos, principalmente a rede de atenção básica à saúde. Exemplos concretos dessa estratégia poderiam abundar por mais algumas folhas, mas, como disse, é apenas um adendo. Sublinho, apenas, que as categorias mobilizadas para classificar os jovens do Protejo, não obstante tenham produzido, em diferentes situações, visões estereotipadas e acusatórias, foram também apropriadas por esses mesmos jovens como matrizes prático-discursivas influentes nas dinâmicas sociais locais, inclusive, com repercussões positivas.

A pretensão de regular e mediar o acesso ao mundo público dos direitos consolidada na expressão “jovem como sujeito de direitos”, por sua vez, também produziu consequências específicas quando transposta para as rotinas de funcionamento da rede de proteção social. Refiro-me às demandas sociais, assistenciais, jurídicas e de saúde dos “jovens vulneráveis”, cuja identificação e encaminhamento para atendimento constitui uma condição *sine qua non* para garantir seus direitos, antídoto contra a inscrição de suas vidas no “mundo do crime”. Ao longo da realização do projeto, a afluência de demandas longamente represadas, diversificadas e complexas trouxe, recorrentemente, novos desafios para a rede de proteção social, cujos serviços nem sempre foram capazes de dar o encaminhamento adequado.

Para compreender adequadamente esse ponto, relembro que o Protejo contava com uma equipe multidisciplinar responsável, dentre outras coisas, por identificar e encaminhar as demandas dos jovens e do seu grupo doméstico. Ambas atribuições revelam a influência direta do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), especificamente do paradigma da “proteção integral”, sobre a concepção e o formato do projeto. Anteriormente, sob o paradigma da “situação irregular” do Código de Menores, crianças e adolescentes nessa condição figuravam como desviantes da ordem social normativa e, quase sempre, a saída era isolá-los, institucionalizando-os, para, posteriormente, reinseri-los ao convívio social. A partir de 1990, com o ECA, eles passaram a ser compreendidos, por meio da noção de proteção integral, como sujeitos cujos direitos estão ameaçados ou violados, logo, indivíduos que deveriam ter, prioritariamente, esses direitos assegurados, restituídos, garantidos<sup>11</sup>. Concomitantemente às mudanças no aparato jurídico-institucional e nas políticas públicas, ocorreram importantes embates na arena pública sobre as formas de nomeação das crianças e adolescentes que necessitam de proteção especial. Aspecto não menos relevante, uma vez que as categorias utilizadas para descrever o mundo oferecem importantes balizas para a disputa política. Rupturas semânticas foram, portanto, imprescindíveis. Como resultado, saíram de cena os “menores carentes, infratores ou delinquentes” e adentraram as crianças e adolescentes “em situação de risco, em vulnerabilidade social, autores de ato infracional ou em conflito com a Lei”.

É, pois, sob os princípios da “condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos” e da “proteção integral e prioritária” (Brasil, 1990) que devemos situar a mediação realizada pelo Protejo entre o cotidiano de privação de direitos dos jovens atendidos e as políticas públicas, processo político indispensável à efetivação da sua cidadania. Há, evidentemente, um descompasso entre o desenho normativo do Protejo (o “deve ser”) e o seu efetivo funcionamento. Novamente, retorno ao ofício mencionado, citando, dessa vez, trechos que fornecem indícios para refletir sobre as singularidades e os limites da proposta de mediação política presente no projeto.

Cabe salientar que o Protejo pretende trabalhar com o resgate da cidadania de jovens que são vulneráveis nesses territórios, frequentemente, esses jovens estão em conflito com a lei e/ou em situação de rua. Reconhecemos que não é uma tarefa simples para os órgãos públicos atuarem com êxito [...]

---

11 Aqui, tenho em mente a cristalização do paradigma da proteção integral sob a forma das “medidas protetivas” e seus princípios: “Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: I – *condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos*: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; II – *proteção integral e prioritária*: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à *proteção integral e prioritária dos direitos* de que crianças e adolescentes são titulares [...]” (Brasil, 1990 – grifos meus).

De mais imediato, sugerimos que um grupo de trabalho se debruce sobre a seguinte questão: *como devem agir os Projetos PROTEJO e MULHERES DA PAZ no encaminhamento de casos concretos de violência? É importante observar que não basta construir uma instrução normativa baseada na legislação sobre a matéria. Só teremos uma resposta efetiva se esta rede de proteção (envolvendo a educação, a saúde, a segurança e o atendimento social) for capacitada, acompanhada e avaliada permanentemente [...]* Não há nenhuma condição de circulação nos bairros dominados pelo tráfico de drogas. Nossas equipes de trabalho não conseguem visitar as famílias dos nossos jovens com segurança [...] *Existem muitos órgãos especializados, mas infelizmente, quando acionados têm dificuldades de promover um atendimento eficaz levando em consideração as particularidades de jovens expostos a situações de vulnerabilidade e conflito com a lei, público este alvo das ações do PROTEJO* (Instituto Anísio Teixeira, 2009 – grifos meus).

Em certa medida, não há novidade nessas citações, pontos de estrangulamento na rede de proteção social são notícias recorrentes nos jornais e noticiários televisivos. Muitas vezes, não há vagas, não há recursos, não há serviços nem profissionais disponíveis na rede local de instituições públicas. Contudo, guiando-se pelo conteúdo do ofício, percebe-se que esses obstáculos de acesso à rede enfrentados por toda a população que dela necessita, assumem contornos específicos quando as instituições são instadas a lidar com “as particularidades de jovens expostos a situações de vulnerabilidade e conflito com a lei, público este alvo das ações do PROTEJO”. Um primeiro aspecto a aludir é a complexidade das demandas em alguns casos. A proteção integral pressupõe intervenção no contexto cotidiano, delimitada no desenho do projeto ao grupo doméstico do jovem. Esse escopo de atuação da equipe multidisciplinar tornou as demandas mais complexas e as multiplicou exponencialmente, ainda mais considerando que cada núcleo do projeto tinha, em média, cem participantes. Para abordar a complexidade dessas demandas e seus efeitos práticos, recorrerei uma última vez ao ofício para apresentar um pouco da trajetória de uma jovem participante do Protejo.

Cumpre-nos informar neste relatório algumas dificuldades enfrentadas na implementação do Projeto Protejo/PRONASCI nos territórios de paz [...] Um fato recente, ocorrido no território de Tancredo Neves nos últimos dias, envolvendo uma jovem de 17 anos [...] vítima de violência policial, por três vezes. Na primeira vez houve arrombamento da casa onde morava sozinha no bairro de Tancredo Neves por parte dos policiais Civis e da Rondesp,

neste dia ela estava acompanhada pelo parceiro [...] Em seus relatos a vítima frisa que foi agredida brutalmente com socos, pontapés e com choques elétricos. Os policiais envolvidos nessas agressões pediram a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para deixá-los vivos [...] Em meio ao espancamento, um policial encontrou nos pertences da jovem *o cartão do PRONASCI com o seu nome e a camisa do projeto. Ela associa o fato da agressão ter sido interrompida à descoberta do cartão*, uma vez que um dos policiais tinha conhecimento do PRONASCI através de sua presença no evento do Território de Paz no bairro de Narandiba [...] Por fim, houve nova invasão da residência da jovem nos dias 20 e outra no dia 23 de novembro, em busca de [seu namorado]. Na ocasião houve agressões por parte da polícia mais uma vez (Instituto Anísio Teixeira, 2009 – grifos meus).

Órfã, aos 17 anos residia sozinha em um imóvel precário alugado com uma mesada enviada por uma tia que residia no Rio de Janeiro. À época do Protejo, namorava com um pequeno traficante do bairro. Ela não tinha qualquer envolvimento com atividades ilícitas. Formavam um casal “em situação de risco”, com direitos ameaçados e outros violados, assim como muitos nas periferias. Esse relacionamento esteve na origem das seguidas invasões policiais à sua residência e dos episódios de extorsão do casal mediante sessões de espancamento e ameaça. A perseguição começou quando ele se tornou suspeito de ter participado de um tiroteio no bairro que, infelizmente, teve como vítima fatal uma criança de dois anos de idade. Procurado pela polícia, adotou a casa da namorada como esconderijo, onde foi descoberto e, junto com ela, agredido e extorquido sob ameaças de prisão e morte. Desde então, sua residência passou a ser alvo de seguidas investidas dos policiais em busca do seu namorado, que se refugiou em outro local. Acuado pela perseguição física e psicológica dos policiais, a jovem tentou se abrigar junto ao namorado, quando foi acusada de ter denunciado ele à polícia e, por esse motivo, seriamente agredida. A razão para tanto: a participação no Protejo. Sem alternativas, a jovem, por fim, solicitou apoio da coordenação e da equipe multidisciplinar do projeto. Com sua integridade física sob duplo risco, “[f]oram adotadas as seguintes providências: contatos com a SSP [Secretaria de Segurança Pública], Casa Civil, SJCDH [Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos], Conselho Tutelar, em todos os casos as orientações recebidas não asseguravam à jovem a proteção do Estado” (SEC, 2009). As instituições públicas acionadas nesse primeiro momento não foram capazes de garantir os direitos da jovem “em situação de risco”, aliás, um dos mais básicos, o direito à integridade física.

Lamentavelmente, a peleja da jovem não parou aí. Encaminhada ao serviço médico para tratar dos ferimentos causados pelas agressões sofridas, descobriu estar grávida. Notícia seguida, poucos dias depois, por outra: seu namorado foi, enfim, apreendido. Menor de idade, órfã, grávida, desamparada, isto é, “em vulnerabilidade social”, sua situação de penúria seria agravada com o nascimento do rebento. Diante disso, a equipe multidisciplinar decidiu procurar e entrar em contato com a família do jovem “em conflito com a lei”, no intuito de obter seu apoio durante a gravidez e, posteriormente, para criar a criança. Nessa tarefa, contaram com o apoio de uma assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que já conhecia a família do jovem em razão dos problemas ocasionados pelo seu histórico de envolvimento em atos criminosos. Apesar dos esforços envidados, a família recusou assumir qualquer tipo de responsabilidade sobre o futuro membro. Há muito tempo já haviam “perdido a esperança” quanto ao futuro do filho e, por esse motivo, romperam definitivamente os vínculos, sendo que esta não foi uma decisão unilateral, o próprio jovem também havia optado por se distanciar para levar uma vida própria apartada do núcleo familiar. Não sendo sua primeira apreensão, o jovem já tinha passagens pelas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASE)<sup>12</sup> por diversas infrações. Outras iniciativas da equipe do Protejo, entretanto, surtiram o efeito desejado. Conseguiram garantir no serviço de saúde o acompanhamento pré-natal da jovem e a designação de um agente comunitário para realizar visitas *in loco*. Em parceria com uma instituição da sociedade civil, a Voluntárias Sociais da Bahia<sup>13</sup>, incluíram-na no programa Jovem Aprendiz, por meio do qual realizou capacitação profissional e estágio remunerado.

A narrativa sobre os percalços da jovem é marcada por um subtexto, por vezes manifesto, mas que deve ser evidenciado e desdobrado para complementar os argumentos até aqui desenvolvidos. Refiro-me, especificamente, à dimensão normativa presente no objetivo de promover a cidadania entre os jovens atendidos, isto é, o ideal de igualdade jurídico-política. A cidadania como meta não é uma particularidade do Protejo, e está presente em muitas ações de prevenção da violência e criminalidade voltadas para os jovens das periferias. Sua plena realização por meio da promoção da proteção integral é, como argumentado

---

12 Os CASE são instituições onde os adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional cumprem medida socioeducativa de internação e aguardam a decisão judicial em internação provisória. Fortuitamente, o CASE Salvador está localizada no mesmo bairro onde os personagens da história relatada residiam.

13 A instituição Voluntárias Sociais da Bahia é uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, que tem a peculiaridade de ser sempre presidida pela Primeira Dama do Estado.

anteriormente, inalcançável, pelo menos, no âmbito restrito do projeto. Talvez fosse mais correto, nesse caso, dizer “proteção mínima”. Isso, contudo, não impede de reconhecer o mérito de atenuar problemas de acesso aos direitos básicos e de tornar o “direito a ter direitos” mais tangível. Embora não seja plenamente realizável, o ideal normativo de igualdade, presente na noção de cidadania veiculada por meio das atividades do projeto, é uma matriz prático-discursiva essencial à compreensão das dinâmicas e interações entre os distintos atores sociais retratados nos exemplos desta seção. O discurso normativo do direito foi diversas vezes mobilizado nas discussões e controvérsias, nas negociações e disputas, sobre o funcionamento do Protejo. Assim, justamente por ser um componente fundamental à conformação do debate público sobre os “jovens de projeto”, torna-se objeto dessas negociações e disputas.

Ambos os termos, “jovem em situação de vulnerabilidade social” e “jovem como sujeito de direitos”, quando atualizados pelos projetos de prevenção, produzem, ainda, outro efeito adverso, de extrema relevância para a distribuição da legitimidade política nas periferias, decorrente dos recortes populacionais empregados para delimitar seu público-alvo. Tais recortes são produzidos, fundamentalmente, pela classificação de determinada população com base em critérios cristalizados em terminologias e categorias de nomeação. No caso em questão, essa engenharia estatal procede pela imbricação dos “focos” etário, social e territorial. Ao critério etário são sobrepostos enunciados qualificativos (“vulnerabilidade social”, “em situação infracional ou em conflito com a lei”, “cumpridores de medida socioeducativa” etc.), com o propósito de estabelecer uma diferenciação interna aos próprios jovens em função do risco potencial que representam e, dessa forma, classificá-los e distribuí-los ao longo de um *continuum* assistencial-repressivo de práticas governamentais com suas distintas dosagens de proteção e controle social (Feltran, 2014: 502-503). Dentro desse espectro, haveria aqueles mais aptos, mais qualificados, ou menos desqualificados, para serem incluídos nos projetos de prevenção, na expectativa de retirá-los do (ou do caminho para o) “mundo do crime”. A própria narrativa institucional reconhece e constitui “um lado de dentro e um lado de fora da vida social” (Feltran, 2014: 501) – “risco de ser levado para o mundo do crime”, “retirar o jovem da rota criminal [...] recuperando-os para a cidadania” –, cujas fronteiras demarcam e regulam a distribuição da legitimidade política, em termos do “direito a ter direitos”, de forma francamente dissonante da universalidade pressuposta na noção de cidadania.

Nem todos estão aptos a se tornar “sujeito de direitos”, uns merecem, outros não (Das; Randeira, 2015: 04). Para um, proteção social, para outro, controle repressivo. Essa valoração seletiva, operada nos recortes das políticas públicas,

por sua vez, só é possível mediante a essencialização do seu público-alvo, captada exemplarmente pela fórmula comumente propalada de “disputar menino a menino com o tráfico” (Soares, 2006: 515), como se a criminalidade fosse o destino inexorável dos “jovens vulneráveis” nas periferias caso não participem de um projeto social ou similar. As expressões “jovens em situação de vulnerabilidade social”, “egressos do sistema prisional”, “cumpridores de medidas socioeducativas”, dentre outras, apesar de figurarem nas narrativas institucionais como categorias descritivas da “realidade” social, na prática, vinculam grupos de indivíduos a um conjunto de enunciados valorativos materializados em corpos, trajetórias e locais de moradia. Na gramática da “nova” segurança pública, de forma similar à gramática dos países boreais do planeta Tlön, o “substantivo é formado pelo acúmulo de adjetivos” (Borges, 2007: 20).

Resumidamente, com base nesses breves exemplos, temos o seguinte quadro. O “jovem vulnerável”, que deveria ter seus direitos restituídos ou garantidos, torna-se um criminoso ou delator em potencial aos olhos de policiais e traficantes, respectivamente, ampliando sua vulnerabilidade. Quando suas demandas são traduzidas para a linguagem dos direitos e conseguem ascender ao mundo público das instituições que compõem a rede de proteção social, florescem obstáculos atribuídos às “particularidades de jovens expostos a situações de vulnerabilidade e conflito com a lei”, que transformam, na melhor das hipóteses, o propósito de “proteção integral” em “proteção mínima” (Feltran, 2011: 329). Ao mesmo tempo que incorporam a cidadania como mote para suas ações preventivas, esses projetos estabelecem critérios de seleção que dividem determinada população entre aqueles que merecem ter suas trajetórias inscritas no registro dos direitos e os que devem permanecer à sua margem. Paradoxalmente, a atualização da universalidade do “direito a ter direitos”, por meio dos projetos de prevenção à violência e à criminalidade, não cessa de repor a própria clivagem que deseja eliminar, aquela entre o “mundo social” e seus “sujeitos de direitos”, e o “mundo do crime” e seus “não-cidadãos”. A questão que se coloca é: como compreender esses e outros efeitos produzidos pelos projetos de prevenção à violência e à criminalidade sem recorrer a explicações contrafactuais que situam os elementos normativos das políticas públicas no plano analítico, enquanto operadores conceituais, a exemplo da cidadania?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESBOÇO DE UMA ABORDAGEM TÓPICA

Nesta seção, pretende-se esboçar os contornos de uma abordagem tópica da refração *in situ* de macroprocessos sócio-institucionais, isto é, os contornos

gerais de uma proposta de análise dos efeitos práticos dessas políticas e projetos na dinâmica social local e nas trajetórias dos/das jovens que compõem seu público-alvo. O delineamento do que pode vir a constituir uma abordagem tópica sobre as políticas públicas de segurança e, em especial, os projetos de prevenção à violência, é guiado pelo propósito de contribuir para o desenvolvimento de um aparato analítico voltado para compreensão de como os jovens experimentam, adaptam e transformam suas vidas no cotidiano, não obstante as, por meio das ou ao longo das tecnologias de poder que se imiscuem nas suas trajetórias, reconhecendo, evidentemente, seus efeitos na conformação de suas existências. Igualmente fundamental é compreender como as situações tidas como problemáticas (violências, desigualdades, limites de oportunidades e possibilidades, escolaridades etc.), que constroem a vida desses jovens, muitas das quais associadas a macroprocessos sociais, são, de fato, vivenciadas. A aposta deste artigo é na capacidade criativa das pessoas, na sua imaginação e nos seus experimentos cotidianos; no modo como criam saídas, constroem seus caminhos e desenvolvem estratégias para lidar com as adversidades (Biehl, 2016: 418).

Ao propor uma abordagem “tópica”, busco efetuar uma rotação no enquadramento do tema, distanciando-me da perspectiva institucional-normativa em direção ao plano societário. Tal escolha teórico-metodológica tem por objetivo direcionar o foco analítico para as refrações locais produzidas por meio da inscrição de uma política pública de segurança na vida social local e nas trajetórias daqueles que constituem seu público-alvo. O deslocamento da análise para o plano societário põe em primeiro plano a tarefa de compreender os efeitos da inscrição da gramática da “nova” segurança pública no tecido social local. Nesse registro, torna-se necessário reconhecer a existência de múltiplas matrizes prático-discursivas emanadas de distintas esferas da vida social local, igualmente relevantes – em suas convergências e divergências, disputas e tensões – para a abordagem ora proposta. Indubitavelmente, a difusão da gramática da “nova” segurança pública alterou, em alguma medida, a percepção coletivamente construída dos problemas públicos, no caso, da relação entre juventude e violência. Por outro lado, não obstante sua difusão local, os moradores dos locais onde o projeto foi implementado têm também por referência outras matrizes prático-discursivas, a exemplo daquelas oriundas da família, trabalho, religião, grupo de pares, crime, dentre outras. Essas “gramáticas locais” são, do mesmo modo, mobilizadas estrategicamente pelos moradores para dar conta de distintas situações da vida cotidiana, incluindo aquelas sobre as quais o presente artigo se debruça, e compõem, juntamente com a gramática da “nova” segurança pública, um mosaico de recursos simbólicos, produzido e transformado por meio de

práticas sociais situadas. Por isso, é imprescindível assentar a análise sobre o plano societário e, desse modo, examinar *in situ* os modos múltiplos pelos quais os moradores assimilam e acomodam, inventam e distorcem, utilizam ou recusam significados no mundo da vida cotidiana.

Ademais, ao incluir nesse registro analítico as “gramáticas locais”, evita-se subsumir a polissemia das categorias mobilizadas às leituras monolíticas alheias aos significados construídos pelos atores e à concretude de suas práticas sociais, ao passo em que faz emergir disputas de significado desencadeadas nos usos situacionais da vida cotidiana. A expressão “jovem em situação de vulnerabilidade social”, para uns, pode indicar um sujeito que deve ter seus direitos assegurados ou um “jovem em conflito com a lei”. Já para outros, um “drogado”, “sacizeiro”, ou, ainda, “menor de rua”, como também um filho, amigo, vizinho. Sem dúvida, os significados mobilizados por essa expressão não são, necessariamente, os mesmos e, frequentemente, tornam-se objeto de disputas. Em todo caso, é sobre esses “desentendimentos” e “dissensos”<sup>14</sup> (Rancière, 1996; 2010) que se assenta a experiência vivida por inúmeros jovens nas periferias urbanas do Brasil e, por conseguinte, é sobre eles também que deve se pautar boa parte do esforço de pesquisa a ser empreendido. Nas palavras de Alba Zaluar:

Dois falantes nunca se entendem completamente nem nunca concordam inteiramente, e é a continuidade desse hiato que permite a permanência do diálogo [...] As etnografias foram, de fato, o registro do fluxo e refluxo da comunicação entre atores, dos seus desentendimentos, desconhecimentos e incompreensões mútuos (1994a: 24-25).

As disputas de significados, salpicadas por desentendimentos, dissensos e hiatos, dizem respeito, fundamentalmente, aos conflitos em torno das categorias de classificação do mundo. No que concerne a este artigo, interessam, sobretudo, aquelas mobilizadas para efetuar a marcação social da diferença entre indivíduos e grupos, que se multiplicam ao nível local em razão da coexistência e interação entre distintas matrizes prático-discursivas. Aquelas difundidas

14 Nos termos de Rancière, o desentendimento é “[...] um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura” (1996: 11). Já o dissenso: “[...] *is not a conflict of interests, opinions or values; it is a division inserted in ‘common sense’: a dispute over what is given and about the frame within which we see something as given [...]* This is what I call *dissensus: the putting of two worlds in one and the same world*” (2010: 69).

pelos recortes populacionais das políticas públicas, por meio das quais se opera a regulação e a mediação da legitimidade em termos de cidadania, convivem e interagem com categorias nativas e seus parâmetros próprios de legitimidade. Conseqüentemente, a análise dos modos de marcação social da diferença deve abarcar tanto as figurações públicas quanto as inscritas no próprio tecido social local (Feltran, 2010), sem perder de vista as mútuas transformações derivadas das interações entre ambas. Sigo, nesse ponto, a sugestão de Alba Zaluar para o estudo dos impactos locais da criminalidade, transpondo-a ao tema das políticas públicas de segurança: “Ao invés de categorizá-las de fora, procuro perceber como estas práticas se misturam e constituem, com outras, a vida social local” (1994b: 14).

Em franco contraste com a análise institucional-normativa, que enquadra o tema das políticas públicas de segurança sob a ótica da expansão da cidadania e da modernização das instituições do sistema de justiça penal, a abordagem tópica tem como ponto de partida os significados atribuídos pelos atores sociais às suas ações e o seu trânsito entre distintas “províncias de significado” (Schutz, 2012). Digo ponto de partida, pois o foco nas orientações valorativas e cognitivas da ação intencional deve, em seguida, dar lugar ao exame dos efeitos “perlocucionários” (Austin, 1990) dos significados nas práticas sociais. A ênfase se desloca, portanto, para a produção de sentidos. Resumidamente, advogo a necessidade de dar um passo para além dos significados – sem, contudo, abandoná-los – e indagar sobre os distintos efeitos (sentidos) produzidos pelas disputas de significados entre os atores sociais. Esse enquadramento teórico-metodológico visa fornecer os subsídios necessários para compreender os efeitos da inscrição de uma política pública de segurança na vida social local e nas trajetórias dos/das jovens que compõem seu público-alvo, prestando particular atenção aos modos de marcação social da diferença utilizados para regular e mediar a distribuição da legitimidade política. Ocupar-se dos efeitos produzidos pela inscrição local de uma política pública de segurança é, também, uma estratégia para incluir sua dimensão normativa na pesquisa, sem, contudo, alocá-la no plano analítico enquanto parâmetro por meio do qual seria possível avaliar sua implementação. Desta feita, a cidadania, tal qual veiculada pela gramática da “nova” segurança pública, é incorporada ao objeto de estudo como mais uma matriz prático-discursiva da vida social local a ser compreendida, tão normativa quanto as outras (Feltran, 2010).

Da proteção integral à proteção mínima, delinea-se, no horizonte dos episódios descritos ao longo do artigo, a centralidade das categorias utilizadas

para caracterizar e circunscrever o público-alvo do Protejo e os efeitos práticos produzidos pela sua enunciação em contextos de interação, quando distintos atores sociais travam disputas, explícitas ou latentes, silenciosas ou ruidosas, em torno dos seus múltiplos significados. Ao descrever os eventos com base nesse ponto de vista, espero que a dimensão eminentemente política dessas disputas tenha sido evidenciada, uma vez que elas circunscrevem dentro de uma população mais ampla aqueles que teriam o “direito a ter direitos”. Ademais, se são políticas, as disputas não se reduzem ao plano discursivo, pois, como dito, produzem consequências práticas que interferem diretamente no cotidiano e na conformação das experiências dos jovens. Por conseguinte, além do plano relativo à produção de sentidos, é fundamental reservar atenção também para as relações estratégicas (de poder) estabelecidas entre os diferentes atores sociais.

A distinção entre as dimensões da produção de sentidos e das relações estratégicas, enquanto um recurso analítico, apenas opera recortes distintos na mesma realidade fenomênica para melhor compreendê-la. Mas, isso não deve, de forma alguma, obscurecer sua pressuposição recíproca. Se, por um lado, a produção de sentidos opera efeitos práticos na vida social, ela é uma dimensão constitutiva das relações estratégicas estabelecidas entre distintos atores, individuais ou coletivos. Por outro, se as relações estratégicas envolvem, também, a disputa de significados, não é possível compreendê-las sem analisar a produção de sentidos. No que concerne à proposta de uma abordagem tópica das políticas de segurança pública, a imbricação entre produção de sentidos e relações estratégicas propicia uma via para compreender os conflitos em torno da regulação e mediação do acesso aos direitos e da constituição das fronteiras entre “sociedade” e “crime”. Ademais, considero que a perspectiva analítica aqui esboçada constitui um ponto de vista privilegiado para o estudo das limitações, ambivalências e paradoxos presentes nos projetos de prevenção da violência e da criminalidade, assunto que não passou totalmente despercebido pela academia, mas recebeu pouca atenção até o momento, apesar da sua relevância.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. *Avaliação do programa Abrindo Espaços na Bahia*. Brasília: Unesco, Observatório de Violências nas Escolas, Universidade Católica de Brasília, Unirio, 2003.

- AQUINO, Jania; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. São Paulo, v. 84, 2018, pp. 107-147.
- AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.
- BARBOSA, Jorge Luiz; DIAS, Caio Gonçalves (Org.). *Solos culturais*. Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2013.
- BEATO, Claudio. *Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.
- BEATO, Claudio. *Crime e cidade*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.
- BEATO, Claudio; PEIXOTO, Betânia. Há nada certo. Políticas sociais e crime em espaços urbanos. In: SENTO-SÉ, João Trajano. *Prevenção da violência: papel das cidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 163-202.
- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 51, n. 2, 2016, pp. 413-449.
- BORBA, Francisco (Org.). *Dicionário Unesp de português contemporâneo*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Planalto*, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- BRASIL. Medida Provisória n. 384, de 20 de agosto de 2007. *Planalto*, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Mpv/384.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/384.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- BRASIL. Lei Federal n. 11.707, de 19 de junho de 2008. *Planalto*, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- CAMPOS, Marcelo; ALVAREZ, Marcos. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000 - 2016). In: MICELI, Sergio; MARTINS, Benedito (Org.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017, pp. 143-213.
- CASTRO, Mary. *Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza*. Brasília, Unesco, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, BID, 2001.
- CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília, Conjuve; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

- DAS, Veena; RANDEIRA, Shalini. Politics of the urban poor: aesthetics, ethics, volatility, precarity. *Current Anthropology*. Chicago, v. 56, n. S11, 2015, pp. S3-S14.
- DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria (Org.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Peirópolis, 2011, pp. 139-161.
- FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 53 n. 2, 2010, pp. 565-610.
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora UNESP, 2011.
- FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 495-512.
- FERNANDEZ, Juan Carlos et al. (Org.). *Juventude e segurança: projeto Osasco*. São Paulo, Aderaldo & Rothschild, Cepedoc Cidades Saudáveis, 2010.
- FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Os direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 10, 1999, pp. 83-121.
- FREIRE, Moema. Paradigmas de segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. *Aurora*. São Paulo, ano III, n. 5, 2009, pp. 49-58.
- FREITAS, Maria; PAPA, Fernanda (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo, Cortez, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GOMES, Romeu et al. Êxitos na prevenção da violência. Rio de Janeiro, Fiocruz, Ensp, Claves, Hucitec, 2010.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Contexto, 2016.
- INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA. *Ofício n. 894*, de 26 de novembro de 2009.
- KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil*. New York, Basic Books, 1988.
- LANNES, Fernando; EDMUNDO, Kátia; DACACH, Solange. *Sistematização de experiências de prevenção à violência contra jovens de espaços populares*. Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2009.
- LEEDS, Anthony. Poder local em relação com instituições de poder supralocal. In: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2015, pp. 63-94.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008, pp. 35-45.
- MADEIRA, Lígia; RODRIGUES, Alexandre. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2015, pp. 03-21.

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Segurança com cidadania*. Brasília, Ministério da Justiça/ Editora Abril, 2008.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Um novo paradigma para segurança pública*. Brasília, Ministério da Justiça, 2009.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Diretrizes nacionais Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo*. Brasília, Ministério da Justiça, 2013.
- PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria (Org.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Peirópolis, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus: on politics and aesthetics*. London, Bloomsbury, 2010.
- ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- SCHUTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.
- SENTO-SÉ, João Trajano. O discurso público sobre violência e juventude no Rio de Janeiro. *Lusotopie*, v. 2, 2003, pp. 01-21.
- SENTO-SÉ, João Trajano. A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: apontamento para um programa de pesquisa. *Dilemas*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 2011, pp. 501-521.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo. Segurança municipal no Brasil: sugestões para uma agenda mínima. In: SENTO-SÉ, João Trajano. *Prevenção da violência: papel das cidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 15-44.
- SOARES, Luiz Eduardo. Um decálogo para a segurança pública. In: SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006, pp. 515-518.
- SOARES, Luiz Eduardo. Identidade em obras II: adolescência e a problemática ardilosa das ‘causas’ da violência. In: SOARES, Luiz Eduardo; BILL, Mv; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2015, pp. 208-211.
- SOUZA, Robson. *Quem comanda a segurança pública no Brasil?* Belo Horizonte, Letramento, 2015.
- WASELFSIZ, Julio; MACIEL, Maria. *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação do impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro*. Brasília, Unesco, 2003.
- ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo, Unicamp/Escuta, 1994a.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, UFRJ/Revan, 1994b.
- ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, 1999, pp. 15-107.

Recebido em: 21/02/2018

Aprovado em: 01/08/2020

**Como citar este artigo:**

MARTINS, Rafael Losada. Esboço de uma abordagem tópica das políticas públicas de segurança e dos projetos de prevenção à violência. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 313-342.



## A imagem da raça: negro pode ser “autoridade”?

Renato Ribeiro Martins Cal<sup>1</sup>

Luis Fernando Cardoso e Cardoso<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo discute a ideia de raça e examina como essa ideia foi construída e apreendida pelo Estado moderno, que naturalizou o racismo, assimilando algo que, à primeira vista, seria antidemocrático, à luz da democracia. A metodologia usada foi eminentemente bibliográfica, com apoio na construção conceitual de biopoder, de Foucault, e de necropoder, de Mbembe, e na matriz complexa da teoria decolonial, teorias que usualmente são abordadas separadamente, mas que formam um robusto substrato para desvelar a questão racial. O objetivo é demonstrar o “peso” da raça e como sua significância é capaz de intervir em aspectos essenciais da vida de qualquer indivíduo, atribuindo-lhe predicados ou associando-o a elementos pejorativos que alteram substancialmente a percepção em relação aos marcados racialmente.

**Palavras-chave:** Raça; Estado; biopoder; necropoder; decolonialidade.

### THE RACE IMAGE: BLACK CAN BE “AUTHORITY”?

1 Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Brasil - renatormartinscal@hotmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5002-4850>.

2 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Brasil - luiscardt@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9384-1498>.

**Abstract:** *This paper discusses the idea of race and examines how this idea was constructed and apprehended by the modern state, which naturalized racism, assimilating something that at first sight would be undemocratic in the light of democracy. The methodology used was eminently bibliographical, supported by the conceptual construction of Foucault’s biopower and Mbembe’s necropoder and the complex matrix of decolonial theory, theories that are usually approached separately, but which form a robust substrate to unveil the racial issue. The aim is to demonstrate the “weight” of the race and how its significance is capable of intervening in essential aspects of any individual’s life, by attributing it to predicates or associating it with pejorative elements that substantially alter perception in relation to racially marked ones.*

**Keywords:** *Race; State; biopower; necropower; decoloniality.*

## Introdução

Desde a colonização dos novos continentes pelos países europeus, o conceito de raça tem sido um problema teórico e social. No plano teórico, surgiram fundamentações científicas que assumiram as diferenças entre os povos “descobertos”, criando-se um sistema de classificação racial. Já no plano social, a classificação “científica” migrou para a vida cotidiana e assim gerou imaginários sobre as potencialidades morais e intelectuais dos racializados. Esses aspectos demarcaram a posição de tais sujeitos na estrutura social ao longo da história moderna. Por outro lado, essas questões não nos deixam perder de vista a importância das discussões raciais e de seus efeitos na sociedade brasileira.

O Estado moderno reduziu o negro e outros sujeitos racializados a mercadoria (Mbembe, 2014). Esse processo se estende ao presente, com variações, em práticas antidemocráticas (racismo). Ser cidadão nas democracias contemporâneas requer a propriedade da “branquitude” (Bell, 1988), sendo esta a colocação da superioridade branca de forma pretensamente neutra, tudo com o auxílio da “ciência”, servindo como um véu que camufla a distribuição assimétrica de privilégios lastreada em aspectos raciais. Ser branco possui um sentido substancial.

Diante disso, o Estado contemporâneo está longe de ser um elemento indiferente à percepção de raça, pelo contrário, ele está entre um dos seus maiores apropriadores (Mbembe, 2014). O negro é colocado na estrutura social como um *não ser*, sujeito à estrutura de desigualdade produzida e reproduzida politicamente (Bell, 1988; Fanon, 1983). O tipo europeu foi construído como indivíduo ideal para ocupar cargos de poder (branco, homem e heterossexual),

enquanto o negro é relegado à condição de incapaz (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Várias questões relacionadas à situação da população negra foram tratadas por Telles (2014), Monk Jr. (2014), Saboia e Saboia (2009), Kizer (2017), Wacquant (2005) e Campos e Machado (2014), mas persiste a necessidade de entender a relação entre Estado e racismo (Bell, 1988; Foucault, 2005; Mbembe, 2006) para compreendermos a estrutura da desigualdade no Brasil.

Abordamos, então, em um primeiro momento do artigo, a relação entre Estado e racismo, para evidenciar como o Estado incorpora o conceito de raça à sua estrutura, na qual a cidadania requer a propriedade da “branquitude” (Mbembe, 2006). Posteriormente, analisamos a lógica desvelada pela teoria decolonial e como a colonialidade e a modernidade obscurecem a reflexão a respeito dos efeitos da racialização, colocando em questão sua própria existência, mesmo diante de diversos indicadores que comprovam que as piores condições de vida social são destinadas àqueles de pele mais escura (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Neste ponto, é importante salientar que, ao utilizarmos diversas teorias, como racismo de estado; necropolítica e decolonial, não podemos esquecer que elas gravitam em torno de núcleos comuns: os privilegiados e os subalternizados. Os dois núcleos foram construídos historicamente, com auxílio da “ciência”. Os subalternizados são definidos como sujeitos indesejáveis, criminosos e marcados racialmente. Os privilegiados, por outro lado, são marcados como sujeitos éticos e moralmente corretos. Essas construções se adequam, perfeitamente, à lógica de branquitude, enquanto sistema complexo que associa raça e privilégio de forma naturalizada.

Discutimos, em seguida, a percepção da inexistência de racismo no Brasil e observamos que a falsa impressão de inexistência de racismo no Brasil resulta de uma comparação com países que adotavam políticas oficiais de separação racial. Na verdade, trata-se de outra roupagem, pois o Estado incorporava mecanismos de diferenciação racial que, apenas, não eram tão evidentes. A lógica de subalternização racial, em um meio marcado por um sistema segregacionista ou por um racismo acobertado, possui um núcleo duro: o indivíduo negro está situado na parte inferior da pirâmide social, sendo-lhe negada uma perspectiva plena de vida.

A pesquisa, por fim, está inserida no debate sobre a ideia de raça, apontando como ela contribuiu para a manutenção de estruturas de desigualdade, nas quais indivíduos brancos são alçados à condição de cidadãos e usufruem os

benefícios da raça, o que inclui a percepção de que são adequados para ocupar postos de poder, enquanto aos negros resta o ônus racial.

## O Estado racista e a branquitude como base do poder

*É importante compreender que a lógica racial foi incorporada paulatinamente ao Estado, de forma que o racismo enquanto elemento de estratificação social, longe de ter sido aniquilado com o passar do tempo, recebeu roupagem mais discreta, que busca camuflar sua existência. Por isso, no presente tópico, será abordada a incorporação do racismo ao Estado moderno, desvelando-se como a raça se transmutou em estrutura de estratificação social.*

Paralelamente aos sistemas de dominação e de escravidão, desenvolveu-se um sistema de distribuição assimétrica de benefícios de todas as ordens, públicas e privadas, concedendo-se aos brancos, representantes de um grupo racial privilegiado, todos os ganhos, e a hierarquia racial era albergada pela Lei (Harris, 1993).

Contudo, segundo Harris (1993), não foi com a ideia de raça isoladamente que ocorreu a construção da lógica de subordinação negra. Essa lógica se impõe a partir do momento em que se atrela à percepção de raça e de propriedade, servindo para a criação e a manutenção de uma subordinação racial e econômica, algo que Mbembe (2006), quando trata da transformação do homem negro em objeto de mercancia, aborda sensivelmente.

A raça, a despeito do que se possa argumentar, está longe de ser um mito. Por certo, biologicamente, a divisão em raças é algo impensável e majoritariamente refutado no âmbito científico atual, mas negar a existência da construção social em torno da ideia de raça seria ignorar a realidade de diversos cenários (Olson, 2004).

A construção de identidades raciais foi associada à lógica de estratificação social, em que o negro resta ligado à percepção de "escravo" e todas suas consequências negativas, enquanto o branco angariou a condição de livre e detentor de predicados. Tal dicotomia é elemento marcante para a construção social de raça (Harris, 1993).

O surgimento de hierarquias raciais<sup>3</sup> se deve a uma pseudoneutralidade, segundo a qual a associação da raça ao privilégio decorreria de questões

---

3 A hierarquização racial também está presente na percepção de racismo, segundo Foucault (2005). A primeira função do racismo seria a segregação e a hierarquização racial pela quebra do contínuo biológico.

científicas, ligadas, principalmente, à medicina e à psiquiatria (Foucault, 2005). Cabe reproduzir o que diz Harris (1993: 1738, tradução nossa):

A lei se baseava em definições limitadas, objetivas e científicas de raça – o que Neil Gotanda chamou de “raça histórica” – para construir a branquitude não apenas como raça, mas como raça mais privilégio. Fazendo a raça determinante e o produto da racionalidade e da ciência, as posições dominantes e subordinadas na hierarquia racial foram disfarçadas como produto da lei natural e da biologia, e não como preferências nuas<sup>4</sup>.

A raça funciona como um sistema político com sua própria lógica e suas relações de poder, em que grupos raciais são hierarquizados, sendo a um concedido tratamento privilegiado, enquanto para os demais persiste a subordinação (Olson, 2004).

A raça é muito mais do que um aspecto secundário no âmbito das relações sociais ou um elemento politicamente neutro decorrente de fatores meramente objetivos. É uma forma de controle político, que estabelece a própria construção conceitual de cidadania, em que brancos são cidadãos e negros não.

A raça constitui importante estrutura de desigualdade, em que não raro a questão de classe é manejada com o intuito de encobrir o racismo, permanecendo este longe dos holofotes e, por consequência, perpetuando suas externalidades negativas (Bicudo, 2010).

Demonstrando a importância da raça, Foucault (2005), quando disserta a respeito do advento daquilo que denomina “biopoder”<sup>5</sup>, trata da lógica racial a serviço do Estado moderno, em que o racismo assume duas funções básicas: a primeira, ligada à fragmentação do contínuo biológico (hierarquização racial); a segunda, destinada a criar uma relação beligerante entre as diversas raças, na qual a vida da raça superior depende da eliminação da degenerada.

O antigo direito do soberano (de vida e de morte) passa a ser exercido modernamente pelo Estado com a escusa do racismo, que torna aceitável tirar a vida de alguém (Foucault, 2005). Portanto, ser branco vai muito além da coloração da derme, do mero fenótipo; constitui uma escolha política (Harris, 1993)

4 No original: “The law relied on bounded, objective, and scientific definitions of race – what Neil Gotanda has called “historical race” – to construct whiteness as not merely race, but race plus privilege. By making race determinant and the product of rationality and science, dominant and subordinate positions within the racial hierarchy were disguised as the product of natural law and biology rather than as naked preferences”.

5 O biopoder constitui um segundo nível de controle cujo alvo são eventos de repercussão massificada (regulação). Seu objeto é o homem espécie, o corpo coletivo, o que, como ressaltou Foucault, não exclui a tecnologia de poder pretérita voltada para o homem indivíduo (disciplina).

que afeta sensivelmente o acesso a benefícios públicos e privados potencialmente alcançáveis a curto ou a longo prazo. Ser branco está diretamente relacionado com as chances de sobrevivência em sociedades organizadas de acordo com a lógica da supremacia branca, que afeta substancialmente aspectos críticos da vida humana (Harris, 1993).

A lógica democrática, ao contrário do que se pode superficialmente imaginar, não foi concebida para combater a desigualdade racial, apesar da percepção atual que rapidamente associa a racialização a um elemento antidemocrático.

É interessante observar que a ideia de democracia manteve em sua base a hierarquia racial (Olson, 2004<sup>6</sup>). O Estado, longe de afastar a ordenação de raças, incorpora-a, deixando à própria sorte os “indesejáveis”, exercendo seu direito de vida e de morte (Mbembe, 2006).

É interessante ressaltar que o racismo como elemento legitimador do direito de morte não se resume ao assassinato, quer dizer, a um *fazer morrer* abruptamente pela violência explícita, mas implica um *fazer morrer* indireto (Foucault, 2005).

Ante à incorporação simbiótica de práticas raciais pelo Estado, na tentativa de manter a ordem já posta, é difícil perceber o advento de políticas verdadeiras, tendentes a combater a discriminação racial, a combater a base que sustenta o poder (LeMelle, 1971).

Nesse sentido, Mbembe (2006), fazendo uso da construção de biopoder de Foucault, desenvolve o conceito de “necropolítica”, que, em suma, mostra a inexistência da neutralidade estatal, asseverando a promoção de uma política de morte em larga escala que visa aqueles indivíduos que não atendem às demandas do capital. Indivíduos que inegavelmente são marcados racialmente.

---

6 O autor evidencia, no caso estadunidense, que os movimentos contra negros e em favor da manutenção de uma linha de cor conformaram a lógica democrática. Em outras palavras, a subordinação racial compunha a ideia de um tipo de democracia e servia para a consolidação da ideia de cidadania. Afirma Olson (2004:32, tradução nossa): “As turbas viram os motins anti-Negros como absolutamente democráticos, quer envolvessem culpar os negros ou destruir impressos abolicionistas. A questão, então, não é se os manifestantes brancos eram democráticos, mas em que tipo de democracia eles acreditavam, praticavam e pela qual lutavam. Motins e outros atos de opressão racial serviram para proteger a linha de cor. Mas essa linha era muito mais do que uma barreira que excluía certas pessoas da filiação à república ou que minava os ideais democráticos. Construíu a própria cidadania democrática”. No original: “The mobs saw anti-Black riots as absolutely democratic, whether they involved tarring Black people or smashing abolitionist presses. The question, then, is not whether the white rioters were democratic but what kind of democracy they believed in, practiced, and fought for. Riots and other acts of racial oppression served to protect the color line. But this line was much more than a bar that excluded certain people from membership in the republic or that undermined democratic ideals. It constructed democratic citizenship itself”.

A ideia de que o Estado foi construído incorporando práticas racialmente diferenciadoras pode ser retirada da construção da própria democracia<sup>7</sup>, a qual tem arrimo em duas questões: igualdade e privilégio, sendo a primeira destinada somente a uma parcela da sociedade<sup>8</sup>, que, portanto, é privilegiada em relação aos demais componentes.

Em outros termos, é erguida uma lógica democrática segundo a qual o signo de humanidade não é destinado a todos, permitindo a convivência entre elementos “democráticos” e “antidemocráticos”, fazendo com que esses últimos não sejam percebidos como tal, pois são acobertados pelo véu da neutralidade (Foucault, 2005).

Por certo, as repercussões negativas da lógica escravocrata não se encerram com o fim formal da escravidão, pois o conceito de cidadania foi construído com base na concepção de uma sociedade racializada. Com efeito, perpetua-se a lógica social de poder, que não encontra termo espontaneamente pela mera extinção formal da escravidão.

As estruturas de poder colonial e de dominação ganham uma roupagem consentânea com a formação dos Estados modernos, em que a violência é legitimada com base em um pseudoconhecimento científico e em que é permitida a formação de políticas estatais de “higiene social”, seja pela desassistência, seja pela morte institucionalizada de grupos facilmente identificáveis (Mbembe, 2006).

Nesse norte, Hilário (2016) relata que a Polícia Militar do Rio de Janeiro levou a cabo mais de 10 mil homicídios no período de 2001 a 2011, o que evidencia uma política de morte em massa que transcende o “deixar morrer indireto”, quer dizer, a morte decorrente da falta de estrutura sanitária básica ou de assistência nutricional, chegando ao genocídio legitimado dos “indesejáveis”. Parte-se do “genocídio colonizador” para a violência de vetor racial dos Estados modernos (Mbembe, 2006).

De acordo com o biopoder, os inimigos de classe passam a ser bem delineados, sendo aqueles que estão em desacordo com os padrões de normalidade, dentre os quais, o jovem negro (Ribeiro; Benelli, 2017). A eleição de um inimigo

7 A democracia não expurga a diferença racial, não a nega, mas tem nela um de seus elementos constitutivos mais fortes, que permite “legitimar” políticas de Estado tendentes a manter uma supremacia branca. Nesse sentido, sustenta Waquant (2005: 35): “Longe de ‘corroer a democracia’, como os seus críticos se queixam, estas leis reativam e atualizam um dos seus mananciais mais profundos e fazem-nos lembrar que a divisão de casta tem sido uma questão nuclear e não uma peculiaridade periférica da sociedade americana, urna característica constitutiva e não teratológica do republicanismo americano”.

8 Parcela que consubstancia a raça superior digna de um “fazer viver” (Foucault, 2005) ou, como tratou Mbembe (2006), que atende às demandas capitalistas.

e a criação de argumentos “neutros” maquiagem a lógica de destruição e de expurgação do grupo marcado pela raça que carrega a pecha de mera propriedade.

O sentido de propriedade associado ao branqueamento foi apenas “modernizado”, neutralizando a percepção de uma supremacia branca<sup>9</sup> (Harris, 1993). Isso tanto em conceitos segregacionistas quanto em sociedades construídas com base em lógicas raciais veladas, o que acentua a hierarquização racial como o núcleo duro que se desenvolveu em diferentes realidades, apesar de algumas peculiaridades.

## A colonialidade e a construção do negro

O fim formal da escravidão não foi capaz de acabar com as externalidades decorrentes de uma lógica de exploração de indivíduos despidos de sua própria humanidade.

Nesse contexto, a teoria decolonial assume extrema relevância, por revelar que a extinção formal de administrações coloniais não foi algo suficiente para pôr termo às relações de colonialidade. Acreditou-se, erroneamente, que, se passássemos de um mundo colonial (com suas relações de dominação) para um cenário pós-colonial, as antigas amarras não mais persistiriam (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

De fato, existe um mito da descolonização construído a partir de um mundo apenas formalmente descolonizado. Uma primeira descolonização teve início no Século XIX, mas não foi substancial; sem dúvida, foi incompleta, albergando tão somente a independência jurídico-política dos países periféricos.

---

9 Para Harris (1993), a “supremacia branca” – termo empregado por Frances Lee Ansley – não deve ser compreendida de maneira atomística, mas como algo que vai além da mera questão da subordinação racial de um grupo a outro, como um comportamento, por vezes pré-reflexivo, que transcende diversas esferas (tornando-se mais complexo), segundo o qual brancos ocupam a condição de grupo dominante. Esse grupo detém recursos materiais e naturaliza a condição de superioridade branca. Nas palavras de Harris (1993, 1714, tradução nossa): “Eu adoto aqui a definição de supremacia branca utilizada por Frances Lee Ansley: Por “supremacia branca”, não pretendo aludir apenas ao racismo autoconsciente dos grupos de ódio da supremacia branca. Refiro-me, em vez disso, a um sistema político, econômico e cultural em que os brancos controlam esmagadoramente o poder e os recursos materiais, as ideias conscientes e inconscientes de superioridade e direitos brancos são generalizadas e as relações de dominação e subordinação não branca são reencenadas diariamente em uma ampla variedade de instituições e ambientes sociais”. No original: “I adopt here the definition of white supremacy utilized by Frances Lee Ansley: By ‘white supremacy’ I do not mean to allude only to the self-conscious racism of white supremacist hate groups. I refer instead to a political, economic, and cultural system in which whites overwhelmingly control power and material resources, conscious and unconscious ideas of white superiority and entitlement are widespread, and relations of white dominance and non-white subordination are daily reenacted across a broad array of institutions and social settings”.

Portanto, seria necessário um segundo processo de descolonização muito mais complexo, designado pelo epíteto de “decolonialidade”. A decolonialidade significa um profundo processo de ressignificação em longo prazo, que busca alterar a hierarquia até então presente nas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero, todas incólumes quando do processo formal de descolonização (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Os elementos essenciais da conformação da hierarquia social, que produzem e reproduzem comportamentos de exclusão e de inclusão, decorrem de um momento anterior. O fator histórico, em sentido linear e uniforme, tende a obscurecer a percepção de que a questão racial age de tal forma que é capaz de despir um indivíduo de sua própria essência e de reduzi-lo a um objeto (Grosfoguel, 2012).

Cabe observar que a questão racial emerge com a “descoberta” das Américas, não em um pós-colonialismo, como se as externalidades negativas daquele período estivessem superadas.

Nesse sentido, é interessante lembrar a diferença, estabelecida por Quijano (2005), entre os termos “colonialidade” e “colonialismo”. Para o autor, o primeiro expressa uma continuidade entre os tempos coloniais e pós-coloniais (o pós-colonialismo passa a equivocada ideia de que se encerrou o período colonial e suas influências substanciais). O segundo carrega a ideia de que as relações coloniais de poder não estão limitadas aos espectros econômico-político e jurídico-administrativo (típico da existência formal de colônias), havendo, por evidente, uma dimensão cultural que transcende o fim do narrado período colonial, que indubitavelmente não pôs termo às suas externalidades (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

O colonialismo está associado diretamente à dominação do colonizado pelo colonizador, sendo esta de forma mais explícita, seja fisicamente ou politicamente, mas sempre estando associada à exploração de riquezas para a manutenção do opressor (Tonial; Maheirie; Garcia Jr, 2017).

Por sua vez, a colonialidade constitui uma matriz complexa (ser, saber e poder), que está para além do colonialismo, mantendo, contudo, a lógica de dominação iniciada com o colonialismo, de forma a naturalizar a subalternização de um grupo em relação a outro. A percepção da dominação, com a colonialidade, resta sensivelmente abalada, constituindo terreno fértil para a produção e reprodução dessas relações de poder por longos períodos, trazendo como única a narrativa (e a própria produção do conhecimento) europeia (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017).

Não se deve perder de vista que a própria concepção de raça foi além da cientificidade biológica, sendo uma construção cultural que impregna as relações sociais de forma a fazer crer involuntariamente que, quanto mais escura a tonalidade da pele, menos capaz é o indivíduo, logo, menos humano. Constrói-se, assim, uma espécie de hierarquia social lastreada na tonalidade da derme, na qual os mais claros garantem posições de destaque e os mais escuros estão relegados a uma posição de inferioridade naturalizada (Telles, 2014).

Formam-se, então, identidades raciais complexas decorrentes de um meio social marcado por relações difusas e assimétricas, por relações de poder em que signos distintivos (sexo ou cor da pele) angariam valor substancial, no sentido de predizer quais espécies de indivíduos são capazes de ocupar determinadas posições sociais: existem os que têm direitos (humanizados) e aos que resta a violência (desumanizados) (Grosfoguel, 2012)<sup>10</sup>.

A percepção da questão racial como residual ou de menor importância tende a fragilizar qualquer espécie de análise séria que se proponha a desvelar a realidade de exclusão dos indivíduos negros. Tudo por uma simples razão: os dados empíricos invariavelmente são mais cruéis com sujeitos de pele escura do que com os de pele clara. Caso a questão racial fosse meramente acidental, a tendência seria uma representação proporcional dos componentes da população nacional.

A abordagem de Souza (2003) do Estado e do Mercado como instituições que produzem uma hierarquia social que desencadeia condutas pré-reflexivas de exclusão e de inclusão em um *habitus*<sup>11</sup> precário é de extremo relevo e denota uma modernidade periférica, além de solapar a neutralidade das narradas instituições. Contudo, a percepção de que a mera inadequação às demandas de mercado gera a exclusão, independentemente da questão racial, é extremamente incompleta, não respondendo a questões empíricas básicas e retratadas em praticamente todas as estatísticas que buscam aferir a existência de desigualdades.

Não se nega a parcialidade do Estado e do Mercado, pelo contrário, vai-se além e constata-se que essas instituições possuem uma cor e um gênero bem definidos (assim como no cenário político), criando uma estrutura de produção e de reprodução de exclusão não limitada à questão social.

---

10 Algo bem semelhante à lógica do necropoder em relação aos indesejáveis (Mbembe, 2006) e ao uso da violência pelo Estado moderno por meio do racismo (Foucault, 2005).

11 É interessante compreender *habitus*, enquanto categoria sociológica na percepção desenvolvida por Bourdieu no que tange ao sentido de que existe uma dimensão social marcada de forma durável em cada agente que, pré-reflexivamente, condiciona seu comportamento, agir e pensar. Neste sentido, deve-se compreender o aspecto racial como estrutura autônoma de desigualdade capaz de influir em cada indivíduo, ainda que sorrateiramente, o que em certa medida se aproxima da colonialidade do saber, enquanto componente de uma matriz complexa de dominação.

A ideia da raça como elemento central demonstra claramente que a colonialidade não se encerrou substancialmente, mas apenas passou de um colonialismo moderno para uma colonialidade global, muito mais complexa do que a mera relação capital-trabalho e o próprio materialismo histórico podem dar conta (Ballestrin, 2013).

A construção da colonialidade está atrelada à colonização da América Latina e, simultaneamente, à constituição da economia do mundo capitalista, ambas ocorridas de forma conjunta, ocasionando, portanto, uma divisão internacional do trabalho do tipo centro-periferia em escala global.

Não se deve perder de vista que diferenças raciais sempre existiram e que a dominação de um povo pelo outro não é necessariamente uma novidade, mas a ideia central da associação de traços raciais à situação de inferioridade, segundo a qual indivíduos assumem a condição de coisas, só surge com a “descoberta” da América e o advento da modernidade.

A expansão do capitalismo eurocêntrico permitiu o desenvolvimento de teorias que construíram a ideia de raça como elemento natural, o que legitima as relações de dominação entre europeus e não europeus (uma hierarquização racial a partir da América) (Quijano, 2005).

Essa relação de dominação, cujo elemento central é a raça, foi camuflada pela modernidade. Com efeito, a raça não é entendida como um elemento de dominação que anda lado a lado com a colonialidade e toda a matriz complexa de dominação em que ela se insere (do poder, do saber e do ser); a raça é considerada um elemento capaz de trazer o bárbaro (uma das dicotomias criadas é justamente civilizado vs bárbaro) à modernidade, à civilização, legitimando a utilização de violência das mais diversas espécies em relação àqueles que resistem (Mbembe, 2006).

A modernidade parece representar para a lógica da colonialidade uma espécie de “silenciador”, no sentido de que busca evitar a percepção do estampido produzido pela colonialidade.

A colonialidade se manifesta por um conjunto de relações sociais de exploração e de dominação articuladas em torno da disputa de poder nas esferas centrais da vida social, como o trabalho, a natureza e seus recursos, a reprodução biológica, a subjetividade e a autoridade, e seus instrumentos de coerção<sup>12</sup> (Quijano, 2014).

12 Algo bem semelhante à segunda tecnologia de poder retratada por Foucault (2005), cujo objeto não é mais o homem em relação ao seu próprio corpo, mas o homem em relação ao corpo social e a toda a gama de mecanismos desenvolvidos pelo Estado para controlar questões anteriormente consideradas como arbitrárias, como a reprodução (da disciplina para a regulamentação).

A modernidade e a colonialidade conformam um binômio essencial para a compreensão do cenário de desigualdade racial, em que o elemento caracterizador da raça, a cor da pele, é um signo que assumiu um significado relevante a ponto de destinar a alguns os ônus da raça e a outros o bônus (Grosfoguel, 2012).

Tais mecanismos obscurecem a reflexão sobre os efeitos da racialização, ou melhor, sobre a efetiva existência da racialização, que ainda é colocada em dúvida, mesmo diante de diversos dados que comprovam que as piores condições são destinadas àqueles de pele mais escura. Por conseguinte, o tipo europeu é tido como o homem ideal para ocupar cargos de poder (branco, homem e heterossexual), seja no Estado, seja no mercado, enquanto o negro é relegado à condição de incapaz, ou pior, de um delinquente, de um criminoso.

Tal concepção está infiltrada na própria consciência política: o eleitor, de forma pré-reflexiva, não percebe o negro como um indivíduo adequado para ocupar a posição de componente do Legislativo ou de chefe do Executivo, por exemplo.

A colonialidade ou modernidade do poder é tão forte que faz com que diversos autores, como Souza (2003), associem o racismo a uma mera desigualdade material (social) decorrente do período escravocrata, ocasionada pela libertação da população negra, que, abandonada à própria sorte, é incapaz de se inserir na lógica competitiva imposta pelo capital, sendo relegada a uma condição de subcidadania.

Essa perspectiva faz com que o racismo em si mesmo pareça algo inexistente, que, na ótica do capital e do trabalho, decorre de uma situação apenas econômica de exclusão, a qual tenderia a desaparecer com o passar do tempo. Contudo, a questão racial é elemento central nas relações de poder estabelecidas, inclusive quando se analisa a conformação da pirâmide social brasileira, que garante aos indivíduos de pele mais clara os privilégios da raça (Figueiredo; Grosfoguel, 2009).

Dessa forma, a questão social é mais bem aceita no âmbito das discussões coletivas do que a racial. Isso faz com que a racialização da sociedade brasileira não seja questionada e permaneça encoberta pelo véu da invisibilidade, típico da lógica da mestiçagem, da democracia racial<sup>13</sup> e do branqueamento (Telles, 2014).

Toda essa construção lastreada na colonialidade, que eleva a condição racial a um patamar relevante como fator de discrimen, autorizando a exclusão de indivíduos despersonalizados, busca força em uma pseudorracionalidade. Cabe aqui lembrar o conceito de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), de "ponto zero",

13 A democracia racial é um fenômeno que atingiu não só o Brasil, mas também diversos países latino-americanos (Lasso, 2007).

que corresponderia a uma percepção pretensamente neutra e universal, que esconde, porém, um ponto de vista particular<sup>14</sup>.

Essa visão contaminou todas as ciências sociais e, por óbvio, a própria sociedade, e o homem branco e heterossexual se tornou o modelo de pessoa, inclusive para assumir cargos políticos.

O tipo ideal europeu ocupa os lugares de poder, seja no Estado (juízes e políticos), seja no mercado (grandes empresários). Isso reproduz elementos capazes de manter a dominação do poder, até mesmo com o uso da violência, e a falsa ideia de instituições neutras. Por outro lado, isso explica por que o fator racial é relevante, embora pouco percebido. De fato, a partir da colocação dessa lente de análise, a invisibilidade exposta pela modernidade é quebrada, evidenciando, objetivamente, as razões das diferenças impostas.

## O que significa ser negro?

A questão racial no Brasil é marcada por algumas peculiaridades que a diferenciam da forma como se desenvolveu em outros países, como nos Estados Unidos e na África do Sul, por exemplo, em que foram implementadas lógicas raciais de cunho segregacionista, por meio de políticas estatais que institucionalizavam a separação racial. Nos Estados Unidos, havia as leis de Jim Crow e, na África do Sul, o *apartheid* (Bernardino, 2002)<sup>15</sup>.

14 Foucault (2005) narra a importância da Medicina, da Psiquiatria e da Antropologia Criminal para legitimar o racismo com base em argumentos científicos, dada sua aparente neutralidade.

15 A afirmação de que o Brasil não tinha políticas estatais de discriminação racial expressa não deve ser compreendida de forma absoluta. O Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, que buscava regularizar o serviço de entrada e de localização de imigrantes, é um exemplo claro: era expressamente proibida a entrada de africanos, considerados condenados criminalmente, ou de outros grupos marginalizados como “mendigos” e “indigentes”. É o que se depreende da leitura dos artigos 1º, 2º e 3º: “Art. 1º E’ inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrantes daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar. Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes”. Outro exemplo claro que evidencia a adoção de uma política estatal racialmente diferenciada é o Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, que buscava orientar a imigração que contribuisse para o desenvolvimento da nação. Quando se analisa o ato normativo, constata-se que se privilegiava a vinda do europeu branco, como se nota pela transcrição dos artigos 1º e 2º: “Art. 1º Todo estrangeiro poderá, entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta Lei Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional”.

No caso brasileiro, a ideia de nação foi lastreada na democracia racial e no branqueamento, o que levou à construção da crença de que o mulato era o perfeito representante do ideal de nação sem conflitos raciais, servindo de modelo para o resto do mundo (Igreja, 2016; Telles, 2014).

O discurso de inexistência de racismo no Brasil era acentuado pela comparação com países que adotavam políticas oficiais de separação racial. Essa comparação, de certa forma, corroborava a falsa impressão da inexistência de racismo, quando na verdade só a roupagem era diferente. Por outro lado, o Estado também incorporava mecanismos de diferenciação racial, que apenas não eram tão evidentes<sup>16</sup>.

É importante compreender que, paradoxalmente, racismo não é racismo, quer dizer, a lógica de diferenciação racial, apesar de possuir um núcleo comum, pode se desenvolver de diferentes formas, o que, por si só, não significa que uma seja pior do que a outra, ou mesmo que uma delas não constitua racismo. A segregação racial não é mais nefasta do que a democracia racial, porém, ambas constituem práticas de diferenciação marcadas racialmente (racismo), apesar de distintas. O racismo não deve ser compreendido como algo monolítico ou uniforme, guardando diversas formas, daí se fala que racismo não é racismo, que não é igual em todas as suas manifestações.

Assim, apesar de uma essência comum de subalternização de um grupo, no Brasil, há formas peculiares de manifestação, o que, por certo, não desnatura o núcleo duro do racismo, marcando, como já destacado, estruturas estatais (Munanga, 2010).

Não se desconhece que o racismo foi, por diversas vezes, alicerçado por teorias que tentavam lhe conceder cientificidade, que se resumem a três vertentes básicas: de acordo com a primeira, a diferença física entre brancos e negros permite a lógica da superioridade racial branca; a segunda trata da construção da superioridade ariana; a terceira é a teoria do darwinismo social (Mitchell, 2010).

---

16 Esclarece Munanga (2010: 08): "A situação da África do Sul e do sul dos Estados Unidos ilustra bem o conceito de segregação racial: banheiros, escolas, hospitais, bairros residenciais, igrejas, espaços de lazer, transporte público, restaurantes, etc. separados. É também o caso do sistema de castas na Índia. No Brasil e em outros países da América do Sul, existe uma segregação de fato que cruza o critério da raça com o de classe social, contrariamente à segregação institucionalizada pelas leis que existiu nos dois países referidos. É por isso que algumas pessoas pensam que não há racismo propriamente dito no Brasil quando comparado a esses países, que tiveram um regime de segregação especial institucionalizada". Por certo, a falta de um aparato expresso, de uma visão de *separate but equal* não é suficiente para afastar práticas marcadas racialmente e presentes no contexto brasileiro, ainda que de forma mais velada, o que não reduz a severidade do problema.

A aparente cientificidade – e a neutralidade que lhe é inerente – concedeu um terreno fértil para o desenvolvimento de teorias raciais oriundas da Europa ocidental, em que o branqueamento era visto como elemento essencial ao desenvolvimento da nação. O negro, portanto, ocupa posição diametralmente oposta, sendo colocado na condição de responsável pelo fracasso brasileiro (Schwarcz, 1993; Skidmore, 2012).

No caso brasileiro, simultaneamente à exploração da figura do mulato e à tentativa de generalização de casos pontuais de sucesso, caminhava-se para a atribuição de uma carga negativa a todo e qualquer elemento que mantivesse relação com a raça negra, inclusive em toda a produção epistemológica decorrente daquela população. Os poucos negros que ascendiam socialmente não eram apenas negros, eram “negros de alma branca” (Bernardino, 2002).

Em verdade, o cenário nacional foi terreno propício para as teses biológicas fragmentadoras da espécie humana<sup>17</sup>, que hierarquizavam as diversas raças constitutivas da espécie humana, atribuindo características de acordo com o fenótipo a cada um dos grupos raciais. Os brancos eram os proprietários do ápice da pirâmide social, enquanto aos negros cabia a base (Ribeiro; Benelli, 2017).

O signo da humanidade não é inerente à condição de outro que não o indivíduo branco ocidental. Simultaneamente ao enaltecimento do branco de cultura ocidental, ocorre a conseqüente depreciação do negro, associado a tudo aquilo que existe de desabonador e de prejudicial ao desenvolvimento da nação brasileira (Ribeiro; Benelli, 2017).

Existem autores (como Olson, 2004) que apontam, no cenário latino-americano, a existência de elementos próprios do branqueamento, quer dizer, capazes de fazer com que um indivíduo pertencente a uma categoria racial possua certa mobilidade quando detentor de outras características “naturais” de componentes de outra.

Apesar da existência de elementos que possam permitir algo próximo de uma mobilidade social, não parece adequado ignorar que, mesmo quando o indivíduo tem características tipicamente associadas a grupos distintos, o fenótipo e a construção de raça incorporada pelo aparato estatal determinam

---

17 Isso remete à quebra do contínuo biológico no exercício da primeira função do racismo, segundo Foucault (2005).

sua disposição no seio da pirâmide social. O negro rico na pirâmide social pode estar à frente do pobre, mas, ainda sim, não é branco<sup>18</sup> (Nascimento, 2016).

Daí a crença de que determinados espaços não são construídos para indivíduos de pele escura: quando os alcançam, são sempre alçados à condição de quase brancos, pois o negro em si não seria capaz de galgá-los sem predicados especiais, naturalmente associados aos indivíduos brancos.

Essa percepção decorre da lógica da democracia racial e do branqueamento, que suscitou o convencimento de que a sociedade nacional não possuía barreiras de ascensão conformadas por aspectos raciais e de que ao negro eram concedidas as mesmas oportunidades dos indivíduos brancos. Era algo que acobertava um sistema velado de exclusão racial construído historicamente não só pela abolição tardia da escravidão, em 1888, mas também pelo sistema capitalista excludente que abandonava o negro à própria sorte e pelo simultâneo estímulo à imigração europeia nos séculos XIX e XX, como forma de aprimorar a sociedade nacional (Santos; Silva, 2018).

Em tal perspectiva, há uma hierarquia latente na construção social: o topo pertence aos indivíduos brancos de origem europeia e a base é destinada aos de cor negra, mesmo que tal conformação social seja insistentemente encoberta por questões, geralmente, de cunho social, reduzindo-se a discussão racial ao embate de classes (Telles, 2014)<sup>19</sup>.

Em outra via, nos Estados Unidos, não existem pontos cinzentos no que tange às questões raciais. A figura do mulato não é colocada no centro da construção social daquele país, em que a condição de negro decorre da polarização

18 Bell (1988), quando constrói a lógica de formação da democracia estadunidense, evidencia que a supremacia branca existe a partir da junção de dois conceitos: raça e propriedade. Os indivíduos brancos têm um senso de propriedade de sua *whiteness*, algo que poderia ser traduzido livremente por “branquitude”, o que faz com que mesmo o indivíduo branco despido de poder e de riqueza apoie a manutenção da supremacia branca por causa desse suposto direito de propriedade. Assim descreve Bell (1988: 768): “[...] even those whites who lack wealth and power are sustained in their sense of racial superiority and thus rendered more willing to accept their lesser share, by an unspoken but no less certain property right in their ‘whiteness’”. Não é difícil deixar de notar que a raça possui um peso enorme por si e que o simples fato de ser branco permite o alcance de um panorama diverso daqueles que possuem pele escura.

19 Em relação à influência da raça em todos os aspectos da vida, interessantes as palavras de Olson (2004, XI, tradução livre): “a raça influencia onde vivemos, as escolas que frequentamos, os amigos que fazemos, os votos que emitimos, as oportunidades que desfrutamos, até mesmo os programas de televisão que assistimos. Por mais contrárias que a discriminação e a democracia pareçam ser, elas, de alguma forma, coexistem na ordem política Americana”. No original: “races influences where we live, the schools we attend, the friends we make, the votes we cast, the opportunities we enjoy, even the television shows we watch. As contrary as discrimination and democracy seem to be, they somehow coexist in the American political order”. Embora essas palavras remetam à realidade estadunidense, não se deve deixar de constatar que a lógica racial de subalternização é comum, alterando-se, apenas, a forma como se apresenta o racismo.

de apenas duas categorias: brancos e negros. Não há um meio-termo que atenda aos fins de válvula de escape. Tal dicotomia é baseada na existência, ou não, da ancestralidade negra; caso o indivíduo a possua, é considerado negro (Bernardino, 2002).

De acordo com a antiga concepção legal dominante nos Estados Unidos, independentemente do fenótipo, prevaleceria a ancestralidade. Diferentemente, na óptica racial brasileira, o que importa é a percepção da cor da pele, não se questiona a ancestralidade, a gota de sangue (Olson, 2004).

Apesar de distintas, a manifestação brasileira e a estadunidense não desnaturalizam a lógica de subalternização dos indivíduos negros, distinguem-se, em parte, pela identificação do grupo excluído (Heringer, 2002) e pela maior clareza na exposição de percepções a respeito das questões raciais (Telles; Bailey, 2002<sup>20</sup>). Em ambas as situações, a incorporação pelo Estado do racismo autorizou a criação da supremacia branca.

As práticas estatais, mesmo em contextos distintos, fortalecem a supremacia branca. No cenário brasileiro, a lógica de segregação ocorreu de maneira informal e silenciosa, incorporando a desigualdade perante a Lei (Guimarães, 1999). No âmbito estadunidense, a segregação pela lei se transmudou na legalização de privilégios brancos, tornando tal condição natural e albergada pelo próprio sistema jurídico (Harris, 1993).

Diferentemente do que, a princípio, pode parecer, a implementação de políticas segregacionistas não necessariamente é mais nefasta do que a imposta pela democracia racial. A grande diferença é a clareza com que o fenômeno é tratado. No primeiro caso, de forma evidente e desvelada, enquanto, no segundo, é camuflado, estando imerso em outros elementos, como a questão de classe (Guimarães, 1999; Nascimento, 2016).

---

20 Telles e Bailey (2002) observam a similaridade de comportamento entre brasileiros e estadunidenses no que tange às políticas de discriminação positiva de cunho racial, asseverando, apenas, que, entre os brancos e negros americanos, a disparidade é maior do que entre brasileiros, algo que pode acentuar a “visibilidade” do racismo nas diferentes sociedades. Reproduzimos as palavras dos autores: “A tendência no caso brasileiro é de que a maioria dos negros apoia as vagas e, no caso norte-americano, apoia as preferências no mercado de trabalho, enquanto que a maioria dos brancos é contrária nos dois países. Novamente, as diferenças raciais são bem maiores nos Estados Unidos, onde só 9% dos brancos concordam muito ou pouco com uma política preferencial, comparados aos 61% dos negros. No Brasil, quase a metade dos brancos (48%) concorda com vagas em bons empregos, comparado com 66% dos negros. Assumindo que a oposição às vagas tenderia ser mais forte que a oposição à preferência, a porcentagem de brancos brasileiros favoráveis à preferência seria ainda maior que seu apoio às vagas. Concluindo, os brancos norte-americanos discordam claramente de políticas preferenciais de emprego para negros, enquanto os brancos brasileiros tendem a se dividir em suas opiniões” (Telles; Bailey, 2002: 37).

Na democracia racial, a raça como elemento socialmente construído sequer existe, angariando a pecha racista não aquele que se insere na realidade existente, de exclusão negra acobertada, mas aquele que insiste em discutir as externalidades negativas calcadas na construção social atrelada à raça. Explica Bernardino (2002: 256):

[...] o mito da democracia racial e o ideal de embranquecimento deram origem a uma realidade social em que a discussão sobre a situação da população negra foi identificada como indesejável e, até mesmo, perigosa. A recusa de reconhecer a realidade da categoria raça, tanto num sentido analítico quanto de intervenção pública, fez do regime de relações raciais brasileiro um dos mais nefastos e estáveis do mundo ocidental.

A neutralidade racial construída pela democracia racial contribui para a reprodução de um sistema social hierarquizado e para a manutenção de desigualdades em todos os níveis, associando os elementos caracterizadores da raça negra ao que há de negativo, inclusive no que tange à construção de um perfil de criminalidade (Kizer, 2017).

A construção do negro associado à criminalidade pode ser facilmente constatada quando se analisa o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, atualizado até junho de 2016, construído com arrimo nas informações do Infopen, sistema que compila informações estatísticas relativas ao sistema penitenciário brasileiro. Nesse levantamento, a informação raça estava disponível para 493.145 (quatrocentas e noventa e três mil, cento e quarenta e cinco) pessoas, o que equivale a 72% da população prisional, da qual 64% é composta de pessoas negras.

Por outra via, quando se analisa o Censo do Poder Judiciário realizado em 2013, é possível verificar que o percentual de magistrados brancos até aquele ano é de 84,2%, enquanto o de juízes negros é de 15,6%, o que evidencia espaços diferenciados racialmente (Brasil, 2014).

O sistema de justiça, por meio de sua manifestação em julgamentos, tem uma face branca, enquanto aquele que é condenado é negro. A figura do criminoso e, de forma geral, a criminalidade<sup>21</sup>, possuem cor específica (Ribeiro; Benelli, 2017). Basilares são as palavras de Santos (2013: 34):

---

21 A incorporação pelo Estado de práticas racialmente marcadas – como já trataram Foucault (2005) e Mbembe (2006), sendo o primeiro pelo biopoder e o segundo pela necropolítica – explica em larga medida a associação naturalizada de indivíduos negros à criminalidade. Bell (1988: 776) corrobora essa posição: “[...] such relief would expose the deeply imbedded racism in a major institution, such as the criminal justice system”.

Pode-se concluir que o poder do Estado, nas agências do sistema de justiça, é monopolizado por um segmento, que nem sequer precisa se autoidentificar como branco e como parte da elite – a identificação fica por conta do outro. Esse sistema, que foi construído em detrimento da presença dos demais, em certa medida acaba privando-os de qualquer influência.

Uma sociedade hierarquizada, em que existe uma legislação da qual os negros não podem usufruir de forma equitativa dos direitos nela contidos, gera um cidadão sem cidadania, submetido a um racismo institucional, promovido pelas agências do sistema de justiça.

Por conseguinte, é lançado um alerta de perigo no sistema de justiça penal, no qual determinadas características, como ser jovem, negro e homem, constituem atalhos para sujeitar o indivíduo à severidade da “justiça” (Wacquant, 2005: 13).

O Estado não é indiferente à cor, e o próprio Judiciário como Poder constitutivo da concepção de Estado segue essa lógica. Os operadores do Direito constroem um ideal de justiça, aparentemente neutro e técnico, mas que, a bem da verdade, camufla a ideia de que a liturgia jurídica atende às demandas da manutenção do privilégio branco (Santos, 2013).

Os indivíduos negros são também afetados por maiores níveis de desemprego que os brancos; quando empregados, recebem remunerações menores, ainda que ambos tenham nível superior; são minoria nas profissões de maior remuneração e são sobrerrepresentados em relação ao desemprego (Saboia; Saboia, 2009).

Ser negro não é um detalhe sem importância, é, antes, um elemento diferenciador, capaz de despir alguém de sua própria humanidade e, até mesmo, de torná-lo um elemento maligno, sujeito à mão pesada do Estado, que promove uma política maciça de encarceramento (Wacquant, 2005).

## Conclusão

A despeito da construção de uma lógica de democracia racial associada ao acobertamento de comportamentos racialmente distintos, não se perde de vista que a raça está muito além de detalhe, constituindo um elemento que influencia substancialmente as chances de vida de um indivíduo, que pode sequer ser percebido como “indivíduo”.

O Estado, longe de ser insensível a aspectos raciais, incorporou mecanismos que contribuem para a manutenção da hegemonia branca e que fortalecem a imagem do negro sempre associada a algo negativo. Em sua demonstração

de força pública, o Estado adota uma política de encarceramento maciça para combater aquele que representa o maior perigo para a sociedade: o negro.

Daí a naturalização da sobrerrepresentação negra em relação a aspectos negativos e à sub-representação em campos associados ao poder. O negro pode ocupar posições operacionais, mas não cargos que exijam maior qualificação técnica e representem prestígio social. Negro não pode ser “autoridade”, estando despido da condição de cidadão. Tal concepção deve ser alvo de estranhamento e colocada em discussão, sob pena de se perpetuarem os reflexos da raça e o estereótipo do negro como incapaz.

## REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, maio/ago. 2013, pp. 89-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- BELL, Derrick. White Superiority in America: Its Legal Legacy, Its Economic Costs. *Villanova Law Review*. Villanova, v. 33, n. 5, 1988, pp. 767-779.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002, pp. 247-273. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>
- BICUDO, Virginia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*: edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Censo do Poder Judiciário*: VIDE: Vetores Iniciais e Dados Estatísticos. Brasília, 2014. Disponível em: <[www.cnj.jus.br/imagens/imprensa/videcenso-final.pdf](http://www.cnj.jus.br/imagens/imprensa/videcenso-final.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A raça dos (in)eleitos. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 67, 2014, pp. 60-72.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Fator, 1983.
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSFUGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009, pp. 223-234.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- GROSFUGUEL, Ramón. El concepto de «racismo» em Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 16, 2012, pp. 79-102.

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 39, 1999, pp. 103-117. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000100006>
- HARRIS, Cheryl I. Whiteness as Property. *Harvard Law Review*. Cambridge, v. 106, n. 8, 1993, pp. 1709-1791.
- HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), 2002, pp. 57-65. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007>
- HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere aude*. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, 2016, pp. 194-210.
- IGREJA, Rebecca Lemos. Combate al racismo y la discriminación racial en Brasil: legislación y acción institucional. *Desacatos. Online*, v. 51, 2016, pp. 32-49.
- KIZER, Jessica M. Arrested by Skin Color: Evidence from Siblings and a Nationally Representative Sample. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World. Online*, v. 3, 2017, pp. 01-12. DOI: <https://doi.org/10.1177/2378023117737922>
- LASSO, Marixa. Un mito republicano de armonía racial: raza y patriotismo en Colombia, 1820-1812. *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá, v. 27, 2007, pp. 32-45.
- LEMELLE, Tilden John. *Foreword to Racial Discrimination and Public Policy in the United States*. Lexington, Mass, D. C. Heath & Co., 1971.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife, Editorial Melusina S.L., 2006.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona, 2014.
- MITCHELL, Gladys. The Politics of Skin Color in Brazil. *The Review of Black Political Economy. Online*, v. 37, n. 1, 2010, pp. 25-41. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12114-009-9051-5>
- MONK JR., Ellis P. Skin Tone Stratification among Black Americans, 2001-2003. *Social Forces. Online*, v. 92, n. 4, 2014, pp. 1313-1337.
- MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb*. Niterói, v. 12, 2010, pp. 169-203.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2016.
- OLSON, Joel. *The Abolition of White Democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CONSEJO Latino Americano de Ciencias Sociales. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, 2005, pp. 117-141.

- QUIJANO, Anibal. *Cuestiones y horizontes: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/ descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, 2014.
- RIBEIRO, Igo Gabriel Santos; BENELLI, Sílvio José. Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 5, n. 1, 2017, pp. 245-262.
- SABOIA, Ana Lucia; SABOIA, João. Whites, Blacks, and Brown in the Labor Market in Brazil: A Study About Inequalities. *The Review of Black Political Economy*. Online, v. 36, n. 2, 2009, pp. 127-135. DOI: 10.1007/s12114-009-9039-1
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília, Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2013.
- SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. *Educar em Revista*. Curitiba, v. 34, n. 68, 2018, pp. 253-268.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- TELLES, Edward. *Pigmentocracies ethnicity, race and color in Latin America*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2014.
- TELLES, Edward; BAILEY, Stan. Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos. *Opinião Pública*. Campinas, v. 8, n. 1, 2002, pp. 30-39. DOI: 10.1590/S0104-62762002000100002.
- TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. *Revista de Psicologia da UNESP*. Assis-SP, v. 16, n. 1, 2017.
- WACQUANT, Loïc. A raça como crime cívico. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto, v. 25, 2005, pp. 09-41.

Recebido em: 08/11/2019

Aprovado em: 02/12/2020

### **Como citar este artigo:**

- CAL, Renato Ribeiro Martins; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. A imagem da raça: negro pode ser “autoridade”? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 343-364.



## Tensões cosmopolíticas na regularização territorial de uma comunidade quilombola no sul do Brasil

Milena Silvester Quadros<sup>1</sup>

José Carlos Gomes dos Anjos<sup>2</sup>

José Daniel Gómez Lopez<sup>3</sup>

**Resumo:** O ensaio aborda elementos da economia quilombola em contextos de regularização fundiária, com foco na relação desta comunidade quilombola com os mediadores de políticas públicas que representam distintas autarquias estatais. O cenário é ambientado no contexto de implantação dos dispositivos de justiça para titulação do território quilombola da localidade de Júlio Borges, município do Salto do Jacuí (RS). O objetivo principal do trabalho é elaborar algumas reflexões que permitam compreender as tensões político-epistemológicas originárias das tentativas de inseri-lo no índice da agricultura familiar. Os dados etnográficos que ensejaram este artigo são originários de trabalho de campo realizado no transcurso dos anos de 2013 a 2015, em uma comunidade quilombola no Sul do Brasil.

1 Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus Restinga* – Brasil - milenasilvester@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0001-5901-2717>

2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural - Porto Alegre – Brasil - - jcdosanjos@gmail.com – [orcid.org/0000-0003-3098-9780](https://orcid.org/0000-0003-3098-9780)

3 Universidad de Alicante – Valência – espanha - jd.gomez@ua.es – [orcid.org/0000-0003-2807-1049](https://orcid.org/0000-0003-2807-1049)

**Palavras-Chave:** Camponês Quilombola; Políticas Públicas Interétnicas; Economia quilombola; Dinâmica territorial; Ruralidade.

### **Cosmopolitical tensions in the territorial regularization of a quilombola community in the south of Brazil**

**Abstract:** *The essay broaches elements of the quilombola economy in contexts of land regularization. The scenario is set in the context of the implementation of justice provisions for the titling of the territory inhabited by quilombola families who live in the locality of Júlio Borges, municipality of Salto do Jacuí(RS). It focuses on the relationship of this quilombola community with public policy mediators who represent different state agencies. The main objective of the work is to elaborate some reflections that allow understanding the political-epistemological tensions originating from the attempts to insert it in the family farming index. The ethnographic data that gave rise to this article originate from fieldwork carried out over the years 2013 to 2015 in a quilombola community in southern Brazil.*

**Keywords:** *Quilombola peasant; InterethnicPublic Policies; Quilombola economy, Territorial dynamics, rurality.*

## **APRESENTAÇÃO**

Há cerca de vinte anos, os modos de organização dos povos quilombolas eram desconhecidos no contexto dos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil. O Estado brasileiro também não reconhecia comunidades quilombolas como uma unidade singular dentro do sistema agrário brasileiro, inexistindo Políticas Públicas orientadas a esses coletivos. Os territórios habitados por famílias negras, cujos vínculos com o passado nos remetem ao sistema escravista, desenvolveram-se dentro da mesma estrutura racista que reservou aos povos de ascendência africana precárias condições de existência. Os núcleos rurais compostos por famílias negras, em particular, eram tidos como aglomerados de famílias empobrecidas que se organizavam na dependência das atividades produtivas agropastoris centrais. Percebidas sem qualquer relação com um modo singular de organização camponesa, as famílias quilombolas precisaram (re) inventar a vida dentro de condições limitantes que as colocaram ante lutas agonísticas pelo território e pela defesa de seus modos de existência.

Em consonância com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, publicado na Constituição Federal de 1988, que assegura “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva” (Brasil, 1988), o movimento negro de luta pela terra e em defesa dos povos quilombolas foi conquistando reconhecimento, ao passo que foram ampliando direitos dos povos afrodescendentes rurais, sobretudo os direitos vinculados à propriedade da terra. A atuação dos movimentos sociais em defesa dos direitos dos povos quilombolas encontrou amparo na fase dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), iniciada na década de dois mil. O avanço nas políticas brasileiras de titulação territorial baseadas em critérios étnicos abriu caminho para problemáticas até então pouco visibilizadas.

Tendo em vista este quadro específico de alterações nas políticas de desenvolvimento rural, mediante o qual as necessidades dos povos quilombolas passam a ser absorvidas pelo Estado, alteram-se também as imagens do desenvolvimento rural desenhadas no campo científico. Em anos recentes, aparecem inúmeros estudos (Almeida, 2006; Anjos, 2004; Bandeira, 1991) que se voltam ao universo das socialidades quilombolas, oferecendo um olhar pós-colonial que se caracteriza por deslocar os referentes que até então conduziram os conhecimentos neste campo.

Este quadro de alterações e de emergência de outras ruralidades, as quais chamamos aqui de “ruralidades deslocadas” porque não são partícipes do jogo hegemônico do progresso brasileiro enquanto uma nação integrada ao sistema de mundo moderno (Grosfoguel, 2006; Escobar, 2004), provoca tensões, tanto nas estruturas do Estado (políticas públicas, legislações, assim como no sistema jurídico como um todo) quanto no campo acadêmico, caracterizado por disputas entre paradigmas concorrentes. Essas tensões estão claras nos contextos de concretização da Política Nacional de reconhecimento de terras quilombolas. As titulações dos territórios costumam ser conflituosas. De um lado, as ofensivas violentas de donos de terras que se negam a participar dos programas de desapropriação; de outro lado, a inabilidade de organismos governamentais em dialogar com as modalidades de organização quilombola.

Quanto aos tensionamentos epistemológicos, percebemos que há dificuldade na compreensão do quilombola agricultor como um agente do desenvolvimento rural brasileiro. Se olharmos para a literatura que tem se dedicado a traçar um quadro das novas ruralidades no Brasil, notamos que o quilombola agricultor não figura como um agente relevante. Ao mapear o aparecimento de novos agentes rurais e desenhar um quadro das transformações nas atividades produtivas, tal como o advento da pluriatividade (Schneider, 2010), o estudo

das novas ruralidades não dá ênfase ao quilombola como sendo um camponês. Assim, é todo um sistema secular baseado em trocas de alimentos, de serviços e de pequenos favores, dentro de uma rede cosmológica bastante complexa, que fica de fora das imagens desenhadas por cientistas que objetivam atualizar o pensamento sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

As reflexões desenvolvidas neste ensaio dialogam com dados etnográficos originados em trabalho de campo realizado no transcurso dos anos de 2013-2015, em uma comunidade quilombola no Sul do Brasil. No contexto de realização da etnografia, a comunidade quilombola de Júlio Borges, localizada no município de Salto do Jacuí, Rio Grande do Sul, estava vivendo o começo de um longo processo que levou à titulação do território às famílias que ali vivem por mais de cinquenta anos. As famílias que se dirigiram a Júlio Borges em meados da década de 1950 são oriundas de comunidades quilombolas contíguas mais antigas e ainda existentes (Comunidade Quilombola do Sítio e Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões<sup>4</sup>). As três comunidades quilombolas localizadas no município de Salto do Jacuí integram o quadro de mais de quatro mil comunidades negras quilombolas espalhadas pelo Brasil que receberam a certidão de reconhecimento de seu território pela Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, e cujos processos de titulação territorial tramitam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O objetivo do presente estudo é elaborar algumas reflexões que permitam compreender o quilombola enquanto camponês no contexto rural brasileiro, demarcando as tensões político-epistemológicas originárias das tentativas de inseri-lo no índice da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, o estudo pretende analisar as tensões provocadas pela emergência das comunidades negras rurais no quadro das políticas públicas no Brasil, bem como pela sua aparição na grade de estudos sobre a ruralidade brasileira. Os resultados do debate apresentado neste ensaio nos ajudam a operar um deslocamento conceitual com bases empíricas. Os referentes da organização econômica e social dos povos quilombolas podem servir para pensar outras formas de relações com o território e com a produção de alimentos que vão além daquelas já reconhecidas na experiência de territorialização dos colonos de ascendência europeia em solo brasileiro.

---

4 Os moradores destas comunidades recordam do tempo em que os negros ali eram chamados de “os moradores das tocas” porque precisavam fazer suas moradas nas “tocas” do Rio Caixão. Referem-se à experiência dos parentes para aproximar suas próprias trajetórias. *Muitos aqui precisaram morar no mato também*, dizem os quilombolas. Quando expulsos das terras dos patrões, muitos tiveram que erguer tocas no mato, relembram.

Além desta breve introdução, o artigo contém outras três seções. A primeira, discorre sobre as condições de emergência do camponês quilombola no quadro das políticas públicas de titulação dos territórios de quilombo. Nesta seção, co-tejamos o aparecimento deste agente da ruralidade brasileira à categoria conceitual do agricultor familiar criada para embasar políticas de desenvolvimento rural. No tópico seguinte, trataremos das modalidades da economia quilombola no contexto de territorialização dos afrobrasileiros no meio rural. A intenção é trazer elementos empíricos para pensar uma agricultura propriamente quilombola que engloba diferentes elementos (humanos e não-humanos). A última seção apresenta elementos de um conflito cosmopolítico entre a razão de Estado e o sistema quilombola. Neste tópico, procuramos pôr em xeque alguns supostos tidos como universais por pesquisadores e mediadores de políticas públicas ao lidarem com comunidades quilombolas.

## 1 O CAMPONÊS QUILOMBOLA E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Foucault (1971), quando aborda a questão das descobertas científicas, afirma que são necessárias certas condições para que um novo fenômeno passe a vigorar no quadro de saberes autorizados pela ciência. Com o surgimento de um novo problema, nasce toda outra grade de fenômenos que não haviam sido percebidos e cujo funcionamento ainda não estava claro, ou ainda não existia. Uma das condições para que isso aconteça é a supressão de obstáculos ou das barreiras que impediam a descoberta de determinado domínio do conhecimento (Stengers, 2002). Ao emergir um novo campo de saber, por sua vez, não são apenas os obstáculos e as inibições que impediam sua descoberta que são dissolvidos. Tal como argumentam Foucault (1971) e Stengers (2002), a descoberta de um novo índice de saberes a ser percorrido acarreta a supressão ou a ocultação de muitos outros saberes e conhecimentos concorrentes. Portanto, a Ciência, seu progresso e suas descobertas não fazem simplesmente afastar antigos pressupostos, mas dissolver outros campos de saberes possíveis.

Consideramos que esta seja uma noção chave dos agenciamentos que percorremos neste ensaio, sobretudo no que diz respeito ao trato que o Estado dispensa às comunidades quilombolas. A categoria Agricultor Familiar tem sido norteadora das políticas públicas brasileiras a partir da década de 1990. A emergência deste fenômeno também é tecida no campo científico, onde o Agricultor Familiar passa a funcionar como um novo paradigma nos estudos do Desenvolvimento Rural. Para Delma Pessanha Neves (2005), o conceito se consolidou rapidamente, não apenas como lócus norteador das políticas de Estado, mas,

além disso, como um acordo consensual entre pesquisadores, levando a desdobramentos epistemológicos importantes no que tange à construção do conhecimento. A autora chama atenção para a relação entre a emergência deste fenômeno teórico e institucional com a intensificação do aparelhamento neoliberal da economia brasileira.

O Agricultor Familiar, deste ponto de vista, é o personagem adequado a ser inserido em uma economia de mercado ancorada ao funcionamento do sistema capitalista a nível mundial. Ele é o agente capaz de produzir em média e/ou grande escala, beneficiar-se das políticas de crédito rural e de absorver os pacotes tecnológicos induzidos na produção agrícola. Importante mencionar que a política econômica brasileira é fortemente dependente das *commodities* negociadas com os países centrais. A terra, as tecnologias e os empresários rurais sempre tomaram o maior volume das receitas do Estado, assim como o seu correlato de planejamento e aparelhamento institucional.

O Agricultor Familiar nasce em um contexto de racionalização da produção rural para abastecer o mercado interno brasileiro, historicamente relegado a segundo plano nas políticas estatais. Coexistindo no espaço agrário com o Agricultor Familiar – esta categoria fabricada com objetivos bastante definidos – está o camponês, agente cuja centralidade é a necessidade reprodutiva da família e da comunidade, como nos ensina Chayanov (1974). A lógica do camponês não está orientada para critérios de eficiência do mercado, mas por estratégias relacionadas à reprodução da família enquanto unidade de produção, diferentemente do que ocorre em estruturas capitalistas (Costa, 2012). No projeto de nação que foi acionado desde a colonização, os camponeses sobreviveram de forma relativamente autônoma à expansão do latifúndio e à mercantilização dos espaços rurais. Com base na lógica recente de racionalização e reorganização produtiva do espaço rural, o camponês não só é um impedimento, como menciona Fernandes (2003), mas uma ameaça social ao projeto de desenvolvimento rural hegemônico. A terra, os meios de produção e reprodução social, a espiritualidade, as socialidades e os alimentos são elementos de uma cosmologia coerente, porém, de natureza divergente ao sistema de mundo capitalista (Grosfoguel, 2006).

O quilombola camponês, muito recentemente reconhecido como tal, tem origens difusas atreladas ao sistema de mão de obra escravista, que funcionou como propulsor do capitalismo mercantil moderno. Um fenômeno reconhecido como *brecha camponesa* acarretou o vínculo do africano escravizado à terra e à produção de alimentos e de bens primários. A *brecha camponesa* consistia na concessão ao escravizado de um espaço pequeno de terras onde podia

realizar o cultivo diversificado de produtos agrícolas destinado ao autoconsumo, ao abastecimento das fazendas, assim como ao mercado interno da colônia. Essas pequenas faixas de terras eram concedidas aos negros camponeses pelos donos dos latifúndios, que pretendiam, a um só tempo, usufruir dos produtos dessa agricultura negra e evitar conflitos diretos (Cardoso, 1987). No período pós-abolição – momento no qual a mão de obra escrava foi substituída pelo trabalho livre, em especial dos imigrantes europeus –, muitas famílias negras migraram, enquanto outras permaneceram em áreas rurais realizando trabalhos no antigo modelo escravista.

A literatura sobre a brecha camponesa apresenta várias controvérsias, nomeadamente sobre o caráter mais ou menos sistemático do fenômeno. Teriam as formas de relações de produção estabelecidas nessas franjas de terra dimensões tão determinantes que teriam levado à corrosão do modo de produção escravista? O debate que opôs Cardoso (1987) e Gorender (1983) em torno dessa questão tem como saldo a refutação das teses do caráter sistemático da concessão de terras aos cativos e da orientação para o mercado da produção nessas franjas concedidas pelos senhores de escravos. Menos do que nos apoiarmos nas teses de Cardoso (1987) sobre a alta produtividade, o caráter mercantil e a generalização da brecha camponesa, pretendemos que a autonomia das comunidades que atualmente são reconhecidas como quilombolas foram largamente ampliadas no período pós-abolição. Sustentamos que o que chamamos de estilo de criatividade quilombola tem se desenvolvido como um tecido de vínculos com a terra, entre os quilombos e com os produtos da terra, dando origem a redes heterogêneas de uma autonomia oscilante, que se faz tanto mais ampla quanto mais se afrouxam os laços de opressão e disciplinamento que visam manter o trabalho negro cativo.

No advento do século XX, por todo o Brasil, muitas destas famílias que continuaram prestando trabalho aos antigos senhores receberam lotes de terras como tentativa de reparação, nos quais se desenvolveu um sistema camponês singular, do qual falaremos na próxima sessão. A origem do negro camponês também é encontrada nas unidades que compunham os espaços de refúgios das inúmeras fugas realizadas como insurgência e resistência ao sistema escravista e à correlata coisificação da vida negra como mão de obra escrava. Os atuais quilombos cujas terras vêm passando pelos processos de regularização fundiária, em consonância com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, originam-se nesse movimento de mercantilização da terra, consolidação do capitalismo agrário e exclusão social.

Todas essas modalidades de territorialização dos afrodescendentes em áreas rurais<sup>5</sup> deram origem ao que atualmente o governo brasileiro reconhece como terras de quilombos, ou comunidades quilombolas. Costa (*apud* Melo Jr., 2015) recorda que, no Brasil, partidos políticos e intelectuais defendiam a ideia de eliminação dos camponeses como um movimento natural e inevitável. O Estado brasileiro, por exemplo, “agia como se o campesinato não existisse, refletindo na completa ausência, até poucas décadas atrás, de políticas de crédito, dentre outras, orientadas para os camponeses” (Melo Jr., 2015: 188). Contrariando essa tendência, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) visou, ao longo das três últimas décadas, absorver diferentes agentes rurais como personagens do desenvolvimento e das políticas para o mercado brasileiro. Os agricultores beneficiários foram aqueles pequenos proprietários que possuíam títulos de compra e venda de sua propriedade e aptos a adquirir o talão de nota do produtor<sup>6</sup>.

O agente rural quilombola não figurou como agricultor até que a Política Nacional de Titulação Territorial para as terras de quilombo fosse iniciada. Sem o título de propriedade das terras habitadas, sem acesso a crédito e nem a quaisquer outras modalidades de auxílio governamental, as famílias quilombolas estavam excluídas do sistema agrário hegemônico. Essas pessoas eram absorvidas em períodos sazonais como mão de obra precária nas fazendas adjacentes aos quilombos, sem nenhum tipo de vínculo ou direito trabalhista. As memórias do passado recente são bastante vivas nos relatos dos moradores de quilombos. Na comunidade de Júlio Borges, onde realizamos estudos de campo, os moradores se referem ao passado de exploração ao qual estiveram expostos. Até bem pouco tempo, dizem eles, trabalhavam em troca de latas de banha, de roupas e de moradias. Essas foram formas de perpetuar a exploração do trabalho dentro de uma estrutura hierarquicamente racializada.

---

5 Muitos quilombos atualmente se encontram em áreas hoje urbanizadas. Após a abolição da escravatura, em 1888, muitos negros liberados do trabalho escravo em zonas rurais acabaram migrando para áreas urbanas. Decorrente do mesmo movimento de exclusão e segregação, muitas famílias terminavam se estabelecendo em áreas adjacentes aos centros urbanos, em acelerada expansão a partir de final do século XIX. Atualmente, muitos quilombos foram engolidos pelo processo de especulação imobiliária e de gentrificação. Muitos desses quilombos, no entanto, resistiram e permanecem ainda hoje.

6 A Nota Fiscal do Produtor é o documento fiscal de emissão obrigatória pelo produtor na circulação de bens e materiais relacionados com suas atividades e de mercadorias/produtos produzidos na sua propriedade ou em propriedade alheia, explorada sob contrato.

Este quadro tem se alterado muito lentamente, com o surgimento das políticas de regularização fundiária das terras de quilombos<sup>7</sup>. No entanto, no momento em que a constituição possibilita a garantia da posse das terras aos remanescentes de quilombos, nascem novos conjuntos de contradições relacionadas ao uso da terra, ou melhor, aos interesses das agendas governamentais na utilização do espaço agrário. Este agente social que sempre habitou o meio rural brasileiro, o quilombola, é reconhecido no imaginário institucional como um camponês. Porém, vistas como rudimentares e atrasadas, as técnicas de cultivo e os dispositivos que possibilitam a circulação de alimentos dentro das comunidades, aos olhos do poder público, precisam ser atualizadas e modernizadas. O quilombola é, então, integrado ao conjunto das ferramentas fabricadas pelo Estado para desenvolver o mercado de abastecimento interno brasileiro, isto é, integrado ao índice da agricultura familiar. Este agente rural passa a ocupar um espaço precário na racionalidade de Estado nesta nova etapa do desenvolvimento do espaço agrário brasileiro. Nessa linha de pensamento, o uso político da categoria Agricultor Familiar objetiva absorver o quilombola à economia de mercado, mediante sua inclusão em programas de linhas de crédito e de aquisição de maquinários e tecnologias. No momento em que os povos quilombolas são reconhecidos pelo Estado brasileiro por meio de políticas de direito étnico, nasce o risco de vermos desaparecer todo um campo de saberes e de organização comunitária fundadas na necessidade de defender a vida sob condições limitantes. Supressão e

7 As políticas de reconhecimento étnico e regularização fundiária de terras quilombolas decorrem tanto da ação dos movimentos sociais, como da relativa permeabilidade do Estado para a formulação de políticas públicas de direito étnico. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – representante de um programa de governo que buscou o equilíbrio entre forças político-econômicas progressistas e neoliberais – houve uma retomada da agenda exclusivamente neoliberal no país, provocando a redução do papel do Estado como promotor de Políticas Públicas. O novo cenário político-econômico brasileiro conteve o avanço das políticas de titulação territorial dos povos quilombolas, principalmente com o corte orçamentário que permite ao INCRA efetuar os processos em tramitação. Em alguns casos, recuos levaram à reversão de desapropriações e à alteração no critério de autoidentificação das comunidades. Com a (re)ascensão da agenda neoliberal – a qual, no Brasil, encontra eco nas estruturas racistas e segregadoras de afrodescendentes e indígenas –, cresceu a violência contra os povos tradicionais em áreas rurais, tal como mostra o estudo do Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/violencia-contra-quilombolas-dispara-em-2017>>. Acesso em: 19 abr. 2021. Além disso, deputados da bancada ruralista intensificaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.239, que questiona a validade do decreto presidencial n. 4887, que define os critérios para a demarcação das terras de quilombo. Segundo a ação, só teriam direito a reivindicar terras os indígenas e quilombolas que as ocupassem quando a Constituição de 1988 foi promulgada. A adoção do conceito do marco temporal é defendida pela bancada ruralista no Congresso, mas combatida por indígenas e quilombolas, pois argumentam que muitos povos foram expulsos de seus territórios originais antes de 1988. As expulsões violentas de suas terras originárias é uma realidade constante entre povos quilombolas e indígenas.

ocultação de saberes, os quais poderão ser absorvidos pelo paradigma dominante do desenvolvimento rural.

## 2 ESTATUTO ONTOLÓGICO DAS REDES DA ECONOMIA QUILOMBOLA

Durante os três anos de trabalho etnográfico que deu origem à tese de doutorado *O próximo do território quilombola: a cosmopolítica dos moradores de Júlio Borges*, presenciamos situações que trouxeram à luz as contradições da atuação das instituições governamentais em comunidades quilombolas. A presença do Estado nesses lugares põe em evidência o encontro entre mundos divergentes. Nas arenas que se configuram neste contexto, na maioria das vezes, os mediadores de políticas públicas que atuam nas comunidades não estão dispostos a realizar um esforço de simetrização entre aquilo que entendem por desenvolvimento rural e os supostos que organizam a vida nessas comunidades. O resultado é a sobrecodificação das socialidades comunitárias, o que inclui a tentativa de modificar os sistemas de organização coletiva dos povos quilombolas.

Nos comenta Júlia Sauma (2009), em seu estudo sobre os quilombolas dos rios Erepecurú e Cumina (Pará), que é muito importante recordar que os quilombolas inventaram para si uma complexa rede de relações que organizou a vida nas comunidades durante décadas (e, em alguns casos, séculos), muito antes de o Estado penetrar estes espaços para a regularização jurídica dos territórios. Lembra a autora, ainda, que, para os quilombolas, a obtenção de títulos fundiários, embora significativa, é apenas mais uma etapa na luta permanente da sua existência coletiva, e não a luta definitiva. Por isso, trazer à luz a organização dessas comunidades nos ajuda a reconhecer modalidades de economia solidária marcadas pela experiência de territorialização dos povos negros no Brasil, ainda hoje desconhecidas. Como dissemos, a organização em terras de quilombos foi marcada pela violência, pelas contínuas expropriações, pela exploração do trabalho e, sobretudo, pelo descaso completo do Estado a essas comunidades. Apesar das condições limitantes com as quais a vida foi ordenada, encontramos nesses lugares estruturas criativas que deslizam sob um fundo de relações que precisam ser permanentemente mantidas e atualizadas.

Os pesquisadores que têm jogado luz sobre os sistemas comunitários quilombolas são colocados diante do desafio de produzir teorias que sejam honestas, tanto com os modos de organização nos quilombos quanto com o ponto de vista dos seus moradores a respeito das transformações recentes que têm ocorrido em seus territórios. As teorias pós-sociais nos recordam que o trabalho de pesquisa sempre conecta referentes da cultura de cada interlocutor em campo.

Durante os primeiros anos da etnografia realizada no quilombo de Júlio Borges, gastamos muito tempo fazendo perguntas aos moradores da comunidade com base nos referentes da nossa própria cultura. Presos às nossas suposições, durante muito tempo não demos muita credibilidade às falas dos interlocutores. Entendíamos as práticas agrícolas dos quilombolas como o reflexo de uma ética de subsistência que deveria perpassar boa parte das populações que vivem em condições precárias em áreas rurais com terras não muito férteis ou com pouco, ou nenhum, acesso à terra. Mesmo sem querer e sem saber, agindo assim, reproduzíamos o comportamento de pesquisadores do início do século XX, cujas pesquisas, segundo Jeane Fravet-Saada (2005), visavam a desqualificar a palavra nativa e promover aquela do próprio pesquisador, pois, de acordo com aqueles pesquisadores, “não havia nada de mais incerto que o estatuto da palavra nativa” (Fravet-Saada, 2005: 156).

Arraiados às nossas próprias certezas, colocávamo-nos, ainda, ao lado daqueles a quem Stengers (1997) arrogava o qualificativo da “maldição da tolerância”. Com certa arrogância, a de quem habita um mundo bem mais confortável – daquele que já sofrera a “Grande Partição” entre natureza e cultura, e, por isso, pode dar por desaparecido aquilo que raramente nos atinge e que nunca nos diz respeito – observávamos, a distância, a sobrevivência de suas práticas agrícolas de subsistência. Ao mesmo tempo, com o ímpeto orgulhoso de buscar tolerar estas pessoas que “ainda vivem uma vida de sacrifícios”, passamos muito tempo tentando compreendê-los em seus modos de vida e encontrar, no panteão dos saberes reconhecidos, um análogo às suas práticas e à sua relação com a terra.

Levou algum tempo para que nos desfizéssemos da arrogância presumida pelas nossas suposições, e que de fato nos víssemos instigados pela criatividade dos moradores de Júlio Borges. Em uma das tardes que acompanhávamos mulheres quilombolas às áreas de plantio, nas terras recentemente tituladas, estivemos, pela primeira vez, diante da nossa incapacidade de traduzir o mundo do outro. Enquanto caminhávamos sobre a roça semeada com batata-doce, intrigados com a baixa infraestrutura de que dispõem, colocamo-nos a indagá-las sobre os meios que terão para vender sua produção de batatas. Uma das mulheres quilombolas a quem acompanhávamos, com admiração, quando interpelada por uma proposição fora de contexto, respondera-nos: *Não é pra vender, é pra dar pros porco!*

Neste mesmo momento, outra moradora do quilombo procurava nos explicar os motivos que a faziam semear seu lote com alimentos variados. Dizia-nos: *“sabe qual o meu sonho? Meu sonho é ter a mesa farta: batata-doce caramelada, salada de abobrinha com salsa, amendoim, o’repoiú, feijão bem temperado, a*

*mandioca cozida*". Ela nos contava sobre um grande prejuízo financeiro que a acometeu certa vez quando plantou em seu terreiro uma grande quantidade de batatas e repolhos para comercialização, com a assistência técnica da EMATER. A entidade, que havia se comprometido com a compra dos produtos, teve um problema com o bloco de notas e não efetuou a aquisição. "*Tive que jogar tudo fora, os 'repoiú' tudo estragando nos fundos de casa*". Por esta razão, nossa interlocutora tentava nos fazer entender que nas novas terras a intenção é "*plantar para comer, pra encher a barriga*".

Outra mulher quilombola nos contava que chegou a Júlio Borges com sua família por volta da década de 1970 e que se dirigiu ao quilombo para trabalhar na extração de pedras ágatas e nas lavouras da região. Como os demais, sua trajetória de vida é bastante sofrida, consequência da pobreza e da exploração do trabalho a que esteve submetida, tanto nas jazidas de pedras quanto nas lavouras de fumo da região. Assim como as demais mulheres, nossa interlocutora, por diversas vezes, contava-nos sobre as expectativas dela e do marido em relação às terras tituladas. Dizia-nos que ambos não têm interesse de produzir "em quantidade", para um mercado, porque já estão velhos e cansados.

*Trabalhamos a vida inteira na lavoura e nas pedreiras e, por isso, já não temos condições de trabalhar de 'sol a sol'. O que eu quero mesmo é criar pinto branco. Quero fazer uma horta bem bonita, plantar feijão e ter alimento em fatura, nós não temos mais condições, já trabalhamos que chega.* [Informação verbal]

Em outra ocasião, em uma caminhada pela roça de outra moradora do quilombo, na qual avistávamos uma diversidade de alimentos em grande quantidade nas suas terras, novamente fomos impelidos a lhe indagar sobre o que faria com todo aquele alimento, já que vive apenas com sua filha. Ela nos respondeu: "*A terra é minha vida e por isso enquanto estiver viva eu venho pra roça plantar. Essa comida que eu planto não é só pra mim. Quando as pessoas vêm me visitar eu gosto que saiam daqui carregadas de alimentos.*"

Os relatos trazidos nesta sessão expõem uma modalidade de organização social baseada em uma economia que se assenta em dois supostos: i) a preservação da própria vida em contextos de extrema pobreza e exploração; ii) a troca de alimentos como instrumento de territorialização e constituição de laços sociais. Aos olhos das pessoas que chegam de fora, estas não passam de práticas sociais arcaicas e rudimentares. No entanto, é preciso uma análise cuidadosa para compreender a potência das práticas quilombolas.

Aquilo que os olhos dos mediadores da Política Nacional de Titulação Territorial enxergam como “pouca aptidão para o trabalho”, “incapacidade de incorporar técnicas inovadoras de produção agrícola”, “irracionalidade na gestão da produção” sob a perspectiva quilombola pode ser elaborada como uma estratégia de defesa da vida. Submetidos ao lado mais brutal do sistema capitalista, conjurar ou evitar a participação nas redes de comercialização para o mercado é uma estratégia elaborada para proteger os referentes da cultura quilombola. Confinados a plantar em estreitas faixas de terras que não ultrapassam os limites dos terrenos de moradia, os quilombolas de Júlio Borges atualizaram um sistema de trocas de alimentos entre vizinhos que lhes garantiu o acesso a alimentos variados. Trabalhar para intercambiar alimentos com os vizinhos e com as pessoas que chegam de fora, como nos dizem os quilombolas, também é uma modalidade de troca que visa aproximar as pessoas, tecendo laços sociais que levam a relações de amizade, de compromissos e de ajuda mútuas.

Os quilombolas plantam para se manter, em um sentido ampliado. A relação com a terra e com a produção de alimentos acontece para garantir a sobrevivência de quem planta, de seus parentes e afins. Mas a relação com a terra e com os alimentos também produz associações e vínculos sociais – em uma rede heterogênea que implica a participação de pessoas, coisas, animais e divindades –, por meio dos quais os quilombolas ativam sua territorialidade. Durante muito tempo, estes vínculos possibilitaram aos negros sua manutenção sobre os territórios que ocupam atualmente. Replicar estes laços para além do círculo quilombola, ampliando-o em direção aos vizinhos<sup>8</sup> e a outras pessoas de fora é fundamental no sistema de referência em questão.

Esta rede heterogênea formada por diferentes entidades (humanas e não-humanas) e com a qual criam uma importante economia de troca que sustenta a comunidade se contrapõe à política de desenvolvimento imposta pelos agentes de Estado que estabelecem a interface da política pública de desenvolvimento. A incapacidade comunicacional e a distância ontológica entre esses dois mundos nos leva a falar de um conflito cosmopolítico. Aos pesquisadores, o conflito impõe o desafio de levar a sério as dimensões ontológicas dos desacordos e a não assumir demasiado rápido os enunciados que se assentaram como universais pela força do polo dominante. É o desafio metodológico de imaginar

8 A vivência com os quilombolas de Júlio Borges nos aproximou de uma realidade comum no cenário rural brasileiro, a convivência em espaços contíguos entre quilombolas e indígenas. No território de Júlio Borges, convivem quilombolas e indígenas da etnia kaingang. A convivência de indígenas e quilombolas em espaços segregados e de exclusão no Brasil denuncia a perversa hierarquia racial que reflete a ocupação do espaço agrário brasileiro.

mundos em que perguntas e/ou respostas inesperadas dos quilombolas – tidas como idiotas pelos agentes do desenvolvimento – ganhem estatuto epistemológico.

A cosmopolítica, por sua vez, diz respeito a um alargamento ontológico da política, como propõe Stengers (1997), fundando a possibilidade de a luta por direitos coexistir com realidades múltiplas. Mais do que um domínio específico da realidade, torna-se um princípio de conexão entre heterogêneos (pessoas, animais, plantas, coisas, divindades, valores, simbolizações etc.), como também menciona Latour (2008). Ao reivindicar o direito ao território, o quilombola camponês ativa uma complexa rede que engloba e reúne elementos da vida quilombola ao invés de desagregar e separá-los, tal como acontece em sociedades regidas por uma ética modernizadora.

Na próxima seção, registramos os efeitos produzidos pelo encontro entre dois tipos de constructo social: de um lado, a razão de Estado, concretizada na política de desenvolvimento rural, de outro, o sistema quilombola. Nesta direção, consideramos que as tensões se originam em ontologias divergentes acerca do território, da identidade e da composição da vida.

### 3 SOBRECODIFICAÇÃO TERRITORIAL E TENSÕES COSMOPOLÍTICAS

Foram os referentes que organizam o uso da terra na comunidade quilombola de Júlio Borges que geraram as controvérsias das políticas que derivaram da titulação, levando a enfrentamentos entre representantes do Estado e moradores da comunidade. O processo de titulação ocorreu por meio do INCRA. Porém, uma vez titulado o território quilombola, foram os servidores da Secretaria de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (SDR) e entidades de assessoria técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que conduziram as políticas públicas que chegaram associadas à titulação territorial. Em nome do desenvolvimento daquela comunidade, os agentes públicos passaram a fazer exigências que extrapolavam as atribuições de suas autarquias. Exigiam, por exemplo, que o cultivo da terra fosse realizado de forma coletiva (por todas as famílias quilombolas) e racionalizado no plantio da soja<sup>9</sup>. Esta exigência desencadeou um sem fim de desentendimentos entre a comunidade e os órgãos do governo.

9 A soja, junto ao milho e ao trigo, é uma das principais *commodities* que sustenta o Produto Interno Bruto Nacional.

De posse das terras tituladas e passado o período mais truculento que envolveu a ocupação<sup>10</sup>, quando chegaram os recursos da Política de Fortalecimento Socioeconômico do governo do Rio Grande do Sul, os quilombolas já haviam semeado suas terras com os alimentos que melhor lhes aprouveram. Ocorreu, entretanto, que os quilombolas foram informados, na ocasião de uma reunião com os representantes do Estado, que não podiam ter dividido a terra em lotes individuais e tampouco a semeado na forma de roçado, como o fizeram. A partir daquele momento, os quilombolas passaram a ser recomendados por servidores da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) a desfazerem a divisão dos lotes e a desmancharem o plantio, pois, no limite, poderiam perder o território em processo de titulação.

Com o controle dos recursos disponibilizados pela Política de Fortalecimento Socioeconômico, a SDR passava por cima de qualquer possibilidade de negociação com os quilombolas. A situação na qual se encontravam encurralados, entre realizar o plantio coletivo das culturas comerciais ou perder as terras em vias de titulação, é referida, na fala dos quilombolas, como o “*abuso mais excomungado que tiveram que passar*”. O abuso é evocado para denotar uma situação de iniquidade e de autoritarismo, na qual se viram destituídos de forças proporcionais às do Estado e de suas autarquias para imporem a sua visão sobre o território e a territorialidade.

Neste contexto em que o governo do Estado passou a exigir um uso específico dos recursos públicos – o que implicava alterar a relação que os quilombolas mantêm com a terra, com o trabalho e com as pessoas – a possibilidade de verem evadir a conquista do acesso à terra se tornou uma das principais preocupações da comunidade. Sempre que algum servidor público chegava ao quilombo, tinha de responder a uma profusão de perguntas sobre o que aconteceria após a chegada dos equipamentos agrícolas e dos recursos disponibilizados por meio da referida Política. Enquanto a Política não era efetivada, os quilombolas seguiam fazendo usos específicos da terra. Porém, sempre que tinham oportunidade de se reunir, reportavam às ordens recebidas de um dos funcionários da SDR. Mediante essas determinações, a terra por onde passasse o trator que receberiam em breve era para semear coletivamente e em forma de lavoura (com as culturas da soja, do trigo e do milho), e, apenas “as bordas” – os locais por

10 Assim como acontece em outras comunidades, os moradores de Júlio Borges precisaram fazer a vigília do território titulado durante muitos meses. Os quilombolas se revezavam no acampamento montado na área em processo de regularização. As vigílias acontecem para impedir que latifundiários cerquem e impossibilitem a ocupação do território pelos quilombolas. Nesta fase inicial, ocorrem conflitos, que, em muitos casos, levam a desavenças e morte.

onde não passa o trator – poderiam ser divididas e usadas como roçado com as culturas de subsistência. Dizia este mesmo servidor que é uma prerrogativa da SDR que o recurso seja utilizado para esse fim, já que, segundo ele, “*naquela região é a forma mais racionalizada para aproveitar a terra e torná-la produtiva*”.

Após encerrada a solenidade de entrega dos implementos agrícolas adquiridos por meio da Política<sup>11</sup>, os quilombolas questionavam se poderiam manter o plantio já realizado. Esclarecia um dos funcionários da SDR, contudo:

*Vocês ganharam trator e equipamentos pra quê? Se fosse para continuar a fazer as roças de subsistência de vocês não precisaria trator, bastava continuar com os carros de boi e o arado. O dinheiro é para ser investido e retornar para vocês como renda. Não existe terra parada. Vocês vão querer fazer roça em tudo? Se o Estado enxergar terra parada podem ter certeza que virão aqui e retirarão as terras de vocês. Vejam bem o que vão fazer!* [Informação verbal]

Neste mesmo dia, na medida em que era indagado sobre as áreas que seriam autorizadas para os roçados, outro funcionário da SDR afirmava aos quilombolas que poderiam fazer suas roças, sem problemas, nas áreas marginais à lavoura, “*mas precisavam ter cuidado com o veneno que certamente vai atingir estas zonas de plantio de subsistência, pois o uso de agrotóxico para a cultura da soja é indispensável*”. Escutávamos as pessoas também questionarem sobre o uso do trator. Perguntavam se o trator podia ser usado para transporte dentro da comunidade, por exemplo, para transportar materiais, como madeira e telhas para construção de casas, móveis e outros pequenos utensílios, principalmente em épocas de calamidade que atingem a comunidade, tal como o sistema de ajuda mútua entre os quilombolas pressupõe. Resoluto, um dos servidores respondeu que o trator é pra ser usado na lavoura, “*pois isso não é um caminhão*”.

Durante outra reunião na sede da Associação Quilombola, cuja organização desta vez esteve a cargo de dois funcionários da EMATER, os quilombolas lhes questionavam sobre a atitude da SDR. “*Porque eles chegaram pra nós e disseram que a gente não pode plantar a batata, a mandioca, o ‘mio’? Por que querem que a gente plante só a soja?*” Diziam aos servidores da EMATER, ainda, que haviam realizado uma reunião entre si, sem a presença de nenhum dos servidores que estão mediando as Políticas de Titulação, e decidido que o melhor para eles

11 Uma solenidade foi organizada pela Prefeitura do Município de Salto do Jacuí para a entrega dos equipamentos agrícolas. Nesta ocasião, compareceram inúmeras autoridades (prefeitos, deputados, secretários de autarquias públicas, entre outros), além da televisão e rádios locais.

seria dividir a terra em lotes, por família. Indagavam-se: “*então não vale de nada o que decidimos? Só conta quando estão juntos?*”.

Os extensionistas, por sua vez, falavam que sabiam que os quilombolas precisam seguir a sua cultura, fazer do jeito que a comunidade quer, mas que não poderiam se intrometer nisso, e alertavam:

*Mas vejam a oportunidade que vocês estão tendo. Por anos e anos só tinham o terreno das casas para plantar, agora que ganharam terra do governo vocês não podem perder esta oportunidade. Vocês querem perder tudo agora? Porque é isso que vai acontecer se insistirem nessa ideia de dividir as terras em lotes e plantar do jeito que queiram.* [Informação verbal]

Os dois servidores procuravam convencê-los de que o plantio coletivo é a forma que condiz com a sua identidade quilombola e que é assim que os dispositivos jurídicos regulamentam o uso da terra aos remanescentes de quilombo. “*Vocês vivem em comunidade, são comunitários. Vocês são agricultores familiares. Vocês sabem o que é isso? Está na lei que regulamenta a titulação dessas terras a vocês. Vocês precisam pegar a lei e ver o que é isso.*”

O uso comercial da terra não forma o horizonte da territorialidade quilombola. A postura imperativa com que os mediadores públicos interpõem as prerrogativas da Lei Federal durante o agenciamento da Política de Fortalecimento Socioeconômico para os povos quilombolas, de fato, oblitera a voz quilombola. Na presença da SDR e do INCRA, durante as reuniões na sede da Associação, os quilombolas se mantinham sempre no limiar da fala, mesmo quando induzidos a exporem suas solicitações.

Os quilombolas sustentam um ponto de vista dinâmico sobre os acontecimentos que envolvem a titulação do território em Júlio Borges, bem como sobre as Políticas Públicas que chegam até eles. Desconfiam da atuação do Estado e são muito claros ao observar e apontar para a postura autoritária dos que representam o poder público. Aqui, temos que chamar atenção para uma atitude que fora tratada por Stengers (2002) e por Clastres (1968). Na dupla face do ocidente, a da violência e a da razão, lembram estes autores, o diálogo sempre escondeu um terceiro termo: o modo como, oculta e silenciosamente, conduz-se a conversação para uma conclusão já dada desde o início. Para Goldman (2012), este terceiro termo atua como o juiz que se interpõe e se eleva acima das partes. “*Agindo, em geral, em nome da Razão, é a própria figura do Estado que vemos despontar como o juiz*”, diz Goldman (2012). O desdobrar dos acontecimentos, após iniciada a ocupação da área titulada, ainda nos põe diante daquilo

que Deleuze e Guattari (2012), de maneira análoga a Clastres e Stengers, denominam de forma-Estado do pensamento, cujos princípios sempre carregam, em si mesmos, seu próprio sentido, exigindo dos outros obediência e fidelidade.

No limite, apontamos para um tipo de exercício do poder encarnado nas instituições que agenciam as Políticas Públicas em territórios quilombolas. O poder, lembra-nos Foucault (2010), exerce-se por intermédio de um certo número de instituições, as quais dão a impressão de nada possuir em comum com o poder político, isto é, que dão a impressão de serem independentes. Os dispositivos agenciados por estas instituições, no entanto, são mais perspicazes do que aqueles de instituições cuja finalidade é, em si mesma, a de transmitir a ordem, como a Administração, o Exército, a Polícia. Cada instituição carrega consigo um modo sutil, mas ardiloso, de impor uma verdade. As atuações da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, bem como de outras instituições que conduzem as Políticas na localidade, sob cuja aparência em nada parecem promover a ordem e exercer o poder, na realidade, funcionam como dispositivos de normalização e de captura das diferenças. Em nome da razão e do saber que dizem portar, aprimoram meios para pôr ordem em um ambiente que não podem traduzir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou trazer à luz elementos da economia quilombola de uma comunidade situada no Sul do Brasil. Com base em suas experiências de territorialização no meio rural brasileiro, comunidades quilombolas constituíram modos criativos de agenciar a produção e circulação de alimentos em contextos de exclusão e segregação. A aproximação das comunidades quilombolas com os referentes da cultura dominante, recentemente, tem ameaçado (mas também preservam especificidades e autonomia) o conjunto dos referentes culturais e os elementos que produzem a solidariedade nas terras de quilombo.

O quilombola camponês em Júlio Borges fez a opção de cultivar seu lote por família e com produtos diversificados que alimentam a cultura neste lugar. A divisão dos lotes por família, entretanto, em nada se aproxima dos referentes da divisão da propriedade privada dentro do sistema capitalista. As unidades familiares em Júlio Borges participam de uma complexa rede de trocas que não envolve apenas os produtos do plantio, mas também trocas de serviços, de ajuda mútuas, de bençãos, de pequenos favores, dentro de uma rede cosmológica mais ampla. Ao não tomar os referentes da cultura quilombola como legítimos ou possíveis, observamos o começo de uma possível deterioração dos laços que

sustentam estas comunidades. O Estado, ao não interpretar os códigos que organizam a economia quilombola, perde de vista índices de solidariedade na organização da vida que escapam aos mercados e à economia dominante.

Uma organização camponesa singularizada com base na necessidade de defender a reprodução da vida em contexto de extrema violência, invisibilidade e desigualdade não foi contabilizada, portanto, pela Política Nacional no momento da titulação do território quilombola. Por não ser sensível, e mesmo por ser hostil a um modo de organização considerado menor e incivilizado, o governo passou a exigir um uso racionalizado do território. O Estado operou com base no que os seus referentes entendiam como coletividade para estas comunidades, assim como com base nos seus interesses em converter esse afrodescendente camponês em agricultor familiar adequado ao plano de desenvolvimento rural da nação.

O universo das relações quilombolas permite enxergar uma cosmopolítica que, sob o ângulo da vida, não deixa reduzir a territorialidade quilombola à relação exclusiva com a terra, uma vez que ela engloba a relação com as forças divinas, com um passado agenciado como um devir, com pessoas, com alimentos e outros produtos da terra, com animais, entre outros. Deste ponto de vista, a Política Nacional manipula categorias arbitrárias para efetivar a regularização fundiária dos remanescentes de quilombo e, assim procedendo, perturba formas de vida, podendo levá-las ao desaparecimento. Essas modalidades arbitrárias transferem a essas populações rurais um valor à terra que é produtivo e monetário e que, por esta razão, entra em confrontação com outras modalidades e agenciamentos do território.

Para finalizar, gostaríamos de pontuar que ser quilombola no Brasil é integrar uma “ontologia plural”, agenciada em um universo múltiplo. Mais do que uma identidade, portanto, o termo *quilombola* é usado em uma pragmática de afrontamentos e de agenciamentos para inventar e reinventar possibilidades de vida.

## Referências

- ANJOS, José Carlos dos; SILVA, S. B. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Terras negras: Invisibilidade expropriadora. Textos e Debates*. Florianópolis, NUER/UFSC, ano I, n. 2, 1991.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CLASTRES, Pierre. Entre o silêncio e o diálogo. In: Lévi-Strauss. *Larc Documentos*. São Paulo, Documentos, 1968, pp. 87-90.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo, Cosac Naify, 2012.
- COSTA, Francisco de Assis. *Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira*. Naea/UFGA, Belém, 2012.
- DEBATE: Noam Chomsky & Michel Foucault - sobre a natureza humana. *Noam Chomsky em português*, 29 de nov. de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZlzoWBVqkE>>. Acesso em: 12 maio 2021.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. v. 2, 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2012.
- ESCOBAR, Arturo. Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality and Anti-Globalisation Social Movements. *Third World Quarterly. Online*, v. 25, n. 1, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Currículo sem Fronteiras. Online*, v. 3, n. 1, pp. 11-27, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2010.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo. Online*, n. 13, 2005, pp. 155-161.
- GOLDMAN, Marcio; LIMA, Tânia. Prefácio. In: CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo, Cosac Naify, 2012.
- GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos* (Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE), São Paulo, v. 13 n. 1, jan.-abr. 1983, pp. 07-39.
- GROSFOGUEL, Ramon. La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales; transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Notas de Población*, n. 80, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría de Actor-Red*. Buenos Aires, Manantial, 2008.
- MELO Jr. Por uma teoria alternativa do campesinato nas fronteiras do capitalismo. *Revista brasileira de Ciências Sociais. Online*, v. 30, n. 89, São Paulo, out. 2015, pp. 186-190.

- NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. *Revista NERA Presidente Prudente. Online*, ano 8, n. 7, jul.-dez. 2005, pp. 68-93.
- SAUMA, Julia. Ser Coletivo, Escolher Individual: Território, medo e família nos Rios Erepecurú e Cuminã. GT 26, Novos Modelos Comparativos: antropologia simétrica e sociologia pós-social. 33º *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu-MG, 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política. Online*, v. 30, n. 3 (119), jul.-set. 2010, pp. 511-531.
- STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitiques VII. Pour en finir avec la tolérance*. Paris, La Découverte, 1997.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, Editora 34, 2002.

Recebido em: 07/12/2018

Aprovado em: 02/12/2020

### **Como citar este artigo:**

- QUADROS, Milena Silvester; ANJOS, José Carlos Gomes dos; LOPEZ, José Daniel Gómez. Tensões cosmopolíticas na regularização territorial de uma comunidade quilombola no sul do Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 365-385.





# Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015): o caso dos jovens do Território do Mato Grande<sup>1</sup>

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior<sup>2</sup>

Joana Tereza Vaz de Moura<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo principal compreender a participação da juventude rural do Território do Mato Grande (RN) nas conferências territorial, estadual e nacional de Juventude que aconteceram em 2015. O artigo contribui para uma discussão acadêmica sobre juventude rural, participação política e espaços deliberativos, problematizando as formas que um grupo específico utiliza para impulsionar determinadas ações e debates. A metodologia é essencialmente qualitativa, utilizando entrevistas com jovens, análise documental, além da participação de um dos autores nas dinâmicas das conferências. Os resultados mostram que houve um fortalecimento das pautas da juventude nos espaços tradicionais de representação política, como os sindicatos rurais e movimentos sociais, contribuindo para que esses jovens fossem vistos como sujeitos de direitos. Além disso, a presença de novas formas de participação

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, e enviado para esta publicação após melhorias e continuidade de pesquisa.

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal - Brasil - marcosaureliojunior@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5553-6625>.

3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal - Brasil - joanateresa@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>.

no território impulsionou a mobilização desses jovens, reconfigurado a disputa política no território.

**Palavras-chave:** juventude rural; participação social; política; conferências.

### **Rural youth dynamics in the participatory processes of Youth Conferences (2015): the case of the youth of Mato Grande Territory**

**Abstract:** *The main objective of this article is to understand the participation of rural youth in the Territory of Mato Grande (RN) in the territorial, state and national Youth Conferences that took place in 2015. The article contributes to an academic discussion on rural youth, political participation and deliberative spaces, problematizing the ways that a specific group uses to drive certain actions and debates. The methodology is essentially qualitative, using interviews with rural youth, documentary analysis, in addition to the participation of one of the authors in the dynamics of the Conferences. The results show that there was a strengthening of youth agendas in traditional spaces of political representation, such as rural unions and social movements, contributing to these young people being seen as subjects of rights. In addition, the presence of new forms of participation in the Territory has boosted the mobilization of these young people, reconfiguring the political dispute in the territory.*

**Keywords:** rural youth; social participation; politics; conferences.

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da participação política da juventude rural nos processos de deliberação das conferências territorial, estadual e nacional de juventude do ano de 2015, último ano de realização das conferências, focalizando as particularidades que permeiam a realidade da juventude rural e considerando a implementação gradativa de mecanismos de participação provenientes do processo de redemocratização do país. Assim, o foco se dirige para a organização dos jovens no meio rural para poder influenciar os espaços de participação social existentes nos territórios. Como caso empírico, a escolha de análise foi a juventude rural do Território do Mato Grande (RN) e sua inserção na Conferência Territorial de Juventude do Mato Grande, na Conferência Estadual de Juventude do Rio Grande do Norte e na Conferência Nacional de Juventude.

Portanto, o estudo diz respeito às mobilizações dos jovens ocorridas no Território do Mato Grande até sua inserção como delegados na Conferência Nacional de Juventude, tratando-se de atuação em três conferências, pautando demandas específicas da juventude rural. O artigo contribui para uma discussão acadêmica sobre juventude rural, participação política e espaços deliberativos, problematizando as formas que um grupo específico utiliza para impulsionar determinadas ações e debates.

Para Castro *et al.* (2009), a juventude rural era, até pouco tempo, uma categoria invisível. Com o passar dos anos, ganhou espaço nas pesquisas acadêmicas com discussões acerca da migração campo-cidade, hierarquia e subordinação rural-urbana, relações de dependência entre jovens e pais, além de oportunidades de fixação no campo. Entretanto, o acesso dessa juventude às políticas públicas e aos espaços de participação social é limitado devido à ausência de reconhecimento de direitos civis básicos e de oportunidades educacionais, assim como a sua subordinação histórica e cultural.

Nesse quadro, este artigo analisa a presença e atuação da juventude rural do Mato Grande (RN) nos espaços institucionais de conferências de juventude territorial, estadual e nacional. A pesquisa se fundou em observação participante de um dos autores no processo de construção da etapa estadual (enquanto delegado do poder público) e na etapa nacional (enquanto ouvinte), análise documental por meio de atas e relatórios finais das conferências analisadas, além de entrevistas em profundidade realizadas com três representantes da juventude do Mato Grande.

O Entrevistado 01, do município de João Câmara, representante da juventude indígena do RN, atuou como coordenador de juventude da microrregional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e desempenhou papel de articulador na etapa municipal de seu município e na territorial. A Entrevistada 02, do município de São Miguel do Gostoso, é integrante do Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas (FOPP), da Rede Xique Xique de comercialização solidária, militante da Marcha Mundial das Mulheres e foi Assessora Territorial de Gestão Social pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UFRN durante o processo das conferências. A Entrevistada 03, também de São Miguel do Gostoso, é jovem ativista das questões comunitárias. Todos os entrevistados foram delegados nas etapas territorial e estadual, além da participação como delegados (E01 e E02) na etapa nacional.

As questões discutidas durante as entrevistas giraram em torno das trajetórias desses representantes, suas atuações nas comunidades até a chegada

nas conferências, a percepção sobre o processo de construção das conferências e das articulações das demandas da juventude rural, os desafios e limites desses espaços.

O artigo está dividido em três partes. No primeiro item, apresentamos um breve resgate histórico do conceito de participação social e sua mobilização para análise do processo político a partir da redemocratização brasileira, passando pelos mecanismos e políticas públicas que fortaleceram a integração de representantes da sociedade civil nas tomadas de decisões do Estado, em particular no que se refere ao papel das conferências temáticas. A segunda seção se refere às discussões sobre a juventude rural, considerando em particular os jovens do território do Mato Grande. Por fim, na terceira parte, desenvolve-se a análise da participação desses atores sociais nas conferências territorial, estadual e nacional, apontando para as dificuldades e proposições deliberadas nesses espaços.

## 1 A experiência das conferências temáticas no Brasil

De acordo com Lavallo (2011), a participação leva a pensar em diferentes processos sociais, permitindo considerar distintos arranjos participativos no tempo e espaço. Porém, duas demandas históricas associadas à participação podem ser destacadas: autodeterminação e igualdade política. A primeira se baseia na capacidade dos cidadãos de compreender suas decisões e suas respectivas consequências. Quanto à igualdade, trata-se de visar a garantia de tratamento igualitário entre interesses de diferentes grupos sociais. Para o autor, esses dois atributos estão interligados e são intrínsecos às reivindicações por participação social.

Segundo Gohn (2004), uma sociedade democrática se identifica pela participação política de indivíduos e grupos organizados. Para a autora, uma sociedade organizada, mesmo que localmente (micro), pode dar início a um processo de macrotransformação, por meio de poder e capital social adquiridos em determinado território. No Brasil, após 21 anos de um regime militar e autoritário, a pressão dos movimentos sociais, de sindicatos, de comunidades eclesiais de base e de outros grupos organizados que prezavam pela democracia resultou na Constituição Federal de 1988, que marca o processo de redemocratização do país. Esta Carta Magna representa conquistas democráticas para a estrutura organizativa do Estado e, por conseguinte, para a sociedade brasileira.

A criação e fortalecimento de diversas associações, grupos de moradores, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, organizações

não governamentais, coletivos religiosos e demais grupos que prezavam pelo convívio democrático, ganharam intensidade na década de 1980 e foram imprescindíveis para a construção da identidade democrática de significativa parcela da base da sociedade brasileira. Assim, houve fomento à participação dos membros desses grupos em espaços de debate público, com diferentes graus de institucionalização. Esses fatores foram fundamentais para uma mudança gradativa das estruturas de poder no Brasil, em que cada vez mais brasileiros influenciavam na esfera pública com diferentes identidades sociais.

O movimento democrático ascendente da década de 1980 impulsionou a criação de mecanismos institucionais de participação. Os dois maiores dispositivos dessa natureza são os conselhos e as conferências nacionais de políticas públicas. Motivados por experiências internacionais de conselhos gestores em diversos países, com o fim do regime militar no Brasil, setores da esquerda reivindicavam este tipo de instância participativa como meio de ampliar o poder popular naquela época. Gohn (2004) afirma que os conselhos e outros mecanismos de participação não têm como objetivo substituir o Estado, mas, sim, pressioná-lo para garantir direitos e propiciar serviços básicos universais, como saúde e educação, com qualidade.

Como meio de fomento à participação social, especialmente a partir de 2002, ocorreu a realização de uma série de conferências nacionais. Estas últimas se tornaram importantes processos de ampliação da participação social no ciclo de políticas públicas no Brasil (Avritzer, 2012). Trata-se de espaços públicos institucionalizados de participação social, inseridos na agenda governamental enquanto política com vistas ao fortalecimento da democracia participativa no Brasil.

Portanto, as conferências são convocadas pelo governo federal, por meio de seus ministérios e secretarias, contando com o apoio das secretarias Geral da Presidência da República e Nacional de Articulação Social (SNAS) para sua realização.

As conferências constituem, dessa maneira, um espaço de deliberação e construção de políticas públicas dos mais variados segmentos representativos da sociedade. Assim, as conferências se tornaram as principais instâncias de proposição de novas diretrizes de políticas públicas para compor o Plano Plurianual (PPA), englobando planejamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais nas três esferas da Federação (Petinelli, 2011).

Esses mecanismos institucionais de participação podem ser compreendidos como oportunidades de engajamento político e representação social no desenho das políticas públicas e, portanto, podem gerar também incentivos

institucionais para fortalecer os movimentos sociais. Esse fomento à participação encoraja, aliás, a multiplicação de organizações de representação da sociedade civil.

Conforme destacam Silva, Rocha e Alves (2012), as Instituições Participativas tendem a incidir nas diversas organizações no que tange a seus contextos e repertórios de ação, a fim de alcançarem seus objetivos. Segundo Petinelli (2011), de 1941 a 2015, foram realizadas 158 conferências nacionais, das quais 117 ocorreram entre os anos 2003 e 2015 (governos Lula e Dilma), envolvendo mais de 10 milhões de pessoas entre as etapas municipais, territoriais, estaduais e nacionais, em 40 eixos de políticas públicas.

As conferências são convocadas pelo governo federal por meio de decreto presidencial, apontando o ministério ou secretaria responsável por sua temática. Juntamente com a convocatória, é divulgado o conjunto de diretrizes da conferência, com notadamente eixos temáticos, proporção de delegados da sociedade civil e do poder público, cronograma e comissões organizadores. A plenária da conferência tem a incumbência de deliberar sobre o regimento, propondo mudanças ou complementos em documento preliminar.

Esse processo de leitura de regimento, formulação de mudanças e aprovação deve ocorrer em todas as etapas (municipais, territoriais, estaduais e nacionais), com intuito de corresponder a uma prática democrática e participativa. O regimento estabelece, inclusive, o principal objetivo da conferência, como a manutenção e aprimoramento de políticas públicas. O caso das Conferências de Saúde merece ser citado por seu pioneirismo, contribuindo para uma sólida construção política nesse âmbito no país.

Para outros temas, como mulheres e igualdade racial, por exemplo, o objetivo está relacionado à construção de políticas nacionais com características de planos focais, de acordo com Pinto (2006). No caso do meio ambiente e das cidades, os objetivos dizem respeito, particularmente, ao fomento da participação local e identificação de problemas prioritários.

Já a Conferência de Juventude, como se analisa no decorrer deste estudo, em suas duas primeiras etapas nacionais, obteve como resultado a aprovação da PEC da Juventude, do Estatuto da Juventude e o Plano. Essas pautas representam antigas demandas do movimento de juventude no Brasil. Com o acúmulo político das organizações, as juventudes conseguiram não apenas colocar essas demandas em evidência, como puderam se articular em prol da eleição delas como prioritárias no espaço da conferência nacional, demarcando para o poder público as necessidades compreendidas como urgentes pelos movimentos de juventude.

De acordo com Pinto (2006), os objetivos traçados pelo poder público no que se refere ao regulamento das conferências é um sinal de que o processo ainda carece de certa independência. Em algumas conferências, existe a preocupação com a elaboração e aprovação de políticas públicas concretas, enquanto em outras os objetivos ainda são muito subjetivos. Podemos constatar que, nos eixos Mulheres e Igualdade Racial, com presença significativa dos movimentos sociais na construção da conferência, o objetivo tende a ser mais claro: proposições de políticas públicas que garantam os direitos de minorias. Podemos observar certa fragilidade dos delegados da sociedade civil para inserir racionalmente suas ideias e para demonstrar suas inquietações na arena pública, apesar das ambições democráticas que permeiam as etapas locais, territoriais, estaduais e nacional.

Portanto, é necessário compreender que os espaços de conferência constituem uma arena de disputas e lutas no campo político. Analisar a ação dos atores inseridos nesses espaços é de extrema importância para analisar como as disputas ocorrem desde o início do processo, das conferências territoriais até a etapa nacional. Apesar do espaço democrático e plural, as conferências não são diferentes de outros campos políticos marcadas pelas disputas e lutas simbólicas.

Com a crise política iniciada em 2015 e fortemente sentida em 2016, a juventude passa por um processo de retrocesso no que tange às políticas públicas específicas de juventude, além da centralidade que a categoria possuía no debate do governo federal após criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Para Moura, Silva Júnior e Silva (2021), a juventude passa a ser colocada em segundo plano pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual). Em 2016, a SNJ se torna vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República. Para Caetano e Azevedo (2017: 16), essa medida não se tratava apenas de uma mudança “de ‘sala’ ou de ‘prédio’, mas também da substituição de perspectivas, que estão relacionadas a projetos societários distintos e que se encontram, constantemente, em contraposição”.

Programada para 2019, a 4ª edição da conferência não foi realizada, sendo a 3ª Conferência Nacional de Juventude (2015) – o foco deste estudo – um dos últimos grandes eventos voltados para o debate de políticas públicas de juventude no Brasil.

## 2 A juventude rural enquanto categoria política

Assim como o meio rural é bastante heterogêneo, a juventude do campo também apresenta suas diversidades e particularidades. A dinâmica rural,

carregada por fortes costumes e culturas, interfere intrinsecamente no tecido social e na vida do jovem, envolvido em atividades agrícolas ou não. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a juventude rural no Brasil é composta por 8,5 milhões de pessoas. O quantitativo nos dá pistas acerca da diversidade que permeia a categoria juventude rural.

O Estatuto da Juventude, criado em 2013, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, define a população jovem como aquela com idade entre 15 e 29 anos. Todavia, os movimentos sociais ponderaram que a juventude rural, devido a suas particularidades, abrange pessoas com até 35 anos, vivendo em comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e pequenas cidades marcadas por relações sociais típicas do meio rural e/ou das atividades agrícolas.

O Estatuto da Juventude é o instrumento legal (Lei n. 12.852/2013) – que determina os direitos dos jovens garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro –, independente do governante à frente da gestão dos poderes públicos (Brasil, 2014). A homologação do Estatuto da Juventude foi importante conquista que a juventude brasileira obteve nesses últimos anos. Foi garantida constitucionalmente uma série de direitos, incluindo, segundo o art. 2º, II, a “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”.

Entretanto, a juventude como um todo ainda encontra entraves que dificultam a garantia desses direitos. Até pouco tempo, a academia realizava poucos estudos sobre juventude rural. Em sua maioria, as pesquisas eram voltadas à questão do êxodo rural e/ou permanência dos jovens no campo. Entretanto, nos anos 2000, a juventude rural passou a ganhar maior visibilidade na esfera pública e até mesmo dentro dos próprios movimentos sociais rurais.

Segundo Castro *et al.* (2009), no início dos anos 2000, a juventude rural passou a ganhar mais visibilidade por meio de espaços próprios de participação. Vários movimentos sociais realizaram encontros, congressos e acampamentos, como: I Congresso Nacional de Juventude Rural (realizados pela Pastoral da Juventude Rural-PJR e MST), Encontros de Juventude do Campo e da Cidade (MST), Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar (Fetraf), Seminário do Programa Jovem Saber (Contag), VI Campamento Latino Americano de Jóvenes (Via Campesina).

Na direção dos avanços participativos dos jovens rurais, no início dos anos 2000, durante primeiro governo Lula, a institucionalização da categoria “juventude” na esfera pública ganha corpo com a criação da Secretaria Nacional de

Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em 2005, garantindo políticas públicas e direitos básicos para a juventude brasileira. A SNJ contava com uma pasta de juventude rural que “[...] surgiu na perspectiva de promover ações que garantam qualidade de vida no espaço rural para juventude do campo” (Brasil, 2014).

Para Castro (2016), a visibilidade da juventude rural na esfera governamental foi sustentada por esses mecanismos institucionais surgidos nos governos Lula e Dilma. A Conferência Nacional de Juventude, por exemplo, foi marcada, principalmente nas suas duas primeiras edições, pela presença e discursos propositivos da juventude rural (Castro, 2016). Os conselhos de políticas públicas, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar, possuíam representação de jovens rurais e contribuíram para o fortalecimento institucional da categoria no Brasil.

Desse modo, ao analisar a participação social da juventude rural durante o período (2000-2015) em que se observou uma pujança na atuação juvenil, Castro (2016) afirma que, nesse período, a juventude do campo obteve uma forte presença no cenário político, contribuindo para a consolidação da juventude enquanto categoria política ao ampliar os espaços de atuação. Para a autora, os espaços “tradicionais” da política perderam espaços para novas formas de organização e participação juvenil.

O jovem rural enquanto ator político possuiu, durante os anos 2000, maior visibilidade também nos movimentos sociais, em que a pauta da identidade juvenil permeou os debates e discussões de organizações, cooperativas, associação de moradores e produtores etc. Essa alteração na participação social do jovem rural enquanto categoria política incidiu na configuração das políticas públicas para a juventude, com avanços no tema da sucessão rural. Entretanto, pós-2015, esses avanços começaram a sofrer um processo de estagnação devido às mudanças de governo, com Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual), em que a juventude passa a não mais deter certa visibilidade na esfera federal.

Em 2015, último ano de realização das etapas das conferências, a juventude rural se organizou em suas comunidades, municípios e estados pautando políticas públicas, mas também pautando a permanência desses espaços institucionais, à época ameaçados pela possível extinção da SNJ e demais órgãos gestores e consultivos da juventude. É com base nesse cenário que a seção seguinte trata da participação da juventude do Mato Grande nesse processo.

### 3 A juventude rural do Mato Grande e a participação nas conferências

O Mato Grande é um dos dez territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte, abrange uma área de 5.758,60 km<sup>2</sup> e é composto por 16 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros e Parazinho. É considerado um território rural, onde a maioria da população (114.246 dos 223.761 habitantes) reside em zona rural (51,06%).

Mais que um limite geográfico pré-estabelecido, o Território do Mato Grande é uma identidade regional, onde as diversas relações, sejam elas pessoais, sociais e/ou profissionais, estão alinhadas a uma cultura ou modo de viver. A identidade do Mato Grande está estritamente ligada à agricultura familiar e às relações de vida do meio rural. São 6.665 agricultores familiares, sendo 5.161 famílias assentadas pela Reforma Agrária, além de uma comunidade quilombola.

O tecido organizativo do Mato Grande é sólido e é mantido por meio da participação dos moradores nas organizações que fomentam a participação social e política. O território conta com algumas iniciativas sociais inovadoras no estado, como os Bancos Comunitários de Pureza e de São Miguel do Gostoso. Os bancos comunitários seguem os valores e princípios da economia solidária e ofertam para a comunidade serviços de crédito para produção e consumo, alterando, assim, as dinâmicas e processos organizativos e sociais do território.

A forte inserção de associações e cooperativas, além do grande número de assentamentos rurais, influi de maneira significativa nas dinâmicas participativas dos moradores, incluindo a juventude. O Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (FOMAG), criado com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, possui um comitê de juventude, espaço de diálogo, proposição de políticas públicas e participação política para os jovens do território. A criação do comitê, e posteriormente seu andamento, ocorreu por meio do acúmulo organizativo que possuíam as organizações de juventude do território.

A juventude do Mato Grande estava presente, no período considerado pela pesquisa (ano de 2015), nos diversos espaços de participação existentes no território, sejam institucionalizados pelo poder público ou não<sup>4</sup>. Assim, os jovens do

---

4 Importante destacar que essa pesquisa teve início em 2015, momento em que havia uma grande presença da juventude em diversos espaços públicos, institucionalizados ou não. A partir do final de 2016, com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, muitas políticas públicas são diluídas e espaços participativos são enfraquecidos. Portanto, atualmente, a juventude rural do Mato Grande se engaja na tentativa de reconstrução da sua influência política.

território se inseriram em grupos, associações de moradores, associações produtivas, grupos de teatro, grupos religiosos, grupos de esporte e lazer, além de outros agrupamentos juvenis. Nessa mesma direção, a juventude rural também passou a atuar de forma mais coletiva nas suas comunidades e assentamentos. O fortalecimento de órgãos, entidades, sindicatos e movimentos sociais impulsionou a participação social de jovens rurais, tanto em espaços locais quanto externos aos assentamentos e comunidades, além de se engajarem em partidos políticos.

As experiências inovadoras de participação social no Mato Grande, como os bancos comunitários e o Comitê de Juventude do Fomag, possibilitaram a expressiva conferência territorial realizada pelo território, assim como a participação dos jovens rurais na etapa estadual e nacional, analisadas nas subseções a seguir.

### 3.1 Conferência territorial

O Território do Mato Grande se destacou no processo das conferências. Com um histórico positivo de participação juvenil nos espaços públicos locais e estaduais, o Território de Mato Grande realizou 12 conferências municipais, nas cidades de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco e Taipu. Assim, houve uma contribuição preparatória notável para a etapa territorial. De acordo com a Entrevistada 02 e uma das organizadoras das etapas municipais:

A gente não encontrou muito o desafio da articulação da etapa territorial porque a gente já tinha constituído o Comitê de Juventude e nós decidimos dar prioridade a realizar o máximo possível de conferências nos municípios, e onde a gente tinha o representante do comitê que morava naquele município, a gente se articulou com ele e ele se articulava com demais organizações do município pra poder organizar a conferência municipal (Informação verbal).

A realização das etapas municipais, mesmo em municípios pequenos, foi promovida pelo Comitê de Juventude do Território de Mato Grosso, que articulou as lideranças municipais, como forma de fortalecimento dos jovens para as etapas seguintes:

O poder público da nossa cidade não se interessou em fazer a conferência, a conferência foi toda organizada pela sociedade civil, em especial, o grêmio estudantil Eriberto Araújo, o qual eu era o presidente ano passado. A gente

teve que mobilizar o sindicato para fazer a convocatória. Então, ela contou com a presença de quase 50 pessoas, a gente fez uma mobilização nas escolas estadual e municipal e a gente teve uma participação muito boa dos jovens (Entrevistado 01, informação verbal).

O resultado dessa mobilização em dez cidades do território resultou em uma expressiva conferência territorial. Convocada no dia 23 de julho de 2015, pelo Comitê de Juventude do Território do Mato Grande, o território realizou sua conferência no dia 29 de agosto, com o tema “As várias formas de mudar o Mato Grande”. Esse encontro ocorreu em Parazinho/RN, com apoio do poder público e de diversas instituições parceiras. A conferência contou com a presença de 160 participantes, representando 45 instituições da sociedade civil e dos poderes públicos.

Questionado acerca dos resultados obtidos pela juventude rural do Mato Grande na etapa territorial das conferências, o Entrevistado 01 afirmou:

Em minha opinião, o que teve de resultado concreto para a juventude do Mato Grande é que as juventudes rurais estavam bem presentes e isso é um fato notório, todas as juventudes do meio rural participaram das conferências, seja do movimento LGBT, seja de movimento de mulheres da zona rural, então todos os movimentos rurais do Mato Grande participaram e eu vi a representação de movimento dos jovens urbanos menor que a do jovem rural, então isso é uma conquista muito grande, é importante a gente frisar (Informação verbal).

Foram eleitos para a Conferência Estadual de Juventude 12 jovens da sociedade civil, como delegados titulares, e 12 suplentes, além de um representante titular da sociedade civil de povos e comunidades tradicionais e três titulares e um suplente representando o poder público. De acordo com o relatório final, para os participantes, a realização da II Conferência Territorial do Mato Grande foi “um marco histórico para a juventude do Mato Grande e fortalecerá o Comitê de Juventude”. Conforme a Entrevistada 02, “a realização da conferência mobilizou 11 municípios do Território do Mato Grande e contribuiu com o fortalecimento das experiências da juventude local”.

### 3.2 Conferência Estadual

No dia 4 de agosto de 2015, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria Extraordinária Estadual de Juventude (SEJURN),

convocou a III Conferência Estadual de Juventude, que ocorreu nos dias 14 e 15 de novembro do mesmo ano na UFRN e contou com a presença de 23 entidades representativas do poder público e da sociedade civil. Essa conferência foi realizada sob coordenação da Sejern, em parceria com a Comissão Organizadora Estadual (COE) e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC).

Seu tema foi “As várias formas de mudar o Rio Grande do Norte” e contou com a presença de 200 participantes, entre delegados e ouvintes, reunindo representantes da juventude do estado. Nos dois dias do evento, rodas de conversas, grupos de discussão, trocas de experiências e intercâmbios entre os jovens dos diversos territórios do estado trataram de um importante leque de temas.

Percebemos que a questão territorial esteve bastante presente nas discussões e propostas, o que demonstra o anseio das juventudes do Rio Grande do Norte por políticas públicas de desenvolvimento dos territórios do estado. De acordo com o Entrevistado 01, as juventudes rurais participaram ativamente de todos os grupos temáticos (GTs): “eu acho que todas as juventudes se sentiram contempladas com os GTs, eu realmente não senti a ausência de nenhuma juventude em nenhum dos GTs, então foi bem proveitoso”.

O saldo da conferência estadual foi bastante positivo, com boa representatividade dos territórios e da juventude (campo, cidade, comunidades tradicionais, jovens não organizados e organizados em grupos e/ou coletivos, estudantes, gestores etc.). Para o Entrevistado 01, “a conferência estadual foi muito importante pra juventude no estado, uma vez que ela praticamente priorizou a participação dos jovens rurais, jovens indígenas, negros e LGBTQs”. O delegado na etapa estadual e articulador do território acredita que a participação da juventude nos espaços de conferências resultou em uma “evolução muito grande e muito importante para a juventude no estado [...] as conferências praticamente priorizaram essas classes que antes não eram ouvidas”.

Em cada GT, duas propostas foram selecionadas. Em diversos grupos temáticos, foi possível encontrar uma proposta eleita que contemplasse a juventude rural. Uma das propostas eleitas no GT “Direito ao território e mobilidade” foi:

Construir democraticamente um Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; e) educação DO/NO/PARA o campo; e e) cultura, esporte e lazer.

Diversas propostas provenientes da etapa estadual e da plataforma digital compuseram o caderno final de propostas da etapa nacional. A Conferência Estadual de Juventude elegeu 23 delegados para a etapa seguinte, sendo 18 jovens representantes da sociedade civil e cinco do poder público. Dos 18 delegados da sociedade civil, cinco foram representantes do Território do Mato Grande.

### 3.3 Conferência Nacional

Com o tema “As Várias Formas de Mudar o Brasil”, a III Conferência Nacional de Juventude (CNJ) ocorreu, entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2015, no Estádio Nacional Mané Garrincha, localizado em Brasília (DF). A III CNJ contou com a presença de 2.000 participantes, entre delegados de todos os estados, eleitos nas etapas presenciais e digitais, representantes de 14 delegações internacionais, que vieram ao Brasil com o objetivo de trocar 29 experiências de políticas públicas voltadas para a juventude, muitos ouvintes e diversos coletivos juvenis.

[...] 70% das(os) credenciadas(os) eram jovens negras e negros; toda a delegação com paridade de gênero, metade de mulheres cis/transgênero; 30% das(os) delegadas(os) eleitas(os) por meio da Plataforma Digital que permitiu a chegada de jovens que não teriam como participar por meio das etapas municipais e estaduais [...] (Souza, 2016).

Jovens representando a diversidade cultural das regiões do Brasil marcaram a III CNJ. Foi expressiva a presença de juventudes oriunda de povos e comunidades tradicionais. Os jovens indígenas, negros, rurais, urbanos, LGBTs etc. atuaram notoriamente na conferência. Essas juventudes preencheram os espaços de discussão, grupos de trabalho, plenária e mesas redondas, apresentando inúmeras demandas.

#### Quadro 1 – Propostas prioritárias da III Conferência Nacional de Juventude

Eixo	Proposta
Participação	Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de políticas públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses definidos percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.

Território	Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar às suas terras originais, e serem, assim, contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.
Segurança	Não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Fonte: adaptação de Silva Júnior, 2016.

De acordo com o Entrevistado 01, “as escolhas das propostas foram bem colocadas, priorizando a juventude indígena em relação à reivindicação da re-marcação de terra”. As propostas dos eixos Participação e Segurança abrangem todas as juventudes, assim como a criação do Sistema Nacional de Juventude e a não redução da maioria penal.

Porém, a proposta do eixo Território contempla a juventude rural por meio da regularização de assentamentos e reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais. Essa proposta (juntamente com aquela do eixo Segurança) foi a mais votada da conferência, o que mostra a importante organização da juventude rural não só nessa ocasião, mas em diversos espaços de participação. A pauta da Reforma Agrária está cada vez mais em evidência entre os jovens, o que repercutiu na eleição com grande votação da proposta territorial.

Em um momento conturbado da política brasileira, com a SNJ sendo reestruturada e agrupada com outras secretarias, a realização da Conferência Nacional de Juventude desempenhou um papel imprescindível na juventude do país, organizando os jovens, propiciando debates pertinentes, ampliando o exercício da cidadania e contribuindo com o desenvolvimento social dos mais de 600 mil jovens envolvidos nas diversas etapas realizadas, com uma metodologia que facilitou a participação em diversos espaços e em momentos diferentes.

Esse momento que estamos vivendo na história do Brasil requer mais ainda a nossa participação enquanto jovem, de compreender, de sair às ruas, de dizer que a gente é contra o golpe, que nós somos a favor de uma democracia inclusiva, que traga a juventude como sujeito de direito, sujeito protagonista, [...] na verdade a gente já está sofrendo as consequências. Eu avalio que a conferência trouxe essa expressão para a sociedade, porque já fazia

um tempo que não tinham essas atividades de juventude, então, esse foi um momento muito importante para nós nos organizarmos (Entrevistada 02, informação verbal).

A juventude rural desempenhou importante protagonismo na III Conferência Nacional de Juventude, com um satisfatório número de delegados. Assim, permitiu a consideração de muitas demandas de um jovem do campo. Para a Entrevistada 03, a participação da juventude rural no processo das conferências contribuiu para a “construção de uma sociedade inclusiva, onde os jovens constroem política pública”. A construção de possibilidades de acesso a direitos e a apoios políticos por parte da juventude rural representa um avanço significativo na luta por seu reconhecimento enquanto categoria social e política. Questionada acerca da conferência nacional e seus pontos positivos, a Entrevistada 02 afirmou:

Eu acho que a conferência [nacional] foi bacana, as propostas que foram colocadas foram interessantes pra gente da juventude rural. Colocar lá numa conferência nacional o Plano Nacional de Sucessão Rural como uma das prioridades pra ser realizada no Brasil foi muito animador (Informação verbal).

Com todas as dificuldades que o jovem rural enfrenta em espaços de participação dentro e fora de suas comunidades, sua inserção no processo analisado mostrou seu papel emergente nas disputas e debates de políticas públicas. Como afirmou a Entrevistada 03, “a juventude rural deixou claro que sabe o que precisa, que luta por seus direitos”. A eleição de uma proposta final que visa ao desenvolvimento de jovens rurais revela que o debate na academia e na esfera pública acerca da juventude do campo deve abarcar, além do êxodo rural, a sucessão rural. Com efeito, o futuro do desenvolvimento rural se assenta nas escolhas da juventude.

### Considerações finais

Em um período conturbado da política brasileira, marcado pelo desmonte de políticas públicas sociais e pela realocação de ministérios e secretarias, incluindo a Secretaria Nacional de Juventude, responsável pela organização das conferências, que foi realocada para o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a juventude brasileira, representada por mais de três mil delegados, reuniu-se em uma

conferência nacional que significou, para além de seu papel institucional, um ato político de resistência da juventude frente aos desafios postos à SNJ, à época, envolvida em disputas pela permanência da pasta no governo federal.

Os jovens rurais, antes atores invisíveis aos olhos da sociedade e do Estado, puderam expressar nas conferências da juventude de 2015 suas próprias demandas e dar voz a suas reivindicações, com uma condução consistente e articulada de propostas. Como resultado, os representantes da juventude rural conquistaram uma das três propostas principais, consistindo na consideração do jovem no processo de desenvolvimento rural com vistas à formulação do Plano Nacional de Juventude.

Para além das conquistas da etapa nacional, enquanto categoria, a juventude rural do Mato Grande, impulsionada pelas iniciativas locais de estímulo da participação social como os fóruns de políticas públicas, comitês, projetos de extensão das universidades, além das organizações, movimentos sociais e demais iniciativas comunitárias, conseguiu sair do processo das conferências de 2015 com um acúmulo organizativo e participativo que estimulou uma pujança no surgimento e organização dos jovens do território.

A juventude rural mostrou que tem condições concretas de realizar ações que garantam seus direitos. Sem dúvida, as conferências são espaços políticos de intensa disputa de poder. Todo o processo da III Conferência Nacional de Juventude, desde as mobilizações nos municípios, passando pelos debates, até a eleição de proposta dos jovens rurais, contribuiu para o fortalecimento da juventude rural enquanto categoria. Para essa juventude, as conferências podem ser consideradas espaços de participação, mas também um novo horizonte na forma de pensar, fazer e disputar políticas públicas.

Porém, passado o processo de conferências em 2015, quais serão os desdobramentos desse acúmulo organizativo adquirido pela juventude rural do Mato Grande frente a um período de instabilidade das Instituições Participativas? Acreditamos que pesquisas futuras contribuirão de maneira significativa nessa agenda de pesquisa.

## Referências

- AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil*. Brasília, Ipea, 2012.
- BRASIL. O que é? *Secretaria Nacional de Juventude*, 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventuderural/o-que-e?lang=es#.V2yD2NwZHbN>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

- CAETANO, Edson; AZEVEDO, Eva Emilia Freire do Nascimento. Políticas públicas e juventude: algumas particularidades do caso brasileiro. *Polis. Revista Latinoamericana*. Santiago, n. 48, 2017, pp. 01-18.
- CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Seropédica, Rio de Janeiro, Mauad X, 2009 (239).
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*. João Pessoa, v. 1, n. 45, Jul./Dez. 2016, pp. 193-212.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos de gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 7, Jun./Jul. 2002, pp. 09-31.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 13, n. 2, mai./ago. 2004, pp. 20-31.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Após a Participação: Nota Introdutória. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, v. 1, n. 84, 2011, pp. 13-23.
- MOURA, J. T. V. de; SILVA JÚNIOR, M. A. F. da; SILVA, J. A. da. Dinâmicas da juventude rural no campo político e a disputa por espaços nas Conferências de Juventude. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 9, 2021. *Anais [...]* Virtual, Coninter, 2021.
- PETINELLI, Viviane. As conferências públicas nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal (2003-2010). *Opinião Pública*. Campinas, v. 17, n. 1, Jun. 2011, pp. 228-250.
- PINTO, Celi R. J. As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública. Encontro anual da ANPOCS, 30, 2006. *Anais [...]*. Caxambu, Anpocs, 2006.
- SILVA JÚNIOR, M. A. F. da. *A participação da juventude rural nas Conferências territoriais, estaduais e nacional de juventude*. Trabalho de conclusão de curso, Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2016.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA, Ana Georgina; ALVES, Marcia Alves. Desenvolvimento territorial e associativismo: uma análise comparativa. *Revista TOMO*. São Cristóvão, n. 20, Jan./Jun. 2012, pp. 59-86.
- SOUZA, D. O que “resta” da #3ConfJuv? *Secretaria Nacional de Juventude*, 2016. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventude/noticias/o-que-resta-da-3confjuv#.V2ynV7grLIU>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

Recebido em: 09/07/2020

Aprovado em: 15/01/2021

**Como citar este artigo:**

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; MOURA, Joana Tereza Vaz de. Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015): o caso dos jovens do Território do Mato Grande. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 387-405.





## Ecologia política da soja: grande propriedade e conflitos socioambientais

Roberto de Sousa Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** A expansão do cultivo da soja tem sido um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos, que articula atores e ambientes e que define as formas de acesso e os usos dos recursos naturais. O estudo dos conflitos associados ao avanço da soja no Sul do Maranhão se baseou na análise da trajetória de sojicultores e de agricultores familiares, para elucidar como esses atores sociais estavam ligados por modos específicos de dependência recíproca, que redefiniram o acesso aos recursos naturais. Apesar de a sojicultura ter consolidado um modo de partilha do poder, os agricultores familiares conseguiram obter a regularização de suas terras.

**Palavras-chave:** Agronegócio da Soja. Agricultura Familiar. Ecologia Política. Sul do Maranhão.

**Political ecology of soybeans: great property and socio-environmental conflicts**

**Abstract:** *The expansion of soybean cultivation has been a process marked by contradictions, mobilizations and conflicts, which articulate actors and environments and define the forms of access and use of natural resources. The study of*

<sup>1</sup> Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – Brasil - roberto.sousa@professor.ufcg.edu.br – <https://orcid.org/0000-0003-2412-7914>.

*the conflicts associated to the soybean advance in the South of Maranhão started from the analysis of the trajectory of soybeans and family farmers, to elucidate how these social actors were linked by specific modes of reciprocal dependence that redefined access to natural resources. Although soybeans have consolidated a mode of power sharing, family farmers have been able to obtain regularization of their land.*

**Keywords:** *Soy Agribusiness. Family Agriculture. Political Ecology. South Maranhão.*

## INTRODUÇÃO

A construção de uma ecologia política da soja no Brasil é uma tarefa urgente e que exige a análise das correlações existentes entre as mudanças socioambientais relativas à intervenção do Estado na modernização da agricultura, na infraestrutura e na pesquisa agropecuária; e a atuação do capital privado nacional e internacional, considerando desde *tradings*<sup>2</sup> que controlam o processo produtivo da soja, venda de cultivares e insumos até a compra da produção. Das ações do Estado e do capital privado, emergiram projetos modernizantes, que articularam atividades econômicas, agrícolas e não agrícolas, e a apropriação e uso dos recursos naturais.

O agronegócio brasileiro utiliza três argumentos para legitimar o seu projeto agrícola: produção de alimentos, que contribui para a redução da fome; geração de emprego e de renda, que possibilita a redução da pobreza; e uso de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis, que colabora para a preservação da natureza. Contudo, essa narrativa oculta os grupos sociais que tiveram seus direitos negados, que perderam a posse da terra, e tiveram que migrar para as cidades ou se converteram em trabalhadores assalariados nas grandes lavouras; além de ocultar, também, problemas ambientais, como desmatamento e contaminação de rios e lagos, que afetam toda a sociedade.

A fim de contribuir para a construção de uma ecologia política da soja, este artigo aborda os processos de introdução e expansão da soja no município de

---

2 Como a *Archer Daniels Midland Company* (ADM), a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus, que formam o ABCD da soja (Heredia; Palmeira; Leite, 2009).

Balsas – localizado na Mesorregião Sul Maranhense<sup>3</sup>, na Microrregião Gerais de Balsas –, pioneiro do cultivo no Estado do Maranhão, com um plantio de 32 hectares, em 1977. Desde então, a área de plantio cresceu, chegando a 194.535 hectares, em 2012 (IBGE, 2013), conseqüentemente, acentuou-se também o desmatamento<sup>4</sup>. Outro ponto abordado no estudo são os conflitos pela posse da terra, pois, ao menos oito comunidades do Gerais de Balsas<sup>5</sup> possuem os títulos da terra, emitidos pelo Estado em 1997, mas não podem escriturar porque as terras já foram regularizadas por terceiros.

A compreensão dos conflitos pela posse da terra partiu de um recorte temporal, de 1977 a 2012<sup>6</sup>, para reconstruir a trajetória, o histórico produtivo e a percepção das mudanças socioambientais com base nos olhares dos sojicultores e dos agricultores familiares. Para a análise da sojicultora, foi realizado um levantamento das principais políticas e programas governamentais e das percepções acadêmicas sobre o avanço da sojicultura no Brasil, Cerrado, Amazônia, Sul do Maranhão e Balsas, e a realização de entrevistas semiestruturadas com sojicultores pioneiros, que se estabeleceram nos anos 1970 e 1980, e sojicultores colonos do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, Terceira Fase (PRODECER III), implementado nos Gerais de Balsas, em 1995.

Para o estudo da agricultura familiar, foi feita uma consulta a documentos da cúria diocesana de Balsas, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação Camponesa (ACA), nas quais foram encontrados jornais que retratavam os conflitos e lutas pela terra nos anos 1990, e do Sindicato de Trabalhadores e

---

3 O Sul do Maranhão é conhecido pelos habitantes e estudiosos locais como Sertão maranhense, Alto Sertão, Sertões de Pastos Bons e Território de Pastos Bons. No decorrer do texto, é possível que seja utilizada alguma das expressões para manter a ideia original do texto citado, mas haverá sempre uma preocupação em denominar a região de Sul do Maranhão para facilitar a compreensão do leitor alheio às peculiaridades da área de estudo.

4 Até 2002, foram desmatados 32.608 km<sup>2</sup> de Cerrado maranhense e, entre 2002 e 2008, foram mais 14.825 km<sup>2</sup>, o que colocou o Estado na liderança do *ranking* dos que mais desmataram no período (Brasil, 2009). Até 2000, foram desmatados 104.256 km<sup>2</sup> da Amazônia maranhense (INPE, 2002) e, entre 2004 e 2010, foram desmatados 5.793 km<sup>2</sup> (INPE, 2010).

5 Os Gerais de Balsas é a região de maior dinamismo agrícola no Sul do Maranhão, contemplando parte dos municípios de Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão, e uma faixa de terra do Estado do Tocantins. Nessa região, foi instalado o PRODECER III, nos anos 1990 – em virtude de ser um planalto (chapada) favorável à mecanização e com regularidade pluviométrica –, e, logo depois, grandes empresas produtoras de grãos.

6 Adotou-se de 1977 a 2012 como referência porque as principais transformações sociais, econômicas e ambientais ocorreram no período: chegada dos sojicultores pioneiros em 1977, instalação de empresas produtoras de grãos a partir de 1985, conflitos pela posse da terra e a criação de assentamentos nos anos 1990, e, finalmente, a implementação de novas formas de gestão do processo produtivo da soja a partir dos anos 2000.

Trabalhadoras Rurais de Balsas (STTR)<sup>7</sup>. As conversas com lideranças sindicais e com a ACA foram profícuas. Foi informado que havia um grande projeto de assentamento no Alto e Médio Rio Balsas, que, embora não tivesse conseguido regularizar todas as áreas, conseguiu frear a ação de especuladores. Das áreas apresentadas, foi escolhido o projeto Rio Peixe, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas para resgatar o histórico produtivo, os conflitos e a percepção das mudanças ambientais pelas famílias.

Assim, o artigo está organizado em três partes. A primeira debate a ecologia política, brevemente, e apresenta a incorporação da sociologia e a formulação de uma ecologia política figuracional, para analisar as tensões e modificações em torno do agronegócio da soja. Depois, na segunda parte, faz-se uma análise da sojicultura e da grande propriedade com base na trajetória de duas famílias que migraram do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, e de colonos do Projeto Batavo, instalado nos anos 1990, assim como o ingresso de novos atores sociais e políticos na produção e comercialização da soja. Ao final, discute-se como a atuação de ONGs, movimentos sociais e sindicatos contribuíram para a regularização de terras ocupadas por agricultores familiares e, consequentemente, para uma mudança figuracional ampla.

## ECOLOGIA POLÍTICA: PODER E MUDANÇAS FIGURACIONAIS

A ecologia política<sup>8</sup> é um campo de investigação e um movimento crítico, formado no fim da década de 1960 e início da década de 1970, quando as explicações para os problemas ambientais eram pautadas no crescimento populacional, na tecnologia inadequada e na má gestão, sendo a maioria dos argumentos apolíticos. Nas décadas seguintes, a ecologia política refletiu sobre a distribuição desigual dos benefícios e dos custos associados às mudanças socioambientais, reforçando a desigualdade social e econômica (Bryant; Bailey, 1997); e sobre os processos de industrialização, de desindustrialização e de degradação ambiental, oriundos da globalização neoliberal (Peet; Robbins; Watts, 2011).

Não se pode negar, portanto, que a ecologia política, desde seu início, procurou analisar os processos de valorização e apropriação da natureza e se constituiu em um campo de luta pela sua desnaturalização (Latour, 2001). Ao procurar

7 Fundado em 27 de abril de 1968 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em abril de 1970, o sindicato foi criado para que os trabalhadores rurais tivessem acesso ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado pela Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963.

8 Segundo Minch (2011), o termo *ecologia política* foi usado pela primeira vez em 1935, por Frank Thone. Em 1972, Eric Wolf retomou o termo para pensar como as regras locais de propriedade e herança mediam as pressões da sociedade sobre o ecossistema.

desnaturalizar a natureza, a ecologia política trouxe para o debate as relações de poder, enquanto mediadoras das relações entre seres humanos e destes com a natureza (Leff, 2003). Deste modo, a degradação ambiental é fruto da interação de diferentes atores sociais e de processos políticos (Laschefski; Costa, 2008) que refletem relações de poder assimétricas (Miranda, 2013).

Para a construção de uma ecologia política da soja que se distanciasse das orientações normativas<sup>9</sup> e, ao mesmo tempo, fosse capaz de apresentar novas ferramentas teóricas e metodológicas para a investigação das relações socioeconômicas associadas à apropriação de recursos naturais e aos processos de mudança ambiental, incorporou-se a definição de poder de Elias (2001). O referido autor parte do princípio de que os indivíduos não são apresentados, socialmente falando, como seres totalmente fechados em si mesmos, mas interdependentes, compondo figurações que podem ser observadas e comprovadas empiricamente, podendo, assim, precisar o nascimento e desenvolvimento de figurações específicas.

Em termos analíticos, o estudo de uma figuração não pode ser dissociado das categorias de interdependência, função (compreendido de modo relacional, pois só é possível falar em função quando se fala de interdependências que constroem pessoas, umas mais, outras menos) e coerção. Assim, este estudo se centra na compreensão dos condicionamentos que os seres humanos estabelecem mutuamente e nas transformações que sofrem, individualmente ou em grupo, devido ao aumento ou à redução de suas interdependências e às variações de poder (Quintaneiro, 2006).

A apreensão das figurações sociais exige um raciocínio que não se pautem em individualidades ligadas umas às outras, mas em termos de relações variáveis entre as posições definidas pelas relações estabelecidas entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos. Pensar uma figuração é complexificar o processo de dominação, que deixa de ser entendido como uma ação exercida do exterior e em uma única direção, de um indivíduo ou grupo sobre o outro, e passa a ser concebida pelas relações de interdependência existentes entre fracos e poderosos (Heinich, 2001).

Os processos de mudança em uma figuração são explicados com base em modelos abrangentes que mapeiem, temporal e espacialmente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um grupo ou sociedade, permitindo,

---

9 A ecologia política normativa é perpassada pela tentativa de difusão da preservação da natureza e a garantia de acesso aos recursos naturais às gerações futuras (Miranda, 2013). Especialmente os trabalhos que problematizam a justiça ambiental, como Acsehrad (2010), Martínez-Alier (2011), Anguelovski e Martínez-Alier (2014), entre outros.

assim, a compreensão das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. Descobertas as interdependências, a identidade última dos indivíduos que formam a figuração pode ser reproduzida:

(...) a determinação das interdependências torna possível preservar totalmente, nos indivíduos de outras sociedades, sua singularidade, sua exclusividade e diferenciação, ao mesmo tempo reconhecendo-os como pessoas em cuja situação podemos nos colocar, ou seja, como homens semelhantes a nós, com os quais estamos ligados por meio de uma identificação última enquanto seres humanos (Elias, 2001: 217).

O declínio e a ascensão de um grupo social dentro da figuração são determinados pelas correlações de forças produzidas pelas relações de interdependências entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. Quando o balanço de tensões da figuração de indivíduos é alterado, devido às tensões e aos conflitos entre os grupos sociais e entre os membros do grupo, ocorre uma movimentação no interior da figuração (Elias, 2001), marcada pela redefinição das posições sociais e dos projetos políticos e econômicos.

Neste sentido, as formas de dominação são resultantes de lutas sociais que estabilizam, por um determinado momento, a distribuição de poder (Elias, 2001). Apesar do processo de dominação consolidar um modo de partilha do poder, ainda assim haverá um equilíbrio instável de tensões enquanto existir uma interdependência funcional entre as pessoas, mesmo que as diferenças de poder sejam grandes, porque o poder não é como amuleto, que um indivíduo possui e o outro não, mas é intrínseco às relações humanas, todas elas (Elias, 2005).

A ecologia política da soja ilustra como a chegada dos primeiros sojicultores gaúchos ao Sul do Maranhão, nos anos 1970, deu início à formação de uma figuração social específica, que foi sendo modificada ao longo do tempo, por movimentações locais, nacionais e internacionais, que reconfiguraram as distribuições de poder e os modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Os cultivos mecanizados realizados pelos gaúchos mostraram aos proprietários de terras, comerciantes e políticos locais que as chapadas, até então desprezadas, tornavam-se altamente produtivas após a correção da acidez do solo, dando início a uma corrida pela regularização fundiária e, conseqüentemente, a conflitos pela posse da terra nos anos 1990<sup>10</sup>.

10 Para mais detalhes sobre os conflitos, ver Miranda (2011: 149-162).

Como bem destaca Elias (2001), a alteração na correlação de forças no interior da figuração social agropecuária<sup>11</sup> modificou as relações de interdependência e a figuração social como um todo. No surgimento da figuração social da soja, as relações de interdependência eram, claramente, entre os sojicultores migrantes que necessitavam do investimento estatal – financiamento para instalação, custeio, investimentos em infraestrutura de transporte e armazenamento e pesquisa agropecuária –, e, por seu turno, o Estado precisava de agricultores com alguma experiência no uso de tecnologia e dispostos a modernizar a agricultura nos rincões do Brasil, para promover o modelo de desenvolvimento rural e econômica planejado.

Uma nova movimentação na figuração social teve início em 1992, depois da primeira exportação de soja maranhense para a Europa. Os conflitos pela posse da terra, em grande medida desconhecidos pela população do município de Balsas (empolgada com as notícias de que a soja estava promovendo o desenvolvimento local), passaram a ser divulgados em países europeus, Alemanha, Áustria e Itália, especialmente, e causaram mal-estar no novo mercado consumidor, que exigia, desta maneira, uma resolução para que fossem ampliadas as compras. Em resposta, o governo do Estado do Maranhão criou assentamentos rurais, em 1997, nos Gerais de Balsas, modificando não apenas a figuração social da soja, mas a agropecuária local.

Assim, a noção de poder de Elias (2001; 2005) permite à ecologia política articular a natureza e a política, sem sobreposições, a partir da análise das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais<sup>12</sup>, locais, regionais, nacionais e internacionais, defensores de estratégias de apropriação de recursos naturais num determinado espaço, que acabam entrando em rota de colisão. Há pouco tempo, muitos ecologistas políticos enfatizavam apenas uma destas dimensões, como bem destacam Vayda e Walters (1999), e Latour (2004).

O olhar para o local e suas relações com o global e vice-versa, a fim de compreender os conflitos e os processos de mudança ambiental, abriu caminho para

---

11 A teoria de Elias (2001; 2005) fala em figurações sociais, no plural. Cada figuração social específica tem suas tensões internas, podendo haver também tensões entre diferentes figurações. No decorrer do texto, será analisada a figuração social da soja e figuração social da agricultura familiar, que possuem gênese bem específicas, e uma figuração social mais ampla, que será chamada de figuracional social agropecuária para incluir os demais atores sociais do campo, como os agricultores familiares, os representantes sindicais e movimentos sociais.

12 Para mapear os indivíduos inseridos num determinado espaço, usa-se técnicas estatísticas que isolam os grupos sociais para que sejam feitas a caracterização da organização e a avaliação da distribuição de poder (Elias; Scotson, 2000).

uma ecologia política de escalas, que trata das variações sociais e biofísicas em diferentes níveis de agregação: local, regional, nacional e global. A ecologia política de escalas deve ser socialmente construída, relacional e contingente, para realçar as faces do poder e dos conflitos oriundos da apropriação de recursos naturais (Zimmerer; Bassett, 2003; Neumann, 2009).

Nos trabalhos de Jatobá, Cidade e Vargas (2009), e Miranda (2011), o uso das escalas foi fundamental para a compreensão de como relações sociais, políticas e econômicas definem e redefinem aspectos locais e globais e são vetores de processos de mudanças ambientais. No entanto, a adoção das escalas exige alguns cuidados referentes ao papel das relações de interdependência entre os atores e grupos sociais que engendram os processos de mudanças ambientais, de modo que nem o local e nem o global devem ser considerados unilateralmente para explicar a problemática socioambiental.

Muitos estudos em ecologia política têm incorporado o uso das escalas para compreender as transformações locais decorrentes do estabelecimento de atividades agrícolas ou de mineração, orientadas por estratégias econômicas e políticas, nacionais e internacionais, de exploração de recursos naturais que geram muitos conflitos e fragilizam financeiramente e culturalmente as populações locais e tradicionais (Gezon, 2004; Hornborg, 2004; Paulson, 2004; Stevens, 2004; Miranda, 2011).

## A SOJICULTURA E A GRANDE PROPRIEDADE

Refletir criticamente sobre a sojicultura exigiu o mapeamento, temporal e espacial, dos aspectos socioeconômicos e políticos, para compreender o surgimento da figuração social e as relações de interdependência e as tensões que desencadearam mudanças figuracionais. Exercício este que se baseou na análise das políticas e dos programas governamentais que possibilitaram a migração gaúcha em 1977, a instalação das primeiras empresas produtoras de grãos a partir de 1985, e a criação do Corredor de Exportação Norte, em 1990 (parceria com o governo japonês), para impulsionar o cultivo de soja no Cerrado; além de ter se baseado na análise das ações do capital privado nacional e internacional a partir dos anos 2000. Em um primeiro momento, a sojicultura dependeu da atuação estatal para se estabelecer. Estabelecida como principal atividade agrícola, atraiu o capital nacional e internacional e sofreu profundas modificações, como veremos a seguir.

Os primeiros sojicultores, aqui chamados de *pioneiros*, deslocaram-se do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, em busca de terras baratas e aptas

ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e de crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais e para o plantio de culturas modernas. Essas estratégias produtivas e econômicas representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais – mediante o uso das chapadas, áreas subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares balsenses –, que serão analisadas com base nas *estratégias produtivas* de dois pioneiros da soja: os senhores Leonardus Philipsen e Antídio Sandri.

O primeiro agricultor a cultivar soja no Maranhão foi o senhor Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou a São Paulo no ano de 1949, mudando-se para Não-Me-Toque (RS), em 1956. Já em 1957, o agricultor começou a cultivar a terra por meio de financiamento de custeio, junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960, vendeu suas terras, 24 hectares, para arrendar uma área de 400 hectares no município vizinho da Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (Kaiser Silva, 2009).

Em 1974, ao se dirigir à agência do Banco do Brasil de Carazinho (RS), o senhor Philipsen foi informado pelo gerente que o banco estava disponibilizando crédito subsidiado, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em *modernizar a agricultura do Sul do Maranhão*<sup>13</sup>. Em 1974, o senhor Philipsen foi pela primeira vez a Balsas, em busca de terra e crédito. Depois de algumas viagens à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI), em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 hectares, no valor de 3.800.000,00 cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a., sem correção monetária e sem necessidade de avalista (Kaiser Silva, 2009).

Em 1977, na Fazenda Santo Isidoro, próxima à cidade de Balsas, o senhor Philipsen realizou o primeiro cultivo de soja do Estado do Maranhão. Foram plantados 32 hectares. A colheita de soja não foi boa, porque a maneira de cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adequada para o Cerrado. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa, do então pecuarista Eloy Coelho Netto, que ficava a 45 km da sede municipal de Balsas. A nova área de cultivo de 6.000 hectares recebeu o nome de Fazenda Boa Vista:

13 Embora o senhor Leonardus Philipsen não faça menção ao nome do programa, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

A primeira área foi plantada aqui no coco [área na divisa entre os municípios de Balsas e de Riachão], na Fazenda Santo Isidoro, a primeira variedade que foi plantada era do Sul, não era nem daqui, não existia variedade de soja [para o Maranhão], daí fomos pegar uma do Sul para cá, e daí, como o clima é diferente, não cresceu direito, (...) aí não desenvolveu, não deu certo, não é? Fomos pegando variedades mais aqui de perto, Goiás, e mesmo assim ainda não rendia muito não. (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

Antídio Sandri e seu irmão Delmo Sandri começaram a planejar a saída do Rio Grande do Sul, na segunda metade dos anos de 1970, em busca de terras que atendessem às necessidades de manutenção da família, porque a área que possuíam era pequena:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

Já com a intenção de vender os 15 hectares no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, o primogênito da família, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um tio que já havia comprado terras no Sul do Maranhão falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado e com terras baratas, fechando logo o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi no Rio Coco, totalizando 813 hectares, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Após comprarem as terras, surgiram muitas ofertas de venda de terras para a família:

Na época que nós chegamos, vinha todo mundo, domingo tinha muita gente querendo *vender as chapadas*, vender as terras porque nas chapadas não dava nada, então muita gente querendo vender terra e oferecia, aí nós fomos

comprando umas áreas e fomos seguindo, fomos se localizando. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

No Rio Grande do Sul, os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho da família. Às vezes, no plantio e na colheita, pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família Sandri ao chegar ao Sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

*Lá diversificávamos um monte de cultura*, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós no começo sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas por sorte que no primeiro ano que nós plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nós demos uma levantada boa. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

O primeiro cultivo de soja realizado pela família Sandri foi em 1980, quando plantaram 30 hectares. A área de soja plantada permaneceu pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custear a produção junto ao Banco do Brasil, que considerava uma operação de risco, porque não havia cultivares adequados para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja do período era ensacada – não havia caminhões graneleiros – e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia. O risco operacional destacado mostra que a sojicultura não havia, ainda, estabelecido uma relação de interdependência com o Estado e os órgãos oficiais de financiamento para modificar as correlações de força e, por conseguinte, uma mudança na figuração social.

A intenção principal dos *sojicultores pioneiros* era a ocupação das terras pouco utilizadas pelos agricultores e pecuaristas locais, as chapadas, associada à ideia, implícita, de desenvolvimento econômico mediante a modernização da agricultura e criação de empresas do ramo agrícola, para gerar empregos e atrair mais gaúchos para Balsas. A partir dos anos 1990, quando a soja já estava definitivamente estabelecida, as intencionalidades dos pioneiros se centraram no aumento da área de cultivo e na intensificação do uso da terra:

Nós plantamos 2.800 ha [de soja em 2008]. Mas temos os pivôs de irrigação que a gente chega a plantar três vezes no ano, *plantamos milho, plantamos soja e plantamos feijão*. Em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas.

Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o emprego seguro e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

Novos atores sociais aderiram à sojicultura e iniciaram a primeira mudança na figuração social: a Agropecuária e Industrial Serra Grande (AGROSERRA), criada em 1985 para o cultivo de soja; a SLC Agrícola, que, em 1988, vendeu sua fazenda de 2.000 hectares, em Horizontina (RS), para comprar 26.000 hectares no Sul do Maranhão (Ferrari, 2011) para cultivar soja; e a CEVAL, que, em 1989, iniciou suas atividades no Sul do Maranhão com o financiamento de lavouras de soja e a construção de uma unidade de secagem e armazenamento de grãos. A AGROSERRA e a SLC Agrícola foram as primeiras empresas produtoras de soja, e a CEVAL a primeira a financiar as lavouras na região, iniciando o processo de *empresarização da soja*.

Os 28.000 hectares de terra adquiridos pela AGROSERRA estão estrategicamente localizados, próximos à MA-006 e à BR-230 (a noroeste de Balsas), para facilitar o escoamento da produção de soja e da produção de cana-de-açúcar a partir de 1990, com a construção de uma usina para produzir álcool. A SLC adotou estratégia semelhante: comprou sua primeira fazenda próxima à MA-006 (ao sul de Balsas) para cultivar soja e, nos anos 2000, o algodão. O processo de empresarização da soja é marcado pela ressignificação da grande propriedade, para que os gastos decorrentes da falta de uma infraestrutura de transporte adequada fossem compensados com uma produção em escala.

Nos anos de 1990, o Banco da Amazônia SA (BASA) e o BNB estimularam a expansão da soja, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas (PAPDPB), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal incentivo fiscal da região, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988 (França; Santana, 1997). As ações estatais foram fundamentais para fortalecer as relações de interdependência com os sojicultores e modificar, pela segunda vez, a figuração social da soja e abrir caminho para novas transformações no médio prazo.

O então governador do Maranhão, Edson Lobão, endossou as ações estatais de viabilização da sojicultura no Sul do Estado com a criação do Corredor de Exportação Norte, em 1990, e com a formalização de acordo com a CEVAL, em

1993, para a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja em Balsas. A empresa catarinense foi a primeira a exportar soja maranhense para a Europa, no dia 17 de julho de 1992, através do Porto da Madeira, e tinha a intenção de processar a oleaginosa para fomentar a suinocultura e avicultura na região.

O jornal O Estado do Maranhão publicou, no dia 19 de agosto de 1993, no caderno de economia, que: “Balsas ganhará duas indústrias: Ceval<sup>14</sup> e Agroceres promovem investimentos no Sul do Maranhão”. A primeira esmagaria soja e a segunda produziria álcool com a cana-de-açúcar. O também jornal maranhense, *O Imparcial*, meses depois, em 17 de novembro de 1993, foi mais contundente: “(...) a Ceval Alimentos S/A, uma das maiores cooperativas do país, iniciará a construção de uma grande indústria de soja no Sul do Maranhão”.

Aby-Azar (1993), da Gazeta Mercantil, forneceu mais detalhes do empreendimento, mostrando que a CEVAL tentava enquadrar o projeto no Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PRODEIN), financiado com recursos do Banco do Estado do Maranhão (BEM), para financiar a instalação da fábrica. Furtado (1993), da Revista Exame, em sua matéria fala que há um *Eldorado no Maranhão*, Balsas, que atrai toda semana uma média de 40 novos migrantes vindos da região Sul.

O crescente aumento da produção de soja e a infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do Sul do Maranhão, que tanto animou a CEVAL a realizar investimentos em Balsas, também chamou a atenção de outras empresas, nacionais e transnacionais, receptoras de grãos, e marcou o início de grandes projetos de investimento privado. Paulo Alberto Fachin, ex-plantador de batata no Paraná, chegou a Balsas em 1986, e, em 1995, criou a Ceagro para comercializar soja, financiar lavouras e vender insumos. Em 1996, foi a vez da norte-americana Cargill inaugurar sua primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas.

Apesar de o processo de empresarização da soja estar em curso na época, no dia 9 de maio de 1995, a implementação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas (PC-GEBAL), também chamado de Projeto Batavo, com recursos do PRODECER, estabeleceu um modelo agrícola cooperativo que aumentou a produtividade agrícola regional. A coordenadora (CAMPO) e a executora (Batavo) do projeto de colonização escolheram e assentaram 40 agricultores naturais das regiões Sudeste e Sul do país. Um dos beneficiários do Projeto Batavo,

---

14 A CEVAL e a Agroceres não se instalaram em Balsas. Em 1997, a CEVAL foi comprada pela holandesa Bunge, que passou a negociar com o Estado do Piauí. Em 2002, foi inaugurada em Uruçuí uma fábrica da empresa.

o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas foram:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebrar ou morrer, para sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa que... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui dos que me inscrevi e fui escolhido para vir. (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

Os colonos do Projeto Batavo tinham a intenção de ter a posse da terra e/ou novas oportunidades de trabalho, mesmo que não viessem cultivando a terra. Os recursos disponibilizados pelo PRODECER eram atrativos para a época, 1,2 milhões de dólares<sup>15</sup> para cada colono, enquanto o salário mínimo, em 1994, era de 70,00 reais e o valor médio do dólar era de 90 centavos de real. Embora os colonos do Projeto Batavo, desde 2004<sup>16</sup>, estivessem desarticulados, mostraram que as terras dos Gerais de Balsas eram altamente produtivas para o cultivo da soja, despertando, assim, o interesse de empresas agropecuárias que logo se instalaram para cultivar soja e depois o algodão.

A terceira mudança na figuração social da soja ocorreu quando novas formas de gestão agrícola foram adotadas e novos atores foram inseridos, redefinindo completamente o modelo produtivo. A Agrinvest, criada em 2004, comprou 50.000 hectares de terra no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, com a emissão de títulos na Euroclear, câmara de compensação de títulos, que captou 26 milhões de dólares (Antunes, 2010). O Grupo argentino Los Grobo, em 2008, comprou a Ceagro, que já atuava no Cerrado financiando lavouras e exportando grãos, e forma a Los Grobo Ceagro Brasil S.A., que, em 2012, passa a ter a Mitsubishi Corporation como acionista controladora do grupo que produziu 1.000.000 toneladas de grãos em 2013.

As empresas Agrinvest e Los Grobo transformaram o agronegócio brasileiro. A primeira abriu caminho para uma nova forma da capitalização do agronegócio no Brasil, ao realizar a primeira operação de captação de recursos no setor

15 Para comprar um pivô central de irrigação para 50 hectares, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel; construir galpões e uma casa na agrovila; e desmatar e corrigir o solo.

16 Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda. abriu processo de liquidação em 15 de dezembro de 2004, tendo como liquidante o colono Devanir Bazanni.

agrícola, a partir da sua capacidade de gerar renda, diferentemente das linhas tradicionais de crédito, que exigem garantias materiais para conceder financiamentos. A segunda redefiniu a gestão agrícola e a prestação de serviços no campo, ao produzir sem terras e maquinários próprios, transformou os *antigos produtores* em prestadores de serviços (Netto, 2008). Pode-se concluir, deste modo, que as relações de interdependência foram alteradas, saindo da esfera estatal, em direção ao capital privado, especialmente o internacional, que passou a ser o principal agente financiador.

A reestruturação empresarial e produtiva do agronegócio brasileiro continuou nos anos 2010, com o ingresso de fundos de investimento norte-americanos e de multinacionais asiáticas no processo produtivo e na infraestrutura de transporte, o que contribuiu para o crescimento da produção de soja. Contudo, o início técnico da recessão econômica em 2014, um dos fatores que contribuíram para a redução de investimentos no país, afetou empresas como a Agrinvest, que, após a saída do fundo norte-americano Ridgefield Capital, que vendeu sua participação a um grupo de investidores brasileiros, está à procura de um parceiro que adquira uma parte das ações para que os investimentos em custeio do processo produtivo sejam ampliados e as finanças sejam reequilibradas (Batista, 2014).

Na década de 2010, as mudanças na Ceagro Los Grobo do Brasil foram mais profundas. A Mitsubishi Corporation, a última grande empresa japonesa com atuação no mercado de grãos a ingressar no mercado Brasileiro, comprou 20%, em 2012, e mais 60%, em 2013, das ações da Ceagro Los Grobo. Com a reestruturação acionária da Ceagro Los Grobo, os grupos Los Grobo e Vinci deixaram a empresa, e o empresário Paulo Alberto Fachin manteve 20%, continuando como CEO (Oscar; Scheller, 2013), e a empresa passou a se chamar Agrex do Brasil. A nova empresa cultiva de 70.000 hectares de soja e milho nos Estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e do Goiás, e disputa espaço entre as gigantes do agronegócio (Pontes, 2014).

Empresários nacionais se mobilizaram para competir com as multinacionais. Em 2011, José Gomes da Silva, da Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), cria a Cantagalo General Grains (CGG), em parceria com Wilson Vian (da GFN Agrícola) e Paulo Moreira Garcez (da Agrícola Estreito), que recebem, em seguida, aportes financeiros do fundo norte-americano Valor Grains e da japonesa Sojitz (Barros, 2017). A CGG possui quatro fazendas nos Estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Piauí, totalizando 146.789 hectares, e executa o projeto de construção do Terminal de Grãos do Maranhão (TELEGRAM), no complexo portuário de Itaqui, estratégico para a exportação de grãos para a Europa. Contudo, a tentativa de disputa dos empresários

brasileiros com a ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus não foi exitosa, e 43,13% da CGG Trading foi vendido para a Sojitz, em 2017 (CGG, 2017).

A empresarização da soja no Sul do Maranhão representou um expressivo movimento no interior da figuração, tendo em vista que as grandes empresas receptoras de grãos passaram a controlar, indiretamente, o processo produtivo: financiam o custeio das lavouras, vendem insumos e defensivos agrícolas e compram a produção, deixando os produtores particulares dependentes de suas ações. Muitos sojicultores do Maranhão acabaram arrendando suas terras para empresas produtoras de grãos como a SLC Agrícola, que possui 2 fazendas e uma área plantada de 95.228 hectares (SLC, 2017), e a Agrex do Brasil, que possui 12 áreas de produção e armazenamento (AGREX DO BRASIL, 2017), por ser mais rentável do que plantar.

## AGRICULTURA FAMILIAR E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ao implementar do Corredor de Exportação Norte, para que a soja produzida no Estado do Maranhão fosse exportada pelo Porto da Madeira, em São Luís, o governo federal estimulou não apenas uma corrida pelas terras devolutas do Sul do Maranhão, mas uma modificação na figuração social agropecuária que contempla sojicultores, empresas produtoras e comercializadoras de grãos, agricultores familiares e mediadores. O equilíbrio instável de tensões, nos termos de Elias (2005), entre sojicultores e agricultores familiares, passa a ser alterado quando a luta pela posse da terra começa, nos anos 1990.

Não se quer dizer que as tensões eram inexistentes até então, mas que a fagulha para uma alteração mais profunda no equilíbrio foi a ação do Estado brasileiro, às vezes em parceria com outros países, para converter a sojicultura em principal atividade agrícola do Cerrado, não só do Sul do Maranhão. As terras férteis dos Gerais de Balsas, por exemplo, em sua grande maioria cultivadas pelos agricultores familiares, passaram a ser foco da ação de grileiros, que iniciaram uma ampla regularização fundiária, chancelada pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA). A defesa do direito de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas foi articulada pela Igreja Católica e pela Igreja Luterana de Balsas.

As ações da Igreja Católica tiveram início nos anos 1970, com o Movimento de Educação de Base (MEB), que formou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para: realizar orientações sobre higiene, alimentação e levantamento das doenças; zelar pela escola, com base na conscientização dos professores sobre seus direitos (salários, segurança no trabalho e cursos de aperfeiçoamento)

e deveres; e contribuir para o cultivo da terra, mediante orientações sobre plantio, comercialização e informações de preços.

No período do trabalho de base da Igreja Católica, as famílias plantavam, em roças de toco<sup>17</sup>, o arroz, o feijão (que após a colheita era armazenado em um paiol bem fechado para que não estragasse) e a mandioca (para fazer a farinha e armazená-la para o consumo durante o ano). Para adoçar as bebidas, era plantada a cana-de-açúcar e fabricada a rapadura, o açúcar da época. Apesar das dificuldades, todos os anos as famílias produziam o suficiente para consumir e vender na cidade e, assim, comprar o que não era possível obter da roça.

(...) ele [agricultor familiar] já contava com a capacidade de trabalho que ele tinha, da quantidade de filhos e ele já calculava – Eu vou botar quatro linhas, seis linhas, dez ou 20 linhas com a intenção de produzir “x” quantias para ter essa quantia para o consumo e outra para eu vender e isso era o arroz, o produto básico que era plantado, a mandioca, o feijão e o milho eram os quatro produtos básicos e sempre foram, a fava que é da mesma família do feijão, e dali quando ele colhia, ele já guardava, armazenava uma parte para comer o ano todo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

Nas chapadas, as famílias não realizavam o cultivo da terra porque o solo não era apropriado para o desenvolvimento de uma agricultura tradicional. Estas áreas eram utilizadas para a criação de gado e equinos. Os animais pastavam livremente pelas chapadas, que anualmente eram queimadas para que a vegetação renascesse em condições adequadas para a alimentação dos rebanhos. As chapadas também forneciam frutas para o consumo:

(...) a gente pegava muito coco catolé, coquinho de chapada que dá baixinho, que a gente até usava pouca gordura, a gente usava mais era coco, fazia o preparo do leite de coco para preparar a comida e o que a gente mais usava era coco, buriti, bacaba, buritirana, essas frutas como o pequi. Pequi naquela época a gente usava para fazer sabão, usava o bacuri também e o buriti a gente tirava também para tirar o azeite do buriti que o povo diz que é medicinal, para mordida de cobra, essas coisas. (Entrevista com João Américo do Boqueirão)

O coco catolé era muito utilizado para a produção de azeite. O processo começava com a extração, retirada da amêndoa, assamento das amêndoas, esmagamento

17 Modelo de cultivo que consiste na derrubada das árvores de maior porte, na queima e na limpeza parcial do terreno. São chamadas de roça-de-toco porque as árvores são cortadas na altura aproximada de 60cm.

das amêndoas assadas e o refino do óleo; procedimento semelhante era adotado para a produção de azeite de coco babaçu. O buriti é uma palmeira que fornecia o talo para fazer as balsas e o fruto, semelhante a um ovo com escamas, coletado no chão e cozinhado para que fosse separada a casca da carne do fruto, procedimento mais simples que a produção de azeite de coco. O suco de buriti era, e ainda é, uma importante fonte de alimento, principalmente para o desjejum.

O trabalho do segmento progressista da Igreja Católica de Balsas se inseria, desta maneira, em ações mais amplas de reformas de base que assegurassem os direitos dos grupos sociais menos favorecidos da cidade e do campo. A organização das comunidades rurais contribuiu para garantir a permanência das famílias em suas terras, o que, para os padres e irmãos Combonianos, era central, e para as famílias, até os anos de 1980, não era uma preocupação, porque pensavam que ninguém queria se apropriar de terras tão distantes e impróprias para cultivos tradicionais.

(...) o padre Franz Weber [missionário Comboniano, natural da Áustria, que trabalhou em Balsas nos anos 1980], quando ele veio para cá ele começou a dar exemplo dizendo que as terras não iam ficar aqui, nós não tínhamos como brigar com os grileiros de terra, aí teria que se organizar em comunidade, tinha que formar uma comunidade para ter mais força porque ele sabia dos conflitos que ia ter, aí começou a levar o povo para fazer uns cursinhos para animador de comunidade, aí foram várias pessoas, aí foi quando começou a comunidade, aí que o povo começou a se organizar. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O modelo agropecuário familiar não usava as chapadas para o cultivo porque seus integrantes não conheciam e tampouco tinham acesso às tecnologias de correção da acidez do solo do Cerrado, mecanização do processo produtivo, melhoramento genético dos rebanhos bovinos e de criação em regime de confinamento. De outro modo, os migrantes gaúchos chegaram em Balsas nos anos 1970 e tiveram acesso a pacotes tecnológicos e a financiamentos para cultivar arroz e soja e criar bovinos nas chapadas. Os agricultores familiares tinham, nos anos 1980, e continuam a ter uma opção, como bem enfatizam Cunha e Paulino (2014: 55), de acessar algum “programa de modernização dos pobres”.

O Irmão Bruno Haspinger<sup>18</sup> (1995), por exemplo, orientava que as famílias procurassem os benefícios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

18 É um religioso do Norte da Itália da Ordem Comboniana, que chegou em Balsas, em 1990, e ficou até 1999. Trabalhou na luta pela defesa dos pequenos produtores rurais do Sul do Maranhão.

(PAPP), porque tinha recursos não reembolsáveis, ao invés de programas do Banco do Nordeste, considerados caros. O PAPP financiava projetos de infraestrutura (estradas, energia elétrica etc.), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) estimulava o cooperativismo, a pequena agroindústria do Nordeste e o acesso de famílias em situação de pobreza absoluta ao processo produtivo, para contribuir para a redução da concentração fundiária no Nordeste.

Não obstante, os agricultores familiares queriam manter o modelo tradicionalmente usado nos Gerais de Balsas. Percebe-se, aqui, uma contradição entre os projetos modernizantes voltados para os pequenos produtores rurais e as intencionalidades destes atores sociais. Cada família possuía uma área, delimitada informalmente, para o cultivo e/ou criação de animais, embora morassem próximas umas às outras. Os missionários católicos, por sua vez, estavam procurando articular um modelo de apropriação coletivo formal, com a criação de associações que viabilizassem a regularização da terra por meio da criação de assentamentos rurais:

(...) a Igreja começou um trabalho aqui dentro, não sei se você conhece, as pessoas chamavam de animador de comunidade, a Igreja começou a incentivar a fazer curso de animador de comunidade na Igreja de Balsas, daí eles começaram a incentivar o povo para formar uma associação porque individualmente era muito difícil a gente conseguir essa terra, cada um brigando por um pedaço. Esses animadores de comunidade começaram a incentivar o povo, começaram a reunir o povo todos finais de semana, na casa de um, na casa de outro, aí começaram a articular essas coisas de associação, vamos formar uma associação, a Igreja incentivava esse grupo e esse grupo começou a incentivar o povo até que deu certo. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger, a CPT e o STTR criaram a ACA, no dia 5 de fevereiro de 1991, para coordenar todas as ações de defesa dos direitos de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e planejar a execução do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, formado por três subprojetos: uma Área de Proteção Ambiental (APA) nas cabeceiras dos rios Balsas, Ribeirão do Ásia e Peixe; o Projeto Ribeirão do Ásia, para assentar famílias da margem direita do Médio Balsas; e o Projeto Rio Peixe, para assentar as famílias da margem esquerda do Médio Balsas. O projeto contou com o apoio da Igreja Luterana de Balsas, da Werkstatt Solidarische Welt e Arbeitsgruppe Soja da Alemanha, da Organisation für Eine

Solidarische da Itália, da Brasil Study Group do Japão, e da Koordination der Österreichischen Brasiliengruppen da Áustria.

Antes mesmo da regularização da terra, os agricultores familiares dos Gerais de Balsas já haviam criado suas associações entre 1992 e 1995 (ver Quadro 1). A organização dos agricultores familiares em associações, que contemplava mais de uma comunidade (exceção da Comunidade do Ferreira), representou uma modificação na figuração social, que, juntamente com o apoio da ACA e de organismos internacionais, tiveram o aporte financeiro e político para pleitear a criação dos assentamentos rurais em meio a grandes lavouras de soja. Além disso, institucionalizou e legitimou (pelo apoio internacional, especialmente) um modelo de apropriação e uso dos recursos naturais parcialmente coletivo, e as famílias continuaram morando em comunidades, mas cultivavam e criavam animais individualmente.

**Quadro 1** – Comunidades rurais e associações do Ribeirão do Ásia e Rio Peixe

SUBPROJETO	COMUNIDADE	ASSOCIAÇÃO
Ribeirão do Ásia	Bom Jesus, Coqueiro	Nova Vida
Ribeirão do Ásia	Campina, Santa Cecília	Santa Cecília
Rio Peixe	Águas Claras, Jatobá, Buritizal	Todos os Santos
Rio Peixe	Boqueirão, Porto Isidoro, Sucupira	São Francisco
Rio Peixe	Brejo de Raiz, Buritirana	Espírito Santo
Rio Peixe	Brejo do Rancho, Caracol	Caracol
Rio Peixe	Ferreira	Ferreira
Rio Peixe	Pedra Branca, São Paulo	São Félix

Em março de 1996, foi criada a APA e, em maio de 1997, foram criados os assentamentos Ribeirão do Ásia e Rio Peixe, pela governadora Roseana Sarney, totalizando uma área de 90.000 hectares: 59.000 hectares para preservação e 31.000 hectares para assentamentos de 200 famílias<sup>19</sup>. Os Projetos Rio Peixe e Ribeirão da Ásia foram compostos por duas etapas: regularização das terras devolutas para as famílias, construção de uma ponte de madeira sobre o rio Balsas para ligar os dois projetos e facilitar o transporte, e outras duas pontes menores sobre os rios Sucupira e Peixe, assim como a construção de estradas vicinais para interligar as comunidades e a construção de um Centro Comunitário para

19 Parte das famílias beneficiadas haviam sido expulsas das comunidades Mandacaru e Água Branca pelo grileiro de terras Euclides De Carli, ou viviam em comunidades que sofriam ameaças constantes.

alojar a assistência técnica; e estímulo à agricultura, a fim de garantir alimentação saudável para as famílias, diagnóstico sociocultural para não desarticular as famílias e apoio à comercialização da produção.

Parte das famílias do subprojeto Ribeirão do Ásia, as primeiras a receberem o título de posse da terra, venderam suas terras para sojicultores. As famílias da associação Nova Vida venderam para comprar terras próximas da cidade. A maioria das famílias da associação Santa Cecília vendeu as terras e foi morar na cidade. Os títulos eram vendidos para os sojicultores que precisavam de áreas de reserva para desmatarem 100% das chapadas. Para evitar as vendas, a ACA solicitou ao INTERMA que os títulos do Projeto Rio Peixe fossem emitidos no nome das associações e não individualmente.

Embora os títulos tenham sido emitidos, apenas duas associações, Espírito Santo e São Francisco, conseguiram registrá-los em cartório. Os presidentes das demais, ao chegarem ao Cartório do 1º Ofício de Balsas, descobriram que não havia matrículas suficientes para registrar os perímetros descritos nos títulos emitidos, porque o INTERMA já havia emitido outros títulos na mesma área. Para solucionar o problema, o INTERMA emitiu novos títulos, com áreas menores. Apesar das retificações dos títulos, até 2010 não haviam efetuado os registros, seja pela falta de recursos para pagar o georreferenciamento, ou porque não existia mais matrícula na Data Caracol<sup>20</sup>, por exemplo, para registro de nenhum hectare de terra.

Entre 1990 e 1995, o INTERMA teve um escritório em Balsas, exatamente no período em que ocorrem os principais conflitos pela posse da terra, nos Gerais de Balsas. O INTERMA não dá acesso às regularizações fundiárias realizadas entre 1990 e 1995. Levantamentos realizados pelo Irmão Bruno Haspinger mostram que, entre 1991 e 1995, foram emitidos 41 títulos para agricultores familiares, totalizando 10.554 hectares, e 223 títulos para especuladores e latifundiários, totalizando 40.295 hectares, nos Gerais de Balsas.

A partilha da terra e as mudanças figuracionais conceberam dois desdobramentos: a consolidação da grande propriedade, que usa intensivamente a tecnologia (do preparo do solo à colheita) e a gestão empresarial como modelo de desenvolvimento rural e econômico; e a manutenção da agricultura familiar enquanto estratégia para produzir um equilíbrio, ainda que instável, e mostrar aos consumidores mais sensíveis aos conflitos socioambientais ações como o Projeto de Grão em Grão, da Fundação Cargill, criado em 2004, para “contribuir com a ampliação da alimentação saudável, segura e acessível de produtos

20 A Data Caracol é uma Data de Terra, ou seja, parte do primeiro instrumento público adotado para a distribuição de terras públicas a particulares, que remete ao processo de colonização (Vidal; Malcher, 2009).

provenientes da agricultura familiar” (Fundação Cargill, 2017). O viés filantrópico do agronegócio da soja nada mais é que um mecanismo de legitimação do seu *modos operandi* nacional e internacionalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimação do agronegócio no Brasil é pautada pelo discurso de produção de alimentos para reduzir a fome, da geração de emprego e renda para diminuir a pobreza e de técnicas produtivas sustentáveis que preservam a natureza. Tal narrativa procura se alinhar a um mercado, especialmente o europeu, em que as empresas e os consumidores exigem dos produtores a inclusão da temática ambiental e dos direitos trabalhistas no processo produtivo. Desta maneira, a interligação global entre produtores e mercados consumidores contribui para a redefinição da correlação de forças na figuração social, no caso específico analisado da soja.

As empresas produtoras de grãos têm, como base produtiva, extensões de terras contínuas de mais de 2.000 hectares, chegando até a 30.000 hectares. Essa mudança, associada à criação do Corredor de Exportação Norte, representou uma pressão sobre as terras não tituladas dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e, por conseguinte, a alteração das correlações de forças e transformações no interior da figuração social. A regularização de terras feita pelo senhor De Carli e sua venda posterior para instituições que implementaram grandes projetos agropecuários deu às empresas produtoras de grãos o controle de todos os planaltos dos Gerais de Balsas.

É importante reforçar que o avanço da soja no Cerrado e na Amazônia foi um processo marcado por disputas pela posse da terra entre especuladores de terras/sojicultores e agricultores familiares. O modelo teórico adotado, ecologia política figuracional, possibilitou a verificação das modificações ocorridas no interior do grupo social de sojicultores. O ingresso de novos atores, a partir de 1988, iniciou um processo de empresarização da soja. Os agricultores familiares dos Gerais de Balsas, por seu turno, vivenciaram um processo de rearticulação social apoiado por movimentos sociais, nacionais e internacionais, que defendem a regularização de terras e a criação de assentamentos rurais.

A criação dos assentamentos rurais do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, em 1997, marcou mais uma modificação no interior da figuração social: os agricultores familiares conseguiram manter a produção agropecuária familiar como um modelo de apropriação do espaço e dos recursos naturais nos Gerais de Balsas, mesmo tendo ficado com as terras menos férteis e mais suscetíveis à erosão

pluvial e aos demais impactos do uso de agrotóxicos nas grandes lavouras cultivadas nas chapadas. Tal mudança deu novos contornos ao equilíbrio instável de tensões na figuração.

A partir de 2000, vem ocorrendo uma movimentação sutil no interior da figuração social agropecuária, decorrente das discussões em torno das Áreas de Preservação Permanente e das Áreas de Reserva Legais que, no Cerrado, equivalem a 35% da área do estabelecimento agropecuário. As empresas produtoras de grãos, que se instalaram entre 1988 e 1995, não respeitaram o limite legal das áreas de reserva, em alguns casos desmatando 100% da área, agora sendo multadas e impedidas de acessar linhas de crédito rural. A solução adotada é de tentar comprar as terras dos baixões, dos agricultores familiares, para servirem de reserva legal.

As relações entre sojicultores e agricultores familiares são permeadas pela interdependência funcional. Deste modo, uma alteração nos modelos de apropriação da terra e dos recursos naturais em um dos grupos interfere diretamente no outro. E, nesse caso, representa uma nova pressão sobre os agricultores familiares, os mais fragilizados nas disputas, e uma movimentação no interior da figuração, porque alguns agricultores familiares já venderam suas terras para as empresas produtoras de grãos transformarem-nas em áreas de reservas legais, e, assim, livrarem-se das multas e voltarem a ter acesso ao crédito rural.

## REFERÊNCIAS

- ABY-AZAR, Cristina. Ceval decide construir fábrica de farelo e óleo em Balsas, no Maranhão. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 20 nov. 1993, Caderno Economia, p. 19.
- AGREX DO BRASIL. Área de atuação. Disponível em: <<http://www.agrex.com.br/institucional/area-de-atuacao/>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, jan./mar. 2010, pp. 103-119.
- ANGUELOVSKI, Isabelle; MARTÍNEZ-ALIER, Joan. The ‘Environmentalism of the Poor’ revisited: Territory and place in disconnected glocal struggles. *Ecological Economics*. Amsterdam, v. 102, jun. 2014, pp. 167-176.
- ANTUNES, L. Agrinvest faz operação pioneira no agronegócio e obtém capital no exterior. *Blog Aqui no Brasil*, 6 out. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/tag/agrinvest/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- BARROS, Bettina. Em crise, CGG Trading renegocia suas dívidas. *Valor Econômico*. São Paulo, 10 maio 2017. Agronegócios. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4963070/em-crise-cgg-trading-renegocia-suas-dividas>>. Acesso em: 15 abr.

2021.

BATISTA, Fabiana. Negócios com terra perdem vigor no país. *Valor Econômico*. São Paulo, 28 jan. 2014. Agronegócios. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3409390/negocios-com-terras-perdem-vigor-no-pais>>. Acesso em: 15 abr.

2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma Cerrado: 2002-2008. *Relatório*. Brasília, 2009, 71 p.

BRYANT, Raymond L.; BAILEY, Sinéad. *Third world political ecology*. New York, Rouledge, 1997.

CEVAL beneficiará soja em Balsas. *Jornal O Imparcial*, São Luís, 17 nov. 1993, Caderno Política, p. 3.

CGG. *Fazendas*. Disponível em: <<http://www.cgstrading.com>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CUNHA, Luis Henrique; PAULINHO, Jonatta Sousa. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, Delma Pessanha; GOMES, Ramonildes A.; LEAL, Pedro Fonseca (Org.). *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande, EDUEPB, 2014, pp. 27-58.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

FERRARI, Beatriz. O outro lado do eldorado nordestino da soja: expansão do agronegócio na região Mapitoba atrai levas de migrantes e cidades da região já sofrem com graves problemas de infraestrutura. *Revista Veja*. São Paulo, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-outro-lado-do-eldorado-nordestino-da-soja>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. *Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas*. Fortaleza, BNB, 1997.

FREITAS JÚNIOR, Gerson. Agrinvest, novo modelo de empresa do agronegócio. *Valor Econômico*. São Paulo, 13 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3086160/agrinvest-novo-modelo-de-empresa-do-agronegocio>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FUNDAÇÃO CARGILL. *Projetos*. Acesso em: <<https://alimentacaoemfoco.org.br/quem-somos/projetos/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

FURTADO, J. M. Há um Eldorado no Maranhão: campeã de produtividade, Balsas, no sul do Estado, quer colher 1 milhão de toneladas no ano 2000. *Revista Exame*. São Paulo, n. 516, dez. 1993, pp. 34-36.

GEZON, Lisa L. Finding the global in the local: environmental struggles in Northern Madagascar. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lise L. (Orgs.). *Political ecology across*

- spaces, scales, and social groups*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, pp. 135-153.
- HASPIINGER, Bruno. Projetos de desenvolvimento: programas PAPP e BNB. *Jornal Apoio Informativo*, Balsas, maio 1995, pp. 16-18.
- HEINICH, Nathalie. Uma sociologia do espaço de interações. In: HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru, EDUSC, 2001, pp. 101-139.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: Encontro anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, 33, 2009, Caxambu (MG). *Anais...* Caxambu (MG), ANPOCS, 2009.
- HORNBORG, Alf. Undermining modernity: protecting landscapes and meanings among the Mi'kmaq of Nova Scotia. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lisa L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick, Rutgers University Press, 2004, pp. 196-214.
- IBGE. *Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)*. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- INPE. *Monitoramento da floresta Amazônia brasileira por satélite: 2001-2002*. São José dos Campos, 2002. Disponível em: <<http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/lise/2002/06.12.13.16/doc/Capa.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- INPE. *Projeto PRODES: Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite*. 2010. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/>>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 1, 2009, pp. 47-87.
- KAYSER SILVA, Cristine. *Os caminhos da soja até o Maranhão*. Não Me Toque (RS), Gráfica Gapel, 2009.
- LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-SUL, região metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 307-322.
- LATOUR, Bruno. A ecologia política sem natureza? *Projeto História*. São Paulo, v. 23, jul./dez., 2001, pp. 31-44.
- LATOUR, Bruno. *As políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, EDUSC, 2004.
- LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003, pp. 17-40.
- MA: produtores de soja na região de Balsas enfrentam crise. *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís, 02 nov. 2008.

- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Hacia una economía sostenible: dilemas del ecologismo actual. *Revista Letras Verdes*. Quito, v. 9, maio-set. 2011, n. 05-25.
- MINCH, Michael. Political ecology. In: CHATTERJEE, Deen K. *Encyclopedia of global justice*. Nova York, Springer, 2011, pp. 863-865.
- MIRANDA, Roberto de Sousa. *Ecologia política da soja e processos de territorialização da soja no Sul do Maranhão*. Tese doutorado, Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 28, n. 1, jan./abril 2013, pp. 142-161.
- NETTO, Ibiapaba. Queremos desenvolver o nosso continente: rei da soja na Argentina fala sobre a expansão de sua empresa no continente e do modelo de negócios que pretende aplicar no Brasil. *Revista Dinheiro Rural*. São Paulo, n. 50, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edicoes/50/artigo120292-2.htm#>>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- NEUMANN, Roderick P. Political ecology: theorizing scale. *Progress in Human Geography Review*. Chicago, v. 33, n. 3, jun. 2009, pp. 398-406.
- OSCAR, Naiana.; SCHELLER, Fernando. Mitsubishi compra o controle da brasileira Ceagro por R\$ 1 bilhão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 jun. 2013. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mitsubishi-compra-o-controle-da-brasileira-ceagro-por-r-1-bilhao-imp-,1037731>>. Acesso em: 6 de set. 2017.
- PAULSON, Susan. Gendered practices and landscapes in the Andes: the shape of asymmetrical exchanges. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lisa L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick, Rutgers University Press, 2004, pp. 174-195.
- PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael. Global nature. In: PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael J. (Orgs.). *Global political ecology*. London: Routledge, 2011, pp. 01-47.
- PONTES, Alécia. A empresa que nasceu gigante. *Dinheiro Rural*. São Paulo, 21 abr. 2014. Negócios. Disponível em: <<http://www.dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/empresa-que-nasceu-gigante>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- QUINTANEIRO, Tânia. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias' sociological theory. *Revista Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 2, s/e, 2006. Disponível em: <[http://socialsciences.scielo.org/pdf/s\\_tsoc/v2nse/scs\\_a02.pdf](http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_tsoc/v2nse/scs_a02.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- STEVENS, Charles J. Symbolic action and soil fertility: political ecology and the transformation of space and place in Tonga. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lisa L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick,

- Rutgers University Press, 2004, pp. 154-173.
- VAYDA, Andrew P.; WALTERS, Bradley B. Against political ecology. *Human Ecology Review*. New York, v. 27, n. 1, mar. 1999, pp. 167-179.
- VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. Sesmarias. Belém, *INTERPA*, 2009. Disponível em: <<http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/sesmarias.pdf>>. Acesso em: 13 de set 2017.
- ZIMMERER, Karl S.; BASSETT, Thomas J. Approaching political ecology: society, nature, and scale in human-environment studies. In: ZIMMERER, Karl S.; BASSETT, Thomas J. (Orgs.). *Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies*. New York, The Guilford Press, 2003, pp. 01-25.

Recebido em: 07/12/2018

Aprovado em: 21/05/2020

#### **Como citar este artigo:**

- MIRANDA, ROBERTO DE SOUSA. ECOLOGIA política da soja: grande propriedade e conflitos socioambientais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 407-433.





## “A VEREADORA ANTROPÓFAGA”, DE PEDRO ALMODÓVAR: PENSANDO GÊNERO, CORPO E DESEJO<sup>1</sup>

Paloma Coelho<sup>2</sup>

Juliana Gonzaga Jayme<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o curta “A vereadora antropófaga”, de Pedro Almodóvar, com base na perspectiva de gênero, analisando os significados construídos em torno do corpo, da sexualidade, do desejo, das noções de masculinidade e feminilidade elaboradas por esses discursos. Baseando-se na concepção de que o gênero se constitui por meio de práticas discursivas e reguladoras, de regimes de poder que controlam e significam os corpos, pretende-se analisar a linguagem, os sentidos e os deslocamentos presentes nessa produção, a fim de se pensar não só a noção de corpo, mas também de gênero, como construções investidas de sistemas políticos e ideológicos.

**Palavras-chave:** Gênero; Cinema; Almodóvar.

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013, no ST Gênero e Cinema: entre narrativas, políticas e poéticas. Agradecemos às/aos coordenadoras/es Debora Breder Barreto e Marcos Aurélio da Silva, e às/aos participantes do ST pelo debate.

2 Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou/ Fiocruz Minas – Belo Horizonte - Brasil – palomafcs@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-9553-0036>.

3 Bolsista produtividade do CNPq –Departamento e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – Belo Horizonte - Brasil – juliana-jayme@pucminas.br – <https://orcid.org/0000-0001-5642-6834>.

## “THE CANNIBALISTIC COUNCILLOR” OF PEDRO ALMODOVAR: THINKING GENDER, BODY AND DESIRE

**Abstract:** *This paper discuss the short film “The cannibalistic councillor” from the perspective of gender, analyzing the meanings constructed around the body, sexuality, desire, of the notions of masculinity and femininity elaborated by these speeches. Starting from the idea that the gender is by means discursive practices and regulatory regimes of power that control and signify the bodies, seeks to analyze the language, the senses and the displacements present in this production in order to think about not only the concept of body, but also of gender, such as constructions invested of political systems and ideological.*

**Keywords:** *Gender; Cinema; Almodóvar.*

Em um estúdio de filmagem, uma mulher diante de um microfone e de uma projeção dubla uma película no instante do diálogo de um casal:

- A quantos homens já teve que esquecer?
- A tantos como as mulheres que você tem para lembrar.
- Não se vá.
- Não me mexi.
- Me diga algo agradável.
- Sim. O que quer que eu te diga?
- Engane-me. Diga-me que sempre me esperou. Diga.
- Em todos esses anos te esperei.
- Diga-me que morreria se eu não voltasse.
- Estaria morta se não voltasse.
- Diga-me que ainda me ama como eu te amo.
- Ainda te amo tanto como você me ama.
- Obrigado. Muito obrigado.

Enquanto pronuncia as palavras da personagem, a mulher se emociona e chora. No fim do diálogo, ela desmaia. Essa é uma das cenas de *Mulheres à beira de um ataque de nervos* (*Mujeres al borde de un ataque de nervios*, 1988), dirigido por Pedro Almodóvar. Na história, Pepa, uma atriz famosa, sofre pelo rompimento de sua relação com Ivan, o ator que participa da dublagem junto com ela. A voz de Ivan proferindo as palavras citadas é ouvida por Pepa enquanto ela realiza a dublagem de sua personagem, o que a faz lembrar a dor da separação. Ivan a trocou por outra mulher, assim como havia deixado sua esposa anos antes. O

amor e a obsessão dessas mulheres por Ivan é o que moverá toda a narrativa. Na abertura, a junção de imagens com uma estética *pop* mescla figuras de mulheres, partes de corpos femininos, como olhos, pernas, pés, bocas e mãos, além de objetos que compõem o universo feminino que o filme pretende explorar: batons, esmaltes, anéis, sapatos, vestidos. Tudo isso embalado pela canção *Soy infeliz*, interpretada por Lola Beltran, cuja letra relata a dor de uma mulher que foi deixada pelo homem que ama.

Duas décadas depois, o diretor revisita essa obra no filme *Abraços partidos* (*Los abrazos rotos*, 2009). Nele, Mateo Blanco é um cineasta que realiza as gravações de um filme financiado por um empresário que exige que a sua esposa, Lena, seja a protagonista. Na película produzida por Mateo, *Chicas y maletas*, as semelhanças com *Mulheres à beira de um ataque de nervos* são muitas e evidentes. Uma das personagens, entretanto, sem grande importância no roteiro principal de *Abraços partidos*, ganha maior destaque no que se tornou um curta-metragem independente, acrescentado como final estendido na versão em DVD. Ela é Chon, a vereadora antropófaga<sup>4</sup> que dá nome ao curta.

O roteiro de *Chicas y maletas* é uma repaginação do filme de 1988 e, assim como Pepa, a protagonista é Pina, que sofre por ter sido deixada por seu amante, Ivan. A chamada de abertura do filme de Mateo Blanco revela a coincidência entre as histórias: “Vivemos em um mundo perfeito, exceto pelos homens que abandonam as mulheres”. Chon é uma nova versão da personagem Candela, do primeiro filme, que aparece aflita no apartamento de Pepa, por medo de ser encontrada pela polícia depois de ter descoberto que seu amante é um perigoso terrorista xiita. Chon também está em apuros, mas, dessa vez, por ter se envolvido com um traficante procurado pela polícia e que deixou em sua casa uma mala contendo 15 quilos de cocaína. Só que, ao contrário de Pepa/Pina, que sofre por um amor perdido, a conselheira de assuntos sociais dá o seu recado: “esperar um cara dia e noite é pura bobagem. Quando meu marido me deixou, há uns dias, fechei a porta e gritei bem alto para que ele ouvisse bem: bom, que entre o próximo”.

O amor não correspondido, as desilusões amorosas e o abandono não são questões que compõem o universo de Chon, como das mulheres da película almodovariana de trinta anos atrás (ou de Pina, no filme realizado em *Abraços Partidos*). Ela mesma inicia o seu monólogo rompendo com alguns elementos

4 Título original: *La concejala antropófaga*. O filme foi traduzido em português para *A vereadora antropófaga*. Concejal/a (conselheiro/a em português) se refere, na Espanha, a um cargo público, da esfera municipal, eleito/a por um mandato de três ou quatro anos. A diferença em relação a vereador/a no Brasil, é que lá a atuação da/o concejal/a é por área: saúde, educação, cultura etc.

que convencionalmente são atribuídos ao mundo feminino, já delineando para o espectador o seu principal interesse: "Estou farta de tudo. Dos homens, das dietas, dos colágenos, das lipoaspirações, da política, de tudo, menos do sexo". Embora, como se nota no monólogo, o sexo, para ela, é (ou deveria ser) tratado pela política, em termos de direito de toda(o)s. Voltando-se para a cozinha, ela continua proferindo suas palavras em um tom de discurso político para uma garota adormecida sobre a mesa ao lado de uma jarra de gaspacho, mais uma referência a *Mulheres à beira de um ataque de nervos* e/ou *Chicas y maletas*. Como nesse filme, o gaspacho contém uma superdose de calmantes que Pepa/Pina teria preparado para Ivan, na esperança de retê-lo em sua casa. Por acidente, quem ingere a bebida é Marisa/Maribel, noiva de Carlos, que é filho de Ivan. Enquanto a moça dorme um sono profundo, Chon, num tom a um só tempo confessional e de manifesto, conta-lhe as suas experiências, desejos e fantasias sexuais. Ocupante de um cargo público, membro de um partido conservador, ela afirma que, como conselheira de assuntos sociais, o sexo lhe interessa, pessoal e profissionalmente, como um assunto social.

O objetivo deste artigo é discutir o filme *A vereadora antropófaga*, de Pedro Almodóvar, com base na perspectiva de gênero, analisando os discursos elaborados pelo filme em torno do corpo, da sexualidade, do desejo, das noções de masculinidade e de feminilidade. O estudo se baseia na análise fílmica da linguagem, dos sentidos e dos deslocamentos presentes nessa produção, a fim de se pensar não só a noção de corpo, mas também de gênero, como construções investidas de sistemas políticos e ideológicos. Inicialmente, discute-se o deslocamento das noções tradicionais de gênero, sexualidade e desejo que o filme realiza ao apresentar, como personagem principal, uma mulher que satiriza e destoa dos padrões de feminilidade e da imagem esperada de uma ocupante de cargo público. Para isso, analisa-se como a excentricidade construída em torno da protagonista é reforçada pela *mise-en-scène* fílmica, que provoca, tanto na linguagem visual como no monólogo por ela proferido, o riso e a estranheza do espectador com a figura ambivalente mostrada na tela. Por outro lado, essa mesma estranheza se revela no embaralhamento das esferas pública e privada, remetendo, na reivindicação da personagem, ao caráter político do gênero e da sexualidade.

Na segunda seção, o artigo trata do tom confessional adotado pela personagem como um estilo narrativo característico do cinema espanhol pós-franquista, contexto em que surge a obra de Almodóvar, e que dialoga com o discurso de outras duas personagens da literatura. Por fim, argumenta-se que a protagonista Chon desestabiliza as normas naturalizadas do sexo e do gênero ao

reivindicar novas possibilidades de se vivenciar o prazer por meio de práticas que ressignificam as referências do que são zonas erógenas e dos usos socialmente aceitos do corpo.

## O monólogo de Chon: entre o manifesto e a confissão (ou o mundo da rua e a cozinha)

A *vereadora antropófaga* apresenta uma visão peculiar sobre o gênero e a sexualidade na medida em que desloca o sexo do discurso normativo dos usos do prazer para redimensioná-lo na esfera do desejo, em uma perspectiva claramente hedonista das práticas sexuais e, além disso, se não subverte, pelo menos explicita, de forma ambivalente, a relação entre a esfera doméstica e a esfera pública, demonstrada na famosa expressão *o pessoal é político*<sup>5</sup> quando, em tom ora confessional ora de manifesto político, discursa sobre sexo, desejo, política, direitos, de forma a entrelaçar tais temas<sup>6</sup>. Como é habitual em suas produções, Almodóvar lança mão do desejo como fio condutor da trama, colocando-o como elemento central no curso da história dos personagens. É o que Chon explicita bem quando defende a necessidade de se “reconhecer o desejo como principal motor de uma sociedade melhor”. Ao transpor o desejo para o centro da sexualidade, o que o discurso do filme parece sugerir é o seu deslocamento das normas, tornando-se o elemento que não apenas justifica, mas orienta as práticas sexuais. A partir do momento em que o desejo é tomado como a mola propulsora da sexualidade, os princípios que a regulam perdem importância, e passam a ser vistos como uma interdição à vivência do prazer. E o deslocamento se amplia mais, quando as normas de gênero parecem também embaralhadas.

Não é difícil assistir a *A vereadora antropófaga* e ser remetido ao livro *A casa dos budas ditosos*, de João Ubaldo Ribeiro, publicado em 1999, na série *Plenos Pecados*, da Editora Objetiva. Segundo Ribeiro, o conteúdo do livro lhe chegou às mãos quando ele foi convidado pela editora a escrever sobre o pecado da

5 Esta frase, que se tornou um *slogan* da chamada segunda onda feminista, foi título de um artigo de Carol Hanisch, escrito em fevereiro de 1969, no qual a ativista afirma que os problemas pessoais são eles próprios políticos e, portanto, só podem ser resolvidos a partir de uma ação coletiva. Usado desde então por diferentes correntes feministas, nem sempre o sentido do *slogan* é o mesmo. Mas, é possível afirmar que é consensual a ideia de que não é impossível pensar isoladamente a vida doméstica e a pública, tanto que as desigualdades entre homens e mulheres no trabalho, por exemplo, vinculam-se às desigualdades na esfera doméstica. Sobre essa discussão e as problematizações à expressão, conferir Biroli (2014); Okin (2008); Varikas (1996), entre outras.

6 Embora, como é sabido, a discussão das feministas sobre as esferas pública e privada (doméstica) tenha problematizado tal oposição levando em conta a assimetria de poder entre os gêneros, especialmente no que se refere à divisão do trabalho, às relações familiares e ao cuidado da casa e da(o)s filha(o)s.

luxúria. CLB, a autora do relato, teria enviado o texto e um bilhete, no qual autorizava que ele publicasse como se fosse obra dele, "...embora preferisse que [João Ubaldo] lhes revelasse a verdadeira origem. 'Não por vaidade', escreveu ela, 'pois até as iniciais abaixo podem ser falsas. Mas porque é irresistível deixar as pessoas sem saber no que acreditar'. Assim foi feito, e com justa razão, como o leitor haverá de constatar, após o exame deste depoimento espantoso" (Ribeiro, 1999: 02). A narrativa de CLB, como ela diz, é "um depoimento socio-histórico-lítero-pornô, ha-ha. Ou sociohistoricoliteropornô, tudo grudado..." (Ribeiro, 1999: 04), que trata de suas memórias. Aliás, ela gostaria de denominá-lo de *Memórias de uma libertina*. CLB esclarece, logo no início do relato, que prefere gravá-lo, pois escrever sobre sexo em português não soa natural como falar. Ou, em suas palavras, "...porque é mais fácil dizer palavrão do que escrever palavrão, há exigência de passaporte para as palavras passarem do falado ao escrito, algumas não conseguem nunca..." (Ribeiro, 1999: 05). É possível, também nesse ponto, encontrar semelhanças com o depoimento de Chon. Também falado e com trechos bem picantes, como os ditos por CLB e "transcritos" por João Ubaldo Ribeiro. O filme e o livro são realizações de autores homens, na voz de mulheres, e o inusitado é esse tipo de conteúdo vindo da boca de mulheres. Aí estaria a transgressão e certamente a graça da produção. Como Chon, CLB também parece deslocar o sexo do discurso normativo, também embaralha a distinção público-privado, ao politizar, publicizando o desejo e o prazer.

O gênero, para Butler (2003; 2005), é ele próprio uma norma que opera por meio da mímica, da paródia, embora essa norma seja naturalizada e reiterada antes mesmo do nascimento, já que, como ela assevera, no momento em que a(o) médica(o) diz, no resultado do ultrassom, "é uma menina!", essa menina é feminizada e já se espera dela determinadas posturas e comportamentos que devem ser repetidos exatamente para reforçar o efeito naturalizante. Certamente, a postura de Chon falando sobre sexo, cheirando cocaína e comendo pudim, não é aquela reiterada no que se convencionou chamar de sociedade ocidental. Tampouco CLB, contando de suas peripécias sexuais com homens, mulheres, homens e mulheres, irmão, tio etc., é a postura que se espera (e que se aprende reiteradamente) de uma mulher. Por outro lado, Butler afirma que o gênero (como norma) nunca é completamente internalizado: "Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles podem se tornar completa e radicalmente *incríveis*" (Butler, 2003: 201).

A câmera todo o tempo acompanha seus poucos movimentos, em *close* (em Chon, em Maribel que dorme, no pudim, na cocaína), primeiro plano e plano

médio, acentuando o discurso da personagem que tem um tom ambíguo, entre o confessional e o manifesto. A naturalidade com que Chon enuncia o seu discurso, expondo a sua intimidade e falando de sexo sem preconceitos e censuras, surpreende (seria *incrível?*) o espectador pelo fato de contradizer a imagem convencional de uma senhora, ocupante de um cargo público, para o qual a discrição e o comedimento são qualidades exigidas e extremamente valorizadas, membro de um partido de direita e com uma plataforma conservadora, cuja função é cuidar de questões sociais.

Além disso, como já foi sugerido, o filme embaralha o significado que as esferas pública/ privada assumem em nossa sociedade ao mostrar uma mulher, inserida no mundo da política, falando sobre sexo, fato que é geralmente associado ao domínio do privado, da intimidade, e sugerindo que esse assunto seja tomado como uma pauta de discussão pública; e mais, como um direito. Esse discurso acaba por evidenciar também o caráter político do gênero, considerando, como sustentam as teorias feministas, as diversas formas de opressão impostas às mulheres em diferentes domínios da vida social, inclusive aqueles associados ao “pessoal”, como o espaço da casa e da família. Joan Scott (1996) corrobora essa visão ao definir o gênero como um saber que estabelece significados para o que é percebido como diferença sexual e que, ao fazê-lo, transforma essas diferenças em desigualdades no plano social. Para ela, *gênero* é a percepção hierarquizada das diferenças sexuais. Dessa forma, gênero seria um princípio classificatório que constrói relações de poder, sendo, portanto, eminentemente político.

O cenário, a fala e os gestos de Chon parecem, então, subverter as noções de público e privado, como também os papéis sociais atribuídos às mulheres, se não se tornando ininteligível, nos termos de Butler, pelo menos, surpreendendo o espectador. Toda a cena é realizada em uma cozinha, lugar tradicionalmente associado às mulheres e um dos principais símbolos do lar, da esfera doméstica, do cuidado e da família, que aqui é o cenário onde se fala de sexo e se usa cocaína sem pudores. Por outro lado, embora se perceba um deslocamento do privado em direção ao público, também se nota uma permanência do privado. Chon não está em um palanque, numa praça pública ou na televisão. Mesmo que suas palavras sejam proferidas, por vezes, como discurso político, elas são ditas em uma cozinha e a sua interlocutora (será que Maribel pode ser chamada de interlocutora mesmo?) é uma mulher que dorme (“como um tronco”, diria Chon).

Embora Almodóvar afirme que busca, em seus filmes, embaralhar o feminino e o masculino nas personagens, corroborando a ideia de *performatividade* do gênero, pode-se dizer que, do ponto de vista do desejo, ele termina por

colocar as mulheres, se não em uma posição de passividade, no papel de mãe. Em *Carne Trêmula*, para citar apenas um exemplo, Victor ama Elena e, para conquistá-la, “tem aulas de sexo” com Clara, personagem mais velha do que ele na trama. Mas, essa mulher, versada em sexo, a ponto de poder iniciar sexualmente um rapaz, é destituída de desejo na fala do próprio diretor em uma entrevista a Strauss:

É a mãe que nos põe no mundo e é ela que nos inicia nos mistérios do mundo, nas coisas essenciais e nas grandes verdades. Talvez eu idealize as mães, mas aquelas que aparecem em meus filmes são iniciadoras. Angela Molina em *Carne trêmula*, por exemplo, comporta-se como mãe com Liberto Rabal quando lhe ensina a fazer amor o melhor possível. Ela o inicia numa coisa muito importante, que é o ato físico do amor (Strauss, 2008: 215).

Por outro lado, quando retratadas como sujeitos do desejo, as mulheres de Almodóvar têm comportamentos bizarros, grotescos, perversos, numa palavra, não convencionais: sadomasoquismo e urofagia (*Pepi, Luci, Bom, e outras garotas de montão*), ninfomania (*Labirinto de paixões*), antropofagia (*A vereadora antropófaga*) etc. Ou seja, quando o feminino se encontra em uma posição mais ativa em relação ao desejo, está associado a compulsões que, por mais que nesses filmes não sejam práticas condenáveis, nem imorais, não deixam de revelar estranheza. Como afirma Silva (2016: 187):

Quando o feminino em Almodóvar de fato é construído como sujeito do desejo, as personagens são apresentadas de maneira exótica, na fronteira da abjeção. Embora não sejam julgadas moralmente por suas ações, no momento em que esse desejo se manifesta ativamente há um contradiscurso simbólico que as investe de uma estranheza, dando a impressão de que elas se apropriam de um lugar e de algo que não lhes pertence.

É o que Chon demonstra para os espectadores quando fala abertamente sobre sexo, por meio de um vocabulário representado como vulgar, assumindo uma postura ativa em suas práticas sexuais, o que é levado ao extremo na metáfora da antropofagia: o “comer” as partes do homem pode tanto ser associado ao apetite sexual como a um papel mais ativo na relação, não raramente resguardado à figura masculina. Por conseguinte, o homem é transferido para a condição de objeto de desejo.

O lado transgressor de sua personalidade é ressaltado por ela quando afirma que a sua fixação pelos homens, especificamente pelo hábito de observar e

tocar o seu membro sexual, começou precocemente, declarando que desde a infância já era à frente do seu tempo. A semelhança com CLB aqui também é explícita. Esta última diz que é fixada não em homens, mas em sexo, desde a pré-adolescência e afirma que é talentosa nesse fim. “É impressionante como eu fiz tudo isso logo da primeira vez, porque foi mesmo a minha primeiríssima vez, e eu nunca tinha visto nada, nem ninguém tinha de fato me ensinado nada (...). Suponho que devo ter um certo orgulho disso, devo reconhecer sem modéstia que sou um talento nato, uma predestinada, uma escolhida dos deuses, só pode ser algo assim” (Ribeiro, 1999: 07). Também CLB se coloca em todo o seu relato como tendo um papel ativo no desejo e na forma como o materializa e, como Chon, ela parece se orgulhar desse comportamento inusitado para os nossos padrões. Além de ter *apetite*, ambas querem tornar público tal apetite, por meio da publicidade de suas histórias.

Devido a esse comportamento transgressor, Chon afirma ter sido repreendida desde cedo, dizendo-se marginalizada pelo fato de os homens de sua família e os amigos passarem a evitá-la com o tempo. A educação repressora de sua infância é demonstrada na fala: “me educaram sob o grito de ‘isso não se toca, ‘isso não se come!’”. O enunciado empreendido por Chon evidencia o caráter regulador e político da sexualidade, da mesma maneira que o desejo, as práticas sexuais e o corpo não são exclusivamente pertencentes ao domínio do privado, tendo em vista a existência de uma política de investimento sobre a sua constituição e regulação. Como afirma Michel Foucault (1999; 2007), os indivíduos estão submetidos a uma tecnologia política do corpo, que dita as regras, os significados, os usos e os prazeres. O corpo não seria, assim, somente uma propriedade individual, mas estaria imbricado em um conjunto de técnicas do conhecimento e de dispositivos que têm sobre ele um tipo de poder que se impõe sobre os corpos por meio da coerção de seus gestos, usos e comportamentos.

Esse poder, resultado do desenvolvimento das novas formas de saber, é operado pela disciplina, uma técnica específica que “fabrica” os indivíduos por meio de seus instrumentos, cujo alvo principal é o corpo. Essa microfísica do poder, nos termos de Foucault, é o que permite um investimento político e detalhado sobre os corpos, produzindo normas, sanções e, ao mesmo tempo, a transgressão, a anomalia e a perversão. As técnicas de saber-poder, possibilitadas pela produção de novos conhecimentos, dão origem aos discursos sobre a sexualidade, discursos que têm a premissa de produzir “verdades” sobre os corpos, mas, também, de controlar, vigiar e sancionar.

A proposta de Foucault, no entanto, não é a de analisar os efeitos do poder disciplinar em termos negativos, como um poder que exclui, reprime e censura,

mas que produz realidades, verdades, conhecimentos e indivíduos. Os discursos não apenas dão sentido ao corpo, como também o constituem. O poder, para o autor, não deveria ser examinado nos termos de uma “repressão dos instintos”, mas, sim, da “lei do desejo”, ou seja, não seria algo exterior que age sobre o desejo, mas ele próprio o constitui e lhe é intrínseco:

(...) não se trata de imaginar que o desejo é reprimido, pela boa razão de que é a lei que é constitutiva do desejo e da falha que o instaura. A correlação de poder já estaria lá onde está o desejo: ilusão, portanto, denunciá-lo numa repressão exercida *a posteriori*; vão, também, partir à cata de um desejo exterior ao poder (Foucault, 1999: 79-80).

Desse modo, a sexualidade não é pensada, nem mesmo vivenciada, isenta de interdições, normas e técnicas reguladoras, mas também de investimentos discursivos, da determinação de seus usos e da produção de verdades sobre as práticas e os corpos, o que destitui, portanto, o caráter democrático do prazer de que fala a personagem Chon. As tecnologias sexuais estruturam as regras da sexualidade e operam sob mecanismos que ocultam o seu discurso e os seus efeitos. A maneira como ela diz ter sido educada remete à ideia do poder disciplinar que manipula, controla e adentra os corpos, além da disciplina como instrumento de autocontrole. O poder, de acordo com Foucault, é internalizado, está dentro dos indivíduos, tendo o autocontrole como a expressão de seu exercício. Considerando que o poder, para o autor, está correlacionado ao saber, as novas formas de conhecimento sobre o corpo são validadas por um discurso científico, para o qual o autocontrole é não apenas um princípio da racionalidade moderna, mas de um sujeito da moral, da normalidade.

Chon infringe esse preceito na medida em que tanto o seu discurso quanto a sua personalidade representam a transgressão. Ela destoa do sujeito moral, centrado, disciplinado, racional porque é a figura do excesso, que se expressa na gula, na luxúria, no vício, na cor da roupa, na exacerbação do desejo, da libido e da sexualidade, transpondo a barreira do gênero, da geração e mesmo da maneira convencional de se abordar a mulher no cinema em geral. Apesar do caráter cômico do filme, a excentricidade de Chon causa certo incômodo, estranheza em alguns momentos, compondo uma representação grotesca da personagem, expressa na maneira como ela come, bebe e se droga compulsivamente, e que é acentuada pela repulsa que a ideia da antropofagia causa em muitas pessoas.

Ao analisar o mesmo filme, da perspectiva do grotesco de Bakhtin, Diane Bracco coloca que “*A vereadora antropófaga* é uma personagem sem limites

físicos nem morais, um ser inesgotável que nenhuma substância parece poder fartar” (Bracco, 2012: 104). É possível fazer uma analogia entre essa personagem sem limites físicos e morais – que deseja comer um homem inteiro, começando pelos pés e, quem sabe, misturado com pudim – e a ideia de Butler (2006) de que haveria sujeitos mais ou menos humanos. A autora parte da tradição hegeliana sobre a viabilidade dos seres humanos, possível pela experiência do reconhecimento, mas problematiza tal tradição, afirmando que essa abordagem não aponta que os termos que possibilitam o reconhecimento como humanos são articulados socialmente e, portanto, variam: “Em certas ocasiões os mesmos termos que conferem a qualidade de ‘humano’ a certos indivíduos são aqueles que privam outros da possibilidade de conseguir este estatuto, produzindo uma diferença entre o humano e o menos que o humano” (Butler, 2006: 14). Será que, devido ao seu comportamento tão resistente às normas, Chon pode ser vista como totalmente humana ou inteligível? Talvez seja exatamente o contraste entre aparência e comportamento a chave do humor do curta: o jogo é entre uma aparência convencional, fora de qualquer julgamento da personagem, e um comportamento grotesco. Se Chon tivesse uma aparência também abjeta, talvez o espectador não se surpreendesse. Nesses termos, pode-se também perguntar sobre a total inteligibilidade de CLB quando ela conta, por exemplo, que namorava o irmão, “...eu comi muito Rodolfo, meu irmão mais velho...” (Ribeiro, 1999 :17), ou quando afirma ter mantido relações sexuais com homens, mulheres e animais.

Da cozinha de sua casa, Chon – que tem, de um lado, um prato cheio de cocaína, que ela cheira compulsivamente enquanto fala e, do outro, um pudim inteiro, que ela também come entre a fala e a cocaína – discursa sobre sexo (ou estaria falando de política, já que o prazer seria um direito de todos?) de um “ponto de vista feminino, político e de direita”, embaralhando as oposições entre público e privado, e os naturalizados papéis de gênero, além de desestabilizar o ideal regulatório do sexo e, nesse sentido, talvez pudesse ser colocada numa zona de abjeção. Será que Chon seria reconhecida como vereadora (e como pessoa) pelos seus correligionários do PAP, partido que ela mesma afirma estar alinhado à direita? Como os corpos trans e intersex, sempre pensados como patológicos, necessitados de intervenções cirúrgicas que possam corrigi-los, devolvendo-os à humanidade, Chon poderia muito bem ser representada como alguém que deve ser tratada, seja para acabar com a compulsão por comida, droga ou sexo. Poderia, também, certamente, ser levada a um psiquiatra por sua fala sobre sexo, “política sexual” e antropofagia.

Mas, se o filme mostra ao espectador o discurso dessa mulher, a sua experiência sexual e antropofágica não é revelada imageticamente. Se fizéssemos um exercício de assistir ao filme sem o som, provavelmente não imaginaríamos tanta transgressão. Talvez até a imagem da cocaína pudesse ser confundida com farinha de trigo, possível de estar naquela mesa. Esteticamente, a protagonista é totalmente inteligível. O cabelo liso e louro aparenta ter sido escovado e tingido no salão de beleza, como as unhas, que estão bem cuidadas e com esmalte. O rosto é discretamente maquiado e ela está vestida com um *tailleur* sem decote e com a saia na altura dos joelhos. Também não há nenhuma joia ou bijuteria chamativas. Ela leva apenas um par de brincos pregados às orelhas. Esteticamente, Chon é inteligível e condizente tanto com as normas de gênero como com aquelas relacionadas à sua faixa etária.

Também o cenário, embora em diferentes tons de vermelho, como as roupas e o esmalte de Chon, é razoavelmente asséptico, já que, afora a cocaína, tudo está em seu devido lugar. Provavelmente, essa estética contribua para o inusitado (ou o surpreendente) do filme. Aos nossos olhos, uma mulher, branca, daquela idade (aparentemente Chon teria entre 50 e 60 anos), vestida daquela maneira, em uma cozinha limpa e arrumada, estaria ali para cozinhar ou lavar a louça, até porque ela não falaria de sexo (tampouco de política) e também não usaria drogas ilícitas.

### O estilo narrativo confessional: intimidade, liberação sexual e linguagem do excesso

O enredo de *A vereadora antropófaga*, embora seja parte do conteúdo de *Abraços partidos*, destoa totalmente do drama apresentado no filme principal. Assim como *Chicas y maletas*, o curta-metragem revisita o estilo estético e narrativo explorado por Pedro Almodóvar no início de sua carreira: a comédia *pop* e *kitsch* que o consagrou no circuito cinematográfico nos anos 1980 e que foi retomada em sua película *Os amantes passageiros* (*Los amantes pasajeros*, 2013).

O tom confessional do monólogo de Chon constitui um estilo narrativo bastante emblemático do cinema espanhol pós-franquista, período em que o tema da sexualidade se tornou predominante em resposta aos longos anos de censura e repressão que implicou o período da ditadura na Espanha. O fim da ditadura que sucedeu à morte de Franco, em novembro de 1975, representou a insurgência de uma nova fase da produção cultural espanhola e, especificamente no caso do cinema, possibilitou a abertura para novas abordagens, tanto estéticas quanto temáticas e discursivas. A sexualidade correspondeu, assim, a um dos

principais elementos representativos da ânsia pela liberdade de expressão e de conduta, explorada em suas mais diversas conotações por meio do erotismo, da pornografia, do desnudo e, não raramente, pelos relatos confessionais, acompanhados de uma linguagem exacerbada, sarcástica e paródica.

A transição democrática foi marcada no campo da produção cultural pela repaginação dos elementos da cultura espanhola, em uma espécie de releitura de seus traços mais tradicionais e expressivos, o que incluía a subversão dos costumes, dos valores e da moral imposta pelo regime franquista (La nueva..., 2014). Desse modo, a censura que se impunha e controlava toda a produção cinematográfica, desde o roteiro, o figurino, os diálogos e comportamentos dos personagens, até o material de divulgação, como os cartazes dos filmes, deu lugar a tendências que sinalizavam o processo de liberação social e cultural que surgia, e que se refletia na manifestação do erotismo e do desejo sexual no cinema. Entre elas, o fenômeno do *destape*, que consistia na maior recorrência da nudez, de relações sexuais mais explícitas, de adultérios, de relações pré-matrimoniais, da precocidade sexual, do tratamento mais simétrico das relações de gênero no que diz respeito ao comportamento sexual, e da homossexualidade (Alonso, 2011). Soma-se a essas tendências o estilo que ficou conhecido como *cine "S"*, denominação que recebeu o cinema erótico do período da transição democrática, e que inaugurou uma nova forma discursiva e de expressão da sexualidade no cinema espanhol (Salvador, 2011).

O período da transição democrática acarretou uma demanda de parte da sociedade, sobretudo da juventude, por transformações nos esquemas de representação da sexualidade, em contraposição ao conservadorismo que ainda persistia na vida social como resquício do regime franquista. Em resposta, surge uma reapropriação por parte dos cineastas de um estilo narrativo já bastante explorado pela literatura, a técnica confessional, que se converte em um recurso-chave da produção dessa época, até então inédita no cinema espanhol. O relato da sexualidade por meio da confissão se torna, assim, a expressão dos desejos, das fantasias e das mais ocultas intimidades dos personagens, ao passo que, quanto mais explícito e "vulgar" for o enunciado, mais ele assume o caráter transgressor e libertador. A narrativa clássica do cinema se convencionou a tratar da sexualidade e do erotismo por meio da sutileza, do implícito e do interdito, já que a sua exacerbção foi estigmatizada como escandalosa, vulgar e, muitas vezes, imoral. A linguagem explícita corresponde, assim, a uma ruptura não só com as normas sociais, como também com as convenções narrativas tradicionais do cinema clássico (Salvador, 2011).

A abordagem surrealista, a paródia e a comédia são estilos bastante explorados por esse cinema, no qual zombar dos costumes é tanto satirizar a moral conservadora da sociedade espanhola quanto propor outros esquemas simbólicos e uma nova construção visual da sexualidade. Desse modo, os personagens desvelam as suas experiências, os seus problemas e os desejos sexuais em testemunhos essencialmente intimistas, ainda que em alguns filmes os comportamentos sejam condenados no final, sinalizando traços marcadamente conservadores, reacionários e punitivos. Muitas vezes, ao invés de se dirigir a outros personagens, o confessor encara diretamente a câmera, transformando em interlocutor o próprio espectador (Salvador, 2011).

Em *A vereadora antropófaga*, o estilo confessional do monólogo de Chon serve de ferramenta para elaborar o discurso sobre a sexualidade, o desejo e a exaltação do prazer empreendido pela personagem. O estilo narrativo de Chon remete a outra personagem emblemática da carreira de Pedro Almodóvar, Patty Diphusa. Criada no princípio da década de 1980, Patty Diphusa é a personagem literária que se popularizou nos contos que o diretor escrevia para a revista *La Luna* e que, anos mais tarde, transformou-se no livro *Patty Diphusa y otros textos*. Na história, ela, que se apresentava como *sex symbol* e estrela pornô internacional, é convidada por uma revista pós-moderna para relatar as suas memórias e experiências íntimas. Suas confissões, repletas de sexo, drogas e acontecimentos inusitados, são marcadas pela comicidade e ironia, além do conteúdo extremamente explícito, o que também faz lembrar a CLB, de João Ubaldo Ribeiro, em seu texto “descarado” e confessional.

As semelhanças entre Chon e Patty Diphusa (e CLB<sup>7</sup>) são inúmeras. A compulsão pelo sexo, as condutas transgressoras, a ausência de limites físicos e morais, a vitalidade e o insaciável apetite sexual, a inclinação ao excesso, à desmesura, à gula, à luxúria e à voracidade são aspectos comuns em seus relatos. Patty Diphusa é uma mulher que nunca dorme. Está sempre preparada para algum acontecimento excitante; para ela, o prazer é o sentido da vida, seja via sexo, drogas ou comida. Assim como Chon, ela é a figura do excesso; percorre constantemente as ruas de Madri, sempre insaciável, e explicitando que os homens não passam de objetos de prazer. O corpo masculino é objetificado, e a voracidade e agressividade com as quais ela vivencia a sexualidade colocam

---

7 Mas há uma diferença entre CLB e as personagens de Almodóvar. A primeira explicita em sua alegre confissão que praticou incesto, sexo grupal, homossexualidade e até sexo com menores. Apesar de Patty Diphusa relatar uma experiência homossexual, ela e Chon contam, basicamente, suas aventuras com os homens.

os homens em uma posição de passividade. Em um dos episódios em que Patty tenta conquistar um rapaz, ela conta:

Fui tão explícita que eu mesma me excitei muitíssimo, pensando no que poderia ter sido aquela noite se tudo tivesse sido verdade porque eu, não sei se vocês já se deram conta, sou uma mulher que não teme o prazer. Enquanto eu falava, mexi distraidamente na sua braguilha e comprovei que estava tão excitado quanto eu. Assim, já que estávamos em Casa de Campo, paraíso do amor livre, começamos a trepar ali mesmo. Ele me pediu para ter cuidado, e que não lhe deixasse marcas. Era um garoto muito sensível. Enfim, fizemos tudo (Almodóvar, 2006: 26).

Assim como Chon, Patty se apresenta como uma mulher ávida por sexo, mas também precoce. Conta que aos 9 anos iniciou a sua vida sexual. A voracidade de seu comportamento remete a algumas características da vereadora antropófaga: “Antes que continuasse contando seus problemas, me lancei sobre seus lábios. Se ele usasse dentadura, eu certamente a teria arrancado [...]” (Almodóvar, 2006: 49). O caráter luxurioso de Patty Diphusa é apontado em várias passagens, nas quais ela ressalta o hedonismo e a valorização da liberdade como filosofia de vida:

Levei ele para o banheiro. Entramos no de homens, que são sempre mais liberais, e nos fechamos em uma cabine. Ele me perguntou: ‘O que é? Você tem pó?’ ‘Tenho’. E tendo dito isso, me lancei sobre os seus lábios para que não continuasse perguntando por mais drogas. No quesito drogas, os jovens são assim, insaciáveis. Enquanto nossas bocas se sugavam, abri todos os seus botões. A vida é muito efêmera, às vezes a única coisa que nos resta é fazer várias coisas ao mesmo tempo se quisermos tirar algum proveito dela. ‘Não me deixe marcas’ – Disse ele. ‘Você tem vergonha? São cicatrizes que te ofereço como embaixadora do prazer. Não deveria se envergonhar, muito pelo contrário.’ ‘Tenho meus compromissos’. ‘É. O pior de ser uma mulher livre é que os outros não são’ (Almodóvar, 2006: 32).

Essa voracidade com que Patty se relaciona sexualmente também se expressa na comida. Assim como Chon, a gula se manifesta entre uma fala e outra, entre as suas aventuras. Em várias passagens, ela relata a sua fixação por mariscos, devora lagostins, churros, omelete, café com leite e anis, além do consumo exacerbado de cocaína: “Fui ao banheiro vomitar os churros. A ida à polícia tinha acabado comigo. Já não sou a mesma. Porque antes, quando eu era

recém-nascida, tomava moscatel, com picles e biscoitos recheados no café da manhã e ficava numa boa" (Almodóvar, 2006: 64).

As personagens Chon e Patty Diphusa são bastante representativas dos anos 1980, época em que a cidade de Madri vivenciava a *Movida*, um movimento cultural criado por jovens artistas da música, pintura, fotografia, literatura alternativa (fanzines, fotonovelas, livros e revistas de contos) e cinema. A subversão dos costumes, a reivindicação da liberdade, a crítica ao conservadorismo, eram os preceitos desse grupo, que se manifestavam por meio do vestuário, dos discursos e do estilo de vida marcado pelos excessos. Patty Diphusa foi criada em plena *Movida* madrilenha, período em que Almodóvar começava a rodar as suas primeiras películas, que traduziam em sons e imagens os discursos de sua personagem literária. No que diz respeito à sexualidade, ao desejo e ao gênero, os discursos do diretor, que foi um dos integrantes mais expressivos da *Movida*, ganharam enorme visibilidade, bem como se tornaram temáticas recorrentes em seus filmes posteriores. A *Movida*, como o próprio nome indica, era movimento, o movimento da vida, ou mover-se pela vida, como contam alguns de seus integrantes (La nueva..., 2014). Patty Diphusa é a expressão desse movimento, a personagem que não dorme, que não tem limites, e Chon é uma espécie de revisitação desses discursos, como afirma o próprio Almodóvar:

[O curta] Era uma selvageria, um capricho e uma liberação, algo que eu frequentei em outras épocas da minha vida e que há muito tempo eu não me permitia. No monólogo das fantasias de uma conselheira de assuntos sociais recupero esse tom liberal, lúdico, muito politicamente incorreto, incontido e grosseiro da Patty Diphusa do início dos anos oitenta. Confesso que foi uma experiência refrescante e liberadora e um prazer enorme ver como a grande Carmen Machi a interpretava. Também me alegrou comprovar que esse tom ainda existe dentro de mim, que não desapareceu com a maturidade, com os cabelos brancos e as dores de cabeça (Almodóvar, 2011: 367).

O caráter liberal, politicamente incorreto e subversivo de Patty Diphusa reaparece em Chon, mas, assim como o seu autor, a personagem é fruto de seu tempo. O fato de Chon surgir repaginada como membro de um partido político conservador talvez reflita a desilusão com os anos que se seguiram na Espanha após a transição democrática. Ao contrário do que se esperava, a consolidação democrática não representou exatamente uma revolução dos costumes, e ainda são muitos os resquícios da moral conservadora herdada do período

da ditadura. A década de 1990 representou a desilusão pós-*Movida*, que chegou com as consequências do uso desmedido das drogas, com a proliferação da AIDS (Poço, 2010), e com os constantes mecanismos estatais de controle sobre as liberdades individuais, sobre os corpos e os seus usos. Talvez, por isso, personagens como Chon sinalizem que alguns anseios e reivindicações de contextos anteriores ainda resistem.

Ao adotar a narração confessional, colocando uma mulher falando em primeira pessoa, Almodóvar parece dar voz às mulheres por meio de um discurso feminista que defende o “prazer e o desejo democrático”, quando, na verdade, ao analisar o conjunto de sua obra ou de seu *corpus narrativo* (Silva, 2016), nota-se que a vivência plena do desejo e da sexualidade é de domínio masculino. Além disso, essa vivência do desejo e da sexualidade só é construída visualmente, explorando recursos cinematográficos, quando vivenciado no masculino, exceto personagens como Bom (em *Pepi, Luci, Bom e outras garotas de montão*) e Sexilla (em *Labirintos de paixão*), que são retratadas na fronteira da inteligibilidade. No caso de Chon, ao invés de lançar mão do aparato cinematográfico para construir as suas experiências, provocando a imersão do espectador, a opção pela narração confessional, se por um lado é libertadora, por outro, gera um distanciamento entre o público e o personagem que confessa, dificulta a identificação e aumenta o estranhamento. Desse modo, cinematograficamente, o diretor só “fala em primeira pessoa” quando a experiência do desejo e da sexualidade é construída no masculino; quando no feminino, há uma distância, é o “outro” que fala.

Em Almodóvar, o desejo e a sexualidade são domínios do masculino, quando aparecem no feminino possuem alguma estranheza, como se as personagens se apropriassem de algo que não lhe pertence. Sendo assim, no discurso simbólico do filme, seria esse ato de comer um homem uma forma de se apropriar do universo do desejo e da sexualidade? Se o diretor costuma enfatizar o discurso da fusão masculino/feminino em cada pessoa – que na obra analisada em conjunto se vê que, enquanto o discurso explícito sugere uma fluidez do gênero, há um contradiscurso que remete a uma essencialização do que é propriedade do masculino e do feminino<sup>8</sup> –, então, o ritual de comer um homem inteiro, como deseja Chon, pode ser, no discurso implícito da narrativa, uma forma de “incorporar” o que faltaria ao feminino: o desejo desmesurado, a postura sexual ativa, que em seus filmes são atribuídos ao masculino.

8 Para análise da obra de Almodóvar, ver Silva (2016).

## Considerações finais

Chon desloca os termos da matriz heterossexual (Butler, 2003): “Do corpo do homem eu aproveito tudo. Agora, o que eu mais gosto mesmo são os pés. Os pés me deixam louca. (...) O prefeito, por exemplo, adora comer pata de porco. Que diferença há entre comer os pés de um porco com sal e comer os pés de um cara?”. A CLB de João Ubaldo Ribeiro também desestabiliza a matriz, revelando o quão excludente ela é, já que fora dela estão os não sujeitos.

O controle sobre o corpo e a sexualidade mencionado anteriormente, e de que fala Foucault quando analisa o efeito dos discursos e das técnicas de saber-poder, dá origem também a determinações dos usos e das possibilidades de prazer aceitos como “normais” e adequados. Não só o desejo, a orientação sexual e a vivência do gênero são constantemente vigiados e validados como “naturais”, mas também os prazeres e as experiências afetivas/sexuais são estabelecidos por normatividades sexuais e de gênero. Desse modo, a vivência do prazer e da sexualidade está condicionada às convenções que definem os usos do corpo e as zonas erógenas socialmente aceitas nas práticas sexuais. Tais convenções são tão naturalizadas que, quando subvertidas, criam-se mitos sobre os usos “inapropriados” do corpo, muitas vezes transformados em tabus, relacionando-os à causa de doenças, podendo ser vistos como uma forma de punição pelo ato “inconsequente” ou, até mesmo, convertendo-se em acusações jocosas sobre os praticantes.

A subversão dos usos do corpo e das possibilidades de vivência do prazer corresponde às tecnologias de resistência, que Preciado (2011) denomina “contrassexualidade”, e que evidenciam a matriz heterossexual como paródia. Por meio da desconstrução das práticas sexuais e do sistema de gênero como “naturais”, essas formas alternativas de prazer satirizam a heteronormatividade, possibilitando novas configurações do desejo, o que envolve uma resignificação dos corpos, das zonas erógenas e das relações de gênero. O uso do dildo e o sexo anal, para o autor, são um desses exemplos da “contradisciplina”, de algumas das práticas que transgridem as normas sexuais e expõem as suas falhas e fragilidades ou demonstram que a heterossexualidade é paródia (Preciado, 2011).

A discussão de Preciado é importante para se pensar o monólogo de Chon, pois o que ela defende como usos do corpo e considera como fonte de prazer não condiz com as práticas sexuais convencionais. A fixação pelo ânus demonstrada em suas falas é um dos exemplos, considerando que não se trata de uma zona erógena comumente associada ao fetiche das mulheres em relação aos homens. A voracidade com que ela come o pudim, associada à antropofagia, ou ao desejo

de “comer um homem inteiro começando pelos pés”, dando a entender que ela pode estar falando em comer no sentido de engolir, sugere o deslocamento das normas sexuais no que se refere às zonas erógenas e aos usos socialmente aceitos do corpo. O fetiche que Chon tem pelos pés dos homens, enfatizado pela sua confissão de já ter tentado engolir um pé tamanho 45, é outro elemento que gera estranheza, talvez por não se tratar de uma zona erógena convencional. Ao defender a sua fantasia, ela conta:

Quando disse isso, a Conselheira de Sanidade me disse, prontificando, que ela preferia membros grandes e que lhe esbofeteassem com o pênis antes de colocá-lo na boca. Eu lhe disse que esse é o problema do PAP, que transmitimos aos espanhóis a imagem de um partido defasado e preso ao passado. Eu também gosto que metam na minha garganta, como todos, mas para isso não precisa ser conselheira de nada. As pessoas esperam algo mais de nós. Devemos oferecer aos cidadãos alternativas que os ajudem a evoluir e ser mais felizes. Algo realmente novo e que possa render uma boa quantidade de votos de socialistas chatos. Dedico a isso um capítulo inteiro do meu livro e que, por exemplo, o que eu mais gosto é que quando eu chupo um pênis de algum cara, que ele enfie o dedo polegar do pé na minha vagina. Ou melhor, os dois dedos polegares do pé na vagina, ou, um na vagina e outro no ânus. E quando já estou bem lubrificada, (...) o que eu mais gosto, o que faço é abaixar e começar a comer os pés do cara até o tornozelo.

A proposta de Chon (como a de CLB) de se criar novas possibilidades de se vivenciar o prazer, alternativas que descolem as práticas sexuais das formas tradicionais dos usos do corpo, remete à desestabilização das normas naturalizadas do sexo e do gênero, podendo ser associada à “contrassexualidade” de que fala Preciado. Práticas que, correndo o risco de serem rotuladas como perversão, ou de serem marginalizadas, traduzem-se em rearticulações e ressignificações da sexualidade, do corpo e do gênero e, ao serem apresentadas nesse curta-metragem de uma maneira tão irônica, constituem, assim, uma espécie de paródia da paródia. Em outras palavras, pode-se considerar que o discurso de Chon denuncia o caráter fictício da visão heterocentrada da sexualidade, do gênero, do corpo e do desejo, atentando para a plasticidade do sexo e para as múltiplas possibilidades das práticas sexuais.

## Referências

- ALMODÓVAR, Pedro. *Patty Diphusa*. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2006.
- ALMODÓVAR, Pedro. Sobre la película [Los abrazos rotos]. In: DUNCAN, Paul; PEIRÓ, Barbara (ed.). *Los archivos de Pedro Almodóvar: el hombre de La Mancha*. Colônia, Taschen, 2011.
- ALONSO, Rocío Collado. El destape del cartel de cine español. *ICONO14: Revista de Comunicación y nuevas tecnologías*. Madrid, v. 9 n. 3, jan. 2011, pp. 194-220.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- BRACCO, Diane. La concejala antropófaga, Pedro Almodóvar (2009). Sexo, política y canibalismo: La puesta em escena Del cuerpo grotesco. *Fotocinema: Revista Científica de Cine y Fotografía*. Málaga, n. 5, 2012, pp. 94-111.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires/Barcelona/México, Paidós, 2005.
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona/Buenos Aires/México, Paidós, 2006.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- GUEDES, Carlos Wagner Jota. Essa moça tá diferente: debates sobre a representação da sexualidade feminina. Dissertação de Mestrado, Sociologia, UFMG, 2006.
- LA CONCEJALA Antropófaga. Direção de Pedro Almodóvar. Espanha: El Deseo, 2009. (8 min.)
- LA NUEVA ola madrileña: Parte 1. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qBio1qvuiK4>>. Acesso em: 22 ago. 2014.
- LA NUEVA ola madrileña: Parte 2. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SpWLwC4dQlk>>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- LA NUEVA ola madrileña: Parte 3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HIHR7ABAM-Q>>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- LA NUEVA ola madrileña: Parte 4. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5dJHjDS-DGQ>>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 2, ago. 2008, pp. 305-332.
- POZO, Jorge González. Madrid ha muerto de Luis Antonio de Villena: la cronología de la cocaína en la urbe española de la democracia. *The Bulletin of Hispanic Studies*, n. 5, v. 87, 2010, pp. 571-583.

- PRECIADO, Paul B. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona, Editorial Anagrama, 2011.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *A casa dos budas ditosos*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1999.
- SALVADOR, Alejandro Melero. La técnica confesional como recurso narrativo: La Transición y El cine “S” de Ignacio F. Iquino. *Revista ICONO14: Revista de Comunicación y nuevas tecnologías*. Madrid v, 9 n. 03, jan. 2011, pp. 120-144.
- SCOTT, Joan Wallach. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta. (Org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México, PUEG, 1996, pp. 265-302.
- SILVA, Paloma Ferreira Coelho. A lei do desejo: as relações de gênero no cinema de Pedro Almodóvar. Tese de doutorado, Ciências Sociais, PUC Minas, 2016.
- STRAUSS, Frédéric. *Conversas com Almodóvar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- VARIKAS, Eleni. “O Pessoal é Político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, pp. 59-80.

Recebido em: 26/05/2018

Aprovado em: 15/01/2021

#### **Como citar este artigo:**

- COELHO, Paloma; JAYME, Juliana Gonzaga. “A vereadora antropófaga”, de Pedro Almodóvar: pensando gênero, corpo e desejo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 435-455.

# Resenhas



## A crise da esquerda como crise estrutural do moderno sistema produtor de mercadorias

Thiago Canettieri<sup>1</sup>

### Resenha do livro:

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo, Editora Autêntica, 2019.

“Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira” é o livro de estreia de Sabrina Fernandes. Socióloga marxista, é a responsável pelo canal de *YouTube* “Tese Onze” (além de outras mídias sociais), no qual ela compartilha reflexões e análises políticas sobre o momento político, apresenta conceitos marxianos e faz um intenso e importante trabalho de formação política e comunicação crítica nas redes sociais. O livro em questão é resultado de sua tese de doutoramento em sociologia, defendida pela Carleton University, no Canadá. Seu texto é uma tentativa de fornecer uma básica analítica para o atual momento da política brasileira que, segundo ela, começa a se transformar radicalmente a partir de 2013 como resultado de uma série de processos. Sua análise, calcada na reflexão conceitual sobre política dentro do campo marxista e uma série de levantamentos empíricos coletados com trabalho etnográfico em campo desde 2013, oferece importantes subsídios para compreender a realidade política e a prática da esquerda contemporânea.

A autora investiga a fragmentação da esquerda, fenômeno que se tornou patente e tão claro como o sol de meio-dia durante a Nova República. O livro não tem apenas consequências teóricas, mas é uma obra que busca o tempo

<sup>1</sup> Instituto de geociências, UFMG – Belo Horizonte – Brasil - thiago.canettieri@gmail.com. Orcid – <http://orcid.org/0000-0003-3662-6104>

todo extrair as consequências práticas da reflexão sobre este processo. O livro é bem escrito, simples, preocupado em introduzir os conceitos, além de ser generoso com o leitor por oferecer sínteses parciais que vão acumulando para a construção do argumento da autora. Assim, o texto de Sabrina Fernandes definitivamente oferece acesso para compreensão e classificação dos atuais desenvolvimentos da esquerda brasileira, sua crise e também a ascensão da extrema-direita bolsonarista (ainda que o tema não apareça completamente desenvolvido, há indicações preciosas nesse sentido).

Sua reflexão olha para a história recente do Brasil — e, nesse sentido, reside uma de suas principais contribuições. Partindo da Esfinge no meio do caminho que Junho de 2013 parece ter se tornado, tanto para as organizações políticas quanto para os teóricos e analistas sociais, Sabrina coloca a vertiginosa sucessão de fatos que parecem indicar os sintomas mórbidos que começaram a circular na sociedade brasileira desde então: Junho de 2013, o mar verde-e-amarelo com brisas conservadoras de 2015, o Golpe-Parlamentar de 2016, a desmobilização total frente ao chamamento de uma greve geral em 2017, a prisão ilegal do ex-presidente Lula em 2018 até culminar na eleição de Bolsonaro, em 2018. Seu argumento se volta a entender a capacidade organizativa da esquerda nesse contexto. À medida que desenvolve o livro, Sabrina Fernandes demonstra a incapacidade da esquerda de atuar no cenário descrito: “complexo é o adjetivo definidor dessa conjuntura. O substantivo seria crise” (Fernandes, 2019: 18).

As jornadas de junho de 2013 são, portanto, seu posto privilegiado de observação, no qual a análise dos atores e dos desdobramentos fornecem os elementos para sua interpretação. Se o início das manifestações foi puxado por um setor da esquerda radical, como o Movimento Passe Livre e setores amplos de uma juventude, rapidamente as marchas e atos foram ocupados pela classe média, impulsionada por uma solidariedade contra a violência policial e a incorporação da pauta “não são apenas 20 centavos”, levantando uma miríade de questões e insatisfações que circulavam no Brasil. Setores da mídia tradicional e hegemônica, que, no primeiro momento, colocaram-se contrários às manifestações, mudam o discurso e promovem uma verdadeira massificação. Sabrina Fernandes já vê elementos para identificar uma crise da representação, uma vez que os setores que puxaram as manifestações com suas próprias pautas são jogados para escanteio – eles não representavam a vontade popular, ou, pelo menos, não havia neles a identificação necessária para essa representação. A partir daí, as manifestações passam a ter traços conservadores. A estética dos atos é alterada para um verdadeiro mar verde-e-amarelo, sendo atravessado por discursos antipartido, mobilizados pelo sentimento de antipetismo e antiesquerda

construído na sociedade. Essa é a expressão produzida pela pós-política, como descreve a autora. Na verdade, continua Fernandes, a própria esquerda hegemônica, que ocupou o poder até ser golpeada pelos próprios operadores que até anteontem faziam parte do seu consórcio, valeu-se da despolitização para garantir o consentimento popular ao seu projeto eleitoral. A essa altura, as ruas já estavam dominadas por um discurso de extrema-direita, inflado por uma crise da esquerda. Os desdobramentos, hoje já tão evidentes, são a crescente tendência fascista na sociedade.

A forma de exposição encontrada por Sabrina Fernandes é interessante: as Jornadas de Junho de 2013 e os seus efeitos figuram como uma metonímia da política brasileira. As ideias de pós-política e ultrapolítico representam o núcleo conceitual de seu argumento. São dois lados da mesma moeda da despolitização da sociedade: aquele se utiliza de um discurso que pretende superar a ideologia, assumindo a si mesmo como isento de ideologia; este designa a exacerbação da fratura política, produzindo uma polarização que suspende o debate politizado, adotando o modelo da guerra. Não é preciso muito esforço para demonstrar a pertinência dos argumentos de Fernandes para a compreensão do Brasil hoje.

Fernandes reconhece que parte dessa responsabilidade está na própria esquerda, o que é indicativo de sua crise. Na verdade, escreve a autora, o fracasso da esquerda reside na incapacidade de “unificar a consciência teórica e prática não só da classe trabalhadora em si, mas também dos militantes e líderes cujas funções organizadoras consistem em construir consciência política” (Fernandes, 2019: 99). As razões disso, segundo ela, são duas outras crises: a crise de representação e a crise de práxis. A primeira é um sintoma, visto da base, de um problema maior: a crise de práxis da organização como um todo.

Nesse contexto, Sabrina Fernandes identifica as causas da fragmentação da Esquerda: “a causa da fragmentação da esquerda (estratégia e organizacional) no Brasil está ligada a esse fenômeno mais amplo de fragmentação no nível de consciência política, evidenciado até então na análise da despolitização” (Fernandes, 2019: 288).

Há, portanto, uma centralidade ao sentido de despolitização, entendido por ela não como desinformação, manipulação ou ignorância. Despolitização é o nome do processo que “[...] envolve uma alteração de significados políticos na sociedade que corresponde a um distanciamento do reconhecimento de uma pessoa ou grupo do seu papel na sua realidade concreta” (Fernandes, 2019: 213).

É a partir desse ponto que é preciso colocar alguns elementos a mais. Evidentemente, o livro de Sabrina Fernandes se sustenta por si só e é, como já dito, uma importante contribuição. Contudo, penso, a análise feita por Fernandes

convida a ir além de seu texto. Eis que surge uma questão: Fernandes apresenta um avanço na interpretação sobre a política brasileira ao descrever os processos que levam ao soerguimento da despolíticação, reconhecendo-o como resultado da crise da esquerda. Quais as causas da crise da esquerda? Esta crise aparece em seu livro como um fato já dado.

A meu ver, a crise da esquerda está conectada a um fenômeno mais geral: a crise das formas sociais historicamente determinadas do capital. O capital, enquanto processo contraditório, coloca limites e barreiras a sua própria reprodução. Esse processo imanente de crise foi descrito por Marx (2013) n<sup>o</sup> “O Capital”, que, infelizmente, ainda é lido como um livro de Economia – e o subtítulo precioso, *Crítica da Economia Política*, segue sendo solenemente negligenciado. O processo descrito por Marx em “O Capital” como mais-valor relativo, aquele pelo qual o capital se universaliza, é central para essa compreensão. Se os capitais individuais precisam aumentar a produtividade do trabalho, estes o fazem elevando a composição orgânica do capital, o que significa uma redução da massa de trabalho vivo disponível e, por fim, menos valor é criado no sistema geral. Essa formulação teórica de Marx, ainda no Século XIX, mostrou-se verdadeira quase um século mais tarde, na década de 1970, quando “observamos um ciclo independente de desemprego em massa, que tem crescido de forma quase autônoma em relação aos ciclos conjunturais” (Kurz, 2018: 61). Ora, o resultado disso é só um: a dissolução de formas historicamente determinadas de mediação social constituídas sob a égide do capital ocasionada pelo seu próprio funcionamento interno. O trabalho, sobretudo, mostrou-se como a categoria fundacional do social — o que não significa reconhecê-lo enquanto ontologia trans-histórica do ser social. Contudo, uma sociedade que tem seu fundamento erodido, como um edifício com pilares danificados, começa a ruir. O trabalho, substância do valor — que não é uma categoria estritamente econômica em Marx, mas uma categoria de crítica social —, funciona como o princípio de mediação entre os indivíduos, de formação de identidade e de reconhecimento intersubjetivo. Essa mesma sociedade que alçou o trabalho a este posto o derruba — sem nada pôr em seu lugar. Assim, ocorre a passagem de uma sociedade do trabalho para uma sociedade do desemprego.

O desemprego estrutural gigantesco — e que não para de crescer — não conduz mecanicamente os envolvidos às formas de elaboração da direita ou à falência da esquerda. Mas, como afirma Kurz (2020: 64), configura o pano de fundo no qual germinam essas flores do mal. O trabalho foi também a categoria que a esquerda fundou sua gramática política. Uma vez dissolvido o trabalho, toda a gramática política da esquerda também o é. Ou seja, a ideologia legitimadora do trabalho conformou a própria gramática da luta política de esquerda.

Portanto, parece-me que pensar uma convergência do diagnóstico traçado por Sabrina Fernandes em seu livro com a explicação teórica construída pela tradição Crítica do Valor [*Wertkritik*] pode ser um caminho produtivo para compreender a realidade do Brasil. A despolitização descrita em “Sintomas Mórbidos” é um processo imanente à própria noção de política da modernidade e se desenvolvem no seio das contradições gerais do sistema produtor de mercadorias. Suas causas não são apenas internas às organizações de esquerda, mas suas raízes estão, na verdade, no desenvolvimento contraditório das formas sociais. Se, como escreve Fernandes, há uma dessubstancialização da política, essa corresponde à dessubstancialização da forma-valor.

Por isso, parece-me, é preciso ir além do que sugere a autora: não se trata apenas de fazer com que “a esquerda se envolva em autocrítica e encontre maneiras de politizar a multidão novamente” (Fernandes, 2019: 95). A crise de práxis é algo estrutural a essa forma social. As condições materiais da crise do sistema produtor de mercadorias dessubstancializa a práxis tal qual estávamos acostumados. A despolitização não é apenas resultado das decisões conscientes ou não das organizações de esquerda, mas dizem respeito a uma determinada forma de imposição da estrutura social em derretimento. Ou seja, é preciso conceber outra gramática capaz de perceber o problema e, a partir dele, agir.

Para assumir tal missão, não é possível se desprender da crítica da economia política. A esquerda que abandona tal projeto está fadada a jogar fora a compreensão fundamental marxiana. Nesse sentido, é exatamente essa a estrondosa ausência no livro de Sabrina Fernandes. Não é o caso de reivindicar um economicismo vulgar. Ao contrário, é preciso reconhecer que a economia oferece as categorias fundamentais por meio das quais a sociedade moderna se auto compreenda; portanto, “a crise econômica e suas consequências sociais, naturalmente, são centrais em uma sociedade que foi dominada em todos os seus poros pela economia” (Kurz, 2020: 63). A construção do argumento de Fernandes é exclusivamente política e surpreende os textos mais fundamentais de Marx não aparecerem nas explicações e análises da autora. Com toda certeza, não é por falta de conhecimento, mas sim porque, provavelmente, Sabrina não os considera os melhores instrumentos para explicar hoje. A questão que proponho é que, talvez, entender a dinâmica contraditória do capital seja mais fundamental do que supôs a autora.

No livro, o *deficit* de crítica da economia política é compensado com um politicismo, mas que preserva como índice inquestionável a própria politização. A falta de uma abordagem calcada na crítica radical da economia política acaba levando ao entendimento de que os sintomas mórbidos, tão bem tematizados por Sabrina Fernandes, sejam contrapostos a saídas envoltas nas brumas

do realismo capitalista penetrante das formas sociais burguesas. Tal realismo é resultado de uma carência de crítica da economia política que toma a pura facticidade do estado existente como limite do pensamento inscrito no quadro de suas categorias dominantes.

De tal maneira, Fernandes incorre em naturalizações que podem mais atrapalhar o diagnóstico do que ajudar. Por exemplo, quando a autora afirma que “o sujeito da esquerda é a classe trabalhadora” (Fernandes, 2019: 68), perde-se de vista o alerta de Marx: os trabalhadores são apenas “máscara de caráter” de um sujeito automático em seu movimento cego e contraditório em busca da autovalorização do valor. É preciso reconhecer os limites das categorias para se pensar na transformação do mundo, o que não é feito em “Sintomas Mórbidos”.

O texto de Sabrina Fernandes é repleto de tantos outros méritos que não foram contemplados nessa breve resenha (como o inédito levantamento das organizações de esquerda brasileira — embora com a ausência dos grupos anarquistas, além da discussão sobre luto, melancolia e a luta social). A intenção foi colocar algumas questões sobre o que julgo ser o núcleo teórico do livro, para, assim, debater nossos diagnósticos e análises a respeito de tão urgente problema: o futuro da esquerda.

Como nota a própria autora em seu prefácio, “há momentos em que é preciso complicar, com as mais variadas problematizações, para provocar a própria esquerda a pensar além de diagnósticos confortáveis”.

## REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo, Editora Autêntica, 2019.
- KURZ, Robert. *Crise do valor de troca*. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- KURZ, Roberto. *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. v. 1. São Paulo, Boitempo, 2013.

Recebido em: 04/09/2020

Aprovado em: 14/06/2021

### Como citar esta resenha:

CANETTIERI, Thiago. A crise da esquerda como crise estrutural do moderno sistema produtor de mercadorias. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 457-462.



## O Antropoceno e as humanidades

Natanael de Alencar Santos<sup>1</sup>

### Resenha do livro:

MERCHANT, Carolyn. *The Anthropocene and the humanities - from climate change to a new age of sustainability*. New Haven & London, Yale Press, 2020.

As mudanças climáticas não são mais encaradas apenas como uma questão ambiental. As ciências duras têm se esforçado para criar condições de maior eficiência energética, encontrar e aproveitar fontes alternativas, além de construir e acompanhar indicadores – muitos dos quais apontam cenários nada animadores. Há evidências de que o impacto humano na biosfera constitui uma força geológica considerável e bastante desestabilizadora. Denominada Antropoceno, a nova época cronoestratigráfica que sucede o Holoceno<sup>2</sup> ainda é oficiosa para os especialistas, embora ganhe apoio crescente<sup>3</sup>. Contudo, consolida-se como uma noção interessante, capaz de ativar, congregar e atualizar uma série de discussões. Partindo desse contexto, Carolyn Merchant acredita que essa seja ainda uma ideia capaz de reconceitualizar as humanidades, sobretudo quando explicita a conexão entre destruição ambiental e o agravamento das circunstâncias de sobrevivência da espécie humana. Analisando como as questões do

1 Programa de Pós—Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) – São Carlos – Brasil - [alencar.sts@gmail.com](mailto:alencar.sts@gmail.com). ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-8607-5120>

2 Datação disponível na tabela cronoestratigráfica elaborada pela Comissão Internacional de Estratigrafia. Disponível em: <<https://stratigraphy.org/ICSchart/ChronostratChart2017-02BRPortuguese.jpg>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

3 Como demonstram discussões e resoluções recentes do Grupo de Trabalho do Antropoceno, subcomissão da Comissão Internacional de Estratigrafia, disponível em: <<http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Antropoceno são mobilizadas nos campos da arte, literatura, religião, filosofia, ética e justiça, a autora objetiva averiguar como elas podem ser *locus* de soluções criativas e engajamentos, pavimentando o caminho para uma existência mais sustentável.

Com foco em personagens (pensadores, cientistas, políticos, artistas) e obras anglófonas, especialmente no Reino Unido e Estados Unidos, o livro de Merchant é acessível e introdutório, voltado para a divulgação de uma série de pesquisas, indicadores, iniciativas públicas e avanços científicos. O livro não faz um trabalho exaustivo de recoleção minuciosa, nem oferece propostas teóricas densas, mas propõe explorar em algum nível o estado da arte da discussão que envolve o Antropoceno, bem como estimular a expansão de futuras investidas nos campos das humanidades, na medida em que indica associações relevantes e divulga experiências coletivas. Beneficiando-se de sua longa carreira acadêmica, a autora também retoma e sintetiza entendimentos alcançados em trabalhos anteriores, como sua principal obra, “*The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution*”, publicado originalmente em 1980, na qual traça uma genealogia da ideia de natureza: de deidade materna e fonte de vida até a inerte e calculável armazém de recursos, no interior de uma visão mecanicista.

Antes de se deter em cada um dos cinco campos humanísticos mencionados acima, Merchant deslinda a história de origem do Antropoceno, seus marcos, alguns dissensos, nomenclaturas alternativas e uma variedade de ênfases de análise, bem como autores que têm se dedicado ao tema nas ciências humanas. Embora reconhecendo outras possibilidades, o momento chave ou ponto de partida escolhido pela autora para interpretar a mudança da marca humana na biosfera é a invenção do motor a vapor: em consonância com o que propõem os autores<sup>4</sup> que popularizaram o termo, o ano de 2000. Por essa razão, Merchant recapitula brevemente uma série de avanços científicos, detidamente os da termodinâmica, pois permitiram a compreensão necessária para a posterior queima massiva de combustíveis fósseis e outras alterações que hoje caracterizam o Antropoceno. Essa escolha tem notável importância para os capítulos que discutem os campos da Arte e da Literatura no contexto anglófono e a maneira com que lidam com as mudanças climáticas.

Tanto as artes visuais quanto a prosa e a poesia apresentam um potencial, para a autora, de ampliar a percepção pública e instigar atitudes e mudanças políticas relevantes. Ao avaliar como o vapor e a fumaça, novos personagens

4 Crutzen, Paul J., and Eugene F. Stoermer. *The Anthropocene*. IGPP – International Geosphere-Biosphere Programme, Newsletter 41, 2000, p. 17.

do fim do Século XVIII e início do XIX, povoam pinturas, fotografias e enredos, Merchant encontra uma ambivalência sobre os efeitos da tecnologia: em um polo, a celebração do progresso humano; no outro, lamentação pelo declínio do meio ambiente. Percebe também as mudanças dos estilos e ritmos de vida, trabalho, produção, comércio e transporte. Mais do que uma contemplação dessas transformações, a arte e a literatura emergem como ferramentas para “refletir sobre os problemas do antropoceno e oferecer maneiras de introduzir mudanças que salvarão vidas humanas, não-humanas e natureza no futuro” (Merchant, 2020: 89).

Ao abordar o campo da Religião, a autora questiona qual o papel das principais religiões na “mitigação dos problemas das mudanças climáticas e de que formas a espiritualidade pode agir como um guia moral para ações individuais” (Merchant, 2020: 90). Em digressão histórica, aponta que o Cristianismo foi responsável em grande medida pela justificação do domínio e espólio do “novo mundo”. Contudo, tem ganhado força, no interior de suas estruturas, a consciência a respeito da sustentabilidade. A autora elenca compromissos e iniciativas amplas, tanto de instituições cristãs, como o fato de o Vaticano ter sediado conferências sobre mudanças climáticas recentemente, quanto de exemplos práticos e pontuais, como uma rede de mesquitas no Marrocos que instalou painéis de energia solar em centenas de unidades. No tocante às religiões orientais, a autora considera a noção de energia e de processo, constitutiva do budismo, taoísmo e hinduísmo, por exemplo, como ingredientes importantes para uma relação diferente entre humanos e a natureza, em que não há uma cisão de fato. Nesta seção, as religiões, em suas manifestações pragmáticas, *insights* teológicos e em seus conteúdos morais, são articuladas naquilo que possuem de potência a serviço de formas não depredadoras e como podem se colocar em prol de medidas restauradoras e que se preocupem com a qualidade da vida das gerações futuras.

Por sua vez, a Filosofia, o quarto campo das humanidades brevemente esmiuçado por Carolyn Merchant, deve passar por uma série de revisões diante das causas e consequências do Antropoceno. Estabelecendo uma linha do tempo a qual posiciona pensadores da antiguidade e concepções do mundo natural, ela articula o paradigma no qual a nova época geológica se estabeleceu. Entretanto, para ela, questões ontológicas, epistemológicas e éticas estão sendo reaccessadas e reconfiguradas, pois desafiadas por uma realidade cada vez mais complexa e imprevisível, por uma natureza autônoma, além do controle e ativa.

O último campo discutido é o da Ética e da Justiça. Na seção, são consideradas as molduras ou aproximações éticas de matriz geocêntrica/liberal,

homocêntrica/antropocêntrica e ecocêntrica/ecológica. A primeira, centrada no self, foca em deveres e benefícios individuais e é a ética ambiental do Antropoceno de fato. Já a segunda, centrada na sociedade, de caráter utilitarista, está na base dos esforços federais e da regulação estatal, como medidas de proteção ao meio ambiente, por exemplo. Já a última tem como centro o cosmo e se estabelece a partir das ciências ecológicas, primando pela “integridade, beleza e estabilidade da comunidade biótica”, como afirma Aldo Leopold, lembrado pela autora (MERCHANT, 2020, p. 130), um dos pioneiros da corrente conhecida por Ecologia Profunda.

Visto que as mudanças climáticas possuem impacto mais agudo em grupos marginalizados, faz-se necessário também novas teorias de justiça, mais pluralistas, oportunidade que os debates de uma justiça climática, que incorpora diversidade de valores e critérios tanto culturais quanto ecocêntricos, faz-se relevante. Ao abordar a questão climática como questão ética, Carolyn Merchant propõe, por fim, uma “*Ética da Parceria*”, segundo a qual o bem maior para comunidades humanas e não-humanas está situado na independência mútua de suas vidas. Participam dessa proposição ética os princípios de igualdade entre humanos e não humanos, consideração moral, o respeito à diversidade e o manejo ecológico consistente e implicado com a saúde de ambos, além da inclusão de mulheres, minorias e a natureza não humana nas considerações éticas (Merchant, 2020: 131).

Tomando por base a construção de conexões e encadeamentos em todo o “Antropoceno e as Humanidades”, a autora faz recomendações esperançosas ao acreditar que “podemos usar nosso conhecimento em ciência, tecnologia e sociedade, bem como nossas relações espirituais e éticas, de uns com os outros e com o mundo não-humano, para criar uma nova história para o futuro da Terra” (Merchant, 2020: 145). Essa nova história está, segundo ela, não apenas no impulso a modos de vidas sustentáveis e no arvoreamento de novas relações de gênero e de uma ética de parceria, mas também, e fundamentalmente, na superação da consciência mecanicista e na alteração de relações capitalistas de produção que constituem o Antropoceno.

O Antropoceno enfatiza a consanguinidade das dinâmicas socioeconômicas em interação com os domínios físico-químicos e biológicos na natureza, colocando em primeiro plano o descompasso entre eles, visto que a biosfera não é mais capaz de se recuperar nem reverter por si mesmas os impactos destrutivos. O seu desenrolar se dá em inúmeras esferas e numa escala de danos francamente desafiadora. O trabalho de Merchant rearranja interrogações, unificando uma série de dilemas de forma clara e com abundância de exemplos, ainda que

restritos ao recorte geográfico supracitado, com *insights* propositivos. É uma composição original, didática e especialmente encorajadora, pois incentiva aprofundamentos e inspira novas associações ou, em outras palavras, um rastreamento de alternativas.

## Referências

MERCHANT, Carolyn. *The Anthropocene and the humanities - from climate change to a new age of sustainability*. New Haven & London, Yale Press, 2020.

MERCHANT, Carolyn. *The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution*. San Francisco, Harper and Row, 1980 .

Recebido em: 05/04/2021

Aprovado em: 14/06/2021

### **Como citar esta resenha:**

SANTOS, Natanael de Alencar. O Antropoceno e as humanidades. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 463-467.





# Participação em transição no Brasil: uma releitura

Mario Luis Grangeia Ramos<sup>1</sup>

## Resenha do livro:

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, Vozes, 2019.

As manifestações de junho de 2013 em cidades brasileiras ganharam atenção merecida, mas descontínua, de atores estatais, do mercado e, claro, da sociedade civil. No meio acadêmico, aqueles protestos têm sido estudados, mas as causas, dinâmicas e consequências ainda serão muito analisadas. Daí ser tão oportuno uma autora como Maria da Glória Gohn, de vasta bibliografia sobre movimentos sociais no país, propor uma releitura da participação à luz de cerca de meio século do caso brasileiro. Em “Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013” (Vozes, 2019), a professora da Universidade de Campinas (Unicamp) fecha a trilogia formada pelas leituras “a quente” de “Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo” (Vozes, 2014) e “Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade” (Cortez, 2017).

Quem quer ampliar seu olhar sobre o tema da participação na agenda brasileira encontra aqui dois eixos de análise. Na Parte I, Gohn recupera referências teóricas e formas históricas que articulam participação e democracia. Na Parte II, os capítulos versam sobre participação, juventude e educação. Ao fim

1 Pesquisador. Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Pesquisador visitante Albert Hirschman Centre on Democracy (Graduate Institute, Genebra). E-mail: mario.grangeia@gmail.com – ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-9541-0517>

da obra, a autora se volta a uma questão candente: “Para onde segue a democracia no Brasil?”

Três premissas deste estudo estão explicitadas na apresentação. A primeira remonta à ideia do sociólogo Charles Tilly de que há “processos necessários” à democratização e à desdemocratização, e não “condições necessárias”. Quanto à segunda, o desenho institucional do modelo democrático sofre direta interferência do processo de formação da opinião pública e da vontade política dos cidadãos. Por fim, há aspectos educativos na democracia em razão da participação de cidadãos nas esferas públicas civil e governamental. E esse aprendizado pode gerar e reforçar princípios progressistas ou conservadores. Eis um trio de premissas ainda mais bem-vindo frente à fugacidade da ótica de muitos “comentaristas políticos” com voz na mídia e à luz da expansão do ativismo digital entre forças de esquerda e direita.

Mais conceitual, o capítulo 1 sistematiza uma dezena de abordagens teóricas da participação: escolha racional; posição social de indivíduos; mobilização política institucional; identidade coletiva; teoria crítica e reconhecimento de direitos; engajamento militante (neomarxista); decolonial; relacional (cyberativismo); gênero, a partir das mulheres; e autonomistas. A contribuição tem virtudes e vícios habituais a revisões de literatura mais sintéticas, como o maior foco sobre certas perspectivas teóricas – como a dos estudos de redes e cyberativismo – do que sobre outras, como as feministas. É digna de nota a busca de diálogo com estudiosos do tema como Adrián Gurza-Lavalle e Carlos Milani, mas é de lamentar Gohn não ter se aprofundado aqui nessa interlocução, pois o debate fica aquém das proposições dos autores citados. Afinal, como observou Gurza-Lavalle (*apud* Gohn, 2019: 27), “a participação [tornou-se] um conceito fugidio, e as tentativas de definir seus efeitos, escorregadias”.

Exposta a heterogeneidade do campo em termos teóricos, Gohn conclui o capítulo sinalizando que as abordagens seriam usadas ou não em função do perfil (idade, gênero etc.) dos agentes, parecendo haver certa dissonância teórico-empírica em afirmar, por exemplo, que a via autonomista “tende a crescer entre os jovens” (Gohn, 2019: 60). Mais vale sua menção à tese do filósofo Terry Eagleton de que a contracultura dos anos 1960/70 se transformou no pós-moderno dos anos 1980/90, além da divergência quanto à ideia dele sobre rumos das utopias (finadas para Eagleton, presentes para ela). Após a revisão teórica neste início do século XXI, Gohn diz ver “a ampliação da cultura como instrumento de luta e resistência na vida pública, via as novas mídias sociais” (Gohn, 2019: 63). Ela incita autores a articularem identidades culturais ao tema das desigualdades sociais no plano econômico (conexão desejável, sim) e atentarem às

especificidades brasileiras – clamor condizente ao norte do livro e que pode ser mal interpretado como alheio ao “problema da viagem” (Sartori, 1970) da teoria, propícia às comparações.

No capítulo 2, Gohn revisa formas de participação no Brasil entre a década de 1960 e os anos 2010. Com olhar de taxonomista mais comum a livros-texto, ela nota quatro “ciclos da participação”: da explosão do povo nas ruas à resistência à repressão (anos 1960); organização pelas bases (lutas e movimentos nos anos 1970); Diretas Já e processo constituinte (anos 1980); e a participação institucionalizada ou cidadã desde 1988. É do último ciclo que ela trata mais, pois sua meta é vincular três frentes: tipos de direitos sociais demandados e implementados; participação civil em instituições participativas e políticas públicas a partir da Carta de 1988; e mudanças dos atores na rua desde 2013. Tal relação é sabidamente desafiadora e Gohn a faz mais sob o prisma da história, que bem usou antes (Gohn, 2001: ex.), do que da ciência política. O mérito de arrolar bons estudos recentes dessa área atentos à participação institucionalizada no país não é acompanhado, porém, de debate mais matizado.

A autora conclui o retrospecto sobre ciclos da participação no Brasil diagnosticando que houve avanços democráticos, com suporte oficial via políticas públicas, mas com resultados contraditórios:

(...) de um lado várias demandas sociais assumiram o estatuto de direitos conquistados (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã via ações cidadãs e novos direitos assegurados por novas políticas públicas, especialmente no campo do reconhecimento de direitos culturais, ou direitos relativos à diversidade e contra as desigualdades sociais (cf. Honneth, 2013). De outro houve perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais (Gohn, 2019: 106).

O bem embasado diagnóstico realça consequências intencionais e não intencionais dos atores. Houve continuidades e mudanças nas formas de participação desde 1988 e é fecundo frisar a inserção da sociedade civil nas políticas sociais após sofrer tantos ataques pelo governo federal eleito em 2018.<sup>2</sup>

O capítulo 3 é considerado chave pela autora, porque introduz os protestos nas ruas entre junho de 2013 e junho de 2018 como um “quinto ciclo” de

---

2 Gohn nota que a dita “década perdida” dos anos 1980 foi uma “década de conquistas democráticas de direitos” (Gohn, 2019: 107) – vale lembrar que a retórica da “perda” à época se referia à produção econômica, e não à legislativa.

participação no Brasil após 1960. Para a cientista social, o ciclo teve quatro momentos: (1º) conversão de ruas em territórios de cidadania e de avaliação de políticos, governos e partidos (jun./2013); (2º) criação de organizações movimentalistas ou contracorrentes na rua (2014); (3º) volta da multidão à rua (2015/16); e (4º) redesenho de articulações (2017/18). A distinção de tais momentos é atribuída a alterações de atores sociopolíticos, repertórios, correntes político-ideológicas e cultura política. Ao debater 2014, em especial, sua inovação de chamar de “organizações movimentalistas”, em oposição ao conceito clássico “movimentos sociais”, permite “caracterizar grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação” (Gohn, 2019: 120).<sup>3</sup>

O *impeachment* presidencial, em 2016, é tomado como um ponto de inflexão na renovação de grupos e lideranças postulantes a cargos públicos pelo voto. Gohn nota a maior visibilidade de grupos liberais e conservadores à frente de protestos em 2015/16 e o posterior questionamento ou revisão de políticas de inclusão fixadas na Constituição ou construídas na década de 2000. Sua leitura de que as manifestações de 2013-18 teriam contribuído para “alterar a cultura política da sociedade” (Gohn, 2019: 169) rende mais margem a questões do que o diagnóstico de que elas tiveram efeitos e consequências contraditórias para a democracia local (aliás, tensões na democracia andam atuais não só no Brasil). A autora frisa que também o significado de autonomia mudou nas ações coletivas das últimas décadas.

Os conflitos político-culturais dos manifestantes, especialmente no caso dos jovens na atualidade, devem ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais identitários nas décadas de 1980-2000. Esses últimos atuavam inspirados por ideais de emancipação e direitos coletivos básicos. Os atuais também focam direitos, mas organizam-se de forma diferente. Autonomia não é estar de “costas para o Estado”, como foram denominadas muitas ações populares na década de 1970-1980, apoiadas pelo setor progressista do clero cristão. Autonomia na atualidade, para uma grande parcela dos jovens, como os que participam no MPL [Movimento Passe Livre], é ter autodeterminação, longe de grupos partidários, sindicais ou religiosos. (Gohn, 2019: 171).

3 Por sinal, a proliferação das formas de ação coletiva fez o conceito de “novos movimentos sociais” (Melucci, 1980, p. ex.) envelhecer rápido, mas segue um constructo fértil para estudar atores coletivos com agendas identitárias, entre outras.

A Parte II reúne três capítulos com focos convergentes que se ligam ao trio anterior de forma mais tácita que explícita. Gohn traz olhares sobre a juventude no capítulo 4 e revê brevemente valores e princípios norteadores de discursos e práticas dos jovens. Sejam as demandas na mobilidade urbana (jun. 2013) ou na educação (2015/16), dois elementos são comuns para articular práticas dos jovens, segundo a autora: os direitos como pauta e uma cultura política baseada num binômio moderno/não moderno. É enfatizado por ela que a internet “tem revolucionado” formas de comunicação e interação dentro da sociedade civil, elevando o poder para as redes sociais, os coletivos e os movimentos sociais na formação da opinião pública. Além de decodificar e codificar problemas e conflitos a partir de certas temáticas, as redes ali articuladas impulsionam a cooperação, constroem e reforçam identidades coletivas. As estratégias dos atores e sua atuação política refletem esse novo cenário, vide a formação transnacional de coletivos com pauta reiterada em vários países e acionada a partir de qualquer ponto. O mesmo cenário vê a recente ascensão de grupos de jovens liberais e conservadores nas ruas do país.

No capítulo 5, Gohn traça um abrangente panorama de lutas pela educação no país, desde as primeiras décadas do Século XX. Esse balanço histórico precede uma análise de lutas e ocupações de escolas por jovens estudantes no Estado de São Paulo, em 2015-2017, numa mobilização contra uma ampla gama de pautas: as reformas estaduais na área; a reforma no ensino médio; ETECs paulistas; o projeto “Escola Sem Partido”; a retirada de conteúdos sobre gênero no currículo; e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos (PEC 55/2016 no Senado). Em comum nas mobilizações, ela vê o movimento autonomista (com autodeterminação), já tratado na Parte I.

Outra abordagem mais histórica da temática da participação, juventude e educação percorre o capítulo 6, centrado na retomada de maio de 1968 como marco inaugural de um conjunto de demandas na educação. A autora avalia que, após meio século, há menos explicações do que indagações quanto às influências sobre o Brasil da mobilização com epicentro na França. Entre as questões citadas, Gohn inclui o legado de maio de 1968 na participação dos jovens, a relação com movimentos autonomistas em evidência após junho de 2013 e as modificações dos atores em atos de protesto. “Maio de 68’ não foi apenas uma cultura juvenil, um espírito de rebeldia. Foi sobretudo a base de novas trilhas na construção dos direitos de cidadania, sobretudo nos direitos das mulheres, negros, população LGBTTS, indígenas e tantos outros” (Gohn, 2019: 245). Eis outro convite dela a uma renovação do debate.

Para fechar a obra, Gohn recapitula os capítulos frente à questão-motivação “Para onde segue a democracia no Brasil?”. Nessa releitura da participação em

transição, a professora da Unicamp frisa 2013 como um divisor de águas no cenário brasileiro de participação social e de associativismo, pois ele “altera-se completamente”. Daí sua cronologia (também não seria impreciso dizer “tipologia”) de ciclos de participação e protestos indicar um novo ciclo a partir das manifestações vistas naquele ano. No longo prazo, ter-se-á maior clareza se tais manifestações tão críticas às políticas públicas, ao papel do Estado e às dinâmicas da política no país “reinventaram as formas de fazer política” (Gohn, 2019: 248).

Nesse capítulo sobre rumos da democracia no país, a autora assume riscos inerentes a análises de conjuntura – opção que merece todo apreço quando esses riscos são minimizados por pontos altos da pesquisa (esta resenha buscou realçar os deste livro). É provável que Gohn, em próximos trabalhos, possa avaliar com mais distanciamento os achados de sua trilogia “a quente” da participação no Brasil dos anos 2010. Seu olhar apurado ganhará ainda mais nitidez depois dos meses de pandemia da covid-19, que privou atores, individuais e coletivos dessa arena pública que são as ruas. Se é possível haver uma certeza sobre a democracia brasileira, essa é a de que há tempos ela não via ameaças internas tão de perto. Já se as maiores resistências às ameaças virão de atores do Estado, do mercado ou da sociedade civil, apenas o tempo dirá. Mas é certo que a obra de Gohn traz subsídios úteis para quem estudar as reações.

## Referências

- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Rio de Janeiro, Loyola, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, Vozes, 2019.
- MELLUCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, pp. 199-226, mai. 1980.
- SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, Cambridge, n. 64, v. 4, pp. 1033-1053, dez. 1970.

Recebido em: 16/04/2021

Aprovado em: 14/06/2021

### Como citar esta resenha:

RAMOS, Mario Luis Grangeia. Participação em transição no Brasil: uma releitura. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 469-474.

# Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português, inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

**Artigos** – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

**Resenhas** – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

**Dossiês** - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

**Apresentação da Filiação Institucional** - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

**Indicação do Financiamento da Pesquisa** - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

**Citações** – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

**Notas de Rodapé** - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

**Referências Bibliográficas** - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria

Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: [revcontemporanea@gmail.com](mailto:revcontemporanea@gmail.com)

*Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* está online, no sistema Open Journal, no endereço: [www.contemporanea.ufscar.br](http://www.contemporanea.ufscar.br)

## Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider - (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais,

assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas *ad hoc*, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses. A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Versão eletrônica disponível em [www.contemporanea.ufscar.br](http://www.contemporanea.ufscar.br)

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias  
[www.casadeideias.art.br](http://www.casadeideias.art.br)

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial  
[www.diagramaeditorial.com.br](http://www.diagramaeditorial.com.br)

